Diário OFICIAL Executivo

Ano CVIII

Edição Digital nº 10889 | 141 páginas
Curitiba, Terça-feira, 09 de Março de 2021

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Casa Civil 04
Coordenadoria Estadual da Defesa Civil 08
Controladoria Geral do Estado 08

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência..... 08
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento..... 10
Superintendência Geral de Tecnologia e Ensino Superior.....11
Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas 12
Secretaria da Educação e do Esporte..... 12
Secretaria da Fazenda 25
Secretaria da Saúde..... 31
Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho..... 32
Secretaria da Segurança Pública..... 40
Secretaria de Infraestrutura e Logística 45
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo.... 45
Receita Estadual do Paraná.....114

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Defensoria Pública do Estado 140
Ministério Público do Estado do Paraná 141

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Executivo Estadual

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
Guto Silva — Chefe da Casa Civil
Felipe Flessak — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Letícia Ferreira da Silva — Procuradora-Geral
Izabel Cristina Marques — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Raul Clei Coccaro Siqueira — Controlador-Geral
Luiz Fernando Neto de Castro — Diretor-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Daniel Wesley Vilas Bôas Rocha — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Tenente Coronel Welby Pereira Sales — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Tenente Coronel Fernando Raimundo Schunig — Chefe

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Marcel Henrique Micheletto — Secretário
Elisandro Pires Frigo — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Richardson de Souza — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura
João Evaristo Debiasi — Secretário

Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes
Valdemar Bernardo Jorge — Secretário
Louise da Costa e Silva Garnica — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas
João Carlos Ortega — Secretário
Lucio Mauro Tasso — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Educação e do Esporte
Renato Feder — Secretário
Glaucio Roberto Dias — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Renê de Oliveira Garcia Junior — Secretário
Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Fabiana Cristina de Campos — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Justiça, Familia e Trabalho
Ney Leprevost Neto — Secretário
Antonio Devechi — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Romulo Marinho Soares — Secretário
João Alfredo Zampieri — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Nestor Werner Junior — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Chefe do Departamento de Imprensa Oficial do Estado
Leonardo Weldt Franceschi

Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná

Informações 41 3200-5002

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Executivo

DECRETO N° 7.035

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada VERA LUCIA LELIS DE OLIVEIRA CALIL, RG nº 7.143.751-5, do cargo, em comissão, de Auditora, do Serviço Social Autônomo – PARANAEDUCAÇÃO, a partir de 5 de março de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 09 de março de 2021, 200° da Independência e 133° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
GUTO SILVA — Chefe da Casa Civil

RENATO FEDER
Secretário de Estado da Educação e do Esporte

46510/2021

DECRETO N° 7.036

Torna sem efeito exoneração e nomeação efetivada pelo Decreto 7.011, de 04 de março de 2021.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere os incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a exoneração de ANA GRACIELE SKREPKA BRUNETTO, RG nº 8436087-2, do cargo de Assessor – Símbolo DAS-5, da Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes, constante na relação do Anexo I do Decreto nº 7.011, de 04 de março de 2021.

Art. 2º Torna sem efeito a nomeação RODRIGO FELIX LEAL UTRABO, RG 7118251-5 no cargo de Assessor – Símbolo DAS-5, Da Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes, constante na relação do Anexo II do Decreto nº 7.011, de 04 de março de 2021.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 09 de março de 2021, 200° da Independência e 133 da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
GUTO SILVA — Chefe da Casa Civil

VALDEMAR BERNARDO JORGE
Secretário de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes

46511/2021

DECRETO N° 7.037

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 10 da Lei nº 17.744, de 30 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Revoga a transferência efetivada pelo Decreto nº 6.121, de 9 de novembro de 2020, de um cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico – Símbolo DAS-3, da Casa Civil para a Controladoria Geral do Estado, retornando o cargo para a estrutura de origem com o atual ocupante, servidor CARLOS ALBERTO ANTUNES, RG nº 3218854-0, nomeado pelo Decreto nº 7.011, de 04 de março de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 09 de março de 2021, 200° da Independência e 133° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
GUTO SILVA — Chefe da Casa Civil

RAUL CLEI COCCARO SIQUEIRA
Controlador-Geral do Estado

47676/2021

DECRETO N° 7.038

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento da decisão judicial transitada em julgado, proferida nos Autos de Ação Penal nº 0007029-86.2012.8.16.0058, da 1ª Vara Criminal de Campo Mourão, consubstanciada no protocolado nº 17.353.837-5,

DECRETA:

Art. 1º Declara a perda do cargo público do servidor DIMAS GOMES DE CRISTO, RG nº 4.797.929-3, ocupante do cargo de Escrivão de Polícia, 2ª classe, do Quadro Próprio da Polícia Civil – QPPC, da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 09 de março de 2021, 200° da Independência e 133° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
GUTO SILVA — Chefe da Casa Civil

ROMULO MARINHO SOARES
Secretário de Estado da Segurança Pública

46513/2021

DECRETO N° 7.039

Altera os dispositivos que especifica do Decreto nº 1.953, de 05 de julho de 2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V, da Constituição Estadual, e tendo em vista o contido no protocolado nº 17.389.710-3;

DECRETA:

Art. 1º Altera o art. 4º do Decreto nº 1.953, de 05 de julho de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação, ficando revogados seus dispositivos atuais:

Art. 4º O Conselho do Programa de Parcerias do Paraná – CPAR é composto pelos seguintes membros:
I - o Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo;
II - o Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística;
III - o Secretário de Estado da Fazenda;
IV - o Secretário de Estado de Administração e da Previdência;
V - o Diretor-Presidente da Fomento Paraná;
VI - três especialistas de livre indicação do Governador.
§ 1º O Conselho será presidido pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo e terá como Vice-Presidente o Secretário de Estado da Administração e Previdência.
§ 2º O Presidente do CPAR será substituído, em seus impedimentos e afastamentos eventuais, pelo Vice-Presidente.
§ 3º Nas hipóteses de ausência ou impedimento, os membros do CPAR serão representados por seus substitutos, por eles designados formalmente para que tenham direito a voto.
§ 4º O CPAR contará, ainda com um Secretário Executivo, indicado pela Casa Civil, a quem compete o apoio administrativo necessário ao desempenho das competências do Conselho. (NR)
§ 5º A participação no CPAR não será remunerada, sendo considerada prestação de serviço público relevante.

Art. 2º Altera o caput e insere o parágrafo único do art. 14 do Decreto nº 1.953, de 2019, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo exercerá a função de Unidade Gestora do PAR, a quem compete as seguintes atribuições:
(...)
Parágrafo Único. O Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo poderá delegar, por ato próprio, as atribuições de que tratam os incisos, II, III, VI VIII, IX, X, XI e XII deste artigo. (NR)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga o Decreto nº 4.633, de 12 de maio de 2020.

Curitiba, em 09 de março e 2021, 200° da Independência e 133° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
GUTO SILVA — Chefe da Casa Civil

MARCIO NUNES
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

46514/2021

DECRETO N° 7.040

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e ainda, em cumprimento à decisão judicial contida nos autos de nº 0068988-57.2020.8.16.0000, da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, consubstanciada no protocolo nº 17.152.484-9,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, em virtude de habilitação em Concurso Público, de acordo com o art. 24, inciso II, da Lei no.6.174, de 16 de novembro de 1970 e Leis no. 11.713, de 07 de maio de 1997, 14.269, de 22 de dezembro de 2003 e 14.825, de 12 de setembro de 2005, REGINALDO BARCO, RG Nº 6.421.571-0, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Superior, na classe de Professor Adjunto, Regime de Trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º A nomeação destina-se ao suprimento de vaga de Professor de Ensino Superior da Universidade Estadual de Maringá - UEM, e se dá em caráter provisório, condicionada sua definitividade ao trânsito em julgado do processo referido no preâmbulo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Curitiba, em 09 de março de 2021, 200° da Independência e 133° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
GUTO SILVA — Chefe da Casa Civil

MARCEL HENRIQUE MICHELETTO
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

46515/2021

DECRETO N° 7.041

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista a decisão proferida nos Autos nº 0001127-08.2021.8.16.0004, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, bem como o contido no protocolado nº 17.382.574-9,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, em virtude de habilitação em concurso público, de acordo com o art. 24, inciso II, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, JENNIFER CAMILA DE OLIVEIRA NOGUEIRA, RG n° 100919974/PR, Inscrição nº 66.584-3, para exercer o cargo de Promotor de Saúde Execução, função de Técnico de Laboratório, do Quadro Próprio dos Servidores da Saúde – QPSS, no Município de Cornélio Procópio.

Art. 2º A nomeação se dá em caráter provisório, condicionada sua definitividade à decisão judicial transitada em julgado no processo referido no preâmbulo.

Parágrafo único. A servidora será imediatamente desligada do cargo em caso de revogação da decisão judicial que determinou a sua nomeação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 09 de março de 2021, 200° da Independência e 133° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
GUTO SILVA — Chefe da Casa Civil

MARCEL HENRIQUE MICHELETTO
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

46546/2021

DECRETO N° 7.042

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista a decisão proferida nos autos de nº 0002364-19.2017.8.16.0004, pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná – TJPR, consubstanciada no protocolado nº 15.898.769-4,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado RULLIAN DA ROCHA STREMEL TORRES, RG n° 57870460 –PR, Inscrição n° 128.714-1, do cargo de Promotor de Saúde Profissional, na função Médico Clínica Médica, do Quadro Próprio dos Servidores da Saúde - QPSS, do município de Piraquara, nomeado provisoriamente pelo Decreto n° 3508, de 29 de novembro de 2019, em face da decisão proferida nos autos nº 0002364-19.2017.8.16.0004, pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná – TJPR.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 09 de março de 2021, 200° da Independência e 133° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
GUTO SILVA — Chefe da Casa Civil

MARCEL HENRIQUE MICHELETTO
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

46547/2021

DECRETO N° 7.043

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, em cumprimento a decisão proferida nos Autos nº 0050659-65.2018.8.16.0000, da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciada no protocolado nº 17.345.374-4,

DECRETA:

Art. 1º Torna definitiva a nomeação sub judice formalizada pelo Decreto nº 4027, de 14 de fevereiro de 2020, de MARCOS AURÉLIO LARSON, RG n° 5.485.224-0, no cargo de Professor de Ensino Superior, na classe de Professor Assistente, da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 09 de março de 2021, 200° da Independência e 133° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
GUTO SILVA — Chefe da Casa Civil

MARCEL HENRIQUE MICHELETTO
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

46548/2021

DECRETO N° 7.044

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e ainda, em cumprimento a decisão judicial transitada em julgado nos Autos nº 0056189-37.2020.8.16.0014, do 1º Juizado Especial da Fazenda Pública de Londrina, consubstanciada no protocolado nº 17.380.020-7,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, em virtude de habilitação em concurso público, de acordo com o art. 24, inciso II, da Lei nº. 6.174, de 16 de novembro de 1970 e Leis nºs 11.713, de 07 de maio de 1997, 14.269, de 22 de dezembro de 2003 e 14.825, de 12 de setembro de 2005, DENISE SOUTO SEVERINO DE OLIVEIRA, RG nº 8.906.448-1, para ocupar o cargo de Agente Universitário, na função de Auxiliar Operacional, Regime de Trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º A nomeação destina-se ao suprimento de vagas de Agente Universitário da Universidade Estadual de Londrina – UEL, e se dá em caráter definitivo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 09 de março de 2021, 200° da Independência e 133° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
GUTO SILVA — Chefe da Casa Civil

MARCEL HENRIQUE MICHELETTO
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

46559/2021

Despacho do Governador

DESPACHOS DO GOVERNADOR DO ESTADO

DIVERSOS

17.020.296-1/21 - Considerando a solicitação contida Ofício nº 001/2021 - PGJ/SUBADM e no **PROTOCOLADO nº17. 020.296-1 TORNO SEM EFEITO** o Despacho Secretarial (Mov. 36) publicado no DIOE nº 10.844, de 05 de janeiro de 2021, e AUTORIZO, nos termos do art. 2º, §6º, do Decreto nº 8.466/2013, a prorrogação da disposição funcional da servidora **LYSLANE COSTA**, RG nº 3.395.272-4, para exercer suas atividades junto ao Ministério Público do Paraná, com ônus para origem, até 31 de dezembro de 2021.2. **CONVALIDO** a disposição funcional a partir de 01 de janeiro de 2021.3.A autorização supra fica condicionada à observância das regras constitucionais atinentes à vedação de acumulação remunerada de cargos/empregos/funções públicas/teto remuneratório, consoante disposto no art. 37, inc. XI e XVI, da Constituição Federal.4.**PUBLIQUE-SE**.EM 09/03/2021.

17.037.981-0/21 - Considerando a solicitação contida Ofício nº 002/2021 –PGJ/SUBADM e no **PROTOCOLADO nº17.037.981-0**,**TORNO SEM EFEITO** o Despacho Secretarial (Mov. 20) publicado no DIOE nº 10.820, de 27de novembro de 2020, e **AUTORIZO**, nos termos do art. 2º, §6º, do Decreto nº 8.466/2013, a prorrogação da disposição funcional do servidor **WILLIAM RIBAS E TARGA**, RG nº 552.066-5, para exercer suas atividades junto ao Ministério Público do Paraná, com ônus para origem, até 31 de dezembro de 2021.2.**CONVALIDO** a disposição funcional a partir de 01 de janeiro de 2021.3.A autorização supra fica condicionada à observância das regras constitucionais atinentes à vedação de acumulação remunerada de cargos/empregos/funções públicas/teto remuneratório, consoante disposto no art. 37, inc. XI e XVI, da Constituição Federal.4. **PUBLIQUE-SE**. Em 09/03/2021.

47677/2021

Casa Civil

RESOLUÇÃO nº 563

(republicada)

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, nos termos do Decreto nº 3.533, de 29 de novembro de 2019, a servidora EVLIN GAMBRA DE OLIVEIRA RG nº 7.111.111-3, nomeada pelo Decreto nº 3.027 de 14 de outubro de 2019, na Casa Civil, para exercer suas atividades junto à Coordenadoria de Cerimonial e Relações Internacionais – CCRI da Casa Militar.

Art. 2º Eventuais despesas da servidora designada com diárias e passagens ficarão

a cargo do órgão de destino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba 05 de março de 2021

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

(republicada)

46367/2021

Portaria n.º 44 - Diário Oficial n.º 10889 – Casa Civil

O Diretor-Geral da Casa Civil do Estado, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 47, da Lei n.º 8485, de 03 de junho de 1987.

RESOLVE

Aprovar o Plano de Trabalho para o exercício de 2021 do Agente de Controle Interno da Casa Civil do Estado, anexo a esta Portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, 09 de março de 2021.

Felipe Augusto Amadori Flessak
Diretor-Geral

Anexo a Portaria nº 44/2021

PLANO DE TRABALHO

Chefe da Casa Civil
LUIZ AUGUSTO SIVA

Diretor-Geral
FELIPE AUGUSTO AMADORI FLESSAK

Agente de Controle Interno
DÉCIO LUIZ BOZZA

Período: Janeiro a Dezembro/2021

1. Considerações Iniciais:

Considerando o contido no art. 74 da Constituição Federal, no art. 78 da Constituição Estadual, que dispõem sobre os princípios fundamentais do Sistema de Controle Interno; na Lei nº 15.524/2007, que Institui o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual; no Decreto nº 2741/2019, Artigo 24, incisos X a XXII, que aprova o Regulamento da Controladoria Geral do Estado – CGE conforme seus Anexos; na Resolução nº 009/2014-CGE, que definem as competências dos Agentes de Controle Interno; e na Instrução Normativa nº 01/2021-CGE, que estabelece a elaboração do Plano de Trabalho aos Agentes de Controle Interno, é apresentado o Plano de Trabalho para o exercício de 2021, que tem como principal finalidade elaborar um cronograma preliminar com as atividades previstas de serem realizadas no presente exercício, em observância aos princípios básicos que regem a administração pública, à luz das normativas vigentes.

O documento servirá como parâmetro para, por amostragem, analisar, avaliar, orientar, recomendar e monitorar os procedimentos internos, operacionais e administrativos da Casa Civil, de forma prévia ou preventiva, concomitante ou à posteriori, prezando pela eficiência, eficácia, economicidade e efetividade dos controles adotados pelos setores deste órgão.

Ressalta-se que o planejamento ora apresentado poderá sofrer alterações em decorrência de fatores imprevistos como bem demonstrou o exercício anterior de 2020, podendo haver tanto supressões quanto adições de atividades não programadas, estas últimas devido à implantação do Plano de Integridade e Compliance na Casa Civil no qual será apurada uma matriz de riscos que gerará planos de ação que poderão ser objeto de acompanhamento pelo Controle Interno, além de outros fatores que poderão ser tomados por prioridade demandados pelos órgãos de Controle Externo e também os formulários avaliativos elaborados pela Coordenadoria de Controle Interno da CGE.

2. Objetivo Geral:

É objetivo do Plano de Trabalho, a definição das linhas de atuação do Controle Interno para o período em um sentido mais amplo, além daquelas estabelecidas pela Coordenadoria de Controle Interno da Controladoria-Geral do Estado – CGE que por meio do Sistema E-CGE gera formulários com diversas questões, afim de, avaliar a consistência e confiabilidade dos procedimentos adotados no órgão.

O Agente de Controle Interno da Casa Civil não se limita a responder os questionários elaborados pela CGE, atua também preventivamente em temas, indicadores e situações observadas no dia a dia, avaliando os controles administrativos correlatos, bem como, auxiliando por meio de recomendações e sugestões, a adoção de medidas que visem evitar possíveis desconformidades futuras. Essas recomendações serão submetidas à aprovação do Gestor quanto às suas viabilidades e pertinências.

3. Iniciativas previstas para serem realizadas em 2021 e o respectivo cronograma temporal de realização:

3.1 Plano de Trabalho do Controle Interno para o exercício de 2021.
Execução: JAN - FEV
Objetivo:

• Estabelecer uma rotina de trabalho.
• Balizar as atividades durante o ano.

Atividades:

• Elaborar o Plano de Trabalho com base nas demandas recebidas da CGE e dos órgãos de Controle Externo e em observações de inconformidades que podem gerar riscos.
• Definir quais as áreas, conteúdos e ações a serem executadas pelo Controle Interno.
• Submeter à apreciação do Gestor do órgão e da CGE.
• Publicar no Diário Oficial.

3.2 Relatório e Parecer Anual do Controle Interno, a ser incluído na Prestação de Contas da Casa Civil, conforme Instrução Normativa nº 158/2021 do Tribunal de Contas do Estado.
Execução: MAR

Objetivo:

• Enviar o Relatório do Controle Interno ao Gestor do órgão para análise e posterior inclusão na Prestação de Contas da Casa Civil perante o Tribunal de Contas pelo SEI-CED, dentro do prazo estabelecido.

Atividades:

• Reunir todas as informações necessárias para a confecção do Relatório.
• Elaborar o relatório seguindo modelo contido na Instrução Normativa nº 03/2021 da CGE, cumprindo as exigências do art. 74 da Constituição Federal.
• Obter, junto aos setores da Casa Civil, informações complementares.

3.3 Plano Plurianual 2020-2023:
Objetivo:

• Cumprir os incisos I e II do Art. 74 da Constituição Federal
• Obter uma visão sobre o cumprimento parcial e final das metas e da utilização dos recursos orçamentários avaliando a conformidade com o estabelecido no Plano Plurianual para o exercício de 2021.
• Evidenciar no relatório avaliações do Controle Interno e índices de eficácia e eficiência sobre o cumprimento de metas e do orçamento previstos no Plano Plurianual 2020/2023 e na Lei Orçamentária Anual de 2021 de ao menos um Programa de Governo do órgão.

3.3.1 - Planilha Quadrimestral de Acompanhamento de Metas e Utilização Orçamentária.
Execução: JAN (final de 2020) – MAI – SET (parciais de 2021)

Atividades:

• Preencher as Planilhas de cada Programa/Projeto selecionados pela Coordenadoria de Controle Interno da CGE, extraindo os dados requisitados do Sistema Novo SIAF da Secretaria da Fazenda e do Sistema SIGAME da Secretaria de Planejamento.
• Encaminhar as Planilhas preenchidas à CGE via E-Protocolo.

3.3.2 - Relatório Quadrimestral de Avaliação do Cumprimento das Metas de Execução dos Programas de Governo e do Orçamento, conforme Instrução Normativa nº 02/2020, alterada a periodicidade pela IN nº 04/2020 da CGE.
Execução: JAN (final de 2020) – MAI – SET (parciais de 2021)
Atividades:

• Elaborar o relatório seguindo o Guia Prático de Políticas Públicas, criado pela CGE.
• Obter as justificativas e pareceres dos setores responsáveis pela execução dos programas.
• Com base nos dados e nos pareceres dos responsáveis, emitir uma avaliação/conclusão do Controle Interno.
• Encaminhar o Relatório à CGE via E-Protocolo.

3.4 Recursos Humanos:
Objetivo:

• Identificar inconformidades nas ausências justificadas por motivos de saúde.
• Averiguar o correto processamento da folha no Sistema Meta-4 e a documentação suporte.
• Fornecer informações à Coordenadoria de Controle Interno através das planilhas das 3.4.1 e 3.4.2.
• Atender possíveis demandas geradas pela CGE a respeito do setor.

3.4.1 - Planilha Mensal de Atestados Médicos e Odontológicos apresentados

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

pelos servidores do órgão.
Execução:
JAN – FEV – MAR – ABR – MAI – JUN – JUL – AGO – SET – OUT – NOV – DEZ

Atividades:

• Preencher com auxílio do GRHS a planilha criada pela CGE.
• Verificar de forma amostral se os atestados apresentados estão de acordo com a Resolução nº 05/2020 da CGE.
• Verificar os casos de ausências superiores a 3 dias/mês quanto a marcação de perícia médica.
• Enviar via E-Protocolo à CGE.

3.4.2 - Planilha Quadrimestral de Acompanhamento Quantitativo de Pessoal.
Execução: JAN – MAI – SET

Atividades:

• Preencher a Planilha enviada pela CGE conforme Ofício Circular nº 002 de 2020 obtendo as informações junto ao GRHS do órgão.
• Acompanhar os números de entradas e saídas de servidores efetivos, comissionados e estagiários que atuam no órgão, bem como as cessões para outros órgãos e vice-versa.
• Remeter a Planilha via E-Protocolo à CGE.

3.4.3 - Folha de Pagamento.
Execução: AGO

Atividades:

• Selecionar de forma amostral servidores da Casa Civil através do Portal da Transparência/Remunerações.
• Aplicar testes aos contra cheques dos servidores selecionados analisando a correta composição da remuneração em relação ao cargo/função exercidos e o ato legal formalizado para sua atribuição.
• Verificar se os descontos específicos são compatíveis com os fatos geradores.

3.5 Órgãos de Controle Externo:
Objetivo:
• Subsidiar a Coordenadoria de Controle Interno da CGE com informações referentes às fiscalizações do Controle Externo.
• Acompanhar o conteúdo dos questionamentos analisando as medidas tomadas pela gestão.
• Monitorar para o cumprimento dos prazos de resposta.
• Atender as reivindicações realizadas ao Controle Interno.

3.5.1 - Auxiliar o Gestor e os setores na elaboração de Planos de Ação e respostas às demandas do Tribunal de Contas do Estado, tanto as consultivas via CACO quanto as recomendativas via APA.
Execução:
JAN – FEV – MAR – ABR – MAI – JUN – JUL – AGO – SET – OUT – NOV – DEZ

Atividades:
• Orientar o Gestor e os setores envolvidos quando requisitado.
• Repassar orientações recebidas pelo TCE.

3.5.2 – Remessa mensal à CGE, de cópia de todas as demandas (CACO e APA) recebidas do Tribunal de Contas do Estado e as respectivas respostas, relativos ao mês anterior, em cumprimento a Resolução nº 008 de 2021 da CGE. Fazer o mesmo, caso haja demandas oriundas de outros órgãos externos.

Execução:
JAN – FEV – MAR – ABR – MAI – JUN – JUL – AGO – SET – OUT – NOV – DEZ

Atividades:

• Gerar Relatório das Demandas no Canal de Comunicação do site do TCE e a Matriz de Achados no caso do Sistema de Gestão de Acompanhamento.
• Baixar a Conclusão das Demandas e respectivos Anexos se houver.
• Ordenar as informações em arquivos sequenciais por demanda e preencher a planilha resumo anexa elaborada pela CGE e enviar via E-Protocolo.

3.5.3 – Acórdãos de decisões julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado referentes à Casa Civil.
Execução:
JAN – FEV – MAR – ABR – MAI – JUN – JUL – AGO – SET – OUT – NOV – DEZ

Atividades:

• Monitorar e avaliar o atendimento das determinações e ressalvas oriundas dos Acórdãos de decisões julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado referentes ao órgão quando existirem.

3.6 Formulários Avaliativos enviados pela Coordenadoria de Controle Interno através do Sistema E-CGE de acordo com a Instrução Normativa nº 02/2021 da CGE:
Objetivo:

• Identificar possíveis falhas na execução dos trabalhos e desconformidades no cumprimento das normas para os setores e atividades contemplados.
• Subsidiar o Gestor com informações para que este adote medidas saneadoras.
• Obter informações para futuras atuações do Controle Interno junto às áreas apontadas.
• Sugerir melhorias de procedimentos onde haja falhas de execução evitando possíveis riscos.

3.6.1 - Avaliação dos controles internos adotados nas áreas selecionadas.
Execução:
ABR – JUN – AGO - OUT

Atividades:

• Responder aos quesitos dos Formulários com base em informações sobre os procedimentos adotados obtidas junto aos responsáveis pelos setores envolvidos.
• Verificar se as respostas aos quesitos são compatíveis com os testes aplicados, analisando as documentações comprobatórias e anexando-as ao E-CGE quando exigido.
• Remeter o questionário respondido à CGE através do sistema E-CGE dentro do prazo pré-estabelecido.
• Informar ao gestor sobre as inconsistências encontradas (achados) o qual poderá fazer as justificativas que considerar necessárias.
• Extrair os achados e recomendações do E-CGE enviando-os quadrimestralmente ao Tribunal de Contas pelo Sistema SEI-CED.

3.6.2 - Planos de Ação propostos pelo Gestor para solucionar ou mitigar riscos dos achados encontrados quando do preenchimento dos Formulários avaliativos que geraram recomendações por parte da Coordenadoria de Controle Interno da CGE.
Execução:
MAI – JUN – JUL – AGO – SET – OUT – NOV – DEZ

Atividades:

• Acessar o Sistema E-CGE e seguir o trâmite e prazos estabelecidos no Manual do E-CGE.
• Submeter ao Gestor as recomendações elaboradas pela Coordenadoria de Controle Interno da CGE sobre os achados o qual as acatando, elaborará Planos de Ação.
• Acompanhar o cumprimento dos Planos de Ação propostos, quanto à efetividade das ações propostas e o cumprimento do cronograma estabelecido.

3.7 Atender a demanda criada pela CGE para avaliação do cumprimento de prazos de envio de dados ao Sistema SEI-CED do Tribunal de Contas, dos demais módulos além do Controle Interno.
Execução: JAN – MAI – SET

Objetivo:

• Atender a legislação vigente e as exigências do TCE-PR.
• Evitar apontamentos por parte do TCE quanto ao não cumprimento de tarefas e prazos.
Atividades:

• Preencher planilha enviada pela CGE.
• Monitorar o Sistema SEI-CED acompanhando a regularidade dos envios.
• Retornar a planilha preenchida à CGE via E-Protocolo.

3.8 Acompanhar a implementação do Plano de Integridade e Compliance pela Agente de Compliance do Núcleo de Integridade e Compliance - NIC`s, cujas atividades serão realizadas em 2021, auxiliando-a no que for necessário.
Execução: A partir da implementação, acompanhamento do Plano de Integridade e Compliance
Objetivo:

• Contribuir com as observações do Controle Interno para a confecção da matriz de risco.
Atividades:

• Conhecer sobre a tabulação dos riscos detectados.
• Se solicitado, contribuir para elaboração dos Planos de Ação.

3.9 Por solicitação da CGE a pedido da SEFA, acompanhar os trabalhos de extinção do Departamento de Imprensa Oficial do Estado - D.I.O.E cujos procedimentos ficaram à cargo da Casa Civil em cumprimento a Lei 20385/2020 e os Decretos 4554 de 29/04/2020 e 6402 de 10/02/2020.
Execução: JAN – FEV – MAR – ABR
Objetivo:
• Atender solicitação da CGE para acompanhamento, verificando a conformidade dos procedimentos em andamento no que tange a extinção da D.I.O.E.
Atividades:

• Acompanhar se a Comissão Executiva de Relatório de Inventário está atuante e cumprindo as determinações impostas em legislação.
• Acompanhar os protocolos envolvidos sobre os procedimentos de cunho orçamentário, financeiro e contábil.
• Verificar a baixa do CNPJ e a aprovação final das contas da D.I.O.E pelo TCE (até 30/04/2021).
• Checar a transferência de saldos contábeis.

3.10 Licitações e Contratos:
Execução:
JAN – FEV – MAR – ABR – MAI – JUN – JUL – AGO – SET – OUT – NOV – DEZ

Objetivo:
• Contribuir para manter a lisura e legalidade dos processos de acordo com a legislação vigente.
• Verificar o contido no Decreto 5880 de 07/10/2020 sobre o obrigatório e correto uso do Sistema GMS seja cumprido.

Atividades:
• Acompanhar a Fase Externa de Processos Licitatórios instituídos no órgão, desde a publicação dos editais, verificando o cumprimento da legislação a respeito e a correta formalização dos processos.
• Conferir a formalização de novos contratos por dispensa de licitação originários do órgão.
• Alertar os responsáveis sobre quaisquer anormalidades constatadas.

3.11 Pagamentos efetuados pelo Financeiro:
Execução: JUL

Objetivo:

• Averiguar as corretas formalizações e autorizações nas fases de Pré-empenho, Empenho, Liquidação e Pagamento.

Atividades:
• Seleção por amostragem no Sistema Novo SIAF de pagamentos efetuados pelo financeiro da Casa Civil.
• Obtenção dos números dos processos no E-Protocolo dos pagamentos selecionados, verificando a conformidade dos documentos financeiros e a correta instrução do processo.

3.12 TaxiGOVPR.
Execução: NOV

Objetivo:
• Se há o cumprimento ao Decreto 5822 de 29/09/2020.
Atividades:

• Verificar se, os deslocamentos de servidores para atividades meramente administrativas está sendo feito em Táxis mediante aplicativo e se o uso de veículos oficiais restringe-se a atividades de representação.
• Verificar como está sendo feito o recolhimento de veículos oficiais mais antigos que deixarem de ser usados por conta do programa.

3.13 Capacitação Profissional:
Execução:
JAN – FEV – MAR – ABR – MAI – JUN – JUL – AGO – SET – OUT – NOV – DEZ

Objetivo:
• Adicionar conhecimentos que possam ser úteis no exercício da função.
• Tomar conhecimento de orientações a respeito dos trabalhos.

Atividades:
• Monitorar os cursos disponibilizados pelas Escolas de Gestão do Governo do Paraná e Tribunal de Contas do Paraná em áreas de interesse e cujos conhecimentos possam ser aplicados nas atividades do Controle Interno.
• Realizar os cursos obtendo-se as certificações.
• Participar de quaisquer eventos promovidos pela CGE da qual for convocado.

3.14 Atualização sobre fatos e legislação:
Execução:
JAN – FEV – MAR – ABR – MAI – JUN – JUL – AGO – SET – OUT – NOV – DEZ
Objetivo:
• Manter-se sempre atualizado com a legislação vigente em assuntos inerentes as atividades do órgão.
• Manter-se inteirado dos assuntos que sejam notícias, principalmente daqueles que de alguma forma sejam úteis à condução dos trabalhos.
Atividades:
• Acessar o Diário Oficial do Estado diariamente.
• Acessar os principais sites de notícias na internet.

3.15 Acompanhamento de providências pendentes resultantes das avaliações feitas durante 2020.
Execução: JUN

Objetivo:
• Contribuir com sugestões para a melhoria dos controles existentes e reiterar os responsáveis para as suas adoções no caso de não terem sido implantadas.

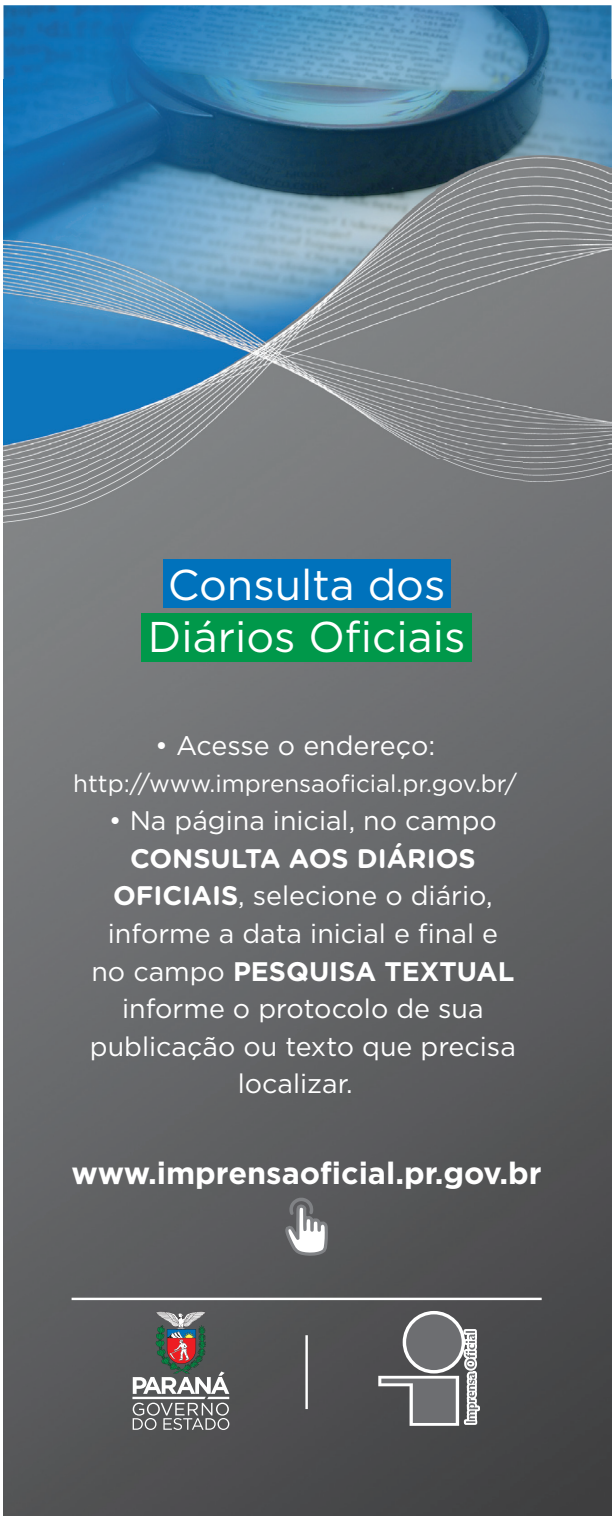
Atividades:
• Verificar se os apontamentos gerados aos setores de Patrimônio e Almoxarifado foram efetivados.

A execução das iniciativas de número 3.4.3 e 3.10 poderão ser alteradas quanto ao escopo à medida que as áreas estão previstas também como objeto de avaliação dos formulários avaliativos enviados pela CGE (3.6).

Curitiba, 09 de Março de 2021.

Décio Luiz Bozza
Agente de Controle Interno da Casa Civil

485192021



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN

CHAMAMENTO PÚBLICO nº 01/2021

OBJETO: Chamamento Público para doação de bens móveis inservíveis e/ou desnecessários.
PROTOCOLO: nº 17.245.224-8.
DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO: Em função do Decreto Estadual nº6.983, de 26/02/2021, expedido pelo Governo do Paraná face o cenário epidemiológico da COVID-19, a Comissão para Avaliação de Inservibilidade / Desnecessidade dos bens deste Detran/PR, nomeada pela Portaria nº007/2018, decidiu pela prorrogação do prazo por mais 10 dias úteis contados do dia **10/03/2021**, data em que encerra a vigência das medidas impostas pelo referido Decreto, para que as entidades e órgãos interessados nos itens a serem doados possam encaminhar as suas solicitações. Este prazo poderá ser ampliado na mesma proporção de dias em que venha a ser estendido o prazo de encerramento da vigência do decreto. Portanto, inicialmente, o novo prazo concedido encerrará no dia **23/03/2021**.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: *Os interessados poderão efetuar o "download" dos Editais acessando o portal da Internet denominado http://www.detran.pr.gov.br/Pagina/Editais-publicados-pelo-Detran.*

42129/2021

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil

COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL
PORTARIA N.º 006/2021

O Coordenador Estadual da Defesa Civil - DC, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 15 e 93, da Lei n.º 19.848, de 3 de maio de 2019, o artigo 1º, §§ 1º e 2º do artigo 4º e anexo VI da Lei nº 17.172 de 24 de maio de 2012, juntamente com o artigo 1º, anexo único da Lei 20.095 de 19 de dezembro de 2019 RESOLVE:
Art. 1º Dispensar, a partir de 28 fevereiro de 2021, o Ten.-Cel. QOBM Adriano de Mello, RG 6.148.831-6, da Função Privativa Policial de Chefe de Divisão da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil – DC da Governadoria, (FPP 4);
Art. 2º Dispensar a partir de 28 de fevereiro de 2021, o Cap. QOBM Marcos Vidal da Silva Júnior, RG 8.896.129-3, da Função Privativa Policial de Chefe de Divisão da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil – DC da Governadoria, (FPP 4);
Art. 3º Dispensar, a partir de 28 de fevereiro de 2021, o 1º Sgt. QPM 1-0 Maurício Souza Santos RG 5.788.109-7, da Função Privativa Policial de Agente Operacional da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil – DC da Governadoria, (FPP 9);
Art. 4º Dispensar, a partir de 28 de fevereiro de 2021, o 1º Sgt. QPM 2-0 Hederson Liiber RG 3.977.068-7, da Função Privativa Policial de Agente Operacional da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil – DC da Governadoria, (FPP 9);
Art. 5º Designar, a partir de 1º de março de 2021, o Maj. QOBM Murilo Cezar Nascimento RG 7.682.355-3, na Função Privativa Policial de Chefe de Divisão da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil – DC da Governadoria, (FPP 4);
Art. 6º Designar, a partir de 1º de março de 2021, o Cap. QOBM Anderson Gomes das Neves RG 6.467.884-1, na Função Privativa Policial de Chefe de Divisão da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil – DC da Governadoria, (FPP 4);
Art. 7º Designar, a partir de 1º de março de 2021, o Cap. QOPM Daniel Piculski, RG 6.303.954-3, na Função Privativa Policial de Agente Operacional da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil – DC da Governadoria, (FPP 9);
Art. 8º Designar, a partir de 1º de março de 2021, o Cap. QOBM Marcos Vidal da Silva Junior, RG 8.896.129-3, na Função Privativa Policial de Agente Operacional da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil – DC da Governadoria, (FPP 9).
Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 8 de março de 2021.
Cel. BM RR Fernando Raimundo Schunig,
Coordenador Estadual da Defesa **Civil.**

42918/2021

Controladoria Geral do Estado

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

RESOLUÇÃO CGE Nº 16/2021

Designa servidores como gestor e fiscal do Contrato n°181/2021, firmado entre a Controladoria-Geral do Estado e a empresa OI/S.A.
O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019; pelo Anexo V, inciso VI, da Lei Estadual nº 19.435, de 26 de março de 2018; e pelo parágrafo segundo, do art. 10 da Lei Estadual nº 17.745, de 30 de outubro de 2013,
RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores EVALDO RODRIGUES DE BARROS, RG 3.261.930-4, CPF 544.361.509-25, e ANA CRISTINA SCANDELARI, RG 1.466.334-7, CPF 500.058.129-68, como gestor e fiscal, respectivamente, do Contrato n° 181/2021, que versa sobre o fornecimento de serviço telefônico fixo comutado (0800) / discagem direta gratuita – DDG, na modalidade local e de longa distância Nacional , firmado pela Controladoria-Geral do Estado e a empresa OI S/A, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº 76.535.764/0001-43, para atuarem como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados, conforme disposto no art. 118 da Lei Estadual nº 15.608/07.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 05 de março de 2021.
RAUL CLEI COCCARO SIQUEIRA
Controlador-Geral do Estado

41790/2021

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

RESOLUÇÃO CGE Nº 17/2021

Designa servidores como gestor e fiscal do Contrato n° 2453/2020, firmado entre a Controladoria-Geral do Estado e a empresa. RJR Comércio e Serviços de Informática Ltda.
O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019; pelo Anexo V, inciso VI, da Lei Estadual nº 19.435, de 26 de março de 2018; e pelo parágrafo segundo, do art. 10 da Lei Estadual nº 17.745, de 30 de outubro de 2013,
RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores ELGESON JOSÉ DA SILVA DE JESUS, RG 6.293.659-2, CPF 019.928.379-61, e FERNANDO BOCCHI BARBALHO, RG 6.088.682-2, CPF 018.676.419-76, como gestor e fiscal, respectivamente, do Contrato n° 2453/2020, que tem por objeto o fornecimento de serviços de Computação em Nuvem para utilização das APIs do produto Google Maps e Vision API, firmado pela Controladoria-Geral do Estado e a empresa RJR Comércio e Serviços de Informática Ltda, empresa privada, CNPJ 11.508.825/0001-38, para atuarem como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados, conforme disposto no art. 118 da Lei Estadual nº 15.608/07.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 05 de março de 2021.
RAUL CLEI COCCARO SIQUEIRA
Controlador-Geral do Estado

41791/2021

Secretaria da Administração e da Previdência

DESPACHO N.º: 369/2021
Protocolo n.º: 17.064.645-8
Interessado: Departamento de Logística para Contratações Públicas-Decon
Assunto: Procedimento licitatório – PE n.º 1305/2020 – Homologação
Data: 05/03/2021

1. Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, de nº PE 1.305/2020 - SRP, tipo menor preço, composto por 02 (dois) lotes, visando o Registro de Preços, por um período de 12 (doze) meses, para futura e eventual aquisição de **CAFÉ SUPERIOR** conforme especificações contidas no Edital e Anexos (fls. 370/423a). O procedimento tem a finalidade de atender a demanda de diversos órgãos e entidades da administração pública do Estado do Paraná, descritas no Anexo VI do Edital (fls. 395/406).

2. A empresa declarada vencedora se encontra relacionada abaixo:

RAZÃO SOCIAL	LOTES
L.M. L.M. DISTRIBUIÇÃO DE CAFÉ LTDA.	01 e 02

3. O valor total arrematado no procedimento importa em **R$ 1.387.097,88** (um milhão, trezentos e oitenta e sete mil, noventa e sete reais e oitenta e oito centavos), obtendo-se desconto aproximado de 37,45% sobre o valor máximo fixado para a disputa.

4. Considerando a Informação nº 132/2021 da Assessoria Técnica desta Secretaria (fls. 580/581a), de que as formalidades legais exigidas foram observadas pelos licitantes e pela Administração Pública e com fundamento no art. 5º, §1º, do Decreto Estadual nº 2.734/2015, **HOMOLOGO** este procedimento licitatório.

5. Saliento que, previamente à realização de despesa, os usuários do Registro de Preços deverão comprovar a efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, na disciplina da Lei Federal nº 4.320/64, bem como observar as demais disposições legais aplicáveis, incluindo-se a verificação da Certidão de Regularidade Fiscal - CRF, nos termos do art. 6º, §1º, do Decreto nº 9.762/2013.

Marcel Henrique Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

42247/2021

Resolução SEAP nº. 10.353/2021

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, pela Lei Estadual Nº19.848 de 03 de maio de 2019 e pelo Decreto nº 3.888 de 21 de janeiro de 2020, e considerando o Ofício nº 282/2021–PGE/10ª PRE, contido no protocolado nº 17.298.771-0, que trata de cumprimento da decisão proferida nos Autos nº 0001883-74.2018.8.16.0019.

RESOLVE

Art. 1º Retificar o Anexo Único da Resolução n°1.239, de 23 de abril de 2015, publicado no Diário Oficial nº 9.445, de 06 de maio de 2015, na parte que concedeu a Promoção, em 01 (uma) Classe salarial pelo critério de Antiguidade, ao servidor Agente Profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, para constar, por força de decisão judicial, o que segue:

ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	DE		PARA		A partir de
					CL	REF	CL	REF	
SESP	AP	SEBASTIAO ZANARDINI ALMEIDA	41743042	2	III	01	II	01	17/09/2013

Art. 2º Compete a Unidade de Recursos Humanos de lotação do servidor providenciar a correção nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de março de 2021.

Marcel Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

41901/2021

Resolução SEAP nº. 10455

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 2491 de 23 de janeiro de 1984.

R E S O L V E:

Converter, para a Reforma por invalidez, IVAN JOSE MARTIGNAGO, RG: 4.177.268-9, 1° Sargento, LF-01, da PMPR, de acordo com o Parágrafo único do artigo 90 item 2 da lei 6417/73, alínea 'b' do artigo 170 e alínea 'b' item 2 do artigo 171 da Lei 1943/54.
Protocolo nº 17.135.448-0.

Curitiba, 04 de março de 2021

Marcel Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10456

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 2491 de 23 de janeiro de 1984.

R E S O L V E:

Converter, para a Reforma por invalidez, ACIR MACHADO, RG: 4.220.821-3, Cabo, LF-01, da PMPR, de acordo com o Parágrafo único do artigo 90 ítem 2 da lei 6417/73, alínea 'b' do artigo 170 e alínea 'a' item 2 do artigo 171 da Lei 1943/54.
Protocolo nº 17.134,988-5.

Curitiba, 04 de março de 2021

Marcel Micheletto
ecretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10457

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 2491 de 23 de janeiro de 1984.

R E S O L V E:

Transferir, Ex-Officio, a partir de 19 de fevereiro de 2021, para a Reserva Não Remunerada da Polícia Militar do Estado do Paraná, VINICIUS DE OLIVEIRA PEDROSO, RG nº 9.246.199-8, Soldado 1ª Classe, LF-01, de acordo com o artigo 45, parágrafo 1º da Constituição Estadual e artigo 167, Letra A, da Lei nº 1.943/54.
Protocolo nº 17.284.979-2.

Curitiba, 04 de março de 2021

Marcel Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10458

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de EDSON LUIS RIBEIRO, R.G. nº 3.768.036-2, LF 01, PMPR, alterando a graduação de Soldado 1ª Classe referência 5 para Cabo referência 5, em atendimento aos autos n° 0004828-59.2020.8.16.0182, do 15° Juizado Especial da Fazenda Pública de Curitiba – PR. Cálculo de fls. 48 – PRPREV. Valor dos proventos R$ 5.440,45 (Cinco mil, quatrocentos e quarenta reais e quarenta e cinco centavos). Efeitos financeiros a partir de 01/01/2020, sem pagamento de retroativos.
Protocolo nº 17.338.697-4.

Curitiba, 04 de março de 2021.

Marcel Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10459

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 2.491, de 23 de janeiro de 1984,

R E S O L V E

Tornar sem efeito, a Resolução nº 15133 de 22/08/2018, em nome de VALDIR ALVES, RG 4.244.887-7, LF 01, tendo em vista o Parecer n° 03/2021, do Tribunal de Contas do Paraná, restabelecendo os efeitos da Resolução n° 13843 de 30/05/2018.
Protocolo nº 17.404.074-5.

Curitiba, 04 de fevereiro de 2021.

Marcel Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10460

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 2.491, de 23 de janeiro de 1984,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLVE

Tornar sem efeito, a Resolução nº 15149 de 22/08/2018, em nome de IVANISE MEDEIROS DE ALBUQUERQUE GARCIA , RG 870.925-4, LF 03, tendo em vista o Parecer n° 124/2020, do Tribunal de Contas do Paraná, restabelecendo os efeitos da Resolução n° 13276 de 02/04/2018.
Protocolo nº 17.365.098-1.

Curitiba, 04 de fevereiro de 2021.

Marcel Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

35592/2021

Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR

PORTARIA JCP n. 033/2021

O Presidente da JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 23 da Lei Federal n.º 8.934/94, artigo 25 do Decreto Federal n.º 1800/96 e demais disposições regulamentares, Resolve: **DESIGNAR,**
ARQUIMEDES DO AMARAL, portador do RG: 5.660.539-8, Servidor Público, lotado na Prefeitura Municipal de Paranavaí/PR, para atuar exclusivamente como Relator Titular na Agência Regional da Junta Comercial em Paranavaí/PR, para proferir decisões singulares nos documentos relativos à CONSTITUIÇÃO, ALTERAÇÃO, DISSOLUÇÃO, DECLARAÇÕES DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, bem como em Atos concernentes às SOCIEDADES COOPERATIVAS, de acordo com o artigo 42 da Lei Federal n°8934 de 18 de novembro de 1994.
É vedado o uso dessa delegação nos processos que envolvam atos de SOCIEDADES ANÔNIMAS, INCORPORAÇÕES, CISÕES E FUSÕES de quaisquer tipos societários. Fica o servidor autorizado também a proceder a autenticação de livros mercantis e agentes auxiliares do comércio no referido escritório, mediante conferência prévia dos termos de abertura, de encerramento e do respectivo número de ordem, bem como autenticação de fotocópias.
Publique-se. Curitiba – PR, em 8 de março 2021.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente da JUCEPAR

42166/2021

Serviço Social Autônomo PARANAPREVIDÊNCIA

PARANAPREVIDÊNCIA

Resumo dos atos de concessão de benefícios previdenciário - **Os Diretores Presidente e de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei Nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, **CONCEDEM** os benefícios previdenciários abaixo relacionados:
Ato n.123498/21, Pensão por morte, Protocolo 0.017.236.763-1. Segurado: ARLETE GEREMIAS ELEUTERIO, RG 985.380-4 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: RICARDO ELEUTERIO, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 7579.49. Total do Benefício R$ 7579.49
Ato n.123509/21, Pensão por morte, Protocolo 0.017.234.970-6. Segurado: ANTONIO FENILLE, RG 1.176.955-1 - LF 2. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: ZULMA DEBARBA FENILLE, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 19817.72. Total do Benefício R$ 19817.72
Ato n.123510/21, Pensão por morte, Protocolo 0.017.043.545-1. Segurado: SALVADOR MARTINS DE OLIVEIRA, RG 1.586.178-9 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: MARIA DA LUZ PINHEIRO DE OLIVEIRA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 792.73. Total do Benefício R$ 792.73
Ato n.123512/21, Pensão por morte, Protocolo 0.017.238.604-0. Segurado: THEODORO FERNANDES DA CRUZ NETO, RG 146.994-0 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: FLORI SENGER DA CRUZ, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 21224.14. Total do Benefício R$ 21224.14

Curitiba, 02 de março de 2021

27954/2021

PARANAPREVIDÊNCIA

Resumo dos atos de concessão de benefícios previdenciário - **Os Diretores Presidente e de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei Nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, **CONCEDEM** os benefícios previdenciários abaixo relacionados:
Ato n.123519/21, Pensão por morte, Protocolo 0.017.318.694-0. Segurado: MATHEOS CHOMATAS, RG 1.688.714-5 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: ELIANE REGINA DA VEIGA CHOMATAS, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 5100.02. Total do Benefício R$ 5100.02
Ato n.123524/21, Pensão por morte, Protocolo 0.016.332.172-6. Segurado: OSWALDO CHERBISKI, RG 662.262-3 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I e II do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: MARIA CHERBISKI, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 5329.60. Total do Benefício R$ 5329.60

Curitiba, 03 de março de 2021

30734/2021

PARANAPREVIDÊNCIA

Resumo dos atos de concessão de benefícios previdenciário - **Os Diretores Presidente e de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei Nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, **CONCEDEM** os benefícios previdenciários abaixo relacionados:
Ato n.123545/21, Pensão por morte, Protocolo 0.017.079.124-0. Segurado: REGINA MARCAL OLIVEIRA, RG 1.028.280-2 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: RAFAEL MARCAL DE OLIVEIRA, Filho(a), Cota 100%, Valor R$ 1384.54. Total do Benefício R$ 1384.54
Ato n.123546/21, Pensão por morte, Protocolo 0.017.222.901-8. Segurado: EDSON LUIZ CAVALHEIRO DE ALMEIDA, RG 3.055.284-9 - LF 3. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: ANA MARIA SEVERIANA, Companheiro(a), Cota 100%, Valor R$ 1277.24. Total do Benefício R$ 1277.24
Ato n.123547/21, Pensão por morte, Protocolo 0.017.222.901-8. Segurado: EDSON LUIZ CAVALHEIRO DE ALMEIDA, RG 3.055.284-9 - LF 2. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: ANA MARIA SEVERIANA, Companheiro(a), Cota 100%, Valor R$ 1806.42. Total do Benefício R$ 1806.42
Ato n.123548/21, Pensão por morte, Protocolo 0.017.187.879-9. Segurado: DOMINGOS BATISTA, RG 1.857.725-9 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: IRAIDA GUIMARAES BATISTA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 2703.05. Total do Benefício R$ 2703.05
Ato n.123549/21, Pensão por morte, Protocolo 0.017.196.001-0. Segurado: IRONDINA PIAZZA VOBETO, RG 166.910-7 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: PEDRO AMANDIO VOBETO, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 2263.30. Total do Benefício R$ 2263.30
Ato n.123550/21, Pensão por morte, Protocolo 0.017.197.308-2. Segurado: PALMIRO BUENO DA SILVA, RG 556.555-3 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19. Beneficiário: JOSEFA BESERRA DA SILVA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 2768.95. Total do Benefício R$ 2768.95
Ato n.123551/21, Pensão por morte, Protocolo 0.017.207.609-2. Segurado: MARCOS JOSE PINHO, RG 5.992.236-0 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I e II do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: CELMA BETT PINHO, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 4618.99. Total do Benefício R$ 4618.99

Curitiba, 04 de março de 2021

35225/2021

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR
PORTARIA Nº **074,** DE 04 DE MARÇO 2021.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 18, inciso VIII, do Decreto n° 4.377, de 24 de abril de 2012, e em conformidade ao art. 11 da Lei Est. n° 17.026, de 20 de dezembro de 2011, resolve: Designar a servidora **CLARICE SANTOS MACIEL**, RG 6.668.455-5 SSP/PR, para responder pelas atividades relativas à Diretoria Administrativa Financeira da ADAPAR, no período de 08/03/2021 a 06/04/2021, em substituição ao servidor **ADALBERTO LUIZ VALIATI**, RG nº 1.648.279-0 SSP/PR, por motivo de férias do titular. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Publique-se. **Otamir Cesar Martins,** Diretor Presidente.

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR
PORTARIA Nº **075,** DE 04 DE MARÇO 2021.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Inciso XIV, do Art. 18, do Anexo a que se refere o Decreto nº 4.377/2012, em conformidade com o disposto nos Art. 306, da Lei Estadual nº 6.174/1970 e Art. 2º, do Decreto nº 5.792/2012, considerando a necessidade de estabelecer procedimentos para a apuração de irregularidades ou faltas funcionais no âmbito da Adapar, **RESOLVE:** Instituir a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância - CPPADS, com a atribuição de apurar irregularidades ou faltas funcionais no âmbito da ADAPAR, na forma regulamentada por esta Portaria, disponível no endereço http://www.adapar.pr.gov.br/FAQ/Portarias-Adapar. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se. **Otamir Cesar Martins,** Diretor Presidente.

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR
PORTARIA Nº **076,** DE 05 DE MARÇO 2021.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 18, inciso VIII, do anexo a que se refere o Decreto n° 4.377, de 24 de abril de 2012, e em conformidade ao art. 11, da Lei Estadual nº 17.026, de 20 de dezembro de 2011, **RESOLVE:** Designar os servidores, conforme tabela disponível em http://www.adapar.pr.gov.br/FAQ/Portarias-Adapar, para coordenar os Programas, Ações e Divisões no âmbito da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – Adapar. Aos servidores designados é atribuída a Função Comissionada de Confiança – FCC. Considerando o princípio da eficiência a que está sujeita a administração pública, o Coordenador do Programa de Fortalecimento dos Conselhos de Sanidade Agropecuária – CSA e Educação Sanitária em Defesa Agropecuária desenvolverá

suas ações na Assessoria Técnica do Gabinete. Fica Revogada a Portaria nº 284, de 16 de novembro de 2020. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se. **Otamir Cesar Martins,** Diretor Presidente.

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR
PORTARIA Nº **077,** DE 05 DE MARÇO 2021.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições e considerando o disposto no protocolado nº 17.373.152-3, resolve: autorizar o servidor Andervol Alencar Pinheiro, da Prefeitura Municipal de Mangueirinha, a emitir Guias de Trânsito Animal - GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos de comprovantes de vacinação no banco de dados da Adapar, sob a fiscalização do médico veterinário da ULSA de Coronel Vivida. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se. Publique-se. **Otamir Cesar Martins,** Diretor Presidente.

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR
PORTARIA Nº **078,** DE 05 DE MARÇO 2021.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições e considerando o disposto no protocolado nº 17.379.300-6, resolve: autorizar os servidores Alex da Silva Santos e Ana Luíza dos Santos Rosa, da Prefeitura Municipal de Pérola, a emitir Guias de Trânsito Animal - GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos de comprovantes de vacinação no banco de dados da Adapar, sob a fiscalização do médico veterinário da ULSA de Pérola. Fica revogada a Portaria nº 367, de 27 de novembro de 2019. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se. Publique-se. **Otamir Cesar Martins,** Diretor Presidente.

36122/2021

Superintendência Geral de Tecnologia e Ensino Superior

PORTARIA N.º 010/2020 - SETI

O Superintendente Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no uso de suas atribuições legais, considerando os dispositivos da Lei Federal n.º 9.394 de 20/12/96, e nos termos da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, e do Decreto Estadual nº 1419, de 23 de maio de 2019, modificado pelo Decreto nº 4245, de 17 de março de 2020 e o contido nos protocolados n.ºs 17.034.008-6 e 17.148.194-5

RESOLVE

Art. 1º - Homologar a Deliberação n.º 06/20, aprovada em 09/11/20 pelo Conselho Pleno do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE), que fixa normas para as Instituições de Educação Superior mantidas pelo Poder Público Estadual e Municipal do Estado do Paraná e dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições e de seus cursos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de março de 2021.

Curitiba, 04 de março de 2020.

Aldo Nelson Bona
SUPERINTENDENTE GERAL
DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

34726/2021

Universidade Estadual de Ponta Grossa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PLANO ANUAL DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO – EXERCÍCIO 2021

O Plano Anual de Trabalho do Controle Interno da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), para o Exercício de 2021, está determinado em função da Instrução Normativa CGE/PR. 02/2020 e o Decreto Estadual n. 2.741/2019, Art. 24- Seção II, que trata das atribuições dos Núcleos de Integridade e Compliance Setorial (NICS).

Ação 1 - Prestação de contas

1- Avaliar os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; 2- Emitir relatórios de avaliação dos resultados, quanto à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos termos do art. 74 da Constituição Federal no âmbito da UEPG. 3- Executar ações de avaliação da gestão para fins de constituição do processo de prestação de contas anual submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), para fins de julgamento das contas dos gestores da UEPG; 4- Acompanhar as execuções orçamentárias, financeiras e patrimonial, na medida de suas possibilidades técnicas, considerando-se o número reduzido de servidores lotados na Coordenadoria de Controle Interno; 5- Examinar e avaliar o Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2021 sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Administrativos (PROAD). 6- Avaliar o cumprimento e a execução das metas previstas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) quadrimestralmente e na Lei de Orçamento Anual (LOA).

Ação 2 - Atender as demandas da Controladoria Geral do Estado do Paraná (CGE-PR)

1- Atuar de forma integrada com a Coordenadoria de Controle Interno da CGE-PR; 2- Utilizar os aplicativos de Tecnologia de Informação disponibilizados pela CGE-PR; 3- Informar à Controladoria de Controle Interno da CGE-PR sobre os problemas ocorridos na obtenção da documentação e/ou desenvolvimento dos trabalhos; 4- Encaminhamento de atestados médicos de servidores mensalmente conforme orientações da CGE-PR e a Resolução 005/2020; 5- Acompanhar as transferências voluntárias (quadrimestralmente);
6- Acompanhamento de quantitativo de pessoal (quadrimestralmente). 7- Avaliar as atividades de controle exercidas nos diversos níveis de chefia da UEPG, quanto a consistência, qualidade e suficiência dos controles internos administrativos, com prevalência de uso do Sistema Integrado de Avaliação de Controle (SIAC/CGE-PR); 8- Realizar avaliação continuada das ações de Controle Interno; 9- Realizar acompanhamento das dispensas de licitação em compras emergenciais no período de enfrentamento a pandemia da COVID-19, conforme Resolução 30/2020, através da divulgação de planilhas nos formatos recomendados pela CGE-PR; 10- Acompanhar e manter atualizada a execução do Plano de Trabalho.

Ação 3 - Atender as demandas dos Controles Externos

1- Apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional; 2- Acompanhar e monitorar a implementação das recomendações exaradas pela CGE-PR; 3- Apoiar o Controle Externo nas tarefas de fiscalização e acompanhamento dos processos licitatórios; 4- Participar de reuniões presenciais e/ou online quando convocado.

Ação 4 - Acompanhamento, monitoramento e avaliação dos acórdãos

1- Acompanhar e monitorar a implementação das recomendações, ressalvas e determinações exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), dando ciência à CGE-PR; 2- Emitir pareceres técnicos nos processos licitatórios, aos processos licitatórios, a respeito da oportunidade, conveniência (econômica), formalidade e legalidade.

Ação 5 - Iniciativa facultada ao Agente de Controle Interno

1- Realizar atividades próprias de sua organização, e gestão, necessárias para seu funcionamento como unidade administrativa, tais como a elaboração dos planos, elaboração de instruções Normativas visando normatizar procedimentos e trabalho; 2- Participar de treinamentos.

Ação 6 – Colaboração do Controle Interno com a Reitoria da UEPG

1- Dar ciência ao Reitor da UEPG, bem como, à CGE-PR, no caso de ilegalidade ou irregularidade constatada; 2- Encaminhar ao Reitor da UEPG de forma proativa ou provocada, relatórios gerenciais e/ou pareceres técnicos, apresentando a avaliação dos controles internos administrativos, com vistas à prevenção de práticas, antieconômicas, corrupção e outras inadequações.

Ação 7 – Outras ações pertinentes ao Controle Interno

1- Acompanhar e coordenar as demandas da Ouvidoria Setorial; 2- Acompanhar e coordenar as demandas de Compliance; 3- Encaminhar às Pró-Reitorias a solicitação da elaboração e/ou atualização dos manuais de procedimentos e rotinas administrativas de seus setores, departamentos ou seções. 4- Realizar avaliação, por amostragem, da(s) unidades(s) setorial(is do órgão/unidade definda(s) pelo Agente de Controle Interno, elencando a(s área(s) e/ou subárea(s), inclusive o(s) objeto(s).

Ação 8 – Ações de Compliance

1- Apoiar a assessoria de Integridade e Compliance, que atuará na concepção do conhecimento, divulgação, implementação, documentação e monitoramento de procedimentos e práticas em torno da ética e do respeito à moralidade na busca pela gestão eficiente, desempenhando as atividades do plano de trabalho, em conformidade com as orientações e determinações estabelecidas pelo Decreto Estadual n. 2.741/2019.

Enfim, o maior desafio para as Instituições, quer sejam públicas ou privadas é manter a normalidade das atividades mesmo diante das limitações impostas pela pandemia de COVID-19. A execução de muitos trabalhos através de teletrabalho e de reuniões virtuais ainda está sendo aperfeiçoada para atender as necessidades do serviço público. Em que pese todo o empenho dos nossos servidores em manter uma elevada qualidade na realização de serviços, a pandemia é o fator que mais prejudica a velocidade na execução de algumas tarefas, tais como as relacionadas a implantação do Compliance.

Ao longo do exercício, as atividades e o cronograma de execução dos trabalhos poderão sofrer alterações em virtude de algum fator que inviabilize a sua realização na data estipulada, tais como: trabalhos especiais, treinamentos (cursos e congressos) atendimento ao CGE-PR, TCE-PR e à administração Superior Universitária. Publicado na integra no Portal da Transparência da UEPG**.**

Controladoria Interna da UEPG
Marcos Vinicius Fidelis
Coordenador

Ponta Grossa, 08 de março de 2021.

42491/2021

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

EXTRATO DE PORTARIA N.º 002/2021-GDG

Universidade Est.do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu.

PORTARIA Nº 002/2021-GDG, de 05 de março de 2021.

SÚMULA: Institui Comissão de Sindicância e designa seus membros.

MEMBROS: **Tércio Vieira de Araújo, RG nº 6.677.912-2, como Presidente; Antonio Marcos Massao Hachisuca, RG nº 8.377.375-8, e Marcia Correia de Souza, RG nº 6.942.761-8,** como membros.

OCORRÊNCIA: Considerando documento do Centro de Engenharias e Ciências Exatas Protocolo nº 306 de 04/03/2021 do CECE e anexo pendrive com vídeo montagem, referente ocorrência na disciplina do professor Ricardo Krauskopf, edição da gravação da aula ministrada no dia 24 de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

fevereiro de 2021 pela plataforma institucional Teams, disciplina de Cálculo Diferencial e Integral da primeira série do curso de Ciência da Computação, que identificou a existência de um trecho da gravação com imagens indevidamente exibidas, com cenas de conteúdo sexual, para todos os alunos presentes na aula, associadas a imagem do Prof. Juan Carlos Sotuyo.
Prof. Fernando José Martins – Diretor Geral da Unioeste – Campus de Foz do Iguaçu.

42619/2021

Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Paraná Edificações - PRED

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS – SEDU
PARANÁ EDIFICAÇÕES
INSTRUÇÃO NORMATIVA N. º 001/2021.

Estabelece os procedimentos para tramitação dos protocolos e demais atividades no âmbito da Diretoria de Administração e Finanças da Paraná Edificações.

A Diretora de Administração e Finanças da Paraná Edificações, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas através do Decreto nº 6.829 de 10/02/2021, e artigo nº 18, do Regulamento da Paraná Edificações, aprovado pelo Decreto nº 7.842/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer os procedimentos que devem ser adotados pelas Gerências subordinadas a Diretoria de Administração e Finanças da Paraná Edificações, com a finalidade de garantir agilidade, transparência, qualidade e efetividade dos serviços prestados, e principalmente, fortalecer a comunicação interna e o espírito de equipe.

Art. 2º - As instruções abaixo descritas, devem ser adotadas pelas Gerências, ficando as mesmas responsáveis em orientar seus subordinados:

- - Todas as atividades, protocolos tanto físicos como digitais, informações técnicas, e demais serviços executados pelas Gerências, deverão tramitar internamente e externamente, somente após conhecimento e anuência da DAF/PRED.
- - Demandas recebidas de outras diretorias, ou órgãos externos, devem ser compartilhadas com a DAF/PRED, para que tome conhecimento e preste as orientações adequadas e pertinentes ao assunto tratado.

Art. 3º - Dúvidas, sugestões, críticas ou elogios, da metodologia adotada, serão bem-vindas, e para tanto, solicitamos que os servidores que desejarem compartilhar suas ideias, utilizem o canal de comunicação via e-mail do Expresso.

Art. 4º- Esta Instrução entra em vigor, nesta data, colha-se ciência dos interessados, e publique-se.

Curitiba, 05 de março de 2021.

Kétlen da Silva Pereira
Diretora de Administração e Finanças

35709/2021

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS – SEDU
PARANÁ EDIFICAÇÕES

PORTARIA Nº 30/2021

O DIRETOR GERAL DA PARANÁ EDIFICAÇÕES, autarquia vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a Lei Estadual nº 17.431, de 20 de dezembro de 2012 e inciso XI do Art. 15 do Decreto Estadual nº 7.842, de 25 de março de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Processante para Apuração de Responsabilidade – PAAR, com a finalidade de verificar as irregularidades apontadas pela fiscal do Contrato Projeto CA-0726/2018, cujo objeto se refere a "elaboração de Projetos Arquitetônicos e Complementares para a construção de Cadeia Pública, com área aproximada de 1.380 metros quadrados, sito à Rua Rouxinol, Parque Industrial XI, Lote no 12-F/ 12-F-1/ 12-E-12/ G-2/ 10, Município de Arapongas, Paraná.", uma vez que há indícios que a empresa TECNOPLAN PROJETOS E GERENCIAMENTO DE OBRAS LTDA - ME, não cumpriu com o prazo previsto na cláusula terceira, do contrato pactuado.

Art. 2º A comissão será composta por servidores do Quadro de Pessoal da Paraná Edificações, sendo o primeiro nominado Presidente e os demais Membros, conforme segue:

¦ **ARCILIO JOSE AUGUSTO DOS SANTOS FERREIRA RG nº 9.343.375-0**
¦ **VIVIAN COLLEY RG nº 4.201.730-2**
¦ **CHRISTIEN NOEMBERG DE SOUZA MORÃES RG nº 5.205.237-8**

Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 3º O prazo para que a Comissão conclua seus trabalhos e apresente o relatório final é de 60 dias, a contar da data da publicação deste Ato.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de março de 2021.
Marcus Maurício de Souza Tesserolli
Diretor Geral da Paraná Edificações

42726/2021

Secretaria da Educação e do Esporte

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, designada pela Resolução nº 3.135/2020, de 12 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10.754 em 20 de agosto de 2020. **Protocolado nº** 16.386.712-5 - **Autos nº** 37/2020.

CITAÇÃO

Paulo Ferreira de Souza, presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Resolução em epígrafe, com base no Artigo 320 da Lei 6.174/70, **"CITA", ROSELINDA APARECIDA DALPRA, RG n.º 3.873.918-2**, Agente Educacional I, pertencente ao Quadro de Funcionários da Educação Básica – QFEB, do *Termo de Ultimação da Instrução* (cópia anexa) para apresentação das **Alegações Finais, no prazo de 10 (dez) dias corridos**, contado do recebimento desta. Durante este prazo facultada vista dos Autos de forma digital, das 08h às 17h, na Assessoria Técnica da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, sito à Avenida Água Verde, nº 2.140, Vila Izabel, Curitiba/PR. Os prazos serão contados de acordo com o previsto no Artigo nº 357 da Lei nº 6.174/70. E para constar eu, Paulo Ferreira de Souza, Presidente desta Comissão, digitei esta Citação aos quinze dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e um.

Paulo Ferreira de Souza
Presidente da CPAD

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, designada pela Resolução nº 3.135/2020, de 12 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10.754 em 20 de agosto de 2020. **Protocolado nº** 16.386.712-5 - **Autos nº** 37/2020.

TERMO DE ULTIMAÇÃO DA INSTRUÇÃO E INDICIAMENTO

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Resolução em epígrafe, Paulo Ferreira de Souza, Delize Gnoatto Netto e Olinda soares Fernandes de Jesus, após o exame de todo o procedimento realizado, deliberaram por **INDICIAR** a servidora **ROSELINDA APARECIDA DALPRA, RG nº 3.873.918-2, LF 01**, Agente Educacional I, pertencente ao Quadro de Funcionários da Educação Básica – QFEB, lotada no Município de Paranaguá, do Núcleo Regional de Educação de Paranaguá, pela prática de ilícitos administrativos apontados na Resolução 3.135/2020. Foi possível a esta Comissão apurar, após audiência de instrução com acusada REVEL, bem como do contido nos Autos de Processo Administrativo Disciplinar, a existência de ilícito administrativo tipificado pela Lei nº 6.174/70 (Estatuto dos Servidores Públicos do Paraná), por não ter sido assídua e assim ter deixado de comparecer à repartição pública às horas de trabalho ordinário e às de extraordinário, ainda por ter de forma injustificada, deixado de comparecer ao trabalho, abandonando o cargo a partir de 1 de outubro de 2020, bem como neste período ter deixado de frequentar cursos de aperfeiçoamento ofertados pela instituição. Assim agindo, a servidora **ROSELINDA APARECIDA DALPRA** em tese infringiu a **Lei nº 6.174/70 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Paraná), no Art. 279, incisos I, XVI** e **XVII**, e procedeu ao que é expressamente proibido no **Art. 285, inciso XV**, amoldando-se à pena disciplinar prevista no **Art. 293, inciso V, alínea "b" e Art. 293, inciso V, § 1º**. Desta forma, deu-se por ultimada a fase de instrução e foi feito o indiciamento da referida servidora pela prática dos ilícitos administrativos noticiados acima, ficando a indiciada sujeita a uma das sanções previstas administrativas previstas no **Art. 291, incisos II a VII, c/c o Art. 293, incisos II a V, da Lei nº 6.174/70 – Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Paraná)**.

Paulo Ferreira de Souza
Presidente da CPAD

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, designada pela Resolução **nº 4189/2020**, de 23 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado **nº10799** em 27 de outubro de 2020 e Resolução 4275/2020 – GS/SEED de 12 de novembro de 2020, publicada pelo Diário Oficial do Estado nº 10801 de 16 de novembro de 2020 e Resolução 4279/2020 de 16 de novembro de 2020, publicada pelo Diário Oficial do Estado nº 10817 de 24 de novembro de 2020.
Protocolado n. º 16.589.604-1
Autos n. º58/2020

C I T A Ç Ã O

Angela Dorcas de Paula, presidente da Comissão de Processo Administrativo

Disciplinar, designada pela Resolução em epígrafe, com base no artigo 320 da Lei 6.174/70, "**CITA**" **MARIA LUCIA DORIA ROCHA**, portadora do RG nº 5.411.602-0**,** do Termo de Ultimação da Instrução (cópia anexa) para apresentação das **Alegações Finais**, no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento desta. Durante este prazo é facultada vista dos Autos, das 08h:30min às 17h:30min, na Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Educação, situada na Avenida Água Verde, nº 2140, Vila Izabel Curitiba/PR. Os prazos serão contados de acordo com o previsto no artigo 357 da Lei 6.174/70. E para constar eu, Angela Dorcas de Paula, membro Presidente desta Comissão, digitei esta Citação aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.

Angela Dorcas de Paula
Presidente da CPAD

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, designada pela Resolução **nº 4189/2020**, de 23 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado **nº10799** em 27 de outubro de 2020 e Resolução 4275/2020 – GS/SEED de 12 de novembro de 2020, publicada pelo Diário Oficial do Estado nº 10801 de 16 de novembro de 2020 e Resolução 4279/2020 de 16 de novembro de 2020, publicada pelo Diário Oficial do Estado nº 10817 de 24 de novembro de 2020.
Protocolado n. º 16.589.604-1
Autos n. º58/2020

TERMO DE ULTIMAÇÃO DA INSTRUÇÃO E INDICIAMENTO

Aos dezesseis dias do mês dezembro do ano de dois mil e vinte, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Resolução em epígrafe, **Angela Dorcas de Paula**, **Paulo Ferreira de Souza** e **Margareth Carli**, após o exame de todo o procedimento realizado, deliberaram por **INDICIAR LUCIA MARIA DORIA ROCHA, RG nº 5.411.602-0**, Pedagoga, pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 01, lotada no Município de Curitiba, último exercício na Escola Estadual Senhorinha Maria Sarmento, em Curitiba/PR, com um cargo de 20 horas, Jurisdicionado ao Núcleo Regional da Educação de Curitiba, pela prática de ilícitos administrativos tipificado pela **Lei nº. 6174/70 (Estatuto do Servidor Público do Paraná.**
Após apuração nos assentamentos funcionais da servidora, constatou-se que a mesma não compareceu ao trabalho, obtendo mais de 30 (trinta) dias de faltas consecutivas, a partir do dia 23 de fevereiro de 2020 até a presente data, tendo assim, expirado o prazo legal para o retorno às atividades do seu cargo. Nesse caso, estará caracterizado o abandono de cargo, motivo que enseja a penalidade de demissão. A Lei nº 6.174/1970 é evidente:

Art. 293. *São cabíveis penas disciplinares:*
(...)
V - *a de demissão, aplicada nos casos de:*
(...)
b) abandono do cargo;
(...)
§ 1º. Considera-se abandono de cargo a ausência ao serviço, sem justa causa, por trinta dias consecutivos.
Portanto, foi possível a esta Comissão apurar, após Termo de Interrogatório, e toda a documentação constantes nos autos, que, a servidora, ao faltar com os deveres administrativos, em razão das infrações cometidas, as quais estão tipificadas pela **Lei nº. 6174/70,** infringiu os seguintes artigos e incisos:
Artigo 279
Inciso I – Assiduidade: Por falta de assiduidade, deste modo, um descaso com a frequência ao local de trabalho, sem motivo legal que justificasse. Portanto, constatou-se que não houve comparecimento ao trabalho, pelo fato da servidora, obter mais de 30(trinta) dias de faltas consecutivas, a partir de 23/02/2020, de forma injustificada.
Inciso II – Pontualidade: Por ter deixado de comparecer ao trabalho, de forma injustificada, por mais de 30 (trinta dias) consecutivamente.
Inciso V – Lealdade e Respeito às instituições Constitucionais e Administrativas a que servir: Por ter deixado expirar o prazo legal para o retornar às atividades inerentes ao seu cargo, ou seja, o servidor público deixou de exercer suas obrigações funcionais em seu local de trabalho, além de faltar mais de trinta dias consecutivo, de maneira injustificada.
Inciso VI – Inobservância das normas Legais e Regulamentares: Por haver o registro de 30 faltas consecutivas ou mais, injustificadas, presume-se que há o chamado ***"animus abandonandi"***, elemento subjetivo que consiste na vontade de praticar tal ato, na intenção, ou seja, o servidor público deixou de exercer suas obrigações funcionais porque simplesmente assim desejou fazê-lo, não prestando satisfações ao seu empregador, no caso, a Administração pública do Estado do Paraná. Além do desinteresse, viceja a real intenção de deixar de ser servidor público.
Inciso XVII – Deixar de Comparecer à repartição na qual trabalha, às horas de trabalho ordinária e extraordinária, quando foi convocada, para executar os serviços que a competiam: Há também registro de que, em 23 de fevereiro de 2018, foi a ela concedida licença para trato de interesse particular por 02 (dois) anos, até a data de 22 de fevereiro de 2020. Ocorre que, deste então, a referida servidora não mais assumiu suas funções junto ao Núcleo Regional de Educação de Curitiba (local), onde está lotada.
Artigo 285
Inciso XV – Por deixar de comparecer ao trabalho sem causa justificada: Por ter deixado de comparecer ao trabalho, por mais de 30 (trinta) dias, consecutivamente, de forma injustificada.
Artigo 293
Inciso V, alínea "b", § 1º e 2º – Por ter cometido Insubordinação grave no trabalho: a referida servidora não mais assumiu suas funções junto ao Núcleo Regional de Educação de Curitiba (local), onde está lotada, não ter retornado ao trabalho, após ter vencido sua licença, configurando, assim abandono de cargo.
Assim agindo, a servidora **LUCIA MARIA DORIA ROCHA** infringiu o Estatuto do Servidor Público do Estado do Paraná - **Lei 6174/70, Art. 279, incisos I, II, V, VI** e **XVII,** e procedeu ao que é expressamente proibido no **Art. 285, inciso XV**, estando sujeita pena disciplinar prevista, no **Art. 293, inciso V, alínea "b", § 1º e 2º**.
Desta forma, deu-se por ultimada a fase de instrução e foi feito o indiciamento da referida servidora pela prática dos ilícitos administrativos noticiados acima, ficando a indiciada sujeita a uma das sanções administrativas previstas **Art. 291, incisos VI,** c/c o **Art. 293, incisos V, alínea "b", § 1º e 2º, da Lei nº 6174/70 – Estatuto do Servidor Público do Paraná.**

Curitiba, 16 de dezembro de 2020.

Angela Dorcas de Paula
Presidente CPAD

11854/2021

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE – SEED

PORTARIA N.º 49/2021 – DG/SEED

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso das atribuições legais conferidas pela da Lei n.° 19.848, de 3 de maio de 2019, e pelo Decreto n.º 3.891, de 21 de janeiro de 2020, com fundamento no disposto na Lei n.º 15.608, de 16 de agosto de 2007, e considerando o contido no protocolado n.º 16.043.514-3,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar as servidoras **Liliana Kffuri**, RG n.º 3.632.370-1, CPF n.º 655.730.489-53, e **Maria Izabel de Mello Corrêa Hipolito**, RG n.º 6.428.817-2, CPF n.º 631.553.979-34, para atuarem, nessa ordem, como gestor e fiscal do Contrato n.º 0283/2018 – SEED, oriundo do Pregão Eletrônico n.º 059/2018 – SRP – DEAM/SEAP, com a Empresa Arthurismo Transporte Marítimo Ltda., CNPJ n.º 03.052.667/001-26, referente à prestação de serviços de transporte marítimo, para atender às demandas do Núcleo Regional de Educação de Paranaguá.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 5 de março de 2021.

Gláucio Dias
Diretor-Geral

42167/2021

RESOLUÇÃO N.º 412/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 02/2016, ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 467/2021, do Departamento de Educação Especial,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área das altas habilidades/superdotação, no Colégio Estadual Souza Naves – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Monteiro Lobato, 421, do Município de Rolândia, NRE de Londrina.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6244/2012, de 15/10/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 2416/2018, de 28/05/2018 e Parecer n.º 1702/2018 – CEF/SEED, com vigência até 05/11/2027.
§ 2º A Resolução n.º 1766/2010, de 04/05/2010 e Parecer n.º 1144/2010 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 4339/2016, de 03/10/2016 e Parecer n.º 911/2015 – DEEIN/SEED, com vigência até 31/12/2020.
§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025
§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 21 de janeiro de 2021.

Gláucio Dias
Diretor-Geral
REPUBLICADA POR CONTER INCORREÇÃO

RESOLUÇÃO N.º 443/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 02/2016, ambas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUED/SEED e o Parecer n.º 429/2021, do Departamento de Educação Especial,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Vera Cruz – Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal, situado na Rua Gomercindo Bortolanza, 779, do Município de Mandaguari, NRE de Maringá
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7753/2012, de 19/12/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 289/2018, de 18/01/2018 e Parecer n.º 289/2018 – CEF/SEED, com vigência até 18/01/2023.
§ 2º A Resolução n.º 4204/2011, de 30/09/2011, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 801/2016, de 07/03/2016, com vigência até 26/10/2020.
§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 26/10/2025.
§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de janeiro de 2021.

Glaúcio Dias
Diretor-Geral
REPUBLICADA POR CONTER INCORREÇÃO

RESOLUÇÃO N.º 483/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 02/2016, ambas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUED/SEED e o Parecer n.º 461/2021, do Departamento de Educação Especial,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 02 (duas) Salas de Recursos Multifuncional – Tipo I, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Adonis Morski – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Visconde de Guarapuava, 515, do Município de Boa Ventura de São Roque, NRE de Pitanga.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 751/2012, de 31/01/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 2497/2017, de 12/06/2017 e Parecer n.º 1451/2017 – CEF/SEED, com vigência até 01/03/2022.
§ 2º As Resoluções n.º 493/2006, de 20/02/2006 e n.º 1517/2011, de 13/04/2011, autorizaram o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 856/2016, de 07/03/2016, com vigência até 31/12/2020.
§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.
§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 28 de janeiro de 2021.

Gláucio Dias
Diretor-Geral
REPUBLICADA POR CONTER INCORREÇÃO

41846/2021

RESOLUÇÃO N.º 839/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 02/2016, ambas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUED/SEED e o Parecer n.º 595/2021, do Departamento de Educação Especial,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Leonardo da Vinci – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Avenida Salgado Filho, 175, do Município e NRE de Dois Vizinhos.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2511/2012, de 02/05/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 924/2017, de 20/03/2017 e Parecer n.º 779/2017 – CEF/SEED, com vigência até 15/05/2027.
§ 2º A Resolução n.º 1810/2012, de 22/03/2012, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 528/2016, de 17/02/2016, com vigência até 17/04/2021.
§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento 180 (cento e oitenta) dias antes de 17/04/2026.
§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 840/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 602/2021, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a denominação da Escola Vicentina Sagrado Coração de Jesus – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Dr. Victor do Amaral, 164, do Município de Araucária, NRE da Área Metropolitana Sul, para Escola Marista Sagrado Coração de Jesus – Educação Infantil e Ensino Fundamental, a partir da data da publicação da presente Resolução.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Província Brasileira da Congregação Irmãs Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 424/2013, de 25/01/2013 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 4127/2018, de 30/08/2018 e Parecer n.º 2945/2018 – CEF/SEED com vigência até 13/02/2023.
§ 2º A alteração da denominação da instituição de ensino está amparada no art. 28, da Deliberação n.º 03/2013 – CEE/PR.
Art. 2º Alterar a entidade mantenedora da instituição de ensino citada no caput do art. 1º, de Província Brasileira da Congregação Irmãs Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo para União Catarinense de Educação – UCE, a partir da data da publicação da presente Resolução.
§ 1º A alteração da entidade mantenedora está amparada no Estatuto da União Catarinense de Educação e no art. 28, da Deliberação n.º 03/2013 – CEE/PR.
§ 2º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 3º Determinar que a presente Resolução seja mencionada com os atos regulatórios citados no § 1º do art. 1º.
Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 842/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996 e as Deliberações n.º 03/1998, 10/1999 e 03/2013, todas do Conselho Estadual de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar voluntária e definitivamente, as atividades escolares relativas ao Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na modalidade Normal, em Nível Médio, destinados aos alunos egressos do Ensino Fundamental e do Médio, no Colégio Estadual Cianorte – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Avenida São Paulo, 269, do Município e NRE de Cianorte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1369/2012, de 29/02/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 5538/2016, de 13/12/2016 e Parecer n.º 3321/2016 – CEF/SEED, com vigência até 22/03/2027.
§ 2º As atividades citadas no caput do artigo encerraram-se em 31/12/2015, motivadas por falta de demanda.
§ 3º Houve cessação temporária pelos Atos Administrativos n.º 77/2016, de 24/08/2016 e nº 55/2018, de 06/07/2018, no período de 01/07/2016 a 02/07/2020.
§ 4º A Resolução n.º 1750/2005, de 04/07/2005, autorizou o funcionamento das ofertas, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º, ficando revogada a

partir de 01/01/2016.
§ 5º Os referidos cursos foram reconhecidos pela Resolução n.º 125/2007, de 22/01/2007 e Parecer n.º 693/2006 – CEE/PR e obtiveram a renovação do reconhecimento pela Resolução n.º 7398/2012, de 05/12/2012 e Parecer n.º 133/2012 – CEE/PR, no período de 22/01/2012 a 22/01/2017.
§ 6º O restabelecimento das atividades cessadas fica condicionado a ato de autorização para funcionamento dos ensinos pretendidos.
Art. 2º Determinar que a documentação escolar fique sob a guarda da própria instituição de ensino, sendo de sua responsabilidade, a expedição da mesma, quando requerida.
Art. 3º Adequar a nomenclatura da instituição de ensino que, em decorrência do art. 1º, passa a denominar-se: Colégio Estadual Cianorte – Ensino Fundamental, Médio e Profissional.
Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 843/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2014, ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 603/2021, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 10 (dez) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Castro Alves – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Seis, 596, do Município e NRE de Campo Mourão.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4028/2014, de 06/08/2014 e Parecer n.º 1101/2014 – CEF/SEED, com vigência até 05/09/2019.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 05/09/2029.
Art. 2º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil, na instituição citada no art. 1º.
§ 1º A Resolução n.º 2399/2002, de 12/06/2002 e o Parecer n.º 1625/2002 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º**.**
§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 2517/2015, de 14/08/2015 e Parecer n.º 1117/2015 – CEF/SEED, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, com vigência até 31/12/2018.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2023.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 844/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 604/2021, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (anos) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal Castro Alves – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Seis, 596, do Município e NRE de Campo Mourão.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4028/2014, de 06/08/2014 e Parecer n.º 1101/2014 – CEF/SEED e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 843/2021, de 23/02/2021 e Parecer n.º 603/2021 – CEF/SEED, com vigência até 05/09/2029.
§ 2º A Resolução n.º 1064/2008, de 14/03/2008 e o Parecer n.º 945/2008 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 4028/2014, de 06/08/2014 e Parecer n.º 1101/2014 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2017.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2022.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 845/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 02/2014, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 605/2021, da Coordenação da Estrutura e Funcionamento,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar, para a oferta da Educação Básica, o Centro Municipal de Educação Infantil Cora Coralina, situado na Rua Nereu Ramos, 3203, do Município e NRE de Umuarama, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 01/01/2021.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e foi criada pela Lei Municipal n.º 3.953/2013, de 18/06/2013.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no caput deste artigo.
Art. 2º Autorizar o funcionamento da Educação Infantil, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.
§ 1º A autorização concedida para a oferta da Educação Infantil, é pelo prazo de 05 (cinco) anos, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 03 (três) anos, a partir de 01/01/2021.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 1º, do art. 2º.
§ 3º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 846/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006 e 03/2013, ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 609/2021, da Coordenação da Estrutura e Funcionamento,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar, para a oferta da Educação Básica, a Escola Sementinha de Ouro – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Manoel Ribas, 2502, do Município de Araucária, NRE da Área Metropolitana Sul, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente Resolução.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Centro Educacional Sementinha de Ouro Ltda-ME e foi criada pela Ata n.º 02/2007, datada de 15/03/2007, registrada no Cartório Pimpão – 1º Tabelionato de Notas de Araucária.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no caput deste artigo.
Art. 2º Renovar, até o final do ano de 2023, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no caput do art. 1º.
§ 1º A Resolução nº 4185/2011, de 29/09/2011 e o Parecer n.º 2483/2011 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º, com vigência até 31/12/2014.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2023.
§ 3º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 849/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 617/2021, da Coordenação de Estrutura e

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Funcionamento,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2023, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal do Campo de Witmarsum – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Colonia Witmarsum, do Município de Palmeira, NRE de Ponta Grossa.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 737/2013, de 20/02/2013 e Parecer n.º 476/2013 – CEF/SEED, e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 1362/2019, de 09/04/2019 e Parecer n.º 1457/2019 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2020.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2023.
Art. 2º Renovar, até o final do ano de 2023, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no art. 1º.
§ 1º A Resolução n.º 3717/2008, de 12/08/2008 e o Parecer n.º 2472/2008 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.
§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 1363/2019, de 09/04/2019 e Parecer n.º 1458/2019 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2020.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2023.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 850/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996 e a Deliberação n.º 03/2013, do Conselho Estadual de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Resolução n.º 416/2021, de 22/01/2021, que renovou o credenciamento para oferta da Educação Básica e o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), no Colégio Estadual do Campo Francisco Cavalli da Costa – Ensino Fundamental e Médio, situado na Localidade do Rio do Tigre, s/n, do Município de Santa Maria do Oeste, NRE de Pitanga, a partir da data da publicação da presente Resolução.
§ 1º A revogação da referida Resolução foi motivada por duplicidade do documento.
§ 2º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6306/2012, de 17/10/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 5040/2020, de 11/12/2020, com vigência até 31/12/2030.
§ 3º A Resolução n.º 1027/2004, de 16/03/2004, autorizou o funcionamento do referido ensino e a Resolução n.º 2306/2005, de 26/08/2005, reconheceu o ensino citado no caput do art. 1º. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 5040/2020, de 11/12/2020, com vigência até 26/08/2025.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 851/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 02/2016, ambas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUED/SEED e o Parecer n.º 599/2021, do Departamento de Educação Especial,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual São Carlos do Ivaí – Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida Tiradentes, 1022, do Município de São Carlos do Ivaí, NRE de Paranavaí.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6299/2012, de 16/10/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 3246/2017, de 25/07/2017 e Parecer n.º 2054/2017 – CEF/SEED, com vigência até 06/11/2027.
§ 2º A Resolução n.º 1804/2016, de 27/04/2016, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º, com vigência até 25/05/2021.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento 180 (cento e oitenta) dias antes de 25/05/2026.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

41833/2021

RESOLUÇÃO N.º 852/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 02/2016, ambas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUED/SEED e o Parecer n.º 594/2021, do Departamento de Educação Especial,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Dulce de Souza Carvalho – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Paraná, 533, do Município e NRE de Cornélio Procópio.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 827/2015, de 16/04/2015 e Parecer n.º 442/2015 – CEF/SEED, com vigência até 04/05/2025.
§ 2º A Resolução n.º 6011/2006, de 14/12/2006, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 2253/2016, de 07/06/2016, com vigência até 31/12/2020.
§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.
§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 853/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006 e 03/2013, ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 626/2021, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o endereço da Escola Municipal Maria Inês Speer Faria – Educação Infantil e Ensino Fundamental, do Município de Bandeirantes, NRE de Cornélio Procópio, da Rua São Paulo, 440, para a Rua João Francisco Ferreira, 254, do mesmo Município, a partir de 01/01/2016.
Art. 2º Renovar, até o final do ano de 2022, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, na instituição citada no art. 1º.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3984/2012, de 28/06/2012 e Parecer n.º 2564/2012 – CEF/SEED, com vigência até 16/07/2017.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2022.
Art. 3º Renovar, até o final do ano de 2022, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no art. 1º.
§ 1º A Resolução n.º 5003/2007, de 04/12/2007 e o Parecer n.º 3211/2007 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.
§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 3984/2012, de 28/06/2012 e Parecer n.º 2564/2012 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2016.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2022.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO N.º 854/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 02/2014, ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 627/2021, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2022, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal Maria Inês Speer Faria – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua João Francisco Ferreira, 254, do Município de Bandeirantes, NRE de Cornélio Procópio.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3984/2012, de 28/06/2012 e Parecer n.º 2564/2012 – CEF/SEED e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 853/2021, de 25/02/2021 e Parecer n.º 626/2021 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2022.
§ 2º A Resolução n.º 4527/1995, de 11/12/1995 e o Parecer n.º 132/1995 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 1171/2007, de 28/02/2007, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, com vigência até 31/12/2007.
§ 4º Houve cessação temporária pelo Ato Administrativo n.º 65/2008, de 08/04/2008, no período de 01/01/2007 a 31/12/2008.
§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2022.
§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 855/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, a Deliberação n.º 03/2013, do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 628/2021, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 10 (dez) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Castro Alves – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Goiás, s/n, do Município de Cantagalo, NRE de Laranjeiras do Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2172/2013, de 06/05/2013 e Parecer n.º 1236/2013 – CEF/SEED e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 435/2019, de 06/02/2019 e Parecer n.º 395/2019 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2020.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.
§ 3º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 856/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, a Deliberação n.º 03/2013, do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 629/2021, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Aluísio Maier – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Coronel Guilherme de Paula, 550, do Município e NRE de Laranjeiras do Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2360/2015, de 05/08/2015 e Parecer n.º 1028/2015 – CEF/SEED, com vigência até 18/08/2020.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 18/08/2025.
§ 3º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 857/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 02/2014, ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 630/2021, da Coordenação da Estrutura e Funcionamento,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal Osvaldino Alves da Silva – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Presidente Dutra, s/n, do Município de Nova Laranjeiras, NRE de Laranjeiras do Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1203/2013, de 13/03/2013 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 1995/2018, de 08/05/2018 e Parecer n.º 1294/2018 – CEF/SEED, com vigência até 03/04/2028.
§ 2º A Resolução n.º 4138/1997, de 11/12/1997 e o Parecer n.º 2266/1997 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 1714/2016, de 20/04/2016 e Parecer n.º 876/2016 – CEF/SEED, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, com vigência até 31/12/2020.
§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.
§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 858/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, a Deliberação n.º 03/2013, do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 631/2021, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2025, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Centro Municipal de Educação Infantil Anjo da Guarda, situado na Rua Eudóxio Badotti, s/n, do Município de Diamante do Sul, NRE de Laranjeiras do Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 670/2014, de 04/02/2014 e Parecer n.º 86/2014 – CEF/SEED, com vigência até 17/03/2019.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.
§ 3º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2021

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 859/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006 e 03/2013, ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 632/2021, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2030, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Prefeito Matheus Paulino da Rocha – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua João Milton Fagundes, s/n, do Município de Cantagalo, NRE de Laranjeiras do Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5475/2013, de 25/11/2013 e Parecer n.º 2162/2013 – CEF/SEED e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 1342/2019, de 08/04/2019 e Parecer n.º 1437/2019 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2020.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.
Art. 2º Renovar, até o final do ano de 2025, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no art. 1º.
§ 1º A Resolução n.º 621/2009, de 16/02/2009 e o Parecer n.º 444/2009 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.
§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 1728/2019, de 07/05/2019 e Parecer n.º 1838/2019 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2020.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 860/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 02/2016, ambas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUED/SEED e o Parecer n.º 596/2021, do Departamento de Educação Especial,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 02 (duas) Salas de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual 11 de Abril – Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves, 485, do Município de Tapejara, NRE de Cianorte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2972/2013, de 01/07/2013 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 3853/2018, de 14/08/2018 e Parecer n.º 2682/2018 – CEF/SEED, com vigência até 19/07/2023.
§ 2º As Resoluções n.º 3350/2006, de 10/07/2006 e n.º 4218/2011, de 03/10/2011, autorizaram o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 2073/2016, de 23/05/2020, com vigência até 31/12/2020.
§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.
§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO N.º 861/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 02/2016, ambas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUED/SEED e o Parecer n.º 603/2021, do Departamento de Educação Especial,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos finais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Estadual Bom Jesus – Ensino Fundamental, situada na Rua José Augusto Nocera, 349, do Município e NRE de Telêmaco Borba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1141/2014, de 26/02/2014 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 1581/2020, de 11/05/2020 e Parecer n.º 106/2020 – CEE/PR, com vigência até 04/04/2026.
§ 2º A Resolução n.º 2701/2004, de 05/08/2004, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 4552/2016, de 17/10/2016, com vigência até 01/07/2021.
§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento 180 (cento e oitenta) dias antes de 01/07/2026.
§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
Diretor-Geral

41844/2021

RESOLUÇÃO N.º 862/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, a Deliberação n.º 03/2013 e 02/2016, ambas do Conselho Estadual de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar, a partir da data da publicação da presente Resolução, o Art. 1º, da Resolução n.º 876/2016, de 08/03/2016, que renova a autorização de funcionamento da Sala de Recursos, no Colégio Estadual Duque de Caxias – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua São Miguel, 40, do Município de Santo Antonio do Caiuá, NRE de Paranavaí.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6527/2012, de 25/10/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 1194/2018, de 20/03/2018 e Parecer n.º 861/2018 – CEF/SEED, com vigência até 13/11/2027.
§ 2º O art. 1.º da Resolução acima citada, fica alterado de "… 02 (duas) Salas de Recursos Multifuncional – Tipo I ...", para "… 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I ...".
Art. 2º Determinar que a presente Resolução seja mencionada com a Resolução citada no caput do art. 1º.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2021.

Gláucio Dias
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO N.º 863/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 02/2016, ambas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUED/SEED e o Parecer n.º 558/2021, do Departamento de Educação Especial,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual do Campo Alto Alegre do Iguaçu – Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida Bandeirantes, s/n, do Município de Capitão Leônidas Marques, NRE de Cascavel.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4792/2012, de 03/08/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 4637/2018, de 02/10/2018 e Parecer n.º 3327/2018 – CEF/SEED, com vigência até 21/08/2022.
§ 2º A Resolução n.º 3987/2011, de 12/09/2011, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 4491/2017, de 11/09/2017, com vigência até 26/10/2020.
§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento 180 (cento e oitenta) dias antes de 26/10/2025.
§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de março de 2021.

Gláucio Dias
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO N.º 864/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006 e 03/2013 e o Parecer n.º 06/2021 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual da Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino

Médio, do Colégio Estadual Theobaldo Miranda Santos – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Barroso, 787, do Município e NRE de Maringá.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5517/2011, de 05/12/2011 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 3848/2020 de 28/09/2020 e Parecer n.º 1907/2020 – CEF/SEED, com vigência até 06/02/2027.
§ 2º O Ensino Fundamental (anos finais) foi autorizado a funcionar pelo Decreto n.º 1392, de 23/12/1975 e reconhecido pela Resolução n.º 2768/1981, de 24/11/1981. O último prazo foi renovado pela Resolução n.º 5062/2013, de 07/11/2013, com vigência até 09/07/2017.
§ 3º O Ensino Médio foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 4479/1997, de 30/12/1997 e reconhecido pela Resolução n.º 1201/2003, de 11/04/2003. O último prazo foi renovado pela Resolução n.º 4843/2013, de 29/10/2013, com vigência até 09/07/2017.
§ 4º A renovação do reconhecimento dos referidos ensinos é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 10/07/2017 a 09/07/2022.
§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
§ 6º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 01 de março de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 865/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 02/2016, ambas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4459/2011 – SUED/SEED e o Parecer n.º 604/2021, do Departamento de Educação Especial,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos finais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, do Colégio Estadual Professora Maria Aparecida Chuery Salcedo – Ensino Fundamental e Profissional, situado na Rua Benjamin Constant, 1604, no Município de Siqueira Campos, NRE de Ibaiti.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 2506/2013, de 28/05/2013 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 2961/2018, de 25/06/2018 e Parecer nº 2080/2018 – CEF/SEED, com vigência até 20/06/2023.
§ 2º A Resolução n.º 1596/2012, de 09/03/2012, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 5198/2016, de 22/11/2016, com vigência até 30/03/2021.
§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 30/03/2026.
§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 01 de março de 2021.

Glaúcio Dias
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO N.º 866/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, a Deliberação n.º 03/2013, do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 644/2021, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Centro Municipal de Educação Infantil Tia Júlia, situado na Rua Carlos Barth, 29, do Município de Pinhalão, NRE de Ibaiti.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3756/2015, de 23/11/2015 e Parecer n.º 1892/2015 – CEF/SEED, com vigência até 08/12/2020.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 08/12/2025.
§ 3º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de março de 2021.

Glaúcio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 867/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154/2004 de 23 de julho de 2004, e as Deliberações n.º 03/2013 e 05/2013, ambas do Conselho Estadual de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Resolução n.º 417/2021, de 21/01/2021, que renovou o reconhecimento do Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, no Centro Estadual de Educação Profissional Professor Miguel Carlos Parolo, situado na Rua Francisco Berardi, s/n, do Município e NRE de Pitanga, a partir da data da publicação da presente Resolução.
§ 1º A revogação da referida Resolução foi motivada pela duplicidade do documento.
§ 2º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 5548/2013, de 28/11/2013 e Parecer n.º 552/2013 – CEE/PR e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 868/2019, de 07/03/2019 e Parecer n.º 01/2019 – CEE/PR, com vigência até 20/12/2028.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de março de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 868/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154/2004 de 23 de julho de 2004, e as Deliberações n.º 03/2013 e 05/2013, ambas do Conselho Estadual de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Resolução n.º 418/2021, de 22/01/2021, que renovou o reconhecimento do Curso Técnico em Agronegócio – Eixo Tecnológico: Recursos Naturais, subsequente ao Ensino Médio, no Centro Estadual de Educação Profissional Professor Miguel Carlos Parolo, situado na Rua Francisco Berardi, s/n, do Município e NRE de Pitanga, a partir da data da publicação da presente Resolução.
§ 1º A revogação da referida Resolução foi motivada pela duplicidade do documento.
§ 2º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 5548/2013, de 28/11/2013 e Parecer n.º 552/2013 – CEE/PR e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 868/2019, de 07/03/2019 e Parecer n.º 01/2019 – CEE/PR, com vigência até 20/12/2028.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 03 de março de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 869/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 02/2016, ambas do Conselho Estadual de Educação, as Resoluções n.º 4459/2011 e n.º 2308/2014 – SUED/SEED e o Parecer n.º 598/2021, do Departamento de Educação Especial,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência visual, no Colégio Estadual Professora Maria Aparecida Nisgoski – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Alfredo Luiz de Mattos, 272, do Município de Castro, NRE de Ponta Grossa.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4201/2013, de 10/09/2013 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 5217/2018, de 06/11/2018 e Parecer n.º 3889/2018 – CEF/SEED, com vigência até 09/10/2023.
§ 2º A Resolução n.º 1589/2019, de 23/04/2010, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 3549/2017, de 07/08/2017, com vigência até 02/02/2021.
§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 02/02/2026.
§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de março de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 870/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006 e 03/2013 e o Parecer n.º 21/2021 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal José Afonso – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Alagoas, 2355, do Município de Siqueira Campos, NRE de Ibaiti.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2469/2012, de 27/04/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 4684/2017, de 18/09/2017 e Parecer n.º 2851/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.
Art. 2º Renovar, por mais 03 (três) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no art. 1º.
§ 1º A Resolução n.º 771/2008, de 28/02/2008 e o Parecer n.º 501/2008 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.
§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 4684/2017, de 18/09/2017 e Parecer n.º 2851/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2022.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de março de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÃO N.º 871/2021 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram delegadas pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020, e considerando: a Lei n.º 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 05/2010, 03/2013 e o Parecer n.º 21/2021 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 03 (três) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental – Fase I, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, da Escola Municipal José Afonso – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Alagoas, 2355, do Município de Siqueira Campos, NRE de Ibaiti.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2469/2012, de 27/04/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 870/2021, de 02/03/2021 e Parecer n.º 21/2021 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A Resolução n.º 132/2007, de 22/01/2007 e o Parecer n.º 665/2006 – CEE/PR, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º. O último prazo foi concedido pela Resolução n.º 3305/2015, de 08/10/2015 e Parecer n.º 1504/2015 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2022.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de março de 2021.

Gláucio Dias
DIRETOR-GERAL

41845/2021

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 392132 - 08/03/2021
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 14534
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS DEMOCRATA
Nome do Curso: Curso: TÉCNICO EM TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS - 978

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
JOSE AQUINO	11855938PR	5737	06901453D012	47	05/03/2021	2020
SANDRA MARIA MARTINS FERNANDES	43549391PR	5738	06901453D012	48	05/03/2021	2020

CURITIBA, 8 de Março de 2021.

Nome do(a) Secretário(a):HOMERO QUADROS FILHO
Nº Ato do(a) Secretário(a): 006/2013 - 07/11/2013

Nome do(a) Diretor(a): KAROLYNE ROSÁRIO GOLAZ
Nº Ato do(a) Diretor(a): 014/2014 - 03/03/2014

42676/2021

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 392133 - 08/03/2021
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 2250
Nome do Estabelecimento: DIRCE C DO AMARAL, C E PROFA-EF M PROFIS
Nome do Curso: Curso: TÉCNICO EM LOGISTICA - 1261

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
ANA CAROLINA ADAO DE SOUZA	134420081PR	806	06900225D002	62	04/03/2021	2020
DANILO JOSE DE FREITAS	480997287SP	807	06900225D002	62	04/03/2021	2020
GRAZIELE REZENDE DA SILVA	137297655PR	808	06900225D002	62	04/03/2021	2020
HELENA DE OLIVEIRA EVANGELISTA	64445677PR	809	06900225D002	62	04/03/2021	2020
JULIANA DA COSTA BORGES	84108790PR	810	06900225D002	62	04/03/2021	2020
PAMELA CRISTINA TEODORO VIEIRA	128703497PR	811	06900225D002	63	04/03/2021	2020

THAIS DA SILVA CARDOSO	126272693PR	812	06900225D002	63	04/03/2021	2020
THAINÁ ANSELMO DE OLIVEIRA	133850449PR	813	06900225D002	63	04/03/2021	2020

CURITIBA, 8 de Março de 2021.

Nome do(a) Secretário(a):NEUSA DO ROCIO BUCH PADILHA
Nº Ato do(a) Secretário(a): 2630/2016 - 11/07/2016

Nome do(a) Diretor(a): SANDRA TEREZINHA BIZUSKO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 741/2016 - 24/03/2016

42677/2021

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 392136 - 08/03/2021
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1790
Nome do Município: PALMEIRA
Código do Estabelecimento: 16
Nome do Estabelecimento: CENTRO EST EDUC PROFIS AG GETULIO VARGAS
Nome do Curso: Curso: TECNICO EM AGROPECUARIA - 602

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
PEDRO WELLITON ROSA	143883248PR	1962	17900001D004	93	03/03/2021	2020
KARIN DAUANE SVIECH	143572854PR	1963	17900001D004	93	03/03/2021	2020
FELIPE FAGUNDES VIEIRA	130699871PR	1964	17900001D004	93	03/03/2021	2020
GUSTAVO LAYNES FASSINI	136356984PR	1965	17900001D004	93	03/03/2021	2020
PRISCILA CHEPANSKI	133547541PR	1966	17900001D004	93	03/03/2021	2020
NICOLY SCHMIDT KOZELINSKI	136489097PR	1967	17900001D004	94	03/03/2021	2020
ALICIA GABRIELA SANTANA	139656830PR	1968	17900001D004	94	03/03/2021	2020
BRENDA PAULINA MAYER	142745160PR	1969	17900001D004	94	03/03/2021	2020
BRENDO HENRIQUE DE ARAUJO FAGUNDES	139013670PR	1970	17900001D004	94	03/03/2021	2020
DIONATAN WILLIAN BARBOSA	147120788PR	1971	17900001D004	94	03/03/2021	2020
FELIPE DANIEL CARDOSO	151204848PR	1972	17900001D004	95	03/03/2021	2020
GUILHERME BRACIAK	124461081PR	1973	17900001D004	95	03/03/2021	2020
MONISE DE MATOS MAYER	148020817PR	1974	17900001D004	95	03/03/2021	2020
RAFAEL CRISTI GARSZTKA	127280061PR	1975	17900001D004	95	03/03/2021	2020
CASSIANO RONIK	139631102PR	1976	17900001D004	95	03/03/2021	2020
DENNYS GABRIEL DANIELESKI	144581644PR	1977	17900001D004	96	03/03/2021	2020
DIEGO PONIJALEKI	138850986PR	1978	17900001D004	96	03/03/2021	2020
DIELLY NUNES DE ALMEIDA	151271391PR	1979	17900001D004	96	03/03/2021	2020
GISLAINE DE RAMOS POMMER	142358042PR	1980	17900001D004	96	03/03/2021	2020
GUILHERME JAN KULCHESKI JANIK	137186780PR	1981	17900001D004	96	03/03/2021	2020
JHONATAN JOSE SERBER BORGES	151069525PR	1982	17900001D004	97	03/03/2021	2020
MATEUS VAROMBI	145695686PR	1983	17900001D004	97	03/03/2021	2020
PABLO FERNANDO DUDA DA SILVA	141301357PR	1984	17900001D004	97	03/03/2021	2020
THAINARA KAUANE MIKA	147131844PR	1985	17900001D004	97	03/03/2021	2020

PALMEIRA, 8 de Março de 2021.

Nome do(a) Secretário(a):DORIS FLORENCE RIBEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): 545/2021 - 18/02/2021

Nome do(a) Diretor(a): ROGERIO SCHNELL
Nº Ato do(a) Diretor(a): 741/2016 - 04/03/2016

42688/2021

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 392137 - 08/03/2021
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2790
Nome do Município: TOLEDO
Código do Estabelecimento: 846
Nome do Estabelecimento: JARDIM PORTO ALEGRE, C E-EF M PROFIS
Nome do Curso: Curso: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO - 943

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
ANDREI DA SILVA SOUZA	141027972PR	1047	27900084D003	10	23/02/2021	2020
CHAIANE LETICIA BECK	100840235PR	1048	27900084D003	10	23/02/2021	2020
EDIELLI VITORIA CASSANELLI	136905252PR	1049	27900084D003	10	23/02/2021	2020
EDUARDA ELISA BUENO	146522840PR	1050	27900084D003	10	23/02/2021	2020
GABRIELE MYLENE KOVAL	137574527PR	1051	27900084D003	11	23/02/2021	2020
JULIANA MARIA HECK	146774504PR	1052	27900084D003	11	23/02/2021	2020
KAMILY FERNANDES DINNEBIER	139014979PR	1053	27900084D003	11	23/02/2021	2020

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

KAROLINA FERNANDA DA SILVA	144417615PR	1054	27900084D003	11	23/02/2021	2020
KAUANE VALENZUELA LOPES	127921962PR	1055	27900084D003	11	23/02/2021	2020
LUANA NECKEL DE LIMA	143064603PR	1056	27900084D003	12	23/02/2021	2020
LUIZ HENRIQUE MROGUISKI GARUTTI	143033422PR	1057	27900084D003	12	23/02/2021	2020
MARIA ANGELICA MROGUISKI GARUTTI	143033350PR	1058	27900084D003	12	23/02/2021	2020
RONALDO ANTONIO SAMUEL	142644665PR	1059	27900084D003	12	23/02/2021	2020
SARA CAROLINE ROSA DO AMARAL	147251122PR	1060	27900084D003	12	23/02/2021	2020
THAINARA MANOELA DE PAULA CORDEIRO	106646422PR	1061	27900084D003	13	23/02/2021	2020
VANDERLEI JOSE FORNARI JUNIOR	136662201PR	1062	27900084D003	13	23/02/2021	2020

TOLEDO, 8 de Março de 2021.

Nome do(a) Secretário(a):CLARICE APARECIDA NERI ELGER
Nº Ato do(a) Secretário(a): 2630/2016 - 11/07/2016

Nome do(a) Diretor(a): IZABEL CORDEIRO DOS SANTOS NUNES
Nº Ato do(a) Diretor(a): 2578/2019 - 22/07/2019

42689/2021

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 392139 - 08/03/2021
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2790
Nome do Município: TOLEDO
Código do Estabelecimento: 846
Nome do Estabelecimento: JARDIM PORTO ALEGRE, C E-EF M PROFIS
Nome do Curso: Curso: TÉCNICO EM CONTABILIDADE - 991

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
CAROLINA ARAUJO ROMA	102182235PR	1063	27900084D003	13	24/02/2021	2020
FERNANDO CARVALHO	140625302PR	1064	27900084D003	13	24/02/2021	2020
JOÃO PAULO HOFFMANN	141452932PR	1065	27900084D003	13	24/02/2021	2020
LEONARDO VINICIUS DO NASCIMENTO	136052322PR	1066	27900084D003	14	24/02/2021	2020
OSCAR NOGUEIRA DO NASCIMENTO FERNANDES	140011509PR	1067	27900084D003	14	24/02/2021	2020
PALOMA DA SILVA CICO	541965645SP	1068	27900084D003	14	24/02/2021	2020
THAUANE LARISSA KAUFERT	98902031PR	1069	27900084D003	14	24/02/2021	2020

TOLEDO, 8 de Março de 2021.

Nome do(a) Secretário(a):CLARICE APARECIDA NERI ELGER
Nº Ato do(a) Secretário(a): 2630/2016 - 11/07/2016

Nome do(a) Diretor(a): IZABEL CORDEIRO DOS SANTOS NUNES
Nº Ato do(a) Diretor(a): 2578/2019 - 22/07/2019

42692/2021

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 392138 - 08/03/2021
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2790
Nome do Município: TOLEDO
Código do Estabelecimento: 846
Nome do Estabelecimento: JARDIM PORTO ALEGRE, C E-EF M PROFIS
Nome do Curso: Curso: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO - 906

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
DIONE CHAVES DA SILVA	87260550PR	1039	27900084D003	8	23/02/2021	2020
JHENIFFER NATÁLIA SOUTO	102949480PR	1040	27900084D003	8	23/02/2021	2020
LUCAS EDINEY NUERNBERG	123543009PR	1041	27900084D003	9	23/02/2021	2020
MARIA SALADINI	45856194PR	1042	27900084D003	9	23/02/2021	2020
PAOLA ELIZE STIVAL VARGAS	123556640PR	1043	27900084D003	9	23/02/2021	2020
PRISCILA ANDRES RAMOS PEREIRA ROSA	101637840PR	1044	27900084D003	9	23/02/2021	2020
ROSANA COITINHO DE JESUS	73118840PR	1045	27900084D003	9	23/02/2021	2020
VALDIRENE APARECIDA VARGAS	84518611PR	1046	27900084D003	10	23/02/2021	2020

TOLEDO, 8 de Março de 2021.

Nome do(a) Secretário(a):CLARICE APARECIDA NERI ELGER
Nº Ato do(a) Secretário(a): 2630/2016 - 11/07/2016

Nome do(a) Diretor(a): IZABEL CORDEIRO DOS SANTOS NUNES
Nº Ato do(a) Diretor(a): 2578/2019 - 22/07/2019

42690/2021

Relação de Registro de CERTIFICADOS Nº 392131 - 08/03/2021
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 590
Nome do Município: COLORADO
Código do Estabelecimento: 365
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS JOSE PARDINE
Nome do Curso: Curso: AUXILIAR DE ENFERMAGEM - 96

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
MARILEUZA DA SILVA BACHEGA	67111885PR	639	05900036C001	6	04/03/2021	2004

COLORADO, 8 de Março de 2021.

Nome do(a) Secretário(a):SANDRA LOPES APPARICIO LAZARIM
Nº Ato do(a) Secretário(a): 01/19 - 30/05/2019

Nome do(a) Diretor(a): CASSIANA DIB BORRI
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2013 - 25/02/2013

42674/2021

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 392135 - 08/03/2021
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1380
Nome do Município: LONDRINA
Código do Estabelecimento: 656
Nome do Estabelecimento: LONDRINENSE, C-EI EF M PROFIS
Nome do Curso: Curso: TECNICO EM TRANSAÇÕES IMOBILIARIAS - 764

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
VANESSA LOPES CAPELO	48127924	668	13800065D002	23	28/10/2020	2020
EULER NUNES DE SANTANA	328907030	669	13800065D002	24	29/10/2020	2020
FERNANDO DO NASCIMENTO FERREIRA	88872126	672	13800065D002	24	29/10/2020	2020
FERNANDO SANCHES	73384290	673	13800065D002	24	29/10/2020	2020
GERALDO DE JESUS VARANDAS	41809850	674	13800065D002	24	29/10/2020	2020
GABRIEL RIBEIRO DE CAMPOS	11614264	676	13800065D002	25	26/02/2021	2020
CÉSAR AUGUSTO PENNACCHI	3345918	677	13800065D002	25	26/02/2021	2020
GISLAINE CAMPAGNOLLI SALVADOR	140446297	678	13800065D002	25	26/02/2021	2020
RACHEL BOECHAT LUPPI RUIZ	53645003	679	13800065D002	25	26/02/2021	2020
DANIELA GUESSADA BLATT	154198628	680	13800065D002	25	26/02/2021	2020
MAURICIO EDVALTER ANDRADE	44764458	681	13800065D002	26	26/02/2021	2020
MARCELO SERRANO	64894960	682	13800065D002	26	04/03/2021	2020
ALECSANDRA MORAES ZAMBLIN	57424915	683	13800065D002	26	04/03/2021	2020
ODACIR ANTONIO CAVAGNOLI	11419267	684	13800065D002	26	04/03/2021	2020
FREDERICO DE MOURA THEOPHILO FILHO	39924579	685	13800065D002	26	04/03/2021	2020

LONDRINA, 8 de Março de 2021.

Nome do(a) Secretário(a):CREUZA MARTINS FRANÇA
Nº Ato do(a) Secretário(a): 03/2019 - 16/09/2019

Nome do(a) Diretor(a): ELEAZAR FERREIRA
Nº Ato do(a) Diretor(a): 02/1999 - 17/06/2020

42687/2021

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 392134 - 08/03/2021
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 830
Nome do Município: FOZ DO IGUACU
Código do Estabelecimento: 23
Nome do Estabelecimento: GUILHERME, C E MONS-EF M PROF
Nome do Curso: Curso: TECNICO EM RECURSOS HUMANOS - 953

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
SIMONE DOS SANTOS STANOGA	69620787PR	1185	08300002D003	37	08/03/2021	2019

FOZ DO IGUACU, 8 de Março de 2021.

Nome do(a) Secretário(a):ROSENEI FERNANDES LISBOA
Nº Ato do(a) Secretário(a): PORT. 5760/2018 - 12/12/2018

Nome do(a) Diretor(a): VERIDIANA ANTONIAZZI LUCINI
Nº Ato do(a) Diretor(a): 189/2021 - 15/01/2021

42678/2021

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 392130 - 08/03/2021
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 140
Nome do Município: APUCARANA
Código do Estabelecimento: 11
Nome do Estabelecimento: NILO CAIRO, C E-EF M N
Nome do Curso: Curso: Formação de Docentes, em nível médio, na modalidade normal - 489

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
MARINA PINHEIRO GOMES FERREIRA	143013022PR	1382	01400001D003	77	04/03/2021	2019
EMILY VANESSA DE ARAUJO	149016228PR	1383	01400001D003	77	04/03/2021	2020
MYLENA BARREIRO BROIATTO	149210237PR	1384	01400001D003	77	04/03/2021	2020
ANA CAROLINA TAVARES	143806316PR	1385	01400001D003	77	04/03/2021	2020
TAILA PONTES DE SOUZA	143394042PR	1386	01400001D003	78	04/03/2021	2020
ANA CLÁUDIA DA SILVA	91890844PR	1387	01400001D003	78	04/03/2021	2020
ANA CAROLINA NAZARKO	124566436PR	1388	01400001D003	78	04/03/2021	2020
BEATRIZ DE SOUSA RENATO	135121029PR	1389	01400001D003	78	04/03/2021	2020
BRUNA DE CASSIA BARBOZA	141867490PR	1390	01400001D003	78	04/03/2021	2020
ELLIENE MOREIRA DE SOUZA	146781829PR	1391	01400001D003	79	04/03/2021	2020
EMANUELY BRASILIANO DA SILVA	140586900PR	1392	01400001D003	79	04/03/2021	2020
EMILAYNE DA SILVA GUERRA	136068229PR	1393	01400001D003	79	04/03/2021	2020
HELOÍSA GOIS CECON	148255148PR	1394	01400001D003	79	04/03/2021	2020
LUCAS VICTO SANCHES	135525782PR	1395	01400001D003	79	04/03/2021	2020
ISABELA STEFANNY DOS SANTOS	130067867PR	1396	01400001D003	80	04/03/2021	2020
ISABELLE FABRÍCIA DA SILVA GALAN	146377670PR	1397	01400001D003	80	04/03/2021	2020
KELLY BARBOSA DOS SANTOS	139088778PR	1398	01400001D003	80	04/03/2021	2020
KEMILLY ROBERTA BERNARDES CORREIA	148506736PR	1399	01400001D003	80	04/03/2021	2020
KÉTLYN GABRIELY DA SILVA FERNANDES	144398491PR	1400	01400001D003	80	04/03/2021	2020
KETLYN MARIA MACIEL DE BRITO	145018560PR	1401	01400001D003	81	04/03/2021	2020
MARIA FERNANDA PESSÔA	136276549PR	1402	01400001D003	81	04/03/2021	2020
MARIANA CAROLINA DE SOUZA ZANON	132291446PR	1403	01400001D003	81	04/03/2021	2020
NAYANE SANCHES FELIX	525784597PR	1404	01400001D003	81	04/03/2021	2020
PAOLA PUDMOVCKI DA SILVA	149604146PR	1405	01400001D003	81	04/03/2021	2020
THAYNARA FLAUSINO SILVA	147549342PR	1406	01400001D003	82	04/03/2021	2020
VITÓRIA FERREIRA DE SOUZA	137255227PR	1407	01400001D003	82	04/03/2021	2020
VITORIA NAIANE DE SOUZA	145649749PR	1408	01400001D003	82	04/03/2021	2020
VITÓRIA RIBEIRO CLEMENTINO	137395525PR	1409	01400001D003	82	04/03/2021	2020

APUCARANA, 8 de Março de 2021.

Nome do(a) Secretário(a):IVONE APARECIDA DO CARMO MARTINS
Nº Ato do(a) Secretário(a): 1910/2008 - 10/12/2008

Nome do(a) Diretor(a): DOROTY YAEKO ARIMORI CAMPOS
Nº Ato do(a) Diretor(a): 1441/16 - 03/04/2018

42672/2021

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
A CHEFE DO GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE FORAM DELEGADAS, PELA RESOLUÇÃO N° 292 DE 24 DE JANEIRO DE 2020, DA DIRETORIA GERAL, RESOLVE :
PORTARIA N. 44 DE 04/03/2021
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
EXCLUIR DA PORTARIA N. 525 DE 18/05/2020 O NOME DE MARISTELA DOS PASSOS
R.G. 44018527, LF - 1

34911/2021

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
A CHEFE DO GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE FORAM DELEGADAS, PELA RESOLUÇÃO N° 292 DE 24 DE JANEIRO DE 2020, DA DIRETORIA GERAL, RESOLVE :
PORTARIA N. 48 DE 04/03/2021
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
EXCLUIR DA PORTARIA N. 525 DE 18/05/2020 O NOME DE MARISTELA DOS PASSOS
R.G. 44018527, LF - 2

34909/2021

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
A CHEFE DO GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 292 DE 24 DE JANEIRO DE 2020, DA DIRETORIA GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES DE ACORDO COM O ARTIGO 240 DA LEI 6174 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):
PORTARIA N. 45 DE 04/03/2021
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
CRISTIANO BARROZO MENDES	56080562	53	NI01	173971842	01/03/2021	28/02/2023	730
VALDENICE DE LOURDES GAMBARO DUDA	56457585	55	NII09	174099855	15/03/2021	14/03/2023	730
LIZIANE DE JESUS REGIO SAURUK	69258557	1	NII11	174047090	04/03/2021	03/03/2023	730
LIZIANE DE JESUS REGIO SAURUK	69258557	2	NII11	174047090	04/03/2021	03/03/2023	730

WELLINGTON LUIZ DO COUTO	69595626	1	NII08	173603932	18/02/2021	17/02/2023	730
ADAILE DOMINGUES DOS SANTOS KOENTOPP	73143365	52	NII05	174049220	02/04/2021	01/04/2023	730
ELISA ANDREIA VINCENZZI	78330180	90	NII08	173872054	02/03/2021	01/03/2023	730
TATIANE FATIMA TRAVINSKI MARTINS	78432438	52	NII03	173584423	18/03/2021	17/03/2023	730
ARIADNE CRISTINA PIOLA BARBOSA	80924143	2	NI04	173792514	09/03/2021	08/03/2023	730
ANDREY NEGRO ANDRADE	86689847	2	NI07	17.378.577-1	22/02/2021	21/02/2023	730

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

A CHEFE DO GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 292 DE 24 DE JANEIRO DE 2020, DA DIRETORIA GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES DE ACORDO COM O ARTIGO 240 DA LEI 6174 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 46 DE 04/03/2021

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
DANILLO FERREIRA DE BRITO	95077870	5	NII03	174005370	01/03/2021	28/02/2023	730

34910/2021

Secretaria da Fazenda

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PORTARIA N. 35 DE 05/03/2021

ORGAO - RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

EXCLUIR DA PORTARIA N. 216 DE 06/10/2020 O NOME DE DANIEL BARBOSA GOMES R.G. 137515563, LF - 1

42023/2021

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PORTARIA N. 40 DE 05/03/2021

ORGAO - RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

RETIFICAR A PORTARIA N. 161 DE 22/06/2020 DE LICENÇA ESPECIAL DE CARLOS VILMAR KOSLOWSKI, R.G. 33106521, LF 1 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTES VALORES:

FRUIÇÃO	PERIODO AQUISITIVO
28/9/2020 A 26/12/2020	2/7/2010 A 1/7/2015

42021/2021

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 41 DE 05/03/2021

ORGAO - RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
DALTON LAZARO SOARES				90	02/02/2009	01/02/2014	17/03/2021	14/06/2021
31252814	1	NAAF-I	172995748					

42022/2021

PORTARIA Nº 101/2021/DOE/SEFA

A DIRETORA DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 8º, da Lei Estadual nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 21000520/DOE/SEFA,

R E S O L V E

Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, no valor de R$ 8.942.213,00 (oito milhões, novecentos e quarenta e dois mil, duzentos e treze reais), de acordo com os Anexos I e II desta portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 5 de março de 2021.

Marcia Cristina Rebonato do Valle

Diretora de Orçamento Estadual/SEFA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA — ANEXO I — Nº controle: 21000417
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE — ANEXO À PORTARIA Nº 101
Acréscimo de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
47	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE						
04760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FUNSAUDE						
4760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNSAÚDE						
5009	GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID 19)	33903900	255	95	L	323.780,00	21000520
6163	GESTÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA SESA	33509200	100	01	L	8.618.433,00	21000520
					TOTAL	8.942.213,00	
					TOTAL	8.942.213,00	

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA — ANEXO II — Nº controle: 21000417
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE — ANEXO À PORTARIA Nº 101
Redução de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
47	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE						
04760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FUNSAUDE						
4760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNSAÚDE						
5009	GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID 19)	33903000	255	95	L	323.780,00	21000520
6163	GESTÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA SESA	33504100	100	01	L	8.618.433,00	21000520
					TOTAL	8.942.213,00	
					TOTAL	8.942.213,00	

42197/2021

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PORTARIA Nº 102/2021/DOE/SEFA

A DIRETORA DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 8º, da Lei Estadual nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 21000530/DOE/SEFA,

R E S O L V E

Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), de acordo com os Anexos I e II desta portaria.

Publique-se.

Anote-se.
Curitiba, em 5 de março de 2021.

Marcia Cristina Rebonato do Valle
Diretora de Orçamento Estadual/SEFA

Página 1 de 2

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA — ANEXO I — Nº controle: 21000425
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE — ANEXO À PORTARIA Nº 102
Acréscimo de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO						
04900	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO						
4902	DIRETORIA GERAL						
6180	GESTÃO ADMINISTRATIVA - SEJUF	33903700	100	01	L	500.000,00	21000530
					TOTAL	500.000,00	
					TOTAL	500.000,00	

Página 2 de 2

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA — ANEXO II — Nº controle: 21000425
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE — ANEXO À PORTARIA Nº 102
Redução de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO						
04900	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO						
4902	DIRETORIA GERAL						
6180	GESTÃO ADMINISTRATIVA - SEJUF	33903900	100	01	L	500.000,00	21000530
					TOTAL	500.000,00	
					TOTAL	500.000,00	

42195/2021

PORTARIA Nº 103/2021/DOE/SEFA

A DIRETORA DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 8º, da Lei Estadual nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 21000488/DOE/SEFA,

R E S O L V E

Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, no valor de R$ 338,00 (trezentos e trinta e oito reais), de acordo com os Anexos I e II desta portaria.

Publique-se.

Anote-se.
Curitiba, em 5 de março de 2021.

Marcia Cristina Rebonato do Valle
Diretora de Orçamento Estadual/SEFA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA — ANEXO I — Nº controle: 21000393
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE — ANEXO À PORTARIA Nº 103
Acréscimo de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
65	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO						
06500	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO						
6502	DIRETORIA GERAL						
6258	DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA	33909200	102	01	L	338,00	21000488
					TOTAL	338,00	
					TOTAL	338,00	

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA — ANEXO II — Nº controle: 21000393
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE — ANEXO À PORTARIA Nº 103
Redução de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
65	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO						
06500	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO						
6502	DIRETORIA GERAL						
6258	DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA	33404100	102	01	L	338,00	21000488
					TOTAL	338,00	
					TOTAL	338,00	

42196/2021

PORTARIA Nº 104/2021/DOE/SEFA

A DIRETORA DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 8º, da Lei Estadual nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 21000503/DOE/SEFA,

R E S O L V E

Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, no valor de R$ 522.579,00 (quinhentos e vinte e dois mil, quinhentos e setenta e nove reais), de acordo com os Anexos I e II desta portaria.

Publique-se.

Anote-se.
Curitiba, em 5 de março de 2021.

Marcia Cristina Rebonato do Valle
Diretora de Orçamento Estadual/SEFA

Página 1 de 2

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA — ANEXO I — Nº controle: 21000403
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE — ANEXO À PORTARIA Nº 104
Acréscimo de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
47	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE						
04760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FUNSAUDE						
4760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNSAÚDE						
5009	GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID 19)	33903700	100	01	L	444.482,00	21000503
6163	GESTÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA SESA	33913900	100	01	L	78.097,00	21000503
					TOTAL	522.579,00	
					TOTAL	522.579,00	

Página 2 de 2

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA — ANEXO II — Nº controle: 21000403
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE — ANEXO À PORTARIA Nº 104
Redução de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
47	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE						
04760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE FUNSAUDE						
4760	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNSAÚDE						
5009	GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID 19)	33903000	100	01	L	444.482,00	21000503
6163	GESTÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA SESA	33914700	100	01	L	78.097,00	21000503
					TOTAL	522.579,00	
					TOTAL	522.579,00	

42194/2021

PORTARIA Nº 107/2021/DOE/SEFA

A DIRETORA DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 8º, da Lei Estadual nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 21000524/DOE/SEFA,

R E S O L V E

Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), de acordo com os Anexos I e II desta portaria.

Publique-se.

Anote-se.
Curitiba, em 5 de março de 2021.

Marcia Cristina Rebonato do Valle
Diretora de Orçamento Estadual/SEFA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA — ANEXO I — Nº controle: 21000421
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE — ANEXO À PORTARIA Nº 107
Acréscimo de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
69	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E DO TURISMO						
06931	INSTITUTO AGUA E TERRA . IAT						
6931	INSTITUTO AGUA E TERRA						
6286	GESTÃO ADMINISTRATIVA - IAT	33904700	105	01	L	60.000,00	21000524
					TOTAL	60.000,00	
					TOTAL	60.000,00	

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA — ANEXO II — Nº controle: 21000421
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE — ANEXO À PORTARIA Nº 107
Redução de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
69	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E DO TURISMO						
06931	INSTITUTO AGUA E TERRA . IAT						
6931	INSTITUTO AGUA E TERRA						
6286	GESTÃO ADMINISTRATIVA - IAT	33903000	105	01	L	60.000,00	21000524
					TOTAL	60.000,00	
					TOTAL	60.000,00	

42193/2021

PORTARIA Nº 109/2021/DOE/SEFA

A DIRETORA DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 8º, da Lei Estadual nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 21000512/DOE/SEFA,

R E S O L V E

Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), de acordo com os Anexos I e II desta portaria.

Publique-se.

Anote-se.
Curitiba, em 05 de março de 2021.

Marcia Cristina Rebonato do Valle
Diretora de Orçamento Estadual/SEFA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA — ANEXO I — Nº controle: 21000410
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE — ANEXO À PORTARIA Nº 109
Acréscimo de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO						
04900	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO						
4902	DIRETORIA GERAL						
6180	GESTÃO ADMINISTRATIVA - SEJUF	33904700	100	01	L	5.000,00	21000512
					TOTAL	5.000,00	
					TOTAL	5.000,00	

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA — ANEXO II — Nº controle: 21000410
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE — ANEXO À PORTARIA Nº 109
Redução de Despesa do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO						
04900	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO						
4902	DIRETORIA GERAL						
6180	GESTÃO ADMINISTRATIVA - SEJUF	33903900	100	01	L	5.000,00	21000512
					TOTAL	5.000,00	
					TOTAL	5.000,00	

42191/2021

PORTARIA SEFA/CG N.5/2021

O CORREGEDOR-GERAL, com fundamento no artigo 120 da Lei Complementar n. 131, de 29 de setembro de 2010, e considerando a motivação exposta no Ofício n. 3/2021 da Comissão de Sindicância instaurada ela PortariaSEFA/CG n. 7/2020,

RESOLVE:

I – instaurarprorrogar a Comissão de Sindicância para apuração dos fatos descritos no protocolizado n.17.112.094-2;
II –conceder mais 45 (quarenta e cinco) dias a partir de 15 de março de 2021, com fundamento nas razões expostas no Ofício n. 3/2021 da referida Comissão, protocolizado sob SID n. 17.420.438-1.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Corregedoria-Geral da SEFA – Curitiba, 8 de março de 2021.

Laércio Lopes de Araujo
Corregedor-Geral

42724/2021

RESOLUÇÃO Nº 207/2021 - SEFA/GS DE 5 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 maio de 2019 e Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 21000510/DOE/SEFA, e considerando o contido no protocolo nº 17.287.548-3,

RESOLVE:

Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, no valor de R$ 4.931.913,00 (quatro milhões, novecentos e trinta e um mil, novecentos e treze reais), de acordo com o Anexo I desta resolução.

Curitiba, 5 de março de 2021.

Renê de Oliveira Garcia Junior
Secretário de Estado da Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA — ANEXO I — Nº controle: 21000408
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE — ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 207
Descontingenciamento do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
13	CASA CIVIL						
01330	DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO PARANA DETRAN						
1330	DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO PARANÁ - DETRAN						
6039	AÇÕES DO DETRAN	33903000	284	95	P	157.000,00	21000510
		33903900	284	95	P	3.042.413,00	21000510
		33904000	284	95	P	633.000,00	21000510
		44905200	284	95	P	919.500,00	21000510
9210	ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN	33904700	284	95	P	180.000,00	21000510
					TOTAL	4.931.913,00	
					TOTAL	4.931.913,00	

35899/2021

RESOLUÇÃO Nº 208/2021 - SEFA/GS DE 5 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 maio de 2019, e Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 21000502/DOE/SEFA, e considerando o contido no protocolo nº 17.398.928-8,

RESOLVE:

Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, no valor de R$ 1.635.726,00 (um milhão, seiscentos e trinta e cinco mil, setecentos e vinte e seis reais), de acordo com o Anexo I desta resolução.

Curitiba, 5 de março de 2021.

Renê de Oliveira Garcia Junior
Secretário de Estado da Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA — ANEXO I — Nº controle: 21000402
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE — ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 208
Descontingenciamento do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA						
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA						
3901	GABINETE DO SECRETARIO						
5014	INVESTIMENTOS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA	44905200	107	09	P	1.635.726,00	21000502
					TOTAL	1.635.726,00	
					TOTAL	1.635.726,00	

35881/2021

RESOLUÇÃO Nº 209/2021 - SEFA/GS DE 5 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 17.287.548-3,

RESOLVE:

Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 4.931.913,00 (quatro milhões, novecentos e trinta e um mil, novecentos e treze reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, nos grupos de natureza de despesa e fonte, constantes no Anexo I desta resolução.

Curitiba, 5 de março de 2021.

Renê de Oliveira Garcia Junior

Secretário de Estado da Fazenda

Página 1 de 1

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA — ANEXO I — Nº controle: 21000432
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE — ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 209

Estabelece Cota

ÓRGÃO 13 CASA CIVIL
UNIDADE CONTÁBIL 01330 DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO PARANA DETRAN

Unidade	Fonte	Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
1330	284			1.649.000,00	2.363.413,00		919.500,00			4.931.913,00	21000537
										4.931.913,00	
										4.931.913,00	

35890/2021

RESOLUÇÃO Nº 210/2021 - SEFA/GS DE 5 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 17.398.928-8,

RESOLVE:

Estabelecer cota orçamentária, no valor de R$ 1.635.726,00 (um milhão, seiscentos e trinta e cinco mil, setecentos e vinte e seis reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo I desta resolução.

Curitiba, 5 de março de 2021.

Renê de Oliveira Garcia Junior

Secretário de Estado da Fazenda

Página 1 de 1

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA — ANEXO I — Nº controle: 21000431
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE — ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 210

Estabelece Cota

ÓRGÃO 39 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA
UNIDADE CONTÁBIL 03900 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA

Unidade	Fonte	Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
3901	107						1.635.726,00			1.635.726,00	21000536
										1.635.726,00	
										1.635.726,00	

35888/2021

RESOLUÇÃO Nº 211/2021 - SEFA/GS DE 05 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 maio de 2019 e Decreto n° 3.169 de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 21000523/DOE/SEFA, e considerando o contido no protocolo nº 17.397.643-7,

RESOLVE:

a) ajustar a disponibilidade do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, no valor de R$ 429.000,00 (quatrocentos e vinte e nove mil reais), de acordo com os Anexos I e III desta resolução;

b) em decorrência do contido no item anterior, fica ajustado o Detalhamento de Obras, de acordo com o Anexo II desta resolução.

Curitiba, 05 de março de 2021.

Renê de Oliveira Garcia Junior

Secretário de Estado da Fazenda

Página 1 de 3

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA — ANEXO I — Nº controle: 21000420
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE — ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 211

Descontingenciamento do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO						
04900	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO						
4902	DIRETORIA GERAL						
6378	GESTÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	44905100	102	01	P	429.000,00	21000523
					TOTAL	**429.000,00**	
					TOTAL	**429.000,00**	

Página 2 de 3

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA — ANEXO II — Nº controle: 21000420
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE — ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 211

Descontingenciamento de Obra do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO					
04900	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO					
4902	DIRETORIA GERAL					

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

6378	GESTÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO								
626	Piraquara								
00000007	Executar serviços complementares no Centro de Socioeducação de Piraquara.		102	01	P	429.000,00	21000523		
					TOTAL	429.000,00			
					TOTAL	429.000,00			

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE
ANEXO III
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 211
Nº controle: 21000420

Contingenciamento do Orçamento Fiscal e/ou RPPS

Cod.	Especificação		Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
49	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO						
04900	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, FAMILIA E TRABALHO						
4902	DIRETORIA GERAL						
6378	GESTÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	33903900	102	01	P	429.000,00	21000523
					TOTAL	429.000,00	
					TOTAL	429.000,00	

35889/2021

RESOLUÇÃO Nº 212/2021 - SEFA/GS DE 5 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 27, da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 17.410.463-8,

RESOLVE:

a) estabelecer cota orçamentária, no valor de R$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo I desta resolução;

b) cancelar cota orçamentária, no valor de R$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo II desta resolução.

Curitiba, 5 de março de 2021.

Renê de Oliveira Garcia Junior
Secretário de Estado da Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE
ANEXO I
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 212
Nº controle: 21000422

Estabelece Cota

ÓRGÃO 29 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
UNIDADE CONTÁBIL 02900 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Unidade	Fonte	Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
2902	100				1.700.000,00					1.700.000,00	21000526
										1.700.000,00	
										1.700.000,00	

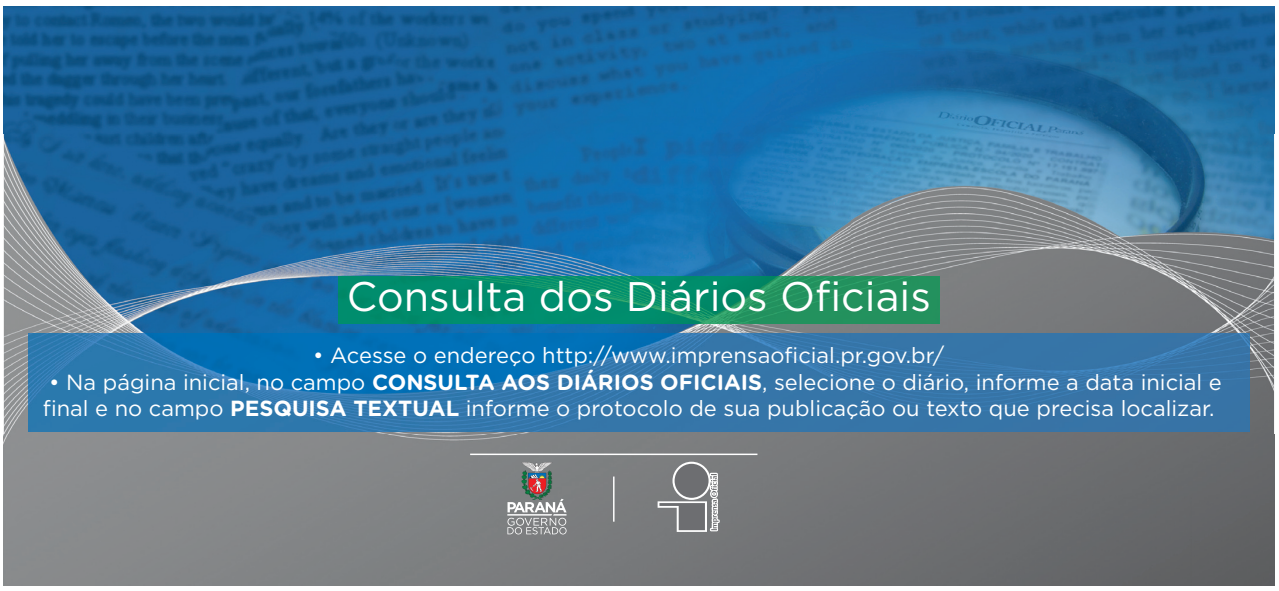
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
DIRETORIA DE ORÇAMENTO ESTADUAL - DOE
ANEXO II
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 212
Nº controle: 21000422

Cancela Cota

ÓRGÃO 29 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
UNIDADE CONTÁBIL 02900 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Unidade	Fonte	Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	ODC	ODC Serviços e PASEP	ODC Especiais	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total	N. do Processo
2902	100			1.700.000,00						1.700.000,00	21000526
										1.700.000,00	
										1.700.000,00	

35869/2021



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Saúde

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 16.790.934-5

AUTORIZO, com fulcro no art.1º, parágrafo 3º, do Decreto 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 464/2020 e 013/2021 AJU/SESA, Memo nº 200/2020 D.L **realizar o acréscimo de 03 (três) leitos de UTI na modalidade Adulto e 04 (quatro) leitos de Retaguarda Clínica na modalidade Adulto** para atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, com quadro clínico compatível com a infecção por Coronavírus – COVID-19, no Estado do Paraná.

O valor mensal estimado para a execução do presente Acréscimo importa em R$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais).

Mediante a celebração do Acréscimo, o Hospital Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão, na cidade de Campo Mourão, inscrito no CNPJ sob o nº 80.612.294/0001-41, CNES nº 0014109, receberá mensalmente na modalidade **Fundo a Fundo** a importância estimada de R$ 148.800,00 (cento e quarenta e oito mil e oitocentos reais) referente às diárias de leitos de UTI e de R$ 130.200,00 (cento e trinta mil e duzentos reais) referente às diárias de Leitos de Retaguarda Clínica, perfazendo-se o valor mensal estimado de R$ 279.000,00 (duzentos e setenta e nove mil reais).

Os recursos financeiros são provenientes de Transferências da União – SUS – Fonte 255.

Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/2000, Lei Estadual nº 15.608/2007, em cumprimento ao Art. 1º, § 3º do Decreto nº 4.189 de 25/05/2016, Decreto nº 8.622 de julho de 2013, sob pena de cancelamento deste ato.

Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, 8 de março de 2021.

Assinado eletronicamente
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

42906/2021

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 16.850.853-0

AUTORIZO, com fulcro no art. 1º, parágrafo 3º, do Decreto 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 464/2020 e 013/2021 AJU/SESA, Memo nº 209/2020 D.L **realizar o acréscimo 03 (três) leitos de UTI na modalidade Adulto** para atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, com quadro clínico compatível com a infecção por Coronavírus – COVID-19, no Estado do Paraná.

O valor mensal estimado para a execução do presente Acréscimo importa em R$ 148.800,00 (cento e quarenta e oito mil e oitocentos reais).

Mediante a celebração do Acréscimo, o Instituto Santa Pelizzari, na cidade de Palmas, inscrito no CNPJ sob o nº 29.693.735/0001-20, CNES nº 2738287 receberá mensalmente na modalidade **Fundo a Fundo** importa em R$ 644.800,00 (seiscentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais) referente às diárias de Leitos de UTI na Modalidade Adulto e R$ 65.100,00 (sessenta e cinco mil e cem reais) referente às diárias de Leitos de Retaguarda Clínica, perfazendo-se o valor mensal estimado de R$ 709.900,00 (setecentos e nove mil e novecentos reais).

Os recursos financeiros são provenientes de Transferências da União – SUS – Fonte 255.

Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/2000, Lei Estadual nº 15.608/2007, em cumprimento ao Art. 1º, § 3º do Decreto nº 4.189 de 25/05/2016, Decreto nº 8.622 de julho de 2013, sob pena de cancelamento deste ato.

Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, 5 de março de 2021.

Assinado eletronicamente
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

42268/2021

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 17.089.519-3

AUTORIZO, com fulcro no art. 1º, parágrafo 3º, do Decreto 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 464/2020 e 013/2021 AJU/SESA, Memo nº 274/2020 D.L **realizar o acréscimo 07 (sete) leitos de Retaguarda Clínica na modalidade Adulto** para atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, com quadro clínico compatível com a infecção por Coronavírus – COVID-19, no Estado do Paraná.

O valor mensal estimado para a execução do presente Acréscimo importa em R$ 65.100,00 (sessenta e cinco mil e cem reais).

Mediante a celebração do Acréscimo, o ISSAL Instituto de Saúde São Lucas, na cidade de Pato Branco, inscrito no CNPJ sob o nº 08.092.615/0001-05, CNES nº 0017884 receberá mensalmente na modalidade **Fundo a Fundo** importa em R$ 176.700,00 (cento e setenta e seis mil e setecentos reais) referente às diárias de Leitos de Retaguarda Clínica.

Os recursos financeiros são provenientes de Transferências da União – SUS – Fonte 255.

Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/2000, Lei Estadual nº 15.608/2007, em cumprimento ao Art. 1º, § 3º do Decreto nº 4.189 de 25/05/2016, Decreto nº 8.622 de julho de 2013, sob pena de cancelamento deste ato.

Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, 5 de março de 2021.

Assinado eletronicamente
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

42246/2021

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 17.225.987-1

AUTORIZO, com fulcro no art.1º, parágrafo 3º, do Decreto 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 464/2020 e nº 13/2021 AJU/SESA, Memo nº 004/2021 D.L **formalizar** a relação entre Gestor Estadual e o Instituto Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Umuarama, inscrito no CNPJ sob o nº 05.961.193/0001-60, CNES nº 2594366, através de repasse de recursos financeiros na modalidade **Fundo a Fundo**, objetivando o atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, com quadro clínico compatível com a infecção por Coronavírus – COVID-19, no Estado do Paraná.

RECONHEÇO, a situação administrativa ensejada de Dispensa de Licitação, embasada no Art. 34, inciso IV da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, em face a situação de emergência de saúde pública, conforme disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e no Decreto Estadual nº 4.230, de 16 de março de 2020, Decreto Estadual nº 4.298, de 19 de março de 2020, Decreto Estadual nº 4.319, de 23 de março de 2020, Decreto Estadual nº 6.543, de 15 de dezembro de 2020.

O prazo de vigência dos repasses será concomitante à vigência da Resolução SESA nº 864/2020 e Resolução Sesa nº 0022/2021, cujos efeitos financeiros ocorrerão a partir da assinatura do Termo de Adesão e mediante comprovação do início de funcionamento dos leitos.

O valor mensal estimado para o repasse na modalidade Fundo a Fundo importa em R$ 297.600,00 (duzentos e noventa e sete mil e seiscentos reais) referente às diárias de leitos de UTI e de R$ 74.400,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos reais) referente às diárias de Leitos de Retaguarda Clínica, perfazendo-se o valor mensal estimado de R$ 372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil reais)

Os recursos financeiros são provenientes de Transferências da União – SUS – Fonte 255.

Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/2000, Lei Estadual nº 15.608/2007, em cumprimento ao Art. 1º, § 3º do Decreto nº 4.189 de 25/05/2016, Decreto nº 8.622 de julho de 2013, sob pena de cancelamento deste ato.

Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, 5 de março de 2021.

Assinado eletronicamente
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

42236/2021

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 17.250.786-7

AUTORIZO, com fulcro no art.1º, parágrafo 3º, do Decreto 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 464/2020 e 013/2021 AJU/SESA, Memo nº 005/2021

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

D.L **Contratualizar**, formalizando a relação entre Gestor Estadual e o Hospital Dr. Aurélio / Clínica Médica Melissa Ltda, na cidade de Nova Aurora, inscrito no CNPJ sob o nº 14.975.265/0001-10, CNES nº 2573172, através de Instrumento de Contratualização para atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, com quadro clínico compatível com a infecção por Coronavírus – COVID-19, no Estado do Paraná.

RECONHEÇO, a situação administrativa ensejada de Dispensa de Licitação, embasada no Art. 34, inciso IV da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, em face a situação de emergência de saúde pública, conforme disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e no Decreto Estadual nº 4.230, de 16 de março de 2020, Decreto Estadual nº 4.298, de 19 de março de 2020, Decreto Estadual nº 4.319, de 23 de março de 2020, Decreto Estadual nº 6.543, de 15 de dezembro de 2020.

O prazo de vigência dos repasses será concomitante à vigência da Resolução SESA nº 864/2020 e Resolução Sesa nº 0022/2021, cujos efeitos financeiros ocorrerão a partir da assinatura do Termo de Adesão e mediante comprovação do início de funcionamento dos leitos.

O valor mensal estimado para a execução do presente Contrato importa em R$ 198.400,00 (cento e noventa e oito mil e quatrocentos reais) referente às diárias de Leitos de UTI na modalidade Adulto e R$ 241.800,00 (duzentos e quarenta e um mil e oitocentos reais) referente às diárias de Leitos de Retaguarda Clínica na modalidade Adulto, perfazendo-se o valor mensal estimado de R$ 440.200,00 (quatrocentos e quarenta mil e duzentos reais).

Os Recursos financeiros são Oriundos de Transferências Recebidas para aplicação exclusiva no tratamento do COVID-19 – Fonte 263

Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/2000, Lei Estadual nº 15.608/2007, em cumprimento ao Art. 1º, § 3º do Decreto nº 4.189 de 25/05/2016, Decreto nº 8.622 de julho de 2013, sob pena de cancelamento deste ato.

Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, 8 de março de 2021.

Assinado eletronicamente
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

42917/2021

RESOLUÇÃO SESA Nº 240/2021

Acrescenta o parágrafo 7° ao Art. 2º da Resolução SESA nº 98/2021, que Regulamenta o Decreto Estadual n.º 7.020, de 05 de março de 2021 e dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle da COVID-19 nas instituições de ensino públicas e privadas do Estado do Paraná para o retorno das atividades curriculares e extracurriculares.

O **Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 19.848, de 3 de maio de 2019 e o art. 8º, inciso IX do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, e considerando:
– a Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, dispõe sobre a organização, regulamentação, fiscalização e controle das ações dos serviços de saúde no âmbito do Estado do Paraná;
– a declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) publicada em 30 de janeiro de 2020, de que o surto do novo coronavírus (COVID-19) constitui Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII);
– a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;
– a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;
– o anúncio da OMS no dia 11 de março de 2020 caracterizando a doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) como pandemia;
– o Plano de Contingência do Paraná COVID-19, editado pela Secretaria de Estado da Saúde;
– o Decreto Estadual n° 4.230, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e da COVID-19 e suas alterações;
– o Decreto Estadual nº 4.298, de 19 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território paranaense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID -19;
– os Boletins de Informe Epidemiológico e as Notas Orientativas da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná;
– a Resolução SESA n° 632, de 05 de maio de 2020, que dispõe sobre medidas complementares de controle sanitário a serem adotadas para o enfrentamento da COVID-19, no Estado do Paraná;
– o Decreto Estadual n.º 7.020, de 05 de março de 2021, que altera o art. 8º do decreto n.º 4.230, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus–COVID-19;
– que o momento atual é inédito, complexo e desafiador, carecendo de um esforço conjunto na gestão e adoção das medidas necessárias à situação e o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar o parágrafo 7° ao Art. 2º da Resolução SESA nº 98/2021, com a seguinte redação:

§ 7º O retorno às atividades presenciais deverá ocorrer respeitando o limite de 30% (trinta por cento) da quantidade total de alunos, sem prejuízo às demais medidas de segurança elencadas nesta resolução.

Art. 2° Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 05 de março de 2021.

Assinado digitalmente
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

42140/2021

Secretaria da Justiça, Família e Trabalho

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO – SEJUF PR.ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE NOVEMBRO/2020. CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO. 13/11/2020 CEDI/PR. Aos treze dias do mês de Novembro, às 09h00, em primeira convocação, e às 09h15, em segunda convocação, ocorrida de forma virtual, foi dado início a mais uma Assembleia Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI/PR, para a qual os Conselheiros foram previamente convocados. No horário pré-determinado**,** o Presidente Sr. Jorge Nei Neves (Associação São Francisco de Assis De Pinhão – Guarapuava) solicitou em primeira chamada à apresentação dos Conselheiros presentes: José Araújo da Silva (ASP), Gerson Zafalon Martins (Amigos do HC), Joice Valcarel (suplente Amigos do HC) Rosangela J. Schmidt (APP), Cristina Aparecida Gameiro – (suplente APP), Bernadete Dal Molin (AAPS-PR), Presidente – Jorge Nei Neves (ASFAPIN), Maria de Lourdes M. Schram (Pastoral da Pessoa Idosa), Sérgio Rene de Assis (IPC),Elisa Baraldi Canales (suplente CEGEN), Damary Mariangela Sepulveda Escobar (Pequeno Cotolengo) Terezinha Corrêa Maciel Barbosa (API – Ourizona), Fernanda da Rocha Sales (suplente Lar dos Idosos Recanto do Tarumã), Aline Copacheski Santos (Lar São Vicente de Paulo – Castro PR), Adriane Miró Vanna Benke (SESA), Cidete Maria Casaril (SESA), Manoel Tadeu Barcelos (SEJUF), Thiago Schier Brock (suplente SEJUF), Adriana Santos de Oliveira (SEJUF), Lucimeri Sampaio Bezerra (titular COHAPAR), Luiz Antonio Mariotto Neto (suplente COHAPAR), Cleusa de Fátima Moreira (SEAP), Janice Cherpinski (SESP) **Colaboradores/ Convidados:** Rosana Beraldi Bevervanço (MP-CAOPDDI), Maria Adelaide Mazza Correia.**1. Abertura**: após a constatação de quórum, o Presidente Sr. Jorge Nei Neves deu início a reunião, agradecendo a participação dos colaboradores das comissões permanentes e dos demais participantes presentes até então. Em mais uma planária menciona as benesses tecnológicas para aproximação de todos os Conselheiros em tempos de pandemia da necessidade de adaptação na medida do possível em tempos de isolamento, porém nada substitui o essencial encontro das reuniões presenciais, também cita que esta reunião excepcionalmente esta conduzindo de sua residência em Guarapuava e tal fato exige um reordenamento e após algumas considerações o Presidente propõe aprovação da pauta.**2. Aprovação da Pauta**: Aprovada. **3. Aprovação Ad Referendum** – Regulamento da VII Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa; o Sr. Jorge menciona que foram feitos ajustes no regulamento de 2018 que norteava a forma de realizar a mesma, que agora acontecerá na modalidade virtual. Cientes da normativa os conselheiros aprovam o Ad.Referendum.**4. Aprovação da Ata do mês de Setembro;** Aprovada.**5. Informes da Presidência do CEDI/PR –**

5.1- Participação em eventos- Presidente Jorge Nei comunica a todos sobre sua participação na reunião com os Presidentes estadual convocada pelo Secretário nacional Sr. Antonio Costa, a pauta foi sobre os trabalhos da Secretaria Nacional e o CNDI referente aos recursos emergenciais destinados as ILPIS, e saber dos estados quais ações estão sendo realizada no enfrentamento a pandemia, informa também que participará na data de hoje as 19h00min no evento chamado Mulheres do Brasil a convite da Presidenta Estadual do Conselho do Estado do Rio de Janeiro e o tema abordado será sobre a mulher idosa. **5.2- Indeferimento das solicitações de viagem;** o Presidente menciona que desde o mês de Abril quando se adotou o modo reuniões virtuais por conta da pandemia, sempre fez questão de estar presente conduzindo as reuniões na SEJUF, citando também a Deliberação 024/2020 que reordena o calendário das reuniões do CEDI devido à alta demanda do ano que esta findando, e com surpresa recebeu a informação através da Secretaria Executiva Jocélia, que o Diretor Geral Sr. Antônio Devechi, estava solicitando a justificativa para participação presencial e posteriormente foi indeferido os cinco dias, sendo autorizado 3 dias com a justificativa de redução de custos da SEJUF em época de pandemia e que esta decisão se estende a todos os Conselhos , no que o Presidente discorda por se tratar de recurso do fundo estadual do Conselho e não da Secretaria Estadual , a legislação desde a criação do Conselho ampara os conselheiros sendo assim a SJUF deve garantir o direito e as condições necessárias para que os trabalhos do CEDI aconteçam. Na continuidade o Presidente considera lamentável a decisão do Sr. Diretor Geral em não conceder o autorizo das viagens. E também menciona que não foi consultado na alteração do cronograma das já citadas viagens por parte da Diretora do CPPI – no entendimento do Presidente tal alteração não seria viável, pois os deslocamentos atrapalhariam o andamento das reuniões das comissões. O Presidente menciona que fez contato durante o final de semana com o Sr. Christiano Ribas e não obteve êxito, conversou também com o conselheiro Sr. Araujo que o orientou a conversar com o Ministério Público na pessoa da Drª Rosana Bevervanço. Este foi sim um movimento para garantir que os conselheiros não sejam futuramente impedidos de acessar as reuniões e também quando as reuniões presenciais retornem a normalidade o colegiado tenha o direito a ter asseguradas suas viagens, portanto a justificava apresentada pelo Sr. Diretor Geral não se aplica e não pode ser utilizada como forma de cerceamento do direito de ir e vir dos conselheiros. Também comunica que houve reunião do grupo da sociedade civil e que seu posicionamento é de recusa em participar apenas da abertura da Conferência e nos demais dias estar retornando para casa, sendo que a mesma estará acontecendo sem custos para SEJUF, não se sente respeitado enquanto Presidente e quanto às deliberações que este conselho toma. Na continuidade o Sr. Jorge Nei – Presidente abre a palavra para ponderações, e na ordem de inscritos com a palavra Drª Rosana – que ao saudar todos, pergunta se foi formalizado algo por escrito junto a SEJUF e sugere que todo histórico narrado deve ser criado um documento destinado ao Secretário. Agradecendo o Presidente passa a palavra para Diretora do DPPI – Srª.Adriana Oliveira – que ao cumprimentar todos faz um breve comentário acerca das colocações do Presidente , e também entende que em se tratando de um novo Diretor Geral que esta se apropriando das atribuições , o questionamento foi acerca da real necessidade de estar presencialmente todos os dias em momentos de elevado número de contaminação por COVID em nossa capital e face ao decreto, menciona também sobre a legalidade da redução de despesas que acontece todo fim de ano nos órgãos estaduais, entende o posicionamento do Presidente , e comunica que na data de 17/11 retomara as atividades presencialmente e terá uma conversa com o DG, e faz questão da presença do Sr.Jorge Nei em todos os dias em que a Conferência se realizará, acredita também que o DG terá outro posicionamento diante do exposto. Continuando as alegações o Sr.José Araujo expos que em momentos de sobressalto nota-se que a gestão não entende que o conselho tem autonomia que é vinculado e não subordinado a secretaria, é deliberativo pela lei estadual, que não deseja atrito entre o DPPI e a Presidência do conselho, pois a gestora vem realizando um excelente trabalho de parceria a frente do departamento, parceria esta não vista anteriormente, por outro lado à secretaria nunca aceitou que o conselho tem sua independência não segue ordens na sua administração, e utiliza a redução de custos para cercear as atividades o conselho, e reiterou a posição da Drª Rosana sobre documentar a situação ocorrida para possíveis ações, o conselho tem autonomia e responde pela mesma. Sugere que aja uma reunião esclarecedora acerca dos direitos e autonomia do CEDI entre o Secretário, o Diretor Geral e o Presidente, pois o colegiado esta sendo desrespeitado pela Secretaria. Agradecendo as colocações do conselheiro Sr. Araujo o Presidente passa a palavra ao próximo inscrita o conselheiro Manoel Barcelos, que argumenta ter certeza que com o retorno da Gestora Srª Adriana o curso das decisões será corrigido, e reforça que o CEAS não esta se reunido presencialmente pelas questões sanitárias já mencionadas, em se colocando a disposição despede-se de todos. O Presidente Sr. Jorge Nei agradecendo passa à palavra a próxima inscrita a conselheira Maria Adelaide fazendo uso da palavra pondera que a decisão do DG foi prepotente e arrogante, pois em nenhum momento fez contato com o Presidente do CEDI, lhe faltou humildade, conhecimento e respeito, finalizou sua coloção deixando claro que esta muito chateada com o acontecido. E respeitando a ordem das inscrições o Presidente passa a palavra para servidora do DPPI Brenda Follador, que argumenta sobre a importância da realização da Conferência para a pessoa idosa. O Presidente Jorge Nei voltando a fazer uso da palavra agradece todo trabalho até então realizado pela servidora na organização da Conferência, e reafirma estar salvaguardando os direitos dos conselheiros e assim historicisar o ocorrido formalizando um documento direcionado ao Sr. Secretário. E que as deliberações do CEDI sejam respeitas como órgão gestor autônomo. 5.3 – Eleições de Conselheiros do CEDI para Conferencia Nacional - na continuidade aborda a questão referente à eleição e respectivas vagas dos delegados nos segmentos da sociedade civil e governamental a conferência nacional. 5.4 – Resposta ao ofício n°068/2020 – CEDI – referente às pendências da Secretaria Executiva CEDI-PR – Email Sr.Paulo Sergio Sena (DEDIF-SEJUF) em 23/10/2020 – O Presidente comunica sobre a devolutiva do coordenador do DEDIF referente ao compromisso de que todas as pendências que houvessem até 30 de Julho teriam que ser sanadas pelo Departamento de Direitos fundamentais , após considerações da Diretora do DPPI Srª.Adriana Oliveira no que se refere aos protocolos pendentes. O Presidente deu por encerrado os informes da Presidência. 6. – Informes da Secretaria Executiva - o Presidente Sr. Jorge Nei passa para Secretária – A secretaria executiva Jocélia Cunha apresentou breves cumprimentos e saudações aos Conselheiros presentes e relatou para o conhecimento de todos sobre a nomeação dos novos conselheiros substitutos da Secretaria da Cultura ainda aguardando a Casa Civil , ofícios produzidos no transcorrer do mês do 073 ao 087 – Deliberações- última 024 referente alterações no calendário de reuniões – Ad.Referendum 010 – ata pendente referente ao mês de Agosto 2020 – data da próxima reunião de 30 de novembro a 03 de dezembro de 2020.Encerrou a exposição despedindo-se dos presentes retornando a palavra ao Presidente. 7.1- Informes da Gestão: 7.1- Relato das ações desenvolvidas pelo DPPI – A Vice Presidenta do CEDI e Diretora do DPPI – Srª. Adriana Oliveira, cumprimentando a todos informou sobre a participação da Brenda na live referente ao ARCPF para que te a data de 15 de março de 2021 o DPPI receba todos os documentos originários dos Conselhos. Também abordou sobre o andamento de protocolo humanizado – Disque Idoso- 7.2 – Edital 01/2018 e 7.3 – Distribuição

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de EPIs para ILPIs no período de pandemia – Comunica que o Tribunal de Contas esta fiscalizando o Departamento , tem feito cobranças por escrito no que se refere aos termos de recebimento , e as respostas ao Tribunal já foram efetuadas , na continuidade a Vice Presidenta informa aos conselheiros os números recebidos da servidora Fabiola referente a entrega dos EPIs destinados as entidades. E retomando o tópico referente ao Edital 001/2018 – comentou que seria pago pós-eleições municipais, e passa para alguns esclarecimentos refrentes ao termo de fomento a ser efetuado pelo servidor Thiago Schier que em fazendo uso da palavra esclarece que todos os protocolos e termos de fomento estão bem adiantados junto a central de conselhos e gestão financeira e a partir do termino das eleições os processos serão mais céleres, finalizando sua exposição o servidor retorna a palavra para Srº Adriana Oliveira, que em fazendo uso da palavra também expõe a respeito da reunião on line ocorrida na data de 06/11 com a Defensoria Publica de Ponta Grossa na pessoa do Defensor Julio acerca de alguns esclarecimentos referentes ao funcionamento do Disque Idoso Paraná e o DPPI e como a Defensoria também pode articular tal trabalho , continuando a Vice Presidente ressalta que foi uma reunião muito profícua e finaliza os informes agradecendo atenção dos Conselheiros. Retomando a palavra o Presidente Sr. Jorge questiona se algum conselheiro tem alguma duvida, em não havendo questionamentos, ele passa a exposição dos encaminhamentos surgidos na reunião da sociedade civil do dia anterior e um dos apontamentos foi sobre a criação de uma Deliberação referente às publicações via ASCOM-SEJUF no site do CEDI/PR – o Presidente acreditando ser pertinente o Conselheiro Sr. José Araujo fazer o relato passou a palavra ao mesmo que expos que o site do ponto de vista estético ficou melhor, porém a Secretaria esta se utilizando do site para fazer publicações do interesse da SEJUF sem o conhecimento e consentimento do CEDI veiculando notícias não verdadeiras. Tudo devera passar pela Comissão de Comunicação e se autorizado ai sim publicizar , nada devera ir para o site sem autorização do CEDI, e atualizações dos conteúdos para que ele reflita a realidade. Agradecendo a atenção o conselheiro finalizou a explanação. A Srª Adriana Oliveira gestora do DPPI utilizando a palavra solidarizou-se ao conselheiro Sr.José afirmando que este assunto também será pauta de sua reunião quando seu retorno às atividades no dia 17/11. Perguntando se mais alguém gostaria de fazer uso da palavra e não havendo mais manifestações o Presidente passa para o encaminhamento que foi a criação de uma Deliberação destinada ao Departamento de Comunicação no sentido de que todas as informações veiculadas no site do CEDI /PR deverão ser previamente avaliadas pela mesa diretora e comissão específica do conselho com o envio de oficio. Retomando a palavra o Presidente Sr. Jorge propôs que o item 9. Relato da Comissão Temporária de Organização da VII Conferência Estadual fosse abordado neste período por se tratar de assunto mais exíguo, após proposição aceita o Sr. Presidente passou a palavra para explanação dos servidores envolvidos na organização da Conferência , inicialmente a servidora Brenda Follador inteirou a todos acerca das reuniões semanais organizacionais com o departamento de informática , o envio de convites e emails , data das lives orientativas para os delegados , envio do manual do participante e regimento interno, cadastramento dos delegados, criação do grupo no whatsApp, delineação do certificado. A Srª Adriana Oliveira – Vice Presidenta fez as considerações finais agradecendo o espaço onde acontecera a Conferência on line cedido pela Drª Rosana Bervervanço e também a todo atendimento e atenção recebido da equipe que la trabalham. Finalizando as explanações o Presidente agradece a presença de todos os conselheiros e finaliza a reunião. 8. Relato das Comissões Permanentes: 8.1 - Comissão de Orçamento, Financiamento e Fundo; **Pauta:4.1– Pauta Permanente –** Acompanhamento e pendências de reuniões anteriores:**Relato:** Como ainda não houve indicação de técnico responsável para a gestão de fundos, ainda estamos aguardando a prestação de contas do incentivo de garantias de direitos da pessoa idosa (Del. 01/2017).**Parecer da Comissão: CienteParecer do CEDI: Ciente. Protocolado da ALEP 16.521.054-9 e 16.527.328-1 -** Não foram disponibilizados os dois protocolos para análise e o parecer do CEDCA em razão da exoneração da técnica responsável, Marcela Dias Evangelista. O assunto permanece como pendência. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEDI: Ciente. 4.2 – Apresentação do Projeto para captação de recursos FIPAR – Solicitação SETI – Protocolo nº: 16.989.486-8/ 17.059.897-0. Relato:** Prof. Aldo (SETI) e Profª. Sandra (SETI) fizeram a explanação sobre o projeto e o mesmo foi disponibilizado para essa comissão para análise. Foi requisitado o repasse do valor de R$ 1.112.000,00 do FIPAR. Em reunião da comissão de políticas públicas foi aprovada a inclusão do projeto no banco de projetos do CEDI. **Parecer da Comissão:** Não aprovado a liberação do recurso. Aprovado a inclusão do projeto no banco de projetos do CEDI, acompanhando a decisão da comissão de políticas públicas. **Parecer do CEDI: Aprovado parecer d Comissão. O projeto seguirá os trâmites da Deliberação 013/2020 (CEDI) que regulamenta o Banco de Projetos. 4.3– Solicitação de prorrogação referente à Deliberação 001/2017 – Município de Imbituva – Protocolo nº16.866.662-4. Relato:** A Secretária Municipal de Assistência Social em 28 de agosto solicitou por meio do ofício 307/2020 prorrogação de prazo da Deliberação 001/2017. O município recebeu o recurso R$ 60.000,00 em 13/11/2018 e seu prazo findará em 13/11/2020. Conforme art. 7º da Deliberação 011/2019 que estabelece o prazo de execução de recursos é de até 24 meses a partir da data de recebimento dos mesmos. **Parecer da Comissão:** NÃO APROVADO. Encaminhar ofício ao município e ao CMDPI com a resposta do CEDI/PR com inclusão do art. 7º da Deliberação 011/2019. O município deve restituir ao Fundo Estadual do Idoso os valores remanescentes devidamente corrigidos no prazo de 30 dias após o término do prazo. **Parecer do CEDI: Aprovado parecer da Comissão. 4.4– Solicitação de prorrogação referente à Deliberação 001/2017 – Município de Ibiporã – Ofício nº 109/2020. Relato:** A Secretária Municipal de Assistência Social, em 29 de outubro, solicitou por meio do ofício 109/2020 prorrogação de prazo da Deliberação 001/2017. O município recebeu o recurso R$ 60.000,00 em 21/12/2018 e seu prazo findará em 21/12/2020. Conforme art. 7º da Deliberação 011/2019 que estabelece o prazo de execução de recursos é de até 24 meses a partir da data de recebimento dos mesmos. **Parecer da Comissão:** NÃO APROVADO. Encaminhar ofício ao município e ao CMDPI com a resposta do CEDI/PR com inclusão do art. 7º da Deliberação 011/2019. O município deve restituir ao Fundo Estadual do Idoso os valores remanescentes devidamente corrigidos no prazo de 30 dias após o término do prazo. **Parecer do CEDI: Aprovado parecer da Comissão. 4.5– Solicitação de reconsideração ao Ofício nº061/2020 CEDI referente à prorrogação de prazo à Deliberação 001/2017 – Município de Prudentópolis – Email recebido em 26/10. Relato:** Em e-mail enviado ao CEDI, o Sr. Boris requisita que seja revista a decisão desse conselho e comissão quanto à prorrogação do prazo para uso do recurso da deliberação 001/2017.**Parecer da Comissão:** Não aprovado.**Parecer do CEDI: Aprovado parecer da Comissão.4.6– Solicitação de reconsideração ao ofício nº079/2020 CEDI – Referente à alteração do plano de aplicação da Deliberação 001/2017 – Município de Campo Largo – Ofício nº 049 CMDPI. Relato:** Em 30/10/2020 o CMDPI de Campo Largo encaminhou ofício 049 requisitando a revisão da decisão negando a possibilidade de alteração do plano de aplicação. **Parecer da Comissão:** Por não existir tempo viável para execução dentro dos parâmetros legais a comissão resolveu por manter a não validação do novo plano. **Parecer do CEDI: Aprovado parecer da Comissão. 4.7– Resposta ao Ofício nº033/2020 CEDI - Referente a doações ao Fundo Estadual do Idoso pela Agência de Fomento do Paraná – Protocolo nº16.865.554-1 Relato:** A Agência de Fomento do

PR em resposta ao nosso oficio 33/2020, informa que fez dedução de imposto para o FIPAR no valor de R$ 10.000,00 em 20/12/2019, conforme comprovante anexado ao protocolado.**Parecer da Comissão:** Ciente.**Parecer do CEDI: Ciente.4.8– Resposta ao Ofício n°34/2020 CEDI – Referente a possibilidade do banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDES, se enquadrar no cumprimento do disposto no Decreto Estadual n°2808/2015 – Protocolo n° 16.816.153-0. Relato:** Foi questionada a possibilidade de o BRDES contribuir para o FIPAR conforme decreto 2808/2015 e como resposta obtivemos que: "Apesar de constituído como autarquia interestadual, o BRDES foi reconhecido pelo STF como pessoa jurídica de direito privado. Contudo, a instituição ainda é composta por outros estados, o que gera dúvidas quanto à aplicabilidade do decreto tanto do ponto de vista da sua vinculação como da configuração do poder de controle, já que o art. 116, a, da Lei n 6.404/1976 classifica como controlador aquele que é titular dos direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações assembleares". Mesmo parecer foi dado pela PGE. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEDI: Ciente.4.9– Resposta ao Ofício n°033/2020 CEDI – Referente ao cumprimento do contido no Decreto Estadual n°2808/2015 pelas empresas estatais- Conselho de Controle das Empresas Estatais. Protocolo n°16.816.136-0. Relato:** A secretaria executiva do CEE enviou ofício para que as empresas respondam diretamente ao CEDI sobre a contribuição do FIPAR. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEDI: Ciente. 4.10 – Solicitação de informações sobre o Banco de Projetos do FIPAR – Instituto GRPCOM – Email recebido em 03/11Relato:** Giseli Oliveira, assistente social da equipe do Instituto GRPCOM, informa que possui o projeto Programa Impulso que atende mais de 800 organizações sociais no Paraná na área de assessoria na parte de gestão e comunicação. Fez questionamentos quanto ao funcionamento de repasse do FIPAR, os prazos e o formato de projeto. Alegou que a sua intenção é divulgar para as organizações e orientar quanto o formato dos projetos e também definir estratégias de parceria junto com ao CEDI. **Parecer da Comissão:** Será encaminhado a deliberação 013/2020, informando os procedimentos para a inclusão no banco de projetos do FIPAR OSC´s.**Parecer do CEDI: Aprovado parecer da Comissão.4.11 –Relatório FIPAR e apresentação de balancetes.Relato:** O relatório e o balancete não foram analisados pela Comissão tendo em vista a ausência de apoio técnico financeiro para trazer subsídios para a discussão e será retomada na próxima reunião desta Comissão com as pendências de outubro e novembro. O conselheiro Luan disponibilizou os relatórios e extratos aos demais membros da comissão. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEDI: Ciente. 8.2- Comissão de Políticas Públicas e Comunicação: Pauta: 1.1 – Pauta Permanente –** Acompanhamento e pendências de reuniões anteriores: **Relato: Resposta ao ofício 058/2020 – CEDI – Solicita Informações ao CAOPPCD sobre implantação da modalidade Família Acolhedora para pessoas Idosas (Ofício 226/2020-CAOPIPCD). A comissão aguarda parecer técnico conjunto do DPPI e DAS sobre o tema, tendo em vista de que se trata de um instrumento da área da Assistência Social e que inclui financiamento público para a sua implementação. Dessa forma será feita um encaminhamento formal pelo DPPI ao DAS para que possa obter a resposta quanto ao público idoso. Parecer da Comissão: Ciente Parecer do CEDI: Ciente. A chefa do DDPPI irá buscar as informações necessárias junto ao DAS para que, se possível, o assunto retorne à Comissão na reunião de dezembro. 1.2 – Pauta Permanente** – Acompanhamento do processo da implantação da Delegacia do Idoso: **Protocolo nº: 15.960.134-0. Relato: Enviado ofício 83/2020 CEDI, ainda sem resposta. Sem movimentação nova no protocolo. Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEDI: Ciente. 1.3 – Pauta Permanente –** Projeto de Lei Estadual de gratuidade ou desconto no transporte coletivo intermunicipal as pessoas idosas. **Protocolo nº: Relato: Protocolo obteve resposta positiva da PGE quanto à minuta apresentada pelo DPPI e está seguindo os trâmites internos. Nesse momento, na data de hoje, o protocolo retornou ao DPPI para providências. Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEDI: Ciente.1.4 – Apresentação do Projeto para captação de recursos do FIPAR – Solicitação SETI .Protocolo nº: 16.989.486-8 9/ 17.059.897-0Relato: Foram feitas apresentações pelos Professores Aldo e Sandra (SETI). Aprovada a inclusão do projeto no banco de projetos seguindo os trâmites da deliberação 013/2020 (CEDI). Em questão de valores, será debatido na comissão de orçamento, financiamento e fundo. Parecer da Comissão: Aprovado. Parecer do CEDI: Aprovado. 1.5 – Acompanhamento da elaboração do segundo plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. Relato: O DPPI obteve resposta vinda da SEED e SESP. Por motivo desse atraso não será possível a consulta pública que estava agendada para data de 10/11/2020. O plano somente poderá será lançado após a realização da consulta pública, avaliação da comissão específica e aprovação do CEDI. Parecer da Comissão: Ciente.Parecer do CEDI: Ciente.1.6 – Resposta ao ofício 39/2020-CEDI referente a nota do Fórum Paranaense de EJA sobre a oferta da modalidade no período da pandemia.Protocolo n°: 16.902.642-4.Relato: Recebemos resposta genérica sobre os questionamentos, principalmente sobre a temática do envelhecimento no âmbito educacional. Não contemplando a especificidade do trabalho nessa modalidade e nem as ações dessa secretaria quanto ao questionamento do cumprimento dos Arts. 20 e 21 do Estatuto do Idoso. Comissão aponta a necessidade de estreitamento das relações com a SEED. Será reencaminhado ofício para que a SEED complemente a resposta especialmente sobre o cumprimento dos já citados artigos. Parecer da Comissão: Ciente com encaminhamento do ofício. Parecer do CEDI: Ciente. Aprovado encaminhamento de ofício. Enviado Oficio n°: 090/2020.1.7 – Resposta ao ofício 055/2020 CEDI – referente a solicitação para reserva de uma vaga no estacionamento do subsolo do Palácio das Araucárias destinada ao veículo pertencente ao CEDI.Protocolo n°: 16.907.912-9Relato: Em resposta ao ofício enviado, a SEJUF responde que nesse momento não dispõe de vagas no palácio das Araucárias e que o veículo encontra-se estacionado no DETO/PR. Também informam que em caso de abertura de vaga será disponibilizada ao CEDI. Será reiterado o pedido para a SEJUF com a alegação que o veículo fica exposto 24 horas por dia e solicitar as informações se existe regulamento do uso das vagas e se existe prioridade ao atendimento do requisitado pelo CEDI. Parecer da Comissão: Ciente com envio de ofício. Parecer do CEDI: Ciente. Aprovado encaminhamento de ofício com o questionamento se o DPPI tem direito a uma vaga, ao mesmo tempo, ressaltando que o bem público tem preferência sobre o bem particular. Enviado Ofício n°: 091/2020. 1.8 – Resposta ao ofício 057/2020 – CEDI – Referente ao retorno as aulas presenciais da rede pública no período da pandemia. Protocolo n°: 17.036.308-6 SEED.Relato: Em resposta a SEED relata que ainda não existe a autorização para retorno as aulas presenciais apenas as atividades extracurriculares. Que a SESA quem vai apontar a possibilidade de retorno. Que esta sendo construído protocolo de segurança para retorno as atividades.Parecer da Comissão: Ciente.Parecer do CEDI: Ciente.1.9- Resposta ao ofício n°026/2020-CEDI – Referente a solicitação de informações sobre o n° de óbitos por COVID-19 nas ILPIs do Paraná. Protocolo n°: 16.816.115-4 COE/SESA-PR/DSI/SESA-PR Relato: Em resposta ao oficio 26/2020 CEDI, o DAVSI informa que até o dia 10/09/2020 foram notificados 84 óbitos em ILPIS.Parecer da Comissão: Ciente.Parecer do CEDI: Ciente. 1.10- Resposta ao ofício 60/2020CEDI Referente à solicitação de informações sobre n° de óbitos por COVID 19 nas ILPIs do Paraná.**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Protocolo n°: 16.926.414-7. Relato: Em resposta ao ofício 60/2020 CEDI foi informado que no sistema Notifica COVID-19, constam registrados 121 óbitos de idosos residentes nas ILPIs até a data de 18 de outubro de 2020. As notificações das ILPIs do município de Curitiba não estão todas contempladas nos dados citados, uma vez que este utiliza o sistema ESUS. O sistema ESUS não contempla os registros de institucionalizados/ILPI. Destacamos que os idosos e trabalhadores das ILPIs, desde o início da pandemia foram inseridos como prioritários para testagem devido a grande fragilidade apresentada. O Estado do Paraná foi o único estado do país a propor o rastreamento para COVID-19 nas ILPI, públicas, privadas ou filantrópicas, realizando ampla testagem com o objetivo de adotar medidas restritivas para quebrar o ciclo de transmissão local do SARS-Cov-2, bem como realizar o afastamento de trabalhadores ou isolamento rigoroso dos residentes em tempo oportuno, além de enviar 20.400 máscaras de tecidos aos idosos, disponibilizar a vacina Pneumo 13 para este grupo e realizar ampla capacitação aos profissionais para acompanhamento e monitoramento das instituições. Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEDI: Ciente. A conselheira Cidete informou que será dada continuidade a essas ações, com atualização da nota orientativa 41/SESA. Encaminhar ofício à Secretaria de Saúde de Curitiba, solicitando informações do número de óbitos nas ILPI´s do município. À SESA, para que informe se há garantias legais para que o município de Curitiba não apresente os dados ao estado. 1.11 - Lei Estadual 20.362 de 27/10/2020 que dispõe a obrigatoriedade de o Responsável Técnico por ILPI possuir formação em nível superior na área de saúde. Relato: A comissão entende a importância da aprovação da lei e que ela vai inclusive viabilizar para serem reconhecidas como instituição de saúde. E reafirmamos a importância que seja revista a RDC 283/2005, para que as questões sanitárias sejam tratadas com mais efetividade. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEDI: Ciente. Dra Rosana apresenta a importância da lei ao iniciar o processo de modernização para uns cuidados cada vez melhor dos que necessitam da ILPI. Ao mesmo tempo a importância da Comissão específica do CEDI para elaboração de um plano estadual de cuidados. 8.3 – Normas e Fiscalização; Pauta: 3.1 – Pauta Permanente –** Acompanhamento e pendências de reuniões anteriores: **Relato:** 3.2**. – Pauta Permanente –** Relatório de atendimento do Disque Idoso: Será encaminhado o link com a cartilha violência financeira e patrimonial para a pessoa idosa: orientação e proteção 60+ e a síntese do Estatuto do Idoso em áudio a todos os conselheiros. A chefa do DPPI relata que já fez o pedido para que isso seja o quanto antes feito. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEDI: Ciente. 3.2. – Pauta Permanente –** Relatório de atendimento do Disque Idoso. **Relato:** Em outubro o Disque Idoso PR teve 431 atendimentos (184 denúncias e 247 orientações). No ranking das principais violações de direitos da pessoa idosa estão: 1º Financeira e patrimonial; 2º Negligência; 3º Verbal e Psicológica; 4º Abandono; 5º Violência Física; Violência financeira/patrimonial: 159; Agressão verbal 116; Negligencia 106; Abandono 93; Agressão física 82. O protocolo do atendimento humanizado está em andamento pelo DPPI. Quando estiver estruturado será encaminhado para as contribuições da comissão. A CELEPAR está fazendo uma consulta com os departamentos para a inclusão da lacuna nome social no sistema do disque idoso**. Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEDI: Ciente. 3.3 – Pauta Permanente –** Relatório do uso do carro do CEDI. **Relato:** O carro não foi usado nesse período. Estamos aguardando a liberação de vaga no estacionamento interno do Palácio das Araucárias e também aguardamos a formalização do termo de doação. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEDI:** Ciente. **3.4 – Defensoria Pública/PR/NUCIDH – Solicita informações ao acesso dos idosos a gratuidade ou desconto no sistema de transporte coletivo interestadual. Protocolo n°:16.886.541-4. Relato:** Em resposta ao ofício 66/2020 enviado para ANTT, a mesma por e-mail, não esclareceu a existência ou não de denúncias quanto ao acesso a gratuidade ou desconto, apenas apresentou decreto que rege os meios de transporte terrestre nacional em momento da pandemia, sem nenhuma especificidade quanto ao questionado e ao final, apenas respondeu que o desconto ou gratuidade não foi suspenso nesse momento de pandemia. Serão feitos dois encaminhamentos: O primeiro à Defensoria Pública com a resposta dada pela ANTT e o segundo novamente por ofício reiterar o questionamento já feito. **Parecer da Comissão:** Ciente da resposta da ANTT, com aprovação do encaminhamento dos ofícios. **Parecer do CEDI: Ciente. No Envio da informação do NUCIDH, que o mesmo busque informações ao órgão competente federal. A ANTT, solicitar registros de violações sobre o Art. 40 do Estatuto do Idoso, no Estado do Paraná. 3.5- Resposta ao ofício 011/2020 CEDI – Referente a solicitação para que a companhia aérea AZUL preste esclarecimentos acerca da denúncia apresentada pela Srª. Rosangela Javorski Schmidt. Relato:** Resposta da AZUL: "Após a denúncia realizada junto ao CEDI/PR a AZUL analisou os dados e não localizou nenhuma informação, tanto na base do Aeroporto de Curitiba, acerca de reclamação desta passageira, como em outras bases sobre eventuais problemas no embarque preferencial no Aeroporto, na data dos fatos. Há apenas uma reclamação, realizada pela passageira em um de outubro de 2019, na qual esta reclama acerca da preferência dada aos idosos, sem dar maiores detalhes do que teria ocorrido, além de reclamar acerca da falta de informações nas conexões. Os atendentes da AZUL entraram em contato com a passageira, com o intuito de oferecer uma nova experiência AZUL, ofertando um voucher de desconto no valor de R$ 200,00 (duzentos reais). Após esse contato, não há qualquer registro posterior junto à passageira. Baseando-se nessas informações, é fácil constatar que, na verdade, o que deve ter ocorrido foi uma falta de atenção da passageira quando da chamada para o embarque preferencial, tendo deixado passar o seu momento no embarque preferencial. Vale dizer, que a foto apresentada nada demonstra, posto que não seja possível determinar em que momento aquela foto foi tirada.No entanto, mesmo com a foto apresentada pela passageira denunciante é possível observar que o embarque é dividido, com a clara disposição do embarque preferencial no canto superior direito, devendo o passageiro ser diligente em se dirigir ao local indicado para a realização de seu embarque preferencial. Ante todas as informações prestadas, resta claro que a AZUL cumpre com todas as normas e leis que dispõem sobre o atendimento preferencial e as aplica diariamente em suas operações, não havendo que se falar no desrespeito ao atendimento preferencial. Prestadas, portanto, as informações solicitadas por este Órgão, permanece a AZUL à disposição de Vossas Senhorias para maiores e/ou futuros esclarecimentos que entenderem necessários". A Sra. Rosangela não concorda com os fatos relatos e tomará as providências cabíveis. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEDI: Ciente. 3.6- Denuncia referente a atendimento em Casa Lotérica – Solicitação email da colaboradora Adelaide. Relato:** A Sra. LM de 71 anos relata que teve seu direito violado ao ser informada pela funcionária da lotérica Itália que não existe mais fila preferencial. Também relata que pessoas com objetivo de fazer apostas tem preferência. Por final aponta que outro idoso usando bengala também teve seu direito violado. A comissão deliberou por encaminhamento de ofício para a CEF com cópia ao MP para acompanhamento. **Parecer da Comissão:** Ciente com envio de ofício. **Parecer do CEDI: Ciente com envio de ofício à Promotoria do Idoso da capital. 3.7 – Revisão cadastral de benefícios pelo INSS no período da pandemia – Solicitação Sr.José Araujo.Relato:** Foi encaminhado informação sobre a notificação feita pelo INSS para revisão cadastral com a realização de **um "p**ente fino está reavaliando

Parecer da Comissão: Aprovado. **Parecer do CEDI: Os trabalhos referentes a capacitação serão retomados. O coordenador da ESEDH, Sr. Sérgio, irá participar da reunião para trazer as informações necessárias sobre a metodologia das atividades. Serão distribuídos os temas aos colaboradores conforme a prévia de conteúdos. Será indicado alguém da equipe do DPPI para acompanhar esse processo. Ficou agendada reunião para o dia 30/11/2020 às 15h30. Aprovado. 2.4- Análise da situação do ARCPF dos municípios; Relato**: A residente técnica Brenda relata que no ano de 2020 foram emitidos 81 ARCPFs, 104 foram pedidos, todavia, com pendências até o momento. 215 municípios não realizaram o pedido. Será encaminhada a nota orientativa elaborada pelo DPPI sobre este assunto, para ciência e conhecimento desse conselho e para futura inclusão no manual de instrumentalização. A residente técnica Brenda trará na reunião de dezembro planilha atualizada para apresentar na comissão. Em acordo com a deliberação 023/2020 foi definido o envio da documentação até março de 2021. Será feito ofício circular para os CMDPIs para dar ciência e conhecimento sobre a deliberação. **Parecer da Comissão**: Aprovado. **Parecer do CEDI: Aprovado parecer da Comissão. Enviado Oficio Circular nº: 005/2020.2. 5 – Relatório sobre oficio circular 009/2020 – cadastro das ILPIs nos CMDPIs e CMAS pendência da reunião de Julho – responsável técnica Brenda Follador (DPPI).Relato**: Recebemos como resposta: 193 respostas de ILPIs, 28 com funcionários e acolhidos, 5 apenas com acolhidos, 2 com funcionários e a totalização de respostas é 65. Pela importância das informações a comissão vê a necessidade de refazer os questionamentos para que tenhamos a resposta mais precisa. O DPPI fará contato com os escritórios para reforçar a importância das informações. Essas informações são importantes para o CEDI, DPPI e Tribunal de contas. **Parecer da Comissão**: Aprovado. **Parecer do CEDI: Aprovado parecer da Comissão. 2.6 - Inclusão de pauta feita pelo Sr. José Araújo: Envio de circular para os CMDPIs sobre os mandatos da sociedade civil. Relato:** Será encaminhada aos CMDPIs uma orientação quanto ao cumprimento do mandato dos conselhos da sociedade civil até a vigência da gestão. **Parecer da comissão: Aprovado Parecer do CEDI: Aprovado parecer da Comissão. Enviado Ofício nº: 006/2020. 10. Relato da Comissão Temporária Enfrentamento ao COVID 19 nas ILPIs;** o Presidente aborda os assuntos elencados na reunião de 04/11/2020 as 10h00min, iniciando pela necessidade de uma redistribuição dos EPIs em estoque e que já foi realizado pelo DPPI , também referente aos EPIs recebidos dos Amigos do HC , a também preocupação da Drª Rosana Bevervenço no que se refere ao relaxamento dos cuidados nas instituições em época de explosões de casos de covid , mencionando também as ações realizadas pelo CAOP dirigidas as ILPIs com foco voltado a redobrar os cuidados , informes da Drª Adriane- SESA no que se refere ao novo ciclo de testagens , atualização no n° de óbitos nas instituições, legislação sobre o responsável técnico que deve ser da área de saúde, na continuidade o Presidente menciona a resposta recebida da Secretaria de Saúde do município de Curitiba disponibilizada no grupo da Comissão através de oficio datado em 11/12/2020 informando que desde de março de 2020 a secretaria municipal realiza monitoramento diário da evolução do vírus pandêmico, e as orientações gerais estão em conformidade com a Deliberação Municipal, casos de riscos são reportados ao centro epidemiológico municipal , e após ciência do colegiado a Drª Rosana Bevervanço em fazendo uso da palavra expressou não concordar com a resposta enviada pela secretaria municipal. O Presidente Sr.Jorge Nei Neves respeitando a ordem de inscrição para as devidas considerações transmite a palavra ao conselheiro Dr.Gerson, que enuncia que a secretaria municipal a partir do dia 20/11 vai mudar a estratégia, pois estão encobrindo tudo no que se refere aos números reais. Na continuidade a conselheira Fernanda também aborda o tema informando que enquanto Instituição de Longa Permanecia nunca obtiveram repostas das solicitações enviadas a secretara municipal de Curitiba. Retomando a explanação a Drª Rosana pondera que os municípios não são obrigados a seguir a orientação do Estado, mas no Direito existe o princípio da prevenção da precaução, salvo uma justificativa muito bem fundamentada, não há porque não cumprir um papel preventivo, e sugere que o CEDI-PR solicite as promotorias da Capital que tomassem providencias em relação à resposta da Secretaria de saúde de Curitiba, e também ouvir a sociedade brasileira de Gerontologia e geriatria, as ações podem ser concomitantes. O Presidente propõe à plenária a aprovação das propostas da Drª Rosana - encaminhamentos aprovados . Em não havendo mais manifestações o Presidente Sr. Jorge passa para o próximo tópico da pauta - **11. Informes dos Conselheiros e Colaboradores:** O Presidente Sr.Jorge Nei Neves enfatizando a ordem de inscrição para as devidas considerações transmite a palavra à conselheira Rosangela que aborda a preocupação ainda que a Paraná Previdência se posicione a cerca dos golpes que estão ocorrendo referente ao recadastramento dos beneficiários efetuados através de canais tecnológicos, e muitos não tem acesso às informações por tais canais, a solicitação é o reenvio de um expediente do CEDI – PR, solicitando a Paraná Previdência que faça um a orientação geral a todos os beneficiários não só através da redes sociais , mas que se leve em consideração os beneficiários que não tem acesso a tais tecnologias. O conselheiro Sr. José Araujo questiona a conselheira Rosangela se existe algum Boletim de Ocorrência para fundamentar o oficio, caso contrario a instituição fará ouvidos moucos ao pedido, a conselheira após algumas reflexões solicita ao Presidente que o assunto retorne na próxima reunião na Comissão correspondente para que tenha tempo de fazer os levantamentos necessários. O que foi aceito pelo Presidente e dando seguimento ele abre a palavra para os informes, anúncios, comunicados, etc... O conselheiro Sr. José Araujo comunica que haverá o 12º Encontro Nacional em defesa de direitos de garantia da pessoa idosa na modalidade virtual nas datas de 17/11/2020 inicio as 16h00min e 19/11/2020 inicio as 10h00min e o acesso esta sendo divulgado pelo site do Fórum Nacional da Pessoa Idosa. O conselheiro Dr. Gerson reforça o convite para participação no Congresso de Biomedicina já divulgado em reuniões anteriores. **12. Encerramento** - Em não havendo mais informes dos conselheiros e colaboradores, com a concordância dos presentes e após ponderações e considerações gerais o Presidente congratulando a todos da por encerrada a reunião plenária.

43068/2021

DELIBERAÇÃO AD REFERENDUM Nº 002/2021 – CEDI/PRDelibera ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ELEITORAL. RELAÇÃO DAS OSCs HABILITADAS E INABILITADAS Conforme dispõe, o art. 13º da Deliberação 31/2020 do CEDI/PR, a Comissão Organizadora do Processo Eleitoral realizou no dia 04/03/2021 por meio de plataforma digital / videoconferência a análise das OSC's habilitadas e inabilitadas para participar do processo eleitoral da sociedade civil para o biênio 2021/2023.DELIBERO AD REFERENDUM. Art. 1º Inscrições de Candidatos e Votantes: HABILITADAS

Entidade	Regional Ampliada	Situação
Pequeno Cotolengo Paranaense	Regional Ampliada 1 – Curitiba	**Habilitada como candidata e como votante.**
Associação Mandiritubense de Amigos dos Idosos - AMAI.	Regional Ampliada 1 – Curitiba	**Habilitada como candidata e como votante.**
Lar dos Idosos Socorro aos Necessitados Recanto do Tarumã	Regional Ampliada 1 – Curitiba	**Habilitada como candidata e como votante.**
Instituto Paranaense de Cegos- IPC	Regional Ampliada 1 – Curitiba	**Habilitada como candidata e como votante.**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná- HC	Regional Ampliada 1 – Curitiba	**Habilitada como candidata e como votante.**
Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - APP	Regional Ampliada 1 – Curitiba	**Habilitada como candidata e como votante.**
Ação Social do Paraná- ASP	Regional Ampliada 1 – Curitiba	**Habilitada como candidata e como votante.**
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia	Regional Ampliada 1 – Curitiba	**Habilitada como candidata e como votante.**
Associação Beneficente Curitibana - ABC VIDA -	Regional Ampliada 1 – Curitiba	**Habilitada como candidata e como votante.**
Associação Nacional de Gerontologia - ANG	Regional Ampliada 1 – Curitiba	**Habilitada como candidata e como votante.**
Centro De Ação Social São Francisco De Assis	Regional Ampliada 1- Pinhais	**Habilitada como candidata e como votante.**
Pastoral da Pessoa Idosa	Regional Ampliada 1	**Habilitada como candidata e como votante.**
Associação de Idosos e Pensionistas do Sudoeste do PR - IAPPESP	Regional Ampliada 2 – Francisco Beltrão	**Habilitada como candidata e como votante.**
Associação São Francisco de Assis – ASFAPIN	Regional Ampliada 3- Guarapuava	**Habilitada como candidata e como votante.**
Associação de Estudos, Pesquisas e Auxílio às Pessoas com Alzheimer - AEPAPA	Regional Ampliada 3 – Guarapuava	**Habilitada como candidata e como votante.**
Pastoral Da Pessoa Idosa.	Regional Ampliada 4 - Cascavel	**Habilitada como candidata e como votante.**
Associação Hospitalar Bom Jesus – AHBJ- Ponta Grossa	Regional Ampliada 6- Ponta Grossa	**Habilitada como candidata e como votante.**
Serviço de Acolhimento Institucional São Vicente de Paulo- Castro PR	Regional Ampliada 6- Ponta Grossa	**Habilitada como candidata e como votante.**
Centro de Excelência à Atenção Geriátrica e Gerontológica- CEGEM-	Regional Ampliada – 7- Cornélio Procópio	**Habilitada como candidata e como votante.**
Associação de Proteção ao Idoso de Ourizona- API	Regional Ampliada 9- Maringá	**Habilitada como candidata e como votante.**
Grupo Vivendo a Idade Dourada	Regional Ampliada – 10- Paranavaí	**Habilitada como candidata e como votante.**

INABILITADAS

Entidade	Regional Ampliada	Situação
Sindicato dos Servidores Públicos de São José dos Pinhais - SINSEP	Regional Ampliada 1 – Curitiba	**Inabilitada** Por não apresentar os seguintes documentos conforme Art.9- VI: Proposta anual das atividades e metas da Organização. VII: Relatório das atividades desenvolvidas em favor da pessoa idosa nos **últimos dois anos**.
Programa de Voluntariado Paranaense – Núcleo Cascavel - PROVOPAR	Regional Ampliada 4 – Cascavel	**Inabilitada** Por descumprir Art.12 § 2º - "a pessoa indicada poderá representar **uma única** organização".

Inscrições SOMENTE de Votantes: HABILITADAS

Entidade	Regional Ampliada	Situação
União dos Aposentados e Pensionistas Ferroviários do PR e SC - UNIFER	Regional Ampliada 1 – Curitiba	**Habilitada como votante.**
Associação Santa Rita de Cássia - Lar Iracy	Regional Ampliada 1 - Curitiba	**Habilitada como votante.**
Associação de Acolhimento Rancho dos Profetas	Regional Ampliada 1 - Curitiba	**Habilitada como votante.**
Associação de Proteção à Maternidade e a Infância	Regional Ampliada 9 – Maringá	**Habilitada como votante.**
Grupo Espírita Alan Kardec	Regional Ampliada 9- Maringá	**Habilitada como votante.**

Recursos: Conforme estabelece o **Art.13** letra d o prazo de apresentação de recurso pelas Organizações inabilitadas é de 09 a 11/03/2021. **Art.14** : Os recursos, impugnações e manifestações deverão ser efetuados por escrito, encaminhado para a Comissão Eleitoral por meio do e-mail eleicaocedi2021@sejuf.pr.gov.br, nos prazos previstos neste regulamento.**Parágrafo único -** Serão admitidos recursos encaminhados ao e-mail da Secretaria Executiva do CEDI (eleicaocedi2021@sejuf.pr.gov.br), no prazo estipulado no artigo 13. PUBLIQUE-SE.Curitiba, 04 de Março de 2021. Jorge Nei Neves . **Presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná**

36086/2021

DELIBERAÇÃO Nº 003/2021 – CEDCA/PR

Considerando a Deliberação nº 006/2019 – CEDCA/PR que aprovou o projeto, "Programa Estadual de Aprendizagem", da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, no valor de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), com o saldo do superávit de 2018, da fonte 284, para custeio do Programa por 16 meses, protocolado sob nº 15.606.873-0, ficando condicionado a continuidade do Programa com recursos do Tesouro do Estado e a não revogação da Lei nº 15.200/2006, especificamente quanto ao número de vagas;

Considerando a Deliberação nº 029/2020 – CEDCA/PR aprovação do projeto "Execução de Manutenção/Reparos em Unidades Socioeducativas existentes", protocolado sob nº 16.597.987-7, da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF, no valor de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), com recursos da Deliberação nº 023/2020 – CEDCA/PR;

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, reunido ordinariamente em 26 de fevereiro de 2021,

DELIBEROU

Art. 1º Pela aprovação da alteração das fontes e indicações de Recurso conforme segue:

- Na Deliberação nº 006/2019 – CEDCA/PR onde se lê fonte 284, leia-se recursos da Deliberação nº 023/2020 e,
- Na Deliberação nº 029/2020 – CEDCA/PR onde se lê recursos da Deliberação nº 023/2020, leia-se fonte 284.

Art. 2º A presente Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba, 26 de Fevereiro de 2021.

José Wilson de Souza
Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

35944/2021

DELIBERAÇÃO Nº 004/2021 – CEDCA/PR

Considerando a Deliberação n° 050/2017, que trata do Banco de Projetos do FIA Doação, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR reunido ordinariamente em 26 de Fevereiro de 2021,

DELIBEROU

Art. 1º Pela aprovação do projeto "Arte que Transforma a Vida", protocolo nº 17.189.654-1, do Centro de Convivência Arte e Vida - CECAV, valor de R$ 371.596,00 (trezentos e setenta e um mil, quinhentos e noventa e seis reais) para inclusão no Banco de Projetos.

Art. 2º Que sejam observadas as formalidades legais.

Art. 3º A presente Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba, 26 de Fevereiro de 2021.

José Wilson de Souza
Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

35953/2021

DELIBERAÇÃO Nº 005/2021 – CEDCA/PR

Considerando a Deliberação nº 016/2019 – CEDCA/PR que aprovou a utilização do saldo de até R$ 1.131.229,34 (um milhão e cento e trinta e um mil e duzentos e vinte e nove reais e trinta e quatro centavos), das Deliberações nº 97/2012, 133/2013 e 68/2014, com o objetivo de realizar exames de investigação de paternidade por meio da análise de DNA, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis por mais 12 (doze) meses, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, reunido ordinariamente em 26 de fevereiro de 2021,

DELIBEROU

Art. 1º Pela aprovação da prorrogação por mais 04 (quatro) anos, improrrogáveis, do prazo de execução previsto na Deliberação nº 016/2019 – CEDCA/PR.

Art. 2º A presente Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba, 26 de Fevereiro de 2021.

José Wilson de Souza
Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

35955/2021

DELIBERAÇÃO Nº 006/2021 – CEDCA/PR

Considerando a Deliberação nº 037/2020 – CEDCA/PR que aprovou o preenchimento mensal, até o 5º (quinto) dia útil, da Aba Gestão Financeira, do Sistema de Informações Fundo a Fundo - SIFF, pelos municípios que fizeram adesão as deliberações dos cofinanciamentos FIA – Fundo a Fundo.
O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, reunido ordinariamente em 26 de fevereiro de 2021,

DELIBEROU

Art. 1º Pela aprovação da alteração do preenchimento mensal, passando a ser até o dia 20 de cada mês, da Aba Gestão Financeira, do Sistema de Informações Fundo a Fundo - SIFF, pelos municípios que fizeram adesão as deliberações dos cofinanciamentos FIA – Fundo a Fundo.

Art. 2º A presente Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba, 26 de Fevereiro de 2021.

José Wilson de Souza
Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

35965/2021

DESPACHO SECRETARIAL nº 006/2021

Referente ao protocolado nº 16.775.938-6

1.HOMOLOGO, com fundamento no art. 40, II, alínea "j" e 90, parágrafo único, ambos da Lei Estadual nº 15.608/2007, o resultado do certame licitatório, **Pregão Eletrônico nº 016/2020**, conforme Informação n° 038/2021 – AT/SEJUF (fls. 847-854a), e Despacho da DG/SEJUF (fls. 855-858a), que visa a aquisição de Máscaras TNT Descartável e Máscaras em Tecido, para atender a demanda das Unidades Socioeducativas sob responsabilidade do Departamento de Atendimento Socioeducativo – DEASE, bem como do Departamento do Trabalho e seus Escritórios Regionais e Agências do Trabalhador da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, onde a empresa M. TESTA CONFECÇÃO –ME, CNPJ nº 23.829.339/0001-09, foi a arrematante do Lote 1 no valor de R$ 306.780,96 (trezentos e seis mil, setecentos e oitenta reais e noventa e seis centavos) e Lote 2 no valor de R$ 102.270,24 (cento e dois mil, duzentos e setenta mil e vinte e quatro centavos).

2. Publique-se de acordo com a legislação vigente.

Curitiba, 05 de fevereiro de 2021.

Ney Leprevost
Deputado Federal
Secretária de Estado da Justiça,
Família e Trabalho

42871/2021

DESPACHO SECRETARIAL nº 011/2021

Referente ao protocolado nº 17.332.405-7

1. **AUTORIZO**, à vista dos elementos de instrução do protocolado, com fulcro nos artigos nºs 14, 15, da Lei Estadual nº 17.734, de 29 de outubro de 2013, regulamentados pelo Decreto Estadual nº 7.750, de 5 de setembro de 2017, e, com base no Despacho da Unidade Técnica do Família Paranaense (f. 07), na Informação nº 109/2021 – AT/SEJUF (fls. 10-13a) e Informação DG/SEJUF – (fls. 14-15a), o pagamento de aluguel social, para **84 (oitenta e quatro) famílias** pertencentes à área de intervenção denominada "*Vila Santana"*, por até 05 (cinco) meses, localizada no município de **Prudentópolis - Paraná**, ao custo de **R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais)** por

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

família/mês, para cumprir com o referido **benefício no montante total de até R$ 201.600,00 (duzentos)**. O pagamento do Aluguel Social **não deverá ultrapassar o limite de 24 (vinte e quatro) meses/prestações, por família**, conforme determinação do art. §º 1º art. 15 da Lei Estadual n° 17.734/2013 e no art. 4º do Decreto Estadual nº 7.750/2017. Os recursos são oriundos do Banco Internacional de Desenvolvimento – BID (Contrato nº 3129 OC-BR).

2. Publique-se de acordo com a legislação vigente.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2021.

Ney Leprevost
Deputado Federal
Secretária de Estado da Justiça, Família e Trabalho

42320/2021

RESOLUÇÃO nº 056/2021 - SEJUF

Designa servidora para desempenhar a função de Gestora de Termo de Colaboração da SEJUF.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO** no uso de suas atribuições, com base no artigo 45, XIV, da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, publicada no Diário Oficial do Estado, em 08 de junho de 1987, na Lei Estadual nº 16.840, de 28 de junho de 2011, alterada pela Lei Estadual nº 17.045, de 09 de janeiro de 2012, Lei Estadual nº 18.374, de 15 de dezembro de 2014, bem como na Lei Estadual nº 18.778, de 11 de maio de 2016, Decreto n°5653, de 14 de setembro de 2020 e ainda, considerando o contido no protocolado nº 11.980.961-4, **RESOLVE**:

Art. 1º – **DESIGNAR,** a servidora para exercer a função de Gestora do Termo, em substituição a designada na Resolução n° 276/2019-SEJUF, com as atribuições constantes nos art. 69,I,II,III e IV do Decreto Estadual nº 3.513/2016, conforme tabela abaixo:

PROTOCOLO	15.997.278-0
TERMO DE COLABORAÇÃO	**Nº 068/2019**
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	**AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ** CNPJ Nº 76.712.918/000-25
GESTORA	**Daniele Linhares de Angelo Vieira** CPF 019.917.309-50

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de março de 2021

Ney Leprevost
Deputado Federal
Secretário de Estado da Justiça,Família e Trabalho

42084/2021

Secretaria da Segurança Pública

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 16.820.171-0

I. RECONHEÇO E INDENIZO o débito decorrente de diárias em favor da **SD. QPM 2-0 AMANDA TEIXEIRA DE SOUSA JORDÃO, portadora do RG nº 10.004.934-1,** no valor de **R$ 162,00 (cento e sessenta e dois reais)** afeto a diárias, quando transcorria a Operação Verão 2019/2020, consoante a instrução existente nos autos deste protocolado e com base na Informação nº 0319/2021 AT/SESP, no artigo 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no art. 6º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 19.848/2019, c/c o art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016.

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela autoridade requerente como citado na referida informação, aliado a análise do Núcleo de Integriodade e Compliance Setorial da Secretaria de Estado da Segurnaça Pública, através do Despacho de fls. 25/26, salvo melhor juízo, há justa causa para a apuração de responsabilidade funcional sobre a causa.

III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 08 de março de 2021.

JOÃO ALFREDO ZAMPIERI – Cel.
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública,
Resolução nº 065/2018-SESP.

42786/2021

GABINETE DO DIRETOR GERAL

Protocolo nº 16.844.016-2

I. HOMOLOGO, com base no artigo 90, inciso I e parágrafo único, da Lei Estadual nº. 15.608/2007, c/c artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no Ato de Homologação nº 036/2021, o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, autuado sob nº 1285/2020, tipo menor preço, visando à

aquisição de projetores multimídia para atender às necessidades da Academia Policial Militar do Guatupê no município de São José dos Pinhais/PR, no qual o *Lote Único* restou **FRACASSADO**, considerando a desclassificação das empresas licitantes que não atenderam às exigências do Edital, embora as formalidades processuais exigidas pela legislação vigente tenham sido respeitadas.

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante.

III. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se ao Setor de Licitações para as providências legais.

Curitiba, 08 de março de 2021.
João Alfredo Zampieri – Cel.
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública.
Resolução nº 65/2018 – SESP.

43020/2021

GABINETE DO DIRETOR GERAL

Protocolo nº 17.032.566-4

I. HOMOLOGO, com base no artigo 90, inciso I e parágrafo único, da Lei Estadual nº. 15.608/2007, c/c artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no Ato de Homologação nº 035/2020, o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, autuado sob nº 1545/2020, tipo menor preço, visando à aquisição de combustíveis de aviação (Querosene JET A1 e Gasolina AVGAS) para o Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas (BPMOA) para fornecimento no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu / Cataratas, Foz do Iguaçu/PR, com entrega parcelada pelo período de 12 (doze) meses, sendo que os *Lotes 01 e 02* restaram **FRACASSADOS,** embora as formalidades processuais exigidas pela legislação vigente tenham sido respeitadas.

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante.

III. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se ao Setor de Licitações para as providências legais.

Curitiba, 08 de março de 2021.
João Alfredo Zampieri – Cel.
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública.
Resolução nº 65/2018 – SESP.

42126/2021

GABINETE DO DIRETOR GERAL

Protocolo nº 17.049.817-8

I. HOMOLOGO, com base no artigo 90, inciso I e parágrafo único, da Lei Estadual nº. 15.608/2007, c/c artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no Ato do Pregoeiro 001/2021, o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, autuado sob o nº 38/2021, tipo menor preço, visando à aquisição de gêneros alimentícios para atender às necessidades do Corpo de Bombeiros das cidades de Pinhais e Piraquara, no qual se sagraram vencedoras dos *Lotes 01, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10* a empresa **E. LAZZAROTTO & CIA LTDA ME**, inscrita no **CNPJ sob o nº 09.045.155/0001-19**, que apresentou a proposta com o valor total de R$ 253.089,80 (duzentos e cinquenta e três mil oitenta e nove reais e oitenta centavos) e do *Lote 02* a empresa **KS LICITAÇÕES COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME**, inscrita no **CNPJ sob o nº 23.108.812/0001-50**, que apresentou a proposta com o valor total de R$ 20.946,15 (vinte mil novecentos e quarenta e seis reais e quinze centavos), totalizando o processo em **R$ 274.035,95 (duzentos e setenta e quatro mil trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos)**.

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante.

III. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se ao Setor de Licitações para as providências legais.

Curitiba, 05 de março de 2021.
João Alfredo Zampieri – Cel.
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública.
Resolução nº 65/2018 – SESP.

41974/2021

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 17.084.280-4

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 8º., incisos VI e VII, do Decreto Estadual nº. 2.734/2015, e com base na Informação nº. 0333/2021-AT/SESP, a contratação da empresa sociedade empresária **BK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.625.657/0001-23**, visando a aquisição de suíte de aplicativos Onlyoffice para edição de documentos em nuvem privada (licença perpétua), em utilização da Ata de Registro de Preço Federal nº 10/2020 MJSP aposta às fls. 71/76, oriundas do Pregão Eletrônico nº. 23/2020 (fls. 03/20), no valor total de **R$ 63.400,00 (sessenta e três mil e quatrocentos reais)**, da qual esta Secretaria de Estado é órgão participante e cujo certame foi promovido no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Segurança Pública, atual Ministério da Justiça e Segurança Pública (SENASP/MJSP), em atendimento às necessidades do Departamento de Inteligência do Estado do Paraná – DIEP, nos termos da Minuta do Contrato, fls. 195/199;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 05 de março de 2021.
JOÃO ALFREDO ZAMPIERI – Cel.,
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública,
Resolução nº 065/2018-SESP.

41918/2021

GABINETE DO DIRETOR GERAL

Protocolo nº. 17.384.141-8

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 8º., incisos VI e VII, do Decreto Estadual nº. 2.734/2015 e nos termos da Informação nº. 0337/2021-AT/SESP, a contratação das empresas **LETICIA CAMOLESI BAGAO SILVA-ME**, inscrita no CNPJ n.º 12.807.382/0001-49, **ALIANÇA EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA LAVANDERIA LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 19.294.988/0001-77 e **COMERCIAL PAULUS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ nº 17.665.337/0001-10, visando a aquisição de equipamentos de lavanderia e costura, em utilização da Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico nº. SRP 649/2019-DECON/SEAP, totalizando a quantia de **R$ 1.330.596,11 (um milhão, trezentos e trinta mil, quinhentos e noventa e seis reais e onze centavos)**, de modo a atender as necessidades do Departamento Penitenciário – DEPEN, nos termos das minutas dos contratos apostas às fls. 134/142, 143/151 e 152/160.

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

IV. PUBLIQUE-SE e IV. ENCAMINHE-SE ao setor de contratos para providências.

Curitiba, 5 de março de 2021.
JOÃO ALFREDO ZAMPIERI – Cel.
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Resolução nº 065/2018-SESP.

41929/2021

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 17.389.104-0

I. AUTORIZO, com fundamento no contido art. 2º, inciso I, da Resolução n°. 65/2018-SESP, com respaldo dos §§ 3º. e 5º. do artigo 1º do Decreto Estadual nº. 4.189/2016, e na Informação n° 0329/2021-AT/SESP, a realização da despesa decorrente da celebração do Termo Aditivo visando a prorrogação do Contrato nº 123/2020, firmado entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e a empresa **A CHAVEIRO MULT CHAVES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 81.250.425/0001-50, que tem por objeto prestação de serviços de chaveiro com fornecimento de materiais, para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, pelo período de 12 (doze) meses, de 18/03/2021 até 17/03/2022, mantendo-se o valor total atual do contrato de **R$ 17.370,00 (dezessete mil e trezentos e setenta reais)**, conforme Minuta do Primeiro Termo Aditivo (fls. 46/47).

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. Salienta-se que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante.

III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para demais providências.

Curitiba, 8 de março de 2021,

JOÃO ALFREDO ZAMPIERI – CEL.,

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Resolução nº 65/2018 – SESP.

42775/2021

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENCA SEM VENCIMENTOS, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 20 DE 04/03/2021

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
VALDINEI ALMEIDA SARAIVA	64877992	1	NAIII		01/04/2021	31/03/2023	730

35596/2021

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENCA SEM VENCIMENTOS, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 21 DE 04/03/2021

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
BRUNO BACILA SADE	70864487	1	NAII		20/03/2021	19/03/2023	730

35597/2021

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL

PORTARIA N° 007/2021- SINDICÂNCIA

A **CORREGEDORA GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10 e 18 §1º do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de Agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10º, I do Regimento Interno do Departamento Penitenciário - DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de Agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016;

RESOLVE

Art. 1º. TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 238/2018, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, edição de nº 10.336, de 17 de dezembro de 2018, relativa ao protocolo de nº **15.329.324-4**.

Curitiba, 05 de fevereiro de 2021.

Lúcia Maria Beloni Corrêa Dias
Corregedora Geral

36146/2021

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO

PORTARIA Nº 050 – GARH, 24 DE FEVEREIRO DE 2021.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo n° 17.058.173-3,

RESOLVE:

Art. 1º. Regularizar a designação do servidor **Aladison Roberto da Silva**, RG 7.903.658-7, ocupante do cargo e função agente penitenciário, que exerceu, de fato, a função de Diretor da Penitenciária Estadual de Cascavel, no período de 23/11/2020 a 13/12/2020, em substituição ao titular **Sebastião Antonio Monteiro**, RG 10.905.966-8, por motivo de fruição de férias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

42894/2021

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO

PORTARIA Nº 202 – GARH, 25 DE FEVEREIRO DE 2021.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo n° 17.049.295-1,

RESOLVE:

Art. 1º. Regularizar a designação do servidor **Marlon Mauri de Siqueira**, RG 8.028.928-6, ocupante do cargo e função agente penitenciário, que exerceu, de fato, a função de Chefe de Segurança do Complexo Médico Penal do Paraná, no período de 03/11/2020 a 02/12/2020, em substituição ao titular **Leonardo de Oliveira**, RG 8.018.743-2, por motivo de fruição de férias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

42903/2021

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO

PORTARIA Nº 203 – GARH, 26 DE FEVEREIRO DE 2021.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo n° 16.945.943-6,

RESOLVE:

Art. 1º. Regularizar a designação do servidor **Silvio Jose Bondezan**, RG 4.663.044-0, ocupante do cargo e função agente penitenciário, que exerceu, de

fato, a função de Diretor da Cadeia Pública Laudemir Neves, no período de 03/11/2020 a 17/11/2020, em substituição ao titular **Anderson Franqui Barreto**, RG 7.967.414-1, por motivo de fruição de férias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

42904/2021

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO

PORTARIA Nº 212 – GARH, 08 DE MARÇO DE 2021.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo n° 16.808.048-4,

RESOLVE:

Art. 1º. Regularizar a designação do servidor **Douglas Alexandre Fernandes Brusadin**, RG 10.286.750-5, ocupante do cargo agente de apoio e função motorista, que exerceu, de fato, a função de Diretor do Patronato Penitenciário de Cascavel, no período de 18/08/2020 a 31/08/2020, em substituição ao titular **Rubens Cabrera dos Santos**, RG 10.391.242-3, por motivo de fruição de férias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

42908/2021

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO

PORTARIA Nº 219 – GARH, 08 DE MARÇO DE 2021.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo 16.377.874-2,

RESOLVE:

Art. 1º. Retificar a Portaria nº 188 – GARH, de 25 de maio de 2020, na parte que designou o servidor Adílio Vanderlan Pinheiro Schwerz, RG 7.296.930-8, **onde se lê**: 31/03/2020, **leia-se**: 23/03/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

42999/2021

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
CONSELHO SUPERIOR DISCIPLINAR E ADMINISTRATIVO

Edital nº. 05/2021

A Secretária-Geral do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 13, inciso VI, da Resolução nº 235 de 17 de agosto de 2016, torna pública a pauta da Reunião Ordinária que acontecerá por videoconferência através do link https://www.webconf.pr.gov.br/b/kas-avc-vcu-jem em **24 de março de 2021**, a partir das 14h00, na sede do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, na Rua Maria Petroski, 3312, Bacacheri, Curitiba – PR.

JULGAMENTO
1 – Processo Administrativo Disciplinar, Protocolo 15.411.319-3
Processada: Jessica Lopes da Silva, RG 7.707.480-5 – Agente de Execução, Função Técnica de Enfermagem.
Advogados: Dr. Lucas Rafael de Menezes Santos – OAB/PR nº 85.499 e Dr, José Antonio Alegro – OAB/PR nº 87.467.
2 – Processo Administrativo Disciplinar, Protocolo 14.575.674-0/14.912.586-8
Processada: Janaína Leocádia Ramos, RG 6.805.502-4 – Agente Profissional, Função Enfermeira.
3 – Processo Administrativo Disciplinar, Protocolo 14.474.155-0
Processado: Juarez Ribamar Rocha Junior, RG 6.232.422-8 – Agente Penitenciário.
Advogado: Dr. Dr. Heleno Galdino Lucas – OAB/PR nº 23.110, Dr. Márcio Antonio Luciano Pires Pereira – OAB/PR nº 35.951, Dra. Cloris de Fatima Campestrini – OAB/PR nº 28.734 e Dr.Valdecir Guidini de Morais – OAB/PR nº 71.537.
4 – Processo Administrativo Disciplinar, Protocolo 15.313.536-3
Processado: Matheus Fernando Casagrande, RG 10.391.094-3 – Agente Penitenciário.
Advogado: Dr. Mário Francisco Barbosa – OAB/PR nº 49.884
5 – Processo Administrativo Disciplinar, Protocolo 14.999.568-4/15.011.193-5
Processado: Renan Piffer Martins, RG 8.978.221-0 – Agente Penitenciário.
6 – Processo Administrativo Disciplinar, Protocolo 14.697.985-8
Processada: Silvia Cristina Leindecker, RG 6.598.207-2 – Agente Penitenciário.
Advogados: Dra. Juliana de Angelis – OAB/PR nº 84.129.

Curitiba, de 05 de março de 2021.

Kássia de Quadros
Secretária-Geral

35933/2021

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
CONSELHO SUPERIOR DISCIPLINAR E ADMINISTRATIVO

Edital nº. 06/2021

A Secretária-Geral do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 13, inciso VI, da Resolução nº 235 de 17 de agosto de 2016, torna pública a **REVOGAÇÃO** parcial do Edital 04/2021, publicado em 23/02/2021, no DIOE nº 10879, ficando assim, **sem efeito o julgamento dos Processos Disciplinares:**

JULGAMENTO
1 – Processo de Sindicância Disciplinar, Protocolo 15.629.441-1/15.657.370-1/15.745.497-8
Processado: Fernando Antonio Teixeira Sinhorini, RG 6.431.517-0 – Agente de Cadeia Pública.
Advogado: Dr. Ferndinand Alves Rodrigues - OAB/PR nº 69.901.
2 – Processo Administrativo Disciplinar, Protocolo 14.755.266-1/15.442.494-6
Processado: Luiz Carlos Gregório, RG 5.872.052-6 – Agente Penitenciário.

Curitiba, de 05 de março de 2021.

Kássia de Quadros
Secretária-Geral

35934/2021

Departamento da Polícia Civil - DPC

P O R T A R I A Nº 0174-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo nº 17.395.122-1, resolve,

D E S I G N A R

OSMAR DE ALBUQUERQUE PONTES JUNIOR, RG 10009886-5 – Delegado de Polícia, 2ª classe, exercendo suas funções na CORREGEDORIA DE ÁREA CENTRO, da Corregedoria Geral da Polícia Civil, para responder cumulativamente como Corregedor de Área da CORREGEDORIA DE ÁREA CENTRO-OESTE, da mesma Corregedoria, durante férias do titular PEDRO LUIZ FONTANA RIBEIRO, RG 6009916-2 – Delegado de Polícia 1ª classe, no período de 01/03/2021 a 30/03/2021.

Curitiba, 02 de março de 2021.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 0175-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II e parágrafo 1º do artigo 39, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com a redação dada pela Lei Complementar nº 89, de 25 de julho de 2001;

Considerando o protocolo nº 17.381.556-5;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço;

Considerando que é meta da Pasta da Segurança Pública a otimização das

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

atividades de rotina, sobretudo as relacionadas com a Polícia Judiciária, objetivando a melhor qualidade de trabalho em favor do cidadão e da comunidade, resolve,

R E M O V E R

EVANDRO LUIS SZTOLTZ, RG 4393778-2, INVESTIGADOR DE POLÍCIA;

DO(A): 23ª Delegacia Regional de Polícia de MARIALVA, da 9ª Subdivisão Policial de MARINGÁ, da Divisão Policial do Interior.

PARA: 55ª Delegacia Regional de Polícia de MANDAGUARI, da mesma Subdivisão e Divisão.

Curitiba, 02 de março de 2021.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 0176-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II e parágrafo 1º do artigo 39, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com a redação dada pela Lei Complementar nº 89, de 25 de julho de 2001;

Considerando o protocolo nº 17.385.394-7;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço;

Considerando que é meta da Pasta da Segurança Pública a otimização das atividades de rotina, sobretudo as relacionadas com a Polícia Judiciária, objetivando a melhor qualidade de trabalho em favor do cidadão e da comunidade, resolve,

R E M O V E R

HELENO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR, RG 12962349-7, PAPILOSCOPISTA;

DO(A): POSTO DE IDENTIFICAÇÃO 001 – CENTRAL, do Instituto de Identificação do Paraná.

PARA: POSTO DE IDENTIFICAÇÃO DO BOA VISTA, do mesmo Instituto.

Curitiba, 02 de março de 2021.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

PORTARIA Nº 0177-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve,

R E T I F I C A R

a Apostila nº 001-1203-DPC, de 01/03/2021, que excluiu **NATACHA BIEDACHA FISCHER DA SILVA KLEIN**, RG 5784347-0, Escrivão de Polícia, do CURSO DE FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL - CARREIRAS POLICIAIS –ESCRIVÃO", iniciado em 04/01/2021, às 8h, na modalidade de Ensino a distância - EAD, na Escola Superior da Polícia Civil,"

ONDE SE LÊ: *"A P O S T I L A Nº 001";*

LEIA-SE: *"A P O S T I L A Nº 005";*

Curitiba, 03 de março de 2021.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 0178-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando o protocolo nº 17.395.081-0, resolve,

M A N T E R

WALTER SCHACTAI JUNIOR, RG 9318281-2, INVESTIGADOR DE POLÍCIA;

NO(A): DELEGACIA DE VIGILÂNCIA E CAPTURAS, da Divisão de Investigações Criminais.

MOTIVO: Para prestar serviços administrativos, conforme ofício nº 036/2021, de 26/02/2021, do Centro de Psicologia Jurídica e Atendimento Multiprofissional – CPJAM.

Curitiba, 03 de março de 2021.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 0179-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II e parágrafo 1º do artigo 39, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com a redação dada pela Lei Complementar nº 89, de 25 de julho de 2001;

Considerando a determinação do Delegado Geral;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço;

Considerando que é meta da Pasta da Segurança Pública a otimização das atividades de rotina, sobretudo as relacionadas com a Polícia Judiciária, objetivando a melhor qualidade de trabalho em favor do cidadão e da comunidade, resolve,

R E M O V E R

AMABILE HEY BINSFELD, RG 7413154-9, INVESTIGADOR DE POLÍCIA;

DO(A): SERVIÇO DE INVESTIGAÇÃO DE CRIANÇAS DESAPARECIDAS, da Divisão de Investigações Criminais.

PARA: DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA.

Curitiba, 04 de março de 2021.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 0180-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II e parágrafo 1º do artigo 39, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com a redação dada pela Lei Complementar nº 89, de 25 de julho de 2001;

Considerando as motivações expostas no protocolo nº 17.405.368-5, bem como o despacho do Delegado Geral Adjunto;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço, resolve,

R E M O V E R

JOSE PAULO DE FREITAS E SILVA, RG 3913064-5, INVESTIGADOR DE POLÍCIA;

DO(A): CENTRO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS.

PARA: NÚCLEO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, da Divisão Estadual de Narcóticos, "justificando-se pela solicitação da referida Divisão no sentido de aumentar o efetivo em razão da defasagem de pessoal e de que se encontram com investigações em curso, necessitando urgentemente recompor seus quadros, a fim de não prejudicar os trabalhos em andamento, bem como pelo fato do nominado investigador de polícia reunir as habilidades necessárias para trabalhar no setor de investigação da Denarc".

Curitiba, 04 de março de 2021.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 0181-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II e parágrafo 1º do artigo 39, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com a redação dada pela Lei Complementar nº 89, de 25 de julho de 2001;

Considerando as motivações expostas no protocolo nº 17.405.368-5, bem como o despacho do Delegado Geral Adjunto;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço, resolve,

R E M O V E R

DAISE DE CAMPOS OLIVEIRA, RG 7916450-0, INVESTIGADOR DE POLÍCIA;

DO(A): 2.º CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - CENTRAL DE FLAGRANTES, da Divisão Policial da Capital.

PARA: CENTRO DE OPERAÇÕES POLICIAL ESPECIAIS, "justificando-se pela remoção do investigador José Paulo de Freitas e Silva para a DENARC e a necessidade de reposição do efetivo".

Curitiba, 04 de março de 2021.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 0182-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no

uso das atribuições que lhe confere o inciso II e parágrafo 1º do artigo 39, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com a redação dada pela Lei Complementar nº 89, de 25 de julho de 2001;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço, resolve,

REMOVER

MARIANA WLADYKA, RG 6379980-7, INVESTIGADOR DE POLÍCIA;

DO(A): DIVISÃO DE HOMICÍDIOS E PROTEÇÃO À PESSOA.

PARA: 2.º CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - CENTRAL DE FLAGRANTES, da Divisão Policial da Capital, "justificando-se pela necessidade da Central de Flagrantes em ter ao menos uma policial feminina em cada equipe de plantão, de acordo com as motivações expostas no protocolo nº 17.405.368-5 e despacho do Delegado Geral Adjunto".

Curitiba, 04 de março de 2021.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

PORTARIA Nº 0183-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando o protocolo nº 17.110.891-8, resolve,

MATRICULAR

a partir de 08/03/2021, o **s**ervidor abaixo relacionado para participar do "CURSO DE FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL - CARREIRAS POLICIAIS - ESCRIVÃO", que teve início no dia 04/01/2021, na modalidade de na modalidade de Ensino a distância - EAD, na Escola Superior de Polícia Civil:

NOME	RG	CARGO
ALESSANDRO DE CARLO ZIEMANN	1.793.449/SC	DEL.

Curitiba, 05 de março de 2021.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

PORTARIA Nº 0184-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais; e em cumprimento ao Decreto nº 6125, de 10/11/2020, publicado no Diário Oficial nº 10807, de 10/11/2020;

Considerando o artigo 14, parágrafo 3º do Estatuto da Polícia Civil: "o exercício pleno da atividade policial civil dependerá da conclusão e aprovação nos cursos de formação técnicos profissionais específicos", e;

Considerando o protocolo nº 17.110.891-8, resolve,

COLOCAR À DISPOSIÇÃO

DA: ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL II, o servidor abaixo relacionado, durante o "CURSO DE FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL - CARREIRAS POLICIAIS – ESCRIVÃO", **a partir de 08/03/2021**, na modalidade de Ensino a distância - EAD, na Escola Superior da Polícia Civil:

NOME	RG	CARGO
ALESSANDRO DE CARLO ZIEMANN	1793449/SC	DEL.

Curitiba, 05 de março de 2021.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

36046/2021

Secretaria de Infraestrutura e Logística

PORTARIA Nº 001/2021

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 240, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE:

Conceder ao servidor **FERNANDO RAPHAEL FERRO DE LIMA**, RG nº 6.268.709-6, ocupante do cargo de Agente Profissional, **na** função de Geógrafo, Classe II, Referência 3, LF-1, do Quadro Próprio do Poder Executivo, lotado na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, Licença Sem Vencimentos de 02 (dois) anos, a ser usufruída a partir de 15 de março de 2021, visto que o mesmo foi nomeado em 09/01/2006, possui estabilidade e está em exercício de suas funções há mais de dois anos.

Curitiba, 5 de março de 2021.

José Brustolin Neto
Diretor-Geral/SEIL

41881/2021

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

RESOLUÇÃO SEDEST Nº 014/2021

Súmula: Designa a servidora Larisseane de Souza Ribeiro, para a função de Secretária Executiva do COLIT.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO – SEDEST, nomeado pelo Decreto Estadual nº 1440, de 23 de maio de 2019, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º19.848, de 3 de maio de 2019; Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho de 1992 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Larisseane de Souza Ribeiro, RG nº 10327578-4 para a função de Secretária Executiva do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense – COLIT.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução 041/2019, de 4 de junho de 2019.

Curitiba-PR, 5 de março de 2021.

Marcio Nunes
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

35680/2021



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO SEDEST Nº 07/2021

Súmula: Estabelece definições, critérios, diretrizes e procedimentos para licenciamento de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, no âmbito do Estado do Paraná.

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual no. 19.848, de 03 de maio de 2019, Lei Estadual nº 10.066 de 27 de julho de 1992 e alterações posteriores, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto nº 3813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto 1440 de 23 de maio de 20019.

CONSIDERANDO:

- que o Licenciamento Ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais, regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;
- que a Licença Ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais efetivas ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental;
- a necessidade de padronizar os procedimentos para os licenciamentos de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica no âmbito do Estado do Paraná
- que o licenciamento deve estabelecer os parâmetros mínimos para garantir os remanescentes florestais, faunísticos, socioeconômicos, culturais e outros atributos naturais, bem como definir critérios para compensação ou mitigação de impactos negativos ocasionados pela instalação do empreendimento;
- que cabe à ANEEL estabelecer a regulamentação do setor elétrico;
- a Resolução CONAMA nº 279 de 27 de junho de 2001 que estabelece procedimentos para o licenciamento simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental;
- a Resolução CONAMA nº 462 de 24 de julho de 2014 que estabelece critérios e procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica em superfície terrestre;
- a necessidade de implementar a "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas", cujos signatários, incluindo o Brasil, se comprometeram a "aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global";
- a necessidade de cumprir o Acordo de Paris, promulgado pelo Decreto Federal nº 9.073, de 5 de junho de 2017, sob o qual o Brasil assumiu o compromisso de "expandir o uso de fontes renováveis, além da energia hídrica, na matriz total de energia para uma participação de 28% a 33% até 2030";
- o contido nas Resoluções CONAMA nºs 01/86, 06/87, 09/87, 237/97, 302/02, 303/02, na Resolução CEMA nº 107/2020 e outras normativas relacionadas;
- que os empreendimentos de energia eólica se apresentam como empreendimentos de baixo potencial poluidor e tem papel imprescindível na contribuição para uma matriz energética mais limpa;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer definições, critérios, diretrizes e procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica.

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para efeito desta Resolução consideram-se as seguintes definições:
I. **Complexo eólico:** conjunto de parques eólicos;
II. **EIA – Estudo de Impacto Ambiental –** é o instrumento de avaliação dos impactos ambientais decorrentes da implantação de atividades modificadoras do meio ambiente, apresentado como subsídio para a concessão da licença prévia requerida, elaborado por equipe multidisciplinar e utilizado para avaliar a viabilidade ambiental do empreendimento através do diagnóstico ambiental da área de influência (meio físico, meio biótico e meio socioeconômico), da análise dos impactos decorrentes da atividade, da definição das medidas mitigadoras e compensatórias e da elaboração de programas de acompanhamento e monitoramento dos impactos ambientais identificados;
III. **Empreendimento eólico -** qualquer empreendimento de geração de eletricidade que converta a energia cinética dos ventos em energia elétrica, em ambiente terrestre, formado por uma ou mais unidades aerogeradoras, seus sistemas associados e equipamentos de medição, controle e supervisão;
IV. **Estudo Ambiental –** são trabalhos técnicos elaborados por profissionais habilitados, tendo por objetivo a caracterização de um determinado ambiente, a previsão de impactos ambientais resultantes da implantação ou alteração de um determinado empreendimento, bem como o estabelecimento de medidas mitigadoras, potencializadoras ou compensatórias dos impactos identificados;
V. **Estudos Ambientais Complementares –** são todos e quaisquer estudos solicitados pelo órgão ambiental a fim de subsidiar o processo de licenciamento ambiental, solicitados conforme as particularidades de cada atividade;
VI. **Licença Ambiental -** ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação e/ou modificação ambiental;
VII. **Licenciamento Ambiental -** procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, verificando a satisfação das condições legais e técnicas, delibera quanto à localização, instalação, ampliação, operação e encerramento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam vir a causar degradação e/ou modificação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;
VIII. **Manutenção –** Conjunto de ações necessárias para que um equipamento ou instalação seja conservado ou restaurado, de modo a permanecer de acordo com uma condição especificada;
IX. **Microgerador eólico -** unidade geradora de energia elétrica com potência instalada menor ou igual a 100 kW (cem quilowatts);
X. **Parque eólico:** conjunto de unidades aerogeradoras;
XI. **PBA – Projeto Básico Ambiental** – é o estudo ambiental complementar que apresenta, detalhadamente, todas as medidas mitigadoras, compensatórias e os programas ambientais propostos no EIA/RIMA;
XII. **PCA – Plano de Controle Ambiental** – é o estudo ambiental que tem por objetivo prever medidas de gestão e controle das ações de cunho ambiental de um empreendimento;
XIII. **RAS – Relatório Ambiental Simplificado** – é o estudo relativo aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a concessão da licença prévia requerida, que conterá, dentre outras, as informações relativas ao diagnóstico ambiental da região de inserção do empreendimento, sua caracterização, a identificação dos impactos ambientais e das medidas de controle, de mitigação e de compensação;
XIV. **RDPA – Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais** – o documento que apresenta, detalhadamente, todas as medidas mitigadoras e compensatórias e os programas ambientais propostos no RAS ou PCA.

XV. **Relatório de Automonitoramento Ambiental:** Relatório com o resultado do processo de acompanhamento realizado pelo empreendedor da interação do empreendimento com o meio ambiente onde ele se insere, permitindo a identificação e a quantificação dos possíveis impactos ambientais causados por este, e as suas expensas.
XVI. **Repotenciação –** Intervenção no empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica em operação, que propicie aumento na capacidade de geração de energia.
XVII. **Reunião Técnica Informativa –** Reunião solicitada pelo órgão ambiental competente, às expensas do empreendedor, para apresentação e discussão do Relatório Ambiental Simplificado, Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais e demais informações, garantidas a consulta e participação pública;
XVIII. **RIMA – Relatório de Impacto Ambiental –** é o instrumento que tem a finalidade de apresentar aos interessados a síntese do Estudo de Impacto Ambiental - EIA, de forma objetiva e adequada à compreensão, por meio de linguagem acessível e ilustrado por técnicas de comunicação visual de modo que se possa entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais decorrentes da sua implantação;
XIX. **Sistema Eletrônico –** Módulo Licenciamento, sistema informatizado para emissão de licenças ambientais, permitindo aos usuários a requisição de licenças pela internet, além de disponibilizar consultas e outras informações. É integrado com uma base de dados georreferenciados que serve de apoio à tomada de decisão na emissão de pareceres e laudos técnicos, bem como na decisão administrativa, além de dar suporte aos módulos de monitoramento e fiscalização;
XX. **Sistemas associados -** sistemas elétricos, subestações, linhas de conexão de uso exclusivo ou compartilhado, em nível de tensão de distribuição ou de transmissão, acessos de serviço e outras obras de infraestrutura que compõem o empreendimento eólico, e que são necessárias à sua implantação, operação e monitoramento.
XXI. **Termo de Referência –** Documento único emitido pelo órgão ambiental competente, que apresenta o conteúdo mínimo dos estudos a serem apresentados pelo empreendedor no licenciamento ambiental para avaliação dos impactos ambientais decorrentes da atividade ou empreendimento.
XXII. **Usina eólica singular:** unidade aerogeradora, formada por turbina eólica, geradora de energia elétrica;

CAPÍTULO II
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I
Dos Atos administrativos

Art. 3º O órgão licenciador, no âmbito do licenciamento de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, e no exercício de suas atribuições, expedirá os seguintes atos administrativos:
I. **Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DLAE):** concedida para os empreendimentos cujo licenciamento ambiental não compete ao órgão ambiental estadual, conforme estabelecido na Resolução SEMA 051/2009 e alterações posteriores.
II. **Autorização Ambiental (AA):** autoriza a execução de obras, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou obras emergenciais, de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, cadastros, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão ambiental competente.
III. **Licença Ambiental Simplificada (LAS):** aprova a localização e a concepção do empreendimento, atividade ou obra de pequeno porte e/ou que possuam baixo potencial poluidor/degradador, atestando a viabilidade ambiental, estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua instalação e operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador;
IV. **Licença Prévia (LP):** concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.
V. **Licença de Instalação (LI):** autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambientais e demais condicionantes, da qual constituem motivos determinantes.
VI **Licença de Operação (LO):** autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambientais e condicionantes determinados para a operação.

Art. 4º Os atos administrativos listados no Artigo 3º serão expedidos por meio de sistema eletrônico, mediante cadastramento do requerente como usuário ambiental, prestação das informações referente ao empreendimento e a apresentação da documentação solicitada.

Art. 5º Os empreendedores de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, ao submeterem seus empreendimentos ao licenciamento ambiental perante o órgão estadual competente deverão prestar as informações técnicas sobre o mesmo, conforme estabelecem os termos da legislação aplicável e pelos procedimentos definidos nesta Resolução.

Seção II
Da Definição do Porte, Tipo de Licenciamento e de Estudo Ambiental

Art. 6º A definição da modalidade de licenciamento ambiental a que serão submetidos os empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica obedecerá às seguintes condições:
§1º. Para o estabelecer o enquadramento da modalidade de licenciamento, bem como o estudo ambiental a ser apresentado, será considerada a classificação disposta no Quadro 1.
§2º. Serão disponibilizados Termos de Referência para cada tipo de estudo ambiental a ser aplicado, conforme estabelecido no Quadro 1.

Quadro 1. Modalidade de licenciamento e estudo ambiental por tipo de empreendimento eólico.

PORTE	POTÊNCIA (MW)	ESTUDO AMBIENTAL	LICENCIAMENTO
1	$P \leq 0,1$	Dispensado	DLAE
2	$0,1 < P \leq 5$	PCA	LAS
3	$5 < P < 10$	RAS	LP, LI, LO
4	$P \geq 10$	EIA/RIMA	LP, LI, LO

Art. 7º Nos casos de implantação de empreendimento eólico com potência menor ou igual a 0,1 MW em local coberto por rede pública de energia deverá ser requerida a Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual.

Art. 8º Nos casos de implantação de empreendimento eólico com potência menor ou igual a 0,1 MW em local não coberto por rede pública de energia deverá ser requerida a Licença Ambiental Simplificada – LAS com apresentação de Plano de Controle Ambiental - PCA.

Art. 9º Será exigido a apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), além de audiências públicas, os empreendimentos eólicos enquadrados nos incisos do § 3.º do Art.3.º da Resolução CONAMA nº 462 de 2014.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 10 .Nos casos de empreendimentos eólicos em que a potência instalada for superior a 10 MW, será exigido licenciamento ambiental completo (LP, LI e LO), com apresentação de EIA/RIMA, conforme preconizado na Resolução CONAMA nº 01/86.

Seção III
Da Repotenciação de Empreendimentos Eólicos

Art. 11 Nos casos de repotenciação de Empreendimentos Eólicos deverão ser consideradas as seguintes situações:
I. para empreendimentos cuja repotenciação não implique em mudança de porte indicada no Quadro 1 será exigido Memorial Descritivo para obtenção da Autorização Ambiental;
II. para empreendimentos cuja repotenciação implique em mudança de porte será exigido o seu rsspectivo estudo ambiental conforme indicado no Quadro 1;
III. Se o empreendimento com o incremento de potência pretendida, decorrente da repotenciação ultrapassar 10 MW (dez megawatts), o licenciamento se dará mediante apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e haverá necessidade de um novo licenciamento, na forma do Art. 10 desta Resolução.

Seção IV
Licenciamentos de Novos Empreendimentos e suas Renovações

Subseção I
Documentação Básica

Art. 12 Para os empreendimentos elegíveis conforme Quadro 1, na Seção II, o requerente deverá solicitar a **Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual – DLAE** mediante apresentação dos seguintes documentos:
I. requerimento de licenciamento ambiental - RLA;
II. cadastro de empreendimentos de energia eólica – CEEEol;
III. comprovante de recolhimento da taxa ambiental;
IV. no caso de empreendimento instalado em zona rural, apresentar documento de propriedade ou justa posse rural, conforme §3.º do art. 10 da Resolução CEMA nº 107/2020.

§1º. A Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual poderá ser renovada, desde que mantidas as mesmas características do empreendimento.
§2º. A Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual não exime o interessado das exigências legais quanto à preservação do meio ambiente, bem como obtenção de alvarás e atendimento a outras exigências municipais.

Art. 13 O órgão licenciador expedirá **Autorização Ambiental - AA** aos empreendimentos elegíveis conforme Seção II, devendo o empreendedor efetuar o requerimento mediante apresentação dos seguintes documentos:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro de empreendimentos de energia eólica – CEEEol;
III. projeto básico do empreendimento;
IV. comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental, conforme tabelas II, e IV (inspeção florestal, e autorização, respectivamente) da Lei Estadual nº 10.233/92 que institui a Taxa Ambiental ou outra que vier a substituí-la.

Art. 14 Os empreendimentos que por sua classificação conforme Seção II, necessitarem fazer a solicitação de **Licença Ambiental Simplificada – LAS** deverão instruir o requerimento mediante a apresentação dos os seguintes documentos:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro de empreendimentos de energia eólica – CEEEol;
III. cadastro de pessoa física (CPF), se pessoa física; ou Contrato Social e Ato Constitutivo, se pessoa jurídica;
IV. certidão emitida pela prefeitura do(s) Município(s) em relação ao empreendimento, declarando expressamente a inexistência de óbices quanto à lei de uso e ocupação do solo e a legislação de proteção do meio ambiente municipal, conforme modelo disposto no Anexo II da Resolução CEMA nº 107/2020;
V. outorga de direito dos recursos hídricos, caso se aplique;
VI. prova de publicação de súmula do requerimento de Licença Ambiental Simplificada - LAS em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou em sistema eletrônico do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VII. memorial descritivo do empreendimento e a descrição das intervenções necessárias;
VIII. projeto executivo do empreendimento, com respectiva ART;
IX. cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
X. comprovante de recolhimento da taxa de análise de estudo técnico ambiental;
XI. comprovante da entrega da Ficha de Caracterização de Atividade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, quando aplicável;
XII. comprovante do requerimento (protocolo) de Autorização para supressão de vegetação emitido pelo órgão competente, se for o caso;
XIII. apresentação do requerimento (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente;
XIV. recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, referente aos imóveis onde incide o empreendimento.
XV. cópia(s) da(s) matrícula(s) do(s) imóvel (is) afetado(s) pelo empreendimento;
XVI. Anuência dos proprietários dos imóveis afetados pelo empreendimento, conforme ANEXO II.

Art. 15 Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença Ambiental Simplificada – LAS somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal.

Art. 16 Para a **Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS** o empreendedor deverá protocolar os seguintes documentos:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro de empreendimentos de energia eólica – CEEEol;
III. prova de publicação de súmula do requerimento de Renovação de Licença Ambiental Simplificada - RLAS em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou em sistema eletrônico do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
IV. publicação de súmula de concessão da Licença Ambiental Simplificada - LAS em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA no 006/86;
V. relatório de Atendimento às condicionantes da licença anterior;
VI. relatório de Automonitoramento Ambiental.

Art. 17 Os empreendimentos que por suas características necessitarem fazer o licenciamento completo (LP, LI e LO), dependerão obrigatoriamente da apresentação da documentação listada na sequência:

Art. 18 Os requerimentos de **Licença Prévia - LP** deverão ser protocolados por meio de sistema eletrônico mediante apresentação de:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro de empreendimentos de energia eólica – CEEEol;

III. cadastro de pessoa física (CPF), se pessoa física; ou Contrato Social e Ato Constitutivo, se pessoa jurídica;
IV. memorial descritivo do empreendimento;
V. outorga prévia dos recursos hídricos, caso se aplique;
VI. despacho de Registro do Requerimento de Outorga para o empreendimento, conforme disposto na Resolução Normativa da ANEEL nº 876/2020 (optativo pela ANEEL);
VII. certidão emitida pela prefeitura do(s) Município(s) em relação ao empreendimento, declarando expressamente a inexistência de óbices quanto à lei de uso e ocupação do solo e a legislação de proteção do meio ambiente municipal, conforme modelo disposto no Anexo II da Resolução CEMA nº 107/2020;
VIII. prova de publicação de súmula do requerimento de Licença Ambiental Prévia - LP em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou em sistema eletrônico do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
IX. comprovante de recolhimento da taxa de análise de estudo técnico ambiental;
X. apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados.
XI. manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, declarando que o empreendimento está apto a receber a LP;
XII. ciência dos proprietários afetados pelo empreendimento, conforme ANEXO I;
XIII. em caso de necessidade de supressão florestal, deve haver uma análise integrada do licenciamento e o requerente deverá apresentar o Relatório de Caracterização da Flora, de acordo com a Resolução CONAMA 02/94.

Art. 19 Os requerimentos de **Prorrogação da Licença Prévia - PLP** desde que essa prorrogação não ultrapasse o prazo máximo estabelecido no Anexo III da Resolução CEMA nº 107/2020, deverão ser protocolados por meio de sistema eletrônico mediante apresentação de:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro de empreendimentos de energia eólica – CEEEol;
III. relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior;
IV. cópia da Licença Prévia e comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
V. prova de publicação de súmula do requerimento de Prorrogação da Licença Ambiental Prévia - LP em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou em sistema eletrônico do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.

Art. 20 Os requerimentos de **Licença de instalação - LI** deverão ser protocolados por meio de sistema eletrônico mediante apresentação de:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro de empreendimentos de energia eólica – CEEEol;
III. cadastro de pessoa física (CPF), se pessoa física; ou Contrato Social e Ato Constitutivo, se pessoa jurídica;
IV. cópia da Licença Prévia e o comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
V. prova de publicação de súmula do requerimento de Licença Ambiental de Instalação - LI em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou em sistema eletrônico do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VI. apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados.
VII. projeto executivo do empreendimento, com respectiva ART;
VIII. recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, referente aos imóveis onde incide o empreendimento.
IX. relatório de atendimento às condicionantes estabelecidas na licença anterior;
X. cópia(s) da(s) matrícula(s) do(s) imóvel (is) afetado(s) pelo empreendimento;
XI. comprovante do requerimento (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, se for o caso;
XII. apresentação do requerimento (protocolo) de Autorização Ambiental para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente;
XIII. apresentação do requerimento (protocolo) de Autorização Florestal para supressão de vegetação;
XIV. anuência dos proprietários afetados pelo empreendimento, conforme ANEXO II;

Art. 21 Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença de Instalação somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal.

Art. 22 Os requerimentos de **Prorrogação de Licença de Instalação – PLI,** desde que essa prorrogação não ultrapasse o prazo máximo estabelecido no Anexo III da Resolução CEMA nº 107/2020, deverão ser protocolados por meio de sistema eletrônico mediante apresentação de:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro de empreendimentos de energia eólica – CEEEol;
III. relatório de situação do empreendimento quanto às fases já executadas;
IV. relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior;
V. cópia da Licença de Instalação e comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VI. prova de publicação de súmula do requerimento de Prorrogação de Licença Ambiental de Instalação – PLI em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou em sistema eletrônico do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VII. apresentação de autorização, em vigor, para supressão vegetal emitida pelo órgão competente, se for o caso;
VIII. apresentação de autorização, em vigor, para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente.

Art. 23 Os requerimentos de **Licença de Operação - LO** deverão ser protocolados por meio de sistema eletrônico mediante apresentação de:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro de empreendimentos de energia eólica – CEEEol;
III. cadastro de pessoa física (CPF), se pessoa física; ou Contrato Social e Ato Constitutivo, se pessoa jurídica;
IV. outorga de Autorização da ANEEL para o empreendimento, conforme disposto na Resolução Normativa nº 876/2020;
V. cópia da Licença de Instalação e comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VI. prova de publicação de súmula do requerimento de Licença Ambiental de Operação - LO em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou em sistema eletrônico do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VII. apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
VIII. relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior;
IX. laudo de conclusão/situação de obra, acompanhado de material fotográfico, elaborado por profissional com a devida anotação de responsabilidade técnica – ART.

Art. 24 Os requerimentos de **Renovação de Licença de Operação - RLO** deverão ser protocolados por meio de sistema eletrônico mediante apresentação de:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro de empreendimentos de energia eólica – CEEEol;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

III. cópia da Licença de Operação e o comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
IV. prova de publicação de súmula do requerimento de Renovação de Licença Ambiental de Operação – LO em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou em sistema eletrônico do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
V. relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior;
VI. relatório de Automonitoramento Ambiental.

Subseção II
Documentação Complementar

Art. 25 O licenciamento ambiental de empreendimento com potência **maior que 0,1 MW e menor ou igual a 5 MW** deverá ser requerido mediante apresentação, além daqueles listados na Subseção I, os seguintes documentos:
I. Para LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS
a) Plano de Controle Ambiental – PCA.

Art. 26 O licenciamento ambiental de empreendimento com potência **maior que 5 MW e menor que 10 MW** deverá ser requerido mediante apresentação, além daqueles listados na Subseção I, os seguintes documentos:
I. Para LICENÇA PRÉVIA - LP
a) Relatório Ambiental Simplificado - RAS;

II. Para LICENÇA DE INSTALAÇÃO - LI
a) Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais – RDPA;

Art. 27 O licenciamento ambiental de empreendimento com potência **maior ou igual a 10 MW** deverá ser requerido mediante apresentação, além daqueles listados na Subseção I, os seguintes documentos:
I. Para LICENÇA PRÉVIA - LP
a) Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório Impacto Ambiental - RIMA.

II. Para LICENÇA DE INSTALAÇÃO - LI
a) Projeto Básico Ambiental - PBA.

Seção V
Das Taxas Ambientais

Art. 28 O licenciamento ambiental dos empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica será protocolado e analisado pelo Instituto Água e Terra mediante pagamento de 3 (três) taxas (quando couber) a serem recolhidas quando da solicitação do licenciamento ambiental conforme estabelecido na resolução CEMA n° 107/2020 ou outra que venha a sucedê-la.
I. taxa de procedimento administrativo, que será calculada em função do porte do empreendimento e se aplica a todas as modalidades de licenciamento;
II. taxa de análise de estudo técnico ambiental, que será cobrada quando das solicitações de Licença Ambiental Simplificada – LAS e Licença Prévia – LP;
III. taxa de publicação de súmula de requerimento ou recebimento de licença ambiental, que será cobrada sempre que o empreendedor optar por fazer a publicação no site do Instituto Água e Terra.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29 No caso dos licenciamentos de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica que exijam apresentação do Relatório Ambiental Simplificado – RAS, sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por pelo menos cinquenta pessoas maiores de dezoito anos, o órgão de meio ambiente promoverá Reunião Técnica Informativa, conforme preconiza a Resolução CONAMA nº 279/2001.

Art. 30 O Instituto Água e Terra dará publicidade ao EIA/RIMA através de edital de entrada que será publicado no Diário Oficial do Estado e disponibilizado em seu sítio eletrônico.

Parágrafo Único: Os ritos e procedimentos relativos às Audiências Públicas seguirão o preconizado nas Resoluções CONAMA nº 01/1986 e CONAMA nº 09/1987.

Art. 31 Os empreendimentos que estejam sujeitos à Licença Ambiental Simplificada – LAS, somente estarão aptos a se instalarem após o deferimento da Autorização Ambiental para Resgate, Manejo e Monitoramento de Fauna, conforme disposto na Portaria IAP Nº 97 DE 29/05/2012 ou outra que venha substituí-la, quando aplicável.

Art. 32 Os empreendimentos que estejam sujeitos ao licenciamento trifásico (LP, LI e LO), somente terão a emissão da Licença de Instalação – LI emitida de forma concomitante ou posteriormente ao deferimento da solicitação de Autorização Florestal e Autorização Ambiental para Resgate, Manejo e Monitoramento de Fauna, conforme disposto na Portaria IAP Nº 97 DE 29/05/2012 ou outra que venha substituí-la.

Art. 33 Os prazos de validade de cada ato administrativo serão estabelecidos pelo órgão ambiental competente, especificando-os no respectivo documento, com base no disposto na Resolução CEMA nº 107/2020 ou outra que venha a substituí-la.

Art. 34 Os empreendimentos, independente da modalidade de licenciamento, devem respeitar os níveis sonoros estabelecidos pelas legislações municipais ou normas técnicas específicas.

Art. 35 Para manutenção dos Empreendimentos Eólicos não será necessário o requerimento de licenciamento ambiental, no entanto, os resíduos gerados deverão ser destinados corretamente em locais licenciados.

Art. 36 Para abertura de novos acessos, que impliquem em supressão de vegetação nativa, será necessária a respectiva Autorização Ambiental.

Art. 37 Quando a licença ambiental contemplar mais de um parque eólico de um mesmo complexo, os mesmos deverão ser identificados e as características individuais de cada parque eólico deverão constar da licença ambiental.

Art. 38 Para o acesso do empreendedor nas propriedades, a fim de realizar estudos dos meios físico, biótico e socioeconômico, o mesmo deverá possuir a devida permissão dos proprietários.

Art. 39 Os Termos de Referência necessários para elaboração dos estudos ambientais exigidos por esta resolução serão disponibilizados pelo Instituto Água e Terra - IAT.

Art. 40 Para os casos excepcionais envolvendo procedimentos de imóveis e, não contemplados nesta Resolução, deverão estar em conformidade com as hipóteses dos Artigos 45 a 54 da Resolução CEMA nº 107/2020.

Art. 41 Quando da necessidade da manifestação de órgãos intervenientes externos ao órgão licenciador, tais como FUNAI, INCRA, IPHAN, ICMBio, CEPHA, DNIT, DER, entre outros, será seguido o procedimento conforme estabelece os art. 11,12 e 13 da Resolução CEMA nº107/2020.

Art. 42 O empreendedor que no âmbito do licenciamento ambiental elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão, será enquadrado conforme disposto na Lei Federal 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 43 Os casos omissos nesta resolução serão analisados pelo IAT e enquadrados na legislação ambiental vigente conforme as características particulares de cada empreendimento.

Art.44. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2021.

Marcio Nunes
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Eu, _____ **declaro** ao Instituto Água e Terra estar ciente de que está sendo desenvolvido o projeto do empreendimento denominado _____ a ser instalado no _____ **que pode vir a afetar minha propriedade.**
Esta declaração será apresentada como documento integrante de procedimento de licenciamento prévio junto ao Instituto Água e Terra e não representa nenhum tipo de negociação ou cessão de direitos sobre o imóvel do declarante, sendo que para a instalação do empreendimento será necessária manifestação posterior de anuência, ou outro acordo legal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Local e data

_____	_____
Proprietário	Representante da empresa
CPF:	Qualificação
	CPF:
_____	_____
Testemunha 1	Testemunha 2
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Eu, _____ declaro ao Instituto Água e Terra estar de acordo com a implantação do empreendimento denominado _____ a ser instalado no _____ que irá afetar minha propriedade.
Esta declaração será apresentada como documento integrante de procedimento de licenciamento prévio ou licenciamento simplificado junto ao Instituto Água e Terra e representa que estou de acordo com o canteiro de obras, acessos, construções civis ou área de preservação permanente em minha propriedade.

Por ser verdade, firmo o presente em duas vias.

Local e data

_____	_____
Proprietário	Representante da empresa
CPF:	Qualificação
	CPF:
_____	_____
Testemunha 1	Testemunha 2
Nome:	Nome:
CPF:	CPF

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO SEDEST Nº 08/2021

Súmula: Estabelece definições, critérios, diretrizes e procedimentos para o licenciamento ambiental de BIODIGESTORES COM APROVEITAMENTO ENERGÉTICO DE BIOGÁS no âmbito do Estado do Paraná.

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual no. 19.848, de 03 de maio de 2019, Lei Estadual nº 10.066 de 27 de julho de 1992 e alterações posteriores, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto nº 3813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto 1440 de 23 de maio de 20019;

CONSIDERANDO:

- que o Licenciamento Ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, verificando a satisfação das condições legais e técnicas, delibera quanto à localização, instalação, ampliação, operação e encerramento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam vir a causar degradação e/ou modificação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

- que a Licença Ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação e/ou modificação ambiental;

- a necessidade de padronizar os procedimentos para os licenciamentos de geração de energia elétrica a partir do biogás no âmbito do Estado do Paraná;

- o licenciamento deve estabelecer os parâmetros mínimos para garantir os remanescentes florestais, faunísticos, socioeconômicos, culturais e outros atributos naturais, bem como definir critérios para compensação ou mitigação de impactos negativos ocasionados pela instalação do empreendimento;

- o disposto no Inciso XI, da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA n° 001, de 23 de janeiro de 1986, que estabelece a dependência de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA para o licenciamento ambiental de Usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10MW;

- as determinações estabelecidas pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 e pela Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA nº 107, de 09 de setembro de 2.020, sobre critérios e procedimentos a serem adotados para as atividades poluidoras, degradadoras e/ou modificadoras do meio ambiente.

- a Lei Estadual n° 19.500/2018, que dispõe sobre a Política Estadual do Biogás e Biometano e adota outras providências.

RESOLVE :

Art. 1º. Estabelecer definições, critérios, diretrizes e procedimentos para o licenciamento ambiental de biodigestores, para fins de uso de culturas energéticas, tratamento de efluentes e resíduos orgânicos de origem industrial, urbana ou rural, com aproveitamento energético de biogás no Estado do Paraná.

Parágrafo Único: A presente Resolução se aplica também ao aproveitamento energético de biogás gerado em aterros sanitários já implantados.

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º. Para os efeitos desta Resolução, consideram-se as seguintes definições:

I. **Aproveitamento energético de biogás**: aproveitamento do biogás e/ou biometano para geração de energia elétrica, térmica e veicular, bem como injeção em linha de gás natural;
II. **Biodigestão ou digestão anaeróbia**: é o processo de decomposição de matéria orgânica na ausência de oxigênio, por meio da sua transformação em novos produtos o qual promove alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas;
III. **Biogás:** gás bruto obtido da decomposição anaeróbia (ausência de oxigênio gasoso) da matéria orgânica, composta primariamente de metano e dióxido de carbono, com pequenas quantidades de ácido sulfídrico e amônia;
IV. **Biodigestor**: estrutura física que facilita a digestão anaeróbia de biomassa, fornecendo em seu interior um ambiente propicio para os microrganismos responsáveis pela digestão, contemplando entre outros, biodigestor de lagoa coberta (BLC), biodigestor tipo UASB, biodigestor CSTR, biodigestor em fase solida (DRY DIGESTION);
V. **Biomassa:** série de substâncias provenientes da matéria viva (animal ou vegetal) que têm a propriedade de se decomporem (por efeito biológico) sob ação de diferentes tipos de microrganismos;
VI. **Biometano:** biocombustível gasoso constituído essencialmente de metano, derivado da purificação do biogás;
VII. **Digestato**: efluente de biodigestores resultante da decomposição da biomassa pelo processo de biodigestão anaeróbia;
VIII. **Efluentes:** despejos líquidos provenientes de estabelecimentos industriais (efluente industrial), das atividades humanas (efluente ou esgoto doméstico), das atividades agropecuarias e das redes pluviais;
IX. **Fontes de energia primária**: são as fontes oriundas da natureza, em sua forma direta, como o petróleo, o gás natural, o xisto, o carvão mineral, os resíduos vegetais e animais, a energia solar, geotérmica e a eólica e os produtos da cana-de-açúcar, como o caldo de cana, o melaço e o bagaço;
X. **Gerador de resíduos e efluentes**: pessoas físicas ou jurídicas que geram resíduos e efluentes em suas atividades
XI. **Licenciamento ambiental:** ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação e/ou modificação ambiental;
XII. **Licença ambiental:** ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação e/ou modificação ambiental;
XIII. **Lodo de biodigestor:** resíduo sólido formado pela sedimentação de partículas de maior granulometria e baixa biodegradabilidade que se acumula no fundo de biodigestores de lagoa coberta ou modelos sem agitação da biomassa e que apresenta teores consideráveis de nutrientes que possibilitam o seu uso para adubação do solo e nutrição de plantas;
XIV. **Produtor de biogás:** pessoa física ou jurídica que produz biogás a partir da decomposição de matéria orgânica e utiliza diretamente ou comercializa;
XV. **Produtor de biometano:** pessoa física ou jurídica, devidamente autorizada pela autoridade competente, que purifica o biogás de modo a obter o biometano;

XVI. **Resíduos sólidos:** material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas agrícolas, pecuárias, de fruticultura, industriais, comerciais, habitacionais, urbanas, de transporte, de compostagem e de prestação de serviços, dentre outras, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;
XVII. **Unidade de Triagem**: Local de recebimento de resíduos, que serão separados de acordo com suas características materiais, para posterior destinação final.

CAPÍTULO II
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I
Dos Atos administrativos

Art. 3º. O Órgão Ambiental Competente, no exercício de sua competência de controle ambiental, expedirá os seguintes atos administrativos licenciador, no âmbito do licenciamento de biodigestores com aproveitamento energético de biogás e no exercício de suas atribuições, expedirá os seguintes atos administrativos:
I. **Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DLAE):** concedida para os empreendimentos cujo licenciamento ambiental não compete ao órgão ambiental estadual, conforme estabelecido na Resolução SEMA 051/2009 e alterações posteriores;
II. **Licença Ambiental por Adesão e Compromisso – LAC:** Licença que autoriza a instalação e a operação de atividade ou empreendimento, mediante declaração de adesão e compromisso do empreendedor aos critérios, pré-condições, requisitos e condicionantes ambientais estabelecidos pela autoridade licenciadora, desde que se conheçam previamente os impactos ambientais da atividade ou empreendimento, as características ambientais da área de implantação e as condições de sua instalação e operação;
III. **Licença Ambiental Simplificada (LAS):** aprova a localização e a concepção do empreendimento, atividade ou obra de pequeno porte e/ou que possuam baixo potencial poluidor/degradador, atestando a viabilidade ambiental, estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua instalação e operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador;
IV. **Licença Prévia (LP):** concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
V. **Licença de Instalação (LI):** autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambientais e demais condicionantes, da qual constituem motivos determinantes;
VI. **Licença de Operação (LO):** autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambientais e condicionantes determinados para a operação.

Art. 4º. Os atos administrativos listados no Art. 3º serão expedidos por meio do sistema SGA, mediante cadastramento do requerente como usuário ambiental, prestação das informações referente ao empreendimento e a apresentação da documentação solicitada.

Seção II
Da Definição do Porte, Tipo de Licenciamento e de Estudo Ambiental

Art. 5º. Para os efeitos desta Resolução, os empreendimentos que contemplem biodigestores serão licenciados de acordo com sua classificação e porte.

I. classificação do empreendimento, considerando a finalidade de uso do biodigestor:

CLASSIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	FINALIDADE
TIPO I	Biodigestor a ser implantado e licenciado juntamente com o empreendimento principal, para fins de tratamento de efluentes e/ou resíduos orgânicos gerados exclusivamente na mesma planta, em empreendimentos industriais, agropecuários, saneamento e outros.
TIPO II	Especificamente para aproveitamento energético do biogás para consumo próprio e/ou distribuição, de biodigestor implantado, licenciado e em operação, vinculado ou não à um empreendimento principal. Aplica-se também para o aproveitamento energético de biogás gerado em aterros sanitários já implantados e em operação.
TIPO III	Biodigestor a ser implantado posteriormente ao empreendimento já licenciado, para fins de tratamento de matéria orgânica gerada exclusivamente pelo empreendimento, com aproveitamento energético do biogás para consumo próprio e/ou distribuição.
TIPO IV	Biodigestor a ser implantado para fins de tratamento de efluentes e/ou resíduos orgânicos, inclusive de terceiros, vinculado ou não a outra atividade/empreendimento já licenciado, com aproveitamento energético do biogás para consumo próprio e/ou distribuição.

II. porte do empreendimento definido de acordo com a capacidade de utilização de biogás ou com a potência a ser instalada para aproveitamento energético do biogas, aplicado para biodigestores do tipo II:

PORTE DO EMPREENDIMENTO	CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DE BIOGÁS (m^3/h)
Mínimo	Até 200
Pequeno	Acima de 200 até 500
Médio	Acima de 500 até 1.000
Grande	Acima de 1.000 até 2.000
Excepcional	Acima de 2.000

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

III. porte do empreendimento definido de acordo com a capacidade do biodigestor para tratamento de matéria orgânica:

a) para o tratamento de efluentes líquidos e resíduos sólidos, de origem industrial, agropecuária, saneamento e comerciais e serviços, aplicado para biodigestores dos tipos III e IV:

PORTE DO EMPREENDIMENTO	CAPACIDADE DE TRATAMENTO (m^3/dia)
Mínimo	Até 200
Pequeno	Acima de 200 até 500
Médio	Acima de 500 até 800
Grande	Acima de 800 até 1500
Excepcional	Acima de 1500

b) para o tratamento de resíduos sólidos urbanos, aplicado para biodigestores dos tipos IV:

PORTE DO BIODIGESTOR	CAPACIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (ton/dia)
Mínimo	Até 20
Pequeno	Acima de 20 até 120
Médio	Acima de 120 até 500
Grande	Acima de 500 até 1000
Excepcional	Acima de 1000

Art. 6º. Para a concessão do licenciamento ambiental de biodigestores, considerar os critérios de licenciamento da tabela abaixo:

<table>
<tr><td rowspan="2">CLASSIFICAÇÃO</td><td colspan="5">PORTE /MODALIDADE DE LICENCIAMENTO/ESTUDO AMBIENTAL</td></tr>
<tr><td>MÍNIMO</td><td>PEQ</td><td>MED</td><td>GRA</td><td>EXC</td></tr>
<tr><td>TIPO I</td><td colspan="5">Licenciado com o empreendimento principal (de acordo com o porte da atividade principal)</td></tr>
<tr><td>TIPO II</td><td>DLAE</td><td>DLAE</td><td>DLAE</td><td>LAC</td><td>LAS/ PBCA(3)</td></tr>
<tr><td>TIPO III</td><td>DLAE</td><td>DLAE</td><td>DLAE</td><td>LAC</td><td>LAS/PBCA(3)</td></tr>
<tr><td rowspan="3">TIPO IV - efluentes líquidos e resíduos sólidos de origem agropecuária</td><td rowspan="3">LAC</td><td rowspan="3">LAS/PBCA(3)</td><td>LP</td><td>LP</td><td>LP/RAP</td></tr>
<tr><td>LI/PBCA(3)</td><td>LI/PCA(4)</td><td>LI/PCA(4)</td></tr>
<tr><td>LO</td><td>LO</td><td>LO</td></tr>
<tr><td rowspan="3">TIPO IV (exceto efluentes líquidos e resíduos sólidos de origem agropecuária)</td><td rowspan="3">LAS/PBCA(3)</td><td>LP</td><td>LP</td><td>LP/RAP(5)</td><td>LP/EIA-RIMA(1)</td></tr>
<tr><td>LI/PBCA(3)</td><td>LI/PCA(4)</td><td>LI/PCA(4)</td><td>LI/ PCA(4) PBA(2)</td></tr>
<tr><td>LO</td><td>LO</td><td>LO</td><td>LO</td></tr>
</table>

(1)EIA-RIMA - Estudo de Impacto Ambiental-Relatorio de Impacto Ambiental. Termo de Referência a ser definido no requerimento da LP
(2)PBA - Plano Básico Ambiental: a ser definido como condicionante da LP
(3)PBCA - Plano Básico de Controle Ambiental (ANEXO III)
(4)PCA - Plano de Controle Ambiental (ANEXO IV)
(5)RAP - Relatório Ambiental Preliminar (ANEXO V)

Art. 7º. O licenciamento ambiental de biodigestores TIPO I estarão incorporados no licenciamento ambiental do empreendimento principal, não necessitando de licenciamento específico.

Art. 8º. Os empreendimentos com geração de eletricidade acima de 10 MW, estarão sujeitos à apresentação de EIA/RIMA, conforme estabelecido na Resolução CONAMA 01/86, independente dos critérios estabelecidos no Art. 6º desta Resolução.

Art. 9º. No licenciamento do empreendimento deverão ser contempladas todas as unidades e elementos a serem instalados, desde a unidade de geração do biogás, estruturas de transporte necessárias até seu aproveitamento energético.

Seção III
Documentação para o Licenciamento Ambiental

Subseção I
Da Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAE

Art. 10. A Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAE é obrigatória para os biodigestores elegíveis conforme Art. 6º e deverá ser requerida através do SGA, instruídos na forma prevista abaixo:
I. certidão atualizada da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento de justa posse em nome do requerente, ou conforme exigências constantes da Seção V, art.45 a 54 da Resolução CEMA 107/2020. Caso o imóvel seja locado, apresentar o contrato de locação;
II. memorial de caracterização do empreendimento - MCE, apresentado de acordo com o Termo de Referência do ANEXO II, elaborado por profissional (is) habilitado (s) acompanhado da respectiva ART.

Art. 11. Deverá ser solicitada à respectiva Licença Ambiental para qualquer alteração nas características do porte dos biodigestores.

Art. 12. A Dispensa do Licenciamento Ambiental Estadual - DLAE não exime das exigências legais quanto à preservação do meio ambiente.

Subseção II
Da Licença Ambiental por Adesão e Compromisso - LAC

Art. 13. A Licença Ambiental por Adesão e Compromisso - LAC, para os biodigestores elegíveis conforme Art. 6º, deverá ser requerida através do SGA, instruídos na forma prevista abaixo:
I. certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística básica, ambiental, bem como que atendam as demais exigências legais e administrativas perante o município (ANEXO I);
II. certidão atualizada da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento de justa posse em nome do requerente, ou conforme exigências constantes da Seção V, art.45 a 54 da Resolução CEMA 107/2020. Caso o imóvel seja locado, apresentar o contrato de locação.
III. cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), quando pessoa jurídica;
IV. memorial de caracterização do empreendimento - MCE, apresentado de acordo com o Termo de Referência do ANEXO II, elaborado por profissional(is) habilitado(s) e acompanhado da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
V. quando for o caso, Projeto de Utilização Agrícola do digestato, apresentado de acordo com o Termo de Referência do ANEXO X, elaborado por profissional (is) habilitado (s) acompanhado da respectiva ART.
VI. outorga de direito de uso de recursos hídricos para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;
VII. apresentação da anuência do proprietário, conforme modelo do ANEXO XI, no caso de Utilização Agrícola do digestato, em áreas em que o interessado não é o proprietário;
VIII. declaração de verdade das informações prestadas, conforme modelo do ANEXO VII;
IX. declaração do empreendedor pelo Licenciamento por Adesão e Compromisso conforme modelo do ANEXO VIII;
X. declaração do responsável técnico pelo licenciamento por Adesão e Compromisso conforme modelo do ANEXO IX, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica;
XI. prova de publicação de súmula do pedido de Licença Ambiental por Adesão e Compromisso - LAC em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
XII. comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental.

Subseção III
Da Licença Ambiental Simplificada – LAS

Art. 14. Os requerimentos de Licença Ambiental Simplificada – LAS, para os biodigestores elegíveis conforme Art. 6º e deverá ser requerida através do SGA, instruídos na forma prevista abaixo:
I. certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística básica, ambiental, bem como que atendam as demais exigências legais e administrativas perante o município (ANEXO I);
II. certidão atualizada da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento de justa posse em nome do requerente, ou conforme exigências constantes da Seção V, art.45 a 54 da Resolução CEMA 107/2020. Caso o imóvel seja locado, apresentar o contrato de locação.
III. outorga de direito de uso de recursos hídricos do Instituto das Águas para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;
IV. cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), quando pessoa jurídica;
V. memorial de caracterização do empreendimento - MCE, apresentado de acordo com o Termo de Referência do ANEXO II, elaborado por profissional(is) habilitado(s) e acompanhado da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
VI. estudo ambiental definido na tabela do Art. 6.ºda presente Resolução; Comprovante da entrega da Ficha de Caracterização de Atividade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, quando aplicável;
VII. quando for o caso, Projeto de Utilização Agrícola do digestato, apresentado de acordo com o Termo de Referência do ANEXO X, elaborado por profissional (is) habilitado (s) acompanhado da respectiva ART;
VIII. apresentação da anuência do proprietário, conforme modelo do ANEXO XI no caso de Utilização Agrícola do digestato, em áreas em que o interessado não é o proprietário;
IX. apresentação do requerimento (protocolo) de Autorização Florestal, no caso de necessidade de supressão de vegetação;
X. publicação de súmula do pedido de Licença Ambiental Simplificada - LAS em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986; e
XI. recolhimento da taxa ambiental e, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental, demais valores cabíveis referentes às publicações.

Art. 15. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença Ambiental Simplificada – LAS somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal.

Art. 16. Os requerimentos para renovação da Licença Ambiental Simplificada – LAS, deverão ser protocolados no SGA, instruídos na forma prevista abaixo:
I. relatório de atendimento das condicionantes da Licença anterior;
II. plano de gerenciamento de resíduos sólidos – PGRS atualizado e apresentado de acordo com o Termo de Referência do ANEXO VI, elaborado por profissional (is) habilitado (s) acompanhado da respectiva ART;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

III. publicação de súmula de concessão de Licença Ambiental Simplificada em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
IV. publicação de súmula do pedido de Renovação de Licença Ambiental Simplificada em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
V. recolhimento da taxa ambiental e, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental, demais valores cabíveis referentes às publicações.

Subseção IV
Das Licenças Prévia - LP, de Instalação - LI e de Operação - LO

Art. 17. Os empreendimentos que necessitam de Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, deverão requerê-las sucessivamente.

Parágrafo Único: Este procedimento se aplica a novos empreendimentos e aqueles em operação que venham a sofrer ampliações acima do porte, alterações definitivas no processo e incorporação de novas atividades, com alteração das características do empreendimento já implantado.

Art. 18. Os requerimentos para LICENÇA PRÉVIA – LP, deverão ser realizados através do SGA, instruído na forma prevista abaixo:
I. memorial de caracterização do empreendimento - MCE, apresentado de acordo com o Termo de Referência do ANEXO II, elaborado por profissional(is) habilitado(s) e acompanhado da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
II. certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística básica, ambiental, bem como que atendam as demais exigências legais e administrativas perante o município (ANEXO I);
III. certidão atualizada da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento de justa posse em nome do requerente, ou conforme exigências constantes da Seção V, art.45 a 54 da Resolução CEMA 107/2020. Caso o imóvel seja locado, apresentar o contrato de locação;
IV. cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), quando pessoa jurídica;
V. número da Outorga Prévia ou Dispensa de Outorga de Uso de Recursos Hídricos, se for o caso;
VI. apresentação do Estudo ambiental definido na tabela do Art. 6º da presente Resolução;
VII. em caso de necessidade de supressão florestal, deve haver uma análise integrada do licenciamento e o requerente deverá apresentar o Relatório de Caracterização da Flora, de acordo com a Resolução CONAMA 02/94;
VIII. publicação de súmula do pedido de Licença Prévia em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86; e
IX. recolhimento da taxa ambiental e, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental, demais valores cabíveis referentes às publicações.

Art. 19. Os requerimentos para LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI, deverão ser realizados através do SGA, instruído na forma prevista abaixo:
I. cópia da Licença Prévia;
II. relatório de atendimento das condicionantes da licença anterior;
III. apresentação do Estudo ambiental definido na tabela do Art. 6º da presente Resolução;
IV. quando for o caso, Projeto de Utilização Agrícola do digestato, apresentado de acordo com o Termo de Referência do ANEXO X, elaborado por profissional (is) habilitado (s) acompanhado da respectiva ART;
V. apresentação da anuência do proprietário, conforme modelo do ANEXO XI, no caso de Utilização Agrícola do digestato, em áreas em que o interessado não é o proprietário;
VI. apresentação do requerimento (protocolo) de Autorização Florestal, no caso de necessidade de supressão de vegetação;
VII. publicação de súmula do pedido de Licença de Instalação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VIII. recolhimento da taxa ambiental e, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental, demais valores cabíveis referentes às publicações.

Art. 20. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença de Instalação somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal.

Art. 21. Os requerimentos para LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO, deverão ser realizados através do SGA, instruído na forma prevista abaixo:
I. cópia da Licença de Instalação;
II. relatório de atendimento das condicionantes da licença anterior;
III. Número da Outorga de Direito ou Dispensa de Outorga de Uso de Recursos Hídricos para utilização de recursos hídricos, se for o caso;
IV. plano de gerenciamento de resíduos sólidos – PGRS, apresentado de acordo com Termo de Referência do ANEXO VI, elaborado por profissional (is) habilitado (s) acompanhado da respectiva ART;
V. laudo de conclusão de obra, acompanhado de material fotográfico, elaborado por profissional com a devida anotação de responsabilidade técnica - ART;
VI. publicação de súmula de concessão de Licença de Instalação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VII. publicação de súmula do pedido de Licença de Operação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VIII. recolhimento da taxa ambiental e, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental, demais valores cabíveis referentes às publicações.

Art. 22. Os requerimentos para RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO - RLO, deverão ser realizados através do SGA, instruído na forma prevista abaixo:
I. cópia da Licença anterior;
II. relatório de atendimento das condicionantes da licença anterior;
III. plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS atualizado, apresentado de acordo com Termo de Referência do ANEXO VI, acompanhado da Autorização Ambiental de destinação dos resíduos e, elaborado por profissional (is) habilitado (s) acompanhado da respectiva ART;
IV. declaração de Carga Poluidora, de acordo com o previsto na Portaria IAP Nº 256/2013, de 16 de Setembro de 2013, se for o caso;
V. publicação de súmula de concessão de Licença de Operação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VI. publicação de súmula do pedido de Renovação de Licença de Operação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86; e
VII. recolhimento da taxa ambiental e, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental, demais valores cabíveis referentes às publicações.

Art. 23. A RLO e a LO de ampliação poderão ser solicitadas de forma unificada quando o prazo de vencimento da LO em renovação for inferior a 01 (um) ano.

Seção V
Dos prazos de Validade das Licenças

Art. 24. O órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade para cada tipo de licença e autorização ambiental, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:
I- o prazo de validade da Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual - DLAE será de até 10 (dez) anos, podendo ser renovada a critério técnico do órgão ambiental competente;
II - o prazo de validade da Licença por Adesão e Compromisso - LAC:
- 02 (dois) anos para a primeira licença. Renovável;
- 05 (cinco) anos a partir da primeira renovação.

III- o prazo de validade da Licença Ambiental Simplificada - LAS será de até 10 (dez) anos, podendo ser renovada a critério técnico do órgão ambiental competente;
IV-o prazo de validade da Licença Prévia - LP será de 05 (cinco) anos, não prorrogável se concedido o prazo máximo;
V-o prazo de validade da Licença de Instalação - LI será de até 06 (seis) anos, não prorrogável se concedido o prazo máximo;
VI-o prazo de validade da Licença de Operação - LO será de no mínimo 4 anos e no máximo 10 (dez) anos, renovável a critério do Órgão Licenciador.
Parágrafo Unico: As renovações e prorrogações se aplicam aos empreendimentos que não estejam vinculados aos outros empreendimentos

CAPÍTULO III
ASPECTOS TÉCNICOS

Seção I
Quanto aos Efluentes Líquidos

Art. 25. Os efluentes líquidos gerados em unidades de biodigestão, deverão se submeter a medidas de controle e/ou ser tratados para o lançamento, direto ou indireto, no corpo receptor e basicamente são constituídos de:
I-digestato;
II-lixiviado das áreas de estocagem e pré- tratamento dos resíduos orgânicos e da área de armazenamento do material digerido;
III-águas de lavagem das áreas de armazenamento e serviços;
IV-lixiviado dos biofiltros ou outros sistemas de tratamento de gases (odor);
V-condensado proveniente da purificação do biogás;
VI-esgoto sanitário;
V-entre outros.

Art. 26. O digestato deverá obrigatoriamente sofrer armazenamento para utilização agrícola.

Art. 27. Os efluentes líquidos gerados poderão ser lançados, direta ou indiretamente no corpo receptor desde que obedeçam às condições e padrões estabelecidos na sequência, resguardadas outras exigências cabíveis:
I- pH entre 5 e 9;
II-temperatura inferior à 40°C, sendo que a elevação máxima de temperatura do corpo receptor não poderá ultrapassar 3°C;
III-materiais sedimentáveis até 1mL/L em teste de 1 hora em Cone Imhoff;
IV-óleos e graxas: óleos minerais até 20 mg/L e óleos vegetais e gorduras animais até 50 mg/L;
V-ausência de materiais flutuantes;
VI- DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) até 50 mg/ l ou valor estabelecido na outorga;
VII- DQO (Demanda Química de Oxigênio) até 150 mg/ l ou valor estabelecido na outorga.

Parágrafo Unico: Fica proibido o lançamento de efluentes líquidos, direta ou indiretamente, em corpos hídricos superficiais utilizados ou potencialmente identificados como mananciais de abastecimento público.

Art. 28. No caso de lançamento de efluentes na galeria de águas pluviais, o interessado deverá apresentar a anuência da prefeitura.

Art. 29. A utilização agrícola do digestato gerado em unidades de biodigestão, deverá ser contemplada no processo de licenciamento dos biodogestores.

Art. 30. Para utilização agrícola do digestato, deverá ser elaborado Projeto de Utilização Agrícola com a respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, segundo as diretrizes do IAT, apresentadas no ANEXO X.

Art. 31. Para transporte e utilização agrícola do digestato proveniente de Unidade de biodigestão que receber resíduos de empreendimentos de saneamento, deverá atender aos critérios estabelecidos pela Resolução SEMA 021/2009 ou outra que vier a substituí-la.

Art. 32. Para utilização agrícola do digestato proveniente de Unidade de biodigestão que receber resíduos de empreendimentos de Bovinocultura e Suinocultura, deverá atender aos critérios estabelecidos pela Resolução SEDEST Nº 55 de 05/03/2019 e Resolução SEDEST Nº 17 de 05/03/2020, para empreendimentos de Bovinocultura e, Resolução SEDEST 15 de 05 de Março de 2020 para empreendimentos de Suinocultura ou outras que vier a substituí-las.

Seção II
Quanto aos Resíduos Sólidos e Rejeitos

Art. 33. Os resíduos sólidos e rejeitos gerados em unidades de biodigestão, deverão ser acondicionados, armazenados, tratados e destinados de forma técnica e ambientalmente adequadas e basicamente são geradas nos seguintes pontos:
I-resíduos da triagem;
II-resíduos do pré- tratamento;
III-lodo do biodigestor;
IV-resíduos sanitários e de escritórios de estruturas auxiliares (ex: vestiário, laboratório, refeitório, prédio administrativo);
V-resíduos da manutenção de equipamentos.

Seção III
Quanto às Emissões Atmosféricas

Art. 34. As emissões atmosféricas deverão atender os critérios e padrões de emissões atmosféricas estabelecidos na Resolução SEMA Nº 016/2014 ou outra que venha substituí-la.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Seção IV
Quanto ao Gerenciamento de Riscos e Segurança

Art. 35. Devem ser previstas e implementadas medidas de segurança na operação dos biodigestores e manuseio do biogás.

Parágrafo único: Recomenda-se, ainda, que medidas adicionais de segurança sejam adotadas, conforme preconiza a Instrução Técnica IAT / SEDEST "Guia de Segurança para Implantação e Operação de Biodigestores".

Seção V
Quanto ao transporte de efluentes líquidos e/ou resíduos sólidos

Art. 36. Para transporte da materia orgânica provenientes de cada unidade geradora, para tratamento em uma unidade de biodigestão - (Biodigestor Tipo IV), deverá ser solicitada Autorização Ambiental ao IAT, em conformidade com a Portaria IAP 212/2019 ou outra que vier substituí-la.
Parágrafo Único: Fica isento de Autorização Ambiental o transporte de resíduos gerados em atividades agropecuárias para tratamento em Biodigestores Tipo IV.

Art. 37. O transporte e utilização agrícola dos resíduos sólidos proveniente de unidade de biodigestão que receber resíduos de empreendimentos de saneamento, deverá atender aos critérios estabelecidos pela Resolução SEMA 021/2009 ou outra que vier a substituí-la, bem como deverá ser solicitada Autorização Ambiental ao IAT, em conformidade com a Portaria IAP 212/2019 ou outra que vier a substituí-la.

Art. 38. O transportador responsável pelo transporte de efluentes líquidos e/ou resíduos sólidos entre o gerador e a unidade de tratamento/destinação final, deverá estar devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente.

CAPÍTULO III
ASPECTOS LOCACIONAIS

Art. 39. A implantação de Biodigestores quanto à localização, deverá atender, no mínimo, os seguintes critérios:
I. a área do empreendimento, deve situar-se a uma distância mínima de corpos hídricos, de modo a não atingir áreas de preservação permanente, conforme estabelecido no Código Florestal;
II. a área do empreendimento, incluindo armazenagem, tratamento e destinação final de dejetos, deve situar-se a uma distância mínima conforme estabelecido no Código Sanitário do Estado;
III. para a localização das construções de biodigestores devem ser consideradas as condições ambientais da área e do seu entorno, bem como, a direção predominante dos ventos na região, de forma a impedir a propagação de odores para cidades, núcleos populacionais e habitações mais próximas.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. A presente Resolução também se aplica ao licenciamento de biodigestores Tipo III e IV sem aproveitamento energético do biogás.

Art. 41. Quando da necessidade da manifestação de órgãos intervenientes externos ao órgão licenciador, tais como FUNAI, INCRA, IPHAN, ICMBio, CEPHA, DNIT, DER, entre outros, será seguido o procedimento conforme estabelece os Art.11,12,e 13 da Resolução CEMA nº107/2020.

Art. 42. Constatada a existência de pendência judicial envolvendo o empreendedor, o empreendimento ou o imóvel, a decisão administrativa sobre a eventual suspensão do licenciamento será precedida de manifestação jurídica do órgão ambiental competente no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 43. Esta Resolução deverá ser reavaliada a cada 04 (quatro) anos ou a qualquer tempo, quando o órgão ambiental considerar necessário.

Art. 44. O não cumprimento do disposto nesta Resolução sujeitará os infratores às sanções previstas nas Leis Federais nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 e seus decretos regulamentadores.

Art. 45. **Art.45 .** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2021.

Marcio Nunes
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

RELAÇÃO DOS ANEXOS

ANEXO I	CERTIDÃO DO MUNICÍPIO QUANTO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
ANEXO II	MCE - MEMORIAL DE CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO
ANEXO III	PBCA - PLANO BÁSICO DE CONTROLE AMBIENTAL - PBCA
ANEXO IV	PCA - PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL
ANEXO V	RAP - RELATÓRIO AMBIENTAL PRELIMINAR
ANEXO VI	PGRS - PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
ANEXO VII	DECLARAÇÃO DE VERDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS
ANEXO VIII	DECLARAÇÃO DO EMPREENDEDOR PELO LICENCIAMENTO POR ADESÃO E COMPROMISSO
ANEXO IX	DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LICENCIAMENTO POR ADESÃO E COMPROMISSO
ANEXO X	PROJETOS DE USO AGRÍCOLA DE RESÍDUOS E EFLUENTES
ANEXO XI	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOBRE A CEDÊNCIA DE ÁREA PARA A DISTRIBUIÇÃO DE DIGESTATO PARA TERCEIROS

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO I

MODELO DE CERTIDÃO DO MUNICÍPIO QUANTO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

MUNICÍPIO DE.....(nome do município), para fins de licenciamento ambiental do empreendimento abaixo descrito, que o local, o tipo de empreendimento e a atividade estão em conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo (Plano Diretor ou Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente), bem como atendem a legislação ambiental municipal e as demais exigências legais e administrativas perante o nosso município.

EMPREENDEDOR	
CNPJ/CPF	
ATIVIDADE	
LOCALIZAÇÃO	
LEGISLAÇÃO Nº	
ZONA/MACROZONA	
PERÍMETRO URBANO/ ZONA RURAL	
ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE PERMITIDA/PERMISSIVEL	

LOCAL/DATA

Nome, assinatura e carimbo do Prefeito Municipal e, por delegação, dos Secretários Municipais responsáveis pelo Meio Ambiente e controle territorial.

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DO MEMORIAL DE CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO - MCE

O MCE deverá ser elaborado por técnico habilitado e apresentado para análise do INSTITUTO ÁGUA E TERRA, *acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART*, conforme as diretrizes listadas a seguir.

I. INFORMAÇÕES CADASTRAIS
- Razão social;
- Nome Fantasia;
- CNPJ e Inscrição Estadual. Cadastro de Produtor Rural;
- Endereço completo da unidade a ser licenciada;
- Endereço para correspondência;
- Nome do responsável, telefone;
- E-mail.

II. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

- Área onde será implantada a atividade (área total, área construída e área livre);
- Coordenadas Geográficas e UTM;
- Tipo e característica do solo;
- Topografia;
- Recursos Hídricos (nascentes, olhos d´água, cursos dá água, etc);
- Geologia/hidrogeologia/geotecnia;
- Cobertura Vegetal;
- Acessos (alternativas, condições de tráfego);
- Características do entorno (uso do solo, residências, áreas de interesse ambiental, etc..

III. CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO COM IMAGEM AÉREA E CONTENDO NO MÍNIMO:
a) Distância dos corpos hídricos;
b) Áreas de preservação permanente;
c) Cobertura florestal;
d) Vias de acesso principais e
e) Pontos de referências.

I. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO
a) Tipo de atividade do empreendimento. De acordo com o Código Nacional de Atividades Econômicas "CNAE". Citar o número do CNAE;
b) Descritivo da obra a ser implantada e a descrição das intervenções necessárias;
c) Descrição do empreendimento e apresentação das suas características técnicas:
- Descrição do biodigestor implantado ou a ser implantado:
- efluente/resíduo a ser tratado no biodigestor para geração de biogás;
  - tipo;
  - dimensões;
- Unidade de geração de energia:
  - descrição técnica do sistema de purificação do biogás;
  - apresentar as características da unidade, informando, no mínimo: a capacidade de geração (MW), composição dos módulos de geração, características dos equipamentos principais e instalações auxiliares, exigências de espaço e arranjo de equipamentos;
  - apresentar as especificações técnicas e os dados característicos das turbinas, caldeiras, turbinas e outros equipamentos associados;
- Descrição técnica Sistema de distribuição de energia;
- Informações sobre tratamento e destinação do digestato.

II. INFORMAÇÕES SOBRE POLUENTES
a) Efluentes líquidos (digestato, lixiviado, águas de lavagem das áreas de armazenamento e serviços, entre outros):
- Geração, tratamento e destinação final;

b) Resíduos Sólidos (resíduos da triagem, resíduos do pré-tratamento, lodo do biodigestor, entre outros):
- Geração, tratamento e destinação final;

c) Emissões atmosféricas e sistemas de controle (queima do biogás, queimadores das caldeiras, microturbina, queimador de segurança, sistema de purificação do biogás, entre outros):
- Geração e tratamento.

III. Desenhos
- Planta de situação do empreendimento;
- Planta e corte do biodigestor;
- Planta geral contemplando o(s) biodigestor(es), Unidade de geração de energia e Sistema de distribuição de energia.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO BÁSICO DE CONTROLE AMBIENTAL - PBCA

O PLANO BÁSICO DE CONTROLE AMBIENTAL devera ser elaborado por técnico habilitado e apresentados para análise do INSTITUTO ÁGUA E TERRA, *acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART*, conforme as diretrizes listadas a seguir.

I. INFORMAÇÕES CADASTRAIS

- Razão social, cgc, endereço, indicação fiscal;
- Área onde será implantada a atividade (área total, área construída e área livre);
- Número de funcionários;
- Horário de turno de trabalho;
- Descrição da atividade;
- Descrição do empreendimento e apresentação das suas características técnicas;
- Pessoa para contato;
- Telefone da pessoa para contato; e
- E-mail da pessoa para contato.

II. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA ÁREA DO EMPREENDIMENTO

1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Para a caracterização da área do empreendimento, deverão ser apresentadas, no mínimo, as informações abaixo relacionadas, devendo as mesmas, quando couber, ser apresentadas em mapas, plantas georreferenciadas, em escala compatível, ou através de fotos datadas, fotos aéreas, imagem de satélite e outros materiais disponíveis, com legendas explicativas da área do empreendimento e do seu entorno:

- Uso e ocupação do solo;
- Corpos hídricos existentes na área;
- Existência de nascentes e olhos d'água;
- Suscetibilidade do terreno à erosão;
- Existência de cobertura florestal informando áreas de vegetação nativa e exótica;
- Existência de áreas de preservação permanente;
- Ocorrência de Reserva Legal;
- Espécies de animais predominantes, quando aplicável;
- Indícios de vestígios arqueológicos, históricos, ou artísticos na área afetada, quando aplicável;
- Caracterização da geomorfologia/relevo;
- Indicação, se aplicável, da existência de Unidades de Conservação municipais, estaduais e federais na área do empreendimento e no seu entorno.

2. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS, DE CONTROLE OU DE COMPENSAÇÃO

Identificar os principais impactos que poderão ocorrer em função da implantação do empreendimento, contemplando no mínimo os impactos abaixo. Para cada impacto indicado, descrever as medidas mitigatórias, de controle ou de compensação correspondente:

- Obras de terraplanagem, indicando volumes de corte e aterro, planta da implantação da terraplanagem e o memorial justificativo da terraplanagem;
- Canalização de nascentes;
- Supressão Florestal;
- Interferência em área de preservação permanente, inclusive supressão de vegetação;
- Interferência em áreas ambientalmente sensíveis onde ocorrerão obras, como várzeas e áreas densamente ocupadas;
- Interferência sobre infraestruturas urbanas;
- Intensificação de tráfego na área.

III - PROJETO DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL

1. INFORMAÇÕES SOBRE POLUIÇÃO HÍDRICA

- Fonte abastecedora de água;
- Corpo receptor.

2. INFORMAÇÕES SOBRE EFLUENTES LÍQUIDOS

- Descrição do sistema de captação e disposição de águas de drenagem pluvial;
- Informações sobre a quantidade e qualidade (caracterização) dos efluentes líquidos gerados na atividade, inclusive daqueles gerados em lavagem de pisos, equipamentos e de oficinas, se for o caso.

3. PROJETO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS
.1.1
a) Esgoto sanitário:

- Descrição do (s) sistema (s) de tratamento (s) adotado (s) para o tratamento do esgoto sanitário;
- Dimensionamento (memorial de cálculo) das unidades que compõem o sistema.

b) Efluentes líquidos gerados na atividade, inclusive o digestato:

- Descrição do (s) sistema (s) de tratamento (s) adotado (s) para o tratamento de efluentes líquidos gerados na atividade;
- Justificativa do sistema adotado;
- Dimensionamento (memorial de cálculo) das unidades que compõem o sistema;
- Caracterização do corpo receptor, quando lançado em corpo hídrico.

4. INFORMAÇÕES SOBRE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

a) Fontes de poluição do ar:
– Especificar detalhadamente as fontes geradoras de poluição do ar, inclusive referente às emissões de motores estacionários (motogeradores a biogás), de acordo com a resolução SEMA 16/2014.

b) Combustíveis:
– Especificar os combustíveis a serem utilizados (tipo e quantidade diária).

c) Tratamento adotado:
– Apresentar medidas de controle de emissões atmosfericas, inclusive referente às emissões de motores estacionários (motogeradores a biogás) e da purificação do biogás, a serem tomadas para atender os padrões de emissão e de condicionamento e os padrões de qualidade do ar no entorno.

5. PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PGRS

a) Identificação dos resíduos que serão gerados:

Informar em formato de tabela os resíduos gerados pela atividade, descrição do resíduo, estado físico, classificação e código, com base na Norma NBR 10.004 – Classificação de Resíduos Sólidos, ponto de geração e quantidade mensal de geração.

Resíduo	Descrição do resíduo	Estado físico	Classe	Código	Ponto de geração	Quantidade mensal gerada

.1.2
b) Proposta do PGRS

Deverão ser contemplados aspectos organizacionais, técnicos-operacionais e de recursos humanos, tais como:

- Política (diretrizes gerais) para implementação do Plano;
- Estrutura organizacional;
- Descrição das técnicas e procedimentos relacionados a: segregação, coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte/transbordo e destinação final, identificando as possibilidades de minimização dos resíduos, através da redução da quantidade e/ou redução de periculosidade e as possibilidades de reaproveitamento e/ou reciclagem dos Resíduos;
- Caracterização, identificação e distribuição dos equipamentos de coleta interna dos resíduos sólidos;
- Descrição das unidades intermediárias, apresentando lay-out ou projeto dessas unidades;
- Descrição dos recursos humanos e das equipes necessários para a implantação, operação, monitoramento e implementação do PGRS;
- Descrição dos equipamentos de proteção individual;
- Descrição das ações preventivas e corretivas a serem praticadas no caso de situações de manuseio incorreto e/ou acidentais (procedimentos emergenciais de controle);
- Elaboração de Programa de Treinamento e Capacitação;
- Cronograma físico de implantação, execução e operação das medidas e das ações propostas pelo Plano, de sua revisão e de atualização.

6. Desenhos

- Planta de situação do empreendimento;
- Localização esquemática do empreendimento em relação aos cursos d'água;
- Planta geral dos sistemas de tratamento de efluentes líquidos gerados na atividade e domésticos e de tratamento, armazenamento (temporário) e disposição final de resíduos sólidos;
- Plantas e cortes, com dimensões, das unidades dos sistemas de tratamento de efluentes líquidos (inclusive medidor de vazão) gerados na atividade e domésticos, de tratamento e controle de emissões atmosféricas e de tratamento, armazenamento (temporário) e disposição final de resíduos sólidos.

Observação: Todos os desenhos deverão ser apresentados em escala.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL - PCA

O PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL devera ser elaborado por técnico habilitado e apresentados para análise do INSTITUTO ÁGUA E TERRA, *acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART*, conforme as diretrizes listadas a seguir.

I. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1. DADOS CADASTRAIS

- Razão social;
- Nome fantasia da empresa;
- CNPJ;
- Endereço;
- Nome do representante legal;
- Telefone do representante legal;
- E-mail do representante legal;
- Pessoa para contato;
- Telefone da pessoa para contato; e
- E-mail da pessoa para contato.

2. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

- Descrever e apresentar os elementos e componentes da infraestrutura que integrarão o empreendimento, tais como:
– Área (área total, área construída e área livre);
– Instalações e equipamentos principais e secundários que serão implantados e operados;
– Número de funcionários;
– Horário de turno de trabalho;
- Caracterização do empreendimento com base em todos os dados e informações do projeto proposto, com a incorporação de plantas, ilustrações, tabelas e ANEXOs que venham a tornar a descrição do empreendimento clara e coesa.

3. INFORMAÇÕES REFERENTES À IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- Caracterizar as intervenções previstas para a implantação do empreendimento, com informações sobre:
– infraestrutura de apoio necessária à implantação do empreendimento, incluindo canteiro de obras, escritórios de apoio, alojamentos;
– pátio de estacionamento de máquinas e veículos;
– vias de acesso existentes e áreas potenciais que exigirão a abertura de novos acessos;
- Quantificação da mão de obra a ser empregada na implantação e origem esperada dos trabalhadores;
- Obras de terraplanagem, indicando:
– Memorial Justificativo da Terraplanagem;
– estimativa de volumes envolvidos na terraplanagem (volumes de corte e aterro), com indicação de potenciais áreas de empréstimo e disposição de material,
– planta da implantação da terraplanagem;
- Estimativa de investimento da obra; e
- Cronograma de implantação.

II. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA ÁREA DO EMPREENDIMENTO

1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Para a caracterização da área do empreendimento, deverão ser apresentadas, no mínimo, as informações abaixo relacionadas, devendo as mesmas, quando couber, ser apresentadas em mapas, plantas georreferenciadas, em escala compatível, ou através de fotos datadas, fotos aéreas, imagem de satélite e outros materiais disponíveis, com legendas explicativas da área do empreendimento e do seu entorno:

- Uso e ocupação do solo;
- Corpos hídricos existentes na área;
- Existência de nascentes e olhos d'água;
- Suscetibilidade do terreno à erosão;
- Existência de cobertura florestal informando áreas de vegetação nativa e exótica;
- Existência de áreas de preservação permanente;
- Ocorrência de Reserva Legal;
- Espécies de animais predominantes, quando aplicável;
- Indícios de vestígios arqueológicos, históricos, ou artísticos na área afetada, quando aplicável;
- Caracterização da geomorfologia/relevo;
- Indicação, se aplicável, da existência de Unidades de Conservação municipais, estaduais e federais na área do empreendimento e no seu entorno.

2. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS, DE CONTROLE OU DE COMPENSAÇÃO.

Identificar os principais impactos que poderão ocorrer em função da implantação do empreendimento, contemplando no mínimo os impactos abaixo. Apresentar os Planos e Programas Ambientais contendo medidas preventivas, mitigadoras e/ou compensatórias associadas a cada impacto negativo identificado e analisado, relacionando-as com a regulamentação a ser atendida.

- Canalização de nascentes;

- Supressão Florestal;
- Interferência em área de preservação permanente, inclusive supressão de vegetação;
- Interferência sobre infra-estruturas urbanas;
- Interferência em áreas ambientalmente sensíveis onde ocorrerão obras, como várzeas e áreas densamente ocupadas;
- Intensificação de tráfego na área;
- Geração de resíduos da construção civil.

III. PROJETO DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL

1. ÁGUAS PLUVIAIS

a) Quando existirem áreas descobertas de processamento ou de estocagem de matérias primas, produtos químicos e materiais auxiliares, prever sistema de prevenção para a não contaminação das águas pluviais ou sistema de tratamento, caso necessário.

2. ESGOTO SANITÁRIOS

a) Descrição do sistema de coleta e tratamento, fornecendo também dados de vazão;

b) Disposição final adotada para os esgotos sanitários (infiltração, lançamento em rede e/ou lançamento em corpos hídricos, etc.);

c) Dimensionamento do sistema de tratamento.
.2
.3 Apresentar o dimensionamento completo e detalhado de todas as unidades de tratamento de esgoto sanitário, especificando todos os parâmetros usados e necessários à sua compreensão. O dimensionamento deve ser feito rigorosamente de acordo com as normas específicas da ABNT:
– NBR 7229 – Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos;
– NBR 13969 – Tanques sépticos. Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos – Projeto, operação e construção;
– NBR 12209 – Projeto de estações de tratamento de esgoto sanitário.

3. EFLUENTES LÍQUIDOS

a) Informações quantitativas
– Fornecer dados de vazão, volume e periodicidade os quais devem ser fornecidos para cada efluente isoladamente;
– No caso de efluentes descontínuos, indicar para cada efluente: a periodicidade das descargas, o volume descarregado de cada vez e a duração ou vazão da descarga;
– No caso de efluentes contínuos de vazão constante, indicar para cada efluente: a vazão horária ou a vazão diária ou o período diário de descarga de efluente.

b) Informações qualitativas
– Fornecer para cada efluente líquido, as características físico-químicas necessárias à sua perfeita caracterização, englobando, no mínimo, aquelas características objeto de limitações na legislação vigente aplicáveis ao despejo em questão;

c) Informações sobre a disposição final dos efluentes líquidos
– Informar a disposição final adotada para efluentes líquidos: lançamento em rede e/ou lançamento em corpos hídricos;
– No caso de lançamento em corpos hídricos (rio, córregos, lagoas,etc.), indicar nome, classe (segundo legislação em vigor) e bacia hidrográfica;
– No caso do efluente ser lançado em regime descontínuo ou em batelada, deverá ser prevista a implantação de pelo menos um tanque pulmão.

d) Descrição dos sistemas de tratamento
– Os sistemas de tratamento propostos devem ser suficientemente descritos, com anexação de fluxogramas detalhados, onde constem todos os processos e operações empregadas.

e) Justificativa dos sistemas de tratamento
– Justificar a escolha do tratamento proposto com base em tecnologia aplicada, característica dos efluentes, vazões e outros aspectos.
–
f) Dimensionamento
– Apresentar dimensionamento completo e detalhado de todas as unidades de tratamento, especificando todos os parâmetros usados e necessários à sua perfeita compreensão.

g) Monitoramento
– Devem ser indicados todos os controles a serem efetuados (físico-químicos, operacionais, etc.) e a frequência necessária, visando garantir o rendimento esperado. Também devem ser relacionados os problemas que mais comumente possam ocorrer e a respectiva solução.

h) Características dos efluentes finais
– Apresentar as características prováveis para os efluentes finais, cujos parâmetros devem ser os mesmos indicados para a caracterização qualitativa dos efluentes brutos.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

4. INFORMAÇÕES SOBRE EMISSÕES GASOSAS

a) Fontes de poluição do ar

– Especificar detalhadamente as fontes geradoras de poluição do ar.

b) Combustíveis

– Especificar os combustíveis a serem utilizados (tipo e quantidade diária).

c) Tratamento adotado:

– Deverá ser apresentado o Plano de Controle de Poluição do Ar, especificando as medidas a serem tomadas para atender os padrões de emissão e de condicionamento e os padrões de qualidade do ar no entorno.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS

a) Resíduos gerados

– Apresentar relação completa dos resíduos sólidos, indicando sua origem, produção diária (peso e volume), características (estado físico, composição química, peso específico), processamento (tipo de acondicionamento e de remoção) e destinação final.

b) Disposição final

– Descrever o tipo de disposição final dos resíduos sólidos.

c) Tratamento adotado

– Justificar a escolha do (s) tipo (s) de tratamento (s) adotado (s).

d) Memorial de cálculo

– Apresentar o memorial de cálculo referente ao dimensionamento da solução adotada.

6. OUTRAS INFORMAÇÕES

– Em caso de armazenamento de produtos perigosos, tais como produtos tóxicos, inflamáveis, informar se existe Programa de Gerenciamento de Riscos Ambientais, conforme legislação vigente;

– Informar se existe passivo ambiental na área do empreendimento e medidas que estão sendo adotadas para sua eliminação e/ou controle.

IV. CRONOGRAMA E ESTIMATIVA DE CUSTOS

1. ESTIMATIVA DE CUSTOS

- Apresentar estimativa real e detalhada do custo de implantação das unidades projetadas.

2. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO

- Apresentar um cronograma detalhado e real para a execução das obras de implantação do sistema de tratamento.

V. DESENHOS

1. DO PROJETO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS

- Planta geral do sistema de tratamento, mostrando a localização dos medidores de vazão;
- Perfil hidráulico do sistema de tratamento;
- Desenhos com dimensões e detalhamento das diversas unidades do sistema de tratamento, inclusive medidor de vazão.

2. DO PROJETO DO SISTEMA DE TRATAMENTO E CONTROLE DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

- Planta geral do sistema de tratamento e controle;
- Desenhos com dimensões e detalhamento dos diversos sistemas adotados.

3. DO PROJETO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

- Planta geral do sistema de tratamento;
- Desenhos com dimensões e detalhamento dos diversos sistemas adotados.

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA PARA A ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO AMBIENTAL PRELIMINAR – RAP

O presente Termo de Referência tem o objetivo de determinar a abrangência, os procedimentos e os critérios mínimos para a elaboração do Relatório Ambiental Preliminar (RAP), instrumentos que subsidiarão o licenciamento ambiental para a atividade proposta.
O RAP deve abordar a interação entre elementos dos meios físico, biológico e sócio-econômico, buscando a elaboração de um diagnóstico integrado da área de influência do empreendimento. O RAP deve possibilitar a avaliação dos impactos resultantes da implantação do empreendimento, e a definição das medidas mitigadoras e de controle ambiental.

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1.1. Identificação do Empreendedor
- Nome e razão social;
- Inscrição Estadual e CNPJ;
- Número do Cadastro Técnico Federal (IBAMA);
- Endereço completo para correspondência: município, telefone, fax e e-mail;
- Representantes legais: (nome, endereço, fone e fax);
- Pessoa de contato: (nome, endereço, fone e fax).

1.2. Identificação da Empresa Consultora responsável pelo Estudo Ambiental
- Nome e razão social;
- Inscrição Estadual e CNPJ;
- Número do Cadastro Técnico Federal (IBAMA);
- Endereço completo para correspondência: município, telefone, fax e e-mail;
- Representantes legais: (nome, endereço, fone e fax);
- Pessoa de contato: (nome, endereço, fone e fax).

1.3. Dados da equipe técnica multidisciplinar: identificar os profissionais responsáveis pela elaboração do RAP:
- Nome;
- Formação profissional;
- Número do registro no respectivo Conselho de Classe;
- Número do Cadastro Técnico Federal (IBAMA);
- Assinatura da equipe na página de rosto do RAP e rubrica dos mesmos em todas as demais páginas.

2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

2.1. Dados Cadastrais:
- .Denominação oficial do empreendimento;
- Tipo de empreendimento;
- Localização e dados cadastrais da área;
- Matrículas dos imóveis;
- Valores de investimento previsto para o empreendimento, de acordo com as suas fases.

2.2. Objetivos e Justificativas
- Apresentar os objetivos e justificativas do projeto, com indicação das melhorias pretendidas no sistema bem como sua inter-relação com a cadeia logística da região;
- Apresentar relato histórico da atividade, desde a sua concepção até a data de realização do estudo;
- Descrever as alternativas locacionais estudadas, as potenciais interferências e as magnitudes dos impactos ambientais para os meios físico, biótico e sócio-econômico, vinculados a cada alternativa, com consequente justificativa a esta relacionada.

2.3. Localização do empreendimento:
Apresentar dados referentes a localização do empreendimento, em coordenadas geográficas ou coordenadas planas (UTM),devendo as mesmas, quando couber, ser apresentadas em mapas, plantas planialtimétricas em escala compatível, ou através de fotos datadas, fotos aéreas, imagem de satélite. Deverão constar no mínimo, os seguintes itens:
- DATUM utilizado;
- Área do empreendimento e sua vizinhança;
- Indicação das distâncias entre o empreendimento e residências (casas isoladas, núcleos populacionais, dentre outras);
- vias de acesso;
- Principais núcleos urbanos (vilas, povoados) da Área de Influência;
- Indicação da malha viária existente e acessos;
- Indicação e limites de possíveis Unidades de Conservação na Área de Influência;
- Indicação das fitofisionomias presentes no entorno;
- Principais cursos d'água e respectivas bacias hidrográficas;
- Indicação de outras interferências consideradas relevantes.

2.4. Descrição do empreendimento e apresentação das suas características técnicas:
Informar as características básicas do empreendimento proposto, contemplando, no mínimo, as seguintes informações:
- Caracterizar o empreendimento quanto aos aspectos de infraestrutura, conceituando as instalações que o comporão (não deve ser apresentado projeto executivo na fase de licenciamento ambiental prévio);
- Descrição das obras, apresentando as ações inerentes à implantação e operação do empreendimento;
- Obras de terraplanagem, indicando volumes de corte e aterro, planta da implantação da terraplanagem e o memorial justificativo da terraplanagem.

2.5. Caracterização qualitativa da geração de efluentes líquidos, emissões atmosféricas, resíduos sólidos e ruídos dos efluentes, a serem gerados na implantação e operação do empreendimento, apontando suas principais características físicas, químicas e bacteriológicas.
2.6. Informar quais as possíveis fontes de abastecimento de água compatíveis com a demanda estimada para a implantação e operação do empreendimento (poços, adução de curso d'água ou abastecimento público, entre outros).
2.7. Informar quais as possíveis formas de disposição final do efluente a ser gerado pela implantação e operação do empreendimento (rede pública de coleta, lançamento em rede de drenagem, lançamento em corpo receptor, infiltração em solo, entre outros).
2.8. Descrição das obras, apresentando as ações inerentes à implantação e operação do empreendimento.
2.9. Estimativa da mão de obra necessária para sua implantação e operação.
2.10. Cronograma de implantação.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

3. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PRELIMINAR DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

As informações a serem abordadas neste item devem propiciar o diagnóstico da área de influência do empreendimento, refletindo as condições atuais dos meios físico, biológico e socioeconômico. Devem ser interrelacionadas, resultando num diagnóstico integrado que permita a avaliação dos impactos resultantes da implantação do empreendimento.
Para tanto deverão ser apresentadas as informações básicas abaixo relacionadas, devendo as mesmas, quando couber, serem apresentadas em planta planialtimétrica em escala compatível, também através de fotos datadas, com legendas explicativas da área do empreendimento e do seu entorno:
3.1. Área de influência do empreendimento.
3.2. Compatibilidade do empreendimento com a legislação envolvida: Municipal, Estadual e Federal, mapeando as restrições à ocupação.
Caracterização:
- do uso e ocupação do solo atual;
- da infraestrutura existente;
- das atividades socioeconômicas.

3.2. Bacia hidrográfica e corpos d'água e respectivas classes de uso.
3.3. Potencialidades de uso das águas subterrâneas (no caso da existência de poços, informar o número, a vazão e a profundidade). Indicação dos tipos de uso da água existentes a montante e a jusante do imóvel e, quando possível, os previstos;
3.4. Feições da área, presença de terrenos alagadiços ou sujeitos a inundação;
3.5. Existência de nascentes e olhos d'água na área do imóvel, especificar seu uso e estado de conservação. Descrever as restrições de uso quanto à necessidade de proteção de nascentes existentes na área do imóvel;
3.6. Suscetibilidade do terreno à erosão (identificar níveis de fragilidade potencial das áreas afetadas pelo empreendimento).
3.7. Cobertura vegetal da área afetada pelo empreendimento indicando e informando:
- espécies predominantes e diâmetros médios;
- áreas de vegetação nativa e/ou de interesse específico para a fauna e estágio sucessional;
- vegetação exótica, culturas (eucalipto, temporárias outras);
- descrição do estado atual de conservação da vegetação existente;
- indicação se a instalação do empreendimento demandará supressão vegetal, e se está ocorrendo regeneração das áreas alteradas.

3.8. Existência de vegetação de preservação permanente e seu estado de conservação; indicar a localização das APP's.
3.9. Ocorrência de Reserva Legal, seu estado de conservação e sua localização e distribuição; caso a Reserva Legal não tenha sido respeitada na área, indicar a área do imóvel que será destinada a Reserva Legal.
3.10. Caracterização da fauna local, com indicação das espécies de animais predominantes, inclusive ictiofauna, e potencial de utilização; ressaltar espécies endêmicas, espécies predadoras e as que estão com risco de extinção.
3.11. Indícios de vestígios arqueológicos, históricos, ou artísticos na área afetada. Verificando-se indícios de vestígios, deverá ser apresentado junto com a documentação o protocolo de entrega no IPHAN, do relatório de caracterização e avaliação, da situação atual, do patrimônio arqueológico na área afetada.
3.12. Caracterização da geomorfologia/relevo.
3.13. Indicação, se aplicável, da existência de Unidades de Conservação municipais, estaduais e federais no entorno da área do empreendimento, bem como outras áreas naturais protegidas, informando a distância e se a possível instalação pretendida atende as normas que regem essas UC.

4. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS, DE CONTROLE OU DE COMPENSAÇÃO

Identificar os principais impactos que poderão ocorrer em função das diversas ações previstas para o planejamento, a implantação e a operação do empreendimento, atividade ou obra, contemplando no mínimo os impactos abaixo. Para cada impacto indicado, descrever as medidas mitigatórias, de controle ou de compensação correspondente. Considerando no mínimo os itens abaixo.
4.1. Processos erosivos e de assoreamento associados à implantação do empreendimento;
4.2. Na qualidade das águas superficiais ou subterrâneas, identificando os corpos d'água afetados;
4.3. Emissão atmosférica, incluindo a questão de odores, e emissão de ruídos;
4.4. Supressão de cobertura vegetal nativa (ha);
4.5. Interferência em área de preservação permanente, inclusive supressão de vegetação (quantificar);
4.6. Interferência sobre infraestruturas urbanas;
4.7. Conflito de uso do solo/entorno;
4.8. Intensificação de tráfego na área, principalmente com relação ao transporte de resíduos;
4.9. Interferência na paisagem existente;
4.10. Valorização/desvalorização imobiliária;
4.11. Conflito de uso da água;
4.12. Na existência de unidades de conservação que possam ser afetadas no seu interior, zona de amortecimento ou áreas circundantes, apontar, especificamente, os impactos ambientais efetivos ou potenciais da atividade ou empreendimento sobre as unidades de conservação, suas zonas de amortecimento ou áreas circundantes;
4.13. Em caso de passivos ambientais verificados, apresentar propostas de recuperação e ou mitigação.

5. CONCLUSÕES

Deverão ser apresentadas as conclusões sobre os resultados dos estudos de impacto ambiental da atividade, enfocando os seguintes pontos:
5.1. Prováveis modificações ambientais na área de influência da atividade, sobre os meios físico, biótico e sócio-econômico decorrentes da atividade, considerando a adoção das medidas mitigadoras e compensatórias propostas;
5.2. Benefícios sociais, econômicos e ambientais decorrentes da atividade; e,
Avaliação do prognóstico realizado quanto à viabilidade ambiental do projeto.
Deve refletir os resultados das análises realizadas referentes às prováveis modificações na área de intervenção e entorno do empreendimento ou atividade, inclusive com as medidas mitigadoras, de controle ou compensatórias propostas, de forma a concluir quanto à viabilidade ambiental ou não da atividade proposta.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS
Caso exista algum tipo de impedimento, limitação ou discordância para o atendimento de qualquer dos itens propostos neste Termo de Referência, sua omissão ou insuficiência deve ser justificada com argumentação objetiva.

ANEXO VI

TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PGRS

O PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS deverá ser elaborado por técnico habilitado e apresentado para análise do INSTITUTO ÁGUA E TERRA, *acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART*, conforme as diretrizes listadas a seguir.

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1.1. Razão social, nome fantasia, CNPJ, endereço, CEP, município, telefone, fax.

2. INFORMAÇÕES GERAIS

2.1. Planta baixa de localização e de implantação da área física e vizinhança do empreendimento, indicando a área construída e área total do terreno;
2.2. Tipologia do empreendimento;
2.3. Descrição sucinta da atividade, com a apresentação do fluxograma descrevendo os procedimentos realizados no empreendimento;
2.4. Número de funcionários;
2.5. Horário de funcionamento;
2.6. Indicação do período de paradas e freqüências das mesmas para as indústrias que adotam este procedimento;
2.7. Informações sobre a perspectiva de reformas e ampliações no empreendimento;
2.8. Indicação dos responsáveis técnicos: pelo estabelecimento, pela elaboração e aplicação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
2.9. Outras informações importantes, que caracterizem o estabelecimento, relacionadas a geração dos resíduos sólidos.

3. ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

3.1. Devem ser avaliados as quantidades, os tipos de resíduos gerados pelo empreendimento, suas condições de segregação, acondicionamento, transporte interno e externo, estocagem e formas de tratamento ou destinação final adotados. Devem ser também analisados os custos envolvidos nas atividades de gerenciamento de resíduos. Os dados serão obtidos através de quantificações por peso e volume e identificação de todos os resíduos gerados na Empresa, sendo posteriormente validados através da checagem dos produtos e matérias primas consumidos;
3.2. Identificação e quantificação dos pontos de geração de resíduos, Classificação de cada resíduo de acordo com o ANEXO II da Resolução CONAMA nº 313/2002, que dispõe sobre o Inventário de Resíduos Industriais, e com base na Norma NBR 10.004 – Classificação de Resíduos Sólidos;
3.3. Descrição dos procedimentos adotados quanto à segregação, coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte/transbordo e destinação final dos resíduos gerados, identificando os pontos de desperdício, perdas, não segregação, formas não adequadas de acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos;
3.4. Ações preventivas direcionadas a não geração e minimização da geração de resíduos.

4. PROPOSTA DO PGRS

4.1. O planejamento das atividades de gerenciamento e manejo dos resíduos deverá ser desenvolvido tendo por base o diagnóstico da situação atual do gerenciamento dos resíduos sólidos, como também as legislações vigentes, tais como, Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Resoluções e Decretos da Secretaria do Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo - SEDEST e do Instituto Ambiental Água e Terra, leis e decretos estaduais pertinentes ao gerenciamento dos resíduos sólidos, e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), relativas às atividades de gerenciamento de resíduos;
4.2. Devem ser verificadas as possibilidades de melhoria, soluções disponíveis no mercado e tecnologias já adotadas para o gerenciamento de resíduos sólidos;
4.3. Este planejamento deverá contemplar metas a serem atingidas, proposta de melhoria do sistema atual, contendo a descrição dos procedimentos que estão sendo previstos para a implementação do Sistema de Manejo dos Resíduos Sólidos, abordando os aspectos organizacionais, técnicos-operacionais e de recursos humanos, ou seja:
4.4. Política (diretrizes gerais) para implementação do Plano;
4.5. Estrutura organizacional;
4.6. Descrição das técnicas e procedimentos a serem adotados em cada fase do manejo dos resíduos, relacionados a: segregação, coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte/transbordo e destinação final, identificando as possibilidades de minimização dos resíduos, através da redução da quantidade e/ou redução de periculosidade e as possibilidades de reaproveitamento e/ou reciclagem dos Resíduos;
4.7. Caracterização, identificação e distribuição dos equipamentos de coleta interna dos resíduos sólidos;
4.8. Descrição das unidades intermediárias, apresentando lay-out ou projeto dessas unidades;
4.9. Descrição dos recursos humanos e das equipes necessários para a implantação, operação, monitoramento e implementação do PGRS;
4.10. Descrição dos equipamentos de proteção individual;
4.11. Descrição das ações preventivas e corretivas a serem praticadas no caso de situações de manuseio incorreto e/ou acidentais (procedimentos emergenciais de controle);
4.12. Elaboração de Programa de Treinamento e Capacitação;
4.13. Cronograma físico de implantação, execução e operação das medidas e das ações propostas pelo Plano, de sua revisão e de atualização.

5. ATUALIZAÇÃO DO PGRS

5.1. Deverão ser disponibilizadas informações acerca do acompanhamento da evolução do sistema de gerenciamento implantado, através do monitoramento das ações e metas planejadas e proposição de ações corretivas;
5.2. Deverão ser elaborados relatórios de avaliação do PGRS, que serão apresentados quando da renovação da licença ambiental, contendo o acompanhamento e avaliação das atividades como meio de aferição das ações planejadas e implementadas.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

... (nome completo em negrito da parte), ... (nacionalidade), ... (estado civil), ... (profissão), portador do CPF/MF nº ... ou CNPJ no , com Documento de Identidade de
n° ..., residente e domiciliado na Rua ..., n. ..., ... (bairro), CEP: ..., ... (Município – UF), DECLARO, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que as informações prestadas e documentos que apresento para (inserir finalidade), relacionados abaixo, são verdadeiros e autênticos (fieis a verdade e condizentes com a realidade dos fatos à época).

FATOS DECLARADOS:_____(...) DOCUMENTOS APRESENTADOS:_____(...)
Fico ciente através desse documento que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da Lei bem como pode ser enquadrada como litigância de Má-Fé.

Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades das declarações prestadas, firmo a presente.

... (Município – UF), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano).

...(nome do declarante completo)

DECLARANTE

CPF: ... ou CNPJ

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DO EMPREENDEDOR PELO LICENCIAMENTO POR ADESÃO E COMPROMISSO

_____,_____,_____, Nome do(a) Monitor(a) (Nacionalidade) (Estado Civil)
residente e domiciliado(a) no(a)_____,_____,
(Rua/Avenida) (no)

_____,_____,_____portador(a) do CPF n.o_____
(Complemento) (Bairro) (Cidade) (UF)
_____carteira de identidade no_____,_____/_____,
(No do CPF) (Órgão Expedidor) (UF),

Pelo presente instrumento, formalizo adesão e compromisso aos parâmetros técnicos estabelecidos pelo órgão ambiental competente, assumindo responsabilidade pelo cumprimento de todas as normas legais vigentes e condicionantes estabelecidas na licença, com o intuito de licenciamento ambiental da atividade XXXX através da Licença por Adesão e Compromisso (LAC), sob pena de sofrer as sanções legais cabíveis.

Local e data

...(nome do declarante completo)

DECLARANTE

CPF: ... ou CNPJ

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LICENCIAMENTO POR ADESÃO E COMPROMISSO

_____,_____,_____, Nome do(a) Monitor(a) (Nacionalidade) (Estado Civil) residente e domiciliado(a) no(a)_____,_, (Rua/Avenida) (no)

_____,_____, _____ portador(a) do CPF n.o _____(Complemento) (Bairro) (Cidade) (UF)
_____carteira de identidade no_____,_____/_, (No do CPF) (Órgão Expedidor) (UF),

Pelo presente instrumento, declaro ser responsável pelas informações prestadas sobre o empreendimento em questão, assumindo a responsabilidade técnica pelas informações prestadas e pelo cumprimento de todas as normas legais vigentes, com o intuito de licenciamento ambiental da atividade de _____
através da Licença por Adesão e Compromisso (LAC), sob pena de sofrer as sanções legais cabíveis.

LOCAL E DATA

...(nome do declarante completo)

DECLARANTE

NÚMERO DO REGISTRO NO CONSELHO DE CLASSE

ANEXO X

TERMO DE REFERÊNCIA PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETO PARA UTILIZAÇÃO AGRÍCOLA DO DIGESTATO GERADO EM BIODIGESTORES COM APROVEITAMENTO ENERGÉTICO DE BIOGÁS

Os projetos que contemplem esse procedimento deverão ser elaborados por técnico habilitado e apresentados para análise do INSTITUTO ÁGUA E TERRA, *acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART*, conforme as diretrizes listadas a seguir.

Considera-se Digestato o efluente líquido de biodigestores resultante da decomposição da biomassa pelo processo de digestão anaeróbia que apresenta baixos teores de matéria orgânica, sendo esta já estabilizada, e teores consideráveis de nutrientes que possibilitam o seu uso para adubação do solo e nutrição de plantas, de modo a proporcionar efeitos benéficos para o solo e para as espécies nele cultivadas.

O presente termo de referência não se aplicaca a utilização agrícola do digestato proveniente de unidade de biodigestão que receber dejetos de empreendimentos de Bovinocultura e Suinocultura, que deverá atender aos critérios estabelecidos pelas Resoluções SEDEST 55/2019, 17/2020 e 15/2020 ou outras que vier a substituí-las.

CARACTERIZACÃO DO DIGESTATO

1.1. CARACTERIZAÇÃO AGRONÔMICA DO DIGESTATO

A Caracterização agronômica do digestato tem como objetivo comprovar o potencial agronômico do mesmo. A determinação da concentração de nutrientes no digestato deve ser realizada no mínimo uma vez por ano. Após cinco anos de determinação em laboratório, pode-se utilizar o valor médio do período para os próximos cinco anos:

- pH em água
- Umidade % p/p
- CTC
- Nitrogênio Total mg/kg
- Óxido de Fósforo (P2O5) mg/kg
- Óxido de Potássio (K2O) mg/kg
- Carbono Orgânico Total % p/p
- Cálcio mg/kg
- Magnésio mg/kg
- Enxofre % p/p
- Óxido de Silício (SiO2) mg/kg
- Zinco mg/kg
- Cobre mg/kg
- Sódio mg/kg
- Alumínio mg/kg
- Porcentagem de Sólidos % p/p
- Sólidos Totais % p/p
- Sólidos Voláteis % p/p

1.2. SUBSTÂNCIAS INORGÂNICAS

A determinação das substâncias inorgânicas do digestato poderá ser dispensada desde que seja devidamente comprovada a ausência das mesmas pela origem dos resíduos tratados.

Para a caracterização química do digestato, deverão ser determinadas as substâncias abaixo:

- Arsênio mg/kg
- Cádmio mg/kg
- Chumbo mg/kg
- Cromo mg/kg
- Cromo Hexavalente mg/kg
- Mercúrio mg/kg
- Níquel mg/kg
- Selênio mg/kg
- Boro mg/kg
- Cobalto mg/kg
- Ferro mg/kg
- Manganês mg/kg
- Molibdênio mg/kg
- Bário mg/kg

1.3. AGENTES PATOGÊNICOS E INDICADORES BACTERIOLÓGICOS

Para a caracterização do digestato quanto à presença de agentes patogênicos e indicadores bacteriológicos, deverão ser determinadas, e as concentrações de:

- Coliformes Termotolerantes (E. coli) NMP/g ST
- Ovos Viáveis de Helmintos ovos/g de ST
- Salmonella spp

2. DESCRIÇÃO GERAL DO LOCAL

Descrever as características gerais do local que contém a área destinada para a disposição do digestato, tais como: localização, distância do empreendimento gerador, etc.

3. ÁREA PARA APLICAÇÃO

A área para aplicação deve ser avaliada de acordo com a classe de risco ambiental.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

3.1. CLASSIFICAÇÃO DO RISCO AMBIENTAL

A aplicação pode ser realizada nas classes de risco ambiental I, II, III e IV. Para áreas de classe IV, aplicação somente em culturas perenes.

3.1.1. Descrição das classes de risco ambiental

As classes de risco ambiental das terras para uso agronômico do digestato são as seguintes:

CLASSE I - Terras sem risco ambiental aparente – são terras sem limitações, ou seja, todos os fatores com grau de risco nulo, portanto, são terras que se manejadas adequadamente não correm risco de degradação ambiental com a disposição final do digestato no solo. Não apresentam desvios em relação ao solo ideal.
CLASSE II - Terras de baixo risco ambiental - são terras com um ou mais fatores com grau de risco ligeiro, portanto, práticas simples de manejo do solo deverão ser utilizadas para reduzir o risco de degradação ambiental com a disposição final de digestato no solo. Apresentam desvios ligeiros em relação ao solo ideal.
CLASSE III- Terras de médio risco ambiental - são terras com um ou mais fatores com grau de risco moderado, portanto, práticas complexas de manejo do solo deverão ser utilizadas para reduzir o risco de degradação ambiental com a disposição final de digestato no solo. Apresentam desvios moderados em relação ao solo ideal.
CLASSE IV- Terras de alto risco ambiental – são terras com um ou mais fatores com grau de risco forte. Disposição final de digestato do solo somente em culturas perenes.
CLASSE V- Terras inaptas – são terras com um ou mais fatores com grau de risco muito forte. Inaptas para disposição final de digestato no solo.

3.1.2. Determinação da classe de risco ambiental das terras

A determinação da classe deve considerar os fatores ambientais e seus respectivos graus de risco ambiental apresentados na Tabela 1. A classe de risco ambiental da gleba será aquela de maior limitação, ou seja, enquadramento pelo método paramétrico. Detalhes sobre o sistema de classificação de risco ambiental das terras para uso agronômico de digestato podem ser obtidos em Souza et al. (2004).

4. CARACTERIZAÇÃO DO SOLO

- Tipo de solo;
- Profundidade do lençol freático
- Análise de solo – análise de rotina de fertilidade e granulometria

5. DESCRIÇÃO TECNICA DA METODOLOGIA DE DISPOSIÇÃO DE EFLUENTES NO SOLO

- Práticas de manejo e conservação do solo que receberá o efluente;
- Procedimento de aplicação : período, freqüência, técnica de aplicação.
- Apresentar as informações por área: análise de fertilidade, classe de risco ambiental, área em ha, culturas implantadas, coordenadas geograficas, anuência (se for o caso), taxa de aplicação com detalhamento do cálculo.

6. TAXA DE APLICAÇÃO

A taxa de aplicação deve ser calculada em função da concentração de nutrientes no digestato, da análise do solo e da recomendação de adubação para as culturas utilizadas de acordo com o Manual de adubação e calagem para o estado do Paraná (SBCS-NEPAR, 2017). A taxa de aplicação deverá ser em função do elemento que exigir menor quantidade do efluente, realizando a complementação quando necessário.

7. ANÁLISE DE SOLO PARA FINS DE RECOMEDAÇÃO DE ADUBAÇÃO E MONITORAMENTO

A análise de fertilidade do solo deve ser realizada a cada dois anos e o procedimento de coleta de solo bem como a profundidade de amostragem deve seguir a recomendação do Manual de adubação e calagem para o estado do Paraná (SBCS-NEPAR, 2017).

8. ANUÊNCIA

Apresentação da anuência do proprietário, conforme modelo do ANEXO XI, no caso de utilização agrícola do digestato, em áreas em que o interessado não é o proprietário.

TABELA 1– Classificação do risco Ambiental

FATORES	GRAU DE RISCO	PARÂMETROS PARA CLASSIFICAÇÃO	CLASSE DE RISCO				
			I	II	III	IV	V
DECLIVE	0-NULO	Plano (0 a 3%)	X	X	X	X	X
	1-LIGEIRO	Suave ondulado (3 a 8%)	-	X	X	X	X
	2-MODERADO	Moderadamente ondulado (8 a 13 %) e Ondulado (13 a 20%)	-	-	X	X	X
	3-FORTE	Forte ondulado (20 a 45%)	-	-	-	X	X
	4-MUITO FORTE	Montanhoso ou Escarpado (>45%)	-	-	-	-	X
RISCO DE INUNDAÇÃO	0-NULO	Sem risco de inundação	X	X	X	X	X
	1-LIGEIRO	Uma a cada mais de 5 anos com duração < que 2 dias	-	-	X	X	X
	2-MODERADO	Uma a cada mais de 5 anos com duração de 2 a 30 dias ou uma a cada 5 anos com duração < 2 dias	-	-	-	X	X
	3-FORTE	Mais de uma vez ao ano e duração < que 2 dias ou uma a cada 5 anos com duração de 2 a 30 dias	-	-	-	-	X
	4-MUITO FORTE	Uma a cada 5 anos e duração > 30 que dias ou mais de uma vez ao ano e duração > que 2 dias		-	-	-	X
PEDREGOSIDADE	0-NULO	Sem pedregosidade	X	X	X	X	X
	1-LIGEIRO	Presença de pedras no perfil do solo: < 15% ou Distância entre matacões na superfície do solo:> 30 m	-	X	X	X	X
	2-MODERADO	Presença de pedras no perfil do solo: 15 a 50% ou Distância entre matacões na superfície do solo: 3 a 30 m.	-	-	X	X	X
	3-FORTE	Presença de pedras no perfil do solo: 50 a 70% ou Distância entre matacões na superfície do solo: 1 a 3 m	-	-	-	X	X
	4-MUITO FORTE	Presença de pedras no perfil do solo: > 70% ou Distância entre matacões na superfície do solo: < 1 m	-	-	-	-	X
PROFUNDIDADE EFETIVA	0-NULO	Muito profundo: > 2,00 m	X	X	X	X	X
	1-LIGEIRO	Profundo:1,00 a 2,00 m	-	X	X	X	X
	2-MODERADO	Moderadamente profundo: 0,50 a 1,00 m	-	-	X	X	X
	3-FORTE	Raso: 0,25 a 0,50 m	-	-	-	X	X
	4-MUITO FORTE	Muito raso: < 0,25 m	-	-	-	-	X
TEXTURA SUPERFICIE	0-NULO	Argilosa: 35 a 60 % de argila	X	X	X	X	X
	1-LIGEIRO	Muito argilosa: > de 60 % de argila	-	X	X	X	X
	2-MODERADO	Media: 15 a 35 % de argila	-	-	X	X	X
	3-FORTE	Siltosa: > 50% de silte e < 35 % de argila e < 15% de areia	-	-	-	X	X
	4-MUITO FORTE	Arenosa: < 15% de argila e > 70 % de areia	-	-	-	-	X
DRENAGEM/ HIDROMORFISMO	0-NULO	Solos sem evidencia de mosqueado/gleização com textura argilosa a média	X	X	X	X	X
	1-LIGEIRO	Solos sem evidenica de mosqueado/gleização com textura arenosa	-	X	X	X	X
	2-MODERADO	Solos com presença de gleização/ mosqueado entre 0,50 e 1,00 m	-	-	-	X	X
	3-MUITO FORTE	Solos com presença de mosqueado/gleização acima de 0,25 m	-	-	-	-	X

LITERATURA CITADA:

SBCS-NEPAR. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Núcleo Estadual do paraná**. Manual de adubação e calagem para o Estado do Paraná**. Curitiba: SBCS/NEPAR, 2017. 482p.

SOUZA, M. L. P.; MOTTA, A. C.; DIONISIO, J. A; FOWLER, R. B. & BLEY JR, C. J. Potencialidade, aspectos ambientais e riscos associados à disposição final de esterco suínos líquidos em terras das região oeste e sudoeste do estado do Paraná. In: **Manual de gestão ambiental na suinocultura**. Curitiba: Convênio MMA-PNMAII/SEMA/IAP/FUNPAR, 2004. 164p.

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOBRE A CEDÊNCIA DE ÁREA PARA A DISTRIBUIÇÃO DE DIGESTATO PARA TERCEIROS

Eu, abaixo assinado(a) xxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro(a), agricultor(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº xxxxxxxxxxxx inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxx, proprietário do(s) lote(s) rural(is)**.** n° xxxxxxxx, gleba(s) nº xxxxxxxx, colônia xxxxxxxxxxxx, matrícula(s) de imóvel nº xxxxxxxxxxxxx, CRI de xxxxxxxxxxxxx, localizado na estrada/comunidade xxxxxxxxxxxxxxxxx, no município de xxxxxxxxxxxxxx estado do Paraná, com área total de xxxxxxx hectares.

DECLARO expressamente que xxxxxxx hectares do(s) imóvel(is) acima descritos receberão o digestato na forma de adubação orgânica, gerados no biodigestor do sr . Xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro(a), proprietário do(s) lote(s) rural(is) nº(s) xxxxxxx, matrícula(s) do(s) imóvel(is) nº xxxxxxxxxx, CRI de xxxxxxxxxxxxx, localizado(s) na Estrada/Comunidade xxxxxxxxxxxxx, Município de xxxxxxxxxxxxxx Estado do Paraná.

A aplicação do digestato gerado em sua propriedade, como forma de fertilizante orgânico em xxxxxxx hectares da(s) matrícula(s) de imóvel nº xxxxxxx, será realizada conforme a análise do digestato, análise de solo, necessidades da cultura e perspectiva de produção, observando todos os aspectos agronômicos para aplicação do digestato em solo agrícola e legislação especifica pertinente.

Quadrante – 22J	Leste	Sul
Coordenada 1		
Coordenada 2		
Coordenada 3		
Coordenada 4		

Por ser expressão da verdade, firmo o presente, para que surta os efeitos legais e esperados.

LOCAL, DATA

1. Proprietário da área: Nome

Assinatura _____

2. Proprietário do Biodigestor: Nome

Assinatura _____

Observação:
a. Esta anuência só terá validade mediante assinatura com firma reconhecida
b. A alteração da área a receber o digestato ou a desvinculação das partes interessadas deve ser informada.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO SEDEST Nº 09/2021

Súmula: Estabelece definições, critérios, diretrizes procedimentos para licenciamento de unidades de geração de energia elétrica a partir de potencial hidráulico, no âmbito do Estado do Paraná.

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual no. 19.848, de 03 de maio de 2019, Lei Estadual nº 10.066 de 27 de julho de 1992 e alterações posteriores, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto nº 3813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto 1440 de 23 de maio de 2019.

CONSIDERANDO:

- que o Licenciamento Ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, verificando a satisfação das condições legais e técnicas, delibera quanto à localização, instalação, ampliação, operação e encerramento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam vir a causar degradação e/ou modificação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

- que a Licença Ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação e/ou modificação ambiental;

- a necessidade de padronizar os procedimentos para os licenciamentos de geração de energia elétrica de potencial hidráulico no âmbito do Estado do Paraná;

- que o licenciamento deve estabelecer os parâmetros mínimos para garantir os remanescentes florestais, faunísticos, socioeconômicos, culturais e outros atributos naturais, bem como definir critérios para compensação ou mitigação de impactos negativos ocasionados pela instalação do empreendimento;

- as determinações estabelecidas pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 e pela Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA nº 107, de 09 de setembro de 2.020, sobre critérios e procedimentos a serem adotados para as atividades poluidoras, degradadoras e/ou modificadoras do meio ambiente;

- que cabe à ANEEL estabelecer a regulamentação do setor elétrico.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer definições, critérios, diretrizes e procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico no Estado do Paraná.

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para efeito desta Resolução consideram-se as seguintes definições:

a. **Audiência Pública -** Procedimento promovido pelo órgão ambiental competente, às expensas do empreendedor, que tem por finalidade expor à comunidade atingida pela obra ou atividade e aos interessados, o conteúdo do estudo ambiental em análise e seu respectivo relatório de impactos ambiental, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito;
b. **CGH - Central Geradora Hidrelétrica -** unidade geradora de energia elétrica a partir de potencial hidráulico cuja potência instalada seja superior a 500 kW (quinhentos quilowatts) e de até 5 MW (cinco megawatts);
c. **Comprovação de dominialidade:** documentação necessária para comprovação de desapropriações e servidões administrativas.
Casos judiciais: imissão provisória na posse e/ou sentença judicial
Casos extrajudiciais: contratos entre particulares e escrituras públicas, devidamente registrados nos cartórios competentes;

d. **Consulta Prévia de Viabilidade:** Documento que tem por finalidade dar ciência ao empreendedor quanto aos possíveis impeditivos ou intervenientes em relação ao licenciamento ambiental de um determinado empreendimento hidrelétrico;
e. **Estudo Ambiental –** são trabalhos técnicos elaborados por profissionais habilitados, tendo por objetivo a caracterização de um determinado ambiente, a previsão de impactos ambientais resultantes da implantação ou alteração de um determinado empreendimento, bem como o estabelecimento de medidas mitigadoras, potencializadoras ou compensatórias dos impactos identificados;
f. **EIA – Estudo de Impacto Ambiental -** é o instrumento de avaliação dos impactos ambientais decorrentes da implantação de atividades modificadoras do meio ambiente, apresentado como subsídio para a concessão da licença prévia requerida, elaborado por equipe multidisciplinar e utilizado para avaliar a viabilidade ambiental do empreendimento através do diagnóstico ambiental da área de influência (meio físico, meio biótico e meio socioeconômico), da análise dos impactos decorrentes da atividade, da definição das medidas mitigadoras e compensatórias e da elaboração de programas de acompanhamento e monitoramento dos impactos ambientais identificados;
g. **Estudos Ambientais Complementares -** são todos e quaisquer estudos solicitados pelo órgão ambiental a fim de subsidiar o processo de licenciamento ambiental, solicitados conforme as particularidades de cada atividade;
h. **IDA – Índice de Degradação Ambiental –** Índice numérico calculado a partir das características de um determinado empreendimento hidrelétrico, com o objetivo de valorar seu potencial degradador em função da potência instalada de geração;
i. **Impactos Ambientais Consolidados** - os impactos permanentes e/ou irreversíveis decorrentes da implantação e operação de um determinado empreendimento que já tenham ocorrido em período passado, à época da instalação e do início de sua operação, e que já estejam estabilizados;
j. **MCH – Microcentral Hidrelétrica -** unidade geradora de energia elétrica a partir de potencial hidráulico com potência instalada igual ou inferior a 75 kW (setenta e cinco quilowatts);
k. **MGH – Minigeradora Hidrelétrica -** unidade geradora de energia elétrica a partir de potencial hidráulico cuja potência instalada seja superior a 75 kW (setenta e cinco quilowatts) e até 500 kW (quinhentos quilowatts);
l. **PCH - Pequena Central Hidrelétrica –** Empreendimento de geração de energia com potência instalada superior a 5 MW (cinco megawatts) e igual ou inferior a 30.000 kW (trinta mil kilowatts); e possua área de reservatório de até 3 km² (três quilômetros quadrados), excluindo a calha do leito regular do rio. A restrição com relação área alagada não se aplica aos aproveitamentos hidrelétricos cujo dimensionamento, comprovadamente, tenha sido baseado em outros objetivos que não o de geração de energia elétrica;
m. **UHE - Usina Hidrelétrica de Energia –** é toda usina hidrelétrica cuja capacidade instalada seja superior a 30 MW (trinta megawatts), ou que possua reservatório maior que 3 km² (300 ha) ou assim definidas pela ANEEL;
n. **Licença Ambiental -** ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação e/ou modificação ambiental;
o. **Licenciamento Ambiental -** procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, verificando a satisfação das condições legais e técnicas, delibera quanto à localização, instalação, ampliação, operação e encerramento de empreendimentos e atividades utilizadoras

de recursos ambientais consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam vir a causar degradação e/ou modificação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;
p. **PCA - Plano de Controle Ambiental –** é o estudo ambiental que tem por objetivo prever medidas de gestão e controle das ações de cunho ambiental de um empreendimento;
q. **PBA - Projeto Básico Ambiental -** é o estudo ambiental complementar que apresenta, detalhadamente, todas as medidas mitigadoras, compensatórias e os programas ambientais propostos no EIA/RIMA;
r. **Projeto Técnico de Impacto Ambiental**: Projeto que contemple EIA/RIMA ou RAS, que é exigido como subsídio para a análise e tomada de decisão em processos de licenciamento ambiental de obra, atividade ou empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetivo ou potencialmente causador de significativa poluição ou outra forma de significativa degradação do meio ambiente, conforme estabelecido na Resolução CONAMA 01/86 e Resolução CONAMA 237/97;
s. **Propriedade rural com uso inviabilizado –** É todo imóvel rural que tenha sua capacidade de geração de renda reduzida após a implantação de um empreendimento ou e que o remanescente não seja o suficiente para manutenção da atividade produtiva desenvolvida anteriormente à intervenção do empreendimento;
t. **RAS – Relatório Ambiental Simplificado –** é o estudo relativo aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a concessão da licença prévia requerida, que conterá, dentre outras, as informações relativas ao diagnóstico ambiental da região de inserção do empreendimento, sua caracterização, a identificação dos impactos ambientais e das medidas de controle, de mitigação e de compensação;
u. **RDPA - Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais –** o documento que apresenta, detalhadamente, todas as medidas mitigadoras e compensatórias e os programas ambientais propostos no RAS.
v. **Repotenciacão de CGH/PCH –** é a intervenção no empreendimento hidrelétrico em operação, que propicie aumento na capacidade de geração de energia;
w. **Reunião Técnica Informativa –** Reunião solicitada pelo órgão ambiental competente, às expensas do empreendedor, para apresentação e discussão do Relatório Ambiental Simplificado, Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais e demais informações, garantidas a consulta e participação pública;
x. **RIMA – Relatório de Impacto Ambiental –** é o instrumento que tem a finalidade de apresentar aos interessados a síntese do Estudo de Impacto Ambiental - EIA, de forma objetiva e adequada à compreensão, por meio de linguagem acessível e ilustrado por técnicas de comunicação visual de modo que se possa entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais decorrentes da sua implantação;
y. **SGA - Sistema de Gestão Ambiental –** Módulo Licenciamento, sistema informatizado para emissão de licenças ambientais, permitindo aos usuários a requisição de licenças pela internet, além de disponibilizar consultas e outras informações. É integrado com uma base de dados georreferenciados que serve de apoio à tomada de decisão na emissão de pareceres e laudos técnicos, bem como na decisão administrativa, além de dar suporte aos módulos de monitoramento e fiscalização;
z. **Termo de Referência –** documento emitido pelo órgão ambiental que apresenta o conteúdo mínimo a ser contemplado na elaboração dos estudos ambientais em cada etapa do licenciamento.

CAPÍTULO II
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I

Dos Atos administrativos

Art. 3º O órgão licenciador, no exercício de sua competência de controle ambiental, no âmbito do licenciamento de empreendimentos hidrelétricos e no exercício de suas atribuições, expedirá os seguintes atos administrativos:
I. Autorização Ambiental (AA): tem a finalidade de autorizar o enchimento do reservatório e a execução de testes de comissionamento, bem como estipular as medidas de controle ambiental e as condicionantes a serem cumpridas pelo requerente.
A AA deverá ser obtida antes do enchimento do reservatório;
II. Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DLAE): concedida para os empreendimentos que são dispensados do licenciamento por parte do órgão ambiental estadual conforme os critérios estabelecidos em Resoluções específicas.
A DLAE deverá ser obtida antes de qualquer intervenção na área;
III. Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC): autoriza a instalação e a operação de atividade ou empreendimento, de pequeno potencial de impacto ambiental, mediante declaração de adesão e compromisso do empreendedor aos critérios, pré-condições, requisitos e condicionantes ambientais estabelecidos pela autoridade licenciadora, desde que se conheçam previamente os impactos ambientais da atividade ou empreendimento, as características ambientais da área de implantação e as condições de sua instalação e operação.
A LAC deverá ser obtida antes de qualquer intervenção na área;
IV. Licença Ambiental Simplificada (LAS): aprova a localização e a concepção do empreendimento, atividade ou obra de pequeno porte e/ou que possua baixo potencial poluidor/degradador, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua instalação e operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão ambiental competente.
A LAS deverá ser obtida antes de qualquer intervenção na área;
V. Licença Prévia (LP): concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.
A LP deverá ser requerida no início do estudo de viabilidade técnica e econômica do empreendimento;
VI. Licença de Instalação (LI): autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambientais e demais condicionantes, da qual constituem motivos determinantes.
A LI deverá ser obtida antes da realização da licitação e/ou efetivo início das obras civis para construção do empreendimento;
VII. Licença de Operação (LO): autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambientais e condicionantes determinados para a operação
VIII. Licenciamento Ambiental de Regularização: licenciamento para empreendimentos ou atividades já implantadas, passíveis de regularização, não eximindo a responsabilidade do empreendedor pelos danos causados, podendo ocorrer por meio da expedição de Licença de Operação - LO, Licença por Adesão e Compromisso - LAC ou Licença Ambiental Simplificada - LAS respeitando as peculiaridades de cada caso;
IX. Autorização Florestal-AF: autoriza a execução de corte ou supressão de vegetação nativa.

Parágrafo único: Os prazos de validade das licenças obedecerão o disposto no Anexo III.

Art. 4º Os atos administrativos listados no Art.3º e no Art. 25 serão expedidos por meio do sistema SGA, mediante cadastramento do requerente como usuário ambiental, prestação das informações referente ao empreendimento e a apresentação da documentação solicitada.

Seção II

Da Definição do Porte, Tipo de Licenciamento e de Estudo Ambiental

Art. 5º A definição da modalidade de licenciamento ambiental a que serão submetidos os empreendimentos a serem instalados obedecerá a seguinte condição:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

§1º. Serão avaliadas inicialmente a potência e a área de alagamento (excluindo a área da calha do rio), devendo prevalecer o enquadramento mais restritivo.

§2º. Na sequência a avaliação do **Índice de Degradação Ambiental** para definir à qual modalidade de licenciamento o empreendimento será submetido, bem como qual estudo ambiental deverá ser apresentado.

§3º. O cálculo do Índice de Degradação Ambiental consiste numa avaliação matemática dos quantitativos de alagamento (excluindo a área da calha do rio), área de supressão de vegetação nativa, comprimento do sistema de adução (túnel e canal), comprimento do trecho de vazão reduzida e o número de propriedades rurais com uso inviabilizado em função da potência de geração instalada no empreendimento, a ser calculado da seguinte forma:

IDA= (AL x 0,25/P) + (((SVI x 0,47) + SVM + (SVA x 1,3)) x 0,35/P) + (SA x 0,0015/P) + (TVR x 0,0015/P) + (PRI/P)

IDA = Índice de degradação ambiental;
AL = Área alagada (ha);
SVI = Área de supressão de vegetação nativa em estágio inicial de regeneração (ha);
SVM = Área de supressão de vegetação nativa em estágio médio de regeneração (ha);
SVA = Área de supressão de vegetação nativa primária ou em estágio avançado de regeneração (ha);
SA = Comprimento do sistema de adução (canal/túnel) (m);
TVR = Comprimento de trecho de vazão reduzida (m);
PRI = Número de propriedades rurais com uso inviabilizado;
P = Potência instalada (MW).

§4º. O Quadro 1 apresenta uma síntese das modalidades de licenciamento e do estudo ambiental por tipo de empreendimento.

TIPO	MCH	MGH		CGH				PCH				UHE
POTÊNCIA (MW)	0 até 0,075	> 0,075 até 0,5		> 0,50 até 1		> 1 até 5		> 5 até 10		>10 até 30		> 30
ALAGAMENTO (ha)	0	0 até 0,5		0,5 a 5		5 a 50		> 50 até 100		>100		>300
ÍNDICE DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	NA	< 3	≥ 3	< 3	≥ 3	< 4	≥ 4	< 4	≥ 4	< 4	≥ 4	NA
MODALIDADE DA LICENÇA	**DLAE**	**DLAE**	**LAC**	**LAC**	**LAS**	**LAS**	**LP/LI/LO**	**LP/LI/LO**	**LP/LI/LO**	**LP/LI/LO**	**LP/LI/LO**	**LP/LI/LO**
ESTUDO	Cadastro	Cadastro	PCA (TR1)	PCA (TR1)	PCA (TR2)	PCA (TR2)	RAS (TR1)	RAS (TR1)	RAS (TR2)	EIA (TR1)	EIA (TR2)	EIA (TR3)

Quadro 1. Modalidade de licenciamento e estudo ambiental por tipo de empreendimento.

§5º. Os empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte hidráulica denominados Microcentrais Hidrelétricas – MCH's que tenham potência instalada de até 75kw (setenta e cinco quilowatts) e que independam de autorização de supressão de vegetação, deverão solicitar a DLAE.

§6º. As MGH's que tenham potência instalada entre 75 kw (setenta e cinco quilowatts) e até 500 KW (quinhentos quilowatts) desde que tenham IDA menor que 3 (três), e que independam de autorização de supressão de vegetação deverão solicitar a DLAE.

§7º. Deverá ser requerida Licença Ambiental por Adesão e Compromisso - LAC para instalação e operação dos empreendimentos denominados **MGH's** que tenham IDA maior ou igual a 3 (três) e **CGH's** cujas áreas de alagamento sejam inferiores a 5 ha (cinco hectares), a potência instalada seja de até 1MW (um megawatt), que o IDA seja inferior a 3 (três) e que independam de autorização de supressão de vegetação.

§8º. Deverá ser requerida Licença Ambiental Simplificada - LAS para instalação dos empreendimentos denominados **CGH's** cujas áreas de alagamento sejam de até 50 ha (cinquenta hectares), e o IDA seja maior ou igual a 3 (três) e menor de que 4(quatro).

§9º. Ficam sujeitas ao licenciamento trifásico (LP, LI e LO) as **CGH's** que não se enquadrem nos parágrafos 6º e 7º, as **PCH's e UHE's**.

§10. O uso inviabilizado de propriedades rurais deve ser caracterizado quando a área remanescente for:
a) menor que um módulo fiscal do município de localização do imóvel;
b) impossibilidade de restabelecimento da produção devido limitação por questões ambientais, capacidade de uso do solo, tamanho da área e outras restrições legais que inviabilizem econômica a atividade produtiva.

§11. Ficam sujeitas ao Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS as MCH's, MGH's e CGH's que tenham características associadas à modalidade de Licença Ambiental por Adesão e Compromisso – LAC, mas que dependam de autorização para supressão de vegetação nativa para sua implantação.

§12. Serão estabelecidos Termos de Referência diferenciados para cada tipo de estudo ambiental a ser aplicado, obedecendo-se a linhas de corte conforme Quadro 1.

Art. 6º Serão enquadradas na Resolução CONAMA nº 01/86, passíveis de apresentação de EIA/RIMA e de realização de Audiências Públicas, conforme Resolução CONAMA nº 09/87, as seguintes situações:
a) Usinas Hidrelétricas de Energia – UHE's;
b) Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH's, com potência instalada acima de 10 MW (dez megawatts) ou com alagamento superior a 100 ha;
c) empreendimentos inicialmente enquadrados na Resolução CONAMA nº 279/2001 e considerados pelo órgão ambiental, após análise dos estudos apresentados, como sendo potencialmente impactantes.

Seção III

Licenciamentos de Novos Empreendimentos e suas Renovações

Subseção I
Documentação Básica

Art. 7º O órgão licenciador expedirá Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual – DLAE aos empreendimentos elegíveis conforme Art. 5º Quadro 1, devendo o empreendedor efetuar o requerimento da dispensa mediante apresentação dos seguintes documentos:
a) cópia(s) da(s) matrícula(s) do(s) imóvel(is) afetado(s) pelo empreendimento;

b) memorial descritivo do empreendimento e a descrição das intervenções necessárias;
c) apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
d) manifestação do IAT quanto à disponibilidade hídrica e;
e) recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, referente aos imóveis onde incide o empreendimento.

Art. 8º Os empreendimentos que por sua classificação conforme Art. 5º Quadro I, necessitarem fazer a solicitação da **Licença Ambiental por Adesão e Compromisso - LAC** deverão instruir o requerimento mediante a apresentação dos os seguintes documentos:
a) certidão emitida pela prefeitura do(s) Município(s) em relação ao empreendimento, declarando expressamente a inexistência de óbices quanto à lei de uso e ocupação do solo e a legislação de proteção do meio ambiente municipal, conforme modelo disposto no Anexo IV;
b) prova de publicação de súmula do pedido de Licença Ambiental por Adesão e Compromisso - LAC em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
c) memorial descritivo do empreendimento e a descrição das intervenções necessárias;
d) Plano de Acompanhamento, Monitoramento e Controle Ambiental do Empreendimento;
e) comprovante de recolhimento da taxa de análise de estudo técnico ambiental;
f) manifestação do IAT quanto à disponibilidade hídrica;
g) ficha de Caracterização de Atividade - FCA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;
h) cópia(s) da(s) matrícula(s) do(s) imóvel (is) afetado(s) pelo empreendimento;
i) comprovação de dominialidade do empreendedor sobre os referidos imóveis;
j) declaração de verdade das informações prestadas, conforme modelo do ANEXO V;
k) declaração do empreendedor pelo Licenciamento por Adesão e Compromisso conforme modelo do ANEXO VI e;
l) declaração do Responsável Técnico pelo Licenciamento Por Adesão e Compromisso conforme modelo do ANEXO VII, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica;
m) recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, referente aos imóveis onde incide o empreendimento.
Paragrafo único. Na impossibilidade de atendimento do contido na alínea i, apresentar declaração por parte dos proprietários dos imóveis diretamente afetados, informando estar de acordo com a implantação do projeto, conforme modelo Anexo II, com reconhecimento de firmas.

Art. 9º Os empreendimentos que por sua classificação conforme, Art. 5º Quadro I, necessitarem fazer a solicitação de **Licença Ambiental Simplificada – LAS** deverão instruir o requerimento mediante a apresentação dos os seguintes documentos:
a) certidão emitida pela prefeitura do(s) Município(s) em relação ao empreendimento, declarando expressamente a inexistência de óbices quanto à lei de uso e ocupação do solo e a legislação de proteção do meio ambiente municipal, conforme modelo disposto no Anexo IV;
b) prova de publicação de súmula do pedido de Licença Ambiental Simplificada - LAS em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
c) memorial Descritivo do Empreendimento e a descrição das intervenções necessárias;
d) cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
e) manifestação do IAT quanto à disponibilidade hídrica;
f) Plano de Acompanhamento, Monitoramento e Controle Ambiental do Empreendimento;
g) ficha de Caracterização de Atividade - FCA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;
h) comprovante do pedido (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, caso se aplique;
i) cópia(s) da(s) matrícula(s) do(s) imóvel (is) afetado(s) pelo empreendimento;
j) comprovação de dominialidade do empreendedor sobre os referidos imóveis;
k) recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, referente aos imóveis onde incide o empreendimento.

Paragrafo único. Na impossibilidade de atendimento do contido na alínea j, apresentar declaração por parte dos proprietários dos imóveis diretamente afetados, informando estar de acordo com a implantação do projeto, conforme modelo Anexo II, com reconhecimento de firmas.

Art. 10 Para a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS o empreendedor deverá protocolar os seguintes documentos:
a) prova de publicação de súmula do pedido de Renovação de Licença Ambiental Simplificada - RLAS em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
b) prova de publicação de súmula do recebimento de Licença Ambiental Simplificada - LAS em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA n°006/86;
c) outorga de direito dos recursos hídricos, vigente;
d) relatório de execução do Plano de Acompanhamento, Monitoramento e Controle Ambiental – PCA, do Empreendimento;
e) relatório de Atendimento as condicionantes da licença e anteriores.

Art. 11 Os empreendimentos que por suas características necessitarem fazer o licenciamento completo (LP, LI e LO), dependerão obrigatoriamente da apresentação da documentação específica.

Art. 12 Os requerimentos de **Licença Prévia - LP** deverão ser protocolados por meio do SGA mediante apresentação de:
a) cópia da Carteira de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física; ou Contrato Social e Ato Constitutivo, se pessoa jurídica;
b) Memorial Descritivo do Empreendimento;
c) outorga prévia dos recursos hídricos;
d) certidão emitida pela prefeitura do(s) Município(s) em relação ao empreendimento, declarando expressamente a inexistência de óbices quanto à lei de uso e ocupação do solo e a legislação de proteção do meio ambiente municipal, conforme modelo disposto no Anexo IV;
e) prova de publicação de súmula do pedido de Licença Ambiental Prévia - LP em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
f) apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados.
g) Ficha de Caracterização de Atividade - FCA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Art. 13 Os requerimentos de **Prorrogação da Licença Prévia - PLP** desde que essa prorrogação não ultrapasse o prazo máximo estabelecido no ANEXO III deverão ser protocolados por meio do SGA mediante apresentação de:
a) relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior;
b) publicação de súmula de concessão da Licença Prévia em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA no 006/86;
c) prova de publicação de súmula do pedido de Prorrogação da Licença Ambiental Prévia - LP em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.

Art. 14 Os requerimentos de **Licença de instalação - LI** deverão ser protocolados por meio do SGA mediante apresentação de:
a) cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social;
b) cópia da Licença Prévia e de sua respectiva publicação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
c) prova de publicação de súmula do pedido de Licença Ambiental de Instalação - LI em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
d) apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
e) ficha de Caracterização de Atividade - FCA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;
f) recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, referente aos imóveis onde incide o empreendimento;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

g) relatório de atendimento às condicionantes estabelecidas na licença anterior;
h) cópia(s) da(s) matrícula(s) do(s) imóvel (is) afetado(s) pelo empreendimento;
i) comprovante do pedido (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, caso se aplique;
j) comprovação de dominialidade do empreendedor sobre os referidos imóveis;

Parágrafo único. Na impossibilidade de atendimento do contido na alínea n, apresentar declaração por parte dos proprietários dos imóveis diretamente afetados, informando estar de acordo com a implantação do projeto, conforme modelo Anexo II, com reconhecimento de firmas.

Art. 15 Os requerimentos de **Prorrogação de Licença de Instalação – PLI,** desde que essa prorrogação não ultrapasse o prazo máximo estabelecido no ANEXO III, deverão ser protocolados por meio do SGA mediante apresentação de:
a) relatório de situação do empreendimento quanto às fases já executadas;
b) relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior;
c) publicação de súmula de concessão da Licença de Instalação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA no 006/86;
d) prova de publicação de súmula do pedido de Prorrogação de Licença Ambiental de Instalação – PLI em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.

Art. 16 Os requerimentos de **Licença de Operação - LO** deverão ser protocolados por meio do SGA mediante apresentação de:
a) cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social;
b) outorga de direito de uso de recurso hídrico emitida pelo órgão competente;
c) cópia da Licença de Instalação e de sua respectiva publicação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
d) prova de publicação de súmula do pedido de Licença Ambiental de Operação - LO em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
e) apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
f) ficha de Caracterização de Atividade - FCA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;
g) relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior;
h) laudo de conclusão/situação de obra, acompanhado de material fotográfico, elaborado por profissional com a devida anotação de responsabilidade técnica – ART.

Os requerimentos de **Renovação de Licença de Operação - RLO** deverão ser protocolados por meio do SGA mediante apresentação de:
a) cópia da Licença de Operação;
b) cópia de publicação de súmula da concessão da Licença Ambiental de Operação - LO em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
c) prova de publicação de súmula do pedido de Renovação de Licença Ambiental de Operação – LO em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
d) relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior.

Subseção II
Documentação Complementar para o Licenciamento de Central Geradora Hidrelétrica – CGH

Art. 17 O licenciamento ambiental de empreendimentos caracterizados como **Central Geradora Hidrelétrica – CGH** dependerão da apresentação dos documentos dispostos na Subseção I, acrescidos dos seguintes documentos:

I Para LICENÇA PRÉVIA – LP
a) relatório Ambiental Simplificado – RAS;
b) declaração por parte dos proprietários dos imóveis afetados, informando estar ciente da incidência do projeto em sua propriedade, conforme modelo Anexo I.

II Para LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI

a) relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais – RDPA.

III Para PRORROGAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO – PLI

a) apresentação de autorização, em vigor, para supressão vegetal emitida pelo órgão competente, caso se aplique.

Subseção III
Documentação Complementar para o Licenciamento de Pequena Central Hidrelétrica – PCH, com potência instalada de até 10 MW

Art. 18 O licenciamento ambiental de empreendimentos caracterizados como **Pequena Central Hidrelétrica – PCH**, com potência instalada de até 10 MW, dependerão da apresentação dos documentos dispostos na Subseção I, acrescidos dos seguintes documentos:

I Para LICENÇA PRÉVIA – LP
a) despacho da ANEEL aprovando os Estudos de Inventário Hidrelétrico;
b) despacho da ANEEL de Registro de Intenção à Outorga de Autorização – DRI;
c) relatório Ambiental Simplificado – RAS;
d) declaração por parte dos proprietários dos imóveis afetados, informando estar ciente da incidência do projeto em sua propriedade, conforme modelo Anexo I;
e) apresentação de outorga prévia dos recursos hídricos ao órgão competente.

II Para LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI
a) despacho da ANEEL de Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo - DRS
b) relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais – RDPA.

III Para PRORROGAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO – PLI
a) despacho da ANEEL de Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo – DRS;
b) apresentação de autorização, em vigor, para supressão vegetal emitida pelo órgão competente, caso se aplique.

IV Para LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO
a) outorga de Autorização / Concessão da ANEEL para o empreendimento;
b) apresentação da outorga de direito dos recursos hídricos;

V Para RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO – RLO

a) outorga de Autorização / Concessão da ANEEL para o empreendimento;
b) apresentação da outorga de direito, em vigor, dos recursos hídricos.

Subseção IV
Licenciamento de Hidrelétricas, com potência instalada acima 10 MW

Art. 19 Empreendimentos caracterizados como PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA – PCH, com potência instalada acima de 10 MW, e como USINA HIDRELÉTRICA DE ENERGIA – UHE, deverão efetuar o requerimento de licenciamento ambiental da sua unidade geradora de energia por meio da apresentação dos documentos dispostos na Subseção I, acrescidos dos seguintes documentos:

I Para LICENÇA PRÉVIA – LP
a) despacho da ANEEL aprovando os Estudos de Inventário Hidrelétrico;
b) despacho da ANEEL de Registro de Intenção à Outorga de Autorização – DRI;
c) Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA;
d) cadastro socioeconômico dos proprietários atingidos/afetadas diretamente pelo empreendimento;
e) declaração por parte dos proprietários dos imóveis afetados, informando estar ciente da incidência do projeto em sua propriedade, conforme modelo Anexo I.

II Para LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI
a) despacho da ANEEL de Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo – DRS;
b) Projeto Básico Ambiental - PBA;
c) relatório em planilha contendo, no mínimo: Referência do Imóvel (Margem direita ou esquerda do rio); Número da Matrícula; Nome do Proprietário; Nome do Usuário do Imóvel; Georreferenciamento; Situação/Estágio da Negociação e Observações.

III Para PRORROGAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO - PLI
a) apresentação de autorização, em vigor, para supressão vegetal emitida pelo órgão competente, caso se aplique.

IV Para LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO
a) outorga de Autorização / Concessão da ANEEL para o empreendimento;
b) apresentação da outorga de direito de uso dos recursos hídricos.

V Para RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO – RLO
a) outorga de Autorização / Concessão da ANEEL para o empreendimento;
b) apresentação da outorga de direito, em vigor, dos recursos hídricos.

Seção IV

Da Repotenciação de Empreendimentos Hidrelétricos

Art. 20 Nos casos em um empreendimento tenha licenciamento ambiental vigente e se pretenda fazer a repotenciação com incremento de geração de energia em empreendimento hidrelétrico será exigido o licenciamento ambiental de ampliação, que poderá ser em uma única fase ou trifásico.
§1º. A definição da modalidade deverá seguir os seguintes critérios:
I- o licenciamento de ampliação em uma única fase se dará por meio de Licenciamento Ambiental por Adesão e Compromisso – LAC ou Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS, desde que a somatória do porte da estrutura existente acrescida da estrutura a ser licenciada, não ultrapasse o limite estabelecido para estas modalidades de licença conforme previsto no Art. 5º;
II- licenciamento ambiental trifásico será exigido quando a respectiva ampliação implique no aumento do potencial degradador ou alterações ambientais com relação à estrutura existente do empreendimento e que seja necessária a apresentação de estudos ambientais (PCA), com a concessão da Licença Prévia - LP, da Licença de Instalação - LI e da Licença de Operação - LO do empreendimento em etapas sucessivas.
§2º. Para a solicitação da licença para repotenciação, deverão ser apresentados mediante protocolo os documentos conforme indicação por modalidade de licença e tipo de empreendimento, resalvadas as peculiaridades do caso.

Art. 21 Se o empreendimento com o incremento de potência pretendida, decorrente da repotenciação para PCH ultrapassar 10 MW (dez megawatts), o licenciamento se dará mediante apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e haverá necessidade de um novo licenciamento, na forma do **Art.11**.

Seção V

Da Regularização do Licenciamento Ambiental

Art. 22 As MCHs, CGHs e PCHs que tenham entrado em operação antes da edição desta resolução, poderão se regularizar o empreendimento, por meio de solicitação de licença conforme ART.5º, desde que atenda as seguintes condições:
a) não incorra em alteração da cota de alagamento normal de montante;
b) não implique na reconstrução do barramento, exceto reformas;
c) não necessite de alargamento de canal, ou ampliação de câmara de carga;
d) não seja alterada a localização da casa de força;
e) e as condições estabelecidas no Código Florestal.

Subseção I
Da Documentação para Regularização de Licenciamento

Art. 23 As solicitações de Licença de Operação de Regularização previstas no Art. 23 dependerão, obrigatoriamente, da apresentação da seguinte documentação quando do requerimento do licenciamento ambiental:
a) certidão emitida pela prefeitura do(s) Município(s) em relação ao empreendimento, declarando expressamente a inexistência de óbices quanto à lei de uso e ocupação do solo e a legislação de proteção do meio ambiente municipal, conforme modelo disposto no Anexo IV;
b) cópia(s) da(s) matrícula(s) do(s) imóvel (is) afetado(s) pelo empreendimento;
c) prova de publicação de súmula do pedido de Licença de Operação de Regularização em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
d) Memorial Descritivo do Empreendimento e a descrição das intervenções necessárias;
e) apresentação de cópia da(s) ART(s) – Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados que elaboraram os trabalhos técnicos;
f) despacho da ANEEL aprovando os Estudos de Inventário Hidrelétrico no caso de PCH;
g) apresentação da outorga prévia dos recursos hídricos;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

h) Plano de Acompanhamento, Monitoramento e Controle Ambiental do Empreendimento, de acordo com o Termo de Referência para Licenciamento Ambiental- CGH e PCH;
i) recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, referente aos imóveis onde incide o empreendimento.

Seção VI

Da Consulta Prévia de Viabilidade

Art. 24 As CGH's com potência instalada igual ou superior a 1 MW (um megawatt), UHE's e PCH's, antes da formalização do pedido de LP, deverão realizar consulta prévia em relação a existência de pedido de licenciamento incidente no eixo pretendido e possíveis restrições ambientais.
§1º. Para a realização da consulta deverão ser apresentados mediante protocolo os seguintes documentos:
a) mapa da delimitação da Área Diretamente Afetada – ADA;
b) mapa digital da delimitação da Área Diretamente Afetada – ADA (shapefile);
c) memorial descritivo do empreendimento (quando disponível).

§2º. A manifestação em resposta a Consulta Prévia de Viabilidade, estabelecida no caput deste artigo, será expedida com validade de 24 (vinte e quatro) meses, não passível de prorrogação.

§3º. A Consulta Prévia de Viabilidade não assegura a seu detentor a prioridade no licenciamento ambiental e ao aproveitamento do potencial de geração, também não confere domínio sobre os imóveis a serem afetados.

Seção VII

Da Autorização Ambiental para Enchimento do Reservatório

Art. 25 As CGHs que tenham sido objeto de Relatório Ambiental Simplificado – RAS, UHEs e PCHs deverão fazer a solicitação de Autorização Ambiental para enchimento do reservatório (quando se aplicar) e testes de comissionamento.

Parágrafo único. A solicitação prevista no *caput* deste artigo é facultativa aos demais empreendimentos tratados nesta resolução.

Subseção I
Da Documentação para Solicitação de Autorização Ambiental para Enchimento de Reservatório

Art. 26 A solicitação de Autorização Ambiental (AA) para realização do enchimento do reservatório e testes de comissionamento deverá ser efetuada mediante apresentação dos seguintes documentos:
a) cópia da Licença de Instalação;
b) Memorial Descritivo da operação a ser realizada no Empreendimento;
c) apresentação de cópia da (s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados envolvidos na operação;
d) relatório de Atendimento às condicionantes ambientais estabelecidas na licença anterior.

Seção VIII

Das Taxas Ambientais

Art. 27 O licenciamento ambiental dos empreendimentos hidrelétricos será protocolado e analisado pelo órgão ambiental competente mediante pagamento de 3 (três) taxas (quando couber) a serem recolhidas quando da solicitação do licenciamento ambiental.
I taxa de procedimento administrativo, que será calculada em função do porte do empreendimento e se aplica a todas as modalidades de licenciamento;
II taxa de análise de estudo técnico ambiental, que será cobrada quando das solicitações de Licença Ambiental por Adesão e Compromisso – LAC, Licença Ambiental Simplificada – LAS, Licença Prévia – LP ou Regularização de Licença de Operação - LOR;
III taxa de publicação de súmula de pedido ou recebimento de licença ambiental, que será cobrada sempre que o empreendedor optar por fazer a publicação no site do órgão ambiental competente.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28 No caso dos licenciamentos de Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGH's, Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH's, (até 10MW), sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por pelo menos cinquenta pessoas maiores de dezoito anos, o órgão de meio ambiente promoverá Reunião Técnica Informativa, conforme preconiza a Resolução CONAMA nº 279/2001.

§1º. A solicitação para realização da Reunião Técnica Informativa deverá ocorrer no prazo de até vinte dias após a data de publicação do requerimento da licença prévia pelo empreendedor.

§2º. A Reunião Técnica Informativa será realizada em até vinte dias a contar da data de solicitação de sua realização e deverá ser divulgada pelo empreendedor.

§3º. Na Reunião Técnica Informativa será obrigatório o comparecimento do empreendedor, das equipes responsáveis pela elaboração do Relatório Ambiental Simplificado - RAS e do Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais - RDPA, e de representantes do órgão ambiental competente.

Art. 29 Para os empreendimentos, cujos licenciamentos sejam exigidos EIA/RIMA, a Licença Prévia - LP só poderá ser emitida mediante apresentação da declaração de ciência referente ao mínimo de 70% (setenta por cento) do número de imóveis a serem afetados.

Parágrafo único. Na hipótese da não apresentação da documentação referente à totalidade dos imóveis conforme previsto no *caput* deste artigo, o empreendedor deverá comprovar documentalmente a realização de esforço adequado no sentido de conseguir a documentação referente a todos os imóveis afetados.

Art. 30 Para os empreendimentos, cujos licenciamentos sejam exigidos EIA/RIMA a Licença de Instalação - LI só poderá ser emitida mediante apresentação da comprovação da dominialidade ou declaração de anuência referente ao mínimo de 70% (setenta por cento) do número de imóveis a serem afetados.
§1º. Os acessos e estruturas (definitivas ou temporárias) a serem implantadas em função do empreendimento deverão necessariamente estar dentro dos limites dos imóveis cuja documentação prevista no caput tenha sido apresentada.

Na hipótese da não apresentação da documentação referente à totalidade dos imóveis conforme previsto no *caput,* o empreendedor deverá comprovar documentalmente a realização de esforço adequado no sentido de conseguir a documentação referente a todos os imóveis afetados.
§2º. A Autorização Ambiental para o enchimento do reservatório só poderá ser emitida mediante comprovação da dominialidade ou declaração de anuência referente ao total de imóveis diretamente afetados.

Art. 31 A comprovação de ciência por parte dos proprietários das áreas atingidas também poderá ser realizada por meio de apresentação de lista de presença em reunião técnica informativa em que comprovadamente tenha sido feita a explanação em relação às propriedades afetadas pelo empreendimento.

Art. 32 Os empreendimentos que estejam sujeitos à Licença Ambiental Simplificada – LAS, e que necessitem de autorização florestal para sua instalação somente estarão aptos a se instalarem após o deferimento da solicitação de autorização florestal.

Art. 33 Os empreendimentos que estejam sujeitos ao licenciamento trifásico (LP, LI e LO), somente terão a emissão da Licença de Licença de Instalação – LI emitida de forma concomitante ou posteriormente ao deferimento da solicitação de Autorização Florestal, quando necessitar.

Art. 34 Para os casos excepcionais envolvendo imóveis não contemplados nesta Resolução, deverão estar em conformidade com as hipóteses do Capítulo II, Seção V da Resolução CEMA n° 107/20209.

Art. 35 No licenciamento dos empreendimentos com potência instalada maior que 10 MW, deverão ser realizadas Reuniões Públicas e Audiências Públicas na forma da lei e conforme regulamentação própria, estabelecida pelo IAT.

§1º. O Instituto Água e Terra dará publicidade ao EIA/RIMA por meio de edital de entrada que será publicado no Diário Oficial do Estado e disponibilizado em seu sítio eletrônico.

§2º. A convocação para a Audiência Pública deverá ocorrer com antecedência de pelo menos 20 (vinte) dias, por meio de ampla divulgação, nos meios de comunicação e junto à comunidade diretamente afetada. E em caso de solicitação, por meio de correspondência registrada ao solicitante, com a data e o local da realização da mesma.

§3º. Audiência Pública será realizada sempre no município ou área de influência direta do empreendimento, atividade ou obra em local acessível aos interessados, tendo prioridade para escolha o município onde os impactos ambientais forem mais significativos.

§4º. Em função da localização geográfica dos solicitantes da Audiência Pública ou da complexidade do tema, poderá haver mais de uma Audiência Pública sobre o projeto e respectivo RIMA.

§5º. As demais questões referentes às Audiências Públicas estão dispostas na Resolução CONAMA nº 09/1987.

Art. 36 Os Termos de Referência necessários para elaboração dos estudos ambientais exigidos por esta resolução serão disponibilizados no site do Instituto Água e Terra e receberão atualizações sempre que essa necessidade seja identificada pelo próprio IAT.

Art. 37 Quando da necessidade da manifestação de órgãos externos ao licenciador, será seguido o procedimento conforme estabelece a Resolução CEMA nº 107/2020.

Art. 38 O empreendedor que no âmbito do licenciamento ambiental elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão, será enquadrado conforme disposto na Lei Federal 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 39 Os casos omissos não previstos nesta resolução serão analisados pelo IAT e enquadrados na legislação ambiental vigente conforme as características particulares de cada empreendimento.

Art. 40 A Licença Ambiental do empreendimento, em quaisquer das fases, terá sua eficácia suspensa quando houver suspensão ou revogação de ato expedido pela ANEEL sobre o respectivo empreendimento.

Art. 41 Em cumprimento ao disposto no Art. 209 da Constituição do Estado do Paraná, os empreendimentos com projeto técnico de impacto ambiental objeto de EIA/RIMA e RAS estarão sujeitos à obtenção da aprovação do projeto pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - ALEP.

Art. 42 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2021.

Marcio Nunes
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

Sumário

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES 1
CAPÍTULO II DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2
Seção I Dos Atos administrativos 2
Seção II Da Definição do Porte, Tipo de Licenciamento e de Estudo Ambiental 2
Seção III Licenciamentos de Novos Empreendimentos e suas Renovações 3
Subseção I Documentação Básica 3
Subseção II Documentação Complementar para o Licenciamento de Central Geradora Hidrelétrica – CGH 5
Subseção III Documentação Complementar para o Licenciamento de Pequena Central Hidrelétrica – PCH, com potência instalada de até 10 MW 5
Subseção IV Licenciamento de Hidrelétricas, com potência instalada acima 10 MW 6
Seção IV Da Repotenciação de Empreendimentos Hidrelétricos 6
Seção V Da Regularização do Licenciamento Ambiental 6
Subseção I Da Documentação para Regularização de Licenciamento 6
Seção VI Da Consulta Previa de Viabilidade 7
Seção VII Da Autorização Ambiental para Enchimento do Reservatório 7
Subseção I Da Documentação para Solicitação de Autorização Ambiental para Enchimento de Reservatório 7
Seção VIII Das Taxas Ambientais 7
CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS 7

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Eu, ... declaro ao Instituto Água e Terra estar ciente de que está sendo desenvolvido o projeto do empreendimento denominado ..... a ser instalado no ..... que pode vir a afetar minha propriedade.

Esta declaração será apresentada como documento integrante de procedimento de licenciamento prévio junto ao Instituto Água e Terra e não representa nenhum tipo de negociação ou cessão de direitos sobre o imóvel do declarante, sendo que para a instalação do empreendimento será necessária manifestação posterior de anuência, ou outro acordo legal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Cidade, ... de..... de .....

Proprietário
CPF:

Representante da .....
Qualificação
CPF:

Testemunha 1
Nome:
CPF:

Testemunha 2
Nome:
CPF:

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Eu,..... declaro ao Instituto Água e Terra estar de acordo com a implantação do empreendimento denominado ..... a ser instalado no ..... que irá afetar minha propriedade.

Esta declaração será apresentada como documento integrante de procedimento de licenciamento prévio ou licenciamento simplificado junto ao Instituto Água e Terra e representa que estou de acordo com a ocorrência de alagamento, canteiro de obras, acessos, construções civis ou área de preservação permanente em minha propriedade.

Por ser verdade, firmo o presente em duas vias.

Cidade.....

Proprietário
CPF:

Representante da .....
Qualificação
CPF:

Testemunha 1
Nome:
CPF:

Testemunha 2
Nome:
CPF:

ANEXO III
VALIDADE DAS LICENÇAS

MODALIDADE	VALIDADE
Licença Prévia – LP	2 anos prorrogável até 5 anos
Licença de Instalação – LI	2 anos prorrogável até 5 anos
Licença de Operação – LO	4 a 10 anos (Obrigatoriamente 4 anos para primeira licença)
Licença Ambiental Simplificada - LAS	4 a 10 anos (4 – primeira licença)
Licença Ambiental por Adesão e Compromisso - LAC	5 a 10 anos (5 - primeira licença)
Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual – DLAE	10 (dez) anos, não renovável.
Autorização Ambiental - AA	6 meses a 2 anos

ANEXO V
MODELO DE CERTIDÃO MUNICIPAL EM RELAÇÃO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

MUNICÍPIO DE.....(nome do município), declara para fins de licenciamento ambiental ao empreendimento abaixo descrito, localizado neste município. O local, o tipo de empreendimento e a atividade estão em conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo (Plano Diretor ou Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente), bem como atendem a legislação ambiental municipal e as demais exigências legais e administrativas perante o nosso município.

EMPREENDEDOR	
CNPJ/CPF	
ATIVIDADE	
LOCALIZAÇÃO	
LEGISLAÇÃO No	
ZONA/MACROZONA	
PERÍMETRO URBANO/ ZONA RURAL	
ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE PERMITIDA/PERMISSIVEL	

LOCAL/DATA

Nome, assinatura e carimbo do Prefeito Municipal e, por delegação, dos Secretários Municipais responsáveis pelo Meio Ambiente e controle territorial.

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

... (nome completo em negrito da parte), ... (nacionalidade), ... (estado civil), ... (profissão), portador do CPF/MF nº ... ou CNPJ no....., com Documento de Identidade de n° ..., residente e domiciliado na Rua ..., n. ..., ... (bairro), CEP: ..., ... (Município – UF), DECLARO, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que as informações prestadas e documentos que apresento para (inserir finalidade), relacionados abaixo, são verdadeiros e autênticos (fieis a verdade e condizentes com a realidade dos fatos à época).
FATOS DECLARADOS:_____(...)
DOCUMENTOS APRESENTADOS:_____(...)
Fico ciente através desse documento que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da Lei bem como pode ser enquadrada como litigância de Má-Fé.
Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades das declarações prestadas, firmo a presente.

... (Município – UF), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano).

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DO EMPREENDEDOR PELO LICENCIAMENTO POR ADESÃO E COMPROMISSO

_____, _____, _____, Nome do(a) Monitor(a) (Nacionalidade) (Estado Civil) residente e domiciliado(a) no(a)_____, ___, (Rua/Avenida) (no) _____, _____, _____ portador(a) do CPF n.º_____ (Complemento) (Bairro) (Cidade) (UF) _____ carteira de identidade no _____, _____/_____, (No do CPF) (Órgão Expedidor) (UF),
Pelo presente instrumento, formalizo adesão e compromisso aos parâmetros técnicos estabelecidos pelo órgão ambiental competente, assumindo responsabilidade pelo cumprimento de todas as normas legais vigentes e condicionantes estabelecidas na licença, com o intuito de licenciamento ambiental da atividade XXXX através da Licença por Adesão e Compromisso (LAC), sob pena de sofrer as sanções legais cabíveis.
Local e data

(nome do declarante completo)
DECLARANTE
CPF: ... ou CNPJ

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LICENCIAMENTO POR ADESÃO E COMPROMISSO

_____, _____, _____, Nome do(a) Monitor(a) (Nacionalidade) (Estado Civil) residente e domiciliado(a) no(a)_____, ___, (Rua/Avenida) (no) _____, _____, _____ portador(a) do CPF n.o_____ (Complemento) (Bairro) (Cidade) (UF) _____ carteira de identidade no _____, _____/_____, (No do CPF) (Órgão Expedidor) (UF),
Pelo presente instrumento, declaro ser responsável pelas informações prestadas sobre o empreendimento em questão, assumindo a responsabilidade técnica pelas informações prestadas e pelo cumprimento de todas as normas legais vigentes, com o intuito de licenciamento ambiental da atividade de _____ através da Licença por Adesão e Compromisso (LAC), sob pena de sofrer as sanções legais cabíveis.
LOCAL E DATA

(nome do declarante completo)
DECLARANTE
NÚMERO DO REGISTRO NO CONSELHO DE CLASSE

36115/2021



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO SEDEST Nº 10/2021

Súmula: Estabelece critérios para o licenciamento ambiental de empreendimentos de COGERAÇÃO DE ENERGIA no Estado do Paraná e dá outras providências.

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual no. 19.848, de 03 de maio de 2019, Lei Estadual nº 10.066 de 27 de julho de 1992 e alterações posteriores, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto nº 3813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto 1440 de 23 de maio de 20019;

CONSIDERANDO:

- que o Licenciamento Ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, verificando a satisfação das condições legais e técnicas, delibera quanto à localização, instalação, ampliação, operação e encerramento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam vir a causar degradação e/ou modificação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

- que a Licença Ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação e/ou modificação ambiental;

- a necessidade de padronizar os procedimentos para os licenciamentos de geração de energia elétrica a partir da COGERAÇÃO utilizando como combustível principal biomassa no âmbito do estado do Paraná

- o licenciamento deve estabelecer os parâmetros mínimos para garantir os remanescentes florestais, faunísticos, socioeconômicos, culturais e outros atributos naturais, bem como definir critérios para compensação ou mitigação de impactos negativos ocasionados pela instalação do empreendimento;

- as determinações estabelecidas pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 e pela Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA nº 107, de 09 de setembro de 2.020, sobre critérios e procedimentos a serem adotados para as atividades poluidoras, degradadoras e/ou modificadoras do meio ambiente.

RESOLVE:

Art.1º. Estabelecer definições, critérios, diretrizes e procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de COGERAÇÃO DE ENERGIA no estado do Paraná, através de caldeiras geradoras de vapor, utilizando como combustível principal biomassa.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art.2.º Para efeito desta Resolução consideram-se as seguintes definições:

I. **Biomassa**: série de substâncias provenientes da matéria viva (animal ou vegetal) que têm a propriedade de se decomporem (por efeito biológico) sob ação de diferentes tipos de microrganismos;
II. **Central Termelétrica Cogeradora**: instalação específica onde são geradas as energias a partir de um único combustível, cujo ambiente não se confunde com o processo ao qual está conectada, sendo que, excepcionalmente e a pedido do interessado, a cogeração poderá alcançar a fonte e as utilidades no processo, além das utilidades produzidas pela central termelétrica cogeradora a que está conectado, condicionando aquelas à exeqüibilidade de sua completa identificação, medição e fiscalização, a critério exclusivo da ANEEL;
III. **Cogeração**: é a produção simultânea e de forma seqüenciada, de duas ou mais formas de energia;
IV. **Fontes de Energia Primária:** são as fontes oriundas da natureza, em sua forma direta, como o petróleo, o gás natural, o xisto, o carvão mineral, os resíduos vegetais e animais, a energia solar e a eólica e os produtos da cana-de-açúcar, como o caldo de cana, o melaço e o bagaço;
V. **Licença Ambiental:** ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação e/ou modificação ambiental;
VI. **Licenciamento Ambiental:** procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, verificando a satisfação das condições legais e técnicas, delibera quanto à localização, instalação, ampliação, operação e encerramento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam vir a causar degradação e/ou modificação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;
VII. **Potência instalada**: potência total do grupo de geradores.

CAPÍTULO II

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL
Seção I
Dos Atos administrativos

Art.3º.O Órgão Ambiental, no exercício de sua competência de controle ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos de cogeração de energia e no exercício de suas atribuições, expedirá os seguintes atos administrativos:

I. **Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DLAE):** concedida para os empreendimentos que são dispensados do licenciamento por parte do órgão ambiental estadual conforme os critérios estabelecidos em Resoluções específicas;
II. **Licença Ambiental por Adesão e Compromisso – LAC**: autoriza a instalação e a operação de atividade ou empreendimento, de pequeno potencial de impacto ambiental, mediante declaração de adesão e compromisso do empreendedor aos critérios, pré-condições, requisitos e condicionantes ambientais estabelecidos pela autoridade licenciadora, desde que se conheçam previamente os impactos ambientais da atividade ou empreendimento, as características ambientais da área de implantação e as condições de sua instalação e operação;
III. **Licença Ambiental Simplificada (LAS):** aprova a localização e a concepção do empreendimento, atividade ou obra de pequeno porte e/ou que possua baixo potencial poluidor/degradador, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua instalação e operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão ambiental competente;

Art.4.º Os atos administrativos listados no Art. 2º serão expedidos por meio do Sistema Automatizado do INSTITUTO ÁGUA E TERRA, mediante cadastramento do requerente como usuário ambiental, prestação das informações referente ao empreendimento e a apresentação da documentação solicitada.

Seção II
Da Definição do Porte, Tipo de Licenciamento e de Estudo Ambiental

Art.5.º Para os efeitos desta Resolução, os empreendimentos de cogeração de energia serão licenciados de acordo com sua classificação e porte.

I. classificação do empreendimento, considerando a fase de instalação da cogeração de energia:

CLASSIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	FASE DE INSTALAÇÃO
TIPO I	Atividade de cogeração de energia a ser implantada e licenciada juntamente com o empreendimento principal.
TIPO II	Atividade de cogeração de energia a ser implantada posteriormente ao empreendimento principal já licenciado, através de caldeira(s) já em operação ou de caldeira(s) a serem instaladas.

II. porte de empreendimentos de cogeração de energia: definido de acordo com a potência instalada:

PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTÊNCIA INSTALADA (MW)
Mínimo	até 5
Pequeno	maior que 5 até 30
Médio	acima de 30 até 100
Grande	acima de 100 até 400
Excepcional	acima de 400

Art.6.º Para a concessão do licenciamento ambiental de empreendimentos de cogeração de energia, considerar os critérios de licenciamento da tabela abaixo:

CLASSIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	MODALIDADE DE LICENCIAMENTO/TIPO DE ESTUDO AMBIENTAL				
	MÍNIMO	PEQ	MED	GRA	EXC
TIPO I	LICENCIADO COM O EMPREENDIMENTO PRINCIPAL (DE ACORDO COM O PORTE DA ATIVIDADE PRINCIPAL)				
TIPO II	DLAE/MCE(1)	LAC/MCE(1)	LAC/MCE(1)	LAS/MCE(1)/ PBCA(2)	

(1) MCE - Memorial de Caracterização do Empreendimento (ANEXO II)
(2) PBCA - Plano Básico de Controle Ambiental (ANEXO III)

Art.7.º Os requerimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de cogeração de energia TIPO I estarão incorporados no licenciamento ambiental do empreendimento principal.

Art.8.º Os requerimentos para o licenciamento ambiental da atividade de cogeração de energia, classificados como empreendimentos do TIPO II, deverão ser protocolados no Sistema Automatizado do INSTITUTO ÁGUA E TERRA, por meio de solicitação da licença de acordo com o enquadramento do Art.5º da presente Resolução, desde que o empreendimento principal esteja devidamente licenciado.

Parágrafo Único: Quando da Renovação da Licença de Operação do empreendimento principal, o licenciamento da unidade de cogeração de energia poderá ser contemplado no mesmo processo.

Seção III
Documentação para o Licenciamento Ambiental

Subseção I
Da Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAE

Art.9.º A Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAE é obrigatória para os empreendimentos de cogeração de energia elegíveis conforme Art. 5º e deverá ser requerida através do Sistema Automatizado do INSTITUTO ÁGUA E TERRA, instruídos na forma prevista abaixo:

I. certidão atualizada da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento de justa posse em nome do requerente, ou conforme exigências constantes da Seção V, art.45 a 54 da Resolução CEMA 107/2020. Caso o imóvel seja locado, apresentar o contrato de locação;
II. memorial de caracterização do empreendimento - MCE, apresentado de acordo com o Termo de Referência do Anexo II, elaborado por profissional (is) habilitado (s) acompanhado da respectiva ART;
III. cópia da Licença de Operação - LO ou da Licença Ambiental Simplificada - LAS do empreendimento principal.

Art.10. Deverá ser solicitada a respectiva Licença Ambiental para qualquer alteração nas características do porte dos empreendimentos de cogeração de energia.

Art.11. A Dispensa do Licenciamento Ambiental Estadual - DLAE não exime o empreendedor das exigências legais quanto à preservação do meio ambiente.

Subseção II
Da Licença Ambiental por Adesão e Compromisso - LAC

Art.12. A Licença Ambiental por Adesão e Compromisso - LAC, para os empreendimentos de cogeração de energia elegíveis conforme Art. 5º, deverá ser requerida através do Sistema Automatizado do INSTITUTO ÁGUA E TERRA, instruídos na forma prevista abaixo:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

I. certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística básica, ambiental, bem como que atendam as demais exigências legais e administrativas perante o município (ANEXO I);
II. certidão atualizada da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento de justa posse em nome do requerente, ou conforme exigencias constantes da Seção V, art.45 a 54 da Resolução CEMA 107/2020. Caso o imóvel seja locado, apresentar o contrato de locação;
III. cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), quando pessoa jurídica;
IV. cópia da Licença de Operação - LO ou da Licença Ambiental Simplificada - LAS do empreendimento principal;
V. memorial de caracterização do empreendimento - MCE, apresentado de acordo com o Termo de Referência do Anexo II, elaborado por profissional(is) habilitado(s) e acompanhado da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
VI. declaração de verdade das informações prestadas, conforme modelo do ANEXO IV;
VII. declaração do empreendedor pelo Licenciamento por Adesão e Compromisso conforme modelo do ANEXO V;
VIII. declaração do Responsável Técnico pelo Licenciamento Por Adesão e Compromisso conforme modelo do ANEXO VI, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica;
IX. prova de publicação de súmula do pedido de Licença Ambiental por Adesão e Compromisso - LAC em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
X. comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental.

Subseção III
Da Licença Ambiental Simplificada – LAS

Art.13.Os requerimentos de Licença Ambiental Simplificada – LAS, para os empreendimentos de cogeração de energia elegíveis conforme Art. 5º deverá ser requerida através do Sistema Automatizado do INSTITUTO ÁGUA E TERRA, instruídos na forma prevista abaixo:

I. certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística básica, ambiental, bem como que atendam as demais exigências legais e administrativas perante o município (ANEXO I);
II. certidão atualizada da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento de justa posse em nome do requerente, ou conforme exigências constantes da Seção V, art.45 a 54 da Resolução CEMA 107/2020. Caso o imóvel seja locado, apresentar o contrato de locação;
III. cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), quando pessoa jurídica;
IV. memorial de caracterização do empreendimento - MCE, apresentado de acordo com o Termo de Referência do ANEXO II, elaborado por profissional(is) habilitado(s) e acompanhado da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
V. plano básico de controle ambiental - PBCA, apresentado de acordo com o Termo de Referência do ANEXO III, elaborado por profissional (is) habilitado (s) acompanhado da respectiva ART;
VI. cópia da Licença de Operação - LO ou da Licença Ambiental Simplificada - LAS do empreendimento principal;
VII. apresentação do requerimento (protocolo) de Autorização Florestal, no caso de necessidade de supressão de vegetação;
VIII. publicação de súmula do pedido de Licença Ambiental Simplificada - LAS em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986; e
IX. recolhimento da taxa ambiental e, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental, demais valores cabíveis referentes às publicações.

Art.14. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença Ambiental Simplificada – LAS somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal.

Seção IV
Da Regularização do Licenciamento Ambiental

Art.15. Os empreendimentos que tenham a atividade de cogeração de energia em operação, antes da edição desta resolução, poderão se regularizar, por meio de solicitação da respectiva licença de acordo com o enquadramento do Art.5º da presente Resolução.

Seção V
Dos prazos de Validade das Licenças

Art.16.O órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade para cada tipo de licença e autorização ambiental, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:

I- o prazo de validade da Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual - DLAE será de até 10 (dez) anos, podendo ser renovada a critério técnico do órgão ambiental competente;
II- o prazo de validade da Licença por Adesão e Compromisso - LAC:
- 02 (dois) anos para a primeira licença. Renovável;
- 05 (cinco) anos a partir da primeira renovação.

III- o prazo de validade da Licença Ambiental Simplificada - LAS será de até 10 (dez) anos, podendo ser renovada a critério técnico do órgão ambiental competente.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.17.Constatada a existência de pendência judicial envolvendo o empreendedor, o empreendimento ou o imóvel, a decisão administrativa sobre a eventual suspensão do licenciamento será precedida de manifestação jurídica do órgão ambiental competente no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único: A existência de pendência judicial ou pendência administrativa, não impedem o empreendedor de protocolar requerimento de licenciamento ambiental para implantação de atividade de cogeração, sendo-lhe concedido prazo de até 5 anos para instituir e regularizar as fontes.

Art.18.O não cumprimento do disposto nesta Resolução sujeitará os infratores às sanções previstas nas Leis Federais nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 e seus decretos regulamentadores.

Art.19.Esta Resolução deverá ser reavaliada a cada 04 (quatro) anos ou a qualquer tempo, quando o órgão ambiental considerar necessário.

Art.20. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Curitiba, 23 de fevereiro de 2021.

MARCIO NUNES
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

RELAÇÃO DOS ANEXOS

ANEXO I	CERTIDÃO DO MUNICÍPIO QUANTO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
ANEXO II	MCE - MEMORIAL DE CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO
ANEXO III	PBCA - PLANO BÁSICO DE CONTROLE AMBIENTAL - PBCA
ANEXO IV	DECLARAÇÃO DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS
ANEXO V	DECLARAÇÃO DO EMPREENDEDOR PELO LICENCIAMENTO POR ADESÃO E COMPROMISSO
ANEXO VI	DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LICENCIAMENTO POR ADESÃO E COMPROMISSO

ANEXO I

MODELO DE CERTIDÃO DO MUNICÍPIO QUANTO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

MUNICÍPIO DE.....(nome do município), para fins de licenciamento ambiental do empreendimento abaixo descrito, que o local, o tipo de empreendimento e a atividade estão em conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo (Plano Diretor ou Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente), bem como atendem a legislação ambiental municipal e as demais exigências legais e administrativas perante nosso município.

EMPREENDEDOR	
CNPJ/CPF	
ATIVIDADE	
LOCALIZAÇÃO	
LEGISLAÇÃO Nº	
ZONA/MACROZONA	
PERÍMETRO URBANO/ ZONA RURAL	
ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE PERMITIDA/PERMISSIVEL	

LOCAL/DATA

Nome, assinatura e carimbo do Prefeito Municipal e, por delegação, dos Secretários Municipais responsáveis pelo Meio Ambiente e controle territorial.

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DO MEMORIAL DE CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO - MCE

O MCE deverá ser elaborado por técnico habilitado e apresentado para análise do INSTITUTO ÁGUA E TERRA, *acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART*, conforme as diretrizes listadas a seguir.

I. INFORMAÇÕES CADASTRAIS
- a) Razão social;
- b) Nome Fantasia;
- c) CNPJ e Inscrição Estadual. Cadastro de Produtor Rural;
- d) Endereço completo da da unidade a ser licenciada;
- e) Endereço para correspondência;
- f) Nome do responsável, telefone;
- g) E-mail.

II. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA
- a) Área onde será implantada a atividade (área total, área construída e área livre);
- b) Coordenadas Geográficas e UTM;
- c) Tipo e característica do solo;
- d) Topografia;
- e) Recursos Hídricos (nascentes, olhos d´água, cursos dá água, etc);
- f) Geologia/hidrogeologia/geotecnia;
- g) Cobertura Vegetal;
- h) Acessos (alternativas, condições de tráfego);
- i) Características do entorno (uso do solo, residências, áreas de interesse ambiental, etc..

III. CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO COM IMAGEM AÉREA E CONTENDO NO MÍNIMO:
- a) Distância dos corpos hídricos;
- b) Áreas de preservação permanente;
- c) Cobertura florestal;
- d) Vias de acesso principais e
- e) Pontos de referências.

IV. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO
- a) Natureza. Tipo de atividade do empreendimento. De acordo com o Código Nacional de Atividades Econômicas “CNAE”. Citar o número do CNAE;
- b) Descrição do processo industrial;
- c) Balanços de vapor e de energia elétrica;
- d) Eficiência energética;
- e) Usos da água e balanço hídrico;
- f) Descritivo da obra a ser implantada e a descrição das intervenções necessárias;
- g) Descrição do empreendimento de cogeração de energia a ser implantado;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

h) Dados e especificações das turbinas;
i) Unidade de geração de energia:
- Apresentar as características da unidade, informando, no mínimo:
  - Capacidade de geração (MW)
  - Composição dos módulos de geração
  - Características dos equipamentos principais e instalações auxiliares
  - Exigências de espaço e arranjo de equipamentos
- Apresentar características técnicas e especificações da(s) caldeira(s):
  - Número de caldeiras
  - Combustível utilizado e consumo
  - Capacidade de cada caldeira (t vapor/h)
  - características do queimador utilizado (convencional, "low NOx", grelha)
  - Pressão e temperatura do vapor gerado
- Apresentar as especificações técnicas e os dados característicos das turbinas, contemplando:
  - Quantidade
  - Tipo e modelo
  - Capacidade de cada turbina (MW)

j) Descrição técnica sistema de distribuição de energia.

V. INFORMAÇÕES SOBRE POLUENTES
a) Efluentes líquidos
- Geração, tratamento e destinação final

b) Resíduos Sólidos
- Geração, tratamento e destinação final

c) Emissões atmosféricas e sistemas de controle
- Geração e tratamento

VI. DESENHOS
- Planta de situação do empreendimento;

Planta geral contemplando o(s) empreendimentos de cogeração de energia(es), Unidade de geração de energia e Sistema de distribuição de energia

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO BÁSICO DE CONTROLE AMBIENTAL - PBCA

O PLANO BÁSICO DE CONTROLE AMBIENTAL devera ser elaborado por técnico habilitado e apresentados para análise do INSTITUTO ÁGUA E TERRA, *acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART*, conforme as diretrizes listadas a seguir.

I. INFORMAÇÕES CADASTRAIS
- Razão social, cgc, endereço, indicação fiscal;
- Área onde será implantada a atividade (área total, área construída e área livre);
- Número de funcionários;
- Horário de turno de trabalho;
- Descrição da atividade;
- Descrição do empreendimento e apresentação das suas características técnicas;
- Pessoa para contato;
- Telefone da pessoa para contato; e
- E-mail da pessoa para contato.

II.PROJETO DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL

1. EFLUENTES LÍQUIDOS

1.a) Informações sobre poluição hídrica
- Fonte abastecedora de água;
- Corpo receptor;

1.b) INFORMAÇÕES SOBRE EFLUENTES LÍQUIDOS
- Descrição do sistema de captação e disposição de águas de drenagem pluvial;
- Informações sobre a quantidade e qualidade (caracterização) dos efluentes líquidos gerados na atividade, inclusive daqueles gerados em lavagem de pisos, equipamentos e de oficinas, se for o caso.

1.c) PROJETO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS

- ESGOTO SANITÁRIO
  - Descrição do (s) sistema (s) de tratamento (s) adotado (s) para o tratamento do esgoto sanitário;
  - Dimensionamento (memorial de cálculo) das unidades que compõem o sistema.

- EFLUENTES LÍQUIDOS GERADOS NA ATIVIDADE
  - Descrição do (s) sistema (s) de tratamento (s) adotado (s) para o tratamento de efluentes líquidos gerados na atividade;
  - Justificativa do sistema adotado;
  - Dimensionamento (memorial de cálculo) das unidades que compõem o sistema;
  - Caracterização do corpo receptor, quando lançado em corpo hídrico.

2. EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

2.a) INFORMAÇÕES SOBRE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS
- Especificar detalhadamente as fontes geradoras de poluição do ar;
- Especificar os combustíveis a serem utilizados (tipo e quantidade diária);
- Apresentar o Plano de Controle de Poluição do Ar, especificando as medidas a serem tomadas para atender os padrões de

emissão e de condicionamento.

3. RESÍDUOS SÓLIDOS

– Apresentar relação dos resíduos sólidos, indicando sua origem, produção diária (peso e volume), características (estado físico, composição química, peso específico), processamento (tipo de acondicionamento e de remoção) e destinação final.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

… (nome completo em negrito da parte), … (nacionalidade), … (estado civil), … (profissão), portador do CPF/MF nº … ou CNPJ no , com Documento de Identidade de
n° …, residente e domiciliado na Rua …, n. …, … (bairro), CEP: …, … (Município – UF), DECLARO, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que as informações prestadas e documentos que apresento para (inserir finalidade), relacionados abaixo, são verdadeiros e autênticos (fieis a verdade e condizentes com a realidade dos fatos à época).

FATOS DECLARADOS:_____(…)
DOCUMENTOS APRESENTADOS:_____(…)
Fico ciente através desse documento que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da Lei bem como pode ser enquadrada como litigância de Má-Fé.

Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades das declarações prestadas, firmo a presente.

… (Município – UF), … (dia) de … (mês) de … (ano).

…(nome do declarante completo)

DECLARANTE

CPF: … ou CNPJ

ANEXO V

DECLARAÇÃO DO EMPREENDEDOR PELO LICENCIAMENTO POR ADESÃO E COMPROMISSO

_____,_____,
Nome do(a) Monitor(a) (Nacionalidade) (Estado Civil)
residente e domiciliado(a) no(a)_____,
_____,
(Rua/Avenida) (no)

_____,_____,_____portador(a) do CPF n.o
_____ (Complemento) (Bairro) (Cidade) (UF)
_____carteira de identidade no_____,_____/
_____, (No do CPF) (Órgão Expedidor) (UF),

Pelo presente instrumento, formalizo adesão e compromisso aos parâmetros técnicos estabelecidos pelo órgão ambiental competente, assumindo responsabilidade pelo cumprimento de todas as normas legais vigentes e condicionantes estabelecidas na licença, com o intuito de licenciamento ambiental da atividade XXXX através da Licença por Adesão e Compromisso (LAC), sob pena de sofrer as sanções legais cabíveis.

Local e data

…(nome do declarante completo)

DECLARANTE

CPF: … ou CNPJ

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LICENCIAMENTO POR ADESÃO E COMPROMISSO

_____,_____,_____, Nome do(a) Monitor(a) (Nacionalidade) (Estado Civil) residente e domiciliado(a) no(a)_____,_, (Rua/Avenida) (no)

_____,_____, _____ portador(a) do CPF n.o_____(Complemento) (Bairro) (Cidade) (UF)
_____carteira de identidade no_____,_____/, (No do CPF) (Órgão Expedidor) (UF),

Pelo presente instrumento, declaro ser responsável pelas informações prestadas sobre o empreendimento em questão, assumindo a responsabilidade técnica pelas informações prestadas e pelo cumprimento de todas as normas legais vigentes, com o intuito de licenciamento ambiental da atividade de_____através da Licença por Adesão e Compromisso (LAC), sob pena de sofrer as sanções legais cabíveis.

LOCAL E DATA

…(nome do declarante completo)

DECLARANTE

NÚMERO DO REGISTRO NO CONSELHO DE CLASSE

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO SEDEST Nº 11/2021

Súmula: Estabelece definições, critérios, diretrizes e procedimentos para licenciamento de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte solar, no âmbito do Estado do Paraná.

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual no. 19.848, de 03 de maio de 2019, Lei Estadual nº 10.066 de 27 de julho de 1992 e alterações posteriores, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto nº 3813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto 1440 de 23 de maio de 2019;

CONSIDERANDO:

- que o Licenciamento Ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais, regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

- que a Licença Ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais efetivas ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental;

- a necessidade de padronizar os procedimentos para os licenciamentos de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte solar, no âmbito do Estado do Paraná

- que o licenciamento deve estabelecer os parâmetros mínimos para garantir os remanescentes florestais, faunísticos, socioeconômicos, culturais e outros atributos naturais, bem como definir critérios para compensação ou mitigação de impactos negativos ocasionados pela instalação do empreendimento;

- que cabe à ANEEL estabelecer a regulamentação do setor elétrico;

- a necessidade de implementar a "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas", cujos signatários, incluindo o Brasil, se comprometeram a "aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global";

- a necessidade de cumprir o Acordo de Paris, promulgado pelo Decreto Federal nº 9.073, de 5 de junho de 2017, sob o qual o Brasil assumiu o compromisso de "expandir o uso de fontes renováveis, além da energia hídrica, na matriz total de energia para uma participação de 28% a 33% até 2030";

- a Resolução CONAMA nº 279 de 27 de junho de 2001 que estabelece procedimentos para o licenciamento simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental, no seu art. 1º, inciso IV;

- o contido nas Resoluções CONAMA nºs 01/86, 06/87, 09/87, 237/97, 302/02, 303/02, na Resolução CEMA nº 107/2020 e outras normativas relacionadas;

- que os empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte solar se apresentam como empreendimentos de baixo potencial poluidor e tem papel imprescindível na contribuição para uma matriz energética mais limpa.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer definições, critérios, diretrizes e procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte solar, no Estado do Paraná.

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para efeito desta Resolução consideram-se as seguintes definições:

I. Campo Solar – Área total necessária para implantação dos painéis solares;
II. Condicionantes - medidas, condições ou restrições sob responsabilidade do empreendedor, estabelecidas no âmbito das licenças ambientais pela autoridade licenciadora, com vistas a mitigar ou compensar os impactos ambientais negativos e potencializar os impactos positivos identificados nos estudos ambientais, devendo guardar relação direta e proporcional com os impactos neles identificados;
III. Estudo Ambiental – são trabalhos técnicos elaborados por profissionais habilitados, tendo por objetivo a caracterização de um determinado ambiente, a previsão de impactos ambientais resultantes da implantação ou alteração de um determinado empreendimento, bem como o estabelecimento de medidas mitigadoras, potencializadoras ou compensatórias dos impactos identificados;
IV. **EIA – Estudo de Impacto Ambiental –** é o instrumento de avaliação dos impactos ambientais decorrentes da implantação de atividades modificadoras do meio ambiente, apresentado como subsídio para a concessão da licença prévia requerida, elaborado por equipe multidisciplinar e utilizado para avaliar a viabilidade ambiental do empreendimento através do diagnóstico ambiental da área de influência (meio físico, meio biótico e meio socioeconômico), da análise dos impactos decorrentes da atividade, da definição das medidas mitigadoras e compensatórias e da elaboração de programas de acompanhamento e monitoramento dos impactos ambientais identificados;
V. **Estudos Ambientais Complementares –** são todos e quaisquer estudos solicitados pelo órgão ambiental a fim de subsidiar o processo de licenciamento ambiental, solicitados conforme as particularidades de cada atividade;
VI. **Geração Compartilhada -** caracterizada pela reunião de consumidores, dentro da mesma área de concessão ou permissão, por meio de consórcio ou cooperativa, composta por pessoa física ou jurídica, que possua unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída em local diferente das unidades consumidoras nas quais a energia excedente será compensada;
VII. **Geração Distribuída -** centrais geradoras de energia elétrica, de qualquer potência, com instalações conectadas diretamente no sistema elétrico de distribuição ou através de instalações de consumidores, podendo operar em paralelo ou de forma isolada e despachada -ou não- pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS;

VIII. **Licença Ambiental -** ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação e/ou modificação ambiental;
IX. **Licenciamento Ambiental -** procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, verificando a satisfação das condições legais e técnicas, delibera quanto à localização, instalação, ampliação, operação e encerramento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam vir a causar degradação e/ou modificação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;
X. **Manutenção –** Conjunto de ações necessárias para que um equipamento ou instalação seja conservado ou restaurado, de modo a permanecer de acordo com uma condição especificada;
XI. **Microgeração distribuída -** central geradora de energia elétrica, com potência instalada menor ou igual a 75 kW (setenta e cinco quilowatts) e que utilize cogeração qualificada, conforme regulamentação da ANEEL, ou demais fontes renováveis de energia elétrica na rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras;
XII. **Minigeração distribuída -** central geradora de energia elétrica, com potência instalada superior a 75 kW e menor ou igual a 3 MW para fontes hídricas ou menor ou igual a 5 MW para cogeração qualificada, ou para as demais fontes renováveis de energia elétrica, conectada na rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL;
XIII. **PBA – Projeto Básico Ambiental –** é o estudo ambiental complementar que apresenta, detalhadamente, todas as medidas mitigadoras, compensatórias e os programas ambientais propostos no EIA/RIMA;
XIV. **PCA – Plano de Controle Ambiental –** é o estudo ambiental que tem por objetivo prever medidas de gestão e controle das ações de cunho ambiental de um empreendimento;
XV. **RAS – Relatório Ambiental Simplificado –** é o estudo relativo aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a concessão da licença prévia requerida, que conterá, dentre outras, as informações relativas ao diagnóstico ambiental da região de inserção do empreendimento, sua caracterização, a identificação dos impactos ambientais e das medidas de controle, de mitigação e de compensação;
XVI. **RDPA – Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais –** o documento que apresenta, detalhadamente, todas as medidas mitigadoras e compensatórias e os programas ambientais propostos no RAS ou PCA;
XVII. **RIMA – Relatório de Impacto Ambiental –** é o instrumento que tem a finalidade de apresentar aos interessados a síntese do Estudo de Impacto Ambiental - EIA, de forma objetiva e adequada à compreensão, por meio de linguagem acessível e ilustrado por técnicas de comunicação visual de modo que se possa entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais decorrentes da sua implantação;
XVIII. **Relatório de Automonitoramento Ambiental:** Relatório com o resultado do processo de acompanhamento realizado pelo empreendedor da interação do empreendimento com o meio ambiente onde ele se insere, permitindo a identificação e a quantificação dos possíveis impactos ambientais causados por este, e as suas expensas;
XIX. **Repotenciação –** Intervenção no empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte solar em operação, que propicie aumento na capacidade de geração de energia;
XX. **Reunião Técnica Informativa –** Reunião solicitada pelo órgão ambiental competente, às expensas do empreendedor, para apresentação e discussão do Relatório Ambiental Simplificado, Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais e demais informações, garantidas a consulta e participação pública;
XXI. **Sistema Eletrônico –** Módulo Licenciamento, sistema informatizado para emissão de licenças ambientais, permitindo aos usuários a requisição de licenças pela internet, além de disponibilizar consultas e outras informações. É integrado com uma base de dados georreferenciados que serve de apoio à tomada de decisão na emissão de pareceres e laudos técnicos, bem como na decisão administrativa, além de dar suporte aos módulos de monitoramento e fiscalização;
XXII. **Termo de Referência –** Documento único emitido pelo órgão ambiental competente, que apresenta o conteúdo mínimo dos estudos a serem apresentados pelo empreendedor no licenciamento ambiental para avaliação dos impactos ambientais decorrentes da atividade ou empreendimento;
XXIII. **Usina –** Geração acima de 5 MW (cinco megawatts);
XXIV. **Sistema Fotovoltaico Flutuante –** Painéis solares fotovoltaicos instalados em reservatórios ou lâminas de água.

CAPÍTULO II
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I
Dos Atos administrativos

Art. 3º O órgão licenciador, no âmbito do licenciamento de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte solar, e no exercício de suas atribuições, expedirá os seguintes atos administrativos:

I. **Autorização Ambiental (AA):** autoriza a execução de obras, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou obras emergenciais, de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, cadastros, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão ambiental competente;
II. **Declaração de Inexigibilidade de Licença Ambiental (DILA):** concedida para as atividades e empreendimentos dotados de impactos ambiental e socioambiental insignificantes para os quais é inexigível o licenciamento ambiental, respeitadas as legislações municipais;
III. **Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DLAE):** concedida para os empreendimentos cujo licenciamento ambiental não compete ao órgão ambiental estadual, conforme estabelecido na Resolução SEMA 051/2009 e alterações posteriores;
IV. **Licença Ambiental Simplificada (LAS):** aprova a localização e a concepção do empreendimento, atividade ou obra de pequeno porte e/ou que possuam baixo potencial poluidor/degradador, atestando a viabilidade ambiental, estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua instalação e operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador;
V. **Licença Prévia (LP):** concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
VI. **Licença de Instalação (LI):** autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambientais e demais condicionantes, da qual constituem motivos determinantes.
VII. **Licença de Operação (LO):** autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambientais e condicionantes determinados para a operação.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 4º Os atos administrativos listados no Art. 3º serão por meio de sistema eletrônico, com exceção da DILA, mediante cadastramento do requerente como usuário ambiental, prestação das informações referentes ao empreendimento e a apresentação da documentação solicitada.

Art. 5º Os empreendedores de geração de energia elétrica a partir de fonte solar, ao submeterem seus empreendimentos ao licenciamento ambiental perante o órgão estadual competente deverão prestar as informações técnicas sobre o mesmo, conforme estabelecem os termos da legislação aplicável e pelos procedimentos definidos nesta Resolução.

Seção II
Da Definição do Porte, Tipo de Licenciamento e de Estudo Ambiental

Art. 6º A definição da modalidade de licenciamento ambiental a que serão submetidas a geração de energia elétrica a partir de fonte solar obedecerá às seguintes condições:
§1º. Para o estabelecer o enquadramento da modalidade de licenciamento, bem como o estudo ambiental a ser apresentado, será considerada a classificação disposta no Quadro 1.
§2º. Serão disponibilizados Termos de Referência para cada tipo de estudo ambiental a ser aplicado, conforme estabelecido no Quadro 1.

Quadro 1. Modalidade de licenciamento e estudo ambiental para geração de energia elétrica a partir de fonte solar.

PORTE	CAMPO SOLAR (CS)	ESTUDO AMBIENTAL	LICENCIAMENTO
1	CS ≤ 1,5 ha (conforme estabelecido no Art. 7º)	Inexigível	DILA
2	1, 5 ha < CS ≤ 7,5 ha (com rede pública)	Dispensado	DLAE
3	1, 5 ha < CS ≤ 7,5 ha (sem rede pública)	PCA	LAS
4	7,5 ha < CS < 15 ha	RAS	LP, LI e LO
5	CS ≥ 15 ha ou P > 10 MW	EIA	LP, LI e LO

Art. 7º Nos casos de empreendimentos a serem instalados em unidades domiciliares e/ou pluridomiciliares, unidades industriais, comerciais, agropecuários, entre outros, inferior ou igual a 1,5 ha e em local coberto por rede pública de energia, será tratado como inexigibilidade de licenciamento ambiental, conforme disposto no Art. 4º.

Art. 8º Nos casos de implantação de empreendimento em área superior a 1,5 ha e inferior ou igual a 7,5 ha em local coberto por rede pública de energia deverá ser requerida a Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual.

Art. 9º Nos casos de implantação de empreendimento em área superior a 1,5 ha e inferior ou igual a 7,5 ha em local não coberto por rede pública de energia deverá ser requerida Licença Ambiental Simplificada, com apresentação de PCA.

Art. 10 Nos casos de implantação de empreendimento em área superior a 7,5 ha e inferior a 15 ha deverá ser requerido licenciamento ambiental completo (LP, LI e LO), com apresentação de RAS.

Art. 11 Nos casos de implantação de empreendimento em área superior ou igual a 15 ha deverá ser requerido o licenciamento completo (LP, LI e LO), com apresentação de EIA/RIMA.

Art. 12. Considerando os aspectos locacionais, os empreendimentos contemplados no Quadro 1 somente poderão ser instalados nos seguintes locais:
I. área antropizada;
II. ausência da necessidade de supressão de vegetação nativa em estágio sucessional de regeneração médio ou avançado e/ou primário;

Art. 13. O órgão ambiental competente poderá solicitar outros documentos e/ou informações complementares do requerente ou de outras instituições envolvidas no licenciamento ambiental em questão, caso haja necessidade conforme Resolução CEMA nº 107/2020.

Art. 14 Para fins de licenciamento ambiental de sistema fotovoltaico flutuante ou outra forma de geração de energia elétrica a partir de fonte solar, serão analisadas individualmente pelo órgão ambiental.

Art. 15 Ficam dispensados de licenciamento ambiental estadual a instalação/implantação dos painéis solares em cobertura/telhado de empreendimentos residenciais, comerciais, industriais e agropecuários já existentes ou a serem instalados.

Seção III
Repotenciação

Art. 16. Nos casos de repotenciação de campos solares em solo, deverão ser consideradas as seguintes situações:

I. para empreendimentos que exijam licenciamento ambiental, cuja repotenciação implique em aumento da área do campo solar, porém não resulte na mudança de porte indicada no Quadro 1 (porte 3, 4 e 5) será exigido o requerimento de Autorização Ambiental com apresentação do Memorial Descritivo;

II. para empreendimentos que exijam licenciamento ambiental, cuja repotenciação implique em mudança de porte será exigido o seu respectivo estudo ambiental conforme indicado no Quadro 1;
III. campos solares cuja repotenciação não impliquem em aumento da área, ficam dispensados de novo licenciamento ambiental, devendo o empreendedor informar o órgão ambiental e providenciar a destinação correta dos equipamentos substituídos;
IV. empreendimentos para os quais a repotenciação ultrapassar 10 MW (dez megawatts), o licenciamento se dará mediante apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e haverá necessidade de um novo licenciamento, na forma do Artigo 12.

Seção IV
Licenciamentos de Novos Empreendimentos e suas Renovações

Subseção I
Documentação Básica

Art. 17 Para os empreendimentos elegíveis conforme Quadro 1, na Seção II, o requerente deverá solicitar a **Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual – DLAE** mediante apresentação dos seguintes documentos:
I. requerimento de licenciamento ambiental - RLA;
II. cadastro de empreendimentos de energia solar – CEES;
III. comprovante de recolhimento da taxa ambiental;
IV. no caso de empreendimento instalado em zona rural, apresentar documento de propriedade ou justa posse rural, nos termos do §3.º do art.10, da Resolução CEMA nº 107/2020.

§1º. A Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual poderá ser renovada, desde que mantidas as mesmas características do empreendimento.
§2º. A Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual não exime o interessado das exigências legais quanto à preservação do meio ambiente, bem como obtenção de alvarás e atendimento a outras exigências municipais.

Art.18 O órgão licenciador expedirá **Autorização Ambiental - AA** aos casos contemplados na Seção III, devendo o empreendedor efetuar o seu requerimento mediante apresentação dos seguintes documentos:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro de empreendimentos de energia solar - CEES;
III. memorial descritivo do empreendimento e a descrição das intervenções necessárias;
IV. projeto básico do empreendimento;
V. comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental, conforme tabelas II, e IV (inspeção florestal, e autorização, respectivamente) da Lei Estadual nº 10.233/92 que institui a Taxa Ambiental;
VI. apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados.

Art. 19 Os empreendimentos que por sua classificação conforme Seção II, necessitarem fazer a solicitação de **Licença Ambiental Simplificada – LAS** deverão instruir o requerimento mediante a apresentação dos os seguintes documentos:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro de Empreendimentos de Energia Solar – CEES;
III. cópia da Carteira de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física; ou Contrato Social e Ato Constitutivo, se pessoa jurídica;
IV. outorga de autorização da ANEEL para o empreendimento, conforme disposto na Resolução Normativa nº 876/2020, caso se aplique;
V. outorga de direito dos recursos hídricos, se for o caso;
VI. certidão emitida pela prefeitura do(s) Município(s) em relação ao empreendimento, declarando expressamente a inexistência de óbices quanto à lei de uso e ocupação do solo e a legislação de proteção do meio ambiente municipal, conforme modelo disposto no Anexo II da CEMA nº 107/2020;
VII. prova de publicação de súmula do de Licença Ambiental Simplificada - LAS em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no sistema eletrônico do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VIII. memorial descritivo do empreendimento e a descrição das intervenções necessárias;
IX. projeto executivo do empreendimento, com respectiva ART;
X. cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
XI. comprovante de recolhimento da taxa de análise de estudo técnico ambiental;
XII. comprovante da entrega da Ficha de Caracterização de Atividade - FCA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, quando aplicável;
XIII. recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, referente aos imóveis onde incide o empreendimento, se for o caso;
XIV. comprovante do (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, se for o caso;
XV. cópia(s) da(s) matrícula(s) do(s) imóvel (is) afetado(s) pelo empreendimento.

Art. 20 Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença Ambiental Simplificada – LAS somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal.

Art. 21 Para a Renovação da **Licença Ambiental Simplificada - RLAS** o empreendedor deverá protocolar os seguintes documentos:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro de Empreendimentos de Energia Solar – CEES;
III. cópia da Licença Ambiental Simplificada - LAS e o comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
IV. prova de publicação de súmula do recebimento de Renovação de Licença Ambiental Simplificada - RLAS em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou sistema eletrônico do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA n°006/86;
V. outorga de direito dos recursos hídricos, vigente, se for o caso;
VI. relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior;
VII. relatório de Automonitoramento Ambiental.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 22 Os empreendimentos que por suas características necessitarem fazer o licenciamento completo (LP, LI e LO), dependerão obrigatoriamente da apresentação da documentação listada na sequência:

Art. 23 Os requerimentos de **Licença Prévia - LP** deverão ser protocolados por meio de sistema eletrônico mediante apresentação de:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro Empreendimentos de Energia Solar – CEES;
III. cópia da Carteira de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física; ou Contrato Social e Ato Constitutivo, se pessoa jurídica;
IV. memorial descritivo do empreendimento;
V. outorga prévia dos recursos hídricos, se for o caso;
VI. despacho de Registro do Requerimento de Outorga para o empreendimento, conforme disposto na Resolução Normativa da ANEEL nº 876/2020, se for o caso;
VII. certidão emitida pela prefeitura do(s) Município(s) em relação ao empreendimento, declarando expressamente a inexistência de óbices quanto à lei de uso e ocupação do solo e a legislação de proteção do meio ambiente municipal, conforme modelo disposto no Anexo II da Resolução CEMA nº 107/2020;
VIII. prova de publicação de súmula da Licença Ambiental Prévia - LP em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
IX. comprovante de recolhimento da taxa de análise de estudo técnico ambiental;
X. apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
XI. em caso de necessidade de supressão florestal, deve haver uma análise integrada do licenciamento e o requerente deverá apresentar o Relatório de Caracterização da Flora, de acordo com a Resolução CONAMA 02/94.

Art. 24 Os requerimentos de **Prorrogação da Licença Prévia - PLP** desde que essa prorrogação não ultrapasse o prazo máximo estabelecido no ANEXO III da Resolução CEMA nº 107/2020, deverão ser protocolados por meio de sistema eletrônico mediante apresentação de:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro de Empreendimentos de Energia Solar – CEES;
III. relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior;
IV. cópia da Licença Prévia - LP e o comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
V. prova de publicação de súmula de Prorrogação da Licença Ambiental Prévia - PLP em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no sistema eletrônico do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.

Art. 25 Os requerimentos de **Licença de instalação - LI** deverão ser protocolados por meio de sistema eletrônico mediante apresentação de:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro de empreendimentos de energia solar – CEES;
III. cópia da Carteira de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física; ou Contrato Social e Ato Constitutivo, se pessoa jurídica;
IV. cópia da Licença Prévia - LP e o comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
V. prova de publicação de súmula de Licença Ambiental de Instalação - LI em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no sistema eletrônico do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VI. apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados.
VII. projeto executivo do empreendimento, com respectiva ART;
VIII. recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, referente aos imóveis onde incide o empreendimento, caso se aplique.
IX. relatório de atendimento às condicionantes estabelecidas na licença anterior.
X. cópia(s) da(s) matrícula(s) do(s) imóvel (is) afetado(s) pelo empreendimento.
XI. comprovante do requerimento (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, se for o caso;
XII. apresentação do requerimento (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente, se for o caso.

Art. 26 Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença de Instalação somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal.

Art. 27 Os requerimentos de **Prorrogação de Licença de Instalação – PLI**, desde que essa prorrogação não ultrapasse o prazo máximo estabelecido no ANEXO III da Resolução CEMA nº 107/2020, deverão ser protocolados por meio de sistema eletrônico mediante apresentação de:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro de empreendimentos de energia solar – CEES;
III. relatório de situação do empreendimento quanto às fases já executadas;
IV. relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior;
V. cópia da Licença de Instalação - LI e o comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VI. prova de publicação de súmula de Prorrogação de Licença Ambiental de Instalação – PLI em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no sistema eletrônico do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
VII. apresentação de autorização, em vigor, para supressão vegetal emitida pelo órgão competente, se for o caso;
VIII. apresentação de autorização, em vigor, para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente, se for o caso.

Art. 28 Os requerimentos de **Licença de Operação - LO** deverão ser protocolados por meio de sistema eletrônico mediante apresentação de:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro de empreendimentos de energia solar – CEES;
III. cópia da Carteira de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física; ou Contrato Social e Ato Constitutivo, se pessoa jurídica;
IV. outorga de Autorização da ANEEL para o empreendimento, conforme disposto na Resolução Normativa nº 876/2020, se for o caso;

V. cópia da Licença de Instalação - LI e o comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VI. prova de publicação de súmula de Licença Ambiental de Operação - LO em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no sistema eletrônico do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VII. apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
VIII. relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior;
IX. laudo de conclusão/situação de obra, acompanhado de material fotográfico, elaborado por profissional com a devida anotação de responsabilidade técnica – ART.

Art. 29 Os requerimentos de **Renovação de Licença de Operação - RLO** deverão ser protocolados por meio de sistema eletrônico mediante apresentação de:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro de Empreendimentos de Energia Solar – CEES;
III. outorga de Autorização da ANEEL para o empreendimento, conforme disposto na Resolução Normativa nº 876/2020, se for o caso;
IV. cópia da Licença de Operação - LO e o comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
V. prova de publicação de súmula de Renovação de Licença Ambiental de Operação – RLO em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no sistema eletrônico do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VI. relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior;
VII. relatório de Automonitoramento Ambiental.

Subseção II
Documentação Complementar

Art. 30 O licenciamento ambiental de empreendimento com **Campo Solar maior a 1,5 e menor ou igual a 7,5 ha sem rede pública** deverá ser requerido mediante apresentação, além daqueles listados na Subseção I, os seguintes documentos:

I. Para LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS
a) Plano de Controle Ambiental – PCA.

Art. 31 O licenciamento ambiental de empreendimento com **Campo Solar maior que 7,5 ha e menor a 15 ha** deverá ser requerido mediante apresentação, além daqueles listados na Subseção I, os seguintes documentos:

I. Para LICENÇA PRÉVIA - LP
a) Relatório Ambiental Simplificado – RAS.

II. Para LICENÇA DE INSTALAÇÃO - LI
a) Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais – RDPA.

Art. 32 O licenciamento ambiental de empreendimento com **Campo Solar maior ou igual a 15 ha e/ou potência instalada acima de 10 MW** deverá ser requerido mediante apresentação, além daqueles listados na Subseção I, os seguintes documentos:

I. Para LICENÇA PRÉVIA - LP
a) Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA;

II. Para LICENÇA DE INSTALAÇÃO - LI
a) Projeto Básico Ambiental – PBA.

Seção V
Das Taxas Ambientais

Art. 33 O licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte solar será protocolado e analisado pelo órgão ambiental competente mediante pagamento de 3 (três) taxas (quando couber) a serem recolhidas quando da solicitação do licenciamento ambiental.
I. taxa de procedimento administrativo, que será calculada em função do porte do empreendimento e se aplica a todas as modalidades de licenciamento;
II. taxa de análise de estudo técnico ambiental, que será cobrada quando das solicitações de Licença Ambiental Simplificada – LAS e Licença Prévia – LP;
III. taxa de publicação de súmula ou recebimento de licença ambiental, que será cobrada sempre que o empreendedor optar por fazer a publicação no sistema eletrônico do órgão ambiental competente.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34 Para instalação de empreendimentos dispensados de licenciamento estadual, se for necessária movimentação de terra, deverá se observada a Resolução SEMA n° 051/2009 ou outra que venha a substitui-la.

Art. 35 Para manutenção do campo solar não será necessário requerimento de licenciamento ambiental, no entanto, os resíduos gerados deverão ser destinados corretamente em locais licenciados.

Art. 36 No caso dos licenciamentos de geração de energia elétrica a partir de fonte solar exijam apresentação do Relatório Ambiental Simplificado – RAS, sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por pelo menos cinquenta pessoas maiores de dezoito anos, o órgão de meio ambiente promoverá Reunião Técnica Informativa, conforme preconiza a Resolução CONAMA nº 279/2001.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 37 O Instituto Água e Terra dará publicidade ao EIA/RIMA através de edital de entrada que será publicado no Diário Oficial do Estado e disponibilizado em seu sítio eletrônico.

Parágrafo único. Os ritos e procedimentos relativos às Audiências Públicas seguirão o preconizado nas Resoluções CONAMA nº 01/1986 e CONAMA nº 09/1987.

Art. 38 Os prazos de validade de cada ato administrativo serão estabelecidos pelo órgão ambiental competente, especificando-os no respectivo documento, com base no disposto na Resolução CEMA nº 107/2020 ou outra que venha a substituí-la.

Art. 39 Os empreendimentos que estejam sujeitos à Licença Ambiental Simplificada – LAS, somente estarão aptos a se instalarem após o deferimento da Autorização Ambiental para Resgate, Manejo e Monitoramento de Fauna, conforme disposto na Portaria IAP Nº 97 DE 29/05/2012 ou outra que venha substituí-la e quando aplicável.

Art. 40 Os empreendimentos que estejam sujeitos ao licenciamento trifásico (LP, LI e LO), somente terão a emissão da Licença de Licença de Instalação – LI emitida de forma concomitante ou posteriormente ao deferimento da solicitação de Autorização Florestal e Autorização Ambiental para Resgate, Manejo e Monitoramento de Fauna, conforme disposto na Portaria IAP Nº 97 DE 29/05/2012 ou outra que venha substituí-la.

Art. 41 Para os casos excepcionais envolvendo imóveis não contemplados nesta Resolução, deverão estar em conformidade com as hipóteses dos Art. 45 a 54 da Resolução CEMA nº 107/2020.

Art. 42 Os Termos de Referência necessários para elaboração dos estudos ambientais exigidos por esta Resolução serão disponibilizados pelo Instituto Água e Terra – IAT.

Art. 43 Quando da necessidade da manifestação de órgãos intervenientes no licenciamento ambiental, tais como FUNAI, INCRA, IPHAN, ICMBio, CEPHA, DER, entre outros, será seguido o procedimento conforme estabelece os art. 11,12 e 13 da Resolução CEMA nº107/2020.

Art. 44 O empreendedor que no âmbito do licenciamento ambiental elaborar ou apresentar concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão, será enquadrado conforme disposto na Lei Federal 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.

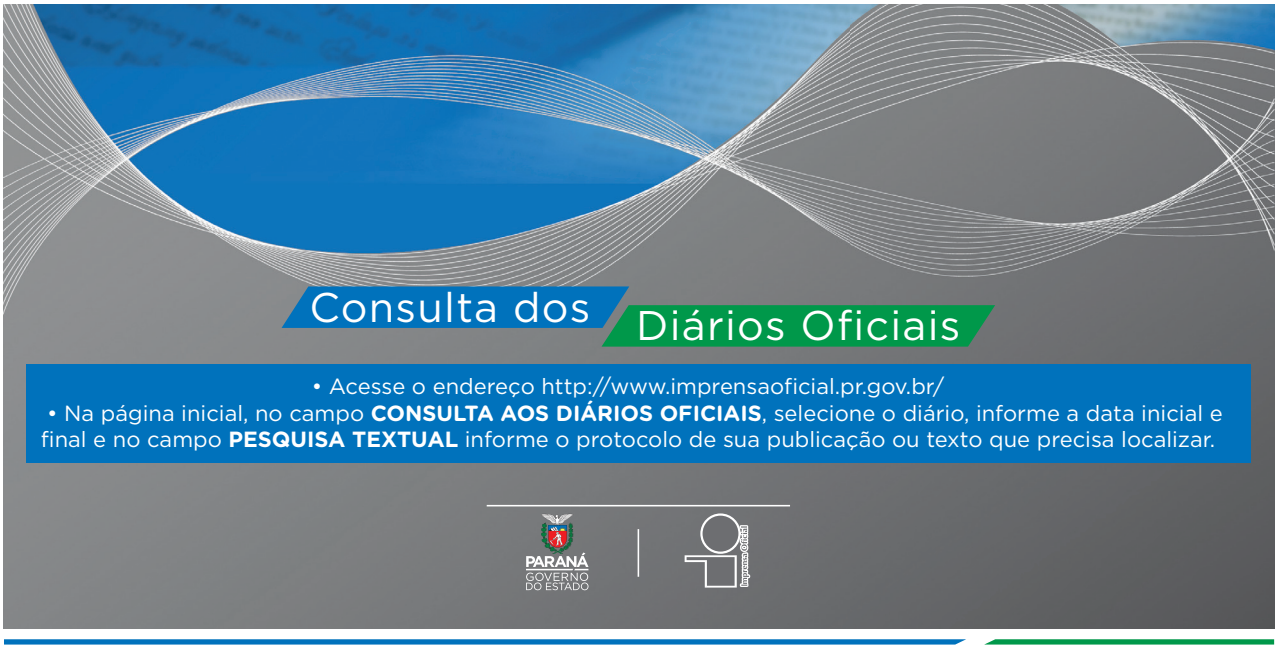
Art. 45 Os casos omissos nesta resolução serão analisados pelo Instituto Água e Terra - IAT e enquadrados na legislação ambiental vigente conforme as características particulares de cada empreendimento.

Art. 46 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria IAP nº 19 de 06 de fevereiro de 2017.

Curitiba,23 de fevereiro de 2021

Marcio Nunes
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

36126/2021



RESOLUÇÃO SEDEST Nº 12/2021

Súmula - Estabelece definições, critérios, diretrizes e procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Sistemas de Distribuição de Gás Canalizado e Sistemas de Transporte de Gás Canalizado, no âmbito do Estado do Paraná.

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, Lei Estadual nº 10.066 de 27 de julho de 1992 e alterações posteriores, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto nº 3813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto 1440 de 23 de maio de 20019;

CONSIDERANDO:

- que o Licenciamento Ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, verificando a satisfação das condições legais e técnicas, delibera quanto à localização, instalação, ampliação, operação e encerramento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam vir a causar degradação e/ou modificação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

- que a Licença Ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação e/ou modificação ambiental;

- a necessidade de padronizar os procedimentos para os licenciamentos de Sistemas de Distribuição de Gás Canalizado e Sistemas de Transporte de Gás Canalizado no âmbito do Estado do Paraná;

- o licenciamento deve estabelecer os parâmetros mínimos para garantir os remanescentes florestais, faunísticos, socioeconômicos, culturais e outros atributos naturais, bem como definir critérios para compensação ou mitigação de impactos negativos ocasionados pela instalação do empreendimento;

- as determinações estabelecidas pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 e pela Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA nº 107, de 09 de setembro de 2.020, sobre critérios e procedimentos a serem adotados para as atividades poluidoras, degradadoras e/ou modificadoras do meio ambiente;

- que todos os projetos de construção, modificação, ampliação e operação dos sistemas de distribuição e dos sistemas de transporte de gás canalizado, bem como seus acessórios, são realizados segundo normas técnicas nacionais e internacionais;

- em especial, a NBR 12712 de 2002, que especifica normas técnicas para Projeto de Sistemas de Transmissão e Distribuição de Gás Combustível;

- a inexistência de uma resolução específica para o licenciamento ambiental dos sistemas de distribuição e dos sistemas de transmissão de gás canalizado.

RESOLVE:

Art. 1º . Estabelecer definições, critérios, diretrizes e procedimentos para o licenciamento ambiental das atividades relacionadas à distribuição e ao transporte de gás canalizado no Estado do Paraná.

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES

Art.2.º Para efeito desta Resolução consideram-se as seguintes definições:

I. Área Antropizada: Área alterada pela ação humana como as faixas de domínio de rodovias, ferrovias ou outra forma de infraestrutura, logradouros públicos, áreas com ocupação urbana planejada e/ou consolidada, áreas rurais alteradas pela implantação de estruturas, edificações ou culturas agrícolas e outras, com baixa fragilidade geomorfológica e que não estejam localizadas em áreas ambientalmente protegidas definidas em legislação própria;
II. Audiência Pública: Procedimento promovido pelo órgão ambiental competente, às expensas do empreendedor, que tem por finalidade expor à comunidade atingida pela obra ou atividade e aos interessados, o conteúdo do estudo ambiental em análise e seu respectivo relatório de impactos ambiental, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito;
III. Condicionantes: medidas, condições ou restrições sob responsabilidade do empreendedor, estabelecidas no âmbito das licenças ambientais pela autoridade licenciadora, com vistas a mitigar ou compensar os impactos ambientais negativos e potencializar os impactos positivos identificados nos estudos ambientais, devendo guardar relação direta e proporcional com os impactos neles identificados;
IV. Estação de Medição e Redução de Pressão (EMRP): equipamento do sistema de distribuição de gás canalizado, instalado normalmente dentro da propriedade do usuário final, com a finalidade de medir e totalizar o volume de gás consumido pelo mesmo, bem como regular e limitar a pressão de entrega do gás;
V. Estação de Redução de Pressão (ERP): equipamento do sistema de distribuição de gás canalizado, instalado normalmente em caixas subterrâneas ou ainda em locais aéreos, com a finalidade de reduzir e limitar a pressão do gás para a linha imediatamente à jusante (Linha-Tronco, Ramais) ou mesmo uma Rede de Distribuição Interna (RDI);
VI. Estudo Ambiental: são trabalhos técnicos elaborados por profissionais habilitados, tendo por objetivo a caracterização de um determinado ambiente, a previsão de impactos ambientais resultantes da implantação ou alteração de um determinado empreendimento, bem como o estabelecimento de medidas mitigadoras, potencializadoras ou compensatórias dos impactos identificados;
VII. Estudo de Impacto Ambiental (EIA): é o instrumento de avaliação dos impactos ambientais decorrentes da implantação de atividades modificadoras do meio ambiente, apresentado como subsídio para a concessão da licença prévia requerida, elaborado por equipe multidisciplinar e utilizado para avaliar a viabilidade ambiental do empreendimento através do diagnóstico ambiental da área de influência (meio físico, meio biótico e meio socioeconômico), da análise dos impactos decorrentes da atividade, da definição das medidas mitigadoras e compensatórias e da elaboração de programas de acompanhamento e monitoramento dos impactos ambientais identificados;
VIII. Faixa de Domínio: Conjunto de áreas declaradas de utilidade pública, necessárias para implantação de estradas ou rodovias e seus dispositivos operacionais e instalações de infraestruturas necessárias ao desempenho da atividade para qual é solicitada a ocupação tais como fios, cabos, tubos, construções, postes, ferrovias e dutos;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

IX. **Faixa de Servidão:** Faixa de área, com largura determinada, declarada de utilidade pública para fins de instituir servidão administrativa e destinadas à construção e passagem de dutos, linhas de transmissão, adutoras, entre outros, podendo a concessionária praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção de seus ativos;
X. **Gás Canalizado:** o gás natural e os demais gases combustíveis ou biocombustíveis, cuja mistura ao gás natural é permitida, nas especificações definidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, e que venham a ser comercializados por meio do sistema de distribuição;
XI. **Plano Básico Ambiental (PBA):** é o estudo ambiental complementar que apresenta, detalhadamente, todas as medidas mitigadoras, compensatórias e os programas ambientais propostos no EIA/RIMA;
XII. **Plano de Ação de Emergência (PAE):** Documento que define as responsabilidades, diretrizes e informações, visando a adoção de procedimentos técnicos e administrativos estruturados de forma a propiciar respostas rápidas e eficientes em situações emergenciais.
XIII. **Plano de Controle Ambiental (PCA):** é o estudo ambiental que tem por objetivo prever medidas de gestão e controle das ações de cunho ambiental de um empreendimento;
XIV. **Ponto de Entrega ("City-Gate"):** É a Estação de Medição e Redução de Pressão - EMRP de entrega do gás combustível às empresas distribuidoras, compreendendo a transferência de custódia entre as Transportadoras e Distribuidoras;
XV. **Pressão de Operação:** Faixa de pressões em que a tubulação e seus acessórios deve operar no decorrer da vida útil do sistema, sendo a Pressão de Operação de valor sempre menor do que a Pressão Nominal de Projeto do elemento mais fraco do sistema;
XVI. **Pressão Nominal de Projeto:** Pressão de projeto adotada para as tubulações, caracterizando a maior pressão de operação possível para as tubulações e demais acessórios sem que haja ruptura, já incluindo fatores de superdimensionamento visando a segurança em relação à pressão de operação prevista;
XVII. **Programa de Gerenciamento de Risco (PGR):** Documento que define a política e as diretrizes de um sistema de gestão, com vista à prevenção de acidentes em instalações e atividades potencialmente perigosas;
XVIII. **Rede Primária (Linha-Tronco):** Conjunto de tubulações, válvulas e demais componentes que interliga o Ponto de Entrega (City-Gate) à Rede Secundária, e que opera em alta ou média pressão, tipicamente menor ou igual a 50 bar;
XIX. **Rede Secundária (Ramais):** Conjunto de tubulações, válvulas e demais componentes que deriva de Linha-Tronco, e que opera em média ou baixa pressão, tipicamente menor ou igual a 17 bar;
XX. **Rede Secundária de Alta Pressão:** Ramal da rede secundária operando em pressões maiores ou iguais a 7 bar;
XXI. **Rede Secundária de Baixa Pressão:** Ramal da rede secundária operando em pressões menores que 7 bar;
XXII. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA):** é o instrumento que tem a finalidade de apresentar aos interessados a síntese do Estudo de Impacto Ambiental - EIA, de forma objetiva e adequada à compreensão, por meio de linguagem acessível e ilustrado por técnicas de comunicação visual de modo que se possa entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais decorrentes da sua implantação;
XXIII. **Sistema de Distribuição de Gás Canalizado:** Sistema a partir do City-Gate até os consumidores finais, composto por Redes Primárias, Redes Secundárias, Ramais de Serviços, Estação de Odorização e seus componentes, instalações e equipamentos associados (duto, válvulas, compressores, separadores, reservatórios e outros);
XXIV. **Termo de Referência:** Documento único emitido pelo órgão ambiental competente, que apresenta o conteúdo mínimo dos estudos a serem apresentados pelo empreendedor no licenciamento ambiental para avaliação dos impactos ambientais decorrentes da atividade ou empreendimento;
XXV. **Transporte de Gás (ou transmissão de gás):** Atividade de transporte de gás combustível, por meio de dutos, desde as fontes de produção até os Pontos de Entrega ("City-Gates") em que o gás passa para a custódia das companhias distribuidoras, operando tipicamente em pressões superiores a 35 bar;
XXVI. **Zona Industrial:** Espaço territorial definido pelo município através de zoneamento ou outro dispositivo semelhante, destinado à instalação e operação de atividades industriais ou empresariais que podem ou não estar relacionadas entre si.

CAPÍTULO II
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art.3.º O licenciamento ambiental de sistemas de transporte e sistemas de distribuição de gás canalizado terá como parâmetro principal a pressão nominal de projeto do empreendimento, considerando a relação diretamente proporcional entre a pressão da linha e o risco do empreendimento.

§ 1º. No caso de o sistema contemplar tubulações com diferentes pressões nominais, será considerada a maior pressão nominal existente no projeto como parâmetro para fins de enquadramento da modalidade de licenciamento a ser adotada.

§ 2º. O comprimento dos sistemas de distribuição será utilizado como parâmetro auxiliar no enquadramento da modalidade de licenciamento, devido a sua relação também diretamente proporcional com risco.

Art.4.º Independente do enquadramento definido nos 0.º, 9.º,11 e 13, após a avaliação das particularidades da área de implantação do empreendimento e dos seus potenciais impactos ambientais, o órgão ambiental poderá exigir estudos mais detalhados.

Seção I
Dos Atos Administrativos

Art.5.º O órgão licenciador, no âmbito do licenciamento de sistemas de transporte e sistemas de distribuição de gás canalizado e no exercício de suas atribuições, expedirá os seguintes atos administrativos:

I. **Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DLAE):** concedida para os empreendimentos que são dispensados do licenciamento por parte do órgão ambiental estadual conforme os critérios estabelecidos em Resoluções específicas. A DLAE deverá ser obtida antes de qualquer intervenção na área;
II. **Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS):** Procedimento simplificado de licenciamento, pelo qual o órgão ambiental estadual atesta a viabilidade ambiental, aprova a localização e autoriza a implantação e a operação de empreendimento ou atividade, estabelecendo as condições e medidas de controle ambiental que deverão ser atendidas;
III. **Licença Prévia (LP):** Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação, observados os planos municipais, estaduais ou federais do uso do solo;
IV. **Licença de Instalação (LI):** Autoriza a instalação do empreendimento com as especificações constantes dos Projetos Executivos aprovados, incluindo medidas de controle ambiental e demais condicionantes da qual constituem motivo determinante;
V. **Licença de Operação (LO):** Autoriza o início da atividade licenciada, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação;
VI. **Autorização Ambiental (AA):** autoriza a execução de obras, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou obras emergenciais, de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, cadastros, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão ambiental competente.

Seção II
Da Definição do Tipo de Licença e de Estudo Ambiental

Subseção I
Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DLAE)

Art.6.º Está dispensada de Licenciamento Ambiental Estadual a instalação de Sistemas de Distribuição de Gás canalizado com as seguintes características:

I – redes secundárias de baixa pressão que derivam de uma rede já licenciada e com a Licença de Operação válida, que forem implantadas em áreas antropizadas, áreas urbanas e/ou em zonas industriais, sem necessidade de supressão de vegetação.

Parágrafo único. Os ramais de clientes não são passíveis de licenciamento ambiental.

Art.7.º Havendo necessidade de requerer outorga de uso de recursos hídricos ou outorga de travessia de recursos hídricos, a regularização deve ser providenciada em processo administrativo específico junto ao órgão ambiental competente.

Art.8.º A dispensa do Licenciamento Ambiental não exime o dispensado das exigências legais quanto à preservação do meio ambiente.

Subseção II
Da Licença Ambiental Simplificada (LAS)

Art.9.º A Licença Ambiental Simplificada deverá ser requerida para instalação e expansão de Sistema de Distribuição de gás canalizado com as seguintes características:

I – redes secundárias de baixa pressão que não se enquadrem no 0.º desta Resolução;
II – redes secundárias de alta pressão;
III – redes primárias em área antropizada, áreas urbanas e/ou zonas industriais, com extensão menor ou igual a 10 km.

Art.10. Os empreendimentos enquadrados em Licença Ambiental Simplificada – LAS estarão sujeitos à apresentação de Programa de Controle Ambiental – PCA.

Subseção III
Do Licenciamento Completo

Art.11. As instalações e expansões de Sistemas de Distribuição de gás canalizado, não contempladas na modalidade de Licença Ambiental Simplificada – LAS (0.º) ou Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual – DLAE (0.º), estarão sujeitas ao licenciamento completo, que contempla as Licenças Prévia, de Instalação e de Operação.

Art.12. A definição do estudo ambiental que deverá ser apresentado ao órgão ambiental para os Sistemas de Distribuição enquadrados em Licenciamento Completo obedecerá às seguintes condições:

I – redes primárias em área antropizada, áreas urbanas e/ou zonas industriais com extensão maior que 10 km e menor ou igual a 30 km estarão sujeitas à apresentação de Relatório Ambiental Simplificado – RAS;
II – redes primárias com extensão maior que 30 km estarão sujeitas à apresentação de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.

Art.13. As instalações de Sistemas de Transporte de gás canalizado estarão sujeitas ao licenciamento completo, que contempla as Licenças Prévia, de Instalação e de Operação.

Parágrafo Único. Os Sistemas de Transporte estarão sujeito à apresentação de EIA/RIMA ao órgão ambiental.

Seção III
Da Documentação Necessária para instrução do Licenciamento Ambiental

Subseção I
Documentação Básica

Art.14. Para os empreendimentos elegíveis conforme Seção **II**, o requerente poderá solicitar **Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual – DLAE.**

§ 1º. Os empreendimentos elegíveis conforme seção **II** não são obrigados a requerer a Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual – DLAE.

§ 2º. Nos casos em que seja necessária, por parte do requerente, a emissão do documento denominado Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual - DLAE, deverá ser realizado em protocolo específico para tal finalidade;
§ 3º. A Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual não exime o interessado das exigências legais quanto à preservação do meio ambiente, bem como obtenção de alvarás e atendimento a outras exigências municipais.

Art.15. Para instruir o procedimento de **Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS** o empreendedor deverá apresentar os seguintes documentos:
I. requerimento de Licenciamento Ambiental – RLA;
II. cadastro de Sistemas de Gás – CSG;
III. cópia do Contrato Social ou Ato Constitutivo;
IV. comprovante de recolhimento da taxa de análise de estudo técnico ambiental;
V. comprovante de recolhimento da taxa do procedimento administrativo;
VI. memorial descritivo do empreendimento;
VII. programa de gerenciamento de riscos – PGR atualizado da concessionária responsável pelo sistema de distribuição de gás canalizado;
VIII. anuência da concessionária responsável pela rodovia (ou ferrovia), em caso de uso da faixa de domínio;
IX. outorga de direito dos recursos hídricos (uso ou travessia) ou dispensa de outorga, quando aplicável;
X. anuência(s) do(s) proprietário(s) envolvido(s) pela implantação do empreendimento, conforme Anexo **II**, quando aplicável;
XI. decreto de utilidade pública - DUP, quando aplicável;
XII. certidão emitida pela prefeitura do(s) Município(s) em relação ao empreendimento, declarando expressamente a inexistência de óbices quanto à lei de uso e ocupação do solo e a legislação de proteção do meio ambiente municipal, conforme modelo disposto no Anexo II da Resolução CEMA nº 107/2020;
XIII. comprovante da entrega da Ficha de Caracterização de Atividade - FCA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, quando aplicável;
XIV. comprovante do requerimento (protocolo) de Autorização para supressão de vegetação emitido pelo órgão competente, se for o caso;
XV. Apresentação do requerimento (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente;
XVI. prova de publicação de Súmula do requerimento da Licença Ambiental Simplificada no Diário Oficial do Estado, bem como em periódico regional ou local de grande circulação, ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
XVII. cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 16. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença Ambiental Simplificada – LAS somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal.

Art.17. A **Renovação da Licença Ambiental Simplificada - LAS** deverá ser requerida mediante apresentação de:
I. requerimento de Licenciamento Ambiental – RLA;
II. cópia da Licença Ambiental a ser renovada;
III. cadastro de Sistemas de Gás – CSG;
IV. comprovante de recolhimento da taxa de procedimento administrativo;
V. relatório de Atendimento às condicionantes da licença anterior;
VI. relatório de automonitoramento ambiental;
VII. programa de gerenciamento de riscos – PGR atualizado da concessionária responsável pelo sistema de distribuição de gás canalizado;
VIII. outorga de direito dos recursos hídricos (uso ou travessia), vigente, se for o caso;
IX. publicação de Súmula de concessão da Licença Ambiental Simplificada no Diário Oficial do Estado, bem como em periódico regional ou local de grande circulação, ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
X. publicação de Súmula do requerimento de Renovação da Licença Ambiental Simplificada no Diário Oficial do Estado, bem como em periódico regional ou local de grande circulação, ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986.

Art.18. Para instruir o procedimento de **Licença Prévia - LP** o empreendedor deverá apresentar os seguintes documentos:
I. requerimento de Licenciamento Ambiental – RLA;
II. cadastro de Sistemas de Gás – CSG;
III. cópia do Contrato Social ou Ato Constitutivo;
IV. comprovante de recolhimento da taxa de análise de estudo técnico ambiental;
V. comprovante de recolhimento da taxa de procedimento administrativo;
VI. memorial descritivo do empreendimento;
VII. declaração de ciência dos proprietários dos imóveis afetados pelo empreendimento, conforme Anexo I, quando aplicável;
VIII. decreto de utilidade pública – DUP, quando aplicável;
IX. declaração de ciência da concessionária responsável pela rodovia (ou ferrovia), em caso de uso da faixa de domínio;
X. outorga prévia dos recursos hídricos (uso ou travessia) ou dispensa de outorga, se for o caso;
XI. certidão emitida pela prefeitura do(s) Município(s) em relação ao empreendimento, declarando expressamente a inexistência de óbices quanto à lei de uso e ocupação do solo e a legislação de proteção do meio ambiente municipal, conforme modelo disposto no Anexo II da Resolução CEMA nº 107/2020.
XII. manifestação dos órgãos intervenientes, quando aplicável;
XIII. prova de publicação de Súmula do requerimento da Licença Prévia no Diário Oficial do Estado, bem como em periódico regional ou local de grande circulação, ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
XIV. apresentação de cópia da(s) respectiva(s) ART(s) – Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
XV. em caso de necessidade de supressão florestal, deve haver uma análise integrada do licenciamento e o requerente deverá apresentar o Relatório de Caracterização da Flora, de acordo com a Resolução CONAMA 02/94.

Art.19. Para instruir o procedimento de **Licença de Instalação - LI** o empreendedor deverá apresentar os seguintes documentos:
I. requerimento de Licenciamento Ambiental – RLA;
II. cadastro de Sistemas de Gás – CSG;
III. cópia do Contrato Social ou Ato Constitutivo;
IV. comprovante de recolhimento da taxa de procedimento administrativo;
V. projeto executivo;
VI. anuência(s) do(s) proprietário(s) envolvido(s) pela implantação do empreendimento, conforme Anexo II, quando aplicável;
VII. decreto de utilidade pública – DUP, quando aplicável;
VIII. declaração de anuência da concessionária responsável pela rodovia (ou ferrovia), em caso de uso da faixa de domínio;
IX. outorga de direito dos recursos hídricos (uso ou travessia) ou dispensa de outorga, quando aplicável;
X. comprovante do requerimento (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, se for o caso;
XI. comprovante do requerimento (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) de fauna emitida pelo órgão competente, se for o caso;
XII. cópia da Licença Prévia e comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
XIII. prova de publicação de Súmula do requerimento da Licença de Instalação no Diário Oficial do Estado, bem como em periódico regional ou local de grande circulação, ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
XIV. apresentação de cópia da(s) respectiva(s) ART(s) – Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados.

Art.20. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença de Instalação somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal.

Art.21. A **Prorrogação da Licença de Instalação - PLI** deverá ser requerida mediante apresentação de:
I. requerimento de Licenciamento Ambiental – RLA;
II. cadastro de Sistemas de Gás – CSG;
III. relatório de situação do empreendimento quanto às fases já executadas;
IV. comprovante de recolhimento da Taxa de procedimento administrativo;
V. apresentação da autorização, em vigor, para supressão vegetal emitida pelo órgão competente, se for o caso;
VI. apresentação de autorização, em vigor, para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente, se for o caso;
VII. cópia da Licença de Instalação e comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
VIII. prova de publicação de Súmula do requerimento da Prorrogação de Licença de Instalação no Diário Oficial do Estado, bem como em periódico regional ou local de grande circulação, ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
IX. apresentação de cópia da(s) respectiva(s) ART(s) – Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados.

Art.22. Para instruir o procedimento de **Licença de Operação - LO** o empreendedor deverá apresentar os seguintes documentos:
I. requerimento de Licenciamento Ambiental – RLA;
II. cadastro de Sistemas de Gás – CSG;
III. cópia do Contrato Social ou Ato Constitutivo;
IV. comprovante de recolhimento de taxa de procedimento administrativo;
V. relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior;
VI. laudo de conclusão/situação de obra, elaborado por profissional com a devida anotação de responsabilidade técnica – ART;

VII. programa de gerenciamento de riscos – PGR atualizado da concessionária responsável pelo sistema de distribuição ou de transporte de gás canalizado;
VIII. outorga de direito de recurso hídrico (uso ou travessia) emitida pelo órgão competente, se for o caso;
IX. cópia da Licença de Instalação e comprovante da publicação de seu recebimento à época conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
X. prova de publicação de Súmula de requerimento da Licença de Operação no Diário Oficial do Estado, bem como em periódico regional ou local de grande circulação, ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
XI. apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados.

Parágrafo único. A **Renovação da Licença de Operação - RLO** deverá ser requerida mediante apresentação de:

I. requerimento de Licenciamento Ambiental – RLA;
II. cadastro de Sistemas de Gás – CSG;
III. comprovante de recolhimento da taxa de procedimento administrativo;
IV. relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior;
V. relatório de automonitoramento ambiental;
VI. cópia da Licença de Operação e comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
VII. prova de publicação de Súmula de requerimento de Renovação da Licença de Operação no Diário Oficial do Estado, bem como em periódico regional ou local de grande circulação, ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986.

Subseção II
Instrução complementar para o Licenciamento de Sistemas de Distribuição e de Transporte de Gás Canalizado

Art.23. O licenciamento ambiental de **Sistema de Distribuição Secundário ou de Sistema de Distribuição Primário enquadrado no item III do 0** deverá ser requerido mediante apresentação, além daqueles listados na Subseção I, dos seguintes documentos:

I. **Para LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS:**
a) Plano de Controle Ambiental – PCA.

Art.24. O licenciamento ambiental de **Sistema de Distribuição Primário, enquadrado no item I do 0,** deverá ser requerido mediante apresentação, além daqueles listados na Subseção I, dos seguintes documentos:

I. **Para LICENÇA PRÉVIA – LP:**
a) Relatório Ambiental Simplificado - RAS.

I. **Para LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI:**
a) Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais - RDPA.

Art.25. O licenciamento ambiental de **Sistema de Transporte de Gás ou Sistema de Distribuição Primário, enquadrados no item II do 0,** deverá ser requerido mediante apresentação, além daqueles listados na Subseção I, dos seguintes documentos:

I. **Para LICENÇA PRÉVIA – LP:**
a) Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA.

I. **Para LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI:**
b) Plano Básico Ambiental - PBA.

Seção IV
Das Taxas Ambientais

Art.26. O licenciamento ambiental dos sistemas de distribuição e transporte de gás canalizado serão protocolados e analisados pelo Instituto Água e Terra mediante pagamento de 3 (três) taxas (quando couber) a serem recolhidas quando da solicitação do licenciamento ambiental, conforme Resolução CEMA nº 107/2020 ou outra que venha a sucedê-la.

I. taxa de procedimento administrativo, que será calculada em função do porte do empreendimento e se aplica a todas as modalidades de licenciamento;
II. taxa de análise de estudo técnico ambiental, que será cobrada quando das solicitações de Licença Ambiental Simplificada – LAS e Licença Prévia – LP;
III. taxa de publicação de súmula de requerimento ou recebimento de licença ambiental, que será cobrada sempre que o empreendedor optar por fazer a publicação no site do Instituto Água e Terra.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.27. Exceto os empreendimentos enquadrados na modalidade de Dispensa de Licenciamento Estadual, todos os demais estarão sujeitos à apresentação de Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, conforme disposto na Portaria IAP nº 159/15 ou outra que venha a substituí-la.

Art.28. A concessionária responsável pelo sistema de distribuição ou sistema de transporte de gás canalizado deverá manter atualizado o Programa de Gerenciamento de Risco – PGR e o Plano de Ação de Emergência – PAE, independentemente das características operacionais (pressão nominal de projeto, diâmetro e material) e locacionais do sistema.

Parágrafo único. As concessionárias distribuidoras deverão manter atualizados os cadastros de suas redes de distribuição e disponibilizá-los às demais concessionárias de serviços públicos de modo a orientar as novas construções subterrâneas.

Art.29. O órgão ambiental disponibilizará Termo de Referência para cada tipo de estudo ambiental a ser aplicado, obedecendo-se as particularidades de cada empreendimento.

Art.30. Os empreendimentos que estejam sujeitos à Licença Ambiental Simplificada – LAS, somente estarão aptos a se instalarem após o deferimento da Autorização Ambiental para Resgate, Manejo e Monitoramento de Fauna, conforme disposto na Portaria IAP Nº 97 DE 29/05/2012 ou outra que venha substituí-la, quando aplicável.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art.31. Os empreendimentos que estejam sujeitos ao licenciamento trifásico (LP, LI e LO), somente terão a Licença de Instalação – LI emitida posteriormente ao deferimento da solicitação de Autorização Florestal e Autorização Ambiental para Resgate, Manejo e Monitoramento de Fauna, conforme disposto na Portaria IAP Nº 97 DE 29/05/2012 ou outra que venha substituí-la.

Art.32. Para o acesso do empreendedor às propriedades, a fim de realizar estudos dos meios físico, biótico e socioeconômico, o mesmo deverá possuir a devida permissão dos proprietários.

Art.33. Quando da necessidade da manifestação de órgãos intervenientes no licenciamento ambiental, tais como FUNAI, INCRA, IPHAN, ICMBio, CEPHA, DNIT, DER, entre outros, será seguido o procedimento conforme estabelece os Art. 11, 12 e 13 da Resolução CEMA nº 107/2020.

Art.34. Por ocasião da renovação das Licenças de Operação – LO dos sistemas de distribuição de gás canalizado, deverão ser incorporadas todas as expansões previstas nos 0.º,9.º e 11 desta Rresolução.

Art. 35. No caso dos licenciamentos de Sistemas de Transporte ou Distribuição de gás canalizado que exijam apresentação do Relatório Ambiental Simplificado – RAS, sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por pelo menos cinquenta pessoas maiores de dezoito anos, o órgão de meio ambiente exigirá realização de Reunião Técnica Informativa, conforme preconiza a Resolução CONAMA nº 279/2001.

Art.36. O Instituto Água e Terra dará publicidade ao EIA/RIMA através de edital de entrada que será publicado no Diário Oficial do Estado e disponibilizado em seu sítio eletrônico.

Parágrafo único. Os ritos e procedimentos relativos às Audiências Públicas seguirão o preconizado nas Resoluções CONAMA nº 01/1986 e CONAMA nº 09/1987.

Art.37. Os prazos de validade de cada ato administrativo serão estabelecidos pelo órgão ambiental competente, especificando-os no respectivo documento, com base no disposto na Resolução CEMA nº 107/2020 ou outra que venha a substituí-la.

Art.38. O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:
I – violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
II – omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
III – superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Art. 39. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando seus efeitos aos processos de licenciamento ambiental em sistemas de transporte e de distribuição de gás em tramitação nos órgãos ambientais competentes, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2021.

Marcio Nunes
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

ANEXO I

MODELO - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Eu, _____ **declaro** ao Instituto Água e Terra estar ciente de que está sendo desenvolvido o projeto do empreendimento denominado _____ a ser instalado na localidade _____ **que pode vir a afetar minha propriedade.**
Esta declaração será apresentada como documento integrante de procedimento de licenciamento ambiental junto ao Instituto Água e Terra e não representa nenhum tipo de negociação ou cessão de direitos sobre o imóvel do declarante, sendo que para a instalação do empreendimento será necessária manifestação posterior de anuência, ou outro acordo legal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Local/Data

_____
Proprietário
CPF:

_____
Representante da
Qualificação
CPF:

_____
Testemunha 1
Nome:
CPF:

_____
Testemunha 2
Nome:
CPF:

ANEXO II

MODELO - DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Eu, _____ **declaro** ao Instituto Água e Terra **estar de acordo** com a implantação do empreendimento denominado _____ a ser instalado na localidade _____ **que irá afetar minha propriedade.**

Esta declaração será apresentada como documento integrante de procedimento de licenciamento ambiental junto ao Instituto Água e Terra e representa que estou de acordo com o canteiro de obras, acessos, construções civis ou área de preservação permanente em minha propriedade.

Por ser verdade, firmo o presente em duas vias.

Local/Data

_____	_____
Proprietário	Representante da
CPF:	Qualificação
	CPF:
_____	_____
Testemunha 1	Testemunha 2
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

36128/2021



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO SEDEST Nº 013/2021

Súmula: Estabelece definições, critérios, diretrizes procedimentos para o licenciamento ambiental de sistemas de transmissão, distribuição e subestação de energia elétrica, no âmbito do Estado do Paraná.

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual no. 19.848, de 03 de maio de 2019, Lei Estadual nº 10.066 de 27 de julho de 1992 e alterações posteriores, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto nº 3813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto 1440 de 23 de maio de 20019.

CONSIDERANDO:

- que Licenciamento Ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, verificando a satisfação das condições legais e técnicas, delibera quanto à localização, instalação, ampliação, operação e encerramento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam vir a causar degradação e/ou modificação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

- que a Licença Ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais efetivas ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental;

- a necessidade de padronizar os procedimentos para os licenciamentos de transmissão e distribuição de energia elétrica no âmbito do Estado do Paraná;

- o licenciamento deve estabelecer os parâmetros mínimos para garantir os remanescentes florestais, faunísticos, socioeconômicos, culturais e outros atributos naturais, bem como definir critérios para compensação ou mitigação de impactos negativos ocasionados pela instalação do empreendimento;

- que cabe à ANEEL estabelecer a regulamentação do setor elétrico;

- as determinações estabelecidas pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 e pela Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA nº 107, de 09 de setembro de 2.020, sobre critérios e procedimentos a serem adotados para as atividades poluidoras, degradadoras e/ou modificadoras do meio ambiente.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer definições, critérios, diretrizes e procedimentos para o licenciamento ambiental de sistemas de transmissão, distribuição e subestação de energia elétrica, no âmbito do Estado do Paraná.

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para efeito desta Resolução consideram-se as seguintes definições:

I. **Áreas Estratégicas para Conservação da Biodiversidade:** referem-se a áreas cujos remanescentes florestais nativos ou outros tributos físicos ou biológicos determinem fragilidade ambiental, são consideradas de relevância, sendo sua conservação necessária para a garantia da manutenção da biodiversidade no Paraná, mapeadas de acordo com o mapa Anexo III desta Resolução;

II. **Atividades de pequeno impacto –** novas instalações, realizadas nos empreendimentos existentes, que não acarretam alteração ou aumento da área e/ou tensão. São exemplos de atividades de pequeno impacto: lançamento de cabos de 2º circuito em torres existentes, construção de torres e/ou postes para rearranjo elétrico, reconstrução com substituição de torres e/ou postes, construção de bays em subestação, instalação de equipamentos de redes como reguladores, religadores, banco de capacitores, transformadores, banco de fusíveis; modificação e/ou modernização dos equipamentos elétricos em subestações, entre outros;

III. **Audiência Pública –** Procedimento promovido pelo órgão ambiental competente, às expensas do empreendedor, que tem por finalidade expor à comunidade atingida pela obra ou atividade e aos interessados, o conteúdo do estudo ambiental em análise e seu respectivo relatório de impactos ambiental, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito;

IV. **Comprovação de dominialidade:** documentação necessária para comprovação de desapropriações e servidões administrativas.
Casos judiciais: imissão provisória na posse e/ou sentença judicial
Casos extrajudiciais: contratos entre particulares e escrituras públicas, devidamente registrados nos cartórios competentes;

V. Condicionantes - medidas, condições ou restrições sob responsabilidade do empreendedor, estabelecidas no âmbito das licenças ambientais pela autoridade licenciadora, com vistas a mitigar ou compensar os impactos ambientais negativos e potencializar os impactos positivos identificados nos estudos ambientais, devendo guardar relação direta e proporcional com os impactos neles identificados;

VI. Estudo Ambiental – são trabalhos técnicos elaborados por profissionais habilitados, tendo por objetivo a caracterização de um determinado ambiente, a previsão de impactos ambientais resultantes da implantação ou alteração de um determinado empreendimento, bem como o estabelecimento de medidas mitigadoras, potencializadoras ou compensatórias dos impactos identificados;

VII. EIA – Estudo de Impacto Ambiental – é o instrumento de avaliação dos impactos ambientais decorrentes da implantação de atividades modificadoras do meio ambiente, apresentado como subsídio para a concessão da licença prévia requerida, elaborado por equipe multidisciplinar e utilizado para avaliar a viabilidade ambiental do empreendimento através do diagnóstico ambiental da área de influência (meio físico, meio biótico e meio socioeconômico), da análise dos impactos decorrentes da atividade, da definição das medidas mitigadoras e compensatórias e da elaboração de programas de acompanhamento e monitoramento dos impactos ambientais identificados;

VIII. Imóvel afetado – É todo imóvel que esteja localizado total ou parcialmente na Área Diretamente Afetada - ADA pelo empreendimento;

IX. Estação Chave – Instalação pertencente ao sistema de distribuição que tem por finalidade receber e distribuir energia, regulando a tensão recebida e protegendo os trechos a jusante;

X. Estudos Ambientais Complementares – são todos e quaisquer estudos solicitados pelo órgão ambiental a fim de subsidiar o processo de licenciamento ambiental, solicitados conforme as particularidades de cada atividade;

XI. Faixa de Segurança – espaço de terra transversal ao eixo de redes e linhas de distribuição e transmissão determinado em função de suas características elétricas e mecânicas, necessárias para garantir o seu bom desempenho, sua inspeção e manutenção e a segurança das instalações e de terceiros;

XII. Faixa de Servidão – área de terra com restrição imposta à faculdade de uso e gozo do proprietário, para permitir a implantação, manutenção e segurança de linhas de transmissão ou de distribuição de energia elétrica;

XIII. Licença Ambiental - ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação e/ou modificação ambiental;

XIV. Licenciamento Ambiental - procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, verificando a satisfação das condições legais e técnicas, delibera quanto à localização, instalação, ampliação, operação e encerramento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam vir a causar degradação e/ou modificação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

XV. Linha de Transmissão – Linha elétrica integrante da Rede Básica, operando a tensão de 230 kV ou superior, destinada a: transmissão de energia elétrica do sistema produtor às subestações distribuidoras; transmissão de energia elétrica entre dois ou mais sistemas produtores; transmissão entre as subestações de distribuição; fornecimento de energia a consumidores em alta tensão, mediante suprimento direto das linhas de transmissão;
XVI. Linha de Distribuição – Linha elétrica destinada exclusivamente à interligação de subestações e de circuitos de distribuição de energia elétrica em níveis de tensão menores que 230 kV;
XVII. Manutenção – Conjunto de ações necessárias para que um equipamento ou instalação seja conservado ou restaurado, de modo a permanecer de acordo com uma condição especificada;
XVIII. PBA – Projeto Básico Ambiental – é o estudo ambiental complementar que apresenta, detalhadamente, todas as medidas mitigadoras, compensatórias e os programas ambientais propostos no EIA/RIMA;
XIX. PCA – Plano de Controle Ambiental – é o estudo ambiental que tem por objetivo prever medidas de gestão e controle das ações de cunho ambiental de um empreendimento;
XX. PCAS – Plano de Controle Ambiental Simplificado – é o estudo ambiental com conteúdo reduzido, que tem como prerrogativa o estabelecimento de medidas de gestão socioambiental a que um determinado empreendimento será submetido;
XXI. RAS – Relatório Ambiental Simplificado – é o estudo relativo aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a concessão da licença prévia requerida, que conterá, dentre outras, as informações relativas ao diagnóstico ambiental da região de inserção do empreendimento, sua caracterização, a identificação dos impactos ambientais e das medidas de controle, de mitigação e de compensação;
XXII. RCA – Relatório de Conformidade Ambiental – Estudo exigido em procedimentos de regularização de licenças ambientais de empreendimentos em operação;
XXIII. RDPA – Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais – o documento que apresenta, detalhadamente, todas as medidas mitigadoras e compensatórias e os programas ambientais propostos no RAS;
XXIV. Recondutoramento – Substituição de cabos condutores de Linha de Transmissão ou Distribuição;
XXV. Rede Básica – Instalações de transmissão de energia elétrica que integram o Sistema Interligado Nacional – SIN, de propriedade de concessionárias de serviço público de transmissão, definida segundo critérios estabelecidos pela ANEEL. É constituída por todas linhas de transmissão em tensões de 230 kV ou superior e subestações que contenham equipamentos em tensão de 230 kV ou superior, integrantes de concessão e serviços públicos de energia;
XXVI. Relatório de Automonitoramento Ambiental: Relatório com o resultado do processo de acompanhamento realizado pelo empreendedor da interação do empreendimento com o meio ambiente onde ele se insere, permitindo a identificação e a quantificação dos possíveis impactos ambientais causados por este, e as suas expensas;
XXVII. Repotencialização – Técnica adotada em linha de distribuição ou transmissão já existente, que promove ampliação na capacidade de transmissão de energia, acarretando aumento da tensão;
XXVIII. Reunião Técnica Informativa – Reunião solicitada pelo órgão ambiental competente, às expensas do empreendedor, para apresentação e discussão do Relatório Ambiental Simplificado, Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais e demais informações, garantidas a consulta e participação pública;
XXIX. RIMA – Relatório de Impacto Ambiental – é o instrumento que tem a finalidade de apresentar aos interessados a síntese do Estudo de Impacto Ambiental - EIA, de forma objetiva e adequada à compreensão, por meio de linguagem acessível e ilustrado por técnicas de comunicação visual de modo que se possa entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais decorrentes da sua implantação;
XXX. Seccionamento – criação de ramificação em linha de transmissão ou de distribuição pré-existente, por onde será conduzido parte da energia elétrica do sistema;
XXXI. Sistema de Distribuição – Conjunto de linhas, subestações e demais equipamentos associados, necessários à interligação elétrica entre o Sistema de Transmissão ou Geração e as instalações dos consumidores finais;
XXXII. Sistema de Transmissão – Conjunto de linhas de transmissão e subestações integrantes da Rede Básica, que operam em tensões de 230 kV ou superiores;
XXXIII. Sistema Eletrônico – Módulo Licenciamento, sistema informatizado para emissão de licenças ambientais, permitindo aos usuários a requisição de licenças pela internet, além de disponibilizar consultas e outras informações. É integrado com uma base de dados georreferenciados que serve de apoio à tomada de decisão na emissão de pareceres e laudos técnicos, bem como na decisão administrativa, além de dar suporte aos módulos de monitoramento e fiscalização;
XXXIV. Subestação – Conjunto de instalações elétricas que agrupa os equipamentos, condutores e acessórios, destinados à proteção, medição, manobra e transformação de grandezas elétricas.
XXXV. Termo de Referência – Documento único emitido pelo órgão ambiental competente, que apresenta o conteúdo mínimo dos estudos a serem apresentados pelo empreendedor no licenciamento ambiental para avaliação dos impactos ambientais decorrentes da atividade ou empreendimento;
XXXVI. Unidades de Conservação de Proteção Integral - espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção, designadas para manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.

CAPÍTULO II
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I
Dos Atos administrativos

Art. 3º O órgão licenciador, no âmbito do licenciamento de sistemas de transmissão, distribuição e subestação de energia elétrica e no exercício de suas atribuições, expedirá os seguintes atos administrativos:

I. **Autorização Ambiental (AA):** autoriza a execução de obras, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou obras emergenciais, de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, cadastros, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão ambiental competente;
II. **Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DLAE):** concedida para os empreendimentos que são dispensados do licenciamento por parte do órgão ambiental estadual conforme os critérios estabelecidos em Resoluções específicas. A DLAE deverá ser obtida antes de qualquer intervenção na área;
III. **Licença Ambiental Simplificada (LAS):** aprova a localização e a concepção do empreendimento, atividade ou obra de pequeno porte e/ou que possua baixo potencial poluidor/degradador, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua instalação e operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão ambiental competente. A LAS deverá ser obtida antes de qualquer intervenção na área;
IV. **Licença Prévia (LP):** concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação. A LP deverá ser requerida no início do estudo de viabilidade técnica e econômica do empreendimento;
V. **Licença de Instalação (LI):** autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambientais e demais condicionantes, da qual constituem motivos determinantes. A LI deverá ser obtida antes da realização da Licitação e/ou efetivo início das obras civis para construção do empreendimento;
VI. **Licença de Operação (LO):** autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambientais e condicionantes determinados para a operação;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

VII. **Licença Ambiental de Regularização (LAR):** Autoriza a operação da atividade ou empreendimento que tenha sido instalado sem licenciamento ambiental, comprovadamente, anterior a data de 25 de junho de 2008, estabelecendo medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Art. 4º Os atos administrativos listados no Art. 3º serão expedidos por meio de sistema eletrônico, mediante cadastramento do requerente como usuário ambiental, prestação das informações referente ao empreendimento e a apresentação da documentação solicitada.

Art. 5º Os empreendedores de sistemas de transmissão, distribuição e subestação de energia elétrica, ao submeterem seus empreendimentos ao licenciamento ambiental perante o órgão estadual competente deverão prestar as informações técnicas sobre o mesmo, conforme estabelecem os termos da legislação aplicável e pelos procedimentos definidos nesta Resolução.

Seção II
Da Definição do Porte, Tipo de Licenciamento e de Estudo Ambiental

Subseção I
Linhas de Transmissão e Linhas de Distribuição

Art. 6º A definição da modalidade de licenciamento ambiental a que serão submetidas as Linhas de Transmissão e as Linhas de Distribuição obedecerá às seguintes condições:

§1º. Para estabelecer o enquadramento da modalidade de licenciamento e o tipo de estudo ambiental necessário serão observadas as seguintes variáveis: tensão, extensão e localização do empreendimento.
§2º. Para o estabelecimento da definição da modalidade de licenciamento, bem como o estudo ambiental a ser apresentado, será considerada a classificação disposta no Quadro 1.
§3º. Para fins de enquadramento, será adotada a seguinte ordem de avaliação: da tensão; da extensão da linha e do local de implantação, de acordo com as definições do Art. 7º.
§4º. Serão disponibilizados Termos de Referência para cada tipo de estudo ambiental a ser aplicado, obedecendo-se as particularidades de cada empreendimento, conforme estabelecido no Quadro 1.

Quadro 1. Modalidade de licenciamento e estudo ambiental para Linhas de Transmissão e Distribuição.

LINHAS	TENSÃO (U)	EXTENSÃO (L)	LOCAL	ESTUDO	LICENCIAMENTO
LINHAS DE TRANSMISSÃO	U > 230 kV	TODAS	TODOS	EIA/RIMA	LP,LI e LO
	U = 230 kV	L ≤ 10 km	LOCAL 1	PCA	LAS
			LOCAL 2	EIA/RIMA	LP,LI e LO
		L > 10 km	LOCAL 1	RAS	LP,LI e LO
			LOCAL 2	EIA/RIMA	
LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO	69kV < U < 230 kV	L > 50 km	TODOS	RAS	LP,LI e LO
		10 km < L ≤ 50 km	LOCAL 1	PCA	LAS
			LOCAL 2	RAS	LP,LI e LO
		L ≤ 10 km	LOCAL 1	PCAS	LAS
			LOCAL 2	PCA	LAS
	U ≤ 69 Kv	TODAS	LOCAL 1	Dispensado	DLAE
			LOCAL 2	PCAS	LAS

Art. 7º Considerando os aspectos locacionais, os empreendimentos serão classificados de acordo com seu grau de impacto ambiental.

§1º. O local tipo 1 é definido como a área que sofrerá interferência do empreendimento e que contemple todos os seguintes fatores:
I. área antropizada;
II. ausência de supressão vegetal nativa em estágio sucessional de regeneração médio ou avançado e/ou primário;
III. não apresentar nenhuma interferência nos pontos que são definidos como Local 2.

§2º. O local tipo 2 é definido pela interferência do empreendimento incidindo em pelo menos um dos pontos:
I. necessidade de supressão de vegetação nativa em estágio sucessional de regeneração médio ou avançado e/ou primário;
II. área de importância do ponto de vista ambiental, de acordo com Portaria específica do Instituto Água e Terra e devidamente reconhecida pelo órgão competente.

Parágrafo único. Em se tratando de Linhas de Distribuição menor ou igual a 69kV, serão apenas consideradas como áreas de importância do ponto de vista ambiental as Unidades de Conservação de Proteção Integral e suas Zonas de Amortecimento.

Art. 8º Independente do enquadramento definido no Art. 6º, após a avaliação das particularidades da área de implantação do empreendimento e dos seus potenciais impactos ambientais, o órgão ambiental poderá exigir estudos mais detalhados.

Art. 9º Para a manutenção ou realização de atividades de pequeno impacto de Linhas de Transmissão e Distribuição já licenciadas, dentro da faixa de servidão e/ou faixa segurança, não é necessário novo requerimento para a supressão de vegetação nativa.
§1º. A manutenção das áreas deve estar prevista na licença ambiental para novos empreendimentos e/ou renovações.
§2º. Para os casos de corte, poda ou roçada, visando a manutenção da linha de Distribuição e Transmissão que não resultar em material lenhoso aproveitável, a concessionária de energia elétrica encaminhará ofício ao Escritório Regional onde a linha estiver localizada, especificando as atividades de limpeza a serem desenvolvidas, acompanhado de mapa geral indicando a exata localização e o tempo de duração do serviço.

Art. 10 Será necessária a obtenção de Autorização Ambiental para realização de recondutoramento em Linhas de Transmissão ou Linhas de Distribuição que implique em supressão de vegetação nativa fora da faixa de servidão e/ou segurança ou abertura de novos acessos.

Art. 11 O seccionamento de Linhas de Transmissão e Distribuição será enquadrado conforme o Quadro 1.
§1º. Dependendo da particularidade do empreendimento, o Órgão Ambiental poderá requerer diferentes estudos e modalidades de licenciamento ambiental.
§2º. A emissão da licença de operação do seccionamento será realizada através da reemissão da licença ambiental que sofreu o seccionamento, incorporando o novo trecho construído.

Subseção II
Subestações e Estações Chave

Art. 12 Para a definição da modalidade de licenciamento ambiental a que serão submetidas as subestações será avaliada a área total do empreendimento, bem como qual estudo ambiental deverá ser apresentado.
Parágrafo único. Considera-se como área total do empreendimento, para os fins do caput deste artigo, a área destinada à implantação de todas as suas instalações, como por exemplo, os equipamentos, estacionamento, setor administrativo entre outras.

Quadro 2. Modalidade de licenciamento e estudo ambiental para subestações.

ÁREA TOTAL (A)	ESTUDO AMBIENTAL	LICENCIAMENTO
A ≤ 1 ha	PCA	LAS
A > 1 ha	RAS	LP, LI, LO

Art. 13 Estão dispensadas de licenciamento ambiental estadual as atividades de pequeno impacto e manutenção a serem realizadas em subestações.

Art. 14 A modalidade de licenciamento e estudo ambiental a que serão submetidas as Estações Chaves, será definido conforme estabelecido no Quadro 3:

Quadro 3. Modalidade de licenciamento e estudo ambiental para Estação Chave.

LOCAL	ESTUDO AMBIENTAL	LICENCIAMENTO
Local 1	PCAS	LAS
Local 2	PCA	LAS

Seção III
Da Repotencialização de Linhas de Transmissão, Linhas de Distribuição e Subestações

Art. 15 Nos casos em que a repotencialização de Linhas de Transmissão ou Linhas de Distribuição impliquem no aumento da faixa de servidão e/ou na mudança de traçado do empreendimento,é necessário o requerimento de um novo licenciamento ambiental.
Parágrafo único. Para os demais casos de repotencialização, deve-se requerer Licença Ambiental Simplificada e apresentação de Plano de Controle Ambiental.

Art. 16 Nos casos em que a repotencialização de Subestação não implique no aumento da área total, deverá ser requerida Autorização Ambiental com apresentação de Plano de Controle Ambiental Simplificado.

Art. 17 Nos casos em que a repotencialização de Subestação implique no aumento da área total, deverá ser requerida Licença Ambiental Simplificada com apresentação de Plano de Controle Ambiental.

Seção IV
Da Regularização do Licenciamento Ambiental

Art. 18 As linhas de distribuição e transmissão que tenham entrado em operação em data anterior a 25 de junho de 2008, sem a devida Licença Ambiental, poderão regularizar-se requerendo por meio de solicitação de Licença Ambiental de Regularização – LAR.

§1º. A Licença Ambiental de Regularização não será concedida:
I. alteração do traçado;
II. necessidade de reconstrução de torres;
III. aumento da faixa de servidão.
§2º. Faz exceção ao estabelecido no *caput* deste artigo as redes de distribuição de tensão menor que 69 kV .

Seção V
Licenciamentos de Novos Empreendimentos e suas Renovações

Subseção I
Documentação Básica

Art. 19 Para os empreendimentos elegíveis conforme Seção II, o requerente poderá solicitar Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAE.
§1º. Os empreendimentos enquadrados no *caput* deste artigo não são obrigados a requerer a Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual – DLAE.
§2º. Nos casos em que seja necessária, por parte do requerente, a emissão do documento denominado Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual - DLAE, deverá o mesmo realizar protocolo específico para tal finalidade.
§3º. A Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual poderá ser renovada, desde que mantidas as mesmas características do empreendimento.
§4º. A Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual não exime o interessado das exigências legais quanto à preservação do meio ambiente, bem como obtenção de alvarás e atendimento a outras exigências municipais.

Art. 20 O órgão licenciador expedirá **Autorização Ambiental - AA** aos empreendimentos elegíveis conforme Seção II, devendo o empreendedor efetuar o requerimento mediante apresentação dos seguintes documentos:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

II. cadastro Simplificado para Obras Diversas;
III. projeto Básico do empreendimento, contendo:
a) mapa dos traçados com delimitação e caracterização da tipologia florestal existente (segundo os parâmetros estabelecidos nos artigos 207 a 210 da Resolução SEMA nº 031/1998), e ainda, a demarcação de cada propriedade afetada pelo empreendimento, limitada à área da faixa de servidão;
b) planta de situação do empreendimento;
c) relação dos proprietários rurais e respectivos imóveis afetados pelo empreendimento informando em quais deles haverá corte e/ou supressão de vegetação;
IV. ciência dos proprietários dos imóveis afetados pelo empreendimento;
V. comprovante de Recolhimento da Taxa Ambiental, conforme tabelas II, e IV (inspeção florestal, e autorização, respectivamente) da Lei Estadual nº 10.233/92 que institui a Taxa Ambiental;
VI. apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados.

Art. 21 Os empreendimentos que por sua classificação conforme Seção II, necessitarem fazer a solicitação de **Licença Ambiental Simplificada – LAS** deverão instruir o requerimento mediante a apresentação dos os seguintes documentos:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro de Empreendimentos de Transmissão de Energia - CETE;
III. certidão emitida pela prefeitura do(s) Município(s) em relação ao empreendimento, declarando expressamente a inexistência de óbices quanto à lei de uso e ocupação do solo e a legislação de proteção do meio ambiente municipal, conforme modelo disposto no Anexo II da Resolução CEMA n° 107/2020;
IV. prova de publicação de súmula do requerimento de Licença Ambiental Simplificada - LAS em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
V. memorial Descritivo do Empreendimento e a descrição das intervenções necessárias;
VI. outorga de direito de uso de recurso hídrico emitida pelo órgão competente, se for o caso;
VII. projeto Executivo do empreendimento, com respectiva ART;
VIII. cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
IX. comprovante de recolhimento da taxa de análise de estudo técnico ambiental;
X. comprovante da entrega da Ficha de Caracterização de Atividade - FCA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;
XI. comprovante do requerimento (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, se for o caso;
XII. recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, referente aos imóveis onde incide o empreendimento.
XIII. cópia(s) da(s) matrícula(s) do(s) imóvel (is) afetado(s) pelo empreendimento;
XIV. ciência dos proprietários dos imóveis afetados pelo empreendimento.

Art. 22 Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença Ambiental Simplificada – LAS somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal.

Art. 23 Para a **Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS** o empreendedor deverá protocolar os seguintes documentos:
I. requerimento de Licença Ambiental – RLA;
II. cadastro de empreendimentos de transmissão de energia - CETE;
III. cópia da Licença Ambiental Simplificada - LAS e o comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
IV. prova de publicação de súmula do requerimento de Renovação de Licença Ambiental Simplificada - RLAS em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
V. outorga de direito dos recursos hídricos, vigente, se for o caso;
VI. relatório de Atendimento às condicionantes da licença anterior;
VII. relatório de Automonitoramento Ambiental.

Art. 24 Os empreendimentos que por suas características estão sujeitos ao licenciamento trifásico (LP, LI e LO), devem apresentar os documentos a seguir discriminados, a serem protocolados pelo sistema eletrônico:
I. requerimentos para **Licença Prévia:**
a) cadastro de empreendimentos de transmissão de energia - CETE;
b) cópia da Carteira de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física; ou Contrato Social e Ato Constitutivo, se pessoa jurídica;
c) memorial descritivo do empreendimento;
d) outorga prévia dos recursos hídricos, se for o caso;
e) certidão emitida pela prefeitura do(s) Município(s) em relação ao empreendimento, declarando expressamente a inexistência de óbices quanto à lei de uso e ocupação do solo e a legislação de proteção do meio ambiente municipal, conforme modelo disposto no Anexo II da Resolução CEMA nº 107/2020.
f) declaração de ciência dos proprietários dos imóveis afetados pelo empreendimento, conforme Anexo I.
g) prova de publicação de súmula do requerimento de Licença Ambiental Prévia - LP em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
h) comprovante de recolhimento da taxa de análise de estudo técnico ambiental;
i) apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados.
j) em caso de necessidade de supressão florestal, deve haver uma análise integrada do licenciamento e o requerente deverá apresentar o Relatório de Caracterização da Flora, de acordo com a Resolução CONAMA 02/94.

II. requerimento para **prorrogação da Licença Prévia** desde que essa prorrogação não ultrapasse o prazo máximo estabelecido no Anexo III da Resolução CEMA nº 107/2020 deverão ser protocolados por meio de sistema eletrônico mediante apresentação de:
a) requerimento de Licença Ambiental – RLA;
b) cadastro de empreendimentos de transmissão de energia - CETE;
c) relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior;
d) cópia da Licença Prévia - LP e o comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
e) prova de publicação de súmula do requerimento de Prorrogação da Licença Ambiental Prévia - PLP em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.

III. requerimento para **Licença de instalação – LI:**
a) requerimento de Licença Ambiental – RLA;
b) cadastro de empreendimentos de transmissão de energia - CETE;
c) cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social;
d) cópia da Licença Prévia - LP e o comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
e) prova de publicação de súmula do requerimento de Licença Ambiental de Instalação - LI em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;

f) apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
g) projeto executivo do empreendimento, com respectiva ART;
h) recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, referente aos imóveis onde incide o empreendimento;
i) relatório de atendimento às condicionantes estabelecidas na licença anterior;
j) Cópia(s) da(s) matrícula(s) do(s) imóvel (is) afetado(s) pelo empreendimento;
k) comprovante do requerimento (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, caso se aplique;
l) apresentação do requerimento (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente, caso se aplique;
m) anuência dos proprietários dos imóveis afetados pelo empreendimento.

IV. requerimento para **Prorrogação de Licença de Instalação – PLI,** desde que essa prorrogação não ultrapasse o prazo máximo estabelecido no Anexo III da Resolução CEMA nº 107/2020, deverão ser protocolados por meio de sistema eletrônico mediante apresentação de:
a) requerimento de Licença Ambiental – RLA;
b) cadastro de Empreendimentos de Transmissão de Energia - CETE;
c) relatório de situação do empreendimento quanto às fases já executadas;
d) relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior;
e) cópia da Licença de Instalação - LI e o comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
f) prova de publicação de súmula do requerimento de Prorrogação de Licença Ambiental de Instalação – PLI em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
g) apresentação de autorização, em vigor, para supressão vegetal emitida pelo órgão competente, se for o caso;
h) apresentação de autorização, em vigor, para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente, se for o caso.

V. requerimento para **Licença de Operação – LO:**
a) requerimento de Licença Ambiental – RLA;
b) cadastro de empreendimentos de transmissão de energia - CETE;
c) cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social;
d) outorga de direito de uso de recurso hídrico emitida pelo órgão competente, se for o caso;
e) cópia da Licença de Instalação - LI e o comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
f) prova de publicação de súmula do requerimento de Licença Ambiental de Operação - LO em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
g) apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
h) relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior;
i) laudo de conclusão/situação de obra, acompanhado de material fotográfico, elaborado por profissional com a devida anotação de responsabilidade técnica – ART.

VI. requerimento para **a Renovação de Licença de Operação – RLO:**
a) requerimento de Licença Ambiental – RLA;
b) cadastro de Obras Diversas – COD;
c) cópia da Licença de Operação;
d) cópia da Licença de Operação - LO e o comprovante da publicação de seu recebimento à época, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
e) prova de publicação de súmula do requerimento de Renovação de Licença Ambiental de Operação – RLO em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
f) relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior;
g) relatório de Automonitoramento Ambiental.

Art. 25 Para a solicitação de **Licença Ambiental de Regularização** prevista no Art. 19 deverá ser apresentada a seguinte documentação:
a) requerimento de Licença Ambiental – RLA;
b) cadastro de empreendimentos de transmissão de energia - CETE;
c) certidão emitida pela prefeitura do(s) Município(s) em relação ao empreendimento, declarando expressamente a inexistência de óbices quanto à lei de uso e ocupação do solo e a legislação de proteção do meio ambiente municipal, conforme modelo disposto no Anexo II da Resolução CEMA nº 107/2020 ou Alvará de Funcionamento;
d) cópia(s) da(s) matrícula(s) do(s) imóvel (is) afetado(s) pelo empreendimento;
e) comprovação do funcionamento do empreendimento em data anterior a 25 de junho de 2008;
f) prova de publicação de súmula do requerimento de Licença Ambiental Regularização em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
g) memorial descritivo do empreendimento e a descrição das intervenções necessárias;
h) apresentação de cópia da(s) ART(s) – Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados que elaboraram os trabalhos técnicos;
i) relatório de Conformidade Ambiental conforme Termo de Referência;
j) manifestação dos Órgão Intervenientes, quando aplicável.

Subseção II
Documentação Complementar para o Licenciamento de Linha de Transmissão e Distribuição

Art. 26 Para **LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO até 69 kV** o requerimento de licenciamento deve ser instruído com os documentos abaixo relacionados, além daqueles já constantes da Subseção I, da Seção V desta Resolução:

I. **LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS:**
a) Plano de Controle Ambiental Simplificado – PCAS, em local tipo 2;

Art. 27 Para **LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO maior que 69 kV e menor que 230 kV**, o requerimento de licenciamento deve ser instruído com os documentos abaixo relacionados, além daqueles já constantes na Subseção I da Seção V desta Resolução:

I. **LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS:**
a) Plano de Controle Ambiental Simplificado – PCAS, em caso de extensão até 10 km, em local tipo 1;
b) Plano de Controle Ambiental – PCA, em caso de extensão até 10 km, em local tipo 2 ou extensão maior que 10 km e menor que 50 km, em local tipo 1;
c) Autorização / Concessão da ANEEL para o empreendimento, em caso de tensão de 138 kV, se for o caso.

II. **LICENÇA PRÉVIA – LP:**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

a) Relatório Ambiental Simplificado, em caso de extensão maior que 10 km e menor que 50 km, em local tipo 2 ou em caso de extensão maior que 50 km, em local tipo 1 ou 2.

III. **LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI:**
a) Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais – RDPA;
b) Autorização / Concessão da ANEEL para o empreendimento, em caso de tensão de 138 kV.

IV - LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO:
a) Autorização / Concessão da ANEEL para o empreendimento, em caso de tensão de 138 kV.
V - RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO – RLO:
a) Autorização / Concessão da ANEEL para o empreendimento, em caso de tensão de 138 kV.

Art. 28 Para **LINHAS DE TRANSMISSÃO de 230 kV**, o requerimento de licenciamento deve ser instruído com os documentos abaixo relacionados, além daqueles já constantes na Subseção I da Seção V desta Resolução:

I. LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS:
a) Plano de Controle Ambiental – PCA, em caso de extensão menor ou igual a 10 km, em local do tipo 1.

II. **LICENÇA PRÉVIA – LP:**
a) Relatório Ambiental Simplificado – RAS, em caso de extensão maior que 10km, em local do tipo 1;
b) Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental RIMA, em local do tipo 2

III. **LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI:**
a) Autorização / Concessão da ANEEL para o empreendimento;
b) Relatório Detalhado dos Programas Ambientais – RDPA, em caso de extensão maior que 10km, em local do tipo 1;
c) Projeto Básico Ambiental – PBA, quando se tratar de empreendimento em local do tipo 2.
IV. **LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO:**
a) Autorização / Concessão da ANEEL para o empreendimento.

V. **RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO – RLO:**
a) Autorização / Concessão da ANEEL para o empreendimento.

Art. 29 Para requerimento de **LINHA DE TRANSMISSÃO acima de 230 kV**, deve ser instruído com os documentos abaixo relacionados, além daqueles já constantes na Subseção I da Seção V desta Resolução:

I. **LICENÇA PRÉVIA – LP:**
a) Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental RIMA.

II. **LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI:**
a) Autorização / Concessão da ANEEL para o empreendimento;
b) Projeto Básico Ambiental – PBA.

III. **LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO:**
a) Autorização / Concessão da ANEEL para o empreendimento.

IV. **RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO – RLO:**
a) Autorização / Concessão da ANEEL para o empreendimento.

Subseção III
Documentação Complementar para o Licenciamento de Estação Chave

Art. 30 Para o licenciamento ambiental de Estação Chave, o requerimento deve ser instruído com os documentos abaixo relacionados, além daqueles constantes na Subseção I da Seção V desta Resolução:

I. **Para Licença Ambiental Simplificada – LAS:**
a) Plano de Controle Ambiental Simplificado – PCAS, em local do tipo 1;
b) Plano de Controle Ambiental – PCA, em local do tipo 2;
c) Projeto de corte e aterro, com respectiva ART, se for o caso.

Subseção IV
Documentação Complementar para o Licenciamento de Subestação

Art. 31 Para o licenciamento ambiental de **SUBESTAÇÃO com área total até 1 ha**, o requerimento deve ser instruído com os documentos abaixo relacionados, além daqueles constantes da Subseção I da Seção V desta Resolução:

I. **LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS:**
a) Plano de Controle Ambiental – PCA.

Art. 32 Para o licenciamento ambiental de **SUBESTAÇÃO com área total acima de 1 ha,** o requerimento deve ser instruído com os documentos abaixo relacionados, além daqueles constantes da Subseção I da Seção V desta Resolução:

I. **LICENÇA PRÉVIA – LP:**
a) Relatório Ambiental Simplificado - RAS;

II. **LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI:**
a) Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais – RDPA.

Seção V
Das Taxas Ambientais

Art. 33 O licenciamento ambiental dos sistemas de transmissão, distribuição e subestação de energia elétrica será protocolado e analisado pelo Instituto Água e Terra mediante pagamento de 3 (três) taxas, quando couber, a serem recolhidas por ocasião do requerimento do licenciamento ambiental da forma estabelecida na Resolução CEMA n° 107/2020, ou outra que a venha substituir. Conforme abaixo:
I. taxa de procedimento administrativo, que será calculada em função do porte do empreendimento e se aplica a todas as modalidades de licenciamento;

II. taxa de análise de estudo técnico ambiental, que será cobrada quando das solicitações de Licença Ambiental Simplificada – LAS, Licença Prévia – LP ou Licença Ambiental de Regularização - LAR;
III. taxa de publicação de súmula de requerimento ou recebimento de licença ambiental, que será cobrada sempre que o empreendedor optar por fazer a publicação no site do Instituto Água e Terra.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34 No caso dos licenciamentos de Sistemas de Transmissão, Distribuição e Subestações que exijam apresentação do Relatório Ambiental Simplificado – RAS, sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por pelo menos cinquenta pessoas maiores de dezoito anos, o órgão de meio ambiente promoverá Reunião Técnica Informativa, conforme preconiza a Resolução CONAMA nº 279/2001.

Art. 35 O Instituto Água e Terra dará publicidade ao EIA/RIMA através de edital de entrada que será publicado no Diário Oficial do Estado e disponibilizado em seu sítio eletrônico.
Parágrafo único. Os ritos e procedimentos relativos às Audiências Públicas seguirão o preconizado nas Resoluções CONAMA nº 01/1986 e CONAMA nº 09/1987.

Art. 36 Para o acesso do empreendedor nas propriedades, a fim de realizar estudos dos meios físico, biótico e socioeconômico, o mesmo deverá possuir a devida permissão dos proprietários.

Art. 37 A Licença Prévia - LP só poderá ser emitida mediante apresentação de 100% (cem por cento) da declaração de ciência dos proprietários dos imóveis afetados.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de não apresentação da documentação referente à totalidade dos imóveis conforme previsto no caput deste artigo, o empreendedor deverá comprovar documentalmente a realização do esforço realizado no sentido de obter a documentação por parte dos proprietários dos imóveis afetados.

Art. 38 A Licença de Instalação - LI somente poderá ser emitida com a apresentação da comprovação da dominialidade de 100% (cem por cento) do número de imóveis afetados e mediante os seguintes critérios:
I. Anuência dos proprietários dos imóveis afetados, sendo no mínimo 70% (setenta por cento) do total do número de imóveis afetados (acordos amigáveis e ajuizamento da DUP).
II. Nos demais imóveis afetados qualquer intervenção somente será permitida após comprovação das respectivas negociações (acordos amigáveis e ajuizamento da DUP).

PARÁGRAFO ÚNICO. Os acessos e estruturas (definitivas ou temporárias) a serem implantadas em função do empreendimento deverão necessariamente estar dentro dos limites dos imóveis cuja documentação prevista no *caput* tenha sido apresentada.

Art. 39 Para os casos excepcionais envolvendo imóveis não contemplados nesta Resolução, deverão estar em conformidade com as hipóteses dos Art. 45 a 54 da Resolução CEMA nº 107/2020.

Art. 40 Para abertura de novos acessos, que impliquem em supressão de vegetação nativa, será necessária a respectiva Autorização Ambiental.

Art. 41 Os empreendimentos que estejam sujeitos à Licença Ambiental Simplificada – LAS, somente estarão aptos a se instalarem após o deferimento da Autorização Ambiental para Resgate, Manejo e Monitoramento de Fauna, conforme disposto na Portaria IAP Nº 97 DE 29/05/2012 ou outra que venha substituí-la, quando aplicável.

Art. 42 Os empreendimentos que estejam sujeitos ao licenciamento trifásico (LP, LI e LO), somente terão a emissão da Licença de Instalação – LI emitida de forma concomitante ou posteriormente ao deferimento da solicitação de Autorização Florestal e Autorização Ambiental para Resgate, Manejo e Monitoramento de Fauna, conforme disposto na Portaria IAP Nº 97 DE 29/05/2012 ou outra que venha substituí-la.

Art. 43 Os Termos de Referência necessários para elaboração dos estudos ambientais exigidos por esta resolução serão disponibilizados pelo Instituto Água e Terra - IAT.

Art. 44 Quando da necessidade da manifestação de órgãos intervenientes no licenciamento ambiental, tais como FUNAI, INCRA, IPHAN, ICMBio, CEPHA, DNIT, DER, entre outros, será seguido o procedimento conforme estabelece os Art. 11,12 e 13 da Resolução CEMA nº107/2020.

Art. 45 . Os prazos de validade de cada ato administrativo constarão no corpo dos mesmos, conforme estabelecido na Resolução CEMA 107/2020, com base no disposto na Resolução CEMA nº 107/2020 ou outra que venha a substituí-la.

Art. 46 O empreendedor que no procedimento do licenciamento ambiental elaborar ou apresentar concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, responderá nos termos da Lei Federal 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, bem como pela infração administrativa correspondente.

Art. 47 Os casos omissos nesta resolução serão analisados pelo Instituto Água e Terra - IAT e enquadrados na legislação ambiental vigente conforme as características particulares de cada empreendimento.

Art. 48 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba,23 de fevereiro de 2021.

Marcio Nunes
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Eu, ...**declaro** ao Instituto Água e Terra estar ciente de que está sendo desenvolvido o projeto do empreendimento denominado..... a ser instalado no..... **que pode vir a afetar minha propriedade.**
Esta declaração será apresentada como documento integrante de procedimento de licenciamento prévio junto ao Instituto Água e Terra e não representa nenhum tipo de negociação ou cessão de direitos sobre o imóvel do declarante, sendo que para a instalação do empreendimento será necessária manifestação posterior de anuência, ou outro acordo legal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Local/Data

Local/Data

_____
Proprietário
CPF:

_____
Representante da .....
Qualificação
CPF:

_____
Testemunha 1
Nome:
CPF:

_____
Testemunha 2
Nome:
CPF:

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Eu, ...**declaro** ao Instituto Água e Terra estar de acordo com a implantação do empreendimento denominado.....a ser instalado no .....**que irá afetar minha propriedade.**
Esta declaração será apresentada como documento integrante de procedimento de licenciamento prévio ou licenciamento simplificado junto ao Instituto Água e Terra e representa que estou de acordo com o canteiro de obras, acessos, construções civis ou área de preservação permanente em minha propriedade.

Por ser verdade, firmo o presente em duas vias.

Local/Data

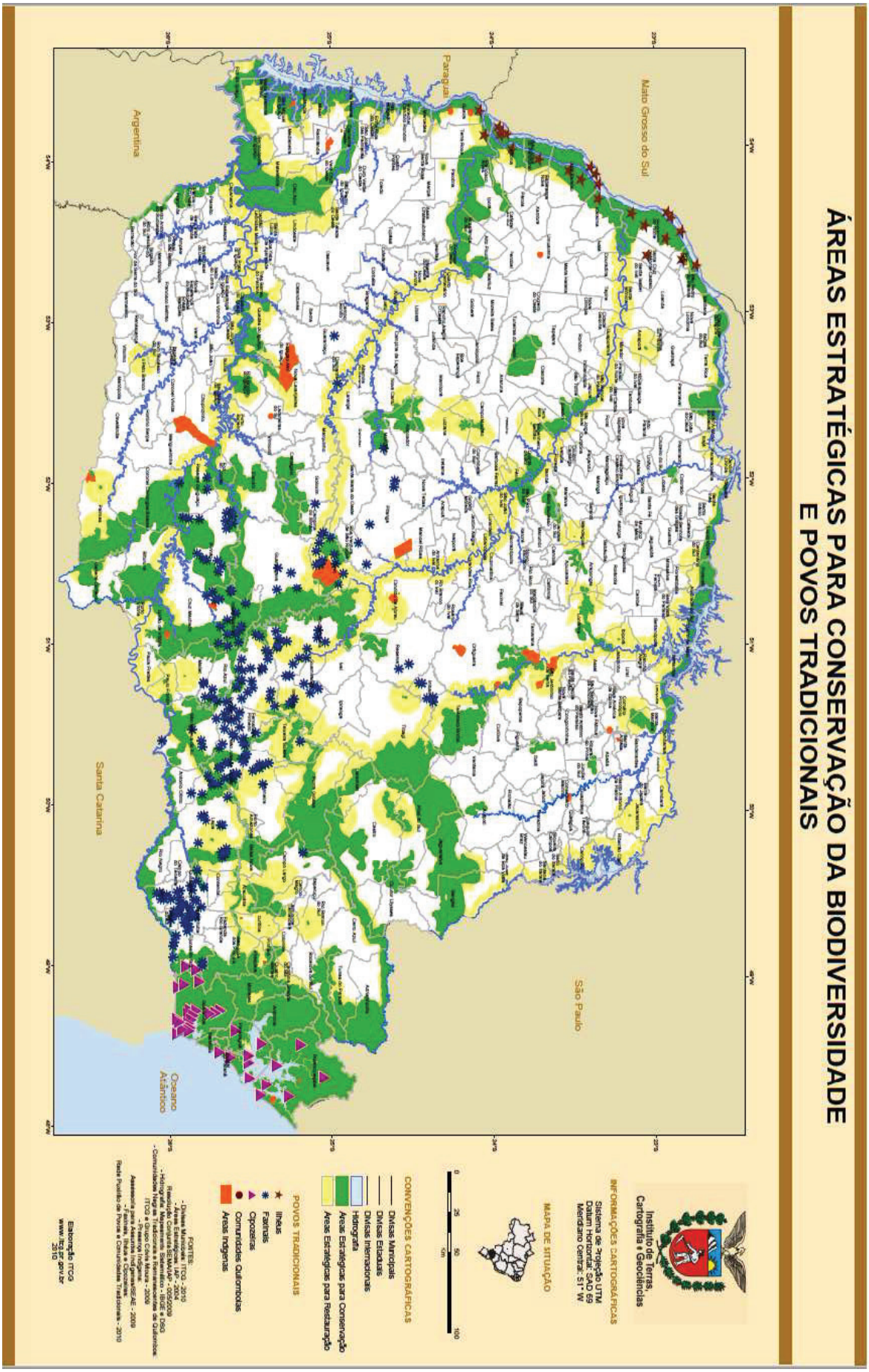
_____
Proprietário
CPF:

_____
Representante da .....
Qualificação
CPF:

_____
Testemunha 1
Nome:
CPF:

_____
Testemunha 2
Nome:
CPF:

ANEXO III
MAPA DE ÁREAS ESTRATÉGICAS PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E POVOS TRADICIONAIS



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEDEST/IAT Nº 05/2021

Súmula: Revoga Resoluções Conjuntas SEMA/IAP

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo - SEDEST, designado pelo Decreto nº 1.440, de 23 de maio de 2019, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, Lei Estadual nº 10.066 de 27 de julho de 1992 e alterações posteriores alterações posteriores;
O Diretor Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto nº 3.820, de 09 de janeiro de 2020, no uso das atribuições que são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066 de 27 de julho de 1992, Lei nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019 e Decreto nº 3813, de 09 de janeiro de 2020

Considerando a edição das Resoluções de procedimentos para licenciamento de unidades de geração de energia elétrica; sistemas de distribuição de gás canalizado e sistemas de transporte de gás canalizado; empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte solar; empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica; empreendimentos de cogeração de energia, biodigestores com aproveitamento energético de biogás; sistemas de transmissão, distribuição e subestação de energia elétrica.

RESOLVEM:

Art. 1º Revogar as Resoluções Conjuntas SEMA/IAP nº 09, de 03 de novembro de 2010, nº 04, de 14 de março de 2012; nº 03, de 17 de junho de 2013; Portaria IAP nº 160/2017 e Instrução Técnica DIRAM nº 03/2007.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 4 de março de 2021.

MARCIO NUNES
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor Presidente do Instituto Água e Terra

42872/2021

Receita Estadual do Paraná

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Intimação para pagamento - Edital n. 4/2021

A Receita Estadual do Paraná intima os sujeitos passivos abaixo relacionados para pagamento do crédito tributário originário de auto de infração:

1º) julgado parcial ou integralmente procedente e com decisão administrativa transitada em julgado, nos termos do inciso I do artigo 43 da Lei n. 18.877, publicada em 30 de setembro de 2016; e/ou,

2º) que não teve apresentação de reclamação (revel) ou a apresentação desta foi intempestiva (fora de prazo), sendo denegado seu prosseguimento nos termos do inciso III do artigo 14 da Lei n. 18.877/2016, combinado com o § 3º do mesmo artigo, fatos que encerram a instância administrativa de acordo com o inciso I do artigo 44 da Lei n. 18.877/2016.

Decorridos dez dias corridos da publicação deste edital, serão consideradas efetuadas as intimações (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV), começando a contagem do prazo de até trinta dias corridos, contados na forma do artigo 36 da Lei n. 11.580/1996 (e adotando-se o calendário de expediente bancário do município a sede da DRR da origem da medida fiscal), para pagamento ou parcelamento do crédito tributário devidamente atualizado, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado e no Cadin Estadual (Lei n. 18.466/2015).

Para os autos de infração relativos ao ICMS, o valor da multa e respectivos juros de mora serão reduzidos em dez por cento (Lei n.11.580/1996, artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, combinado com o parágrafo 2º), desde que pago até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas.

Em caso de pagamento dos autos de infração relativos ao ITCMD, cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1º.1.2016, havendo a aplicação da penalidade prevista nos incisos I, II ou III do parágrafo 1º do artigo 33 da Lei n. 18.573/2015, o valor da multa e respectivos juros de mora serão reduzidos em dez por cento (artigo 33, parágrafo 2º, inciso III, c/c parágrafo 3º, da Lei n. 18.573/2015), desde que pago até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas.

Relação dos Autos de Infração

DRR-A.I.	Identificação	Sujeito Passivo
05-6634957-8	036919129-31	ADILSON FERREIRA FELIS
05-6634927-6	472879699-04	ANTONIO DE LIMA FILHO
05-6634970-5	049213939-31	CLAUDECIR DE SOUZA NASCIMENTO
05-6634958-6	472603439-15	DAVI LATCHUK
05-6634923-3	073894629-06	DIEGO F.CAMARGO DA SILVA
05-6634921-7	056675699-49	DIRCEU LUIZ CHEROBIN
05-6634975-6	027662449-13	ELCIONE SEGUNDA
05-6634929-2	793842189-87	ELZA MEIRA MARTINS
05-6634967-5	500529009-59	IRINEO DE OLIVEIRA
05-6634963-2	726312879-91	IRINEU BARBOSA LAROCA
05-6634959-4	652810129-91	JOAO DERLEI DOS SANTOS
05-6634964-0	023272089-47	MARIO SLOTA
05-6634956-0	028343039-75	NEOCIR ROECKER
05-6634974-8	384598687-53	RICARDO A. VILLELA DE ANDRADE

Curitiba, 8 de março de 2021.

ROBERTO ZANINELLI COVELO TIZON
Diretor da Receita Estadual do Paraná

42735/2021

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

NOTIFICAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRÉVIA
Edital n. 5/2021

A Receita Estadual do Paraná cientifica os interessados abaixo das Notificações para Apresentação de Defesa Prévia, em conformidade com o disposto no artigo 22 da Lei Complementar Estadual n. 107, de 11 de janeiro de 2005, com a nova redação da LCE n. 118, de 14 de fevereiro de 2007, com o Decreto n. 5.568, de 14 de outubro de 2009 e com a Norma de Procedimento Fiscal
da CRE n. 103 de 10 de novembro de 2009.

Decorridos dez dias desta publicação, serão consideradas efetuadas as intimações (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV),começando a contagem do prazo de até dez dias para a apresentação de Defesa Prévia, nos termos da NPF n. 103/2009, considerando a regra de contagem de prazo processual
do artigo 22 do Lei n. 18.877/2016.

Relação das Notificações para Apresentação de Defesa Prévia

Nr.DITCMD: 201800048499-0
Notificação: 02/2020-JJM
CPF: 017336239-73 JOSE FAGUNDES DOS SANTOS
CPF: 577415739-34 SANDRA MARLI SANTOS

Nr. DITCMD: 201900032521-1
Notificação: 011/2020
CPF: 087512869-63 ALEXANDRE SANTOS HEY

Nr. DITCMD: 202000025948-4
Notificação: 01/2020-JJM
CPF: 473086489-15 SUZINAIRA DE OLIVEIRA

Nr. DITCMD: 201900039730-1
Notificação: 03/2020-JJM
CPF: 072018469-06 LILIAN CRISTINE EVANOSKI

Protocolo: 15969722-3 Nr.DITCMD: 20160004238-4
Notificação: 0032/2021 1ª DRR - CURITIBA
CPF: 004174828-09 MARIA HELENA DA SILVEIRA FRANCO

Protocolo: 15969722-3 Nr.DITCMD: 20160004238-4
Notificação: 0031/2021 1ª DRR - CURITIBA
CPF: 635861008-25 ROBERTO AUGUSTO DA SILVEIRA FRANCO

Protocolo: 17313574-2
Notificação: 0528/2020 5ª DRR - GUARAPUAVA
CPF: 029498869-65 ROGERIO DAPONT

Endereços para apresentação:
1ª DRR = RUA LOURENCO PINTO 50 - CURITIBA - PR
3ª DRR = RUA THEODORO ROSAS 945 - PONTA GROSSA - PR
5ª DRR = RUA ANDRADE NEVES 925 - GUARAPUAVA - PR
6ª DRR = RUA PARANA 698 - JACAREZINHO - PR
8ª DRR = RUA PARA 473 - LONDRINA - PR
9ª DRR = AV PRUD. DE MORAES 211 - MARINGA - PR
11ª DRR = AV PARANA 3787 - UMUARAMA - PR
13ª DRR = R PADRE CHAMPAGNAT 130 - CASCAVEL - PR
14ª DRR = RUA ARARIBOIA 463 - PATO BRANCO - PR
17ª DRR = RUA VICENTE MACHADO 445 - CURITIBA - PR

Curitiba, 8 de março de 2021.

ROBERTO ZANINELLI COVELO TIZON
Diretor da Receita Estadual do Paraná

42725/2021

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA Nº 00010/2021

Nos termos do inciso III, do parágrafo 2º, do artigo 57, da Lei n. 11580/96; art 43 da Lei n. 18.877/2016; art. 11-A e alínea "a" , do inciso XI, do artigo 17 da Lei n. 14.260/2003; inciso III, do art. 35 da Lei n. 18.573/2015 e Lei n. 4.320/1964, notificamos os contribuintes abaixo relacionados para que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste edital no Diário Oficial Executivo do Estado do Paraná, efetuem o pagamento dos créditos inscritos em dívida ativa, acrescidos de juros de mora, previstos no art. 38 da Lei n. 11.580/1996. Transcorrido o prazo acima mencionado, as certidões de dívida ativa estarão sujeitas a:
a) protesto extrajudicial, nos termos do parágrafo único do art.1º, da Lei n. 9.492/97 e Provimento 230/12, da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Paraná, com incidência de emolumentos e demais despesas;
b) execução fiscal, nos termos da Lei n. 6.830/80, com a cobrança de custas judiciais, honorários e penhora de bens;
c) inscrição no Cadastro Informativo Estadual - Cadin, nos termos da Lei n. 18.466/2015.

2S AGROINDUSTRIAL - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90842885-40 - 03333978-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 361.059,14 - **3M FABRICACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS EI - 90697056-23** - 03333226-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.050,40 - **3R DESCARTAVEIS CONFECCAO E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - 10102988-37** - 03331411-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 38.089,89 - **4BIO MEDICAMENTOS S.A - 09905279-11** - 03331311-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.593,70 - **4BIO MEDICAMENTOS S.A - 09907121-40** - 03331342-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 59.620,95 - **4BIO MEDICAMENTOS S.A - 09908972-55** - 03331391-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 179.454,30 - **5 S TUR LTDA - 90835400-17** - 03333939-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.200,51 - **A & A MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA ME - 90679348-20** - 03333137-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.645,48 - **A C DA SILVA PALKA - EPP - 83303714-56** - 03331654-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.931,52 - **A C SGANDERLA & CIA LTDA - ME - 90125731-00** - 03331673-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 119,67 - **A C SILVA JUNIOR SUPERMERCADO - ME - 90382607-04** - 03332133-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.167,96 - **A COELHO COMERCIO DE ALIMENTACAO LTDA - 90236545-10** - 03331840-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.797,28 - **A DA S SANTOS MOLAS - 90415655-83** - 03332239-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 33.209,61 - **A F C SILVA COM E MANUT DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA - 90274917-98** - 03331901-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.514,23 - **A F INDUSTRIA DE ARGAMASSA LTDA - ME - 90767581-55** - 03333667-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 366,38 - **A G MOREATH - MANUTENCAO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA M - 90597494-79** - 03332821-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.417,58 - **A M MAZZARIN - 90117344-37** - 03331667-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.906,60 - **A M MORENO PNEUS LTDA - 90572416-99** - 03332720-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 39.819,75 - **A NOSSA LIVRARIA DO SUL LTDA - 90867526-60** - 03334058-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 696,65 - **A ORIGINAL ARTEFATOS DE COURO LTDA - 90769152-77** - 03333671-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.115,52 - **A ORIGINAL ARTEFATOS DE COURO LTDA - 90770063-19** - 03333678-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.970,91 - **A ORIGINAL ARTEFATOS DE COURO LTDA - 90813920-88** - 03333858-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.518,17 - **A ORIGINAL ARTEFATOS DE COURO LTDA - 90762363-70** - 03333628-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.667,25 - **A REDE ASSESSORIA COMERCIAL LTDA - 09908776-53** - 03331387-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.043,44 - **A S SANTOS - VEICULOS E TRATORES USADOS - 90489386-28** - 03332470-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.933,86 - **A ZORTEA & CIA LTDA - 90311051-18** - 03331992-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.454,06 - **A&F INDUSTRIA E COMERCIO DE PAES LTDA - 90658016-01** - 03333010-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.087,13 - **A. C. NASCIMENTO - NOBRE ALFAJOR - ME - 90724677-92** - 03333387-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.804,15 - **A. D. SOVINSKI RAIZER & CIA LTDA - 90297442-35** - 03331950-9 - ICMS - GIA 10/2020 - 711.214,03 - **A. H. ROSA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI. - 90731858-39** - 03333423-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.846,91 - **A. K. CAMILO DOS SANTOS - 90813775-26** - 03334165-2 - ICMS - PAF 6635082-7 - 2.171,18 - **A. S. J. - COMERCIO DE ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA - 90841937-52** - 03333976-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 131.608,89 - **A.B. LASER INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMEN - 90707783-75** - 03333307-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 47.321,32 - **A.M.B. NECKEL - COMERCIO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRI - 90134289-02** - 03331681-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.578,53 - **A.MARCONDES DA SILVEIRA FERREIRA - SERVICOS AUTOMOTIVO - 90742165-17** - 03333486-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 189,04 - **A.S.S. TURISMO EIRELI - EPP - 90553990-66** - 03332675-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 727,41 - **A.W. CONFECCOES EIRELI - 90384488-43** - 03332135-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 15.444,74 - **AAG COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI - ME - 90678602-81** - 03333136-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 724,87 - **ABCCO-REJUNTABRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90591618-11** - 03332801-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.863,85 - **ABEL SIATKOWSKI - 90708527-96** - 03334171-7 - ICMS - PAF 6635024-0 - 2.165,89 - **AC WOODS COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - 90622774-64** - 03332880-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.868,40 - **ACEVEDO & DALL'AGNOL LTDA - 10197046-92** - 03331480-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 134.036,66 - **ACEVEDO & DALL'AGNOL LTDA - 90655126-85** - 03332998-9 - ICMS - GIA 11/2020 - 1.329,78 - **ACHIZA TRANSPORTES LTDA - 90628020-54** - 03332899-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.436,72 - **ACM LANCHONETE LTDA - 90718572-95** - 03333345-5 - ICMS - GIA 01/2020 - 296,02 - **ACO REI INDUSTRIA E COMERCIO DE ACO EIRELI - 90785097-80** - 03333732-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 36.381,53 - **ACOLAMI COMERCIO DE ACOS E LAMINADOS EIRELI - 90299893-43** - 03331957-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 280.996,46 - **ACOS PINHAIS LTDA - 90163195-60** - 03331714-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 33.601,15 - **ACOUGUE MARANHAO EIRELI - ME - 90467657-85** - 03332414-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.659,75 - **ACW MEDICAMENTOS EIRELI - 90721990-97** - 03333373-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.172,58 - **ADA TINA COSMETICOS LTDA - 09908388-36** - 03331376-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 8,08 - **ADAILSON FELIX - 102398009-66** - 12772126-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00952405164/2020 - 121,42 - **ADAIS TACIANE DO AMARAL - ME - 90791446-11** - 03333765-5 - ICMS - GIA 01/2020 - 33,56 - **ADAO FERREIRA DE MATOS - 839720139-49** - 12771984-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00676585540/2014 - 340,05 - **ADECIR FARIAS DE LIMA & CIA LTDA - 90268534-08** - 03334103-2 - ICMS - PAF 6635142-4 - 2.171,18 - **ADELAIDE ELAUTERIO RODRIGUES KNETSIKI - 370372509-53** - 12772222-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00954735315/2014 - 140,69 - **ADEMAR JOSE DE ALMEIDA LARA - 32103159-50** - 03331555-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.793,71 - **ADEMIR APARECIDO DELIVIO - 458008209-53** - 12771999-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00754067386/2020 - 464,28 - **ADEMIR DOS SANTOS - 005101219-77** - 12771985-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00680880488/2014 - 329,59 - **ADEMIR LEMOS REVESTIMENTOS DE METAIS - ME - 90755088-56** - 03333584-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.575,46 - **ADENILSON MORAES - 026668029-14** - 12772164-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00118246151/2020 - 474,65 - **ADILSON DA SILVA - 046505749-78** - 12771868-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00148146627/2020 - 523,63 - **ADILSON JOSE DOS REIS-ME - 90665641-82** - 03334123-7 - ICMS - PAF 6635320-6 - 2.171,18 - **ADIPRO INGREDIENTES ALIMENTICIOS EIRELI - 90596218-39** - 03332818-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 21.985,87 - **ADM TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA - 90676401-68** - 03333132-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.813,14 - **ADONES REIS DA SILVA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS - 90563216-72** - 03332701-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 411,23 - 03332702-1 - ICMS - GIA 05/2020 - 265,72 - **ADRIAN SANTANA VIEIRA - 085819399-02** - 12772110-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00930350340/2020 - 112,29 - **ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS - 065198359-27** - 12771880-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00205154786/2014 - 210,57 - 12771881-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00205154786/2020 - 178,96 - **ADRIANA L. DA ROSA COMERCIO DE FLORES E ACESSORIOS - ME - 90713615-91** - 03333318-8 - ICMS - GIA 01/2020 - 20,13 - 03333319-6 - ICMS - GIA 02/2020 - 18,96 - 03333320-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 15,56 - 03333321-8 - ICMS - GIA 04/2020 - 17,29 - 03333322-6 - ICMS - GIA 05/2020 - 14,37 - 03333323-4 - ICMS - GIA 06/2020 - 17,66 - 03333324-2 - ICMS - GIA 07/2020 - 19,83 - 03333325-0 - ICMS - GIA 08/2020 - 15,40 - 03333326-9 - ICMS - GIA 09/2020 - 13,17 - 03333327-7 - ICMS - GIA 10/2020 - 21,93 - **ADRIANO INACIO DOS SANTOS - 062916039-26** - 12771982-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00666897158/2014 - 324,13 - **ADRIANO JOSE MACIEL - 90350777-20** - 03332066-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.012,14 - **ADRIANO PEREIRA EMPREENDIMENTOS METALURGICOS EIRELI - 90866789-15** - 03334056-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 307.037,62 - **ADSB COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - 90864438-70** - 03334052-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.816,68 - **ADSB COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - ME - 90715623-09** - 03333338-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.369,28 - **ADSB COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - ME - 90681340-88** - 03333145-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.558,10 - **AEROMIX CONVENIENCIAS - EIRELI - 90796819-78** - 03333789-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.951,41 - **AEROTAXI COOPERATIVA DE TRANSPORTE - 90676385-03** - 03333131-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 519,26 - **AETHRA SISTEMAS AUTOMOTIVOS S/A - 90283126-68** - 03331919-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 186.146,13 - **AG INGREDIENTES COM E IND DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRE - 90426132-71** - 03332272-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 72.981,78 - **AGDA ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA - 748194889-53** - 03331216-4 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 2018000308203/02 - 12.391,38 - **AGE HOSPITALAR LTDA - 90544338-05** - 03332655-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.055,44 - **AGFABI COMERCIO DE TINTAS LTDA - 90600600-69** - 03332831-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 15.590,05 - **AGFABI COMERCIO DE TINTAS LTDA - 90627108-77** - 03332894-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.168,68 - **AGFABI COMERCIO DE TINTAS LTDA - 90181651-44** - 03331755-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.119,10 - **AGFABI COMERCIO DE TINTAS LTDA - 90782917-00** - 03333727-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.818,12 - **AGM PG MOVEIS DE ACO LTDA - 90736612-07** - 03333451-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.895,14 - **AGRICEREAIS COMERCIO DE TABACOS LTDA - 90307370-56** - 03334098-2 - ICMS - PAF 6635093-2 - 2.171,18 - 03334144-0 - ICMS - PAF 6634931-4 - 2.165,89 - 03334172-5 - ICMS - PAF 6635026-6 - 2.165,89 - **AGRICOLA CANTELLI LTDA - 90575313-44** - 03332728-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.537,54 - **AGRISA AGROINDUSTRIAL DE SUBPRODUTOS ANIMAL LTDA - 90481609-45** - 03332447-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.093.911,45 - **AGRO ANNES COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - 90276139-07** - 03331906-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.540,32 - **AGRO INDUSTRIA HIKARI LTDA - 90359543-49** - 03332078-7 - ICMS - GIA 09/2020 - 105,44 - 03332079-5 - ICMS - GIA 10/2020 - 157,99 - 03332080-9 - ICMS - GIA 11/2020 - 314,19 - 03332081-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.032,75 - **AGROBELA AGROCIENCIA LTDA - 90590556-20** - 03332787-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 21.321,92 - **AGROECOLOGICA MARUMBI LTDA - 90627818-98** - 03332898-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 16.004,64 - **AGROINDUSTRIA DE CARNES NOBRES ESPLANADA LTDA ME - 90409973-23** - 03332226-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 197.966,08 - **AGROPARANA COMERCIO DE MATERIA PRIMA LTDA - 90821850-78** - 03333893-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.353,79 - **AGROPECUARIA JAISON CATARINA LTDA - 90426710-42** - 03332274-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.434,40 - **AGROPECUARIA SAHARA PRODUTOS NATURAIS LTDA - 90408252-04** - 03332219-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.344,39 - **AGUA MINERAL GRACIOSA LTDA - 90150844-53** - 03331697-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.459,21 - **AGUINALDO DA SILVA RIBEIRO - CONGONHINHAS ME - 90644263-94**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

- 03332949-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 262,93 - 03332950-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.249,14 - **AGUINALDO DOMINGUES - 024294879-00 -** 12772218-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00781029945/2020 - 320,35 - **AIRES - CONSTRUCOES ELETRICAS - EIRELI - 90308771-41 -** 03331977-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.031,60 - **AIRES BARBOSA - 039800949-01 -** 12772083-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00870272349/2019 - 36,93 - 12772084-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00870272349/2020 - 104,10 - **ALBARY KOLLARITSCH - 21900245-90 -** 03331535-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 419,28 - **ALBATROZ REAL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - 90789607-25 -** 03333753-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.631,34 - **ALCIDES DE LIMA FILHO - 470656649-53 -** 12772024-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00787195391/2020 - 314,33 - **ALDACIR RIBEIRO - DISTRIBUIDORA DE AGUA - 90645178-61 -** 03332959-8 - ICMS - GIA 01/2020 - 10,34 - 03332960-1 - ICMS - GIA 02/2020 - 102,66 - 03332961-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 279,84 - 03332962-8 - ICMS - GIA 04/2020 - 154,84 - 03332963-6 - ICMS - GIA 05/2020 - 126,15 - 03332964-4 - ICMS - GIA 08/2020 - 209,76 - 03332965-2 - ICMS - GIA 09/2020 - 222,84 - 03332966-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 316,60 - 03332967-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 204,97 - **ALEF PINHEIRO DE CASTRO - 092412259-55 -** 12772076-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00861343972/2014 - 143,25 - 12772077-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00861343972/2020 - 104,10 - **ALESSANDRA LAZZARETTI - 90810519-22 -** 03333836-8 - ICMS - GIA 10/2020 - 6.494,40 - 03333837-6 - ICMS - GIA 11/2020 - 4.389,18 - 03333838-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.905,92 - **ALESSANDRO CESAR DA SILVA BRINGEL - 086558059-63 -** 12772223-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00869228439/2020 - 387,20 - **ALESSANDRO RODRIGUES PINHEIRO - 022245989-12 -** 12771858-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00115817662/2014 - 190,85 - 12771859-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00115817662/2015 - 236,49 - 12771860-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00115817662/2016 - 218,91 - 12771861-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00115817662/2017 - 181,84 - 12771862-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00115817662/2018 - 166,70 - 12771863-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00115817662/2019 - 155,74 - 12771864-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00115817662/2020 - 144,96 - **ALETRA COMUNICACAO VISUAL LTDA - 90520004-64 -** 03332571-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 27.192,45 - **ALEX CALIXTO DE SOUZA INST. ELETRICAS LTDA - 90680575-80 -** 03333143-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.275,69 - **ALEX DA SILVA RIBEIRO - 089612689-70 -** 12771911-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00254264930/2014 - 180,57 - 12771912-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00254264930/2020 - 136,24 - **ALEX DOUGLAS DE OLIVEIRA - 066764399-05 -** 12771903-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00234072539/2020 - 168,34 - **ALEXANDRE ALBRECHT - 021367829-24 -** 12772166-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00839093071/2020 - 66,75 - **ALEXANDRE DINIZ DOS SANTOS - 047759339-90 -** 12772276-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00985611308/2020 - 220,96 - **ALEXANDRE RIBEIRO DO NASCIMENTO - INDUSTRIA DE PLASTICO - 63603768-08 -** 03331612-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.733,88 - **ALEXANDRE SOUSA MADDALOZZO - ME - 90541945-50 -** 03332640-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.191,74 - **ALFAMA ALIMENTOS LTDA - 90696743-02 -** 03333225-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 157.972,02 - **ALFASU - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO - 90566942-74 -** 03332710-2 - ICMS - GIA 01/2020 - 5,19 - 03332711-0 - ICMS - GIA 02/2020 - 11,00 - **ALHAMBRA EIDOS DO BRASIL SERVICOS E SISTEMAS DE COMUNIC - 90666379-10 -** 03333038-3 - ICMS - GIA 02/2020 - 603,24 - 03333039-1 - ICMS - GIA 03/2020 - 188,79 - 03333040-5 - ICMS - GIA 08/2020 - 2.527,60 - 03333041-3 - ICMS - GIA 09/2020 - 12.238,24 - 03333042-1 - ICMS - GIA 10/2020 - 341,47 - 03333043-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.396,09 - **ALHAMBRA EIDOS DO BRASIL SERVICOS E SISTEMAS DE COMUNIC - 90752577-56 -** 03333555-5 - ICMS - GIA 01/2020 - 3.251,57 - 03333556-3 - ICMS - GIA 02/2020 - 120,35 - 03333557-1 - ICMS - GIA 03/2020 - 413,71 - 03333558-0 - ICMS - GIA 04/2020 - 95,46 - 03333559-8 - ICMS - GIA 05/2020 - 273,76 - 03333560-1 - ICMS - GIA 06/2020 - 381,45 - 03333561-0 - ICMS - GIA 07/2020 - 35,44 - 03333562-8 - ICMS - GIA 09/2020 - 33.714,61 - 03333563-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 107,15 - **ALHO MARINGA EIRELI - 90759009-77 -** 03333614-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 5,99 - 03333615-2 - ICMS - GIA 02/2020 - 5,96 - **ALIANCA TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME - 90660500-73 -** 03334142-3 - ICMS - PAF 6634876-8 - 2.169,31 - 03334145-8 - ICMS - PAF 6634932-2 - 2.165,89 - 03334175-0 - ICMS - PAF 6635037-1 - 2.165,89 - **ALIMENTICIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP - 90456300-53 -** 03332385-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 852,97 - **ALIMENTOS PULA PULA EIRELI - 90785878-20 -** 03333738-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.162,08 - **ALISUL ALIMENTOS S/A - 90436232-89 -** 03332305-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.884,70 - **ALITON MEIRA MARTINS - 115107039-42 -** 12772022-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00784871744/2020 - 417,39 - **ALL MED COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI EPP - 90686447-95 -** 03333162-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 71.349,95 - **ALLAN EVERTON DE OLIVEIRA RIBEIRO & CIA LTDA - 90692303-31 -** 03333200-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 726,54 - **ALLAN GABRIEL CORREIA EDUARDO - 073183639-13 -** 12772195-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00742954021/2019 - 106,96 - 12772196-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00742954021/2020 - 98,20 - **ALLAN KARDEC MARTINS MARCENARIA - ME - 90662017-05 -** 03333028-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.939,75 - **ALLIANCE TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA - 90317409-99 -** 03332001-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 59.270,20 - **ALLYSSON MANOEL SANTOS BANDEIRA - 90775058-20 -** 03333697-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.731,00 - **ALMEIDA E LIMA TRANSPORTES LTDA - 90481361-30 -** 03332445-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.587,73 - **ALMIR ANTONIO MATIELO - 621326011-00 -** 12771986-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00698341333/2014 - 117,51 - 12772191-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00698341333/2018 - 103,18 - **ALOG LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA - ME - 90449651-08 -** 03332358-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 42.537,60 - **ALT-AMERICA LATINA TEXTIL IND COM CONFECCOES EIRELI - 90590060-93 -** 03332778-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 59.281,43 - **ALTAIR ZANELLA - 451815279-49 -** 03331120-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00069454 - 10.755,98 - **ALTAMIR GOMES CORREIA - 824166809-00 -** 12772090-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00885759931/2020 - 130,67 - **ALTAMIRO MACHADO - 438803479-72 -** 12772087-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00882584170/2020 - 372,37 - **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - 09905992-38 -** 03331323-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 21.367,84 - **ALUPE INDUSTRIA E COMERCIO DE JANELAS DE ALUMINIO - EIR - 90717340-29 -** 03333341-2 - ICMS - GIA 11/2020 - 289,59 - 03333342-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.496,78 - **ALVARO DAVID D. PIRES LTDA - 90835047-20 -** 03333937-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.177,13 - **ALW INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS LTDA - 90465463-90 -** 03332409-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 70.308,30 - **ALZEMIRO RIBEIRO - 285013739-15 -** 12771874-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00164015000/2020 - 146,78 - **AM ALLAN EIRELI - ME - 90270473-67 -** 03331894-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.374,64 - **AMARILDO JOSE DA SILVA - 084002519-03 -** 12772275-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00974181412/2020 - 549,77 - **AMAURI A LISSI TRANSPORTES ME - 90691718-15 -** 03333197-5 - ICMS - GIA 10/2020 - 23.755,33 - 03333198-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 18.841,41 - **AMAURI JUNIOR DOS SANTOS - 076541009-57 -** 12771940-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00331184397/2020 - 198,62 - **AMERCO - IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA - 90525272-09 -** 03332588-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 22.062,27 - **AMPHORA QUIMICA LTDA - 90218207-14 -** 03331817-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 35.122,51 - **AMS TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 90619278-05 -** 03334122-9 - ICMS - PAF 6635317-6 - 542,80 - **AMUR FERREIRA JUNIOR - 10142719-68 -** 03331429-9 - ICMS - GIA 09/2020 - 327,65 - 03331430-2 - ICMS - GIA 10/2020 - 323,82 - 03331431-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 876,22 - **ANA CAROLINE DE ARRUDA EIRELI - 90748805-57 -** 03333540-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.618,90 - **ANA CLAUDIA ZACLIKEVISC - 90485487-57 -** 03332461-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.811,19 - **ANA DI NISIO ME - 90535753-04 -** 03332634-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.097,19 - **ANA MARIA DE RESENDE FONTES - 04629542/0001-89 -** 12772020-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00782687970/2014 - 199,20 - 12772021-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00782687970/2020 - 154,90 - **ANA TOMAZ BARBOSA - 032596619-21 -** 12772047-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00823811980/2020 - 453,08 - **ANAMI INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - ME - 90309846-57 -** 03331980-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 79.353,55 - **ANDERSON ANTUNES DE PAULA - 032287479-30 -** 12772078-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00861455452/2020 - 404,58 - **ANDERSON BARBOSA - 010084489-82 -** 03331173-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00090553 - 997,91 - **ANDERSON CHIAPPARINI - 006824149-64 -** 03331152-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00118281 - 569,97 - **ANDERSON FERNANDO MATZ - 094333609-07 -** 12772011-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00779539745/2020 - 139,02 - **ANDERSON KUZNIK WEBBER - COMERCIO E REPRESENTACAO - 90841839-51 -** 03333975-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 995,19 - **ANDERSON MARCIO DE SOUSA - SUPERMERCADOS - 90426648-52 -** 03332273-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 754,67 - **ANDRADE COMERCIO E REPRESENTACAO COMERCIAL - EIRELI - M - 90714255-81 -** 03333333-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.297,34 - **ANDRE LUIS FABRINI DA SILVA - 90407895-69 -** 03332218-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.326,09 - **ANDRE LUIZ BOLIGON-EMBALAGENS-ME - 90253842-93 -** 03331867-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.668,32 - **ANDRE LUIZ BRESSAN PRODUTOS ALIMENTICIOS - ME - 90751524-90 -** 03333550-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 19.277,93 - **ANDREA DE CARVALHO CONTIN POLETTO - 655398189-20 -** 03331195-8 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 2020000060416/02 - 17.145,10 - **ANDREA PEREIRA DE BRAGA - 102019189-94 -** 12772206-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00771883951/2020 - 299,56 - **ANDREATTA INDUSTRIA E COMERCIO DE ADESIVOS LTDA - 90168317-40 -** 03331721-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 51.980,16 - **ANDREIA BARBOZA - 033708399-11 -** 12772096-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00898889960/2014 - 130,84 - **ANDREIA COSTA - TRANSPORTES LTDA - ME - 90752848-00 -** 03334094-0 - ICMS - PAF 6635027-4 - 2.165,89 - 03334136-9 - ICMS - PAF 6634868-7 - 2.169,31 - 03334146-6 - ICMS - PAF 6634933-0 - 2.165,89 - **ANGELA ALVES REGIS - 926630959-15 -** 12623224-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00891629386/2019 - 468,76 - **ANGELINA APARECIDA VIEIRA - 90155803-53 -** 03331703-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 14,91 - 03331704-2 - ICMS - GIA 02/2020 - 1,47 - 03331705-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 1,47 - 03331706-9 - ICMS - GIA 04/2020 - 1,47 - 03331707-7 - ICMS - GIA 05/2020 - 1,46 - **ANGRA AUTO POSTO EIRELI - 90514040-06 -** 03332540-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 790,90 - **ANJO DA MADRUGADA TRANSPORTES EIRELI - ME - 90736464-02 -** 03333450-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.112,23 - **ANT INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS EIRELI ME - 90594436-39 -** 03332805-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.144,82 - **ANTALUM COMERCIO DE ALUMINIO LTDA - 90215214-82 -** 03331801-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 94.823,62 - **ANTONIO BUENO RIBEIRO - 771643349-00 -** 03331119-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00048947 - 3.007,40 - **ANTONIO CARLOS DOMINGUES PADILHA - 90744287-00 -** 03333500-8 - ICMS - GIA 06/2020 - 12,75 - 03333501-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.670,98 - **ANTONIO CARLOS MALINOSKI - 90741117-66 -** 03333481-8 - ICMS - GIA 01/2020 - 280,18 - 03333482-6 - ICMS - GIA 02/2020 - 171,80 - **ANTONIO D RIBEIRO - 90493171-39 -** 03332481-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.825,08 - **ANTONIO RIBEIRO - 901879621-20 -** 12772260-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00911561196/2014 - 124,30 - **AOYAMA INDUSTRIA E COMERCIO DE APARELHOS ELETRICOS LTDA - 60103434-43 -** 03331587-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.421,67 - **APARECIDA GRECO EIRELI - ME - 90667897-70 -** 03333069-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.961,05 - **APF TRANSPORTES LTDA - 90735636-12 -** 03333447-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.246,09 - **AR COMERCIO DE MOTOS EIRELI - 90448013-42 -** 03332353-0 - ICMS - GIA 10/2020 - 329,54 - 03332354-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.009,62 - **AR FREE COM DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS - EIRELI - 09906500-12 -** 03331335-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 12.295,46 - **AR LINK SOLUCOES EM AR COMPRIMIDO LTDA - ME - 90684136-37 -**

03333153-3 - ICMS - GIA 08/2020 - 133,23 - 03333154-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 645,43 - **ARAMART INDUSTRIA DE ARAMADOS LTDA - 90553051-85 -** 03332674-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 165.029,24 - **ARAU CAR LOCACAO DE VEICULOS LTDA - 10702729-77 -** 03331496-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.269,72 - **ARAUJO & VIEL E-COMMERCE LTDA - 90658630-46 -** 03333012-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 553,31 - **ARAUMONTE MANUTENCAO E MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA - 14706205/0001-00 -** 12772278-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00274141531/2020 - 2.338,68 - **ARENITO COOPERATIVA AGROPECUARIA - 90850161-61 -** 03334006-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.721,25 - **ARIANA CARVALHO DE QUADROS - MADEIRAS - 90848395-20 -** 03333997-6 - ICMS - GIA 10/2020 - 4.531,32 - 03333998-4 - ICMS - GIA 11/2020 - 3.231,87 - 03333999-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.878,17 - **ARIANE APARECIDA DA LUZ - 087609389-60 -** 12771974-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00547788380/2020 - 224,88 - **ARILSON SILVA DE SOUZA - 085951139-12 -** 12772187-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00469075880/2020 - 777,51 - **ARPRESS COMERCIO DE COMPRESSORES LTDA - 90367586-16 -** 03332095-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.418,68 - **ARTE VISUAL LONDRINA LTDA ME - 90635770-46 -** 03332920-2 - ICMS - GIA 10/2020 - 18.211,44 - **ARY ODAN RIBEIRO DA SILVA - ME - 90730176-18 -** 03333417-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.167,84 - **ASEYORI INDUSTRIAIS - EIRELI - 90765169-09 -** 03333651-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.722,13 - **ASSOCIACAO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS CORBEL - 90787491-53 -** 03333748-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.258,76 - **ASSOCIACAO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS RECICL - 90855364-08 -** 03334021-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.093,57 - **ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DO DEFICIENTE VISUAL - 90720981-42 -** 03333367-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.592,53 - **ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DE LEITE DE PINHAO - APLEPI - 90790647-74 -** 03334161-0 - ICMS - PAF 6635020-7 - 2.169,31 - **ASSOCIACAO FABRICA DE QUEIJOS CERRO DA LOLA - 90479020-69 -** 03332441-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.690,73 - **ATELIER PATRICIA VIRMOND EIRELI ME - 90661043-43 -** 03333021-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.182,45 - **ATENA COMERCIO DE METAIS LTDA - 90867803-61 -** 03334059-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 16.971,88 - 03334060-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 90.496,10 - **ATHOS COSTA ASSIS - 90672363-83 -** 03333108-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.787,28 - **ATLANTA CAMPO MOURAO MONITORAMENTO LTDA - ME - 90546061-73 -** 03332658-0 - ICMS - GIA 09/2020 - 29,66 - 03332659-9 - ICMS - GIA 11/2020 - 86,86 - 03332660-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 784,14 - **ATLANTIDA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS EIREL - 90804966-70 -** 03333814-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 221,80 - 03333815-5 - ICMS - GIA 03/2020 - 14,03 - 03333816-3 - ICMS - GIA 08/2020 - 178,49 - 03333817-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 131,10 - 03333818-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.260,15 - **ATX COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTD - 90755952-10 -** 03331246-6 - ICMS - GIA 07/2020 - 42.256,08 - 03331247-4 - ICMS - GIA 08/2020 - 25.089,69 - **AUDREY ALMEIDA AVON - TRANSPORTES - ME - 90658157-42 -** 03333011-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.909,13 - **AUGUSTO ALVES MOREIRA - 361263659-68 -** 03331178-8 - ITCMD - PAF 6633885-1 - 14.209,46 - **AURORA APARECIDA MARTINI - 055452869-00 -** 12771937-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00324119925/2020 - 678,78 - **AUSTER ENGENHARIA EIRELI - 90580498-72 -** 03332744-7 - ICMS - GIA 11/2020 - 110,49 - 03332745-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.116,31 - **AUTO CENTER GEMEOS LTDA - 90230247-61 -** 03331830-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 576,80 - **AUTO CENTER WILLIANS MOTORSPORT LTDA ME - 90694492-87 -** 03333217-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 893,28 - **AUTO POSTO ALBERTIN LTDA - 90424200-40 -** 03332268-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.558,04 - **AUTO POSTO AMORIM LTDA - 90409045-03 -** 03332220-8 - ICMS - GIA 01/2020 - 213,63 - 03332221-6 - ICMS - GIA 02/2020 - 84,78 - **AUTO POSTO ANJO RAFAEL LTDA - 90413178-49 -** 03332234-8 - ICMS - GIA 08/2020 - 78,50 - 03332235-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 583,57 - **AUTO POSTO AVENTADOR LTDA - 90765844-91 -** 03333664-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.025,96 - **AUTO POSTO CAPITAL LTDA - 90249137-64 -** 03331859-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.222,37 - **AUTO POSTO CASIL LTDA. - 90755941-67 -** 03333590-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.597,51 - **AUTO POSTO CURUPAITIS LTDA - 90818774-13 -** 03333877-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.047,11 - **AUTO POSTO ECOGUARA LTDA - 90698505-50 -** 03333255-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 864,73 - **AUTO POSTO FLIX LTDA - 90634526-93 -** 03332916-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.147,68 - **AUTO POSTO HUGO SIMAS COMBUSTIVEIS E CONVENIENCIAS LTD - 90844290-39 -** 03333981-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.075,20 - **AUTO POSTO IRMAOS BRAMBILLA LTDA - EPP - 90756074-04 -** 03333593-8 - ICMS - GIA 11/2020 - 231,11 - 03333594-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 852,89 - **AUTO POSTO J MACHADO LTDA - 90207784-71 -** 03334179-2 - ICMS - PAF 6635087-8 - 542,80 - **AUTO POSTO JARDIM GUARANY LTDA - 90250192-42 -** 03331861-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.489,27 - **AUTO POSTO JARDIM SOCIAL - 90795589-39 -** 03333788-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.389,65 - **AUTO POSTO JLS LTDA - 90819840-90 -** 03333883-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.318,41 - **AUTO POSTO JMMC LTDA - 90649234-28 -** 03332984-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.895,31 - **AUTO POSTO KIRIBATI LTDA - 90335719-30 -** 03332049-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 162,16 - 03332050-7 - ICMS - GIA 02/2020 - 185,98 - **AUTO POSTO LALACO LTDA - 40601930-67 -** 03334188-1 - ICMS - PAF 6635296-0 - 2.171,18 - **AUTO POSTO LD SANTOS LTDA - 90833958-40 -** 03333932-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.078,75 - **AUTO POSTO MANSAMBO TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 90261885-60 -** 03331878-2 - ICMS - GIA 01/2020 - 77,24 - 03331879-0 - ICMS - GIA 02/2020 - 79,48 - 03331880-4 - ICMS - GIA 04/2020 - 150,94 - **AUTO POSTO MARQUES LTDA. - EPP - 90753106-65 -** 03333567-9 - ICMS - GIA 10/2020 - 364,42 - 03333568-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 484,77 - **AUTO POSTO MC AMERICA LTDA - 90827468-78 -** 03333918-6 - ICMS - GIA 02/2020 - 58,03 - 03333919-4 - ICMS - GIA 03/2020 - 125,04 - 03333920-8 - ICMS - GIA 07/2020 - 245,73 - 03333921-6 - ICMS - GIA 08/2020 - 275,20 - 03333922-4 - ICMS - GIA 09/2020 - 397,74 - 03333923-2 - ICMS - GIA 10/2020 - 328,06 - 03333924-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 451,06 - **AUTO POSTO MIGRANTE LTDA - 90171540-84 -** 03331730-1 - ICMS - GIA 01/2020 - 226,25 - **AUTO POSTO ORLEANS LTDA - 90806742-84 -** 03333820-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 941,65 - **AUTO POSTO PRESERVA NATUREZA LTDA - 90803284-59 -** 03333811-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.946,38 - **AUTO POSTO PRESERVA NATUREZA LTDA - 44700084-96 -** 03331579-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.064,06 - **AUTO POSTO RIO BRANCO DE LONDRINA LTDA - ME - 90693337-34 -** 03333204-1 - ICMS - GIA 02/2020 - 44,90 - 03333205-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 347,06 - 03333206-8 - ICMS - GIA 05/2020 - 348,98 - 03333207-6 - ICMS - GIA 06/2020 - 308,50 - 03333208-4 - ICMS - GIA 07/2020 - 236,48 - 03333209-2 - ICMS - GIA 08/2020 - 243,16 - 03333210-6 - ICMS - GIA 09/2020 - 264,70 - 03333211-4 - ICMS - GIA 10/2020 - 75,24 - 03333212-2 - ICMS - GIA 11/2020 - 268,49 - 03333213-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 530,13 - **AUTO POSTO SEIS LTDA - 90208686-24 -** 03331792-1 - ICMS - GIA 10/2020 - 404,22 - 03331793-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 370,41 - 03331794-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 608,04 - **AUTO POSTO SORRISO LTDA - 90494923-05 -** 03332483-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.533,79 - **AUTO POSTO TB EIRELI - EPP - 90697470-32 -** 03333248-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.845,39 - **AUTO POSTO VALIATI LTDA - 90134376-42 -** 03331683-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.020,47 - **AUTO POSTO WENGRAT LTDA - 90803876-25 -** 03333812-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.234,92 - **AUTO POSTO ZAGONEL LTDA - 90819155-28 -** 03333880-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 548,46 - **AUTO TECNICA DIESEL LTDA - 70102691-85 -** 03331618-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.024,99 - **AUTO VIDROS CORDEIRO LTDA - 10166000-12 -** 03331447-7 - ICMS - GIA 07/2020 - 203,92 - 03331448-5 - ICMS - GIA 08/2020 - 271,84 - 03331449-3 - ICMS - GIA 09/2020 - 117,57 - 03331450-7 - ICMS - GIA 10/2020 - 346,70 - 03331451-5 - ICMS - GIA 11/2020 - 331,94 - 03331452-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 491,33 - **AUTOMOTIVA MARINGA COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90762785-36 -** 03333631-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 578,62 - **AVANCE EXPRESS EIRELI - ME - 90445084-75 -** 03332334-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 34.279,90 - **AVENIDA BRASILIA BEBIDAS LTDA - 90776614-49 -** 03333703-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.333,96 - **AVICOLA ITALIA LTDA - 12034784/0001-58 -** 03331115-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00109792 - 2.229,77 - 03331117-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00109793 - 11.148,88 - **AVJ MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - 90845951-25 -** 03333989-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.141,62 - **AVJ MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - 90845955-59 -** 03333990-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.036,56 - **AVLOG LOGISTICA E TRANSPORTES EIRELI - 90857925-95 -** 03334028-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.127,68 - **AVZ IND COM DE CONFECCOES EIRELI EPP - 90701307-31 -** 03333271-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.009,14 - **AW MANUTENCAO DE EMPILHADEIRAS EIRELI - 90816801-13 -** 03333864-3 - ICMS - GIA 05/2020 - 1.844,61 - 03333865-1 - ICMS - GIA 06/2020 - 2.644,62 - 03333866-0 - ICMS - GIA 08/2020 - 3.282,78 - **B D VEST CONFECCOES - EIRELI - 90163405-00 -** 03331715-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 145.825,58 - **B L MARINHO - 90812171-62 -** 03333852-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 27.090,68 - **B R FIORENZA - POSTO DE COMBUSTIVEL EIRELI - EPP - 90455042-60 -** 03332383-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.586,70 - **B TRANSPORTES LTDA - 90230994-27 -** 03331832-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 227.529,38 - **B. B. COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME - 90727126-90 -** 03333396-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 975,68 - **B. PEREIRA COLBACHO ROUPAS - EPP - 90769391-09 -** 03333673-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 22.286,66 - **B.M. MINERACAO EIRELI - 90671042-07 -** 03333099-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.992,83 - **B.ONE COMERCIO DE MANUFATURADOS EIRELI ME - 90648213-40 -** 03332980-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.083,06 - **B.S. DE ABREU TEIXEIRA - ME - 90745776-17 -** 03333517-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.719,63 - **B2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP - 90311542-40 -** 03331994-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 106.514,66 - **BABADOSHOP COMERCIO DE PRODUTOS DE MODA E CUIDADOS PESS - 09907372-15 -** 03331345-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 29.116,80 - **BACACHERI LANCHES EIRELI - EPP - 90724949-27 -** 03333389-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.392,61 - **BACONTITU S EIRELI ME - 90720042-61 -** 03333363-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.226,68 - **BAESSA & CIA LTDA - 90201471-37 -** 03331783-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.605,01 - **BALANCAS E TRONCOS TRIVELATO LTDA - 90432026-90 -** 03332298-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.548,40 - **BALI SERVICOS DE ALIMENTACAO PARA EVENTOS E RECEPCOES E - 90742655-69 -** 03333495-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.171,01 - **BANCO ITAUCARD S.A. - 17192451/0001-70 -** 12772024-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00787195391/2020 - 314,33 - 12772236-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00811934039/2020 - 350,69 - **BARBARA DEISY WISCH HELLMANN - 90463439-53 -** 03332403-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.193,15 - **BARBARA ESTELA FELIX RAMOS ARAGAO EIRELI - 09908013-20 -** 03331360-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 457,33 - **BARBARA SIMONI MELLO TREVISANI - 90631086-40 -** 03332907-5 - ICMS - GIA 06/2020 - 154,81 - 03332908-3 - ICMS - GIA 07/2020 - 1,90 - 03332909-1 - ICMS - GIA 08/2020 - 106,33 - 03332910-5 - ICMS - GIA 09/2020 - 264,15 - 03332911-3 - ICMS - GIA 10/2020 - 328,20 - 03332912-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.018,61 - **BARON INDUSTRIA E COMERCIO DE CADEIRAS LTDA - 90203862-04 -** 03331784-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.643,51 - **BARRETO & BARRETO LTDA - 60108809-61 -** 03331590-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.960,38 - **BARUEL BRASIL EIRELI - 90824027-88 -** 03333906-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 135.357,10 - **BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTACAO LTDA - 90463881-16 -** 03332405-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 39.740,90 - **BASSANI COMERCIO DE PAREDES E DIVISORIAS LTDA - 10185217-21 -** 03331473-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 22.257,88 - **BASTOS COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90817367-80 -** 03333869-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 123,09 - 03333870-8 - ICMS - GIA 03/2020 - 149,04 - **BBCM COMERCIO DE VEICULOS - EIRELI - 90576772-09 -** 03332730-7 - ICMS - GIA 11/2020 - 316,60 - 03332731-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 753,63 - **BD MULTICAR EIRELI - 90707478-10 -** 03333305-6 - ICMS - GIA 01/2020 - 56,57 - **BEATRIZ MARTINS COLLI - 079240099-22 -** 12772178-5 - IPVA -

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RENAVAM / EXERC 00232131015/2020 - 589,38 - **BEDENDO & VASQUEZ LOGISTICA E TRASNPORTES LTDA - ME - 90698026-61 -** 03333250-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 37.703,04 - **BELARO COMERCIO DE PRODUTOS OPTICOS LTDA - 90701980-26 -** 03333276-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 107.081,48 - **BELEZA.COM COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA E SERVICOS DE - 09908583-57 -** 03331381-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 964.250,21 - **BELEZE & OLIVEIRA - COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - 90621741-42 -** 03332877-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 245.576,91 - **BELLA LUNA CENTRO ELETRONICO LTDA - 90479874-63 -** 03334105-9 - ICMS - PAF 6635144-0 - 542,80 - **BELLATRIX DISTRIBUICAO LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA - 90288184-05 -** 03331923-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 20.019,97 - **BELMONTE DO AMARAL & SANTOS LTDA ME - 90672400-62 -** 03333109-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.326,31 - **BELOTI TRANSPORTES LTDA - 90845398-02 -** 03333988-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.604,66 - **BEMX COMERCIO ELETRONICO DE IMPORTACOES EIRELI - 90595059-28 -** 03332808-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.474,00 - **BENERTI INDUSTRIA MECANICA LTDA - 10157821-68 -** 03331442-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 159.328,82 - **BERDUSCO TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI ME - 90691121-34 -** 03333193-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.006,09 - **BERNADETE MARIA WEISSHEIMER - 05109324/0001-86 -** 03331133-8 - IAP - AUTO INFRACAO 90007627 - 1.298,80 - **BERNARDO EUDOXIO BADOTTI - 031411909-41 -** 03331187-7 - ICMS - PAF 6631243-7 - 68.636,85 - **BERTOLD COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS - EIRELI - E - 90474934-60 -** 03332426-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.632,85 - **BEST PANI-INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA DE CONGELADOS EIREL - 90807415-77 -** 03333822-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.160,62 - **BETA FERRAMENTARIA E USINAGEM LTDA - 10507831-50 -** 03331490-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.534,82 - **BETON STEEL - EIRELI - 90401322-68 -** 03332182-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.277,01 - **BETU S INDUSTRIAL LTDA - 90230407-08 -** 03331831-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.907,14 - **BHIERMO TRANSPORTES LTDA - 90608818-52 -** 03332841-9 - ICMS - GIA 10/2020 - 1.165,15 - **BICOMEX LTDA EPP - 90466056-64 -** 03334120-2 - ICMS - PAF 6635308-7 - 2.171,18 - **BILL'S - COMERCIO DE LANCHES ESPECIAIS LTDA. - ME - 90647034-95 -** 03332972-5 - ICMS - GIA 01/2020 - 229,85 - 03332973-3 - ICMS - GIA 02/2020 - 185,73 - 03332974-1 - ICMS - GIA 03/2020 - 118,20 - 03332975-0 - ICMS - GIA 04/2020 - 39,89 - **BINELI E SOUZA LTDA - 63606664-82 -** 03331614-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.160,35 - **BINOTTO S/A LOGISTICA TRANSPORTE E DISTRIBUICAO - 90367313-35 -** 03332092-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 83.187,31 - **BIO PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - 90530530-14 -** 03332615-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 33.364,15 - **BIOMERCADO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA ME - 09906301-78 -** 03331331-4 - ICMS - GIA 11/2020 - 3.259,50 - **BLACK & COLOR - SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - 90268288-02 -** 03331890-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 349,47 - 03331891-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 720,82 - **BLESS INSPIRACAO PERFUMES EIRELI ME - 90672375-17 -** 03331241-5 - ICMS - GIA 03/2020 - 2.144,32 - 03331242-3 - ICMS - GIA 04/2020 - 755,83 - 03331243-1 - ICMS - GIA 05/2020 - 859,50 - **BLOCCATO SEGURANCA ELETRONICA E PROJETOS ESPECIAIS LTDA - 90697398-70 -** 03333230-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 28,19 - 03333231-9 - ICMS - GIA 02/2020 - 33,46 - 03333232-7 - ICMS - GIA 03/2020 - 40,03 - 03333233-5 - ICMS - GIA 04/2020 - 48,80 - 03333234-3 - ICMS - GIA 05/2020 - 55,33 - 03333235-1 - ICMS - GIA 06/2020 - 26,49 - 03333236-0 - ICMS - GIA 07/2020 - 33,06 - 03333237-8 - ICMS - GIA 08/2020 - 24,20 - 03333238-6 - ICMS - GIA 09/2020 - 20,86 - 03333239-4 - ICMS - GIA 10/2020 - 15,36 - **BLUE PARK AQUATICO S/A - 90793085-84 -** 03333777-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 28.124,11 - **BM LOGISTICA COMERCIO E SERVICOS S.A. - 90823065-50 -** 03333902-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.035,76 - **BM LOGISTICA COMERCIO E SERVICOS S.A. - 90822683-64 -** 03333899-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 459,10 - **BOA SAFRA ALIMENTOS LTDA - 90299708-39 -** 03331954-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.305,68 - **BOKADA ALIMENTOS LTDA - 80105834-55 -** 03331641-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 133.852,00 - **BOMKOSKI E BARROS COLCHOES LTDA - 90752680-14 -** 03333564-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 168.506,27 - **BORDEAUX COMERCIO DE TINTAS E VERNIZES EIRELI - 90160964-04 -** 03331711-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 48.142,99 - **BORDEAUX COMERCIO DE TINTAS E VERNIZES EIRELI - 90169270-04 -** 03331724-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.451,49 - **BORGES E FORNARI LTDA - 90761484-03 -** 03333621-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.585,81 - **BORRACHAS VIPAL NORDESTE S/A - 09903634-63 -** 03331288-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.328,15 - **BORRACHAS VIPAL S/A - 09901663-90 -** 03331280-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.132,75 - **BORTOLOTO IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA - 90693015-30 -** 03333203-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.386,69 - **BOTTEGA VENETA HOLDING LTDA. - 09908082-52 -** 03331362-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.182,96 - **BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS E TRANSPORTE DE - 90594759-13 -** 03320260-1 - ICMS - GIA 08/2020 - 7.895,38 - 03331209-1 - ICMS - GIA 09/2020 - 6.863,22 - 03332807-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.718,20 - **BOXER DO BRASIL REPRESENTACOES LTDA - 09906421-84 -** 03331333-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 528,85 - **BPG TRANSPORTES EIRELI - 90747140-37 -** 03334072-9 - ICMS - PAF 6633701-4 - 154.908,63 - **BRABOL INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA - 90647344-55 -** 03332976-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 66.368,23 - **BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL - 47509120/0001-82 -** 12772199-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00750285877/2020 - 287,19 - **BRASIL BRINQUEDOS LTDA - 90784410-27 -** 03331253-9 - ICMS - GIA 09/2020 - 52.923,76 - 03331254-7 - ICMS - GIA 10/2020 - 57.677,71 - 03333730-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 57.965,58 - **BRASIL TRONIC COM. DE ELETRO ELETRONICOS EIRELI - 09909160-63 -** 03331394-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.872,37 - **BRAZILIAN PET FOODS S.A - 90595241-24 -** 03332809-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 187.611,13 - **BRAZOKA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME - 90637963-50 -** 03332924-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 717,54 - **BRENO TOURINHO - 077897739-09 -** 03331228-8 - ITCMD - DIT - DOACAO 2017000509499/01 - 18.440,26 - **BRG DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA - 90542883-76 -** 03332648-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.093,53 - **BRILHOQUIMICA LTDA - 90422624-60 -** 03332257-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 88.070,24 - **BRISA AUTOMOVEIS LTDA EPP - 90540703-11 -** 03332639-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 222,95 - **BRUNA KATIELLY SANGLARD HIARECK & CIA. LTDA - 90656070-40 -** 03333002-2 - ICMS - GIA 08/2020 - 331,52 - 03333003-0 - ICMS - GIA 09/2020 - 33,60 - 03333004-9 - ICMS - GIA 10/2020 - 369,90 - 03333005-7 - ICMS - GIA 11/2020 - 1.319,36 - 03333006-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 60,72 - **BRUNA LIPSKI - AUTO POSTO - 90465328-45 -** 03334119-9 - ICMS - PAF 6635306-0 - 2.171,18 - **BRUNO DOS SANTOS SILVA - 090767564-65 -** 12771976-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00569583632/2020 - 165,14 - **BRUNO EUDOXIO BADOTTI - 035734479-02 -** 03331187-7 - ICMS - PAF 6631243-7 - 68.636,85 - **BTL SOLUCOES LOGISTICAS EIRELI - 90609133-04 -** 03332843-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.840,31 - **BUTANO COMER CIO DE GAS LTDA - 90790289-72 -** 03333754-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.328,08 - **C A S INDUSTRIA DE PLASTICOS EIRELI - 90852916-26 -** 03334012-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 29.783,85 - **C DE PAULA & MONTEIRO LTDA - 90431820-53 -** 03332297-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.243,73 - **C H MORIGI PINTO - 90791946-35 -** 03333769-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.950,38 - **C K PANIFICADORA E CONFEITARIA LTDA - ME - 90636400-07 -** 03332922-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.166,50 - **C M A MARTINS & CIA LTDA - 90793658-98 -** 03333782-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.688,15 - **C M GUELERE & CIA LTDA - 90439140-97 -** 03332316-6 - ICMS - GIA 11/2020 - 325,34 - 03332317-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.215,12 - **C R B DA SILVA TRANSPORTES EIRELI - 90781109-34 -** 03333720-5 - ICMS - GIA 01/2020 - 208,89 - 03333721-3 - ICMS - GIA 02/2020 - 26,77 - **C RIBEIRO & VIRMOND LTDA - 40108174-77 -** 03334102-4 - ICMS - PAF 6635140-8 - 2.171,18 - **C S D CELICO - METALURGICA - 90363733-15 -** 03331184-2 - ICMS - PAF 6634422-3 - 486.060,54 - **C. ANTUNES CAMARGO E CAMARGO LTDA - 90829994-90 -** 03333927-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.506,70 - **C. FARIAS & CIA LTDA - ME - 90464447-17 -** 03332406-5 - ICMS - GIA 01/2020 - 172,33 - **C. R. SERAFIM - ELETROTECNICA - EIRELI - 09906461-71 -** 03331334-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 29,80 - **C. R. SEVIDANIS EIRELI - ME - 90744896-70 -** 03333512-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 12.424,54 - **C. V. JORGE - CARVAO E LENHA - 90839996-05 -** 03333963-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.013,59 - **C.E. MILEK - MECANICA - ME - 90746595-08 -** 03333519-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 92,64 - **C.N. CARGAS - EIRELI - ME - 90640558-09 -** 03332942-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 18.331,58 - **C.S. MENDES TRANSPORTES LTDA - 90661900-88 -** 03333026-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 105.538,69 - **C2LOG TRANSPORTES LTDA - ME - 90752482-50 -** 03333553-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 81.989,64 - **CAACUPE TRANSPORTES LTDA - 90524714-08 -** 03332586-0 - ICMS - GIA 08/2020 - 71,88 - 03332587-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.252,84 - **CABRAL & ARAUJO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90774381-03 -** 03333694-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.084,06 - **CADU PINHEIRO - 844178620-87 -** 12772213-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00778993507/2020 - 534,60 - **CAFE AUTOMATIC LTDA - 90175931-69 -** 03331751-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 960,15 - **CALCE PAGUE LTDA - 42205022-15 -** 03331578-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 15.911,34 - **CAMARGO TRUCK PARTS LTDA ME - 90707448-02 -** 03333304-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.837,62 - **CAMORIM SERVICOS MARITIMOS LTDA - 90772531-62 -** 03333689-6 - ICMS - GIA 01/2020 - 59,67 - **CAMPANA & VARGAS LTDA - 90248395-05 -** 03331858-8 - ICMS - GIA 01/2020 - 51,46 - **CAMPEAO DISTRIBUIDORA DE MANUFATURADOS EIRELI - EPP - 90341719-60 -** 03332058-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.462,14 - **CANTALUPPI PISCINAS LTDA - 90466263-19 -** 03332411-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.800,65 - **CAPITAL VERDE INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICO LIMITADA - 90606277-19 -** 03334121-0 - ICMS - PAF 6635314-1 - 2.171,18 - **CARAMBOLA NSA COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - ME - 90552643-06 -** 03332672-6 - ICMS - GIA 01/2020 - 113,98 - 03332673-4 - ICMS - GIA 03/2020 - 76,69 - **CARDWALL CONSTRUCOES LTDA - ME - 90778870-99 -** 03333711-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.250,23 - **CARIOLANDO ALVES DA SILVA - 029211959-33 -** 03331155-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00120266 - 6.500,10 - **CARISMA LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA EPP - 90771139-05 -** 03333682-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 21.937,38 - **CARLOS ALBERTO PINHO - MADEIRAS - 90458042-21 -** 03332390-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.910,09 - **CARLOS EDUARDO PAULO GOMES - 096864129-64 -** 12771871-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00158001745/2020 - 162,15 - **CARLOS MUNIZ DA PAIXAO - 90491128-39 -** 03332476-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 689,96 - **CARLOS ROBERTO PERIN - 074852769-99 -** 12771886-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00223604852/2020 - 138,88 - **CARLOS ROGERIO NOGUEIRA COMERCIO DE FRIOS E LATICINIOS - 90522773-42 -** 03332577-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.380,94 - **CARLOS VELOSO MARTINS - 917292389-04 -** 03331142-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00071695 - 515,08 - **CARMEN SILENE DENIPOTI CELICO - 363599399-91 -** 03331184-2 - ICMS - PAF 6634422-3 - 486.060,54 - **CAROBHOUSE ALIMENTOS S.A - 90255883-79 -** 03331869-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 67.942,10 - **CAROL COMERCIO E INDUSTRIA DE SORVETES LTDA - 90720004-36 -** 03333362-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 386.499,93 - **CAROLINA FERREIRA HAMDAR - 014777279-65 -** 03331189-3 - ITCMD - PAF 6606086-1 - 15.694,95 - **CARRARO ARMAZENS GERAIS LTDA - 90421854-58 -** 03332254-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 101.356,15 - **CARRESUL INDUSTRIA E COMERCIO DE REBOQUES - EIRELI - EP - 90304224-97 -** 03331967-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 54.742,82 - **CARROCERIAS JB LTDA - 90288839-08 -** 03331925-8 - ICMS - GIA 11/2020 - 302,36 - 03331926-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 494,40 - **CARROCERIAS TAVORENSE LTDA - 90492792-96 -** 03332479-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.995,13 - **CARTONAGEM NACIONAL LTDA - 90369902-76 -** 03332111-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 15.509,22 - **CARVAO CRISTO REI - EIRELI - ME - 90588874-95 -** 03332767-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 596,49 - **CARVAO SAO JORGE EIRELI - 90453307-69 -** 03332380-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.049,03 - **CASA DA CONSTRUCAO - COMERCIO**

DE MATERIAIS PARA CONSTRU - 90850933-10 - 03334008-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.604,23 - **CASA DA INFORMATICA LTDA - ME - 90733441-47 -** 03333431-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 192.588,80 - **CASA DA SOLDA PESADA LTDA - 90409786-12 -** 03331264-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 23.545,85 - 03331265-2 - ICMS - GIA 02/2020 - 2.355,92 - 03331266-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 4.832,26 - 03331267-9 - ICMS - GIA 04/2020 - 9.587,99 - 03332225-9 - ICMS - GIA 10/2020 - 29.744,82 - **CASA DO SERRALHEIRO LTDA - 10101087-28 -** 03331409-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.064,30 - **CASA FERRARI COMERCIO ELETRONICO LTDA - 09907499-06 -** 03331347-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 35.742,12 - **CASA LIMPA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA - 90668392-03 -** 03333078-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.319,23 - **CASF INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - 90295985-81 -** 03331944-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.293,90 - **CASTELINI TRANSPORTES EIRELI - 90842327-58 -** 03333977-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 945,82 - **CASTRO & BRAZ LTDA - 80105886-86 -** 03331642-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.233,17 - **CATEDRAL COMERCIO E SERVICOS EIRELI - 90757497-05 -** 03333598-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 432,06 - 03333599-7 - ICMS - GIA 02/2020 - 236,65 - 03333600-4 - ICMS - GIA 03/2020 - 248,82 - 03333601-2 - ICMS - GIA 04/2020 - 114,53 - 03333602-0 - ICMS - GIA 05/2020 - 88,00 - 03333603-9 - ICMS - GIA 06/2020 - 148,19 - 03333604-7 - ICMS - GIA 07/2020 - 148,59 - 03333605-5 - ICMS - GIA 08/2020 - 104,03 - 03333606-3 - ICMS - GIA 09/2020 - 126,80 - 03333607-1 - ICMS - GIA 10/2020 - 145,99 - 03333608-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 195,00 - 03333609-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 681,81 - **CATEMAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90232491-78 -** 03331834-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.192,28 - **CATIPAR ENGENHARIA METALMECANICA INDUSTRIA E COMERCIO L - 90306297-50 -** 03331971-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.609,44 - **CAVALCANTE E REZENDE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - 90723081-39 -** 03333380-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.161,58 - **CAVSTEEL WELDING LTDA - 90555626-68 -** 03332681-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 36.160,99 - **CB COLA BLOCO IND E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO - 90483477-78 -** 03332458-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.281,66 - **CB COLACO COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS LTDA - 90371423-92 -** 03332116-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.500,51 - **CEDENIR J. DA SILVA - SERVICOS DE ALIMENTACAO E RESTAUR - 90738417-95 -** 03333456-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 50,35 - 03333457-5 - ICMS - GIA 02/2020 - 43,51 - 03333458-3 - ICMS - GIA 03/2020 - 74,73 - 03333459-1 - ICMS - GIA 04/2020 - 27,72 - 03333460-5 - ICMS - GIA 05/2020 - 17,70 - 03333461-3 - ICMS - GIA 06/2020 - 15,45 - 03333462-1 - ICMS - GIA 07/2020 - 13,22 - 03333463-0 - ICMS - GIA 08/2020 - 12,09 - 03333464-8 - ICMS - GIA 09/2020 - 48,34 - 03333465-6 - ICMS - GIA 10/2020 - 54,85 - 03333466-4 - ICMS - GIA 11/2020 - 37,24 - 03333467-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 28,87 - **CELERIX TECNOLOGIA DE TELECOMUNICACOES LTDA - 90727733-03 -** 03333398-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 69.365,66 - **CELIA APARECIDA KRUL - 394597729-00 -** 12708216-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00982753632/2019 - 380,96 - **CELLA COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA - 90786744-71 -** 03333744-2 - ICMS - GIA 01/2020 - 2,98 - **CELLES CORDEIRO ALIMENTOS LTDA - 90791341-44 -** 03333761-2 - ICMS - GIA 01/2020 - 22,03 - **CELSO CLAUDINO DA CRUZ - COMERCIO DE ERVA MATE E BEBIDA - 90849254-43 -** 03334003-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 42.572,06 - **CELSO PROCOPIUK E CIA LTDA ME - 90550315-49 -** 03334099-0 - ICMS - PAF 6635094-0 - 2.171,18 - **CELSO PROCOPIUK E CIA LTDA ME - 90722077-07 -** 03334183-0 - ICMS - PAF 6635090-8 - 2.171,18 - **CELSON TAVARES - 020400829-80 -** 12772221-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00782731511/2020 - 154,90 - **CEM - CAMBARA EMPRESA DE MINERACAO LTDA - 90665883-67 -** 03333035-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 692,27 - **CEMAVEL MANUTENCAO INDUSTRIAL EIRELI - 90570119-36 -** 03332715-3 - ICMS - GIA 09/2020 - 324,24 - 03332716-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 431,29 - 03332717-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 526,12 - **CENATTE EMBRIOES LTDA - 90819692-96 -** 03333882-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.303,71 - **CENTRAL COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA - 09904536-16 -** 03331295-4 - ICMS - GIA 10/2020 - 11,09 - 03331296-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.475,02 - **CENTRO SUL VETERINARIA EIRELI - 90615529-09 -** 03334190-3 - ICMS - PAF 6635315-0 - 542,80 - **CERAMICA FARIAS EIRELI - ME - 90486095-60 -** 03332463-4 - ICMS - GIA 05/2020 - 318,72 - 03332464-2 - ICMS - GIA 09/2020 - 146,52 - 03332465-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.596,97 - **CERAMICA FJ VASOS E ARTESANATOS LTDA ME - 90445434-67 -** 03332338-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 19.223,80 - **CERAMINA INDUSTRIA CERAMICA E MINERACAO LTDA - 10800653-68 -** 03331498-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 138.743,69 - **CEREALISTA JATOBA LTDA - 21701325-91 -** 03331532-5 - ICMS - GIA 08/2020 - 310,30 - 03331533-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 666,22 - **CEREALSUL COM DE CEREAIS LTDA - 40601791-53 -** 03331560-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 642,10 - **CERIMAX VULCANIZACAO E COMERCIO DE CORREIAS LTDA - 90488960-11 -** 03332469-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.966,40 - **CERVA MERIDIONAL TRANSPORTES LTDA - 90579874-02 -** 03332743-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 12.451,32 - **CERVEJARIA MANIACS LTDA - 90627690-90 -** 03332897-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 80.961,40 - **CERVEJARIA MANIACS LTDA - 90676910-72 -** 03333134-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 18.398,49 - **CERVEJARIA REDCOR LTDA - 90812650-51 -** 03333853-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.082,53 - **CERVEJARIA THE BROOKLYN BREWERY DO BRASIL LTDA - 90800914-24 -** 03333804-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.485,41 - **CERVEJARIA THE BROOKLYN BREWERY DO BRASIL LTDA - 90845014-06 -** 03333985-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 38.705,11 - **CESAR ANTONIO GOUDINHO - 307191496-22 -** 12772069-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00845032291/2014 - 135,74 - 12772070-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00845032291/2019 - 106,03 - 12772071-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00845032291/2020 - 98,64 - **CESAR AUGUSTO SKRYPEC E CIA LTDA - 10157058-48 -** 03331440-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 3.931,32 - 03331441-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.402,11 - **CESARIO COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MAQUINAS LT - 90817732-00 -** 03331220-2 - ICMS - GIA 06/2020 - 306,56 - 03331221-0 - ICMS - GIA 07/2020 - 95,04 - 03331222-9 - ICMS - GIA 09/2020 - 6.389,35 - 03333871-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.363,53 - **CEVEMAG MECANICA AGRICOLA LTDA - 20104294-15 -** 03331514-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.282,29 - **CHARLES CLASEN FERREIRA - 063350089-55 -** 12672256-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00942074386/2019 - 454,95 - **CHEF & CHEF COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90483345-28 -** 03332457-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.714,09 - **CHEF FOODS INDUSTRIA E COM DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTD - 90293759-57 -** 03331942-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 80.939,42 - **CHIMIN & VARGAS LTDA - 90827341-95 -** 03333917-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.832,80 - **CHIQUETO & CHIQUETO LTDA - 90810432-37 -** 03334068-0 - ICMS - GIA 01/2021 - 35.132,50 - **CHRISTIAN DIOR DO BRASIL LTDA - 09907721-26 -** 03331354-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.430,72 - **CHURRASCARIA CURITIBA GRILL LTDA - 90770406-81 -** 03333679-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 114,02 - **CHURRASQUEIRAS MUNDIAL LTDA - 90495960-03 -** 03332492-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.311,86 - **CHUVA BRANCA - INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90590315-27 -** 03332779-0 - ICMS - GIA 05/2020 - 372,60 - 03332780-3 - ICMS - GIA 06/2020 - 189,07 - 03332781-1 - ICMS - GIA 07/2020 - 376,10 - 03332782-0 - ICMS - GIA 08/2020 - 50,62 - 03332783-8 - ICMS - GIA 09/2020 - 392,45 - 03332784-6 - ICMS - GIA 10/2020 - 307,20 - 03332785-4 - ICMS - GIA 11/2020 - 192,78 - 03332786-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 484,71 - **CIA HERING - 09905097-78 -** 03331305-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.432,37 - **CIA HERING - 09908121-01 -** 03331364-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 172.660,61 - **CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - 09905852-88 -** 03331320-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 93.159,83 - **CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - 09908653-02 -** 03331382-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.372,56 - **CIANORTEXTIL IND E COM DE ARTIGOS DO VESTUARIO E FACCAO - 90439279-03 -** 03332318-2 - ICMS - GIA 11/2020 - 57.961,95 - 03332319-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 56.615,78 - **CIARMAFE COMERCIAL LTDA - 10500825-27 -** 03331486-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.966,26 - **CIARUBBER SOLUCOES INDUSTRIAIS EIRELI - 90639661-07 -** 03332941-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.289,80 - **CIDADE CLIMA INDUSTRIA, COMERCIO E IMPORTACAO DE MATERI - 90273425-20 -** 03331899-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 26.499,71 - **CIMATEC COMERCIO DE PECAS EIRELI - 90403464-97 -** 03332198-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.162,58 - **CIMOPAR MOVEIS LTDA- EM RECUPERACAO JUDICIAL - 90611941-23 -** 03332849-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 512.873,08 - **CIRCUIPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS E - 90335268-03 -** 03332047-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 18.657,52 - **CIRURGICA JAW COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LT - 09905412-30 -** 03331314-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 143.922,04 - **CJCH COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA - ME - 90760185-42 -** 03333617-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.245,46 - **CLAITON MEDEIROS DE MORAIS - 976068809-30 -** 12771929-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00294495398/2014 - 216,13 - 12771930-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00294495398/2020 - 153,77 - **CLARICE GULIN COMERCIAL E INDUSTRIAL TRANQUEIRA - 90474982-68 -** 03332427-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 18.858,21 - **CLARION S/A AGROINDUSTRIAL - 90511657-61 -** 03332536-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 121.008,68 - **CLARISSA MARIN COLETTO E CIA LTDA - ME - 90448173-46 -** 03332355-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.023,82 - **CLAUDECIR HENRIQUE DE JESUS - 036837119-06 -** 12772205-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00769518079/2020 - 311,21 - **CLAUDEMIR BERTO JOSE - 159083818-10 -** 03331168-0 - IAP - AUTO INFRACAO 90000728 - 4.815,62 - **CLAUDIA APARECIDA IVANSKI - 90820446-87 -** 03334129-6 - ICMS - PAF 6634859-8 - 2.169,31 - 03334147-4 - ICMS - PAF 6634935-7 - 2.165,89 - 03334166-0 - ICMS - PAF 6635008-8 - 2.165,89 - **CLAUDIA CAROLINE DE AVILA - ME - 90729770-57 -** 03333406-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 40,91 - 03333407-9 - ICMS - GIA 02/2020 - 41,66 - 03333408-7 - ICMS - GIA 03/2020 - 39,31 - 03333409-5 - ICMS - GIA 04/2020 - 20,21 - 03333410-9 - ICMS - GIA 05/2020 - 66,12 - 03333411-7 - ICMS - GIA 06/2020 - 58,01 - 03333412-5 - ICMS - GIA 07/2020 - 27,63 - 03333413-3 - ICMS - GIA 08/2020 - 30,71 - 03333414-1 - ICMS - GIA 09/2020 - 18,75 - 03333415-0 - ICMS - GIA 10/2020 - 67,32 - 03333416-8 - ICMS - GIA 11/2020 - 21,30 - **CLAUDINEIA NIZ ORLOWSKI DE SOUZA - 90428813-65 -** 03334164-4 - ICMS - PAF 6635038-0 - 2.169,31 - **CLAUDIO ANTONIO DE SOUZA USINAGEM - ME - 90751911-27 -** 03333552-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.981,03 - **CLAUDIO BARBOSA - 047186099-92 -** 12772145-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01061982944/2020 - 261,48 - **CLAUDIO RIBEIRO DE SOUZA - 054512277-56 -** 12772105-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00928761746/2015 - 81,67 - 12772106-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00928761746/2016 - 76,31 - 12772107-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00928761746/2017 - 69,05 - **CLAUDIONOR FERREIRA DE ALMEIDA - 049988519-85 -** 03331125-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00114712 - 1.233,08 - **CLAUDIR MACHADO - 021753419-84 -** 12771870-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00152429816/2020 - 749,90 - **CLEBER MACHADO - 087841369-36 -** 12771951-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00337194998/2018 - 162,18 - 12771952-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00337194998/2019 - 146,49 - 12771953-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00337194998/2020 - 136,55 - **CLEBERSON GLAZER DE LIMA - 059213379-60 -** 12772010-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00776683357/2020 - 329,12 - **CLEMENTINO IRINEU ROMANIW - 427272949-72 -** 03334086-9 - ICMS - PAF 6634276-0 - 1.235,73 - **CLEONICE DE LIMA MACAGNAN ME - 90613921-97 -** 03332853-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.958,44 - **CLERISTON ALEX DOMICIANO - 045499899-63 -** 12772234-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00806483881/2020 - 411,43 - **CLEUSA DE FATIMA PORTELA - 90723507-63 -** 03334081-8 - ICMS - PAF 6635324-9 - 2.171,18 - **CLEUSA GONCALVES PLAZA - 546424859-53 -** 12772144-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01035187890/2020 - 188,44 - **CLEUZA FATIMA SIQUEIRA - 627576109-10 -** 03331188-5 - ITCMD - PAF 6634566-1 - 39.971,63 - **CLEVERTON VINICIUS DICK E CIA LTDA - 90725018-00 -** 03333390-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 622,83 - **CLOVIS DE OLIVEIRA - OFICINA DE MAQUINAS AGRICOLAS - 90418975-86 -**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

03332245-3 - ICMS - GIA 07/2020 - 51,43 - 03332246-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 426,04 - 03332247-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.750,11 - **CLOVIS JOAO SPERA FURQUIM - 034980128-27** - 12346149-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00372216544/2019 - 161,12 - **CLOVIS KENDI FURUKAWA - VIDROS - 90191426-52** - 03331767-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 20.862,57 - **CLUBE DO MALTE COMERCIO ELETRONICO S/A - 90574686-34** - 03332725-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.946,38 - **CNC SEALS LTDA - 90134291-19** - 03331682-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.113,59 - **CNI EMPRESA NACIONAL DE IDENTIFICACAO LTDA - 90457714-63** - 03332387-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.048,52 - **COFAMAR AGROINDUSTRIAL - EIRELI - 90711638-70** - 03331182-6 - ICMS - PAF 6633657-3 - 166.438,60 - **COLIBRI TRANSPORTES E TURISMO EIRELI - ME - 90712815-63** - 03333317-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 480,20 - **COLUNAS & ACACIA TRANSPORTE LTDA - 90784992-97** - 03333731-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.039,93 - **COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PERFUM FLORES DE GARDENIA L - 90392137-42** - 03332177-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.909,48 - **COMERCIAL JAHU BORRACHAS E AUTO PECAS LTDA - 09902974-95** - 03331282-2 - ICMS - GIA 07/2020 - 240,96 - 03331283-0 - ICMS - GIA 10/2020 - 286,67 - 03331284-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 510,70 - **COMERCIAL MADEIREIRA DIMENSAO EIRELI - 90817008-31** - 03333868-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 303.521,89 - **COMERCIAL MATRIZA DE CONTATOS E CONECTORES LTDA - ME - 90670734-92** - 03333096-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.240,18 - **COMERCIAL PARA TI LTDA - 90132265-10** - 03331678-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.461,00 - **COMERCIAL PARZIANELO DE ELETRICIDADE LTDA - 31600763-55** - 03331553-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 539,41 - **COMERCIAL PRINT LUX LTDA EIRELI - ME - 90763636-49** - 03333641-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 45.722,44 - **COMERCIAL ROMUFER LTDA - EPP - 90670004-28** - 03333095-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 16.839,54 - **COMERCIAL SAO JOAO BAPTISTA S.A. - 90698283-85** - 03333252-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 97.321,43 - **COMERCIAL SAO JOAO BAPTISTA S.A. - 90742391-34** - 03333493-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 40.402,25 - **COMERCIO DE ALIMENTOS CAMPO MAGRO LTDA - 90560044-30** - 03332692-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 842,33 - **COMERCIO DE BANANAS SANTOME LTDA - 90801081-73** - 03333805-8 - ICMS - GIA 01/2020 - 304,63 - **COMERCIO DE COMBUSTIVEIS CHANCELLER LTDA - 90219533-58** - 03331821-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 4,26 - **COMERCIO DE COMBUSTIVEIS PREMIUM LONDRINA EIRELI - 90782008-44** - 03333724-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.313,33 - **COMERCIO DE COMBUSTIVEIS PRESIDENTE LTDA - 90208406-14** - 03331791-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 491,91 - **COMERCIO DE COMBUSTIVEIS TALISMA LTDA - 01194395/0001-73** - 12772140-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00986564958/2020 - 4.660,83 - **COMERCIO DE DOCES E SALGADOS AZEVEDO LTDA - 90467587-38** - 03332413-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.623,96 - **COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS ARILUZ LTDA - 83304237-82** - 03331655-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.017,27 - **COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS ARILUZ LTDA - 83500849-50** - 03331656-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.261,07 - **COMERCIO DE MADEIRAS TANOEIRO LTDA - 30700163-29** - 03331552-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.291,53 - **COMERCIO DE MANDIOCA E DERIVADOS IGUACU LTDA - 90684823-61** - 03333156-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 65.611,48 - **COMERCIO DE MEDICAMENTOS COUTO EIRELI - ME - 90764142-27** - 03333648-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.015,82 - **COMERCIO DE PALMITO NORTE VERDE LTDA - ME - 90786038-84** - 03333739-6 - ICMS - GIA 10/2020 - 138,24 - 03333740-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 307,47 - 03333741-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 511,74 - **COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LUZIANE LTDA - 90307452-37** - 03331974-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.369,94 - **COMERCIO DE TINTAS E SERVICOS DE PINTURA TRICHES LTDA - 90689183-21** - 03333174-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.400,11 - **COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS TIRADENTES LTDA ME - 90649602-00** - 03331192-3 - ICMS - GIA 06/2019 - 33.566,93 - 03332985-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.414,55 - **COMERCIO E TRANSPORTES WESSLING LTDA - 32800068-73** - 03331557-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.206,47 - **COMPENSADOS LOGUS EIRELI - 90352995-45** - 03332068-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 34.642,46 - **COMPRE MAIS LTDA - 90556807-84** - 03332688-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.164,05 - **CONEBRAS CONSTRUTORA BRASILEIRA LTDA - 40100489-02** - 03334187-3 - ICMS - PAF 6635295-1 - 2.171,18 - **CONFECCOES ACONCHEGO DO BEBE LTDA - 90206771-01** - 03331788-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 84.520,65 - **CONFECCOES S.S.T EIRELI - 90485591-04** - 03332462-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.379,08 - **CONFECCOES S.V.G. EIRELI - 90367446-66** - 03332093-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.262,27 - **CONFECCOES SMEL CAETANA LTDA - 90619744-80** - 03332867-2 - ICMS - GIA 05/2020 - 308,38 - 03332868-0 - ICMS - GIA 06/2020 - 413,37 - 03332869-9 - ICMS - GIA 08/2020 - 153,78 - 03332871-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 397,29 - 03332872-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 452,21 - **CONSTRUTORA COGUETTO MARIA EIRELI - 90762110-32** - 03333627-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.491,06 - **CONTEMPLAC DIVISORIAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME - 90769704-56** - 03333675-6 - ICMS - GIA 11/2020 - 241,66 - 03333676-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.493,92 - **CONTORNO COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA - 90451548-55** - 03332373-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.193,73 - **CONTROL LAB COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA - 90280238-01** - 03331915-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 75.043,61 - **COOP LOGISTICA E DESENVOLVIMENTO TRANSPORTE DE MARMELEI - 90550124-04** - 03332668-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 20.508,58 - **COOPERATIVA AGRARIA MISTA DOS MICROS E PEQUENOS PRODUTO - 90734063-55** - 03334125-3 - ICMS - PAF 6635327-3 - 2.171,18 - **COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE PRODUTORES DE COGUMELOS E - 90645805-55** - 03332970-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.679,20 - **COOPERATIVA MISTA DE DIVERSIFICACAO DA AGRICULTURA FAMI - 90779988-34** - 03334126-1 - ICMS - PAF 6635333-8 - 542,80 - **CORDEIRO ATACADISTA LTDA - 90774016-17** - 03333693-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.107,95 - **COREMIX CORANTES NATURAIS LTDA - 90798656-02** - 03331258-0 - ICMS - GIA 11/2019 - 9.379,17 - **CORITIBA STORE COMERCIO DE ROUPAS E ARTIGOS ESPORTIVOS - 90785388-88** - 03333733-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 73.044,86 - **CORONEL VIDROS E ACESSORIOS LTDA - 90606856-70** - 03332839-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 32.439,37 - **CORRENTES E ENGRENAGENS CURITIBA LTDA - 90376332-99** - 03332125-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.090,22 - **COSMO BALBINO - 027489729-61** - 12772236-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00811934039/2020 - 350,69 - **COTEMINAS S/A - 09902903-00** - 03331281-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 57,59 - **CRIATIVA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - EPP - 42000131-29** - 03331577-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 584,98 - **CRIOS COMERCIO DE PRODUTOS DE CLIMATIZACAO - EIRELI - E - 90561854-77** - 03332696-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 1,31 - 03332697-1 - ICMS - GIA 02/2020 - 8,96 - 03332698-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 14,86 - 03332699-8 - ICMS - GIA 04/2020 - 21,22 - **CRISTAL PREMIUM INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - 90633400-38** - 03332914-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 47.424,69 - **CRISTIAN PEREIRA DE ALMEIDA - 020576849-03** - 12771867-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00145504590/2019 - 58,98 - **CRISTIAN TOMAS DOS SANTOS - 097967089-65** - 12772072-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00848852974/2020 - 184,70 - **CRISTIANE MORAIS - 084990959-76** - 12772220-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00782481701/2020 - 154,90 - **CRISTIANO GOMES FEITOZA - 065171429-08** - 12772156-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01165581121/2020 - 297,32 - **CRISTIANO PONCILIANO DA SILVA - 052530909-83** - 03331203-2 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 2017000449720/02 - 1.018,87 - **CRISTIANO TEODORO EMMEL - ME - 90500536-76** - 03332507-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.088,40 - **CRISTINA LARA DOS SANTOS - 90461279-08** - 03332398-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 698,96 - **CRISTINA SALOMAO - 060335938-80** - 03331269-5 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 2016000184443/02 - 182.642,51 - **CRV AUTOMOVEIS LTDA ME - 90671512-05** - 03306755-0 - ICMS - GIA 09/2019 - 1.440,08 - 03306756-9 - ICMS - GIA 10/2019 - 826,10 - 03331274-1 - ICMS - GIA 06/2020 - 3.543,57 - 03333102-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.621,40 - **CRYOVAC LONDRINA LTDA - 90747490-94** - 03333523-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 291.688,98 - **CSA TECNOLOGIA EIRELI - EPP - 90704785-76** - 03333292-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 116.835,12 - **CULIKS MEAT COMERCIO DE CARNES LTDA - 90803941-68** - 03333813-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.299,94 - **CUNHA COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA - 90669180-90** - 03333093-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.327,60 - **CWB CUIDADOS LTDA - 90851597-87** - 03334009-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.104,92 - **CWB GUINCHOS EIRELI - ME - 90756523-88** - 03333595-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.351,71 - **CWB INDUSTRIA DE MATRIZES FLEXOGRAFICA LTDA - ME - 90583176-30** - 03332748-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.726,06 - **CYMA BRASIL CONFECCOES DE UNIFORMES E ACESSORIOS LTDA - 90386290-40** - 03332166-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 9,43 - 03332167-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 939,10 - **CYRO FERREIRA GOMES - 156431298-41** - 12771955-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00372680780/2020 - 136,55 - **D ALVES DE OLIVEIRA - SENGES - 90546884-71** - 03332661-0 - ICMS - GIA 07/2019 - 218,02 - **D ATRI INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - 90475818-31** - 03332431-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 32.690,76 - **D F VIANA COMERCIO DE PECAS - 90454467-16** - 03332382-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 31.161,82 - **D L NICHELE & CIA LTDA - 90555457-39** - 03332678-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 532,41 - **D LIMA & CIA LTDA - 30100821-01** - 03331537-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.017,73 - **D M PORTELLA TRANSPORTES EIRELI - 90775879-66** - 03333702-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.230,34 - **D S DA SILVA EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL EPP - 90509541-26** - 03332533-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.743,97 - **D S V AGENCIA DE CORREIOS FRANQUEADA LTDA - 82411190/0001-02** - 12771892-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00193321866/2014 - 88,03 - 12771893-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00193321866/2015 - 81,67 - 12771894-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00193321866/2016 - 76,31 - 12771895-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00193321866/2017 - 69,05 - 12771896-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00193321866/2018 - 63,81 - 12771897-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00193321866/2019 - 60,37 - **D VARGAS VIANA DOS SANTOS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTI - 90857848-19** - 03334027-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 240.877,24 - **D'FONTE INDUSTRIA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE BEBIDAS LT - 90266557-97** - 03331886-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 93.838,97 - **D'FONTE INDUSTRIA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE BEBIDAS LT - 90830667-81** - 03333928-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 30.927,01 - **D.P. FERREIRA & CIA LTDA - 90338261-90** - 03332053-1 - ICMS - GIA 01/2020 - 3,85 - 03332054-0 - ICMS - GIA 04/2020 - 2,58 - **D3 IT SOLUTIONS LTDA - 90860996-48** - 03334034-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.466,68 - **DA ROSA & FLORENCIO LTDA - 90289186-20** - 03331927-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 247,93 - 03331928-2 - ICMS - GIA 02/2020 - 206,22 - 03331929-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 265,13 - 03331930-4 - ICMS - GIA 04/2020 - 415,74 - 03331931-2 - ICMS - GIA 06/2020 - 148,88 - 03331932-0 - ICMS - GIA 07/2020 - 141,27 - 03331933-9 - ICMS - GIA 08/2020 - 41,20 - 03331934-7 - ICMS - GIA 09/2020 - 38,08 - 03331935-5 - ICMS - GIA 10/2020 - 11,05 - **DA VILLA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - 90847842-89** - 03333995-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 661,52 - **DA VILLA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - 90846080-49** - 03333991-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 671,96 - **DA VILLA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - 90847853-31** - 03333996-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.012,88 - **DA VILLA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - 90862788-10** - 03334039-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 687,06 - **DAIANA DE FATIMA DA SILVA KRUBNIKI ME - 90526061-84** - 03332590-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 49.362,21 - **DAIANE CRISTINA MARQUES ME - 90656637-05** - 03334132-6 - ICMS - PAF 6634862-8 - 2.169,31 - **DAISE PRODO - 90807636-27** - 03333824-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 12.651,47 - **DAJU LTDA - 10199675-10** - 03331481-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.028.529,29 - 03334071-0 - ICMS - GIA 01/2021 - 1.341.447,07 - **DALFER QUIMICAS DO BRASIL LTDA - 90169761-29** - 03331726-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.085,93 - **DALFERR LOGISTICA LTDA - 90422027-**

27 - 03332256-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 105.440,22 - **DALL ILUMINI DECORACOES - EIRELI - EPP - 90362442-64 -** 03332082-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.274,67 - **DALMOLIN CONFECCCOES EIRELI EPP - 90292716-63 -** 03063121-8 - ICMS - GIA 07/2011 - 3.169,14 - 03063122-6 - ICMS - GIA 08/2011 - 9.889,26 - 03063123-4 - ICMS - GIA 11/2011 - 61.798,37 - 03063124-2 - ICMS - GIA 12/2011 - 42.802,92 - 03063125-0 - ICMS - GIA 07/2012 - 21.374,77 - 03063126-9 - ICMS - GIA 10/2012 - 72.793,42 - 03063127-7 - ICMS - GIA 11/2012 - 45.482,28 - 03063128-5 - ICMS - GIA 05/2013 - 101.866,54 - 03063129-3 - ICMS - GIA 07/2013 - 29.720,18 - 03093227-7 - ICMS - GIA 09/2013 - 51.806,14 - 03093228-5 - ICMS - GIA 10/2013 - 65.656,33 - 03093229-3 - ICMS - GIA 11/2013 - 61.090,83 - 03093230-7 - ICMS - GIA 12/2013 - 33.100,03 - 03118287-5 - ICMS - GIA 04/2014 - 44.254,82 - 03118288-3 - ICMS - GIA 05/2014 - 46.725,46 - 03118289-1 - ICMS - GIA 07/2014 - 45.424,92 - 03118290-5 - ICMS - GIA 08/2014 - 57.375,42 - 03118291-3 - ICMS - GIA 11/2014 - 110.005,81 - 03118292-1 - ICMS - GIA 12/2014 - 29.681,95 - 03186555-7 - ICMS - GIA 05/2015 - 23.435,86 - 03186556-5 - ICMS - GIA 06/2015 - 8.379,36 - 03186557-3 - ICMS - GIA 10/2015 - 18.378,48 - 03186558-1 - ICMS - GIA 11/2015 - 40.937,95 - 03186559-0 - ICMS - GIA 01/2016 - 13.969,36 - 03186560-3 - ICMS - GIA 02/2016 - 30.956,49 - 03186561-1 - ICMS - GIA 11/2016 - 55.591,06 - 03186562-0 - ICMS - GIA 12/2016 - 38.079,58 - 03187805-5 - ICMS - GIA 04/2017 - 22.962,76 - 03331272-5 - ICMS - GIA 01/2019 - 7.932,68 - 03331941-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 117.141,71 - **DALMOLIN CONFECCOES EIRELI EPP - 90753070-10 -** 03331273-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 12.006,84 - **DALZOFER INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS LTDA - 20114959-26 -** 03331518-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.471,66 - **DANACOR TINTAS E REVESTIMENTOS LTDA - 90594614-59 -** 03332806-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 16.306,59 - **DANIEL DE MELLO VIEIRA - ME - 90566153-15 -** 03332709-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.535,72 - **DANIEL DIAS DE OLIVEIRA - 013286449-52 -** 12771956-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00379956950/2020 - 817,52 - **DANIEL JHONATAN RECH - 081785119-40 -** 12772225-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00784599475/2018 - 84,32 - 12772226-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00784599475/2019 - 76,40 - 12772227-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00784599475/2020 - 67,33 - **DANIEL ROSA DE CEZAR - 90518248-03 -** 03332554-1 - ICMS - GIA 01/2020 - 123,09 - 03332555-0 - ICMS - GIA 02/2020 - 334,78 - 03332556-8 - ICMS - GIA 03/2020 - 311,43 - 03332557-6 - ICMS - GIA 04/2020 - 133,10 - 03332558-4 - ICMS - GIA 05/2020 - 44,25 - 03332559-2 - ICMS - GIA 06/2020 - 66,26 - 03332560-6 - ICMS - GIA 07/2020 - 22,04 - 03332561-4 - ICMS - GIA 09/2020 - 25,63 - 03332562-2 - ICMS - GIA 11/2020 - 21,90 - 03332563-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 109,38 - **DANIEL WELLEINGTON RODRIGUES VENANCIO - 057784169-62 -** 12609777-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00879748400/2019 - 347,44 - **DANIELA GONçALVES MOREIRA BRITO - 049574989-38 -** 03331178-8 - ITCMD - PAF 6633885-1 - 14.209,46 - **DANIELE APARECIDA PIRES DE SOUZA RAYMUNDO - 007117919-45 -** 12772253-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00862464650/2020 - 404,58 - **DANIELE BORGES - TRANSPORTES - 90622813-05 -** 03332881-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 16.626,89 - **DANIELLE MAGALHAES - 90424114-82 -** 03332262-3 - ICMS - GIA 07/2020 - 2.695,84 - 03332263-1 - ICMS - GIA 08/2020 - 786,63 - 03332264-0 - ICMS - GIA 09/2020 - 934,21 - 03332265-8 - ICMS - GIA 10/2020 - 4.104,84 - 03332266-6 - ICMS - GIA 11/2020 - 3.686,74 - 03332267-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.187,64 - **DARA TAUANA ORTIZ ROCHA - ME - 90769594-87 -** 03334138-5 - ICMS - PAF 6634871-7 - 2.169,31 - 03334148-2 - ICMS - PAF 6634937-3 - 2.165,89 - 03334173-3 - ICMS - PAF 6635034-7 - 2.165,89 - **DARCI DA CRUZ TRANSPORTES DE EXTRACAO MINERAL EIRELI - - 90637070-04 -** 03332923-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 40.191,68 - **DARCI DE ALMEIDA-SPB-ME - 90623861-66 -** 03332888-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.470,56 - **DARIO ADRIANO DE SOUZA - 070419589-57 -** 12771900-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00213291649/2020 - 681,07 - **DAVID DE FREITAS CUSTODIO - 062481469-69 -** 12771995-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00745384331/2014 - 487,95 - 12771996-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00745384331/2020 - 335,77 - **DAYANI BASSOLLI MEDINA - 042038009-43 -** 12772060-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00840782896/2014 - 135,74 - 12772061-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00840782896/2019 - 106,03 - 12772062-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00840782896/2020 - 98,64 - **DE PAULA PARTS INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTOPECAS LTDA - 90308032-96 -** 03331975-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.184,92 - **DE PAULA PARTS INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTOPECAS LTDA - 90439302-97 -** 03332320-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.153,75 - **DEBORA LUCIA MORAES TROYANI - 90688841-68 -** 03333173-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.527,24 - **DECATEC EIRELI - 90518544-60 -** 03332564-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 80.415,30 - **DECIO JUNIOR VEICULOS EIRELI - ME - 90409050-62 -** 03332222-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 672,69 - **DEIVID MULLER GANZERT - 054504449-90 -** 12772036-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00804980144/2020 - 641,74 - **DEIVIDI MACHADO TRANSPORTES - 90714699-53 -** 03333335-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.702,47 - **DELTA INGREDIENTES INDUSTRIAIS LTDA - 90334995-63 -** 03332046-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.762,65 - **DEMEFLEX COMERCIO E REPARACAO DE MOVEIS LTDA - 90311309-02 -** 03331993-2 - ICMS - GIA 11/2020 - 1.411,39 - **DENGOS E CHEIROS PERFUMARIA LTDA - 90229738-32 -** 03331826-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 1.099,69 - 03331827-8 - ICMS - GIA 02/2020 - 1.261,57 - 03331828-6 - ICMS - GIA 03/2020 - 900,58 - 03331829-4 - ICMS - GIA 04/2020 - 142,45 - **DENI CARVALHO DE OLIVEIRA - 062067529-25 -** 12736573-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01080478385/2019 - 1.761,03 - **DENISE NEMOTO PICCOLI - 037793559-06 -** 03331200-8 - ITCMD - PAF 6634241-7 - 6.984,54 - **DENKI MARINGA EIRELI - 90755095-85 -** 03333585-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 73.012,23 - 03333586-5 - ICMS - GIA 02/2020 - 29.172,62 - **DEPOSITO DE BEBIDAS FRISON LTDA - ME - 90636337-28 -** 03331191-5 - ICMS - PAF 6631738-2 - 31.657,23 - **DERLIFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA - 10182931-68 -** 03331471-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.410,94 - **DERMIWIL INDUSTRIA PLASTICA LTDA - 09905304-67 -** 03331312-8 - ICMS - GIA 11/2020 - 15.941,64 - **DEROMA COMERCIO DE EMBALAGENS E ALIMENTOS LTDA - EPP - 90723173-91 -** 03333381-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.566,42 - **DESTAK PRESENTES LTDA - 90367511-07 -** 03332094-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.241,55 - **DEVAIR SOARES DA SILVA - TRANSPORTES - ME - 90728644-49 -** 03333404-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.112,24 - **DEZ MARCHAS AUTO PECAS E SERVICOS LTDA - 40106017-09 -** 03334193-8 - ICMS - PAF 6635139-4 - 2.171,18 - **DIAMPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - 90217765-53 -** 03331806-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 871,80 - **DIDIUS TECNOLOGIA EM ALIMENTOS EIRELI - EPP - 90560621-20 -** 03332694-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.460,83 - **DIEGO BANDEIRA DA SILVA & CIA LTDA - 90529987-59 -** 03332601-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 15,66 - 03332602-5 - ICMS - GIA 02/2020 - 21,19 - 03332603-3 - ICMS - GIA 03/2020 - 26,68 - 03332604-1 - ICMS - GIA 04/2020 - 39,92 - 03332605-0 - ICMS - GIA 05/2020 - 44,25 - 03332606-8 - ICMS - GIA 06/2020 - 48,58 - 03332607-6 - ICMS - GIA 07/2020 - 26,44 - 03332608-4 - ICMS - GIA 08/2020 - 28,60 - 03332609-2 - ICMS - GIA 09/2020 - 19,77 - 03332610-6 - ICMS - GIA 10/2020 - 18,64 - **DIEGO BARBOSA DE ABREU ME - 90661560-68 -** 03333024-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 44,08 - **DIEGO SARATIEL FUGIE - 062932569-30 -** 12771857-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00876694474/2016 - 52,96 - 12772255-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00876694474/2020 - 106,25 - **DIGICON S/A CONTROLE ELETRONICO PARA MECANICA - 09906076-05 -** 03331325-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 57,66 - 03331326-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 508,08 - **DIGITAL PROCESS ESTAMPARIA EIRELI - ME - 90696234-90 -** 03333222-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.902,73 - **DILSON OLIVEIRA FONSECA - 913186889-49 -** 12771931-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00300987137/2020 - 637,05 - **DINAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS EIRELI - EP - 10507363-14 -** 03331489-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.263,62 - **DINARTE APARECIDO DOS SANTOS ME - 90573769-42 -** 03332724-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.607,91 - **DIOGENES HUASHUAYO DE LA CRUZ - 012451299-29 -** 12772257-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00887811388/2020 - 622,05 - **DIOMACH INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTD - 90703308-20 -** 03333282-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 71.652,46 - **DIOMACH INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTD - 90731678-57 -** 03333420-6 - ICMS - GIA 11/2020 - 5.448,59 - **DIONE FABIO MACARI DE ALMEIDA - 077052239-45 -** 12772237-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00821898256/2014 - 223,53 - 12772238-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00821898256/2020 - 182,64 - **DIPLOMATA COMUNICACAO VISUAL LTDA - 90364871-67 -** 03332086-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.826,10 - **DIRCEU DE PAULA - 490790349-91 -** 12772189-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00556744071/2020 - 829,36 - **DIRCEU JACINTO QUEIROZ - 050090019-18 -** 12771972-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00526387211/2020 - 165,14 - **DIRECAO CERTA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 20114258-04 -** 03331516-3 - ICMS - GIA 09/2020 - 416,01 - 03331517-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 2.872,77 - **DISROL DISTRIBUIDORA IMP DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA - 90156741-70 -** 03331709-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 28.660,43 - **DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CIANORTE EIRELI - 90785607-00 -** 03333734-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 112.983,90 - **DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CIANORTE EIRELI - 90786687-49 -** 03333743-4 - ICMS - GIA 11/2020 - 36.471,38 - **DISTRIBUIDORA DE FRIOS GUAIRA LTDA - 90797006-03 -** 03333792-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 951,11 - **DISTRIBUIDORA E TRANSPORTADORA NAVARRO LTDA - 90567853-18 -** 03332712-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.296,52 - **DISTRIBUIDORA LIMA E LIMA LTDA - 90627582-17 -** 03332896-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.914,48 - **DISTRIBUIDORA SENHOR SABOR EIRELI - ME - 90655381-37 -** 03332999-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.051,79 - **DIVONZIR VIDAL DOS SANTOS - 031143189-59 -** 12733239-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01062902685/2019 - 440,60 - **DIVORLAN SITTA DE OLIVEIRA - 90828131-41 -** 03334149-0 - ICMS - PAF 6634938-1 - 2.169,31 - 03334174-1 - ICMS - PAF 6635035-5 - 2.165,89 - **DLT LOGISTICA EM TRANSPORTES LTDA - 90422924-59 -** 03332258-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 25.960,39 - **DM DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME - 90735499-70 -** 03333444-3 - ICMS - GIA 11/2020 - 330,03 - 03333445-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 691,47 - **DOCICAN AGROINDUSTRIA LTDA - 90212238-99 -** 03331797-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 21.970,25 - **DOCINGA INDUSTRIA E COMERCIO DE DOCES LTDA - 90585071-70 -** 03332753-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.413,22 - **DOMINGOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - 90706107-84 -** 03333299-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.851,32 - **DOMINIO FITNESS LTDA - 90739820-03 -** 03333474-5 - ICMS - GIA 01/2020 - 22,25 - 03333475-3 - ICMS - GIA 04/2020 - 44,31 - **DONIFER SERRALHERIA EIRELI - ME - 10170299-55 -** 03331454-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.002,91 - **DONIZETE APARECIDO DA SILVA - 060778019-33 -** 12772270-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00945715277/2014 - 132,30 - **DONNA DEJULLY BIJUTERIAS - EIRELI - 90590685-28 -** 03332788-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 285,44 - 03332789-7 - ICMS - GIA 02/2020 - 1,31 - 03332790-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 84,01 - **DORMED HOSPITALAR EIRELI - 09908292-50 -** 03331373-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 30,20 - **DOSSO & ORTIZ LTDA - 90666496-84 -** 03333044-8 - ICMS - GIA 11/2020 - 3.343,59 - 03333045-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.558,44 - **DP MARTINS FLORESTAL LTDA - 90869433-33 -** 03334062-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.659,67 - **DR COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - 90584533-04 -** 03332750-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.265,40 - **DR7 TRANSPORTE E LOGISTICA EIRELI - 90791749-52 -** 03333766-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 50.364,46 - **DROGARIA CEM POR CENTO POPULAR EIRELI - 90692601-68 -** 03333202-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.411,25 - **DROGARIA MUSAFARMA LTDA - 70109033-05 -** 03331623-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.515,35 - **DSLOG - DISTRIBUIDOR DE SERVICOS LOGISTICOS LTDA - 90507433-46 -** 03332527-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 21.677,13 - **DSO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - 90446848-77 -** 03332342-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.678,89 - **DUAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA - 90764712-98 -**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

03333649-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 30.813,14 - **DUAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA - 90693743-33 -** 03333214-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 35.828,83 - **DUBIELA & CIA LTDA - 90310242-07 -** 03331991-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 917,41 - **DUCAT TRANSPORTES LTDA - 90845139-27 -** 03333986-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.643,53 - **DUCOCO PRODUTOS ALIMENTICIOS S/A - 09908443-05 -** 03331377-2 - ICMS - GIA 11/2020 - 81.131,92 - **DULCE FATIMA KRUCHELSKI RAMOS - 392708749-15 -** 03331204-0 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 2019000474071/02 - 13.491,41 - **DWS ESTAMPARIA E FERRAMENTARIA LTDA - 90424822-31 -** 03332270-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.618,72 - **E A COMERCIO VAREJISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS EIRELI - 90586196-44 -** 03332755-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.371,38 - **E B DE SOUZA - EIRELI - ME - 90149164-04 -** 03331696-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.345,83 - **E COUTO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - 90822411-64 -** 03333894-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.148,98 - **E FRANCISCO DE GOIS - 90729764-09 -** 03333405-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.193,08 - **E J E TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 90237741-75 -** 03331847-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.863,50 - **E L FRANCO & CIA LTDA - 90386502-43 -** 03332168-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.749,93 - **E M FARINON COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - 90807915-90 -** 03333827-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.481,63 - **E M MALDONADO PORTILLA & CIA LTDA - ME - 90498772-74 -** 03332502-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.722,40 - **E MORELLI RESTAURANTE - ME - 90722967-00 -** 03333375-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 229,62 - 03333376-5 - ICMS - GIA 02/2020 - 224,96 - 03333377-3 - ICMS - GIA 03/2020 - 50,05 - 03333378-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 177,17 - **E ROCHA JUNIOR & ROCHA LTDA - 90243287-64 -** 03331854-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 21.066,96 - **E SILVA LIMA COMERCIO DE FERRAGENS - 90840977-96 -** 03333971-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 227.180,45 - **E T DE OLIVEIRA & DAMASCENO LTDA - 90448623-09 -** 03332356-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.670,10 - **E T R COMERCIO DE AREIA LTDA - 90249211-98 -** 03331860-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.946,58 - **E-LIT COMERCIO DE PRODUTOS MECATRONICOS LTDA - 90596028-85 -** 03332814-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 28.934,04 - **E. A. FERREIRA PRIMO PAINEIS - ME - 90690679-10 -** 03331275-0 - ICMS - GIA 08/2020 - 1.151,48 - 03331276-8 - ICMS - GIA 09/2020 - 2.779,50 - **E. BUENO TRANSPORTES EIRELI - 90725397-00 -** 03333391-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.077,55 - **E. M. CAVALARO - 90680520-06 -** 03333141-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 400,81 - **E. R. SCHENEIDER - PIZZARIA - ME - 90771611-28 -** 03334110-5 - ICMS - PAF 6635159-9 - 2.171,18 - **EBENEZER - TRANSPORTE E LOGISTICA EIRELI - ME - 90279562-60 -** 03331913-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 27.043,51 - **EBENEZER COMERCIAL MAQUINAS EIRELI - ME - 90586754-71 -** 03332757-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.010,99 - **ECD - COM E MANUT DE PRODUTOS DE TELEINFORMATICA LTDA - 60125655-08 -** 03331598-8 - ICMS - GIA 08/2020 - 510,89 - 03331599-6 - ICMS - GIA 09/2020 - 1.334,62 - 03331600-3 - ICMS - GIA 10/2020 - 442,62 - 03331601-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 151,15 - 03331602-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 355,87 - **ECOLTEC SISTEMAS & HIDROTRATAMENTOS EIRELI - 90212390-35 -** 03331799-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 451,74 - **ECOPEL EMBALAGENS EIRELI ME - 90725649-92 -** 03333393-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 15.718,08 - **ECOTRUST INDUSTRIA COMERCIO DE RESIDUOS CITRICOS LTDA - 90799651-43 -** 03331259-8 - ICMS - GIA 07/2020 - 12.494,13 - 03331260-1 - ICMS - GIA 08/2020 - 7.986,34 - **EDE CARLOS PEREIRA DOS SANTOS ME - 90634542-03 -** 03332917-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.329,60 - **EDEMAR CARLOS BASSANESI - EIRELI - ME - 90740651-28 -** 03333478-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.710,07 - **EDER DOS SANTOS DE LIMA - 056404739-24 -** 12771938-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00327446188/2014 - 427,38 - 12771939-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00327446188/2020 - 290,51 - **EDER J. ROVERSO MONTIBELLER - EIRELI - 90298449-65 -** 03331951-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 27.921,67 - **EDER JOSE HABINOVSKI - FEIJAO PAULINHO - 90451690-20 -** 03332374-3 - ICMS - GIA 09/2020 - 124,68 - 03332375-1 - ICMS - GIA 10/2020 - 286,14 - 03332376-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 105,69 - 03332377-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.283,72 - **EDER LUCIANO NEGRINI SANTANA - 041556629-06 -** 03331277-6 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 2020000339348/02 - 3.784,27 - 03331278-4 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 2020000339585/02 - 3.784,27 - **EDER NUNES DA SILVA - 008933259-88 -** 12737877-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01088608393/2019 - 453,36 - **EDGAR DOS SANTOS - 114095849-68 -** 12772138-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00979208017/2020 - 547,36 - **EDINEI LOPES DOS SANTOS - 042664859-56 -** 03331138-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00041323 - 7.701,84 - **EDSON BARROS GARCIA - 495403869-34 -** 12772094-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00897452739/2020 - 417,12 - **EDSON CARLOS CUSTODIO - 60119497-01 -** 03331593-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 14,91 - **EDSON HUGO MANUEIRA - 035379509-77 -** 03331154-0 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0931/2020 - 11.842,93 - **EDSON JOSE VIEIRA DOS SANTOS - 011436839-27 -** 12771944-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00343062887/2014 - 243,95 - 12771945-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00343062887/2020 - 203,67 - **EDSON ROQUE DE OLIVEIRA & CIA LTDA-ME - 90299316-98 -** 03331952-5 - ICMS - GIA 01/2020 - 228,04 - 03331953-3 - ICMS - GIA 02/2020 - 35,41 - **EDTECH - SISTEMAS E TEC EM TRITURACAO DE RESIDUOS LTDA - 90635370-95 -** 03332919-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 25.252,32 - **EDUARDO BARBOSA GUIMARAES - 030114899-63 -** 12771987-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00729062562/2014 - 384,46 - **EDUARDO JOSE DA SILVA - 055494059-03 -** 12566531-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00844573310/2019 - 194,09 - **EDUARDO ZANELLA - 019095159-14 -** 12772063-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00841697213/2014 - 532,18 - 12772064-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00841697213/2020 - 383,26 - **EDVAGNER ESTEVES - 90621788-06 -** 03332878-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.248,60 - **EDVALDO SOARES COMERCIO DE CARVAO - 90774644-57 -** 03333695-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.759,55 - **EDVINO FERREIRA DE ALBUQUERQUE - 372564759-34 -** 03331215-6 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 2018000308203/02 - 12.391,38 - **EDWILSON MASSACHI YASUHARA - 90853197-33 -** 03334013-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 700,83 - **EFETIVE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - 90492848-85 -** 03332480-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 26.507,58 - **EFFE PRODUTORA E COMERCIALIZADORA DE EPI LTDA - 90779019-38 -** 03333712-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 86.931,52 - **EIXOMAQ INDUSTRIA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - 90119233-29 -** 03331671-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.045,68 - **ELAINE CRISTINA CANESCHI - 434569529-53 -** 12772081-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00870094114/2014 - 151,17 - 12772082-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00870094114/2020 - 132,44 - **ELAINE GONCALVES DE OLIVEIRA CADEDO - 90762477-38 -** 03333629-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.273,54 - **ELEANDRO MORAES DA SILVA - 078697079-02 -** 12771899-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00203498011/2020 - 312,73 - **ELECTROMARCAS COMERCIO E IMPORTACAO DE ELETRONICOS EIRE - 90649662-32 -** 03332986-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.723,68 - **ELEKTA REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA - 90413036-27 -** 03332232-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.170,52 - **ELENEIA APARECIDA DA SILVA PAIXAO EIRELI ME - 90738746-18 -** 03333469-9 - ICMS - GIA 11/2020 - 269,81 - 03333470-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 932,76 - **ELENILSON JOSE ESPANHOLO - 801866109-04 -** 03331137-0 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0111/2021 - 3.360,55 - **ELEODORIO JOSE KOZERSKI - 90799927-01 -** 03333800-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.358,64 - **ELETIBA ELETRO-FERRAGENS LTDA - 10194252-03 -** 03331478-7 - ICMS - GIA 11/2020 - 316,31 - 03331479-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.977,89 - **ELETRO LL - COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS - EIRELI - 90326971-59 -** 03332031-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.822,62 - **ELETRO TECNICA CONTINENTAL LTDA - 70104641-23 -** 03331622-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.496,43 - **ELETROFAM COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - 10700880-25 -** 03331492-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 38.522,73 - **ELETROGOIS COM DE MAT ELETRIC HIDRA E FERRAGENS LTDA - 90526767-19 -** 03332592-4 - ICMS - GIA 11/2020 - 408,21 - 03332593-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 685,10 - **ELETROMATIK MONTAGEM ELETRICA E AUTOMACAO INDUSTRIAL EI - 90642675-71 -** 03332946-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 656,29 - **ELEZIR RIBEIRO RUIZ - 065930639-59 -** 12532164-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00812363531/2019 - 284,42 - **ELFA MEDICAMENTOS LTDA - 09906559-10 -** 03331336-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 232.041,63 - **ELFA MEDICAMENTOS LTDA - 09907419-13 -** 03331346-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 22.981,85 - **ELIANA CRISTINA FORTUNA - 90670855-80 -** 03333098-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.328,08 - **ELIANE DOMINGUES DOS SANTOS - 865868589-68 -** 12772086-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00874878055/2020 - 366,51 - **ELIAS CORREA MARTINS - 042188069-42 -** 03331128-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00110864 - 1.826,40 - **ELISANDRA MARIA BISCAIA - 024699299-97 -** 12771970-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00502338245/2020 - 198,14 - **ELISANDRO APARECIDO AGUIAR ROCHA - 017758949-32 -** 12771997-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00748785370/2020 - 270,69 - **ELITON DE OLIVEIRA - 081198939-99 -** 12772177-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00205573100/2020 - 777,03 - **ELIZABETE GUIMARAES DIAS DOS SANTOS - CALCADOS - 90721952-61 -** 03333372-2 - ICMS - GIA 01/2020 - 164,00 - **ELIZEU DE LIMA MACHADO - 939037409-00 -** 12771906-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00252477405/2014 - 142,86 - 12771907-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00252477405/2020 - 98,35 - **ELS TRANSPORTES LTDA - ME - 90723502-59 -** 03333383-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.071,45 - **ELTO ANTONIO MUNARETTO - 431310189-68 -** 03331169-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00063824 - 32.808,00 - **EMAFD EMPREENDIMENTOS E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA ME - 90720539-80 -** 03334182-2 - ICMS - PAF 6635089-4 - 2.171,18 - **EMBALAGENS DE MADEIRA PIRATINI EIRELI - 90321792-80 -** 03332023-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.965,19 - **EMBALAGENS VENEZA LTDA EPP - 70116056-85 -** 03331626-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 12.974,69 - **EME FOODS IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO LTDA - 90622074-15 -** 03332879-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 58.956,60 - **EMERSON WIRTH - 006234309-24 -** 12771993-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00743395662/2014 - 447,66 - 12771994-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00743395662/2020 - 337,80 - **EMILIO FALBOTA - 21401683-46 -** 03334095-8 - ICMS - PAF 6635029-0 - 2.165,89 - **EMPO EMP CURITIB DE SANEA E CONS CIVIL LTDA - 10140808-60 -** 03331427-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 12.363,15 - **EMPOFER TRANSPORTES EIRELI - 90444634-39 -** 03332331-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.695,13 - **EMPORIUM COMERCIO DE UTILIDADES LTDA - 90555479-44 -** 03332679-3 - ICMS - GIA 11/2020 - 239,29 - 03332680-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 457,09 - **EMPREITEIRA FRANCISQUINI COMERCIO DE MATERIAIS DE CONST - 90786920-20 -** 03333745-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 19.798,69 - **EMPRESA CURITIBA CERRO AZUL LTDA - 10171893-08 -** 03331459-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.692,34 - **EMPRESA DE AGUAS OURO FINO LTDA - 90371591-04 -** 03332117-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 12.312,14 - **EMPRESA DE AGUAS OURO FINO LTDA - 10800854-74 -** 03331499-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 460.466,32 - **EMPRESA DE AGUAS OURO FINO LTDA - 90411984-91 -** 03332230-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 55.399,94 - **ENGEACQUA CONSTRUCOES E EQUIPAMENTOS DE PISCINAS LTDA - 10144827-48 -** 03331433-7 - ICMS - GIA 11/2020 - 350,88 - 03331434-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.071,89 - **ENGELHARDT & CIA LTDA - 10109030-21 -** 03331412-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 45.286,14 - **ENGEMAZMO-IND E COM DE LUMINARIAS, ART E EQ DE ILUM LTD - 90434573-38 -** 03332299-2 - ICMS - GIA 08/2020 - 197,37 - 03332300-0 - ICMS - GIA 10/2020 - 339,28 - 03332301-8 - ICMS - GIA 11/2020 - 2.103,45 - 03332302-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.506,14 - **ENGEPARKER METALURGICA LTDA - 90380232-49 -** 03332130-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 48.088,49 - **ENSACADEIRA SAT PARANA INDUSTRIA E COMERCIO DE BALANCAS - 90161649-30 -** 03331712-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 182.908,05 - **EQUIPIINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS GASTRONOMICOS LTDA - 90809948-66 -** 03333832-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.500,49 - **ERA ESTRUTURAS METALICAS LTDA - 90857465-69 -** 03334024-9 - ICMS - GIA 09/2020 - 141,33 - 03334025-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 516,91 - **ERGOMOBILI INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA**

- 90762821-34 - 03333632-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 102.598,03 - **ERLAN COSTA DA SILVA CALGAROTTO - 90793448-90 -** 03333780-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.299,21 - **ERMINIO DOS SANTOS - 755879639-34 -** 12772057-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00838190570/2020 - 368,71 - **ERNESTO SCHROEDER NETO - ME - 90767834-27 -** 03333668-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.645,81 - **ERNESTO VIECILI EIRELI - 90306177-43 -** 03331970-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.538,83 - **ERVANARIO SAO SEBASTIAO - EIRELI - ME - 90764061-27 -** 03333647-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 468,48 - **ESALPET PET SHOP EIRELI - ME - 90516359-03 -** 03332544-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 20.146,93 - **ESALPET PET SHOP EIRELI - ME - 90740862-06 -** 03333479-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.635,63 - **ESALPET PET SHOP EIRELI - ME - 90765145-23 -** 03333650-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.664,01 - **ESG COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME - 90650141-46 -** 03332987-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.653,36 - **ESPACO DESIGN COMERCIO DE MOVEIS E DECORACOES LTDA - EP - 90734510-67 -** 03333440-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.716,53 - **ESPACO VERDE CANTAGALO LTDA - 90531942-62 -** 03332622-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 166,96 - **ESPLANADA EQUIPAMENTOS EIRELI - 90242291-97 -** 03331853-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.514,69 - **ESSENCE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - 90312540-32 -** 03331996-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.090,05 - **ESSENCIAL NUTRICAO ANIMAL LTDA - 90648510-95 -** 03332983-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.080,03 - **ESTACAO MIDIA DIGITAL LTDA - 90462764-07 -** 03332401-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.214,66 - **ESTALEIRO WAY BRASIL LTDA - 90482838-69 -** 03332455-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 375.964,84 - **ESTEPHANY CAMILO EIRELI - ME - 90560048-63 -** 03334131-8 - ICMS - PAF 6634861-0 - 2.169,31 - **ESTOFACAR ESTOFAMENTOS LTDA - 90804633-13 -** 03334158-0 - ICMS - PAF 6635009-6 - 2.169,31 - **ESTOFADOS ESSENCIAL LTDA - 90762106-56 -** 03333626-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 546,82 - **ESTRELA DO SUL SERVICOS E COMERCIO LTDA - ME - 90686383-96 -** 03333160-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.610,37 - **ETIKNORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE ETIQUETAS E ACESSORIO - 90754625-03 -** 03333582-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.088,83 - **EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTE E TURISMO - 41010280-33 -** 03331571-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 184.750,21 - **EUROFRIOS TRANSPORTES E COMERCIO DE FRIOS LTDA - 30103544-62 -** 03331551-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 865,07 - **EVA BELLA CONFECCOES LTDA - 90755616-68 -** 03333588-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 29.841,66 - **EVA BELLA CONFECCOES LTDA - 90535525-25 -** 03332632-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 33.828,78 - **EVALDO RIBEIRO DA SILVA - 705956909-04 -** 03331126-5 - IAP - AUTO INFRACAO 90009106 - 1.838,25 - **EVANDROVERA - INDUSTRIA DE PAES E MASSAS LTDA - 70120436-05 -** 03331631-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.693,55 - **EVANGELISTA DE SOUZA VERLINDES - 696365329-15 -** 12772034-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00798311983/2020 - 332,72 - **EVELLAY INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - 90275606-09 -** 03331904-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.660,88 - **EVERALDO APARECIDO DA SILVA - 689089469-34 -** 12771967-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00499981880/2020 - 207,15 - **EVERALDO ROZA - 018937179-09 -** 12772041-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00819523976/2014 - 106,76 - 12772042-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00819523976/2018 - 100,85 - 12772043-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00819523976/2019 - 94,92 - 12772044-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00819523976/2020 - 88,83 - **EVERTON ALVES RIBEIRO COLCHOES EIRELI - ME - 90768617-54 -** 03333669-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 107.899,71 - **EVERTON LUIZ DE ALMEIDA SILVA - 096258599-85 -** 12772128-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00954697766/2020 - 516,26 - **EVERTON PAES LANDIM - 080226309-77 -** 12772132-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00964667436/2014 - 148,77 - **EVERTON PEREIRA CARRAPEIRO & CIA LTDA - 90520707-56 -** 03332573-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.326,31 - **EWERTON CIAXARES DE CONTO - 90484912-08 -** 03332459-6 - ICMS - GIA 01/2020 - 277,15 - **EXCELL SISTEMAS DE CLIMATIZACAO EIRELI - 90474652-54 -** 03332424-3 - ICMS - GIA 11/2020 - 262,93 - 03332425-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 21.261,54 - **EXONE IMPORTACAO E EXPORTACAO TRADING - 90855345-45 -** 03334020-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 20.244,59 - **EXPAN ESTRUTURAS E CONSTRUCOES LTDA - EPP - 90369813-66 -** 03332110-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 19.565,73 - **EXPLORACAO DE AGUA MINERAL MILAGRE LTDA - 90240482-14 -** 03331849-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.130,16 - **EXPRESSO ITATIBA LTDA - 90369041-08 -** 03332107-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.515,24 - **EXPRESSO JOIA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - EIRELI - 90692026-30 -** 03333199-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 43.676,04 - **EXPRESSO SAO JOSE LTDA - 90818051-88 -** 03333873-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.913,39 - **EXPRESSO SAO JOSE TRANSPORTES LTDA - 90818886-10 -** 03333878-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 582,36 - **EXPRESSO TRANSPEN LTDA - 90795587-77 -** 03333787-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 72.096,61 - **EXPRESSO TRANSPORTE TURISMO LTDA ME - 90761934-68 -** 03333625-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.485,45 - **EZEQUIEL ZILLI COSTA - 072133829-18 -** 12771918-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00268330190/2014 - 196,41 - 12771919-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00268330190/2020 - 138,88 - **F K METALURGICA & ESQUADRIAS LTDA ME - 90625607-00 -** 03332892-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.861,87 - **F K MARTINS & CIA LTDA - 90503075-20 -** 03332515-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.603,48 - **F N LEONARDO JUNIOR CONFECCAO - ME - 90732940-26 -** 03333429-0 - ICMS - GIA 09/2020 - 391,00 - 03333430-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.908,13 - **F&K GROUP TECNOLOGIA EM SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA - 90452532-41 -** 03332378-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 59.973,51 - **F. G. M. INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME - 90286071-10 -** 03331922-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.168,37 - **F. JUNIOR DA SILVA - ME - 90742212-78 -** 03333487-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 14,91 - 03333488-5 - ICMS - GIA 02/2020 - 1,47 - 03333489-3 - ICMS - GIA 03/2020 - 1,47 - 03333490-7 - ICMS - GIA 04/2020 - 1,47 - 03333491-5 - ICMS - GIA 05/2020 - 1,46 - **FABIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE DA CUNHA - 924236121-68 -** 03331211-3 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 2018000308203/02 - 12.391,38 - **FABIANA COSTA CAIANA DOMINGUES MODAS - 90793011-48 -** 03333776-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 77,23 - **FABIANA SILVA MENDONCA COMERCIO DE ALIMENTOS - 90872144-67 -** 03334063-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.459,38 - **FABIANO BASTOS - 967003009-91 -** 03331116-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00115276 - 11.452,59 - 03331130-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00118267 - 16.033,62 - 03331164-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00118266 - 37.220,92 - **FABIANO FRANKLIN SANTANA SOUZA - 999402135-49 -** 12772203-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00763459283/2020 - 359,90 - **FABIANO P CARVALHO-ME - 90585780-00 -** 03332754-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.793,25 - **FABIO AIDAR - 90481650-76 -** 03332448-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 108,80 - 03332449-9 - ICMS - GIA 02/2020 - 111,92 - 03332450-2 - ICMS - GIA 07/2020 - 111,40 - 03332451-0 - ICMS - GIA 08/2020 - 93,69 - 03332452-9 - ICMS - GIA 09/2020 - 109,51 - 03332453-7 - ICMS - GIA 10/2020 - 112,41 - **FABIO AZEVEDO - 098460437-59 -** 12772231-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00796343160/2019 - 104,48 - 12772232-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00796343160/2020 - 97,37 - **FABIO CHICOLI DOCES - ME - 90749663-54 -** 03333543-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 5.637,80 - 03333544-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.737,95 - **FABIO CORDEIRO - 941525009-72 -** 12772157-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01173543233/2020 - 284,31 - **FABIO L. FURLIN-CONDICIONADORES DE AR-ME - 90601406-82 -** 03332833-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.911,44 - **FABIO LUIZ MACCAGNAN-RESTAURANTE-ME - 90660906-10 -** 03333019-7 - ICMS - GIA 11/2020 - 262,70 - 03333020-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 640,09 - **FABIO VARGAS GUIMARAES - 866485869-15 -** 03331141-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00115007 - 3.510,58 - **FABIOLA GUAPO - PETISCARIA - 90672662-90 -** 03333112-6 - ICMS - GIA 01/2020 - 283,58 - 03333113-4 - ICMS - GIA 02/2020 - 100,46 - 03333114-2 - ICMS - GIA 03/2020 - 46,56 - 03333115-0 - ICMS - GIA 04/2020 - 8,89 - 03333116-9 - ICMS - GIA 05/2020 - 27,01 - 03333117-7 - ICMS - GIA 08/2020 - 39,13 - 03333118-5 - ICMS - GIA 09/2020 - 85,70 - 03333119-3 - ICMS - GIA 10/2020 - 109,44 - **FADANI & FADANI LTDA - 90241848-27 -** 03331852-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.837,62 - **FALCON CONSULTORIA ADUANEIRA E LOGISTICA LTDA - 90537769-89 -** 03332636-0 - ICMS - GIA 09/2020 - 161,17 - 03332637-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.648,02 - **FALCON TRANSPORTES E LOGISTICA DO BRASIL LTDA - ME - 90599376-31 -** 03332829-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 39.722,61 - **FAMILIA MOMM PANIFICADORA LTDA - 90769401-15 -** 03333674-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.735,86 - **FAQPAR DO BRASIL COMERCIO DE MADEIRAS - EIRELI - ME - 90572586-64 -** 03332721-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.206,78 - **FAQUEPINHO COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - 90358790-37 -** 03332077-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 22.889,17 - **FARCILLI, VASQUES & COLECHA - COSMETICOS LTDA - 90793328-84 -** 03333778-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.456,13 - **FARMACIA BARBIERO LTDA - 90747500-09 -** 03333524-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.255,09 - **FARMACIA BARBIERO LTDA - 90838704-08 -** 03333959-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.635,32 - **FARMACIA E DROGARIAS ASJ LTDA - 90628107-40 -** 03332900-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.010,66 - **FARMACIA GMF LTDA - 90837167-43 -** 03333954-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.699,40 - **FARMACIA MUSSIMED LTDA - 90845319-09 -** 03333987-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 554,23 - **FARMACIA MUSSIMED LTDA - EPP - 90188174-00 -** 03331762-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.842,24 - **FARMACIA SCHOLZE LTDA - 12601513-51 -** 03331508-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.744,68 - **FARMACIA VISSOCI LTDA - 90130286-37 -** 03331676-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 7,61 - 03331677-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.064,90 - **FASTRAKX WORDS TRADERS EIRELI - 90328313-00 -** 03332033-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 43.537,25 - **FATRANS TRANSPORTE EIRELI - 90705533-73 -** 03333294-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 18.060,14 - **FAUSTO MOREIRA OFICINA MECATRONICA ME - 90697141-00 -** 03333228-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 378,33 - 03333229-7 - ICMS - GIA 06/2020 - 250,17 - **FAVARIM COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90139464-40 -** 03331685-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 801,86 - **FAVORETTO & RATIN LTDA - 90788162-84 -** 03333750-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 38,83 - 03333751-5 - ICMS - GIA 02/2020 - 125,64 - **FEIRAO DE MOVEIS LTDA - 90863371-74 -** 03334045-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.801,39 - **FEIRAO DE MOVEIS LTDA - 90863224-95 -** 03334043-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.657,24 - **FEIRAO DE MOVEIS LTDA - 90858875-45 -** 03334030-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 47.258,02 - **FEIRAO DE MOVEIS LTDA - 90863157-90 -** 03334041-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 48.840,49 - **FEIRAO DE MOVEIS LTDA - 90863158-71 -** 03334042-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 24.737,65 - **FEIRAO DE MOVEIS LTDA - 90863365-26 -** 03334044-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.038,26 - **FEIRAO DE MOVEIS LTDA - 90859448-75 -** 03334031-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.999,03 - **FEIRAO DE MOVEIS LTDA - 90866430-20 -** 03334055-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 30.658,38 - **FEIRAO DE MOVEIS LTDA - 90866254-71 -** 03334054-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 66.440,81 - **FEIRAO DE MOVEIS LTDA - 90866911-80 -** 03334057-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.763,12 - **FELIPE CORDEIRO TRACZ PADRONIZACOES E BLINDAGENS - 90309386-20 -** 03331979-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.745,00 - **FEMINA COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - 90174324-08 -** 03331746-8 - ICMS - GIA 04/2020 - 774,67 - 03331747-6 - ICMS - GIA 05/2020 - 2.427,08 - 03331748-4 - ICMS - GIA 06/2020 - 1.862,82 - 03331749-2 - ICMS - GIA 07/2020 - 1.829,44 - **FEMINA COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - 90668339-30 -** 03333070-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 658,89 - 03333071-5 - ICMS - GIA 02/2020 - 626,17 - 03333072-3 - ICMS - GIA 03/2020 - 401,82 - 03333073-1 - ICMS - GIA 04/2020 - 271,16 - 03333074-0 - ICMS - GIA 05/2020 - 910,49 - 03333075-8 - ICMS - GIA 06/2020 - 821,86 - 03333076-6 - ICMS - GIA 07/2020 - 552,48 - 03333077-4 - ICMS - GIA 08/2020 - 747,15 - **FEMINA COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - 90667121-22 -** 03333055-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 1.298,28 - 03333056-1 - ICMS - GIA 02/2020 - 1.265,95 - 03333057-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 911,24 - 03333058-8 - ICMS - GIA 04/2020 - 480,12 - 03333059-6 - ICMS - GIA 05/2020 - 1.609,99 - 03333060-0 - ICMS - GIA 06/2020 - 1.583,73 - 03333061-8 - ICMS - GIA 07/2020 - 1.114,07 - 03333062-6 - ICMS - GIA 08/2020 - 1.370,97 - **FEMINA COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - 90666674-02 -** 03333046-4 - ICMS

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

- GIA 01/2020 - 72,87 - 03333047-2 - ICMS - GIA 02/2020 - 619,11 - 03333048-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 377,71 - 03333049-9 - ICMS - GIA 04/2020 - 300,82 - 03333050-2 - ICMS - GIA 05/2020 - 637,07 - 03333051-0 - ICMS - GIA 06/2020 - 718,25 - 03333052-9 - ICMS - GIA 07/2020 - 511,37 - 03333053-7 - ICMS - GIA 08/2020 - 618,80 - **FEMINA COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - 90697405-34 -** 03333240-8 - ICMS - GIA 01/2020 - 1.221,90 - 03333241-6 - ICMS - GIA 02/2020 - 1.258,82 - 03333242-4 - ICMS - GIA 03/2020 - 902,06 - 03333243-2 - ICMS - GIA 04/2020 - 770,89 - 03333244-0 - ICMS - GIA 05/2020 - 1.780,90 - 03333245-9 - ICMS - GIA 06/2020 - 1.626,88 - 03333246-7 - ICMS - GIA 07/2020 - 1.089,94 - 03333247-5 - ICMS - GIA 08/2020 - 1.605,20 - **FENAP POLIURETANO E ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA - 90192094-04 -** 03331768-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 12.535,10 - **FERANOBRE MERCADO PET LTDA - ME - 90750088-88 -** 03333545-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 815,64 - **FERNANDA APARECIDA DOS SANTOS PACHECO - 084428569-27 -** 12772125-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00951239880/2020 - 606,11 - **FERNANDA DE CASSIA MARCHIORI FRIDRYSCEVSKI - 90804088-00 -** 03334167-9 - ICMS - PAF 6635010-0 - 2.165,89 - **FERNANDA MARCON POLLON - ME - 90747634-02 -** 03333536-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.225,62 - **FERNANDA RESENDE MENDES - 037010879-54 -** 12365581-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00470985526/2019 - 912,09 - **FERNANDO DE OLIVEIRA COMERCIO DE BEBIDAS - 90595972-70 -** 03332813-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 960,53 - **FERNANDO DIAS SOARES - 067788189-48 -** 12772065-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00842208550/2020 - 675,62 - 12772095-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00898401160/2020 - 1.093,83 - **FERNANDO HENRIQUE DA SILVA - 067767869-09 -** 12771989-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00735197520/2020 - 355,70 - **FERNANDO LAVORATTI DA CONCEICAO - 101241069-27 -** 12771936-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00321330366/2020 - 290,51 - **FERRAMENTAL - FERRAMENTAS TECNICAS E SERVICOS LTDA - 10129750-03 -** 03331421-3 - ICMS - GIA 11/2020 - 371,74 - 03331422-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.427,79 - **FERRAMENTARIA TOLEDO EIRELI - 90438051-23 -** 03332310-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.794,85 - **FERRAMENTAS TROY INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90596731-20 -** 03332820-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 179.700,26 - **FERREIRA E CARRETI TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA - 90532983-94 -** 03332625-4 - ICMS - GIA 10/2020 - 29,25 - 03332626-2 - ICMS - GIA 11/2020 - 116,85 - 03332627-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 452,11 - **FESK COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA - 90368431-33 -** 03332096-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 54.116,03 - **FESK COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA - 90421108-73 -** 03332253-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.517,75 - **FESK COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA - 90791772-00 -** 03333767-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 92.849,28 - **FG & NF INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS L - 90854592-33 -** 03334018-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.779,71 - **FGM - PLASTICOS EIRELI - 90107129-28 -** 03331662-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 22.688,41 - **FGS TURISMO E VIAGENS LTDA - 90835045-68 -** 03333936-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.294,35 - **FIBRA TRANSPORTES LTDA - 90791383-01 -** 03333763-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 49,82 - **FIOREZI INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA - 70100434-54 -** 03331616-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.993,44 - **FITANEWS INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - ME - 90737981-72 -** 03333453-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.500,37 - **FL PARTICIPACOES LTDA. - 90756931-49 -** 03333597-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.926,47 - **FLAVIA LIMA SOARES - ME - 90728022-57 -** 03333401-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.861,66 - **FLAVIA TAYWSKA DE OLIVEIRA MENDES - 080497749-61 -** 12771959-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00393212572/2020 - 174,24 - **FLAVIO JUNIOR DA SILVA - 395999318-82 -** 12772199-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00750285877/2020 - 287,19 - **FLEGMA FERRAMENTAS ESPECIAIS LTDA - ME - 90572994-25 -** 03332722-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.364,40 - **FLEX USINAGEM E RETROFIT EIRELI - 90672653-08 -** 03333111-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 28.526,40 - **FLORIANO ALVES PIRES - 028977779-82 -** 12772135-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00974094773/2014 - 148,77 - **FLORICULTURA FOLHAS VERDES LTDA - 90368820-31 -** 03332097-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.718,50 - **FLUXO COMERCIO ELETRONICO EIRELI - 90705708-98 -** 03333295-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 35.615,97 - **FLY IND. E COM. DE CONFECCOES EIRELI - ME - 90713786-48 -** 03333330-7 - ICMS - GIA 11/2020 - 30.280,63 - 03333331-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 30.875,03 - **FMH CONFECCOES LTDA - 90775585-16 -** 03333699-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.605,48 - **FMO DISTRIBUIDORA LTDA - 90535428-05 -** 03332631-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.493,36 - **FOCUS COMERCIO DE RESIDUOS EIRELI ME - 90771623-61 -** 03333683-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.854,77 - **FONSECA & SOUZA LTDA ME - 90603515-43 -** 03332838-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 49.694,40 - **FONSECA COMERCIO E REPRESENTACOES DE MAQUINAS E EQUIPAM - 90728416-60 -** 03333402-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.648,44 - **FOR CONFECCOES EIRELI - ME - 90258418-80 -** 03331873-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 22.669,28 - **FORCA MAXIMA DISTRIBUIDORA DE AUTOPECAS LTDA. - 90773638-55 -** 03333692-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 65.174,36 - **FORMAD MARCENARIA EIRELI - 90704788-19 -** 03333293-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.275,38 - **FORTE PARANA TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - 90840249-93 -** 03333970-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 64.041,12 - **FORTI & FORTI LTDA - 90155401-30 -** 03331702-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 37.291,62 - **FORTUNYT - SISTEMA AVANCADO DE DISTRIBUICAO LTDA EPP - 90609041-43 -** 03332842-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.937,66 - **FORZA INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI - 90650556-83 -** 03332988-1 - ICMS - GIA 08/2020 - 176,11 - 03332989-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.034,04 - **FOTOLASER GRAFICA E EDITORA EIRELI - 90188835-35 -** 03331764-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.942,78 - **FPB GOIOERE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - 90720308-58 -** 03333364-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 3.074,39 - 03333365-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.705,10 - **FPB TERRA ROXA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - 90755239-01 -** 03333587-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.282,69 - **FRANCIELI DA SILVA - 072479899-47 -** 12538218-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00818393580/2019 - 100,49 - **FRANCIELI MILCHESKI DA ROCHA-MADEIRAS EIRELI ME - 90269241-00 -** 03331893-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 58.258,78 - **FRANCINI DA MAIA AGOSTINHO - 074237739-30 -** 12772224-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00783941447/2020 - 322,95 - **FRANQUIANE LEDIANA CORREA - 051253889-12 -** 12644902-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00913206130/2019 - 120,84 - **FRAUCHES ROCHA & ROCHA LTDA - 73400487-11 -** 03331638-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 46.912,25 - **FREDERICO AUGUSTO FRANCO - 043594519-03 -** 12771966-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00496932888/2020 - 158,18 - **FREDERICO IDMEL AJALA - 078518899-10 -** 12771933-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00316948667/2014 - 237,16 - 12771934-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00316948667/2020 - 198,62 - **FRIBURGO TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA - 90681502-88 -** 03333147-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.232,49 - **FRIGO MUG AGROINDUSTRIAL LTDA - 90118933-14 -** 03331670-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 166.240,22 - **FRIGORIFICO CORBELIA LTDA - EPP - 90506399-56 -** 03332523-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 8,61 - 03332524-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 577,38 - **FRIOVIX COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA - 09905158-24 -** 03331309-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 345.964,84 - **FRIOVIX COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA - 09907552-05 -** 03331349-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.794,85 - **FRIOVIX COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA - 09907553-88 -** 03331350-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 19.816,92 - **FRITSCH E ZATTI LTDA - 90696004-49 -** 03333221-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.710,23 - **FTC TINTAS - EIRELI - EPP - 90385219-40 -** 03332165-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.170,44 - **FUSION INDUSTRIA DE PERFIS DE ALUMINIO EIRELI - 90413040-03 -** 03332233-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 44.450,27 - **FUTGRASS COMERCIO E INSTALACAO DE GRAMA SINTETICA LTDA - 90490711-13 -** 03332474-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.467,90 - **FVM ALIMENTOS LTDA - 90354232-20 -** 03332070-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.590,17 - **FWMARTINS TRANSPORTES LTDA ME - 90510681-38 -** 03331181-8 - ICMS - PAF 6630633-0 - 29.275,18 - **G & C COMUNICACAO VISUAL LTDA - 90542488-20 -** 03332643-2 - ICMS - GIA 07/2020 - 794,42 - 03332644-0 - ICMS - GIA 08/2020 - 1.329,55 - 03332645-9 - ICMS - GIA 09/2020 - 2.286,44 - 03332646-7 - ICMS - GIA 10/2020 - 2.431,28 - 03332647-5 - ICMS - GIA 11/2020 - 1.241,49 - **G MOVEIS ESPECIAIS LTDA - 90206065-06 -** 03331786-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.759,99 - **G ZERO USINAGEM CNC LTDA ME - 90591336-05 -** 03332798-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 22.149,20 - **G&J COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - 90732025-12 -** 03333424-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.612,24 - **G. MININI VILLAR - 90849039-89 -** 03334000-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.275,48 - **G.CHIEZA DECORACOES EIRELI - 15669661/0001-81 -** 12771935-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00317043196/2020 - 180,11 - **G.E S TRANSPORTADORA LTDA - ME - 90601917-59 -** 03332835-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 521,72 - **G.H TIRONI - COMERCIO DE BORRACHAS EIRELI ME - 90751278-95 -** 03333548-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.242,52 - **G10 FRANCHISING S.A - 90822626-76 -** 03333895-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 2,32 - 03333896-1 - ICMS - GIA 02/2020 - 20,72 - 03333897-0 - ICMS - GIA 04/2020 - 7,41 - 03333898-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 22,96 - **G2 MADEIREIRA EIRELI - 90702430-05 -** 03333277-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.626,07 - **G5 - EXPRESSO TRANSPORTE E LOGISTICA EIRELI - 90765284-00 -** 03333662-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 38.950,72 - **GABAZEITU COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - 90659253-35 -** 03333014-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 21.881,84 - **GABRIEL RODRIGUES MAIA - 096696139-06 -** 12772122-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00939698480/2020 - 209,51 - **GALDINOS CAFES DO BRASIL LTDA ME - 90560047-82 -** 03332693-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.694,26 - **GALERIA ISTANBUL LTDA - 90466237-27 -** 03332410-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 975,21 - **GALLERIST COMERCIO E IMPORTACAO DE CONFECCOES LTDA - 90740130-80 -** 03333476-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 69.279,74 - **GARBO S/A - 90792964-70 -** 03333775-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.360,57 - **GARBO S/A - 90823048-59 -** 03333901-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 12.915,20 - **GARBO S/A - 90500259-74 -** 03332506-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 22.251,88 - **GARJA INDUSTRIA METALURGICA - EIRELI - 90797640-83 -** 03333795-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 27.356,30 - **GAYESKI & MELO LTDA - 90350256-82 -** 03332065-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.860,97 - **GBR COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - ME - 90753853-20 -** 03333579-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.652,09 - **GEIGER INDUSTRIA E COMERCIO DE RADIADORES LTDA - 90724730-91 -** 03333388-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.456,06 - **GENILSON DE OLIVEIRA - 022993899-03 -** 03331170-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00081237 - 2.710,80 - **GENTIL DE SOUZA SIMOES - 809769999-00 -** 12771964-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00480710074/2020 - 158,18 - **GEO - TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS LTDA - 90847513-56 -** 03333993-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 53.918,12 - **GEOGROUP PARANAITA TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A. - 90852792-51 -** 03334011-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.186,94 - **GERALDO GRABOVSKI - ME - 90450506-42 -** 03332361-1 - ICMS - GIA 01/2020 - 134,28 - 03332362-0 - ICMS - GIA 02/2020 - 90,38 - 03332363-8 - ICMS - GIA 03/2020 - 32,02 - 03332364-6 - ICMS - GIA 04/2020 - 73,86 - 03332365-4 - ICMS - GIA 05/2020 - 75,02 - 03332366-2 - ICMS - GIA 06/2020 - 87,46 - 03332367-0 - ICMS - GIA 07/2020 - 103,16 - 03332368-9 - ICMS - GIA 08/2020 - 106,97 - 03332369-7 - ICMS - GIA 09/2020 - 71,86 - 03332370-0 - ICMS - GIA 10/2020 - 102,67 - 03332371-9 - ICMS - GIA 11/2020 - 105,16 - 03332372-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 58,40 - **GERMER PORCELANAS FINAS S/A - 10800407-05 -** 03331497-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 386.673,73 - **GERSON DOS SANTOS MARINHO - 589978222-68 -** 12772146-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01064331162/2020 - 217,88 - **GESIEL BARBOSA - 058116059-27 -** 12772207-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00778152669/2020 - 108,93 - **GG PEFUMARIA E COSMETICOS LTDA - ME - 90671513-96 -** 03333103-7 - ICMS - GIA 02/2020 - 1.537,87 - **GH CONSTRUTORA LTDA - ME - 90294941-07 -** 03331943-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 786,08 - **GHC INDUSTRIA DE ALIMENTOS - EIRELI - 90856918-02 -** 03334023-0 - ICMS - GIA 11/2020 -

1.455,52 - **GHM EQUIPAMENTOS LTDA - 90815007-43 -** 03333860-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.561,31 - **GIACOMINI EMBALAGENS PLASTICAS LTDA - 90341186-44 -** 03332057-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.748,36 - **GILBERTO CARLOS VIEIRA - 000408749-66 -** 12772240-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00839612028/2020 - 675,62 - **GILBERTO FUCHS & CIA LTDA - 90855058-71 -** 03334019-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.109,57 - **GILBERTO SAMPAIO - 047046009-12 -** 12772049-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00832923230/2020 - 58,11 - **GILMAR DAS DORES - 059349479-23 -** 12772161-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01183107746/2020 - 232,88 - **GILMAR HENRIQUE - 90563986-24 -** 03332704-8 - ICMS - GIA 01/2020 - 26,85 - 03332705-6 - ICMS - GIA 07/2020 - 96,99 - 03332706-4 - ICMS - GIA 09/2020 - 131,86 - **GILMAR INACIO MARIANO - 786311149-87 -** 12771889-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00173150063/2018 - 642,64 - 12771890-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00173150063/2019 - 585,12 - 12771891-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00173150063/2020 - 523,63 - **GILMAR JULINHAQUE - 034714299-05 -** 03331231-8 - ICMS - PAF 7203870-3 - 2.733,26 - **GILMARA THAIS BERNARDI COMERCIO DE CARVAO - 90781560-98 -** 03333722-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 34.505,18 - **GIORELLA IND E COM DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - 90142815-81 -** 03331689-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.251,06 - **GIRAFA COMERCIO ELETRONICO LTDA - 09909017-08 -** 03331392-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 96.833,58 - **GL SERVICE COMPRESSORES LTDA - 90442176-67 -** 03332326-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 55.872,00 - **GLACIR RUFATTO - ME - 90669881-10 -** 03333094-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.496,78 - **GLAMAR TRANSPORTES LTDA - 90228872-43 -** 03331824-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.624,59 - **GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA - 09905179-59 -** 03331310-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 66.067,77 - **GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA - 09905438-79 -** 03331315-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 144.378,95 - **GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA - 09908366-20 -** 03331375-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 71.690,16 - **GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA - 09908960-11 -** 03331390-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.533,39 - **GLOBOPACK EMBALAGENS LTDA - 90460904-86 -** 03332397-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 115.150,21 - **GLUCOL COMERCIO E TRANSPORTES LTDA - 90261462-13 -** 03331877-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.827,20 - **GLX IND. COM. IMPORTACAO DE CONFECCOES EIRELI - EPP - 90343283-71 -** 03332059-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 11,64 - **GMSR ALFA ARTEFATOS DE MADEIRA-EIRELI - 90735285-40 -** 03333443-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 73.312,29 - **GO COMERCIO DE ARTIGOS ELETRONICOS E ACESSORIOS LTDA - 09908900-80 -** 03331388-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 22.590,59 - **GODOY E MOCELIN COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90346189-65 -** 03332063-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.505,36 - **GOFAST TRANSPORTES EIRELI ME - 90747796-78 -** 03333537-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.270,23 - **GOLD TRANSPORTE DE CARGA LTDA - 90837457-60 -** 03333955-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.837,92 - **GOMES & SANCHES LTDA - 90106249-80 -** 03331661-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 908,47 - **GOMES COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI - 90793620-15 -** 03333781-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 86.104,87 - **GR COMERCIO DE VIDROS LTDA - 90587092-01 -** 03332759-5 - ICMS - GIA 01/2020 - 246,19 - **GR LOPES SUPERMERCADO - EIRELI - 90620210-79 -** 03332874-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 15.229,03 - **GRACIOSA TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME - 90418033-52 -** 03332243-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.416,37 - **GRAFICA BOAVENTURA - EIRELI - EPP - 70112069-85 -** 03331625-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.607,85 - **GRAFICA TRES IRMAOS LTDA - 90460476-37 -** 03332395-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.708,91 - **GRANELES BRASIL COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA AGR - 90763746-83 -** 03333645-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 72.978,52 - **GRANOSUL ALIMENTOS LTDA - 90416089-08 -** 03332240-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.385,54 - **GRASIELI DE JESUS P DE LIMA - ME - 90673312-97 -** 03333120-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.652,07 - **GRATZIA - COMERCIO DE PECAS PARA INDUSTRIAS LTDA - 90306633-46 -** 03331972-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 15.749,97 - **GREEN CARGO TRANSPORTES LTDA - 90554171-45 -** 03332676-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 702,54 - **GREYPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PLASTICOS EI - 90799813-43 -** 03333799-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 29.396,08 - **GROSSO LOURENCO & CIA LTDA - 71100096-87 -** 03331635-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.271,13 - **GRS - COMERCIO DE ESTRUTURAS PARA ARMAZENAGEM EIRELI - 90331250-51 -** 03332035-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 93.753,58 - **GRUPO GENNIUS BRASIL PRODUCAO E COMERCIALIZACAO DE ALIM - 90873453-08 -** 03334066-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.318,83 - **GS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - 90756048-12 -** 03333592-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 18.258,06 - **GSM CONFECCOES EIRELI - 90797368-96 -** 03333793-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 35.137,95 - **GUARA EXTINTORES LTDA - 90447212-33 -** 03334176-8 - ICMS - PAF 6635081-9 - 2.171,18 - **GUGA GAS LTDA - 90635789-56 -** 03332921-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 40,94 - **GUILHERME AUGUSTO NOGUEIRA & CIA LTDA - ME - 90593447-38 -** 03332803-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.649,66 - **GUNTHER KRIECK JUNIOR - 028979909-02 -** 12772091-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00885862481/2020 - 475,74 - **GUSTAVO FERNANDES RODRIGUES - SERRARIA - 90844437-08 -** 03333982-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 31.447,13 - **GUSTAVO HENRIQUE DE CEZARO - 091655779-06 -** 12772032-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00794664210/2020 - 85,99 - 12772163-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00794664210/2019 - 92,46 - **GUSTAVO RAFAEL FAVERO - 075284199-82 -** 12771901-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00215400810/2020 - 2.009,67 - **H E M TEXTIL LTDA - 90738254-04 -** 03333455-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 19.377,66 - **H. R. BARAUSSE - ME - 90770690-78 -** 03333680-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 557,87 - **H.C. SANTOS PRODUTOS DE LIMPEZA - ME - 90720363-84 -** 03333366-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.386,87 - **HAACK JOALHEIROS LTDA - 90485341-01 -** 03332460-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 736,50 - **HANDBOOK STORE CONFECCOES LTDA - 90696287-00 -** 03333223-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 26.141,78 - **HANDBOOK STORE CONFECCOES LTDA - 90814239-00 -** 03333859-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 33.844,50 - **HANDBOOK STORE CONFECCOES LTDA - 90616013-73 -** 03332864-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.184,68 - **HASTEMA PECAS E SERVICOS LTDA - 90731736-60 -** 03333421-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.997,90 - **HBA SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA - 90462124-25 -** 03332400-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.086,73 - **HECTOR AFONSO GARCIA BAIL - ME - 90714410-05 -** 03333334-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 925,38 - **HEDERA INDUSTRIA DE COSMETICOS EIRELI - EPP - 09903726-16 -** 03331289-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 1,51 - **HELIO DA PAZ LEMES - 004352939-90 -** 12772167-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00910783209/2019 - 808,84 - 12772168-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00910783209/2020 - 736,28 - **HELIO PEREIRA ANANIAS - 350325969-49 -** 12681471-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00951567730/2019 - 519,54 - **HELIOS COLETIVOS E CARGAS LTDA - 41010877-14 -** 03331572-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 46.737,03 - **HENDGES COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90530725-82 -** 03332618-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 24.798,56 - **HENDGES COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90818308-83 -** 03333876-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.218,89 - **HENDRIKA WILHELMINA SNOEIJER - RESTAURANTE - 11600056-33 -** 03331504-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.172,26 - **HENNIPMAN MAQUINAS PARA CONSTRUCAOO CIVIL E AGRICULTURA - 90602088-21 -** 03332836-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 44.051,29 - **HERCILIO SEBASTIAO PEREIRA - 90544814-51 -** 03332656-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 824,03 - **HEXA INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - 90271910-50 -** 03331898-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 29.758,31 - **HI - TOP COMERCIO DE ACESSORIOS EIRELI - ME - 90335528-04 -** 03332048-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.694,01 - **HIDRONIL EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTDA - EPP - 90405055-52 -** 03332203-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.454,56 - **HOMEM.COM VESTUARIO EIRELI - 90695674-84 -** 03333219-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 18,70 - **HOOLIGANS BAR E RESTAURANTE LTDA - 90475389-01 -** 03332428-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 467,55 - **HORST COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - 90801682-30 -** 03333807-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 320,86 - 03333808-2 - ICMS - GIA 02/2020 - 254,71 - **HORTASUL SEMENTES LTDA - ME - 90625325-96 -** 03332891-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.474,66 - **HORTIGRANJEIRA AGUAS CLARAS LTDA - 10153663-77 -** 03331436-1 - ICMS - GIA 01/2020 - 1,52 - **HOSPIMETAL INDUSTRIA METALURGICA DE EQUIPAMENTOS HOSPIT - 09906891-48 -** 03331340-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 20.723,00 - **HP TRANSPORTE E LOGISTICA - EIRELI - ME - 90683202-05 -** 03333152-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.731,93 - **HUGO POLITO - 049777839-48 -** 12772037-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00808040740/2020 - 171,07 - **HUGO SILVESTRIN FILHO - 032957859-61 -** 03331159-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00103330 - 3.768,09 - 03331165-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00103329 - 15.825,99 - **HURRICANE INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA - EPP - 90492192-00 -** 03332478-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 75.846,62 - **HV TRANSPORTES LTDA.-ME - 90650805-21 -** 03332990-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.811,73 - **I A RIOS CONFECCOES ME - 90206684-55 -** 03331787-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 505,91 - **I K BELCHIOR TRANSPORTES - ME - 90697971-37 -** 03331232-6 - ICMS - GIA 01/2020 - 1.943,25 - 03331233-4 - ICMS - GIA 03/2020 - 2.227,84 - 03331234-2 - ICMS - GIA 04/2020 - 1.028,40 - 03331235-0 - ICMS - GIA 05/2020 - 1.437,64 - 03333249-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 12.503,40 - **I M EL SAYED & FILHOS LTDA - 60123062-35 -** 03331596-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.033,13 - **I. R. DE OLIVEIRA - CONFECCOES EIRELI - 90412037-54 -** 03332231-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.427,21 - **I. T DA COSTA PRETO - 90791135-70 -** 03333758-2 - ICMS - GIA 11/2020 - 238,27 - 03333759-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.462,35 - **I9TMG PROJETOS INDUSTRIAIS EIRELI - 90519109-80 -** 03332566-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 26.854,53 - **IBEMIL INDUSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE MINERAIS INDUSTRI - 90568300-46 -** 03332714-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 21.251,33 - **IBIRAMA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - 10193794-14 -** 03331477-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.255,91 - **ICARAI TURISMO TAXI AEREO LTDA - 10702717-33 -** 03331495-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 38.366,39 - **ICE BOX DO BRASIL EIRELI ME - 90706561-80 -** 03333302-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 113.638,34 - **ICEMAD - COMERCIO DE EMBALAGENS DE MADEIRAS LTDA - 90366699-40 -** 03332091-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.734,91 - **ICOMAP PARANAENSE - INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS - - 90178141-90 -** 03331752-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 42.217,29 - **IDEAL BRASIL COLETAS LTDA ME - 90772723-88 -** 03333690-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.655,69 - **IDENILSO BAZIUK & CIA LTDA - 90548903-86 -** 03332667-0 - ICMS - GIA 10/2020 - 9.056,21 - **IDERIVAL ROBERTO DA SILVA - 841664289-34 -** 12772279-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00196246814/2017 - 181,40 - 12772280-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00196246814/2018 - 163,79 - 12772281-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00196246814/2019 - 148,47 - 12772282-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00196246814/2020 - 138,88 - **IDF TRANSPORTES EIRELI - 90547061-27 -** 03332662-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.547,53 - **IGUACU CELULOSE PAPEL S/A - 10500500-80 -** 03331485-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 880.120,58 - **IKO PECAS E COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA - 90833318-76 -** 03333931-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 43.293,86 - **IKO PECAS E COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA - 90832905-84 -** 03333930-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.960,21 - **ILINEU MULLER DA ROCHA TRANSPORTES - 90652547-08 -** 03332993-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 714,32 - **ILMAR ANTONIO DALLAMARIA MODO TRANSPORTES - 90763739-54 -** 03333644-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.563,06 - **ILMARIO GRANJA LESSA - 580662689-04 -** 12771988-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00732535590/2020 - 275,42 - **ILUMI ARTE ARTIGOS DE ILUMINACAO LTDA - 90250805-88 -** 03331862-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 72,91 - **IMBECOR PRODUTOS DE BELEZA LTDA. - 09906944-94 -** 03331341-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.845,55 - **IMPACTO PRIME CASCAVEL COMERCIO E SERVICOS AUTOMOTIVOS - 90792569-24 -** 03333774-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 181,07 - **IMPACTTO PAVER INDUSTRIA E COMERCIO DE**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PISOS LTDA - 90391917-57 - 03332176-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.859,72 - **IMPORCATE CURITIBA COM DE PECAS PARA TRATORES LTDA - 90465404-30 -** 03332408-1 - ICMS - GIA 01/2020 - 94,20 - **IMPRIME INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO ADESIVOS LTDA - 10159590-09 -** 03331443-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 33.116,33 - **INBRAELL INDUSTRIA BRASILEIRA DE ELETROCALHAS EIRELI - 90589928-76 -** 03332777-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 15.331,71 - **INCAPACK INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS EIRELI - 10181374-68 -** 03331469-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 122.945,56 - **IND DE ALIMENTOS RAINHA DAS AGUAS IARA LTDA - 63605836-09 -** 03331613-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.052,12 - **IND E COM DE RACAO N1 LTDA - 90706152-39 -** 03334096-6 - ICMS - PAF 6635032-0 - 2.165,89 - **INDUMEX-INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS PARA EXPORTACA - 90280309-21 -** 03331916-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.503,33 - **INDUSCRIL IND E COM DE TINTAS E REVESTIMENTOS LTDA - 90211682-60 -** 03331796-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 74.715,89 - **INDUSCRIL IND E COM DE TINTAS E REVESTIMENTOS LTDA - 90411932-60 -** 03332229-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.060,10 - **INDUSPEL EMBALAGENS E ARTEFATOS DE PAPEL LTDA - 90355843-12 -** 03332075-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 252.765,73 - **INDUSTRIA DE ALIMENTOS APETITOSO LTDA - EPP - 90190739-01 -** 03331765-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 19.747,53 - **INDUSTRIA DE ALIMENTOS APETITOSO LTDA - EPP - 90661359-07 -** 03333023-5 - ICMS - GIA 11/2020 - 3.470,02 - **INDUSTRIA DE ALIMENTOS DANIELI EIRELI - 90764020-59 -** 03333646-2 - ICMS - GIA 11/2020 - 536,66 - **INDUSTRIA DE ALIMENTOS NEON - EIRELI - 90219431-23 -** 03331820-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 15.945,36 - 03334092-3 - ICMS - PAF 6635018-5 - 2.165,89 - 03334150-4 - ICMS - PAF 6634939-0 - 2.165,89 - 03334178-4 - ICMS - PAF 6635086-0 - 2.171,18 - **INDUSTRIA DE BISCOITOS GIUSTTI LTDA - 90398883-59 -** 03332179-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.026,10 - **INDUSTRIA DE CAL GULIN LTDA - 10200851-06 -** 03331482-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 31.087,36 - **INDUSTRIA DE CARROCERIAS NILDOSMAR LTDA - ME - 90752924-03 -** 03333565-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.843,94 - **INDUSTRIA DE COMPENSADOS BERTOLIN EIRELI - ME - 90575366-56 -** 03334185-7 - ICMS - PAF 6635146-7 - 2.171,18 - **INDUSTRIA DE ERVA MATE VIOLA DE OURO LTDA - EPP - 90364613-62 -** 03332084-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 31.007,79 - **INDUSTRIA DE MAQUINAS AGRICOLAS GOOLSTART LTDA - 90182425-80 -** 03331756-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.219,79 - **INDUSTRIA DE MASSAS SAO GABRIEL LTDA ME - 90313476-34 -** 03331997-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 27.799,25 - **INDUSTRIA DE MASSAS STEFANELO LTDA - 90431755-10 -** 03332296-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.060,12 - **INDUSTRIA DE POLTRONAS PARANA LTDA ME - 90212375-04 -** 03331798-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 36.594,86 - **INDUSTRIA DE PORTAS E COMPENSADOS PORMATEX LTDA - ME - 90615384-00 -** 03332862-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.299,54 - **INDUSTRIA DE TINTAS E REVESTIMENTOS REALCOR EIRELI - 90458406-19 -** 03332392-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.024,33 - **INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS PERIN LTDA ME - 09904798-44 -** 03331297-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 483,27 - **INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LUMA LTDA - 90251763-48 -** 03331864-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.709,84 - **INDUSTRIA E COMERCIO DE GRANILHAS NOVA GERACAO LTDA - 90275951-43 -** 03331905-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 29.619,90 - **INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS NICOLINI LTDA - 90445420-61 -** 03332337-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.483,76 - **INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADO ARAPONGAS LTDA - 62803394-30 -** 03331610-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 21.739,88 - **INDUSTRIA METALURGICA AMBIENTAL DO PARANA LTDA - 90144714-45 -** 03331692-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.663,54 - **INDUSTRIA METALURGICA DELCA LTDA - 90404697-34 -** 03332202-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 24.415,84 - **INDUSTRIA PARANAENSE DE BEBIDAS EIRELI - ME - 90503902-49 -** 03332519-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.139,49 - **INDUSTRIA QUIMICA REHNOLT LTDA - 90797631-92 -** 03333794-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.997,44 - **INDUSTRIAL DE MAQUINAS MEDEIROS LTDA - 90688031-84 -** 03333167-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.961,96 - **INEDITA PECAS METALURGICAS LTDA - 13701357-69 -** 03331510-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 43.055,18 - **INFRACOMERCE NEGOCIOS E SOLUCOES EM INTERNET LTDA - 09908446-40 -** 03331378-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 119.066,23 - **INGA LASER CORTE E DOBRA DE CHAPAS LTDA - 90825811-86 -** 03333913-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.435,80 - **INGA PAR COMERCIO DE PECAS - EIRELI - ME - 90692520-68 -** 03333201-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.796,91 - **INJETA TELHAS MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA - 90755023-00 -** 03333583-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.516,54 - **INOVACASAS CONSTRUCAO E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTR - 90440787-99 -** 03332325-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.040,82 - **INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - 09905974-56 -** 03331322-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 76.990,45 - **INOXBRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - 90391760-14 -** 03332175-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.175,26 - **INSIGHT ENERGIA SERVICOS ELETROMECANICOS LTDA - ME - 90698627-29 -** 03333256-4 - ICMS - GIA 09/2020 - 1.126,92 - 03333257-2 - ICMS - GIA 11/2020 - 3.795,82 - 03333258-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.070,64 - **INTEC METAL INDUSTRIA TECNICA METALURGICA LTDA - 20115685-83 -** 03331519-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.042,58 - **INTER TRANSPORTES EIRELI - 90821242-81 -** 03333888-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.442,80 - **INTERNATIONAL SEALS TECNOLOGIA EM VEDACOES LTDA - 90321629-80 -** 03332022-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.881,26 - **INVESTIMOVEIS EMPREENDIMENTOS S/A - 90732870-89 -** 03333427-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.126,60 - **IRENE SLOMPO FERREIRA - 943846149-34 -** 03331214-8 - ITCMD - DIT - DOACAO 2018000308203/01 - 75.369,47 - **IRINEU DIAS MORAIS - 672164989-68 -** 12772104-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00928434036/2020 - 455,27 - **IRINEU HEKAVEY & CIA LTDA - 21400987-04 -** 03334112-1 - ICMS - PAF 6635293-5 - 2.171,18 - **IRMAOS CHAHINE LTDA - 90118206-00 -** 03331668-2 - ICMS - GIA 01/2020 - 365,38 - 03331669-0 - ICMS - GIA 02/2020 - 186,57 - **IRMAOS DONAUER COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - 90266473-44 -** 03331885-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.392,24 - **IRMAOS ITIMURA PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - 90343770-70 -** 03332060-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 25.056,16 - **IRMAOS KUWATANI LTDA -ME - 90665895-09 -** 03333036-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.216,58 - **IRMAOS OLDONI LTDA EPP - 90613424-16 -** 03332852-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.848,31 - **IRMAOS REIS TRANSPORTES LTDA ME - 90707641-53 -** 03333306-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 667,04 - **IRMAOS SOLDERA LTDA - 50300565-41 -** 03331580-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 19.900,44 - **IRMAOS SOLDERA LTDA - 90419926-51 -** 03332250-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.312,67 - **IRS RESTAURANTE E BUFE EIRELI - ME - 90798701-93 -** 03333798-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 739,29 - **ISAQUEU DOMINGOS DA SILVA - 800210169-33 -** 12771971-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00507230930/2020 - 1.032,37 - **ISDRALIT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - GRUPO ISDRA - 90591440-54 -** 03332799-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 997.115,30 - **ISRAEL ALVES BATISTA - 099333649-36 -** 12772261-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00915121786/2017 - 90,62 - 12772262-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00915121786/2018 - 82,31 - 12772263-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00915121786/2019 - 76,27 - 12772264-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00915121786/2020 - 67,41 - **ISRAEL PADILHA CALDAS - 079792229-62 -** 12771926-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00280116993/2014 - 196,41 - 12771927-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00280116993/2020 - 138,88 - **ISSA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP - 90226326-87 -** 03331823-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.634,24 - **ITAFOZ MARMORARIA LTDA - 90236813-20 -** 03331841-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.851,95 - **ITALIAN ALUMINIUM EIRELI - 90739734-38 -** 03333473-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 323,61 - **ITALO DE PAULA SOARES - 051356736-44 -** 12518192-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00798458798/2019 - 218,05 - **ITESAPAR FUNDICAO LTDA - 90621463-60 -** 03332876-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 202.505,59 - **IVAN LUIZ BOSCARDIN FRANCO - 017102479-67 -** 03334087-7 - ICMS - PAF 6634285-9 - 4.362,43 - **IVO VICARI COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - 90498243-16 -** 03332500-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.202,78 - **IVO VICARI COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - 90846913-53 -** 03331223-7 - ICMS - GIA 09/2020 - 4.027,23 - 03331224-5 - ICMS - GIA 10/2020 - 951,62 - 03333992-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 24.253,86 - **IYOUSHE COSMETICOS LTDA - ME - 90753840-06 -** 03333570-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 6,14 - 03333571-7 - ICMS - GIA 02/2020 - 3,79 - 03333572-5 - ICMS - GIA 03/2020 - 10,56 - 03333573-3 - ICMS - GIA 05/2020 - 8,66 - 03333574-1 - ICMS - GIA 08/2020 - 14,97 - 03333575-0 - ICMS - GIA 09/2020 - 12,61 - 03333576-8 - ICMS - GIA 10/2020 - 12,88 - 03333577-6 - ICMS - GIA 11/2020 - 2,15 - 03333578-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 6,49 - **IZAAC COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - 90446641-75 -** 03332341-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 42,06 - **J A BARRETO - MATERIAIS HIDRAULICOS - 90475500-14 -** 03332429-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.621,50 - **J A GUIMARAES COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - 90802045-63 -** 03334151-2 - ICMS - PAF 6634940-3 - 2.169,31 - 03334159-8 - ICMS - PAF 6635013-4 - 2.169,31 - **J A PEREIRA DECORACOES - 90429572-80 -** 03332289-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 873,56 - **J ARAUJO & CIA LTDA - 10171890-57 -** 03331457-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 87.897,06 - 03331458-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 39.081,62 - **J C AFONSO - 90511243-05 -** 03332535-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.028,49 - **J C DE OLIVEIRA CONSTRUTORA - 90829168-97 -** 03334192-0 - ICMS - PAF 6635336-2 - 2.171,18 - **J C ODENIQUE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA - 90583341-35 -** 03332749-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.312,53 - **J D ABAGE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - 10142531-29 -** 03331428-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 16.166,00 - **J G F TRANSPORTES LTDA - 90531130-17 -** 03332620-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 816,72 - **J GRILLO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS EIRELI - 90446575-51 -** 03332340-9 - ICMS - GIA 11/2020 - 6.350,85 - **J L LAGUNA TRANSPORTES LTDA EPP - 90690279-60 -** 03333180-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.466,69 - **J M DE JESUS - MARMORARIA - 90535714-06 -** 03332633-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 16.288,40 - **J R C TRANSPORTES DE CARGAS - EIRELI - 90325455-61 -** 03332026-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 16.478,77 - **J T DE FREITAS PADILHA - 90497874-45 -** 03332497-9 - ICMS - GIA 11/2020 - 317,76 - 03332498-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 467,42 - **J. C. S. SONHO MEU CONFECCOES - EIRELI - 90168061-26 -** 03331719-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 26.514,88 - **J. CARDOZO FILHO ALIMENTOS EIRELI - 90786941-54 -** 03333746-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 98.558,64 - **J. DE M. PEREIRA JUNIOR - CONSULTORIA VETERINARIA - ME - 90674838-01 -** 03333125-8 - ICMS - GIA 09/2020 - 271,56 - 03333126-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.993,21 - **J. L. OLIVEIRA SABIAO - AR CONDICIONADO - 90783803-03 -** 03333728-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.575,21 - **J. N. TOSTI PORTAS DE MADEIRA EIRELI - EPP - 90410599-63 -** 03332227-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.156,91 - **J. PAULO PEREIRA DO NASCIMENTO - MOVEIS - 90767224-79 -** 03333665-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.065.986,35 - **J. RICARDO DE LIMA GESSO - ME - 90799588-72 -** 03334079-6 - ICMS - PAF 6635334-6 - 2.171,18 - **J.B. RODRIGUES JUNIOR & CIA LTDA - 90169178-90 -** 03331723-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.201,52 - **JACK VARTANIAN - EIRELI - 90686120-87 -** 03333159-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 68.232,88 - **JACKSON FRANCISCO FLORES - 038929319-92 -** 12430070-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00733740499/2019 - 68,16 - **JACOMELI & CARMINATI LTDA - 90325648-68 -** 03332030-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 869,90 - **JADORI SEMIJOIAS E CONFECCOES LTDA. - ME - 90628536-35 -** 03332901-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 12.725,52 - **JAEZ TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGA LTDA - 90810702-00 -** 03333839-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 25.103,99 - **JAF SILVA FILTROS E BEBEDOUROS - 90612619-20 -** 03332850-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.378,45 - **JAIR DA SILVA - 401456389-87 -** 12772100-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00920654754/2020 - 112,29 - **JAIR DOS SANTOS SAMPAIO - 061708779-28 -** 12771965-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00494172827/2020 - 207,15 - **JAIR VIEIRA DE MELO - 523553739-49 -**

12772252-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00861927842/2020 - 483,02 - **JAMESON SWAROVSKI - 741224449-34 -** 12772054-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00837046343/2014 - 110,38 - **JANDEL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSERVAS LTDA - ME - 90266797-00 -** 03331887-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 22.444,90 – **JANICE TABORDA PONTES – 038266209-17 -** 03334072-9 - ICMS - PAF 6633701-4 - 154.908,63 - **JANICE TABORDA PONTES COMERCIO DE MADEIRAS - EIRELI - 90790627-20 -** 03334072-9 - ICMS - PAF 6633701-4 - 154.908,63 - **JARBE LOGISTICA EIRELI - 90696513-53 -** 03333224-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 210.627,76 - **JEAN MICHEL CECCON STAMM - 054762259-78 -** 12772134-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00973559845/2020 - 126,38 - **JEFERSON DE OLIVEIRA BARBOZA - 093711429-44 -** 12772073-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00848988620/2019 - 106,03 - 12772074-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00848988620/2020 - 98,64 - **JEFERSON JOSE RIBAS DE SOUZA - 536764329-91 -** 12772030-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00793894883/2020 - 424,01 - **JEFERSON MENGER JUNIOR - 114281289-80 -** 12772000-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00760185980/2020 - 624,93 - **JEFFERSON RIBEIRO SOBRAL - 90834704-85 -** 03333935-6 - ICMS - GIA 01/2020 - 80,56 - **JEFFERSON RODRIGUES FERNANDES - 079386829-77 -** 12772026-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00793021162/2014 - 497,06 - 12772027-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00793021162/2020 - 333,92 - **JESSICA FERNANDA DE LIMA - ME - 90674170-94 -** 03333121-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 35.370,08 - **JET VENDAS DE BEBIDAS E PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - 90717837-47 -** 03333343-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.873,02 - **JFS LOGISTICA E TRANSPORTES EIRELI - EIRELI - 90672310-71 -** 03333107-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 7.275,53 - **JHL TRANSPORTES LTDA ME - 90668698-89 -** 03333079-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.009,69 - **JHONATAN ANDRADE VIEIRA - 083798229-43 -** 12772192-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00738767344/2014 - 447,66 - 12772193-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00738767344/2020 - 337,80 - **JHONATAN DE SOUZA MOREIRA - 013195619-18 -** 12772186-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00455159092/2020 - 978,60 - **JI CURITIBA BAR E RESTAURANTE LTDA - 90780243-45 -** 03333716-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.773,34 - **JINGLES MODA ANIMAL LTDA - 90751505-28 -** 03331225-3 - ICMS - GIA 09/2020 - 12.689,00 - 03331226-1 - ICMS - GIA 10/2020 - 8.781,08 - 03333549-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.437,38 - **JJF SCANDIAN PISOS LTDA - 90611858-09 -** 03332848-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.458,43 - **JLA AMBIENTAL EIRELI - 90775170-89 -** 03333698-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.629,50 - **JMF GESTAO EMPRESARIAL EIRELI - 90815017-15 -** 03333861-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 163,76 - **JMR EMPORIO DOS COMPONENTES PARA ESQUADRIAS LTDA - 90609263-84 -** 03332844-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 238,13 - 03332845-1 - ICMS - GIA 02/2020 - 95,96 - **JOAO CARLOS CATANI - 508445719-20 -** 03331123-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00067915 - 865,20 - 03331158-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00067916 - 865,20 - **JOAO DONATO SCHERVINSKI PEREIRA - 007823739-41 -** 03331121-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00117329 - 4.765,06 - 03331157-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00117328 - 3.403,61 - **JOAO FELIPE DA SILVA CATO - 069932939-60 -** 12772098-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00905182812/2020 - 457,89 - **JOAO FRANCISCO DE SOUSA RAPOSO JR - 90406431-90 -** 03332205-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 12,43 - 03332206-2 - ICMS - GIA 02/2020 - 12,39 - 03332207-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 12,34 - 03332208-9 - ICMS - GIA 04/2020 - 12,32 - 03332209-7 - ICMS - GIA 05/2020 - 12,28 - 03332210-0 - ICMS - GIA 06/2020 - 12,26 - 03332211-9 - ICMS - GIA 07/2020 - 12,24 - 03332212-7 - ICMS - GIA 08/2020 - 12,22 - 03332213-5 - ICMS - GIA 09/2020 - 12,20 - 03332214-3 - ICMS - GIA 10/2020 - 12,18 - 03332215-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 12,16 - 03332216-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 12,14 - **JOAO LESZIKOVSKI - 881766149-04 -** 03334128-8 - ICMS - PAF 6634643-9 - 1.401,32 - **JOAO LUIZ ZINI - 779891129-49 -** 03331145-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00061833 - 1.039,04 - **JOAO M PAULINO DE OLIVEIRA CONFECCOES - 90588440-95 -** 03332762-5 - ICMS - GIA 09/2020 - 388,17 - 03332763-3 - ICMS - GIA 10/2020 - 296,30 - 03332764-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 333,13 - 03332765-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 782,40 - **JOAO MARCOS HORSZYN - 90722118-01 -** 03334170-9 - ICMS - PAF 6635022-3 - 2.165,89 - **JOAO MARTINS DE MATTOS - 779762909-91 -** 12772131-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00964238268/2020 - 505,00 - **JOAO RIBEIRO - 084006679-13 -** 12771942-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00338353372/2014 - 216,90 - 12771943-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00338353372/2020 - 174,24 - **JOARES DA SILVA - METALURGICA - 90586231-61 -** 03332756-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.931,82 - **JOBE - COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - 90488858-34 -** 03332468-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.880,71 - **JOBSON MAGNUS COSTA DA SILVA - 090928569-16 -** 12772059-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00839822111/2020 - 474,37 - **JOENILSON DE LIMA - 024556029-74 -** 12772108-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00923339191/2020 - 153,34 - **JOICE TAINARA LEITE - 097986009-16 -** 12772093-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00893103853/2020 - 126,15 - **JOINT-BILL REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - 10000465-89 -** 03331398-5 - ICMS - GIA 04/2020 - 1.271,02 - 03331399-3 - ICMS - GIA 09/2020 - 1.540,40 - 03331400-0 - ICMS - GIA 10/2020 - 805,01 - 03331401-9 - ICMS - GIA 11/2020 - 6.737,68 - 03331402-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 58.375,21 - **JOMARCA REVESTIMENTOS DE MADEIRAS LTDA ME - 90725908-02 -** 03334082-6 - ICMS - PAF 6635326-5 - 2.171,18 - **JONATA DALLA COSTA - 087066499-98 -** 12771902-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00233555382/2020 - 1.604,51 - **JONATHAN AUGUSTO SCHEUER - 055043269-82 -** 12396073-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00589019376/2019 - 627,69 - **JONATHAN ESTIVEN ALZATE RIVERA - 705090071-04 -** 12771925-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00279782861/2020 - 139,48 - **JORGE KAWANISHI - 588134709-91 -** 03331238-5 - ICMS - PAF 6629512-5 - 810.302,99 - **JORVECI MACHADO - 832027499-00 -** 12772256-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00881189170/2020 - 457,43 - **JOSE ADRIANO DA COSTA - 869196019-15 -** 12771949-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00353569801/2014 - 261,21 - 12771950-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00353569801/2020 - 208,46 - **JOSE ANTONIO DA SILVA - 027097419-97 -** 12772055-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00837623596/2019 - 106,03 - 12772056-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00837623596/2020 - 98,64 - **JOSE CARLOS FALATE - ACESSORIOS - 90439387-86 -** 03332321-2 - ICMS - GIA 01/2020 - 58,93 - 03332322-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 65,24 - 03332323-9 - ICMS - GIA 05/2020 - 59,01 - **JOSE ELIAS LOPES ME - 90660080-34 -** 03333017-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.531,01 - **JOSE FELINTRO DE LIMA - 321565889-53 -** 03331174-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00072773 - 655,50 - **JOSE FRANCISCO BERNAL MARTINS - 90744114-84 -** 03333499-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.222,64 - **JOSE FRANCISCO SOUZA JACUBOVSKI - 805371469-20 -** 03331129-0 - IAP - AUTO INFRACAO 90008344 - 28.674,55 - 03331177-0 - IAP - AUTO INFRACAO 90008345 - 65.618,04 - **JOSE GONCALVES SANTANA - 795953409-87 -** 12740250-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01103847926/2019 - 125,04 - **JOSE LUIS DE OLIVEIRA - 050248159-55 -** 12771963-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00459277200/2020 - 158,18 - **JOSE MANOEL DE LIMA - 508541869-72 -** 12772051-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00836583868/2020 - 128,84 - **JOSE MARIA ALVES DE SOUSA - 025057198-61 -** 03331131-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00110869 - 1.826,40 - **JOSE MARIA JARDIM - 640318459-87 -** 12772155-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01164963705/2020 - 349,86 - **JOSE SIDENEI PLODOWSKI - ME - 21400995-14 -** 03334101-6 - ICMS - PAF 6635138-6 - 2.171,18 - **JOSE VALDECI BRAMBILLA - 90427879-38 -** 03332277-1 - ICMS - GIA 01/2020 - 374,84 - 03332278-0 - ICMS - GIA 02/2020 - 314,85 - 03332279-8 - ICMS - GIA 04/2020 - 63,62 - 03332280-1 - ICMS - GIA 05/2020 - 16,86 - 03332281-0 - ICMS - GIA 06/2020 - 6,33 - 03332282-8 - ICMS - GIA 07/2020 - 21,62 - 03332283-6 - ICMS - GIA 08/2020 - 28,45 - 03332284-4 - ICMS - GIA 09/2020 - 49,63 - 03332285-2 - ICMS - GIA 10/2020 - 44,33 - 03332286-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2,61 - **JOSE VERENKA - EIRELI - 90800702-65 -** 03333802-3 - ICMS - GIA 11/2020 - 81,01 - 03333803-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.362,68 - **JOSELIA S DA CRUZ DE ARAUJO TRANSPORTE E TURISMO EIRELI - 90435536-47 -** 03332304-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 616,90 - **JOSIANE DE OLIVEIRA SEREJO - 043118739-80 -** 12682462-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00952626233/2019 - 749,81 - **JOSIANE MIGUEL DE OLIVEIRA - 911045309-10 -** 03331193-1 - ITCMD - DIT - USUFRUTO.EX 2019000349900/06 - 485,47 - **JOVEMOL INDUSTRIA DE CARROCERIAS METALICAS LTDA - 90139830-51 -** 03331686-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 12.906,66 - **JP VIDRACARIA E ESQUADRIAS DE ALUMINIO EIRELI - 90776904-65 -** 03333706-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.602,64 - **JR E FA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - 90234023-83 -** 03331836-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 258,23 - 03331837-5 - ICMS - GIA 02/2020 - 110,08 - **JS COMERCIO DE TECIDOS EIRELI - 90797969-53 -** 03333797-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 134,57 - **JSC TRANSPORTES EIRELI - 90864373-90 -** 03334050-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 54.462,21 - **JSM INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MANUFATURADOS - EI - 90250914-31 -** 03331863-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 277.540,97 - **JULIANA C ROGERIO COMERCIO DE PEIXES ME - 90743645-40 -** 03333498-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.693,91 - **JULIANA DEQUECH EMPINOTTI - 90310148-21 -** 03331981-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 2.176,22 - 03331982-7 - ICMS - GIA 02/2020 - 2.181,88 - 03331983-5 - ICMS - GIA 03/2020 - 1.789,00 - 03331984-3 - ICMS - GIA 04/2020 - 1.652,22 - 03331985-1 - ICMS - GIA 05/2020 - 3.351,86 - 03331986-0 - ICMS - GIA 06/2020 - 2.490,23 - 03331987-8 - ICMS - GIA 07/2020 - 1.820,20 - 03331988-6 - ICMS - GIA 08/2020 - 2.742,78 - 03331989-4 - ICMS - GIA 09/2020 - 560,10 - 03331990-8 - ICMS - GIA 10/2020 - 816,66 - **JULIANA DEQUECH EMPINOTTI - 90318814-60 -** 03332008-6 - ICMS - GIA 01/2020 - 1.251,39 - 03332009-4 - ICMS - GIA 02/2020 - 4.229,71 - 03332010-8 - ICMS - GIA 03/2020 - 2.839,11 - 03332011-6 - ICMS - GIA 04/2020 - 645,59 - 03332012-4 - ICMS - GIA 05/2020 - 4.288,63 - 03332013-2 - ICMS - GIA 06/2020 - 2.492,02 - 03332014-0 - ICMS - GIA 07/2020 - 1.304,77 - 03332015-9 - ICMS - GIA 08/2020 - 3.868,46 - 03332016-7 - ICMS - GIA 09/2020 - 946,16 - 03332017-5 - ICMS - GIA 10/2020 - 1.285,67 - **JULIANA DEQUECH EMPINOTTI - 90747544-11 -** 03333525-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 1.468,32 - 03333526-1 - ICMS - GIA 02/2020 - 1.463,40 - 03333527-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 945,53 - 03333528-8 - ICMS - GIA 04/2020 - 121,79 - 03333529-6 - ICMS - GIA 05/2020 - 573,04 - 03333530-0 - ICMS - GIA 06/2020 - 538,09 - 03333531-8 - ICMS - GIA 07/2020 - 346,22 - 03333532-6 - ICMS - GIA 08/2020 - 1.041,32 - 03333533-4 - ICMS - GIA 09/2020 - 492,37 - 03333534-2 - ICMS - GIA 10/2020 - 524,42 - **JULIANA JOSEFA TEODORO - 068714259-85 -** 12772112-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00934260087/2014 - 160,11 - 12772113-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00934260087/2020 - 112,29 - **JULIANE RUSSO ANDRADE - 824552016-00 -** 12772174-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00122461428/2020 - 121,42 - **JULIANO OTAVIO TRAIN - LOJA DIPLOMATA - 90218382-57 -** 03331818-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.263,97 - **JULIO CESAR EMPINOTTI - 90217975-50 -** 03331807-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 1.491,65 - 03331808-1 - ICMS - GIA 02/2020 - 1.766,01 - 03331809-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 1.175,50 - 03331810-3 - ICMS - GIA 04/2020 - 1.411,25 - 03331811-1 - ICMS - GIA 05/2020 - 2.890,77 - 03331812-0 - ICMS - GIA 06/2020 - 1.929,24 - 03331813-8 - ICMS - GIA 07/2020 - 1.318,78 - 03331814-6 - ICMS - GIA 08/2020 - 2.531,21 - 03331815-4 - ICMS - GIA 09/2020 - 1.528,50 - 03331816-2 - ICMS - GIA 10/2020 - 605,29 - **JULIO CESAR EMPINOTTI - 90447476-23 -** 03332343-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 2.358,81 - 03332344-1 - ICMS - GIA 02/2020 - 2.682,98 - 03332345-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 2.126,54 - 03332346-8 - ICMS - GIA 04/2020 - 2.067,20 - 03332347-6 - ICMS - GIA 05/2020 - 3.671,41 - 03332348-4 - ICMS - GIA 06/2020 - 2.908,18 - 03332349-2 - ICMS - GIA 07/2020 - 1.930,29 - 03332350-6 - ICMS - GIA 08/2020 - 3.411,72 - 03332351-4 - ICMS - GIA 09/2020 - 663,62 - 03332352-2 - ICMS - GIA 10/2020 - 818,55 - **JULIO CESAR EMPINOTTI - 90840183-22 -** 03333964-0 - ICMS - GIA 05/2020 - 309,92 - 03333965-8 - ICMS - GIA 06/2020 - 955,48 - 03333966-6 - ICMS - GIA 07/2020 - 764,50 - 03333967-4 - ICMS - GIA 08/2020 - 1.010,20 - 03333968-2 - ICMS - GIA 09/2020 - 230,80 - 03333969-0 - ICMS - GIA 10/2020 - 257,96 - **JULIO CESAR PEIXOTO - 024472389-32 -** 12771888-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00166386812/2020

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

- 170,71 - **JUMBO ALIMENTOS LTDA - 41012893-41 -** 03331573-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.586,19 - **JUMBO COMERCIO DE UTILIDADES LTDA - 90617216-03 -** 03332865-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 90.641,79 - **JUMBO COMERCIO DE UTILIDADES LTDA - 90810264-99 -** 03333834-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 376.857,80 - **JUMBO COMERCIO DE UTILIDADES LTDA - 90857558-00 -** 03334026-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 207.082,72 - **JUND PAN COM DE PECAS PARA MAQ DA PANIFICACAO LTDA - 90234145-51 -** 03331838-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.212,76 - **JUNTAS SANTA CRUZ LTDA - 60112871-30 -** 03331591-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 148.436,47 - **JUNTAS SANTA CRUZ LTDA - 90440121-86 -** 03332324-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 96.573,30 - **JUPITER COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LT - 90864051-96 -** 03334048-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 269.796,49 - **JURACI DA SILVA FERNADES - 393619185-91 -** 12771887-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00230994946/2020 - 148,86 - **JUSSARA DEQUECH EMPINOTTI - 41008135-00 -** 03331561-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 2.192,37 - 03331562-7 - ICMS - GIA 02/2020 - 2.521,33 - 03331563-5 - ICMS - GIA 03/2020 - 1.696,56 - 03331564-3 - ICMS - GIA 04/2020 - 1.811,13 - 03331565-1 - ICMS - GIA 05/2020 - 3.284,27 - 03331566-0 - ICMS - GIA 06/2020 - 2.529,22 - 03331567-8 - ICMS - GIA 07/2020 - 1.779,48 - 03331568-6 - ICMS - GIA 08/2020 - 2.846,35 - 03331569-4 - ICMS - GIA 09/2020 - 590,45 - 03331570-8 - ICMS - GIA 10/2020 - 710,82 - **JUSSARA DEQUECH EMPINOTTI - 90577604-59 -** 03332733-1 - ICMS - GIA 01/2020 - 1.106,14 - 03332734-0 - ICMS - GIA 02/2020 - 1.260,00 - 03332735-8 - ICMS - GIA 03/2020 - 875,53 - 03332736-6 - ICMS - GIA 04/2020 - 864,56 - 03332737-4 - ICMS - GIA 05/2020 - 1.694,31 - 03332738-2 - ICMS - GIA 06/2020 - 1.299,42 - 03332739-0 - ICMS - GIA 07/2020 - 754,57 - 03332740-4 - ICMS - GIA 08/2020 - 1.400,01 - 03332741-2 - ICMS - GIA 09/2020 - 198,41 - 03332742-0 - ICMS - GIA 10/2020 - 282,27 - **JUSSARA SAMPAIO - 078362769-61 -** 12772007-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00769476104/2014 - 403,61 - 12772008-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00769476104/2020 - 286,31 - **JV&AE COMERCIO DIGITAL EIRELI - 09909102-94 -** 03331393-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.945,90 - **K I BELLA REFEICOES INDUSTRIAIS BUFFET EIRELI - 10112291-38 -** 03331414-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.913,06 - **K J S DO NASCIMENTO - EIRELI - 90615834-56 -** 03332863-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.059,97 - **KABEL IND E COM DE CHICOTES ELETRICOS LTDA - 90148636-02 -** 03331695-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 545.661,41 - **KADESH EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS LTDA - 90347736-93 -** 03334069-9 - ICMS - GIA 01/2021 - 225.449,57 - **KAIZO INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME - 90591650-51 -** 03332802-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.380,53 - **KAPERPACK INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - 90499431-61 -** 03332504-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 40.202,96 - **KAR COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME - 90748384-37 -** 03333538-5 - ICMS - GIA 01/2020 - 311,53 - **KAREN CRISTINA DE PAULA VIEIRA - 088222499-92 -** 12772097-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00899366171/2020 - 193,41 - **KARLA AMALIA HEINE STIVAL - 307497949-68 -** 03331199-0 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 2020000068891/02 - 1.696,06 - **KARLA KARINE BOOS - 90376490-20 -** 03332126-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.891,91 - **KAROLINE ROBERTA MEY PETRACCA - 053678969-01 -** 12772246-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00837758122/2015 - 788,51 - 12772247-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00837758122/2016 - 693,20 - 12772248-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00837758122/2017 - 622,66 - 12772249-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00837758122/2018 - 559,36 - 12772250-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00837758122/2019 - 489,38 - 12772251-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00837758122/2020 - 449,40 - **KASLO COMERCIO DE VESTUARIO LTDA - 90799945-93 -** 03333801-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 56.432,82 - **KASLO COMERCIO DE VESTUARIO LTDA - 90825415-59 -** 03333910-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 30.323,31 - **KATIA SILENE ZILIANE HAYASHI EIRELI - ME - 90526358-77 -** 03332591-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.053,99 - **KAUE DE OLIVEIRA - 103190229-51 -** 12772194-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 0074294198l/2020 - 355,70 - **KAZUNORI MITUI - ME - 09905652-52 -** 03331317-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.620,55 - **KBB ALIMENTOS LTDA - 90623213-82 -** 03332882-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 812,34 - **KENNY ANATE BELEM COMPUTADORES - 90518588-80 -** 03332565-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.755,98 - **KEOPS INDUSTRIA GRAFICA S/A - 90210485-23 -** 03331795-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 110.177,98 - **KGT TRANSPORTES LTDA - EPP - 90681177-44 -** 03333144-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 26.498,08 - **KING COMP COMPENSADOS LTDA - EPP - 90750966-47 -** 03334108-3 - ICMS - PAF 6635156-4 - 2.171,18 - **KIRSTEN REFRIGERACAO EIRELI - 90657147-17 -** 03333008-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.315,43 - **KLEBER LUCIANO DE ANDRADE - 031466109-30 -** 12771866-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00124367500/2020 - 175,78 - **KOMBA - INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - 90279137-06 -** 03331910-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.227,68 - **KOYAMA FARMACIA E PERFUMARIA EIRELI - 90682301-25 -** 03333148-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.327,54 - **KPM TRADE COMERCIO DE ARTIGOS DE DECORACAO LTDA - ME - 90642877-69 -** 03332947-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.159,60 - **KR IMPORTACAO EXPORTACAO INDUSTRIA E COM DE MOVEIS EIRE - 90623838-17 -** 03332887-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 41.439,06 - **KS RESOLVE - REPAROS E REFORMAS DE CORREIAS EIRELI - ME - 90709161-90 -** 03333312-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 835,62 - **KUMAGAI & KUMAGAI LTDA ME - 90471983-88 -** 03332418-9 - ICMS - GIA 11/2020 - 76,16 - 03332419-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.523,63 - **KWB INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS AMBIENTAIS EIR - 90645752-09 -** 03332969-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 527,86 - **L & E GONTARZ LTDA - 90519833-59 -** 03332570-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.841,83 - **L & F COMERCIO E INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA - EPP - 10160338-51 -** 03331444-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 165.270,86 - **L A C FANCHIN MADEIRAS - 90355740-07 -** 03332074-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.500,70 - **L ARTIGIANO MOBILI LTDA - 90283091-01 -** 03331918-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.303,82 - **L C ALVES & MARCONATO LTDA - 90400430-87 -** 03332180-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.486,15 - **L DURLI E CIA LTDA - 90157559-27 -** 03331710-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.740,73 - **L F BUENO PNEUS ME - 90599362-36 -** 03334186-5 - ICMS - PAF 6635147-5 - 2.171,18 - **L G ALMEIDA & CIA LTDA - 10006894-04 -** 03331406-0 - ICMS - GIA 10/2020 - 4,83 - 03331407-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 579,72 - **L GALINA PERFUMARIA - 90332575-51 -** 03332037-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 4.368,69 - 03332038-8 - ICMS - GIA 02/2020 - 4.772,81 - 03332039-6 - ICMS - GIA 03/2020 - 3.375,15 - 03332040-0 - ICMS - GIA 04/2020 - 175,79 - 03332041-8 - ICMS - GIA 05/2020 - 2.649,59 - 03332042-6 - ICMS - GIA 06/2020 - 3.055,09 - 03332043-4 - ICMS - GIA 07/2020 - 2.437,39 - 03332044-2 - ICMS - GIA 08/2020 - 3.829,66 - **L GALINA PERFUMARIA - 90690333-40 -** 03333181-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 3.215,91 - 03333182-7 - ICMS - GIA 02/2020 - 3.442,43 - 03333183-5 - ICMS - GIA 03/2020 - 2.745,35 - 03333184-3 - ICMS - GIA 04/2020 - 15,66 - 03333185-1 - ICMS - GIA 05/2020 - 2.292,19 - 03333186-0 - ICMS - GIA 06/2020 - 2.561,45 - 03333187-8 - ICMS - GIA 07/2020 - 1.257,10 - 03333188-6 - ICMS - GIA 08/2020 - 2.801,47 - **L GALINA PERFUMARIA - 90706397-66 -** 03333301-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 914,80 - **L J VELHO COMERCIO DE RESIDUOS - 90816402-43 -** 03333863-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 80.995,29 - **L M B CONSTANTINO COMERCIO DE CARNES - EIRELI - 90262773-18 -** 03331881-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 989,14 - **L MENEGATTI & CIA LTDA - 90355780-02 -** 03331181-8 - ICMS - PAF 6630633-0 - 29.275,18 - **L&L IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 90839588-36 -** 03333960-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 19.117,97 - **L. A. PARNAIBA - ME - 90771778-06 -** 03333684-5 - ICMS - GIA 01/2020 - 188,16 - 03333685-3 - ICMS - GIA 02/2020 - 123,63 - 03333686-1 - ICMS - GIA 03/2020 - 33,58 - **L. R. DOS SANTOS - BRASIL TRANSPORTES - ME - 90754351-07 -** 03333581-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.039,55 - **L.C. BEGNOSSI TRANSPORTES LTDA - 90519821-15 -** 03332569-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 58,30 - **L.C. BELEM INDUSTRIA DA CONFECCOES - EIRELI - EPP - 90681349-16 -** 03333146-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 19.058,44 - **L.R. CRESTANI INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS SIDERURG - 90667255-34 -** 03333063-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 32.482,39 - **L.T.H. INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - 90512344-02 -** 03332539-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 18.106,81 - **LA MAFIA TRATTORIA LTDA - ME - 90617340-98 -** 03332866-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 479,54 - **LA MARRY CORTINAS E DECORACOES - 10180143-82 -** 03331468-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 293,04 - **LA NUOVA PASTA INDUSTRIA DE MASSAS LTDA_ME - 90290922-20 -** 03331939-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 822,04 - **LACERDA & ITIMURA LTDA - 90460567-09 -** 03332396-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.522,84 - **LAIS AUGUSTA JACINTA DE MORAES - 700893029-15 -** 12653887-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00922624003/2019 - 1.179,87 - **LAJES CERESSO LTDA - ME - 90701351-05 -** 03333272-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 529,12 - **LANCHONETE NOSSO CANTO LTDA - 90264227-76 -** 03331884-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 611,94 - **LANGON COSMETICOS LTDA - EPP - 90285649-85 -** 03331921-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 178.407,52 - **LARISSA MACIEL COSTA TRANSPORTES - 90777741-38 -** 03333708-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 12.076,48 - **LATICINIO ROSARIO DO IVAI LTDA - 22100173-75 -** 03331536-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 54.773,21 - **LAVANDERIA E TINTURARIA JUSSARA LTDA - 90318967-35 -** 03332018-3 - ICMS - GIA 11/2020 - 213,76 - 03332019-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 18.289,37 - **LAZARO LUIZ NUNES ASSUNCAO - 213585409-34 -** 12771920-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00271537809/2014 - 210,57 - 12771921-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00271537809/2015 - 270,53 - 12771922-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00271537809/2016 - 255,67 - 12771923-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00271537809/2017 - 234,63 - 12771924-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00271537809/2018 - 212,21 - **LCG - COMERCIO E ARTIGOS DO VESTUARIO E CALCADOS EIRELI - 90836868-10 -** 03333943-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 13,42 - 03333944-5 - ICMS - GIA 02/2020 - 14,49 - 03333945-3 - ICMS - GIA 03/2020 - 16,00 - 03333946-1 - ICMS - GIA 04/2020 - 17,95 - 03333947-0 - ICMS - GIA 05/2020 - 21,23 - 03333948-8 - ICMS - GIA 06/2020 - 16,56 - 03333949-6 - ICMS - GIA 07/2020 - 14,32 - 03333950-0 - ICMS - GIA 08/2020 - 12,09 - 03333951-8 - ICMS - GIA 09/2020 - 13,61 - 03333952-6 - ICMS - GIA 10/2020 - 17,10 - **LCS TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - 90463722-01 -** 03332404-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 16.740,28 - **LDG4 COMERCIO ELETRONICO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - 90750326-73 -** 03333546-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 49.144,60 - **LDS INCORPORADORA LTDA ME - 90593060-54 -** 03334189-0 - ICMS - PAF 6635313-3 - 2.171,18 - **LEANDRO APARECIDO DA SILVA - 018429209-36 -** 12771979-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00620139102/2014 - 102,13 - **LEANDRO DOS SANTOS MAZZOLINI - 082432819-16 -** 12772012-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00779684435/2020 - 388,85 - **LEANDRO LOPES - 059085929-35 -** 03334089-3 - ICMS - PAF 6634588-2 - 1.079,63 - **LEANDRO PONTES DE ALMEIDA - 026940149-09 -** 12771980-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00634425463/2014 - 439,53 - **LEANDRO REBELLO LOEHDER COMERCIO DE ALIMENTOS - 90628916-42 -** 03332902-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 93.074,62 - **LECIANE COMPARIN DA SILVA - ME - 90731808-70 -** 03333422-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.098,76 - **LEICA DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA - 09906286-02 -** 03331330-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 29.413,06 - **LEIDISILVIA RIBEIRO DE OLIVEIRA - 090312099-29 -** 12772050-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00835832341/2020 - 182,64 - **LEILA DE FATIMA SCHEID -ME - 90545596-63 -** 03332657-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.333,31 - **LENI PEREIRA MARTINS MERCEARIA - 10184033-62 -** 03331472-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.239,08 - **LENY M DOS SANTOS PIZZI & CIA LTDA - 20401377-29 -** 03331521-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 1.547,81 - 03331522-8 - ICMS - GIA 02/2020 - 1.528,81 - 03331523-6 - ICMS - GIA 03/2020 - 1.209,63 - 03331524-4 - ICMS - GIA 04/2020 - 1.180,81 - 03331525-2 - ICMS - GIA 05/2020 - 2.135,90 - 03331526-0 - ICMS - GIA 06/2020 - 1.642,20 - 03331527-9 - ICMS - GIA 07/2020 - 1.387,52 - 03331528-7 - ICMS - GIA 08/2020 - 1.774,09 - 03331529-5 - ICMS - GIA 09/2020 - 181,25 - 03331530-9 - ICMS - GIA 10/2020 - 323,50 - **LEOPOLDO HENRIQUE ELY - 150754359-04 -** 03331139-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00066745 - 5.150,80 -

LEPAVI CONSTRUCOES LTDA - 73448664/0001-91 - 12772171-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00134380320/2020 - 702,88 - 12772172-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00134193199/2020 - 702,88 - **LEPERA INDUSTRIA PLASTICA - LTDA - 90778572-62 -** 03333709-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 27.416,24 - **LETICIA INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA - 90199385-89 -** 03331782-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 30.489,02 - **LETOAH INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - 90763656-92 -** 03333642-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 134,51 - 03333643-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.926,50 - **LEUNICE GROOS DE ABREU - 060970999-24 -** 12772006-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00766143759/2020 - 314,66 - **LEVA CARGAS TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS EIRELI - 10191830-05 -** 03331476-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.163,09 - **LEVITARE - INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS LTDA -EPP - 09908258-58 -** 03331372-1 - ICMS - GIA 01/2020 - 61,01 - **LFSP CALCADOS E ACESSORIOS LTDA - 90825970-07 -** 03333916-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 40.134,25 - **LHM TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 90464825-62 -** 03332407-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.998,61 - **LIDERGAZ LOGISTICA E REVENDA DE GAS LTDA - 90496405-09 -** 03332493-6 - ICMS - GIA 10/2020 - 396,62 - 03332494-4 - ICMS - GIA 11/2020 - 246,83 - 03332495-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 457,55 - **LILA ALIMENTOS EIRELI - EPP - 90409714-48 -** 03332224-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 36.054,09 - **LILIAM RAQUEL BORGES ME - 90566038-13 -** 03332708-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.533,01 - **LILIAN ANTUNES DA SILVA - 056164379-21 -** 12772190-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00647462826/2014 - 343,35 - **LIM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME - 90278360-19 -** 03331908-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.900,23 - **LIMA MADEIRAS EIRELI - 90807479-31 -** 03333823-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 100.951,34 - **LINEU FERREIRA CALDAS ME - 90473380-66 -** 03334133-4 - ICMS - PAF 6634865-2 - 2.169,31 - 03334152-0 - ICMS - PAF 6634941-1 - 2.165,89 - 03334169-5 - ICMS - PAF 6635019-3 - 2.165,89 - **LIVRARIA CULTURA S/A - 90573695-71 -** 03332723-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.357,91 - **LJ & DM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA - EIRELI - M - 90820424-71 -** 03333885-6 - ICMS - GIA 10/2020 - 2,61 - 03333886-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.837,21 - **LOAN ZAROSKI MATIAS - 062397419-30 -** 12772103-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00926479776/2020 - 188,80 - **LOCPAR COMERCIO DE PALETES LTDA - EPP - 90716653-88 -** 03333339-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.944,49 - **LOG 9 TRANSPORTES E LOCACAO DE VEICULOS LTDA - 90709663-76 -** 03333313-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 205.908,62 - **LOJA DA CALDEIRA HIDRAULICA INDUSTRIAL EIRELI - 90439078-05 -** 03332315-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 707,23 - **LOJAS RIACHUELO S/A - 09905896-07 -** 03331321-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 142.699,45 - **LOJAS RIACHUELO S/A - 09908460-06 -** 03331380-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.784,70 - **LONDRICHIC CARPETES E DECORACOES EIRELI EPP - 90246204-06 -** 03331857-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.733,74 - **LOPESTUR - LOPES TURISMO E TRANSPORTES LTDA - 90229721-94 -** 03331825-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.925,50 - **LOURIVAL BARBOSA MERCEARIA - 90365742-13 -** 03332089-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.179,17 - **LR DEO ENGENHARIA LTDA - 90864247-35 -** 03334049-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.311,08 - **LS PRESTACAO DE SERVICOS - EIRELI - 90807281-20 -** 03333821-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.584,22 - **LUAN FABRICIO PIACESKI DA SILVA - 067111699-13 -** 12772182-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00305171690/2020 - 537,24 - **LUCAS BARATIERI - 051750739-07 -** 03334074-5 - ICMS - PAF 6634269-7 - 842,13 - **LUCAS BARBOSA FREITAS - 087486059-80 -** 12772033-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00797171827/2020 - 344,37 - **LUCAS DOS SANTOS LOPES - 094401249-38 -** 03331176-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00113010 - 608,80 - **LUCAS JACINTO COTTET - 070053289-73 -** 12772272-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00968153844/2018 - 89,24 - **LUCAS LOAN FERREIRA SCHUKES - 106300029-75 -** 12771917-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00266525660/2020 - 138,88 - **LUCCA ALUMINIOS INDUSTRIA E COMERCIO DE UTILIDADES DOME - 90459739-29 -** 03332394-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.570,86 - **LUCI CORREA ME - 80786080/0001-91 -** 12772029-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00793713501/2020 - 606,14 - **LUCI MARA BAGINSKI LEMES - 011978499-80 -** 12772066-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00842358528/2014 - 127,02 - 12772067-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00842358528/2020 - 106,53 - **LUCIA CORREIA - 061316889-58 -** 12772245-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00860918629/2020 - 433,81 - **LUCIANA CRISTINA DE SOUZA CONFECCOES - 90369643-56 -** 03332108-2 - ICMS - GIA 01/2020 - 22,46 - **LUCIANA CUENCA MARTIN - TRANSPORTES - 90691585-50 -** 03333196-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.395,07 - **LUCIANO ANDREI FELIPE - 90548893-70 -** 03331207-5 - ICMS - GIA 08/2020 - 254.308,12 - 03331208-3 - ICMS - GIA 09/2020 - 286.222,11 - 03332666-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 226.272,23 - **LUCIANO GOMES REZENDE - 007112199-40 -** 12772149-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00905737920/2020 - 128,87 - **LUIS ANTONIO PERES BANDEIRA - 930927689-49 -** 12772045-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00820113123/2014 - 207,58 - 12772046-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00820113123/2020 - 169,88 - **LUIS CARLOS PEREIRA - PASTELARIA - 53402662-52 -** 03331585-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 633,50 - **LUIZ ANTONIO VISENTIM MERCEARIA - 90261639-08 -** 03334113-0 - ICMS - PAF 6635297-8 - 542,80 - **LUIZ CARLOS DE ANDRADE - 253471959-91 -** 03334085-0 - ICMS - PAF 6634274-3 - 2.671,00 - **LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA - SENGES - 90518200-50 -** 03332553-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.803,76 - **LUIZ CARLOS GEORG - 188812039-87 -** 12771873-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00163863512/2020 - 667,54 - **LUIZ CARLOS RAMOS & CIA LTDA - 73801465-03 -** 03331639-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.175,38 - **LUIZ CESARIO NETO - 749170729-72 -** 12772268-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00940515890/2020 - 508,12 - **LUIZ DO NASCIMENTO - 768135259-72 -** 12772109-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00929914260/2020 - 411,07 - **LUIZ FELIPE GARCIA MOREIRA - 095267679-69 -** 12772001-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00761445013/2020 - 352,35 - **LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA - 566991909-20 -** 03331194-0 - ITCMD - DIT - USUFRUTO.EX 2019000349900/06 - 485,47 - **LUIZ GONCALVES FRANCO - 90171154-29 -** 03331727-1 - ICMS - GIA 10/2020 - 30,46 - 03331728-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 68,56 - 03331729-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.590,88 - **LUIZITO CARLOS DO NASCIMENTO - 007197049-52 -** 12772040-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00812017137/2020 - 364,99 - **LUVAS YELING EIRELI - 10148058-57 -** 03331435-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.203,04 - **LUX TRANSPORTES LTDA - 90675554-89 -** 03333128-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.236,82 - **LUXXOR ALIMENTOS LTDA ME - 90703393-71 -** 03333283-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 12.303,09 - **LUZ DO SOL TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 90747600-63 -** 03333535-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.521,28 - **LUZ E VIDA - 10111705-75 -** 03331413-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 24.265,45 - **LUZIA DE SOUZA CAMPOS ALVES - 008684259-58 -** 12771977-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00589437461/2020 - 165,14 - **LYNCON TRANSPORTES LTDA - 90547404-90 -** 03332664-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.176,44 - **LYNUS INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 09907522-81 -** 03331348-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 85,00 - **M A FALLEIRO & CIA LTDA - 70103504-62 -** 03331620-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 12.225,81 - **M A MARQUES - ESTOFADOS - 90381378-48 -** 03332132-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.786,23 - **M A TRANSPORTADORA DE CARGAS LTDA - 90602812-35 -** 03332837-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.461,96 - **M BIANCO CONFECCOES LTDA - 90501703-97 -** 03332513-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.788,21 - **M F CARDOZO MARTINS & CIA LTDA - 90378527-64 -** 03331270-9 - ICMS - GIA 08/2020 - 2.763,74 - 03331271-7 - ICMS - GIA 09/2020 - 3.655,00 - 03332128-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.211,05 - **M FRANK FERREIRA ORTIZ - ME - 90740918-03 -** 03333480-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.720,20 - **M H GOMES - RESTAURANTE - 90594085-66 -** 03332804-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.937,90 - **M J F - TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - 90629501-69 -** 03332903-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.206,59 - **M J VIEIRA MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI - 70102798-14 -** 03331619-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.641,41 - **M K MIYAMOTO - 90551818-69 -** 03332671-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.294,70 - **M L BAECHTOLD & CIA LTDA - 90320289-07 -** 03332020-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.336,83 - **M M D WASILEWSKI EIRELI - 90417239-10 -** 03332242-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 34.323,10 - **M OLIVEIRA SALAZAR CONFECCOES - ME - 90529281-14 -** 03332600-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.104,20 - **M PASSOS OLESCZUK & CIA LTDA - 90727818-29 -** 03333400-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.972,31 - **M R FERREIRA DOS SANTOS FAJARDO - 90387299-31 -** 03332169-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 30.749,02 - **M S FERREIRA & CALONEGO LTDA - 90534556-78 -** 03332629-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.580,38 - **M W FERRAMENTAS EIRELI - 90611339-22 -** 03332847-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.929,14 - **M W MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA - 90651232-71 -** 03332991-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.580,69 - **M. A. DUARTE JUNIOR - UTILIDADES - 90701755-90 -** 03333274-2 - ICMS - GIA 01/2020 - 315,54 - 03333275-0 - ICMS - GIA 02/2020 - 253,38 - **M. A. F. SILVESTER VIEIRA - ME - 90721716-72 -** 03334191-1 - ICMS - PAF 6635323-0 - 2.171,18 - **M. J. S. IRRIGACOES LTDA - ME - 90659151-00 -** 03334106-7 - ICMS - PAF 6635150-5 - 2.171,18 - **M.C. PULGA - 90825195-45 -** 03333908-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 63.668,05 - **M.H.C PLASTICOS LTDA - 90302749-51 -** 03331966-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 301.586,55 - **M.M.M. INDUSTRIA E COMERCIO DE ESQUADRIAS DE ALUMINIO E - 90791407-05 -** 03333764-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 117.227,64 - **M.R.A. SILVA & RODRIGUES LTDA - 90695799-03 -** 03333220-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.673,54 - **MABELLTUR TRANSPORTES LTDA - 90252402-91 -** 03331865-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 754,72 - **MAC DISTRIBUIDORA BLU - EIRELI - 90821533-89 -** 03333892-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.890,30 - **MACLI AMANCIO MOREIRA - 394070468-77 -** 12771962-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00458267074/2020 - 207,15 - **MACUCO ECOAVENTURA E TURISMO LTDA - 90664914-44 -** 03333033-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.662,92 - **MADEIREIRA ANA MARIANA - IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 10600965-18 -** 03331491-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.086,43 - **MADEIREIRA N. C. GARBIN EIRELI - 90180824-43 -** 03331754-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.728,62 - **MADEIREIRA RINCAO DO ARACA LTDA - 90318279-20 -** 03332007-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.712,16 - **MADRI ALIMENTOS LTDA - 90405602-27 -** 03332204-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 34.920,78 - **MAGALU LOG SERVICOS LOGISTICOS LTDA - 90819218-46 -** 03333881-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.557,75 - **MAGIDA NASSER ABOU ALI - 072310299-65 -** 12771913-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00254809022/2014 - 194,45 - 12771914-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00254809022/2020 - 150,96 - **MAHLE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09909191-60 -** 03331395-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 114.429,64 - **MAIDANA VEICULOS LTDA - ME - 90689235-97 -** 03333175-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 26,72 - **MAILTON DA SILVA DE OLIVEIRA - 392424498-73 -** 12771947-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00346860130/2014 - 286,45 - 12771948-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00346860130/2020 - 206,46 - **MAITO & SANTOS LTDA - ME - 90735562-41 -** 03333446-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 329,20 - **MALLMANN E PIRAN LTDA - 90839628-68 -** 03333961-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.162,78 - **MANOEL PONTES - 781167249-91 -** 12772198-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00744216150/2020 - 314,78 - **MAO SOBERANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME - 90703474-71 -** 03333286-6 - ICMS - GIA 01/2020 - 423,75 - 03333287-4 - ICMS - GIA 02/2020 - 422,56 - 03333288-2 - ICMS - GIA 03/2020 - 329,23 - **MAP COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90655811-48 -** 03333001-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.979,32 - **MARA REGINA DE MELO DE OLIVEIRA - ME - 90719208-33 -** 03333349-8 - ICMS - GIA 01/2020 - 149,20 - 03333350-1 - ICMS - GIA 02/2020 - 368,88 - 03333351-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 399,18 - 03333352-8 - ICMS - GIA 04/2020 - 366,67 - 03333353-6 - ICMS - GIA 07/2020 - 279,25 - 03333354-4 - ICMS - GIA 08/2020 - 256,81 - 03333355-2 - ICMS - GIA 09/2020 - 278,38 - 03333356-0 - ICMS - GIA 10/2020 - 241,36 - 03333357-9 - ICMS - GIA 11/2020 - 241,02 - 03333358-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 240,63 - **MARAVILHAS DA TERRA PRODUTOS NATURAIS LTDA. - 09908726-94 -** 03331385-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 283.892,94 - **MARBE MATERIAIS DE CONSTRUCAO**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

EIRELI EPP - 90511723-85 - 03332537-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 181,55 - 03332538-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 19.688,34 - **MARC MINERACAO INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - 20104268-23 -** 03331513-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 26.277,93 - **MARCAMIX COMERCIO DE VEICULOS EIRELI - ME - 90370047-55 -** 03332112-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 109,54 - 03332113-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 787,54 - **MARCELINO NUNES - 243222539-20 -** 03331149-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00068307 - 1.966,50 - **MARCELO BARBOSA PACHECO - 064809219-41 -** 12772208-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00771182163/2016 - 603,92 - 12772209-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00771182163/2017 - 512,63 - 12772210-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00771182163/2018 - 455,94 - 12772211-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00771182163/2019 - 404,62 - 12772212-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00771182163/2020 - 368,75 - **MARCELO DA CRUZ PLASTICOS EIRELI - 90688485-28 -** 03333172-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.418,75 - **MARCELO DA SILVA - MERCADO - 90338402-65 -** 03332055-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.879,01 - **MARCELO DANIEL PUGIN - 90821892-27 -** 03334180-6 - ICMS - PAF 6635088-6 - 2.171,18 - **MARCELO DANIEL REBELLO TRANSPORTE DE CARGAS ME - 90588621-58 -** 03332766-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 25.257,71 - **MARCELO LUCIO DENA - 90276371-64 -** 03331907-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.456,37 - **MARCELO MAGNO BECK - 90661342-50 -** 03333022-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 765,67 - **MARCELO VAGNER MARTINS - 063731719-06 -** 12772123-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00940495570/2020 - 185,90 - **MARCIA REGINA TEZOLIN - 652353479-00 -** 03331190-7 - ITCMD - DIT - SEP.EXCESSO 2019000286399/04 - 1.782,11 - **MARCIO DE SOUZA FERNANDES-ME - 90690818-24 -** 03333189-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.754,09 - **MARCIO JESUS DOS SANTOS - 030576679-10 -** 12772239-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00827645929/2020 - 98,64 - **MARCIO JOSE DA SILVA - MATERIAIS DE CONSTRUCAO - 90490242-04 -** 03332472-3 - ICMS - GIA 11/2020 - 1.498,23 - 03332473-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.587,10 - **MARCIO JOSE IAROS - 90321800-24 -** 03332024-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.378,19 - **MARCIO PEREIRA - 022490629-19 -** 12342829-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00350279349/2019 - 485,72 - **MARCIO PEREIRA DE MENDONCA - 17195536/0001-02 -** 12772183-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00357651081/2020 - 153,77 - **MARCO ANTONIO DA ROCHA PIE - ME - 90724651-53 -** 03333385-4 - ICMS - GIA 11/2020 - 30,02 - 03333386-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.859,65 - **MARCO ANTONIO VEIGA - 837165569-04 -** 03331136-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00039446 - 2.257,49 - 03331151-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00039434 - 3.009,99 - 03331153-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00039447 - 2.508,32 - **MARCONDES DE LIMA ALMEIDA - 012015899-08 -** 12772028-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00793583640/2020 - 85,99 - **MARCOS ALESSANDRO DE OLIVEIRA - 90300812-15 -** 03331958-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 156,13 - 03331959-2 - ICMS - GIA 02/2020 - 101,19 - 03331960-6 - ICMS - GIA 03/2020 - 350,01 - 03331961-4 - ICMS - GIA 04/2020 - 320,72 - 03331962-2 - ICMS - GIA 05/2020 - 92,97 - **MARCOS AURELIO NEGRELLI ME - 90703264-74 -** 03333279-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 29,83 - 03333280-7 - ICMS - GIA 02/2020 - 297,58 - 03333281-5 - ICMS - GIA 06/2020 - 55,21 - **MARCOS FABRI DE OLIVEIRA - 062715908-70 -** 03334073-7 - ICMS - PAF 6634969-1 - 74.048,13 - **MARCOS FERNANDO COSTA - 065832719-40 -** 12772092-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00889149542/2020 - 372,37 - **MARCOS JOSE FORTUNATO DA SILVA - 910297591-20 -** 12771957-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00450840360/2020 - 431,44 - **MARCOS ROBERTO MACHADO - 90125749-30 -** 03331674-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.462,16 - **MARCOS ROQUE MONTEIRO - 90841292-30 -** 03333972-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 20.381,56 - **MARCUS VINICIUS MOREIRA NOVACOSKI EIRELI - 90347900-08 -** 03332064-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 280,65 - **MARGARIDA APARECIDA PAGNONCELLI - 760404531-68 -** 03331213-0 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 2018000308203/02 - 12.391,38 - **MARGARIDA MARIA DE FIGUEIREDO - 90667498-08 -** 03333067-7 - ICMS - GIA 11/2020 - 332,33 - 03333068-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 675,49 - **MARGARIDA MARIA DE FIGUEIREDO - 90503459-60 -** 03332517-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 12.644,21 - **MARGARIDA MARIA DE FIGUEIREDO - 90667493-95 -** 03333066-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 871,23 - **MARGEON COMERCIO DE LUMINOSOS E PAINEIS EIRELI ME - 10304730-74 -** 03331484-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 106.187,03 - **MARGI PARTS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 09908454-50 -** 03331379-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 261,63 - **MARI TEREZINHA RODRIGUES - 048987089-94 -** 12772013-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00782490867/2014 - 573,72 - 12772014-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00782490867/2015 - 729,78 - 12772015-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00782490867/2016 - 658,95 - 12772016-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00782490867/2017 - 573,06 - 12772017-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00782490867/2018 - 507,81 - 12772018-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00782490867/2019 - 451,37 - 12772019-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00782490867/2020 - 417,39 - **MARIA APARECIDA GOLEMBIEWSKI DE MELO - 90535283-06 -** 03332630-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 595,80 - **MARIA DE FATIMA COLACO HUPPERS - 060646079-98 -** 12771946-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00344610322/2020 - 153,77 - **MARIA DE FATIMA SILVA DE OLIVEIRA - 282792728-44 -** 12562456-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00840822871/2019 - 202,25 - **MARIA DE JESUS RIBEIRO - 005503589-27 -** 12772023-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00787169030/2020 - 332,04 - **MARIA ELIANE DE JESUS - 026950859-74 -** 12772233-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00799691526/2020 - 361,87 - **MARIA FERNANDA NADAL FRACARO - 083898259-02 -** 12771992-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00742125211/2020 - 253,40 - **MARIA HELENA GUARNIERI - 559226359-72 -** 12772277-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00323084699/2020 - 1.708,10 - **MARIA JOANA PEREIRA DOS SANTOS - 710100769-49 -** 12771910-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00254042627/2020 - 821,97 - **MARIA REZENDE ALVES EIRELI ME - 90492084-37 -** 03332477-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 976,99 - **MARIA ROSELI MENDES - RESTAURANTE - 90733453-80 -** 03333432-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 59,67 - 03333433-8 - ICMS - GIA 02/2020 - 163,78 - 03333434-6 - ICMS - GIA 03/2020 - 73,63 - 03333435-4 - ICMS - GIA 05/2020 - 23,75 - 03333436-2 - ICMS - GIA 10/2020 - 134,80 - 03333437-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 69,53 - 03333438-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 31,92 - **MARIA ROSSI RADAEL RODRIGUES - 90376303-54 -** 03332124-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.563,46 - **MARIA SIMONE DOCHVAT - 057978199-29 -** 12771885-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00212745921/2020 - 1.112,21 - **MARICELIA SILMARA FERRAZ - 624750459-49 -** 12732600-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01059606531/2019 - 885,47 - **MARIETA DO CARMO BRANDALIZE COMERCIO DE CERAS - 90334402-40 -** 03334115-6 - ICMS - PAF 6635299-4 - 2.171,18 - **MARILDA NUNES BATISTA ZAMPIER - 019441539-26 -** 03334127-0 - ICMS - PAF 6634510-6 - 16.208,49 - **MARILEIA DA SILVA RISSARDI - 024270979-69 -** 12772052-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00836881508/2014 - 141,66 - 12772053-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00836881508/2020 - 128,84 - **MARILENE COSTA TRANSPORTES - 90589135-93 -** 03332775-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 35.393,72 - **MARINALDO JOSE DE OLIVEIRA - 811389899-91 -** 12772219-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00781635640/2020 - 380,92 - **MARINGA CAMPING E LAZER - EIRELI - ME - 03688189/0001-45 -** 12772121-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00938580710/2020 - 1.385,97 - **MARINGA SOLDAS S/A - 10144345-06 -** 03331432-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 49.300,17 - **MARINHO ALBERGONI - 90291198-70 -** 03331940-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.808,53 - **MARIO BARBOSA - 90861648-06 -** 03334037-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.796,77 - **MARIO CESAR GONCALVES - 896975379-68 -** 03334072-9 - ICMS - PAF 6633701-4 - 154.908,63 - **MARIO OLICHESKI - 023012219-11 -** 03331132-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00118024 - 5.663,30 - 03331140-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00118023 - 24.918,55 - **MARIO PEDRO SIERPINSKI - 483373829-53 -** 12772200-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00754744043/2020 - 102,24 - **MARISA DE JESUS DE MORAES - 924740479-72 -** 12772068-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00842528016/2014 - 110,38 - **MARKA PRODUTOS QUIMICOS LTDA - 90271426-02 -** 03331897-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.219,91 - **MARLENE GARCIA LTDA - 90656425-46 -** 03333007-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.542,93 - **MARLENE NAZARE DA SILVA FERNANDES - 020554449-56 -** 12771882-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00205264638/2014 - 180,57 - 12771883-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00205264638/2020 - 136,24 - **MARLENE PAIXAO ANTONIACOMI - 797994009-10 -** 12722711-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01018329347/2019 - 928,17 - **MARLENE TOLARI DE SOUZA BASALIA - 015287919-67 -** 12450642-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00747244014/2019 - 311,70 - **MARMOTIBA MOVEIS E DECORACOES LTDA - 90508451-81 -** 03332528-2 - ICMS - GIA 11/2020 - 333,18 - 03332529-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.538,41 - **MARTA ROSA DA SILVA - 528660091-34 -** 12772101-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00924502983/2014 - 415,04 - 12772102-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00924502983/2020 - 216,10 - **MARTINSBANDEIRA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - 90610393-14 -** 03332846-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.925,45 - **MASSA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 90384572-49 -** 03332136-8 - ICMS - GIA 03/2017 - 309,42 - 03332137-6 - ICMS - GIA 04/2017 - 288,94 - 03332138-4 - ICMS - GIA 05/2017 - 200,76 - 03332139-2 - ICMS - GIA 06/2017 - 177,94 - 03332140-6 - ICMS - GIA 07/2017 - 220,83 - 03332141-4 - ICMS - GIA 08/2017 - 620,52 - 03332142-2 - ICMS - GIA 09/2017 - 640,26 - 03332143-0 - ICMS - GIA 10/2017 - 671,77 - 03332144-9 - ICMS - GIA 11/2017 - 401,71 - 03332145-7 - ICMS - GIA 12/2017 - 56,04 - 03332146-5 - ICMS - GIA 01/2018 - 54,73 - 03332147-3 - ICMS - GIA 02/2018 - 990,89 - 03332148-1 - ICMS - GIA 03/2018 - 3.303,10 - 03332149-0 - ICMS - GIA 04/2018 - 623,02 - 03332150-3 - ICMS - GIA 06/2018 - 146,41 - 03332151-1 - ICMS - GIA 07/2018 - 4.712,55 - 03332152-0 - ICMS - GIA 08/2018 - 4.779,07 - 03332153-8 - ICMS - GIA 09/2018 - 574,52 - 03332154-6 - ICMS - GIA 10/2018 - 491,83 - 03332155-4 - ICMS - GIA 11/2018 - 339,76 - 03332156-2 - ICMS - GIA 12/2018 - 656,71 - 03332157-0 - ICMS - GIA 01/2019 - 1.688,30 - 03332158-9 - ICMS - GIA 02/2019 - 1.137,22 - 03332159-7 - ICMS - GIA 03/2019 - 2.471,75 - 03332160-0 - ICMS - GIA 04/2019 - 1.480,59 - 03332161-9 - ICMS - GIA 05/2019 - 3.173,80 - 03332162-7 - ICMS - GIA 06/2019 - 2.175,75 - 03332163-5 - ICMS - GIA 08/2019 - 170,04 - 03332164-3 - ICMS - GIA 09/2019 - 104,15 - **MASSARIA ARTIGIANALE COMERCIO - EIRELI - 90463045-40 -** 03332402-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 25.875,69 - **MASTERKAP COMERCIO DE CAPACHOS EIRELI - EPP - 90389458-04 -** 03332173-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.559,72 - **MATERIAIS DE CONSTRUCAO PANKA LTDA - 21702033-67 -** 03331534-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 25.557,88 - **MATERSUL MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - 10155365-58 -** 03331438-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.165,71 - **MATEUS CHRISTOFOLE DE SOUZA - 90667041-03 -** 03333054-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 57.034,50 - **MATIAS STEKLAIN NETO - 90687957-34 -** 03333166-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 532,42 - **MATTE IND E COMERCIO DE PRE-MOLDADOS EM CONCRETO LTDA - 90144045-00 -** 03331691-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.532,88 - **MAURICIO GONCALVES FERREIRA RESTAURANTE - 90510472-11 -** 03332534-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.534,13 - **MAURICIO NELSON BARBOSA - 547802769-34 -** 03331230-0 - ITCMD - DIT - SEP.EXCESSO 2018000330837/04 - 4.309,49 - **MAURILIO AUGUSTO COLOMERA - PET SHOP E CLINICA VETERINA - 90528283-22 -** 03332597-5 - ICMS - GIA 02/2020 - 67,24 - 03332598-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 934,90 - **MAXIMUS INSTALADORA ELETRICA EIRELI - ME - 90713761-90 -** 03333329-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 132.028,36 - **MAXIWILLIAN MACHADO - 093197629-45 -** 12772154-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01135142391/2020 - 248,84 - **MAXTEMPER VIDROS E DECORACOES EIRELI - ME - 90397469-96 -** 03332178-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.667,70 - **MAXWELL PEREIRA LOPES - 097349789-00 -** 12772031-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00794441289/2020 - 320,35 - **MAYCON DARTICO ALIMENTACAO E TERRAPLENAGEM LTDA - 90783961-37 -** 03334162-8 - ICMS - PAF 6635025-8 - 2.169,31 - **MBA USINAGEM E ESTAMPARIA LTDA - 10175820-69 -** 03331467-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 90.023,35 - **MBR SHOPPING AGROPECUARIO LTDA -**

90675958-63 - 03333129-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 16,55 - **MCC MATERIAIS DE CONSTRUCAO - EIRELI - 90824263-77 -** 03333907-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 606,73 - **MCCS COMERCIO DE CARNES E DERIVADOS EIRELI -ME - 90745772-93 -** 03333515-6 - ICMS - GIA 01/2020 - 50,86 - 03333516-4 - ICMS - GIA 02/2020 - 49,85 - **MCN TRANSPORTES LTDA - 90424536-49 -** 03332269-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 625,35 - **MCP TRANSPORTES RODOVIARIOS S/A - 90195882-35 -** 03331781-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.411,66 - **MEDPLAST IMP E EXP DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - 90379311-25 -** 03332129-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.099,76 - **MEDPRO COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI - 09907309-89 -** 03331344-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 84.423,07 - **MEDWORLD EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - 10169608-17 -** 03331453-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 37.165,37 - **MEDWORLD INDUSTRIA METALURGICA LTDA - 90423792-28 -** 03332261-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.899,20 - **MEF MARINGA EQUIPAMENTOS PARA FRIGORIFICOS LTDA - 90275451-20 -** 03331902-9 - ICMS - GIA 11/2020 - 95.718,52 - 03331903-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 201.480,64 - **MEGA ELETROMOTORES EIRELI - 90562438-50 -** 03332700-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 457,88 - **MEHGA TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - 90623461-05 -** 03331238-5 - ICMS - PAF 6629512-5 - 810.302,99 - 03332883-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 32.908,93 - **MENDES & MENDES COMERCIO DE BEBIDAS LTDA ME - 90557618-65 -** 03332690-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 341,77 - **MENDES E MENDES MANUTENCAO LTDA - ME - 90477651-34 -** 03332437-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.936,53 - **MENDONCA - INDUSTRIA DE LAJES LTDA - ME - 90402085-07 -** 03332196-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.389,42 - **MENEGATTI TIBAGI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - 90849131-94 -** 03334001-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 1.845,52 - 03334002-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.958,43 - **MENINA BONITA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - 90695113-49 -** 03333218-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 702,73 - **MENINA BONITA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - 90820059-40 -** 03333884-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 585,90 - **MENINA BONITA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - 90750847-11 -** 03333547-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 538,97 - **MERCADO CIATOS EIRELI EPP - 90375002-21 -** 03332123-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.782,99 - **MERCADO E CASA DE CARNES BOM PALADAR LTDA - 60125395-07 -** 03331597-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.627,14 - **MERCADO MULIK EIRELI - 12000012-88 -** 03331507-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 834,06 - **MERCADO PASSEKI LTDA - 90836802-93 -** 03333942-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.891,04 - **MERCADO QUATA - EIRELI - 90721928-31 -** 03333371-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.014,32 - **MERCADO RENATINHA LTDA-EPP - 10174358-64 -** 03331465-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.647,67 - **MERCEARIA E ACOUGUE SAL DOCE LTDA - 10101869-58 -** 03331410-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.907,21 - **MERET DISTRIBUIDORA LTDA - 90271334-41 -** 03331896-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 606.353,02 - **MERITO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LIMITADA - 09908741-23 -** 03331386-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.047,61 - **MESSIAS DA SILVA NETO ME - 90623811-05 -** 03332885-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 228,80 - 03332886-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 33.356,37 - **METAIS E PLASTICOS RIO NEGRO LTDA - 90299756-36 -** 03331955-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 27.181,22 - 03331956-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 34.640,39 - **METAL SUN INDUSTRIA METALURGICA LTDA - EPP - 90758690-18 -** 03333613-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.507,80 - **METALPLAC METALURGICA E LUMINOSOS EIRELI - 90430968-07 -** 03332292-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 325,30 - **METALPLACAS IND E COM DE PLACAS LTDA ME - 90236507-94 -** 03331839-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 15.685,33 - **METALPLACAS IND E COM DE PLACAS LTDA ME - 90403582-31 -** 03332199-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.392,42 - **METALPLACAS IND E COM DE PLACAS LTDA ME - 90477996-24 -** 03332438-3 - ICMS - GIA 11/2020 - 157,39 - 03332439-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.711,77 - **METALPLACAS IND E COM DE PLACAS LTDA ME - 10506423-36 -** 03331488-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.491,70 - **METALPLACAS IND E COM DE PLACAS LTDA ME - 90215632-15 -** 03331802-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.378,32 - **METALURGICA F R G LTDA ME - 90531958-20 -** 03332623-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.195,75 - **METALURGICA GANS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 10801365-67 -** 03331500-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.664,06 - **METALURGICA MELKINOX LTDA - 90370996-08 -** 03332115-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.790,46 - **METALURGICA NOVO MUNDO - EIRELI - ME - 90415173-41 -** 03332238-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 103.702,56 - **METALURGICA RODRIACO EIRELI - 90142987-19 -** 03331690-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 54.978,36 - **METHODUS TECNOLOGIA - EIRELI - ME - 90625154-03 -** 03332889-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 4,94 - 03332890-7 - ICMS - GIA 03/2020 - 5,89 - **MF PLASTICOS LTDA - 90207233-08 -** 03331789-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 22.029,57 - **MFBL COMERCIO DE CALCADOS EIRELI - 90728618-57 -** 03333403-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 68.173,12 - **MFBL COMERCIO DE CALCADOS EIRELI - 90790518-77 -** 03333756-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 43.683,83 - **MH FOOD COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90431047-61 -** 03332293-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.031,99 - **MH FOOD COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90431049-23 -** 03332294-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.707,28 - **MH FOOD COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90431050-67 -** 03332295-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.948,95 - **MHB DISTRIBUIDORA DE CARNES EIRELI - 90844466-34 -** 03333983-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.692,04 - **MICHEL GUERINO VICENTINI - 061745689-54 -** 12772169-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00638898064/2014 - 135,05 - 12772170-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00638898064/2015 - 121,12 - **MICHELE CHISTINE ARAUJO - 088630969-70 -** 03331263-6 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 2020000416148/02 - 6.349,66 - **MICHELLE FUSTINONI - 010119829-94 -** 12772120-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00937819204/2020 - 144,32 - **MILENA CIBELLY VAZ - 90776638-16 -** 03333704-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.887,69 - **MILENA DE SOUZA MACIEL - MOVEIS - 90737619-29 -** 03333452-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 91.248,71 - **MILIMED - COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS HOSPITALARES - 90519358-93 -** 03332567-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.575,07 - **MILTON DA SILVA - 866959329-72 -** 03331122-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00068163 - 1.769,85 - **MILTON MASSAR MORITA - 047215519-91 -** 03331185-0 - ITCMD - PAF 6634781-8 - 51.710,41 - **MINERACAO BASSANI LTDA - 13300223-50 -** 03331509-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.515,25 - **MINERACAO GUABIROBA LTDA - 10801538-10 -** 03331502-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.742,91 - **MINERACAO MOTTICAL LTDA - 10801382-68 -** 03331501-5 - ICMS - GIA 11/2020 - 2.465,17 - **MINERADORA DE AGUAS RAINHA LTDA - 90164621-09 -** 03331716-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.662,51 - **MINEROBRAS MINERIOS E FERTILIZANTES LTDA - 90770802-09 -** 03333681-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.006,34 - **MINICLO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES - EIRELI - 90793954-52 -** 03333783-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.638,90 - **MINISTRY BRASIL COMERCIAL DE BEBIDAS LTDA - 90748800-42 -** 03333539-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 22.872,90 - **MINORU IKEDA - FAIXAS E PAINEIS - 90475685-76 -** 03332430-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 552,71 - **MIRIAN URBAN SILVA - 90404103-30 -** 03332200-3 - ICMS - GIA 10/2020 - 36,89 - 03332201-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 869,98 - **MIRKESA LTDA - 04102027/0001-46 -** 12772136-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00976658569/2019 - 706,47 - 12772137-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00976658569/2020 - 630,62 - **MISSAO VIAGENS E TURISMO EIRELI - 90152053-40 -** 03331698-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.177,75 - **MJS CONSTRUCOES METALICAS LTDA - EPP - 90743467-20 -** 03333497-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 37.424,00 - **MN INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - 90503746-34 -** 03332518-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.641,41 - **MOACIR MATTOS ALEXANDRE - 028072669-40 -** 12772197-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00744186706/2020 - 326,72 - **MOBLY COMERCIO VAREJISTA LTDA - 09907850-23 -** 03331356-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 137.947,06 - **MOBLY COMERCIO VAREJISTA LTDA - 09907860-03 -** 03331357-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 123.615,34 - **MOINHO REGIO ALIMENTOS S/A - 90354984-08 -** 03331187-7 - ICMS - PAF 6631243-7 - 68.636,85 - **MOLDESPUMA INDUSTRIA DE COLCHOES LTDA - 10116930-80 -** 03331417-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 12.208,72 - **MORAES E BALDIN LTDA - EPP - 90761453-07 -** 03333620-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.815,58 - **MORAES TURISMO EIRELI - 90791359-73 -** 03333762-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 464,86 - **MORK OBRAS - CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA - 90704099-22 -** 03333291-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.135,30 - **MOURA DOS SANTOS EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. - ME - 90599052-76 -** 03332828-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 29.954,98 - **MOVEIS ARAPONGAS - EIRELI - EPP - 90769397-02 -** 03331248-2 - ICMS - GIA 07/2020 - 25.384,69 - 03331249-0 - ICMS - GIA 08/2020 - 16.694,89 - **MOVEIS BELO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 62802980-67 -** 03331609-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 128.907,71 - **MOVEMAX - INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA - 90531976-01 -** 03331252-0 - ICMS - GIA 09/2020 - 20.507,35 - 03332624-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 18.517,89 - **MOVIPRO INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA - 90823091-41 -** 03333903-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.338,24 - **MOYSA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 90547202-00 -** 03332663-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.343,11 - **MP COMERCIO E REPRESENTACAO DE EMBALAGENS LTDA - 90709879-69 -** 03333314-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.821,79 - **MPL MAQUINAS AGRICOLAS LTDA. - 90786092-20 -** 03334097-4 - ICMS - PAF 6635036-3 - 2.165,89 - 03334140-7 - ICMS - PAF 6634873-3 - 2.169,31 - 03334153-9 - ICMS - PAF 6634943-8 - 2.169,31 - **MPP CTBA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - 90818100-09 -** 03333874-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.554,38 - **MPS DISTRIBUIDORA MERCANTIL LTDA - 09905687-82 -** 03331319-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 34.076,09 - **MR2 EXTRACAO MINERAL LTDA. - 90828470-46 -** 03333926-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 130,56 - **MRAGI CONSTRUCOES LTDA - ME - 90742272-09 -** 03334107-5 - ICMS - PAF 6635154-8 - 2.171,18 - **MS INDUSTRIAL EIRELI EPP - 90676057-61 -** 03333130-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 22.505,12 - **MSB INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90271132-54 -** 03331895-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 151.671,91 - **MUITO BOM TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 90105785-04 -** 03331660-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 15.473,35 - **MULTIROL COMERCIO DE ROLAMENTOS LTDA - 90113924-55 -** 03331666-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.699,13 - **N & M - FABRICA DE MASSAS ALIMENTICIAS LTDA - 90173166-70 -** 03331732-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.110,23 - **N & N MEDICAMENTOS LTDA - 90782030-02 -** 03333725-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 673,40 - **N ASSAD FILHO - 90559357-90 -** 03332691-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.650,77 - **N BARBOSA COMERCIO DE PECAS EIRELI EPP - 90145422-10 -** 03331693-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.213,73 - **N F DE OLIVEIRA & CIA LTDA-ME - 90205524-06 -** 03331785-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 69,99 - **N S A COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA - 90521181-12 -** 03332575-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.570,63 - **N.J. UNIFOMES EIRELI - 90691442-57 -** 03333195-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.503,56 - **N.M. VITORIANO - ME - 90706079-96 -** 03333296-3 - ICMS - GIA 10/2020 - 6.589,64 - 03333297-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 3.991,76 - 03333298-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.082,81 - **N.S.L INDUSTRIA METALURGICA LTDA - EPP - 90706886-27 -** 03333303-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.980,61 - **NAC COMERCIO E TECNOLOGIA ONLINE EIRELI - 90773239-85 -** 03333691-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.148,58 - **NACAO TRANSPORTES LTDA - 90680527-82 -** 03333142-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.486,27 - **NACIONAL BR INDUSTRIA METALURGICA EIRELI - ME - 90476373-06 -** 03332435-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.720,95 - **NAI BR COMERCIO E REPRESENTACOES DE MATERIAIS EIRELI - 90575013-56 -** 03332726-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 24.755,54 - **NAKITA S LANCHES - EIRELI - ME - 10174550-32 -** 03331466-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 619,46 - **NALF ARTES EM CONFECCOES LTDA - 90731458-88 -** 03333419-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 28.930,98 - **NAPOLEAO MENEGUEDES DA SILVA - 428024079-53 -** 12771978-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00596089910/2020 - 224,88 - **NATAN DE OLIVEIRA RODRIGUES - 093443049-71 -** 12772267-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00935149368/2020 - 112,29 - **NATUMIX ALIMENTOS LTDA - 90813200-95 -** 03331218-0 - ICMS - GIA 09/2020 - 5.888,96 - 03331219-9 - ICMS - GIA 10/2020 - 7.615,73

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

- 03333855-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.629,45 - **NAVITINTAS LTDA - ME - 73004448-86 -** 03331636-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 173,85 - 03331637-2 - ICMS - GIA 02/2020 - 316,05 - **NAYON PAVOROZNYK DE OLIVEIRA - 90786571-19 -** 03333742-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 596,69 - **NBR LANCHES LTDA - ME - 90317557-59 -** 03332002-7 - ICMS - GIA 11/2020 - 180,53 - 03332003-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 468,79 - **NEIDE BARBOSA GOMES - POLPA DE FRUTAS - 90168533-96 -** 03331722-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.228,84 - **NEIVA DE FATIMA MACEDO - GESSO -ME - 90761136-18 -** 03334130-0 - ICMS - PAF 6634860-1 - 2.169,31 - 03334168-7 - ICMS - PAF 6635012-6 - 2.165,89 - **NELI MACHADO DE SOUZA - 718440319-34 -** 12772085-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00873662792/2014 - 116,48 - **NELSI SALETE VIEIRA EIRELI - 90735209-99 -** 03333442-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.492,36 - **NEREU ACHILLES CANIATTI - 90509467-00 -** 03332532-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.394,34 - **NEREU MARCIO SELETE - 90273718-90 -** 03331900-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 16.921,59 - **NEVES DE LIMA & RODRIGUES LTDA - 11545764/0001-89 -** 12771852-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00847566307/2017 - 526,27 - 12771853-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00847566307/2018 - 456,34 - 12771854-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00847566307/2019 - 386,97 - 12771855-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00847566307/2020 - 353,92 - **NEWFLEXO IND. E COM. DE ETIQUETAS - EIRELI - 90430537-50 -** 03332291-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 29.237,32 - **NGG PERFUMARIA LTDA - EPP - 41703126-06 -** 03331575-9 - ICMS - GIA 02/2020 - 1.850,86 - **NIKE DO BRASIL COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA - 90598000-91 -** 03332827-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.112,16 - **NILSI THEREZINHA VOGEL - 616007419-91 -** 12772139-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00980079004/2020 - 702,08 - **NILSON GIRALDI ANACLETO AGROPECUARIA EIRELI - 90601303-77 -** 03332832-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.251,58 - **NILSON JERONIMO MARCHINSKI - ME - 90745835-01 -** 03334076-1 - ICMS - PAF 6635155-6 - 2.171,18 - **NILTON GRILO PUBLICIDADES - ME - 90703407-01 -** 03333284-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 438,21 - 03333285-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 466,69 - **NILTON RIPKA - 788348809-00 -** 03331144-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00079808 - 393,30 - **NILVA ALVES DE OLIVEIRA - 90592237-87 -** 03334154-7 - ICMS - PAF 6634944-6 - 2.169,31 - **NL PERFUMARIA LTDA - ME - 90761085-33 -** 03333619-5 - ICMS - GIA 02/2020 - 537,36 - **NODIMAR CIOFFI FERREIRA - 736902959-04 -** 12772038-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00810246481/2020 - 453,91 - **NOEDI BORGES DA SILVA SOUZA - 612473329-34 -** 12772129-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00959094920/2014 - 284,59 - 12772130-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00959094920/2020 - 220,96 - **NOELI PATULSKI - EIRELI - 90435165-20 -** 03332303-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.162,48 - **NOELI ROMAN - 876606109-10 -** 12772202-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00756555299/2020 - 326,72 - **NORBERTO SANTOS RICARDO - 046373539-04 -** 12772088-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00883724502/2020 - 475,74 - **NORDESTINA REPRESENTACOES E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMEN - 90676571-33 -** 03333133-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 75.008,99 - **NOTRIA INDUSTRIA E COMERCIO DE FILTROS LTDA - 09905666-58 -** 03331318-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 56.086,60 - **NOVA AMERICA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - 90383276-20 -** 03332134-1 - ICMS - GIA 05/2020 - 2.538,62 - **NOVA CREDEAL INDUSTRIA DE CADERNOS S.A. - 09908661-04 -** 03331383-7 - ICMS - GIA 11/2020 - 37.811,70 - **NOVA FRONTEIRA LOGISTICA EIRELI - 90847830-45 -** 03333994-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.288,58 - **NOVA OPCAO COMERCIO DE OBJETOS USADOS LTDA - 10173972-45 -** 03331463-9 - ICMS - GIA 10/2020 - 347,57 - 03331464-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 700,90 - **NOVA TUNAS COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA - 90452555-38 -** 03332379-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 114.967,01 - **NOVA VISTA RECUPERADORA DE MOTORES EIRELI - 90522150-70 -** 03332576-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 15.883,02 - **NOVOS RUMOS INTERNACIONAL, LOGISTICA E TRANSPORTES EIRE - 90827917-41 -** 03333925-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 752,49 - **NP-FOODS - CONFEITARIA EIRELI - EPP - 90682440-02 -** 03333150-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.004,50 - **NPM PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME - 60501748-73 -** 03331605-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.118,57 - **NS COMERCIO DE AUTOMOVEIS USADOS LTDA - 90784267-37 -** 03333729-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.494,63 - **NS2 COM INTERNET S/A - 09906058-15 -** 03331324-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 286.090,37 - **NS2 COM INTERNET S/A - 09906097-21 -** 03331328-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.338.089,56 - **NUTRI 100 AGRO LTDA - 03518381/0011-65 -** 03331171-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00117933 - 4.376,72 - **NUTRI-SUCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09906711-09 -** 03331337-3 - ICMS - GIA 11/2020 - 2.049,06 - **NUTRIDIRECT SUPLEMENTOS - EIRELI - ME - 90727539-65 -** 03333397-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.401,13 - **NUTRIPHITOS COSMETICOS LTDA - 90133532-01 -** 03331680-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 48.881,51 - **NUTRIR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90521071-88 -** 03332574-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.774,91 - **NUTRISCIENCE WORLD NUTRITION IND DE ALIMENTOS FUNCIONAI - 90285061-95 -** 03331920-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.799,07 - **NUTRITION FOODS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - 90795404-87 -** 03333786-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 32.401,07 - **NUTRITION FOODS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - 90810724-15 -** 03333840-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.100,73 - **NUTRITIVA INSUMOS AGRICOLAS LTDA - 90336905-14 -** 03334116-4 - ICMS - PAF 6635300-1 - 2.171,18 - **NV SOLUCOES AGRICOLAS LTDA - 90543759-37 -** 03332653-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 320.710,42 - **O M SOKOLOWSKI EIRELI - ME - 90497898-12 -** 03332499-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 44.045,94 - **O SONHADOR COMERCIO DE COLCHOES LTDA - ME - 90744453-89 -** 03333502-4 - ICMS - GIA 08/2020 - 2.512,78 - 03333503-2 - ICMS - GIA 09/2020 - 704,92 - 03333504-0 - ICMS - GIA 10/2020 - 880,96 - **OCTA INDUSTRIA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 90601686-92 -** 03332834-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.102,29 - **ODAIR JOSE FERREIRA - 90773555-93 -** 03334135-0 - ICMS - PAF 6634867-9 - 2.169,31 - **ODILON BECK CARPES - 90470392-39 -** 03332416-2 - ICMS - GIA 01/2020 - 11,18 - 03332417-0 - ICMS - GIA 02/2020 - 26,02 - **OENNING & BIONI LTDA - 90781031-30 -** 03333719-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 555,86 - **OENNING & BIONI LTDA - 90837566-13 -** 03333956-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 579,38 - **OENNING & BIONI LTDA - 90837568-85 -** 03333957-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 842,34 - **OESTEVEL TRANSPORTE RODOVIARIO - EIRELI - 90530687-12 -** 03332617-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.440,11 - **OFFICE BRAZIL ARMAZENAMENTO E TRANSPORTES LTDA ME - 90302436-49 -** 03331965-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 26.001,20 - **OFICINA DA MODA CONFECCOES LTDA - 90252488-61 -** 03331866-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 72,91 - **OFICINAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA EIRELI - - 90731166-08 -** 03333418-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.185,35 - **OFIR ALIMENTOS LTDA - 13701410-68 -** 03331512-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.505,45 - **OFIR ALIMENTOS LTDA - 90652810-04 -** 03332994-6 - ICMS - GIA 11/2020 - 27.413,33 - **OLI SILVESTRE - 221746139-72 -** 03331166-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00034989 - 1.008,60 - **OLIVEIRA & RAMOS TRANSPORTES DE CARGAS LTDA - 90850759-23 -** 03334007-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.062,70 - **OLIVEIRA COMERCIO DE PEIXES LTDA - 90420008-57 -** 03332251-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 28.104,17 - **OMAR MARCOS MACHIAVELLI - 464467109-68 -** 03331143-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00079343 - 622,39 - 03331160-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00079341 - 414,92 - 03331161-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00079342 - 933,58 - **OMEGA TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA - EPP - 90419722-00 -** 03332249-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 863,71 - **ONCOEXPRESS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. - 09908255-05 -** 03331371-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 706,87 - **OPP INDUSTRIA TEXTIL LTDA - 90742257-70 -** 03333492-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 486.211,12 - **ORLEI LECHINSKI ZAKRZEWSKI - 023387579-47 -** 03331134-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00082260 - 8.236,00 - **ORTRANS TRANSPORTE RODOVIARIOS - EIRELI - 90755900-99 -** 03333589-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.962,86 - **OSMAR FILBIDO DE ANDRADE EIRELI - 90753915-68 -** 03333580-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.378,20 - **OSPEL COMERCIO E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - 90388672-26 -** 03332172-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.664,04 - **OSVALDO SILVESTRE - 461654799-87 -** 03331118-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00062081 - 1.966,50 - **OTACILIA APARECIDA MACHADO - 041479159-22 -** 12771875-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00173506089/2014 - 221,51 - 12771876-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00173506089/2020 - 162,15 - **OTHMAR HELENO REMPEL JUNIOR ADEGA - 90813705-13 -** 03333857-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.532,50 - **OTOMAN TRANSPORTES LTDA - 90791281-79 -** 03333760-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 80.406,06 - **OURO AZUL TRANSPORTES LTDA - ME - 90768864-04 -** 03333670-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 40.379,07 - **OVIDIO GAMBIM - 90365739-18 -** 03332088-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.038,98 - **OZZ SAUDE EIRELI - 90863801-85 -** 03334047-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.337,92 - **P & P SERVICOS ADMINISTRATIVOS E DE TRANSPORTES LTDA - 90571265-98 -** 03331183-4 - ICMS - PAF 6634093-7 - 44.572,93 - **P BATISTA DE FRANCA MOVEIS - 90782149-85 -** 03334111-3 - ICMS - PAF 6635160-2 - 2.171,18 - **P C WESTPHAL TRANSPORTES - ME - 90765677-24 -** 03333663-2 - ICMS - GIA 01/2020 - 149,20 - **P GEFFER DA SILVA - 90507795-37 -** 03334100-8 - ICMS - PAF 6635095-9 - 2.171,18 - **P J H COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - 10187159-25 -** 03331475-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.507,00 - **P L INDUSTRIA DE CONFECCOES EIRELI - 90364781-76 -** 03332085-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 185.107,11 - **P. BARROS - PIZZARIA - ME - 90763154-07 -** 03333635-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 130,72 - 03333636-5 - ICMS - GIA 03/2020 - 373,14 - 03333637-3 - ICMS - GIA 04/2020 - 122,34 - 03333638-1 - ICMS - GIA 05/2020 - 164,47 - 03333639-0 - ICMS - GIA 06/2020 - 171,24 - 03333640-3 - ICMS - GIA 07/2020 - 199,90 - **P. M. SCHLINDWEIN - VESTIARIO - ME - 90590887-15 -** 03332791-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 150,88 - 03332792-7 - ICMS - GIA 02/2020 - 102,63 - 03332793-5 - ICMS - GIA 05/2020 - 78,24 - 03332794-3 - ICMS - GIA 06/2020 - 212,38 - 03332795-1 - ICMS - GIA 07/2020 - 52,81 - 03332796-0 - ICMS - GIA 08/2020 - 58,96 - **PAGANINI & CIA LTDA - 90336415-72 -** 03332051-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 814,36 - **PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL SA - 02682287/0001-02 -** 12772244-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00857133284/2020 - 387,20 - **PANIFICADORA E MERCEARIA LETICIA LTDA - 11805034-78 -** 03331505-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 883,84 - **PANIFICADORA E MERCEARIA M.R.SOUSA COSTA LTDA. - 90127891-11 -** 03331675-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.070,73 - **PAPINHA DA VOVO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - EIR - 90678005-48 -** 03333135-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.268,38 - **PARANA HUMUS COMERCIO E EXPORTACAO LTDA - 90825475-90 -** 03333911-9 - ICMS - GIA 03/2020 - 333,68 - 03333912-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.359,47 - **PARANA MINERACAO LTDA - 90337004-12 -** 03332052-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 25.719,39 - **PARANA WOOD INDUSTRIA MADEIREIRA LTDA - 90767346-47 -** 03333666-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 46.801,44 - **PARANAGUA COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA - 90180653-52 -** 03331753-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 885,51 - **PARANAGUA CONTAINERES LTDA - 90872675-87 -** 03334064-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.516,26 - **PARISINE TECIDOS E DECORACOES LTDA - 90193584-00 -** 03331769-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 26.682,19 - **PASQUALINOTTI & CIA LTDA - 90279937-00 -** 03331914-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.246,13 - **PASSAFARO METAL MECANICA DO BRASIL LTDA - 90321289-60 -** 03332021-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 66.809,33 - **PASSARINI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90757847-05 -** 03333611-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.699,12 - **PASSARINI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90757848-88 -** 03333612-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.757,70 - **PATIO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS METALURGICOS EIR - 90796937-12 -** 03333790-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 469.984,03 - **PATRICIA KLUBER PETRIGOWITSCH E CIA LTDA - 90758146-20 -** 03334109-1 - ICMS - PAF 6635157-2 - 2.171,18 - **PATRICIA VIEIRA FRANK - 091189459-45 -** 12772150-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01091859695/2020 - 271,94 - **PAULO DE JESUS RIBEIRO - 030809169-80 -** 12771872-5 - IPVA -

RENAVAM / EXERC 00158294408/2020 - 712,82 - **PAULO CESAR DE SOUZA JUNIOR EIRELI - 90858040-03 -** 03334029-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.641,40 - **PAULO DENIVALDO GONCALVES MARIN - 077651469-55 -** 12772080-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00866409882/2014 - 143,25 - 12772089-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00866409882/2020 - 104,10 - **PAULO JOSE ALVES - 039836009-05 -** 12772079-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00864265018/2020 - 446,10 - **PAULO JOSINO DA SILVA - 174651689-53 -** 03331167-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00111264 - 7.396,40 - **PAULO LEONI COLACO - TRANSPORTES - ME - 90561810-56 -** 03332695-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 37.328,62 - **PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR - 90437069-07 -** 03332309-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.685,56 - **PAULO PEREIRA DE OLIVEIRA & CIA LTDA - 60130434-16 -** 03331604-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 97,76 - **PAVIN MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - 90188730-68 -** 03331763-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.063,81 - **PAVONI TRATORPECAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09903283-90 -** 03331286-5 - ICMS - GIA 01/2020 - 96,65 - **PBI INDUSTRIA PLASTICA LTDA - 90365350-72 -** 03332087-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.401,28 - **PBL - COMERCIO E REPRESENTACOES DE FERTILIZANTES LTDA - 90813045-61 -** 03333854-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.936,78 - **PCPREMIUM PRODUTOS E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - 90519776-26 -** 03332568-1 - ICMS - GIA 01/2020 - 15,69 - **PEDRO DA SILVA - 018333339-00 -** 12772004-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00764676873/2014 - 429,88 - 12772005-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00764676873/2020 - 309,65 - **PEDRO EDUARDO AMORIM - 057812659-10 -** 12772141-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00991559703/2020 - 474,65 - **PEDRO RIBEIRO DOS SANTOS PONTA GROSSA - 90140908-08 -** 03331687-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 19.652,16 - **PEDRO RIBEIRO DOS SANTOS PONTA GROSSA - 90719138-96 -** 03333348-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 11.648,20 - **PEGO & QUEIROZ LTDA - 90436636-63 -** 03332307-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 146,70 - 03332308-5 - ICMS - GIA 02/2020 - 182,87 - **PEIXE DOURADO RESTAURANTE E PETISCARIA LTDA - ME - 90718036-08 -** 03289273-6 - ICMS - GIA 11/2019 - 4.498,04 - **PENNACCHI & CIA LTDA - 62800100-63 -** 03331180-0 - ICMS - PAF 6624495-4 - 102.331,10 - **PEPILON INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA - 60102691-03 -** 03331586-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.602,15 - **PERFECTA PRODUTOS OPTICOS LTDA - 90516396-58 -** 03332545-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.440,99 - **PERFUMARIAS ASSAHI LTDA - ME - 90765279-35 -** 03333652-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 1.417,76 - 03333653-5 - ICMS - GIA 02/2020 - 1.079,92 - 03333654-3 - ICMS - GIA 03/2020 - 1.089,46 - 03333655-1 - ICMS - GIA 04/2020 - 731,50 - 03333656-0 - ICMS - GIA 05/2020 - 1.776,51 - 03333657-8 - ICMS - GIA 06/2020 - 1.210,57 - 03333658-6 - ICMS - GIA 07/2020 - 931,19 - 03333659-4 - ICMS - GIA 08/2020 - 1.309,19 - 03333660-8 - ICMS - GIA 09/2020 - 264,71 - 03333661-6 - ICMS - GIA 10/2020 - 368,36 - **PERGI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90747470-40 -** 03333522-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.983,85 - **PERIQUITO TRANSPORTES E REPRESENTACOES LTDA ME - 90682812-00 -** 03333151-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.903,37 - **PERNER & CIA LTDA - 90240636-04 -** 03331850-2 - ICMS - GIA 11/2020 - 1.364,68 - **PERPLAST INDUSTRIAL - EIRELI - EPP - 90668768-26 -** 03333080-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 45.385,61 - **PERTO S A PERIFERICOS PARA AUTOMACAO - 09906078-69 -** 03331327-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.672,02 - **PESTANA & VECCHI LTDA - 85000036-00 -** 03331657-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 18.696,27 - **PET CENTER COMERCIO E PARTICIPACOES S.A. - 09906753-50 -** 03331338-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 30.250,97 - **PETERSON CHAFKA - 096684919-12 -** 12772143-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01032513508/2020 - 248,07 - **PETRA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS E - 90769180-20 -** 03333672-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.062,56 - **PETROGREEN COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - 90527530-55 -** 03332595-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.585,01 - **PETSUPERMARKET COMERCIO DE PRODUTOS PARA ANIMAIS S/A - 09906808-68 -** 03331339-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 150.613,37 - **PGG CHEMICAL CORPORATION LTDA - 90723022-89 -** 03333379-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.662,64 - **PHD MULTIMARCAS EIRELI - ME - 90665971-96 -** 03333037-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.818,28 - **PHENIX MAX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - 90640617-95 -** 03332943-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 81.807,59 - **PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA - 09905358-50 -** 03331313-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.347,23 - **PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA - 09908959-88 -** 03331389-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 66.956,88 - **PHL PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME - 90445636-54 -** 03332339-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 19.338,99 - **PHOENIX CURITIBA COMERCIO DE TECIDOS LTDA - 10138305-99 -** 03331423-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.070,99 - **PHOENIX TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA - 90686409-60 -** 03333161-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 27.480,88 - **PICOLE TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - 90297001-06 -** 03331945-2 - ICMS - GIA 06/2020 - 68,17 - 03331946-0 - ICMS - GIA 07/2020 - 242,35 - 03331947-9 - ICMS - GIA 08/2020 - 87,77 - 03331948-7 - ICMS - GIA 09/2020 - 14,14 - 03331949-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.700,23 - **PIER 13 - EIRELI - 90789234-47 -** 03333752-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.220,01 - **PIER 69 - LTDA - 90788088-50 -** 03333749-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.480,98 - **PIERGO INDUSTRIA E COMERCIO DE ACO EIRELI - 10125034-20 -** 03331419-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.962,76 - **PILAO AMIDOS LTDA - 41602528-26 -** 03331574-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 145.535,14 - **PINDUALHOS ALIMENTOS E CONDIMENTOS EIRELI - 90491032-52 -** 03332475-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.067,90 - **PINHEIRO COMERCIO DE VINHOS EIRELI - 90837878-45 -** 03333958-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.351,67 - **PIOVAM TECNICA E COM DE ACESSORIOS PARA PORTAS LTDA - 90105433-95 -** 03331659-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.113,32 - **PIOVEZAN & ALVES IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA. - ME - 90686955-19 -** 03331210-5 - ICMS - GIA 09/2020 - 77.285,60 - 03333164-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 104.696,15 - **PIZZI & CIA LTDA ME - 90555679-70 -** 03332682-3 - ICMS - GIA 05/2020 - 1.602,21 - 03332683-1 - ICMS - GIA 06/2020 - 1.156,28 - 03332684-0 - ICMS - GIA 07/2020 - 1.027,22 - 03332685-8 - ICMS - GIA 08/2020 - 1.249,95 - 03332686-6 - ICMS - GIA 09/2020 - 208,21 - 03332687-4 - ICMS - GIA 10/2020 - 285,77 - **PJ PB RESTAURANTE E GRILL LTDA - 90648282-71 -** 03332981-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.288,71 - **PK INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - 90365916-57 -** 03332090-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 104.308,33 - **PKT SERVICOS DE REVESTIMENTO LTDA - 90748815-29 -** 03333541-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 50.024,67 - **PLANALTO ENCOMENDAS LTDA - 90351647-04 -** 03332067-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 18.668,66 - **PLANALTO TRANSPORTES LTDA - 90123378-06 -** 03331672-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 118.666,96 - **PLANETA ALUMINIO ESQUADRIAS EIRELI - 90635240-07 -** 03332918-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 12.727,88 - **PLAST UNION LTDA - 90216853-29 -** 03331804-9 - ICMS - GIA 09/2020 - 1,46 - 03331805-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 481,27 - **PLASTENGE ESTRUTURAS PRE-MOLDADAS LTDA ME - 90624041-64 -** 03334078-8 - ICMS - PAF 6635318-4 - 542,80 - **PLASTIC ROYAL BAGS CONTENTORES FLEXIVEIS LTDA - 90428479-30 -** 03332287-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.277,39 - **PLASTICOS FANTONI DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP - 90719977-04 -** 03333360-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.287,54 - **PLASTICOS MUNDIAL - INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS - 90741912-63 -** 03333485-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 367.601,52 - **PLASTILIT PRODUTOS PLASTICOS DO PARANA S/A - 90279519-77 -** 03331912-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 119.575,44 - **PLASTILIT PRODUTOS PLASTICOS DO PARANA S/A - 90589819-12 -** 03332776-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 431.414,26 - **PLASTILIT PRODUTOS PLASTICOS DO PARANA S/A - 90630912-24 -** 03332906-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 431.188,59 - **PLASTIRUBBER COM DE PLASTICOS E VEDACOES INDUSTRIAIS LT - 90480066-01 -** 03332443-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 30.212,32 - **PLASTMOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90108233-20 -** 03331664-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.741,64 - **PLAYWOOD INDUSTRIAL LTDA - 90267209-55 -** 03331888-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 92.416,78 - **PLP PRODUTOS DE LINHAS PREFORMADOS - 09909213-00 -** 03331396-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 42.759,85 - **PLUMA CONFORTO E TURISMO S/A - 10114780-06 -** 03331416-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 60.398,02 - **POINT SPORT FITNESS COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - 90627460-49 -** 03332895-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 18.049,10 - **POLI FILTRO INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS PARA AUTOS LT - 09903301-07 -** 03331287-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.808,93 - **POLIM-AGRI AGRICOLA EIRELI - 90506302-23 -** 03332522-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.793,00 - **POLISUL TRANSPORTES E LOGISTICA FRIGORIFICADA EIRELI ? - 90584945-07 -** 03332751-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 456.334,04 - **POLO COMERCIO DE GONDULAS LTDA ME - 90596185-36 -** 03332816-8 - ICMS - GIA 01/2020 - 17,14 - 03332817-6 - ICMS - GIA 02/2020 - 242,42 - **POLO WEAR PONTA GROSSA COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - 90679816-66 -** 03333138-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.686,51 - **PONTES PETINELLI ATACADO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI - 90231071-10 -** 03331833-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.267,31 - **POP MIX ARTIGOS DE VESTUARIO EIRELI - ME - 90734847-47 -** 03333441-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 553.248,40 - 03334181-4 - ICMS - GIA 01/2021 - 128.825,08 - **PORTO DE AREIA POR DO SOL LTDA - 90648326-27 -** 03332982-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.963,17 - **POSITEC IMPORTACAO DE FERRAMENTAS LTDA - 09908031-02 -** 03331361-6 - ICMS - GIA 01/2020 - 357,55 - **POSTAI E CIA LTDA - 10004494-38 -** 03331404-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.567,92 - **POSTO DE SERVICOS ROSARIO LTDA - 10125872-67 -** 03331420-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.847,94 - **POSTO GOVERNADOR ROBERTO DA SILVEIRA LTDA - EPP - 90690858-11 -** 03333191-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.414,52 - **POSTO MASTER LINE CENTRO LTDA - 90659886-80 -** 03333015-4 - ICMS - GIA 09/2020 - 2,50 - 03333016-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.255,64 - **POTRICK INDUSTRIA COMERCIO E REFORMAS DE CARROCERIAS LT - 90542487-49 -** 03332642-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 633,26 - **POWERGAS DO BRASIL - INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS EIRE - 90759447-53 -** 03333616-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.177,94 - **PPP COMERCIO DE GAS E BEBIDAS LTDA ME - 90734346-42 -** 03333439-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 638,96 - **PRACA RUI NEWS CONFECCOES - EIRELI - 90612850-05 -** 03332851-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.858,67 - **PRADO MONTAGENS ELETRICAS LTDA - ME - 90718217-70 -** 03333344-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.465,13 - **PRE-FABRICADOS JUNCAO LTDA - 90429130-70 -** 03332288-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.119,27 - **PREGRAPHI IMPORTACAO, COMERCIO E CONSULTORIA LTDA - 70116084-39 -** 03331627-5 - ICMS - GIA 11/2020 - 824,05 - **PREVILEGE MINI MERCADO LTDA - 90239291-28 -** 03331848-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.005,53 - **PRIMA FRUTTA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - ME - 90689809-81 -** 03333177-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 121.947,89 - **PRIMATO COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL - 90689416-50 -** 03333176-2 - ICMS - GIA 11/2019 - 3.724,87 - **PRIME EXPRESS LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA - 90667405-09 -** 03333065-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 532.257,25 - **PRINCESA DO LAR CONFECCOES LTDA - 90257874-95 -** 03331872-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 51.707,61 - **PRISCILA CAETANO PINTO BINI ME - 90687103-30 -** 03334124-5 - ICMS - PAF 6635321-4 - 2.171,18 - **PRISCILA CAMARGO DO NASCIMENTO - 110858809-31 -** 12772159-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01181445571/2018 - 92,26 - 12772160-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01181445571/2020 - 307,81 - **PRISCILA NOLTE - 90671307-12 -** 03333100-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 998,26 - **PRO AGRICOLA UMUARAMA LTDA - 82201610-30 -** 03331651-8 - ICMS - GIA 01/2020 - 277,54 - **PROCESSIL EQUIPAMENTOS AGROINDUSTRIAIS EIRELI - 61102804-06 -** 03331606-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 32.556,90 - **PRODUBAN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90595719-80 -** 03332810-9 - ICMS - GIA 10/2020 - 2.162,74 - 03332811-7 - ICMS - GIA 11/2020 - 34,87 - 03332812-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 5,26 - **PRODUMAC -PRODUTOS ALIMENTICIOS MARIA CLARA LTDA - 90212995-26 -** 03331800-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.629,49 - **PRODUMAC -PRODUTOS ALIMENTICIOS MARIA CLARA LTDA - 90653125-97 -** 03332995-4 - ICMS - GIA 11/2020 - 12.932,14 - **PRODUTORA E COMERCIAL**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

AGRICOLA ARAPONGAS LTDA - 62803444-33 - 03331611-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 102.637,72 - **PROFIT NEAT COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI - 90864381-08 -** 03334051-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.879,79 - **PROINSACK EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - 90584980-81 -** 03332752-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 28.597,66 - **PROMEX COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 09909218-14 -** 03331397-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.109,32 - **PRSUL ALIMENTOS EIRELI EPP - 90599669-09 -** 03332830-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.210,92 - **PUGLIESI INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - 70117848-30 -** 03331628-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.065,77 - **PUHL ESTACIONAMENTOS EIRELI - 90811410-85 -** 03333851-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.234,79 - **PULVERYS ESPECIALIDADES MINERAIS LTDA - 90515787-64 -** 03332543-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.051,11 - **PVYS ADITIVOS MINERAIS EIRELI-EPP - 90671398-50 -** 03333101-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.369,45 - **PW SUL BR LTDA - ME - 90745225-53 -** 03333513-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 40.206,62 - **QBACANA ALIMENTOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP - 32301989-41 -** 03331556-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.754,42 - **QUALIDADE TOTAL FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA - 70120793-91 -** 03331633-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 15.490,49 - **QUALY & CONSERVAS IND E COM DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - 90633846-71 -** 03332915-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.564,16 - **QUATRO BARRAS - COMERCIO DE ARTEFATOS PLASTICOS LTDA - 90288776-81 -** 03331924-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.625,16 - **QUATRO ELOS CORRENTES E ENGRENAGENS LTDA - 90259293-89 -** 03331876-6 - ICMS - GIA 01/2020 - 373,59 - **QUATRO RODAS TRANSPORTES LTDA - 90373087-03 -** 03334117-2 - ICMS - PAF 6635303-6 - 2.171,18 - **QUIMICA DINIZ-INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 70111597-07 -** 03331624-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.582,24 - **QUIMICAMASTER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90643325-78 -** 03332948-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 85.087,42 - **R BRANDELERO & FILHO LTDA - 90499817-64 -** 03332505-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 286,30 - 03334080-0 - ICMS - PAF 6635033-9 - 541,47 - **R DE OLIVEIRA INDUSTRIA DE PRE MOLDADOS - EIRELI - 90639635-15 -** 03332940-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 120.069,60 - **R J M PANIFICADORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90311907-19 -** 03331995-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.906,37 - **R L EWERLING PRODUTOS ALIMENTICIOS - EIRELI - 90782292-30 -** 03331196-6 - ICMS - GIA 02/2020 - 1.165,97 - 03331197-4 - ICMS - GIA 03/2020 - 1.590,55 - 03331198-2 - ICMS - GIA 04/2020 - 2.398,73 - **R M COMERCIO DE CHOCOLATES LTDA - EPP - 90742447-23 -** 03333494-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 28.156,54 - **R S DE OLIVEIRA ELETRONICOS - ME - 90587902-20 -** 03332760-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.280,21 - **R S TRANSPORTES LTDA - 90236941-47 -** 03331842-1 - ICMS - GIA 01/2020 - 25,24 - 03331843-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 23,58 - 03331844-8 - ICMS - GIA 10/2020 - 95,29 - **R. A. TEODORO FABRICACAO DE PRODUTOS DE CARNE - 90835058-82 -** 03333938-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 648,71 - **R. ALVES DOS SANTOS EIRELI - 90825335-30 -** 03333909-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 45.950,82 - **R. BEAL TRANSPORTE-ME - 90667287-11 -** 03333064-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.015,52 - **R. DE F. OLIVEIRA -DISTRIBUIDORA - ME - 90757734-10 -** 03333610-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.333,10 - **R. F. RIOS & CIA LTDA - ME - 90418994-49 -** 03332248-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.399,42 - **R. J. REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA - 90868030-86 -** 03334061-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.258,05 - **R. L. S. - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP - 90672416-20 -** 03333110-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 648,57 - **R. M. DO NASCIMENTO MIRANDA - AUTO PECAS - 90645582-07 -** 03332968-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.506,94 - **R.B.GUIMARAES & CIA.LTDA. - EPP - 90400736-60 -** 03332181-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 44.754,55 - **R.F.O. MACIEL VANDAS VIA INTERNET - ME - 90690894-85 -** 03333192-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.532,44 - **R.P.A. TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - 90836675-13 -** 03333941-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 156.584,82 - **R2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90682428-08 -** 03333149-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 32.008,79 - **R2O COMERCIO ATACADISTA DE GRAOS LTDA - 90854167-71 -** 03334016-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.361,12 - **RAFAEL DE OLIVEIRA CALEGARI - 090382959-28 -** 12772235-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00807641901/2020 - 385,57 - **RAFAEL SANTOS CRAIJO - 108766499-32 -** 12771856-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00678727503/2016 - 316,46 - **RAIANE APARECIDA MACEDOS DOS SANTOS - 111054999-79 -** 12772158-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01178506530/2020 - 349,86 - **RAIMUNDO MANOEL DA SILVA - 880364724-49 -** 12772048-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00825379393/2014 - 131,62 - **RAMASTER USINAGEM DE PRECISAO LTDA - 90438358-98 -** 03332311-5 - ICMS - GIA 09/2020 - 55,90 - 03332312-3 - ICMS - GIA 10/2020 - 182,63 - 03332313-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 326,74 - 03332314-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.494,58 - **RAMOS & MORAES SUPERMERCADO LTDA - ME - 90761910-90 -** 03333624-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.703,93 - **RANAKOSKI TRANSPORTES EIRELI EPP - 90756906-38 -** 03333596-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 21.423,82 - **RANATRANS LOGISTICA E SERVICOS EIRELI - 90862931-00 -** 03334040-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.783,49 - **RAPHAEL ALIPIO KESSELI - 070303549-58 -** 12771884-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00210449250/2020 - 138,88 - **RAPIDO PAULISTANA LTDA ME - 90769767-30 -** 03333677-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 144.519,34 - **RAR COMERCIO JOALHEIRO LTDA - ME - 90693772-78 -** 03333215-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.686,64 - **RBG PREMOLDADOS LTDA - 83300476-08 -** 03331653-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.614,48 - **RBL SERVICOS DE USINAGEM LTDA - 90772264-32 -** 03333688-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.672,15 - **RC FERRAMENTAS DO BRASIL EIRELI - ME - 90731532-01 -** 03331205-9 - ICMS - GIA 08/2020 - 1.772,79 - 03331206-7 - ICMS - GIA 09/2020 - 3.528,34 - **RCR FUNDICAO EIRELI - ME - 90568214-89 -** 03332713-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 58.517,44 - **RCTAMPAS EIRELI - 90591137-60 -** 03332797-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.952,35 - **REAG TRANSPORTES LTDA - 90841540-05 -** 03333973-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 15.486,49 - **REAL COMERCIO DE PNEUS E RODAS LTDA - 90421927-48 -** 03332255-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 909,21 - **REAL TINTAS CURITIBA LTDA - 90263189-52 -** 03331882-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.570,21 - **REBOCAR INDUSTRIA E COMERCIO DE REBOQUES LTDA - 90374883-45 -** 03332122-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 26.865,54 - **RECUPERADORA DE RADIADORES FV LTDA. - 90740234-76 -** 03333477-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 962,55 - **REDE RK RESTAURANTE DELIVERY EIRELI - ME - 90753063-90 -** 03333566-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 219,40 - **REFRIBEL REFRIGERACAO EIRELI - 90775792-70 -** 03333701-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 883,86 - **REFRIGERACAO DUFRIO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA - 09903139-54 -** 03331285-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.357,29 - **REFRIGERACAO DUFRIO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA - 09903960-43 -** 03331290-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.049,29 - **REFRIGERACAO DUFRIO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA - 09904358-04 -** 03331292-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.625,92 - **REFRIGERACAO DUFRIO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA - 09905121-32 -** 03331306-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 38.042,01 - **REFRIGERACAO DUFRIO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA - 09905123-02 -** 03331307-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 238.765,79 - **REFRIGERACAO DUFRIO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA - 09907949-52 -** 03331358-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.116,55 - **REFRIGERACAO PAICANDU EIRELI - 90537749-35 -** 03332635-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 53.922,25 - **REFRIGERACAO UNIVERSAL LTDA - 90267912-08 -** 03331889-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.426,62 - **REGIANE APARECIDA ROTH DOMINGOS - 90778783-40 -** 03333710-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.940,83 - **REGIANE ARAUJO DE SOUZA - 341782618-78 -** 12772185-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00451495349/2020 - 1.427,08 - **REGINA DAS DORES RAPOSO - 90173893-91 -** 03331734-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 12,43 - 03331735-2 - ICMS - GIA 02/2020 - 12,39 - 03331736-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 12,34 - 03331737-9 - ICMS - GIA 04/2020 - 12,32 - 03331738-7 - ICMS - GIA 05/2020 - 12,28 - 03331739-5 - ICMS - GIA 06/2020 - 12,26 - 03331740-9 - ICMS - GIA 07/2020 - 12,24 - 03331741-7 - ICMS - GIA 08/2020 - 12,22 - 03331742-5 - ICMS - GIA 09/2020 - 12,20 - 03331743-3 - ICMS - GIA 10/2020 - 12,18 - 03331744-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 12,16 - 03331745-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 12,14 - **REGINA M K SAKAMOTO & CIA LTDA - 11805909-31 -** 03331506-6 - ICMS - GIA 03/2020 - 1.853,83 - **REINALDO FERREIRA DA CRUZ - 022880349-71 -** 12695944-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00967822050/2019 - 559,45 - **RELOJOARIA & OTICA DIAMANTE AZUL LTDA - 83300325-97 -** 03331652-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.162,45 - **RENATO C DOS SANTOS - 051443339-66 -** 12772244-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00857133284/2020 - 387,20 - **RENATO PIRAN - ME - 90523455-26 -** 03332579-7 - ICMS - GIA 08/2020 - 299,36 - 03332580-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 851,47 - **RENATO SOBUTKA - 90341288-79 -** 03334143-1 - ICMS - PAF 6634884-9 - 2.169,31 - **RENUKA VALE DO IVAI S.A. - 64500463-94 -** 03331615-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 16.782,42 - **RESTAURANTE E LANCHONETE ALIANCA LTDA - 90371664-96 -** 03332118-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 295,75 - **RESTAURANTE MANGIARE FELICE LTDA - 90219170-41 -** 03331819-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 414,08 - **REUNIDAS TRANSPORTADORA RODOVIARIA DE CARGAS S/A - 10171735-68 -** 03331455-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 124.245,40 - **REUNIDAS TRANSPORTES S.A - 90647376-32 -** 03332977-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 75.046,34 - **REVESCOR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90163187-50 -** 03331713-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 42.337,26 - **REVESTSUL PRODUTOS QUIMICOS LTDA - 90195263-96 -** 03331772-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.200,96 - **RIBEIRO E VANDOSKI LTDA - 90429847-68 -** 03332290-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.243,31 - **RIBEIRO S/A - COMERCIO DE PNEUS - 90671833-28 -** 03333105-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 95.032,61 - **RICAMBI COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTDA - 09908302-66 -** 03331374-8 - ICMS - GIA 08/2020 - 874,24 - **RICARDO MARCONDES PIRES - 093795719-41 -** 12772228-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00785126988/2018 - 98,44 - 12772229-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00785126988/2019 - 92,46 - 12772230-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00785126988/2020 - 85,99 - **RICARDO OLIVEIRA DE ANDRDE - 092156299-39 -** 12771991-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00738979570/2020 - 275,42 - **RICARDO RODRIGUES NIECKARZ - 077641799-14 -** 12338053-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00340735040/2019 - 1.150,51 - **RICARDO SCHNEIDER MOVEIS - 90373230-01 -** 03332119-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 116.615,94 - **RICARDO TANNO & TANNO LTDA - 53000442-22 -** 03331584-8 - ICMS - GIA 01/2020 - 10,95 - **RIMAFLEX COMERCIO DE VEICULOS - EIRELI - EPP - 90355390-15 -** 03332072-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.020,95 - **RIMAVEL COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 10007685-33 -** 03331408-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 929,74 - **RIMMAVA SUPERMERCADO LTDA - 90268647-95 -** 03331892-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.536,68 - **RIO AZUL TRANSPORTE E LOGISTICA EIRELI - 90344196-87 -** 03332061-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.009,04 - **RIQUENA NETO AR CONDICIONADO LTDA - 09905070-58 -** 03331299-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 96.311,03 - **RIQUENA NETO AR CONDICIONADO LTDA - 09906341-65 -** 03331332-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 136.315,36 - **RIQUENA NETO AR CONDICIONADO LTDA - 09908122-84 -** 03331365-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.604,74 - **RITA DE CASIA ESTEVAO - 030498129-07 -** 03331150-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00119460 - 5.434,80 - **RITA DE CASSIA BITTENCOURT CAVALHEIRO DE SENA - 022598119-06 -** 12772175-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00170066592/2020 - 529,80 - **RITCHIE MAGALHAES LOPES - 094650849-64 -** 12772039-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00811436241/2020 - 364,75 - **RIVAEL JOSE DOBKE - 037030919-75 -** 12772099-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00911661948/2020 - 138,21 - **RLC INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - 90851781-45 -** 03334010-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.879,92 - **ROBERTO BINE - 021228069-40 -** 12771928-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00282977538/2020 - 590,37 - **ROBERTO KOLODZIESKI - 631110479-20 -** 12771915-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00260512745/2014 - 196,41 - 12771916-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00260512745/2020 - 138,88 - **ROBISON BORDUM - 90420177-41 -** 03334093-1 - ICMS - PAF 6635023-1 - 2.165,89 - 03334134-2 - ICMS - PAF 6634866-0 - 2.169,31 - 03334155-5 - ICMS - PAF 6634945-4 -

2.165,89 - **ROBSON CLAY M PIRES - 030946469-21 -** 12772188-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00502431946/2020 - 305,69 - **ROBSON RODRIGUES DOS SANTOS - 097816789-92 -** 12772003-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00764063685/2020 - 102,84 - **ROCA SANITARIOS BRASIL LTDA - 09904361-00 -** 03331293-8 - ICMS - GIA 01/2020 - 124,18 - 03331294-6 - ICMS - GIA 02/2020 - 12,39 - **RODASUL LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA - 90698374-57 -** 03333253-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.101,17 - **RODO BECHER EIRELI - 90577110-83 -** 03332732-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.734,65 - **RODOCIBRA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 10302873-60 -** 03331483-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.214,76 - **RODOCURITIBA COMERCIAL E TRANSPORTADORA LTDA - 90455949-01 -** 03332384-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 22.290,65 - **RODOESTE TRANSPORTES - EIRELI - 90739144-23 -** 03333471-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.492,22 - **RODOFRIO TRANSPORTES EIRELI - 90661706-48 -** 03333025-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.167,67 - **RODOGARCIA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 90378402-43 -** 03332127-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 35.415,44 - **RODOGARCIA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 90344321-95 -** 03332062-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 67.590,15 - **RODOGREEN IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA - EPP - 90572099-65 -** 03332719-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 140.287,27 - **RODOKRIK TRANSPORTES EIRELI - 90423327-79 -** 03332259-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.059,42 - **RODOLFO AUGUSTO AGELUNE DE ALMEIDA - 043666499-26 -** 12772201-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00655128751/2014 - 453,82 - **RODOLOGUS TRANSPORTES EIRELI - ME - 90368456-91 -** 03334104-0 - ICMS - PAF 6635143-2 - 2.171,18 - **RODOMAVI COMERCIO DE IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA - 90316565-05 -** 03332000-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.138,27 - **RODOVIARIO ELITE LTDA - ME - 90714992-75 -** 03333336-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.708,78 - **RODOVIARIO MATSUDA LTDA - 90216066-31 -** 03331803-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 30.800,33 - **RODRIGO FERREIRA MIGUEL - 040833239-57 -** 12354180-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00424949261/2019 - 1.228,93 - **RODRIGO LUIZ CORDEIRO - 043204299-74 -** 12772204-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00764344285/2020 - 344,45 - **RODRIGO PONCIANO DA SILVA - 031010529-39 -** 03331202-4 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 2017000449720/02 - 1.018,87 - **RODRIGUES DE ALMEIDA COMERCIAL EIRELI - 90450108-53 -** 03332359-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 378,25 - **ROGERIO MIGUEL ROCHA - ARTIGOS ESPORTIVOS - 90454061-70 -** 03332381-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.367,75 - **ROGERIO QUINTO ROLIM DE MOURA - EIRELI - 90664119-47 -** 03333032-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.239,68 - **ROMAIR DE FATIMA DOS SANTOS - 759547619-49 -** 12772075-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00852286457/2020 - 406,83 - **ROMANUS SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA - 90308479-00 -** 03331976-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 592,06 - **ROMBALDI SUPERMERCADO EIRELI - 90402192-07 -** 03332197-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.123,24 - **ROMER INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - 90459130-04 -** 03332393-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 734,05 - **RONALDO A. DA SILVA - EIRELI - ME - 90663827-42 -** 03333031-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.531,71 - **RONALDO VALENTE JUNIOR - 293303941-91 -** 12771990-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00737415037/2020 - 377,53 - **RONNY PETTERSON ROSOLEM MADUENHO - 90427267-18 -** 03332276-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.311,51 - **RONNY W QUOSS & CIA LTDA - 90467178-96 -** 03332412-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.619,76 - **ROPEM - IND. COM. PROD. ALIMENTICIOS EIRELI - 90790303-65 -** 03333755-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 57.544,50 - **ROQUE ALVES DE OLIVEIRA - 609935889-72 -** 03331127-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00117004 - 5.819,74 - 03331147-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00117005 - 2.327,89 - **ROSA FINCO MUNHOZ EPP - 90187977-01 -** 03331761-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.859,33 - **ROSALINA GOBBO - 563929159-15 -** 03331255-5 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 2020000329679/02 - 30.589,50 - **ROSANA APARECIDA PASSONI DE OLIVEIRA - 90864586-30 -** 03334053-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 834,55 - **ROSANA APARECIDA SENA SILVA PRODUTOS DE LIMPEZA - ME - 90721167-36 -** 03333368-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 85.568,65 - **ROSANA MARIA VEIGA MENDES - 523412329-49 -** 12771973-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00528809652/2020 - 1.014,84 - **ROSANA SALOMAO MARTINS - 817887469-53 -** 03331268-7 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 2016000184443/02 - 182.642,51 - **ROSANE HEINSCH - 044997299-20 -** 12772258-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00908154933/2015 - 101,00 - 12772259-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00908154933/2016 - 89,95 - **ROSANE INACIO PEREIRA BUCIOLI - 90493188-87 -** 03332482-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.740,06 - **ROSANGELA DA SILVA - 869427949-53 -** 12772215-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00780464192/2018 - 254,41 - 12772216-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00780464192/2019 - 343,47 - 12772217-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00780464192/2020 - 320,35 - **ROSELIA DE CAMPOS SILVA - ME - 90710867-87 -** 03333315-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.058,23 - **ROSEMARY FARIAS AFFONSO - ME - 90719030-76 -** 03333347-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.996,33 - **ROSENILDA MACHADO DE MEIRA - RESTAURANTE - ME - 90698802-04 -** 03333261-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 315,91 - 03333262-9 - ICMS - GIA 04/2020 - 252,70 - 03333263-7 - ICMS - GIA 05/2020 - 211,26 - 03333264-5 - ICMS - GIA 07/2020 - 87,99 - 03333265-3 - ICMS - GIA 08/2020 - 233,96 - 03333266-1 - ICMS - GIA 09/2020 - 161,54 - 03333267-0 - ICMS - GIA 10/2020 - 246,35 - 03333268-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 542,66 - **ROSIMEIRE APARECIDA DE ASSIS - 042436499-95 -** 12772119-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00936478250/2020 - 520,63 - **ROSMOVEL COMERCIO DE MOVEIS LTDA - 90174423-81 -** 03331750-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.217,74 - **ROSSETIM COMPRESSORES LTDA - ME - 90685899-13 -** 03333158-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.239,66 - **ROSSIFLEXJR - INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - 90861322-89 -** 03334036-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 20.488,68 - **ROTA FB TRANSPORTES LTDA - 90448942-51 -** 03332357-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 140,14 - **ROTAS DE VIACAO DO TRIANGULO LTDA. - 90708173-70 -** 03333308-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 75.065,63 - **ROTULOS E ETIQUETAS PARANA LTDA - 90290026-89 -** 03331937-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 41.784,13 - **ROYAL CHEMICALS IND E COM DE PRODS QUIMICOS LTDA - 10165227-04 -** 03331445-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.659,42 - **RP TRANSPORTES PEGORARO LTDA - 90802720-54 -** 03333809-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.189,15 - **RPS AGRO - REPRESENTACOES COMERCIAIS EIRELI - 90863773-97 -** 03334046-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.738,71 - **RSR IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS AGROPE - 90456876-75 -** 03332386-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.131,79 - **RTI TELEINFORMATICA LTDA - 90388486-04 -** 03332171-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 27.683,08 - **RUDINEI MIRANDA DA CRUZ - 061318719-90 -** 12771975-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00551443324/2020 - 165,14 - **RUI ALEXANDRE REBLIM DE CAMARGO - 880918309-63 -** 12772058-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00838451993/2020 - 128,84 - **RUI ASSUNCAO KESIKOWSKI - METALURGICA - 90479266-77 -** 03332442-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 15.357,42 - **RUI CERGIO MASSAROTTO - 473351659-20 -** 03331175-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00115323 - 4.901,07 - **RUMEN FORTE DO BRASIL IND E COM DE PROD AGROPECUARIOS L - 90631110-04 -** 03332913-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.239,66 - **RV COMERCIO DE ESTOPAS LTDA - 90307129-08 -** 03331973-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.822,06 - **RVT TRANSPORTES LTDA - 90821484-66 -** 03333889-9 - ICMS - GIA 08/2020 - 3.294,20 - 03333890-2 - ICMS - GIA 09/2020 - 4.727,67 - 03333891-0 - ICMS - GIA 10/2020 - 4.921,55 - **S C TAVARES CAMPAGNONI - 90626128-67 -** 03332893-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.789,24 - **S A NUTRI INDUSTRIA E COMERCIO DE RACOES E ALIMENTOS LT - 90708444-24 -** 03333309-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.046,26 - **S A TONON - 90409429-36 -** 03332223-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 24.844,35 - **S DE SOUZA E SILVA COMERCIO DE ALIMENTOS - 90854121-99 -** 03334015-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.891,76 - **S E L MOVEIS E DECORACOES LTDA - 90245662-74 -** 03331855-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 16.928,63 - **S E TRANSPORTADORA TURISITICA LTDA - 90444119-86 -** 03332329-8 - ICMS - GIA 11/2020 - 107,49 - 03332330-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.353,42 - **S G ALUMINIOS LTDA - 90450371-15 -** 03332360-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 245.678,80 - **S G INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP - 62700649-71 -** 03331608-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 112.706,98 - **S M DA SILVA PEREIRA - 90495870-04 -** 03332484-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 470,79 - 03332485-5 - ICMS - GIA 02/2020 - 426,17 - 03332486-3 - ICMS - GIA 03/2020 - 461,74 - 03332487-1 - ICMS - GIA 04/2020 - 295,18 - 03332488-0 - ICMS - GIA 05/2020 - 692,54 - 03332489-8 - ICMS - GIA 06/2020 - 640,25 - 03332490-1 - ICMS - GIA 07/2020 - 387,13 - 03332491-0 - ICMS - GIA 08/2020 - 543,07 - **S M DA SILVA PEREIRA - 81201732-28 -** 03331643-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 1.017,21 - 03331644-5 - ICMS - GIA 02/2020 - 1.071,58 - 03331645-3 - ICMS - GIA 03/2020 - 808,21 - 03331646-1 - ICMS - GIA 04/2020 - 589,20 - 03331647-0 - ICMS - GIA 05/2020 - 1.478,45 - 03331648-8 - ICMS - GIA 06/2020 - 1.227,40 - 03331649-6 - ICMS - GIA 07/2020 - 973,08 - 03331650-0 - ICMS - GIA 08/2020 - 1.353,70 - **S M FERRARI CELI- RESTAURANTE - 90402055-91 -** 03332184-8 - ICMS - GIA 01/2020 - 282,84 - 03332185-6 - ICMS - GIA 02/2020 - 287,70 - 03332186-4 - ICMS - GIA 03/2020 - 183,80 - 03332187-2 - ICMS - GIA 04/2020 - 206,62 - 03332188-0 - ICMS - GIA 05/2020 - 234,28 - 03332189-9 - ICMS - GIA 06/2020 - 178,23 - 03332190-2 - ICMS - GIA 07/2020 - 214,29 - 03332191-0 - ICMS - GIA 08/2020 - 204,67 - 03332192-9 - ICMS - GIA 09/2020 - 223,77 - 03332193-7 - ICMS - GIA 10/2020 - 201,41 - 03332194-5 - ICMS - GIA 11/2020 - 218,70 - 03332195-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 237,02 - **S O TRANSPORTES EIRELI - 90304712-77 -** 03331969-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 34.276,25 - **S S ANDRE - 90445310-27 -** 03332335-2 - ICMS - GIA 11/2020 - 438,28 - 03332336-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.444,60 - **S T S INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - 90194222-64 -** 03331771-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 19.559,06 - **S VETRO COMERCIO DE VIDROS LTDA - 90444721-87 -** 03332332-8 - ICMS - GIA 11/2020 - 862,46 - 03332333-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.390,74 - **S. ALEX DA SILVA - ARTIGOS RELIGIOSOS - EIRELI - ME - 90630086-96 -** 03332904-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.359,09 - **S. ANDREIA FRANCO & CIA LTDA - ME - 90657882-49 -** 03334075-3 - ICMS - PAF 6635149-1 - 2.171,18 - **S4 PERFUMARIA LTDA - 90195661-85 -** 03331773-5 - ICMS - GIA 01/2020 - 760,02 - 03331774-3 - ICMS - GIA 02/2020 - 888,83 - 03331775-1 - ICMS - GIA 03/2020 - 639,85 - 03331776-0 - ICMS - GIA 04/2020 - 176,58 - 03331777-8 - ICMS - GIA 05/2020 - 975,96 - 03331778-6 - ICMS - GIA 06/2020 - 703,78 - 03331779-4 - ICMS - GIA 07/2020 - 596,09 - 03331780-8 - ICMS - GIA 08/2020 - 870,67 - **SABENSUL EMBALAGENS DO BRASIL LTDA - 09904216-84 -** 03331291-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 5.926,03 - **SABOR ALTERNATIVO PRODUTOS NATURAIS LTDA - 90426767-88 -** 03332275-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 25.075,42 - **SABRINA RUBIAN GARCIA DA COSTA - 076966279-02 -** 12771879-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00191304891/2020 - 734,56 - **SAEKO MANGUEIRAS E CONEXOES EIRELI - 90834110-47 -** 03333933-0 - ICMS - GIA 05/2020 - 153,37 - 03333934-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.407,46 - **SAFRA LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL - 62063177/0001-94 -** 12772188-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00502431946/2020 - 305,69 - **SAFRAO EXPRESS POSTO E CONVENIENCIA LTDA ME - 90727761-59 -** 03333399-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.677,76 - **SAINT HONORE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90823470-78 -** 03333905-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 4,94 - **SAINT HONORE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90744783-92 -** 03333511-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 3,54 - **SAKKAE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME - 10173500-10 -** 03331462-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 593,49 - **SALE COMPENSADOS LTDA - ME - 90708657-74 -** 03333310-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 21.146,19 - **SALETE DE ALBUQUERQUE BOLSONELLO - 856419609-34 -** 03331217-2 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 2018000308203/02 - 12.391,38 - **SALGADO EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA LTDA - 90787406-01 -** 03333747-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.079,85 - **SALGATERIA D ITALIA INDUSTRIA E COMERCIO DE MASSAS E SA - 90329209-15 -** 03332034-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.461,35 - **SALOMAO COUROS EIRELI - ME - 90499411-18 -** 03332503-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.809,26 - **SALTA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90240882-75 -** 03331851-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.407,14 - **SAM REAL**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

TRANSPORTES LTDA - 90816897-65 - 03333867-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.924,10 - **SAMIR EL LADEN - 752701709-06 -** 12772265-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00922760012/2020 - 1.279,74 - **SAMUEL RODRIGUES - 256798928-55 -** 12772176-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00200290916/2020 - 138,88 - **SANDRA FERREIRA DE ALBUQUERQUE LEITE - 943846229-53 -** 03331212-1 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 20180003082O3/02 - 12.391,38 - **SANDRA REGINA QUINTINO BOTARO - 132561448-37 -** 12771941-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00331721392/2020 - 637,05 - **SANDRO ANTONIO GADENZ - 271058808-05 -** 12772147-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00984984666/2019 - 1.249,72 - 12772148-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00984984666/2020 - 1.143,56 - **SANDRO NEDOPETALSKI - 033657929-29 -** 03334088-5 - ICMS - PAF 6634587-4 - 1.079,63 - **SANIPLUS IND E COM DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - 90182710-92 -** 03331757-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 30.260,71 - **SANITA INDUSTRIA QUIMICA LTDA - 90653172-03 -** 03332996-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.039,69 - **SANTA FELICIDADE INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA. - 10120127-95 -** 03331418-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.125,23 - **SANTA FELICIDADE TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA - 10171943-01 -** 03331460-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 25.574,30 - **SANTOS E BENHOSSI COSMETICOS E PERFUMARIA LTDA - 90782695-34 -** 03333726-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 542,33 - **SANY DO BRASIL IND E COM DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - 90142112-90 -** 03331688-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 93.470,94 - **SAO CRISPIM QUALITY IND. E COM. DE CALCADOS LTDA - 90482696-02 -** 03332454-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.341,74 - **SAPO HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA - 90436335-94 -** 03332306-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.896,40 - **SARANDI QUIMICA LTDA - 74500690-64 -** 03331640-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.876,71 - **SAUDE E VIDA COMERCIO DE PURIFICADORES EIRELI - 90855499-09 -** 03334022-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 22.392,06 - **SBF COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS SA - 09905051-95 -** 03331298-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 562.689,69 - **SCAPINI TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA - 10185326-85 -** 03331474-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 59.933,75 - **SCARIOTTO COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI ME - 90726104-20 -** 03333394-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.213,83 - **SCHENFELDER SCHENFELDER & CIA LTDA - 20113604-00 -** 03331515-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.378,90 - **SCHERISSON ALISSON HAMURA - 083470469-21 -** 12772254-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00871784432/2014 - 35,79 - **SCHMIDT INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LT - 90207935-19 -** 03331790-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 329.010,82 - **SEBASTIAO DE PAULA CONDIMENTOS - 51301770-79 -** 03331581-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.066,53 - **SEBASTIAO DE PAULA CONDIMENTOS - 90663540-21 -** 03333030-8 - ICMS - GIA 11/2020 - 5.358,67 - **SEBASTIAO JUNIOR DE SOUZA - MINIMERCADO - ME - 90716833-60 -** 03333340-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.658,48 - **SEBASTIAO PEDRO DA SILVA - 736847249-04 -** 12772114-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00935960910/2016 - 76,31 - 12772115-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00935960910/2017 - 69,05 - 12772116-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00935960910/2018 - 63,81 - 12772117-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00935960910/2019 - 60,37 - 12772118-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00935960910/2020 - 57,20 - **SEIKO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA - 90779393-15 -** 03333713-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 27.477,43 - **SEM LIMITES TRANSPORTES LTDA - 40108774-53 -** 03331559-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 24.752,63 - **SEMANINHA DO CHA LTDA - 90849784-82 -** 03334004-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.887,51 - **SEMAPLAC COMPENSADOS LTDA - 90555004-76 -** 03332677-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 198.324,12 - **SEMPRE COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME - 90761703-36 -** 03333622-5 - ICMS - GIA 01/2020 - 30,06 - 03333623-3 - ICMS - GIA 02/2020 - 80,74 - **SENDESKI E SCHWANKA ALUMINIO INDUSTRIAL LTDA - 90418395-43 -** 03332244-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 163.867,78 - **SERCOMTEL S/A TELECOMUNICACOES - 60104948-16 -** 03331588-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.101.415,96 - **SERGIO LUIS GOMES NIHCHKE - 041655729-50 -** 12771954-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00369478878/2020 - 146,96 - **SERGIO NATAL PIANARO - ACOUGUE - 90797710-20 -** 03333796-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.435,05 - **SERIFACIL SUPRIMENTOS PARA COMUNICACAO VISUAL LTDA - 90480571-84 -** 03332444-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.201,29 - **SERLY DE OLIVEIRA NUNES - CONFECCOES - 90488055-80 -** 03334160-1 - ICMS - PAF 6635014-2 - 2.169,31 - **SERRALHERIA COLONIAL LTDA - 60113086-68 -** 03331592-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.160,72 - **SERRO CONSTRUCAO DE OBRAS ESPECIAIS LTDA - 90327384-40 -** 03334114-8 - ICMS - PAF 6635298-6 - 2.171,18 - **SERTAO TRANSPORTE DE CARGAS - EIRELI - 90818986-82 -** 03333879-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 47.095,26 - **SERTGAS COMERCIO DE GAS LTDA - 90501212-64 -** 03332508-8 - ICMS - GIA 01/2020 - 96,71 - 03332509-6 - ICMS - GIA 02/2020 - 90,39 - 03332510-0 - ICMS - GIA 04/2020 - 51,18 - 03332511-8 - ICMS - GIA 05/2020 - 33,25 - 03332512-6 - ICMS - GIA 06/2020 - 45,62 - **SERVITTA SERVICOS DE ALIMENTACAO - EIRELI EPP - 90112018-89 -** 03331665-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 515,76 - **SERVTECHE SERVICOS DE MONTAGEM LTDA - 90822814-68 -** 03333900-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 16.683,51 - **SERVTECHE SERVICOS DE MONTAGEM LTDA - 90715504-83 -** 03333337-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.963,30 - **SEVEN INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS - EIRELI - 90686683-84 -** 03333163-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.152,63 - **SEVERINO ALEXSANDRO DA SILVA CONFECCOES - 90807701-60 -** 03333825-2 - ICMS - GIA 01/2020 - 343,77 - 03333826-0 - ICMS - GIA 02/2020 - 304,73 - **SF6 - SERVICOS DE MANUTENCAO EM EQUIPAMENTOS ELETRICOS - 90670794-23 -** 03333097-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.600,68 - **SHARK TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - 90850001-68 -** 03334005-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.508,49 - **SHEILA VAZ DA SILVA - 009250709-39 -** 12543432-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00823541940/2019 - 268,92 - **SHOPMASTER COMERCIO DE REFEICOES LTDA - 90353578-47 -** 03332069-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.980,44 - **SIDINEI JOSE DE MARI CHAPEACAO - ME - 90340310-18 -** 03332056-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.811,42 - **SIDNEI BATISTA DOS SANTOS - 063315579-97 -** 12772142-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01015667349/2020 - 299,32 - **SIDNEI DA ROSA - 394373299-15 -** 12772009-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00773859969/2020 - 307,68 - **SIEMENS HEALTHCARE DIAGNOSTICOS LTDA. - 09905090-00 -** 03331301-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 149.184,45 - **SIEMENS HEALTHCARE DIAGNOSTICOS LTDA. - 09905091-82 -** 03331302-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 19.688,83 - **SIEMENS HEALTHCARE DIAGNOSTICOS LTDA. - 09905092-63 -** 03331303-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.719,46 - **SIEMENS HEALTHCARE DIAGNOSTICOS LTDA. - 09905093-44 -** 03331304-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 170.449,43 - **SILMARA OTUNES JAQUES - 045074279-24 -** 12772152-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01129511984/2020 - 273,57 - **SILMERI APARECIDA VIDAL FREITAS - 754401309-00 -** 12772283-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00197815111/2020 - 582,92 - **SILVA & MIRANDA LTDA - ME - 90701494-08 -** 03333273-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.544,87 - **SILVA & SILVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIREL - 90318073-09 -** 03332005-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.968,61 - **SILVA COMERCIO DE GAS LIQUIFEITO DE PETROLEO LTDA - 90370157-90 -** 03332114-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.107,21 - **SILVANA DE FATIMA KUHN - 90745525-41 -** 03333514-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.917,32 - **SILVIO ANTONIO BORTOLINI - 404097089-68 -** 12771932-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00304626228/2020 - 997,52 - **SILVIO MIGUEL ME - 30102383-90 -** 03331538-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 22,38 - 03331539-2 - ICMS - GIA 02/2020 - 24,49 - 03331540-6 - ICMS - GIA 03/2020 - 43,76 - 03331541-4 - ICMS - GIA 04/2020 - 50,57 - 03331542-2 - ICMS - GIA 05/2020 - 25,66 - 03331543-0 - ICMS - GIA 06/2020 - 35,34 - 03331544-9 - ICMS - GIA 07/2020 - 34,05 - 03331545-7 - ICMS - GIA 08/2020 - 33,01 - 03331546-5 - ICMS - GIA 09/2020 - 37,56 - 03331547-3 - ICMS - GIA 10/2020 - 72,40 - 03331548-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 18,10 - 03331549-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 50,30 - **SIMBOLO COMERCIO DE BANDEIRAS LTDA - 10114488-75 -** 03331415-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.354,93 - **SINALCAMP COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS E PINTURAS EIREL - 90597542-00 -** 03332822-2 - ICMS - GIA 01/2020 - 161,14 - 03332823-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 167,58 - 03332824-9 - ICMS - GIA 07/2020 - 137,42 - 03332825-7 - ICMS - GIA 09/2020 - 210,98 - **SISPRODENT COMERCIO DE MATERIAIS DENTARIOS LTDA - EPP - 90719966-51 -** 03333359-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.759,28 - **SISTELOG SERVICOS LOGISTICOS EIRELI - 90820933-86 -** 03333887-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 30.052,64 - **SKIM WOOD & GLASS MOVEIS PLANEJADOS LTDA - ME - 90698949-22 -** 03333269-6 - ICMS - GIA 01/2020 - 418,53 - 03333270-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 354,09 - **SLCR TRANSPORTES - EIRELI - 90301778-32 -** 03331964-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.097,79 - **SM DE FRAGA METALURGICA EIRELI - 90793340-70 -** 03333779-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.274,98 - **SMAGON INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES MECANICOS LT - 90508995-16 -** 03332531-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 25.727,49 - **SMARTTRANS LOGISITCA LTDA - EPP - 90703763-07 -** 03333289-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 3.708,43 - 03333290-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.372,04 - **SO PICK UP'S COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90517588-27 -** 03332549-5 - ICMS - GIA 08/2020 - 407,23 - 03332550-9 - ICMS - GIA 09/2020 - 208,78 - 03332551-7 - ICMS - GIA 10/2020 - 197,48 - 03332552-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 929,74 - **SOLIMOES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA - 90741370-56 -** 03333484-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 109.395,30 - **SOMBRA METAIS USINAGEM E ESTAMPARIA LTDA - 90528826-10 -** 03332599-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.969,64 - **SOMMA TRANSPORTES LTDA - 90785865-05 -** 03333736-1 - ICMS - GIA 01/2020 - 101,35 - 03333737-0 - ICMS - GIA 05/2020 - 70,00 - **SONHARIA ARTESANAL PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME - 90744607-79 -** 03333507-5 - ICMS - GIA 01/2020 - 39,54 - 03333508-3 - ICMS - GIA 02/2020 - 116,22 - 03333509-1 - ICMS - GIA 03/2020 - 168,95 - 03333510-5 - ICMS - GIA 06/2020 - 79,29 - **SONIR SUNA DA SILVA JUNIOR & CIA LTDA - 90749602-32 -** 03333542-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.250,38 - **SONOVA DO BRASIL PRODUTOS AUDIOLOGICOS LTDA - 90461325-88 -** 03332399-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.487,66 - **SONOVA DO BRASIL PRODUTOS AUDIOLOGICOS LTDA - 90548325-05 -** 03332665-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.736,83 - **SONOVA DO BRASIL PRODUTOS AUDIOLOGICOS LTDA - 90738620-16 -** 03333468-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.593,77 - **SONOVA DO BRASIL PRODUTOS AUDIOLOGICOS LTDA - 90755964-53 -** 03333591-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.175,02 - **SONOVA DO BRASIL PRODUTOS AUDIOLOGICOS LTDA - 90751767-56 -** 03333551-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.200,80 - **SONOVA DO BRASIL PRODUTOS AUDIOLOGICOS LTDA - 90823375-10 -** 03333904-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 665,68 - **SONOVA DO BRASIL PRODUTOS AUDIOLOGICOS LTDA - 90575215-43 -** 03332727-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.210,97 - **SONOVA DO BRASIL PRODUTOS AUDIOLOGICOS LTDA - 90506766-49 -** 03332525-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.162,07 - **SOTT E DUDEK LTDA ME - 90769902-10 -** 03334077-0 - ICMS - PAF 6635158-0 - 542,80 - **SOTTOMAIOR COMERCIO E LOCACAO DE AUTOMOVEIS EIRELI - 90390566-20 -** 03332174-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.077,16 - **SOUZA NAVES COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - 90817734-72 -** 03333872-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 924,66 - **STARLIZ COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECCOES DE ROUPAS EI - 90317925-22 -** 03332004-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 28.322,70 - **STASIL IMPLEMENTOS AGRICOLAS EIRELI - 90779577-20 -** 03334139-3 - ICMS - PAF 6634872-5 - 2.169,31 - **STEELDEK ACO INOXIDAVEL LTDA - 90602132-30 -** 03331257-1 - ICMS - PAF 6613239-0 - 66.432,27 - **STEELMAST METALURGICA LTDA - 90813685-35 -** 03333856-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 32.574,60 - **STILOMETAL ESQUADRIAS METALICAS LTDA - ME - 90538201-20 -** 03332638-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.803,73 - **STOP CURITIBA CONFECCOES LTDA - 90530328-74 -** 03332611-4 - ICMS - GIA 09/2020 - 10,98 - 03332612-2 - ICMS - GIA 10/2020 - 392,60 - 03332613-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 306,64 - 03332614-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.367,24 - **STOPETROLEO S A - COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO -**

90469220-40 - 03332415-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 18.856,44 - **STRIKER - BAR, RESTAURANTE E ENTRETENIMENTO LTDA - 90620557-20 -** 03332875-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.333,48 - **STYROPOR TERMOTECNICA INDUSTRIA EIRELI - ME - 90525824-98 -** 03332589-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 123.918,13 - **SUDOESTE BALANCAS EIRELI - ME - 90146650-53 -** 03331694-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.598,40 - **SUELI CESARIO DECORACOES REVEST E COM VAREJISTA DE TECI - 90301097-56 -** 03331963-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 753,75 - **SUELI DA CONCEICAO LAZARINO - 90502558-99 -** 03332514-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.196,48 - **SUELY DE LIMA SABINO TRANSPORTES - ME - 90655629-41 -** 03333000-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.008,63 - **SUGILE COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - 90543319-99 -** 03334184-9 - ICMS - PAF 6635145-9 - 2.171,18 - **SUKIN COMERCIO DE DERMOCOSMETICOS LTDA - ME - 90679998-75 -** 03333139-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.617,40 - **SULFORMAS DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA ME - 90735853-49 -** 03333449-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 26.576,95 - **SULFRANQ CONFECCOES EIRELI - 90487884-72 -** 03332467-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 62.250,10 - **SULFRANQ CONFECCOES EIRELI - 90523045-01 -** 03332578-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 38.490,54 - **SULMAR FRIOS & DEFUMADOS LTDA - 90478159-21 -** 03332440-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.500,84 - **SUPER BIG LTDA - EPP - 90680021-73 -** 03333140-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.946,08 - **SUPER CARNEIRO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - EIRE - 90722757-02 -** 03333374-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.073,55 - **SUPER EVOLUTION DO BRASIL EIRELI- EPP - 70119618-05 -** 03331629-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 21.381,29 - **SUPER PROCHET SUPERMERCADO LTDA - ME - 90571398-19 -** 03332718-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.811,50 - **SUPER SAUDE NUTRICIONAL LTDA ME - 90647516-27 -** 03332979-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 106.380,63 - **SUPERMERCADO BOZA LTDA - 90591554-12 -** 03332800-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 28.440,48 - **SUPERMERCADO GRACIOSA LTDA - 90836096-61 -** 03333940-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.463,72 - **SUPERMERCADO J J E LTDA - 70400151-70 -** 03331634-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 16.215,95 - **SUPERMERCADO JACKIW LTDA - 90476091-91 -** 03332432-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.141,62 - **SUPERMERCADO LUZITANO - EIRELI - 90675535-16 -** 03333127-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.018,21 - **SUPERMERCADO NOSSA SENHORA DE LOURDES EIRELI - 90674499-64 -** 03333122-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.238,26 - **SUPERMERCADO ROLF LTDA - 90304377-61 -** 03331968-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.826,27 - **SUPERMERCADO SEMKIW LTDA - 21800435-03 -** 03334137-7 - ICMS - PAF 6634869-5 - 2.169,31 - 03334156-3 - ICMS - PAF 6634946-2 - 2.165,89 - 03334163-6 - ICMS - PAF 6635030-4 - 2.165,89 - **SUPERMERCADOS CECILIA EIRELI - 20800936-27 -** 03331531-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 18.210,07 - **SUPERMERCADOS GLORIA - EIRELI - 30102787-74 -** 03331550-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 44.838,16 - **SUPERMERCADOS GLORIA - EIRELI - 90688340-63 -** 03333171-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.793,01 - **SUPERMERCADOS ISABELY LTDA. - 90356168-85 -** 03332076-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.162,25 - **SUPERMERCADOS MONTE SINAI LTDA - 60128849-48 -** 03331603-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.039,04 - **SUPREMA NUTRICAO ANIMAL LTDA - 90652517-84 -** 03332992-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.045,94 - **SUSANA VASCONCELOS - 029468099-35 -** 12771960-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00408934247/2019 - 116,14 - 12771961-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00408934247/2020 - 106,65 - **SUSHI BLUE DELIVERY LTDA - 90861230-26 -** 03334035-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.599,63 - **SUZANA BATISTA DE OLIVEIRA - 068060869-93 -** 12772271-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00963749528/2020 - 199,39 - **SV TRANSPORTES - EIRELI - 90517136-45 -** 03332548-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 30.067,46 - **T C CARVALHO & CARVALHO LTDA - 90323091-67 -** 03332025-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 25.431,77 - **T F CAMPOS - 90246898-64 -** 03334177-6 - ICMS - PAF 6635085-1 - 2.171,18 - **T N G COMERCIO DE ROUPAS LTDA - 09908097-39 -** 03331363-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.378,91 - **T N G COMERCIO DE ROUPAS LTDA - 90193993-43 -** 03331770-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 113.489,85 - **T. M. SELLA ALIMENTOS ME - 90580802-81 -** 03332746-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.871,73 - **T. PENHA RAIMUNDO DE MENEZES SERVICOS - 90780758-45 -** 03333717-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 822,93 - **TACO-AR COM. E IND. DE EQUIPAMENTOS AUTOMOTIVOS LTDA - 10165802-32 -** 03331446-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 31.573,87 - **TAIANE ROBERTA DOS SANTOS - 106169309-09 -** 12772153-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01131275931/2020 - 342,36 - **TALAC IND. E COM. DE PROD. PLASTICOS E METALURGICOS EIR - 90458355-34 -** 03332391-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.893,40 - **TALITO VINICIUS BASSO - 066119059-52 -** 12771998-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00749057017/2020 - 297,76 - **TAMAQ-COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS E REPRES COMS LTDA - 90476161-39 -** 03332433-2 - ICMS - GIA 07/2020 - 171,04 - 03332434-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.420,83 - **TANART INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIP P LABORATORIOS E - 90498415-98 -** 03332501-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.893,31 - **TANATOS ARTIGOS FUNERARIOS EIRELI - ME - 90745987-03 -** 03333518-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.805,50 - **TANNEN REPRESENTACAO E COMERCIO LTDA - 90684149-51 -** 03333155-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.839,53 - **TAP EXPRESS EIRELI - ME - 90726166-23 -** 03333395-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 45.595,77 - **TATIANE ANACLETO RODRIGUES - 097270489-27 -** 12771968-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00500414319/2014 - 233,62 - 12771969-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00500414319/2020 - 176,48 - **TATIANE APARECIDA LUKAVY - 90735730-90 -** 03334141-5 - ICMS - PAF 6634875-0 - 2.169,31 - 03334157-1 - ICMS - PAF 6634947-0 - 2.165,89 - **TATIX COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA - 09905441-74 -** 03331316-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.544,29 - **TAVERNE COMERCIO DE MOBILIARIO LTDA - 90364155-06 -** 03332083-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.135,64 - **TCEL TECNOLOGIA ELETRICA DO BRASIL LTDA - 90543044-01 -** 03332649-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 48.656,34 - **TECEA CARGO TRANSPORTES LTDA - 90771835-20 -** 03333687-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 40.682,10 - **TECMARCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 90331629-25 -** 03332036-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 98.943,69 - **TECNIAGUA - SOLUCOES EM TRATAMENTO DE AGUA EIRELI - EPP - 90279404-28 -** 03331911-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.843,01 - **TECNOBARRAS INDUSTRIA E COMERCIO - EIRELI - 90416235-32 -** 03332241-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 33.188,23 - **TECNOLAJES PRE MOLDADOS LTDA - 13701363-07 -** 03331511-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 15.581,29 - **TECNOLAJES PRE MOLDADOS LTDA - 90504071-50 -** 03332520-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 16.929,63 - **TECNOPAR - MONTAGEM E FABR DE TANQUES INDUS - EIRELI - - 90596094-64 -** 03332815-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.906,64 - **TELEFONICA BRASIL S/A - 90702955-79 -** 03333278-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 988.275,95 - **TELMA SUELI GONCALVES - 90542475-05 -** 03332641-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.329,52 - **TEOLIDE LUCION LTDA - 90355666-83 -** 03332073-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.225,95 - **TERESA ALVES BARBOSA VIDOLIN - 90524566-03 -** 03332582-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 261,12 - 03332583-5 - ICMS - GIA 02/2020 - 198,38 - 03332584-3 - ICMS - GIA 03/2020 - 228,63 - 03332585-1 - ICMS - GIA 04/2020 - 160,22 – **TERESA CRISTINA LAGE DE SOUZA – 860753659-15 -** 03331181-8 - ICMS - PAF 6630633-0 - 29.275,18 - **TEREZA FUMISKE DOS SANTOS SUTIL - 90384020-02 -** 03334118-0 - ICMS - PAF 6635304-4 - 542,80 - **TEREZINHA GUIMARAES ESTEVES - DISTRIBUIDORA - 90482904-82 -** 03332456-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.304,21 - **TERRA MATER PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA - 90796997-53 -** 03333791-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.953,26 - **TEXTIL XV CONFECCOES EIRELI - 10005070-63 -** 03331405-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 72.959,30 - **TF7 QUIMICA DO BRASIL- EPP - 90173459-39 -** 03331733-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 31.922,44 - **TGA - AGROINDUSTRIAL LTDA - 90309308-08 -** 03331978-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 201.482,79 – **THAISA KADAMOS DE OLIVEIRA – 084735209-98 -** 03334072-9 - ICMS - PAF 6633701-4 - 154.908,63 - **THALISSON CORDEIRO DOS SANTOS - 080587229-95 -** 12772162-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01211985102/2020 - 766,84 - **THAVIS COMERCIO DE UTILIDADES LTDA - 90237357-81 -** 03331845-6 - ICMS - GIA 10/2020 - 345,44 - 03331846-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 673,56 - **THI BOBINAS E ETIQUETAS LTDA - 90232706-14 -** 03331835-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 44.029,95 - **THIAGO AUGUSTO RODRIGUES - 084767319-73 -** 12772002-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00762191430/2020 - 311,21 - **THIAGO DE OLIVEIRA SILVA - 056962769-97 -** 12772025-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00787957470/2020 - 620,97 - **THIAGO EVERALDO AURIGLIETI - 075896999-69 -** 03331236-9 - ITCMD - DIT - DOACAO 2019000603696/01 - 930,70 - 03331237-7 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 2019000603696/02 - 930,70 - **THIAGO HENRIQUE GALVAO MARTINEZ - 90550323-59 -** 03332669-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.897,73 - **THIAGO PEREIRA PORTES - 90489573-39 -** 03332471-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 29.329,79 - **THOMAS ROBERT GOMES CANDIDO - 90862618-44 -** 03334038-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.255,69 - **THOMPSON DE ALMEIDA - 040532439-12 -** 12771877-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00184574226/2014 - 359,37 - 12771878-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00184574226/2020 - 247,99 - **TIAGO DE OLIVEIRA - 067560079-04 -** 12772184-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00450185419/2020 - 153,77 - **TIAGO GONCALVES HENKES - 078309159-11 -** 12771898-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00196428530/2020 - 632,42 - **TIFER SERVICOS DE ALIMENTACAO LTDA - 70100570-80 -** 03331617-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.640,01 - **TIJOART COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - 90254655-36 -** 03331868-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.336,70 - **TILAPIA BRAZILIAN INDUSTRIA E COMERCIO DE PEIXES LTDA - 90815483-55 -** 03333862-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.685,81 - **TILAPIA BRAZILIAN INDUSTRIA E COMERCIO DE PEIXES LTDA - 90413447-30 -** 03332236-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.248,77 - **TILICO PISCINAS EIRELI - 33038631/0001-59 -** 12772284-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00355242761/2020 - 643,22 - **TKP INDUSTRIA COMERCIO E RENOVADORA DE IMPLEMENTOS RODO - 90168085-01 -** 03331720-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 191.923,73 - **TMP TECNOLOGIA E MANUFATURAMENTO DE PRODUTOS CERAMICOS - 90725503-47 -** 03331261-0 - ICMS - GIA 09/2020 - 24.400,92 - 03333392-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 54.367,98 - **TOKIO COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - 90780065-25 -** 03333715-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.303,47 - **TOKO FRIOS ALIMENTOS - LTDA.ME - 90781771-76 -** 03333723-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 15.441,60 - **TOKO FRIOS ALIMENTOS - LTDA.ME - 90719981-90 -** 03333361-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 20.027,42 - **TOKO FRIOS ALIMENTOS - LTDA.ME - 90718804-32 -** 03333346-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 18.087,89 - **TOM DA COR COMERCIO DE MADEIRAS E FERRAGENS LTDA - 90164895-62 -** 03331717-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 40.715,29 - **TOMBERLIN EVENTOS LTDA ME - 90761016-01 -** 03333618-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 24.289,57 - **TOMBINI NICKEL - MOVEIS PARA ESCRITORIO EIRELI EPP - 90104223-34 -** 03331658-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.152,43 - **TONECO P. G. DA CRUZ-ME - 90689989-29 -** 03333178-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 677,50 - **TONI RODRIGO DOS SANTOS - 387298878-60 -** 12772127-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00953256936/2020 - 220,96 - **TONI TOYS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - 90665639-68 -** 03333034-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 182.375,76 - **TONI TOYS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - 90706366-60 -** 03333300-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 157.550,11 - **TONI TOYS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - 90723276-05 -** 03333382-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 73.764,68 - **TONI TOYS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - 90743262-90 -** 03333496-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 317.395,41 - **TONI TOYS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - 90808317-20 -** 03333831-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 208.577,11 - **TONI TOYS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - 90807984-12 -** 03333828-7 - ICMS - GIA 04/2020 - 401,51 - 03333829-5 - ICMS - GIA 05/2020 - 51,89 - 03333830-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 11.951,98 - **TONI TOYS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - 90747336-86 -** 03333521-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 168.295,70 - **TONI TOYS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - 90741230-04 -** 03333483-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 241.521,40 - **TONI TOYS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - 90779498-92 -** 03333714-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 91.668,05 - **TONI**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

TOYS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - 90698672-83 - 03333259-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 112.543,08 - **TONI TOYS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - 90721511-32 -** 03333370-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 95.305,48 - **TONI TOYS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - 90792012-75 -** 03333770-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 134.523,69 - **TONI TOYS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - 90647477-86 -** 03332978-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 111.615,14 - **TONI TOYS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - 90713706-63 -** 03333328-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 89.972,97 - **TONIEL RODRIGUES DEZUBATI - 054726919-66 -** 12772273-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00970225458/2019 - 237,20 - 12772274-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00970225458/2020 - 220,96 - **TONIOL & OLIVEIRA LTDA - 70120711-45 -** 03331632-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.217,54 - **TONKIO & TONKIO LTDA - 90442441-25 -** 03332327-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.430,46 - **TOP EPI - COMERCIO DE ABRASIVOS, EQUIPAMENTOS, FERRAMEN - 90805471-77 -** 03333819-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 65.310,09 - **TOP EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - 90586993-03 -** 03332758-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 520,67 - **TOPGRAN MARMORES E GRANITOS LTDA - 90258994-55 -** 03331874-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 262,20 - 03331875-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.480,78 - **TOQUE DCHARME MODAS EIRELI ME - 90687512-81 -** 03333165-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.864,91 - **TORNEARIA BAREA LTDA - 90810072-73 -** 03333833-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.145,58 - **TORRE FORTE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - 90486475-77 -** 03332466-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.299,50 - **TOSHIKO OKUMURA MIYAMURA - 109321519-49 -** 03331229-6 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 2020000125887/02 - 271.625,35 - **TOTAKE & WATANABE LTDA - 90132917-61 -** 03331679-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.463,32 - **TOTAL TRADE COMERCIO E MANUTENCAO LTDA - 90563878-51 -** 03332703-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.893,37 - **TRAMONTIN COMERCIO DE GAS LTDA - 90314167-09 -** 03331998-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.625,58 - **TRANS ABC - TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS LTDA - 90394895-78 -** 03334083-4 - ICMS - PAF 7204961-6 - 5.088,80 - **TRANS ALPINA TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS LTDA - 90508954-48 -** 03332530-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.399,90 - **TRANS LICHMANN TRANSPORTES E LOGISTICA EIRELI - 90691216-30 -** 03333194-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.745,53 - **TRANS TAVARES TRANSPORTES - EIRELI - 90684867-82 -** 03333157-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.853,12 - **TRANS-IGUACU EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 10139242-24 -** 03331424-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 58.663,54 - **TRANS-SUL TRANSPORTES EIRELI - 90739675-43 -** 03333472-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 740,14 - **TRANS-VIOLA TRANSPORTES LTDA - 90374744-76 -** 03332120-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 691,55 - 03332121-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.063,69 - **TRANSCAVASUL LTDA ME - 90543190-00 -** 03332650-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.629,86 - **TRANSERTAO AGRO TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - 90776766-32 -** 03333705-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 16.371,40 - **TRANSFRIDO - TRANSPORTES LTDA -ME - 90660138-95 -** 03333018-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 12.816,64 - **TRANSGIRONZINHO TRANSPORTES LTDA - ME - 90423560-15 -** 03332260-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.030,68 - **TRANSHIAGO TRANSPORTES LTDA - 90597793-86 -** 03332826-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.876,85 - **TRANSKOWALSKI TRANSPORTE DE CARGAS EIRELI - 90524102-80 -** 03332581-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 23.859,71 - **TRANSLAGUNA ARMAZENAGEM E TRANSPORTES EIRELI - 90810468-48 -** 03333835-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.314,12 - **TRANSLEVE TRANSPORTES EIRELI - 90693995-90 -** 03333216-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 711,44 - **TRANSMATIAS TRANSPORTES DE CARGAS LTDA - 90314307-01 -** 03331999-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.266,15 - **TRANSNECHER COMERCIO, TRANSPORTES E EMPREEDIMENTOS LTDA - 90534322-01 -** 03332628-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.409,18 - **TRANSP PEPERI GUACU PASSAGEIROS CARGAS E MUDANCAS LTDA - 90424982-35 -** 03332271-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.516,98 - **TRANSP PEPERI GUACU PASSAGEIROS CARGAS E MUDANCAS LTDA - 90411897-43 -** 03332228-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 611,02 - **TRANSPALMAS TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA ME - 90516747-20 -** 03332547-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.936,96 - **TRANSPEN CARGAS E ENCOMENDAS EIRELI - 90589028-00 -** 03332774-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.846,97 - **TRANSPEN TRANSPORTE COLETIVO E ENCOMENDAS LTDA - 52601804-46 -** 03331583-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 16.111,39 - **TRANSPORTADORA BLZ LTDA - 90326989-88 -** 03332032-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 16.142,04 - **TRANSPORTADORA BLZ LTDA - 90355019-80 -** 03332071-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 21.447,87 - **TRANSPORTADORA CURITIBA LTDA - 10171862-01 -** 03331456-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 800,64 - **TRANSPORTADORA DAMASCENO & OLIVEIRA LTDA - 90791877-79 -** 03333768-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 6.658,89 - **TRANSPORTADORA ESPECIALISTA LTDA - 90825831-20 -** 03333914-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 176,63 - 03333915-1 - ICMS - GIA 10/2020 - 29,02 - **TRANSPORTADORA F CORREIA LTDA - 90420699-70 -** 03331256-3 - ICMS - PAF 6629610-5 - 722,47 - **TRANSPORTADORA GRASELTO LTDA - 90744480-51 -** 03333505-9 - ICMS - GIA 10/2020 - 36.761,02 - 03333506-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 36.457,96 - **TRANSPORTADORA LORENZZATTO LTDA - 90662047-20 -** 03333029-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.142,76 - **TRANSPORTADORA MARCOS LTDA - 20500644-36 -** 03334073-7 - ICMS - PAF 6634969-1 - 74.048,13 - **TRANSPORTADORA MATSUDA LTDA - 70104011-21 -** 03331621-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.631,58 - **TRANSPORTADORA NACOES LTDA - 90281256-39 -** 03331917-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.404,94 - **TRANSPORTADORA NASCENTE DO IVAI LTDA - 90186223-08 -** 03331759-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.002,60 - **TRANSPORTADORA PRATI DONADUZZI LTDA - 90481918-24 -** 03334084-2 - ICMS - GIA 01/2021 - 82.100,48 - **TRANSPORTADORA REAL 94 LTDA - 90732880-50 -** 03333428-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 45.446,33 - **TRANSPORTADORA REAL 94 LTDA - 90165861-77 -** 03331718-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.261,28 - **TRANSPORTADORA RHSB LOG EIRELI - 90790856-90 -** 03333757-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.251,88 - **TRANSPORTADORA ROCKY EIRELI - EPP - 90698449-09 -** 03333254-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 39.338,77 - **TRANSPORTADORA RODO.F LOGISTICA E AGENCIAMENTO LTDA - M - 90747081-42 -** 03315381-3 - ICMS - GIA 06/2020 - 3.483,00 - 03315873-4 - ICMS - GIA 08/2019 - 391,87 - 03315874-2 - ICMS - GIA 09/2019 - 286,98 - 03331250-4 - ICMS - GIA 08/2020 - 3.033,26 - 03331251-2 - ICMS - GIA 09/2020 - 4.556,27 - 03333520-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.730,98 - **TRANSPORTADORA RODOVIARIA MFZ LTDA - ME - 90654758-95 -** 03332997-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.405,67 - **TRANSPORTADORA ROTA 116 LTDA - 90481442-30 -** 03332446-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.601,63 - **TRANSPORTADORA ROTA RAPIDA LTDA - 90369749-04 -** 03332109-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 19.215,69 - **TRANSPORTADORA TRANSLINA LTDA - 90191320-02 -** 03331766-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.434,18 - **TRANSPORTADORA VERDES CAMPOS LTDA - 40108235-23 -** 03331558-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 16.110,07 - **TRANSPORTE CAVALINI LTDA - ME - 90732204-13 -** 03333425-7 - ICMS - GIA 10/2020 - 397,31 - 03333426-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 611,28 - **TRANSPORTE RICARDO ROSA LTDA - 10003887-06 -** 03331403-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 18.565,43 - **TRANSPORTES DALCOQUIO LTDA - 10702011-07 -** 03331493-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.653,05 - **TRANSPORTES DE CARGAS TONELLO LTDA - 90496475-11 -** 03332496-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.013,25 - **TRANSPORTES E MUDANCAS DONEDA LTDA - 81073736/0001-91 -** 12719679-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01007810596/2019 - 2.578,67 - **TRANSPORTES MARBASTOS EIRELI - 90671816-27 -** 03333104-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.910,49 - **TRANSPORTES PALHARES LTDA - 90289669-43 -** 03331936-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.151,79 - **TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS CAPELLO LTDA - 90516603-47 -** 03332546-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.793,03 - **TRANSPORTES RODRIWER LTDA - 90641687-51 -** 03332945-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.252,33 - **TRANSPORTES SANTA ISABEL EIRELI - 90785826-07 -** 03333735-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 16.475,31 - **TRANSPORTES SCOMAPI LTDA - 90414126-71 -** 03332237-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.579,76 - **TRANSREZENDE LOGISTICA E TRANSPORTES EIRELI - ME - 90752521-00 -** 03333554-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.862,27 - **TRANSTUPI TRANSPORTE COLETIVO EIRELI - 90256836-06 -** 03331871-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.085,05 - **TRANSVITOR TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 90224949-42 -** 03331822-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.732,99 - **TRENTO CONFECCOES LTDA - EPP - 90661941-56 -** 03333027-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 24.134,95 - **TRES CORACOES ACABAMENTOS LTDA ME - 90735818-66 -** 03333448-6 - ICMS - GIA 01/2020 - 34,39 - **TRES HIBISCUS CONFECCOES - EIRELI - EPP - 90318171-00 -** 03332006-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 71.393,19 - **TREVISAN & KONNO LTDA - 90152803-92 -** 03331699-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.367,59 - **TRIMPLER CHAS E CONDIMENTOS EIRELI - ME. - 90256005-06 -** 03331870-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.905,50 - **TROPICAL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - 10155686-70 -** 03331439-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.196,05 - **TROPICAL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - 90107980-32 -** 03331663-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 872,16 - **TROPICAL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - 11500244-94 -** 03331503-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 612,20 - **TROPICAL TRANSPORTES IPIRANGA LTDA - 10702022-51 -** 03331494-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 69.888,99 - **TRUCK PLUS PECAS E SERVICOS EIRELI - ME - 90333855-50 -** 03332045-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 13,05 - **TRX OPERACOES LOGISTICAS LTDA - 90551348-60 -** 03332670-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 15.999,45 - **TS CARGAS E ENCOMENDAS EIRELI - 90801668-82 -** 03333806-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 77.625,55 - **TULIK & CIA LTDA - 90576732-11 -** 03332729-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.975,14 - **TUNING PARTS EIRELI - ME - 09905148-52 -** 03331308-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.750,26 - **TURBAN TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - ME - 90762732-24 -** 03333630-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.926,62 - **TVB DROGARIA LTDA - 90457851-70 -** 03332388-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.918,90 - **TWM COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO - EIRELI - 90775649-15 -** 03333700-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 469,61 - **UAUBOX LTDA - 09907727-11 -** 03331355-1 - ICMS - GIA 01/2020 - 293,08 - **UBIRAJARA FERREIRA - 104557289-68 -** 03331172-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00088521 - 3.552,60 - **UEDA & SILVA LTDA - ME - 90589009-39 -** 03332768-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 14,91 - 03332769-2 - ICMS - GIA 02/2020 - 1,47 - 03332770-6 - ICMS - GIA 03/2020 - 1,47 - 03332771-4 - ICMS - GIA 04/2020 - 1,47 - 03332772-2 - ICMS - GIA 05/2020 - 1,46 - **UESLEI DOS SANTOS NOGUEIRA - 043123745-03 -** 12772243-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00856001503/2020 - 104,10 - **UFS INDUSTRIA DE PLASTICOS - EIRELI - ME - 90620029-53 -** 03332873-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 49.946,67 - **UFS INDUSTRIA QUIMICA LTDA - 90263516-58 -** 03331883-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.931,70 - **ULISSES ZONARI - 393711079-87 -** 03331146-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00114789 - 7.415,83 - 03331156-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00114787 - 3.531,34 - **UNICOCO INDUSTRIA ALIMENTICIA LTDA - 90278894-81 -** 03331909-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.498,44 - **UNICOR - INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA - 90155076-05 -** 03331701-8 - ICMS - GIA 01/2020 - 141,00 - **UNIQUE RUBBER TECHNOLOGIES LTDA - 09901226-95 -** 03331279-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 41.759,76 - **UNISUL COMERCIO EIRELI - 90839732-07 -** 03333962-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 71.709,77 - **URANOLOG SOLUCOES DE TRANSPORTES EIRELI - 90762886-80 -** 03333633-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 95,16 - 03333634-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 45.364,24 - **USINA CENTRAL DO PARANA S/A AGRIC IND E COM - 61600113-25 -** 03331607-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 10.115,21 - **V G SCUZZIATO & CIA LTDA - 41804552-35 -** 03331576-7 - ICMS - GIA 01/2020 - 358,10 - **V MARCHIORI & CIA LTDA-ME - 90623573-01 -** 03332884-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.759,46 - **V S INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - 90527500-30 -** 03332594-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 17.791,90 - **V. AMBROSIO - COMERCIO DE CEREAIS - ME - 90753725-04 -** 03333569-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 19.371,19 - **V. C. GONCALVES MARSAO - EIRELI - ME - 90607216-50 -**

03332840-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.706,81 - **V. DE PAULO CAMARGO - TRANSPORTES - 90506969-17 -** 03332526-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.971,79 - **V. H. D. INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - 90777150-42 -** 03333707-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 52.782,56 - **V. J. B. COMERCIO DE VEICULOS EIRELI - 90789896-26 -** 03334091-5 - ICMS - PAF 6635016-9 - 2.165,89 - **V. P. CRIST - TRANSPORTES - ME - 90674657-30 -** 03333124-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.035,87 - **VABEJO INDUSTRIA E COMERCIO DE FARINHA DE MANDIOCA LTDA - 90412473-79 -** 03331179-6 - ICMS - PAF 6621778-7 - 966.334,67 - 03331262-8 - ICMS - GIA 09/2020 - 8.822,46 - **VAGNER DIEIKSON DA SILVA - 041195189-06 -** 12772111-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00933191790/2020 - 112,29 - **VAGNO RODRIGUES PEREIRA - 026973639-55 -** 12771983-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00676368514/2014 - 236,89 - **VAL MERCADO LTDA - 90860225-05 -** 03334033-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.015,19 - **VALDECI DO CARMO RESTAURANTE DE CARNES E MASSAS LTDA - 90803135-08 -** 03333810-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 15.401,70 - **VALDECIR APARECIDO LOPES - 830995499-91 -** 03331182-6 - ICMS - PAF 6633657-3 - 166.438,60 - **VALDECIR INEZ DA CRUZ - ARTIGOS DOMESTICOS - 90837131-32 -** 03333953-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.512,96 - **VALDEMAR DOS SANTOS OLIVEIRA - 786888179-87 -** 03331135-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00043198 - 901,39 - 03331148-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00043196 - 1.068,79 - 03331162-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00043197 - 901,39 - **VALDERI GROFOSKI - 108678469-33 -** 12772241-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00843052210/2020 - 348,69 - **VALDIR PERUSSO & CIA LTDA - 31603812-39 -** 03331554-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 67.032,96 - **VALDIR RODRIGUES EMBALAGENS - ME - 70120197-39 -** 03331630-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.042,92 - **VALE SA INDUSTRIA DE UTILIDADES DOMESTICAS EIRELI - 90780920-06 -** 03333718-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.961,35 - **VALMOR LODI - 90472861-63 -** 03332420-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.730,39 - **VALMOR MENEGATTI JUNIOR - 007263159-74 -** 03331181-8 - ICMS - PAF 6630633-0 - 29.275,18 - **VALOR ENERGY TECNOLOGIA SUSTENTAVEL LTDA - 90872881-50 -** 03334065-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.838,30 - **VALTER PONCIANO DA SILVA - 057956539-42 -** 03331201-6 - ITCMD - DIT - C.MORTIS 2017000449720/02 - 1.018,87 - **VANDERLEI APARECIDO NEVES - 060744879-28 -** 12772180-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00253082390/2020 - 652,51 - **VANDERLEI RECCO - ROLANDIA - 90137819-39 -** 03331684-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.367,98 - **VANESSA CRISTINA CARRITO DE OLIVEIRA - 033740249-39 -** 12771981-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00665050402/2014 - 273,33 - **VANILDO LOPES DE OLIVEIRA - 541747599-87 -** 12386616-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00536305218/2019 - 353,09 - **VBIN DISTRIBUIDORA DE BRINQUEDOS LTDA - 90843802-77 -** 03333979-8 - ICMS - GIA 05/2020 - 32,68 - 03333980-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 8.507,02 - **VECTOR INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS MUSICAIS LTDA - 90153639-21 -** 03331700-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 48.557,09 - **VENCYS DO BRASIL IND E COM DE PRODUTOS P/ POLIMENTO LTD - 90406505-60 -** 03332217-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 22.970,49 - **VENDRUSCOLO COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - 90442607-59 -** 03332328-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 637,24 - **VERDINGA PROD E COM DE OLEOS VEG ESPECIAIS E DERIVADOS - 90401865-11 -** 03332183-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.150,20 - **VERSADA S COMERCIO DE UNIFORMES PROFISSIONAIS EIRELI - 90505030-35 -** 03332521-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 9.635,81 - **VGR COMERCIO DE FERRAMENTAS LTDA - ME - 90737984-15 -** 03333454-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.395,24 - **VIA MAPP - INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - 90380477-76 -** 03332131-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 19.779,52 - **VIA MAPP - INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - 90674606-90 -** 03333123-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.436,51 - **VIA VAREJO S A - 09907148-60 -** 03331343-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 608.957,55 - **VIA VAREJO S A - 09907564-30 -** 03331351-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 45.294,55 - **VIA VAREJO S A - 09907581-31 -** 03331352-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.812,90 - **VIA VAREJO S A - 09907704-25 -** 03331353-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 465.239,08 - **VIA VAREJO S/A - 09908129-50 -** 03331366-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 125.760,46 - **VIA VAREJO S/A - 09908130-94 -** 03331367-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 130.924,06 - **VIA VAREJO S/A - 09908132-56 -** 03331368-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.753,40 - **VIA VAREJO S/A - 09908676-90 -** 03331384-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.384.278,17 - **VIACAO CAICARA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL - 90697140-29 -** 03333227-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 54.547,26 - **VIACAO ESMERALDA TRANSPORTE LTDA - 90543634-16 -** 03332651-3 - ICMS - GIA 08/2020 - 177,42 - 03332652-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 20.545,81 - **VIACAO GRACIOSA LTDA - 10171955-37 -** 03331461-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 162.585,08 - **VIACAO MOTTA LTDA - 60120063-55 -** 03331595-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 28.000,32 - **VICENTINOS ELETRIC LTDA - 90186661-94 -** 03331760-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 60.854,32 - **VICENTINOS ELETRIC LTDA - 90854241-03 -** 03334017-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 14.799,37 - **VICTORIA LEAL & FURLANI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - - 90527996-32 -** 03332596-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.649,61 - **VIDRARIA.COM COMERCIO DE VIDROS LTDA-ME - 90712758-30 -** 03333316-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 57.266,20 - **VIEIRA ARMSTRONG COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME. - 90589021-25 -** 03332773-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.102,61 - **VILA NOVA AGUA E GAS LTDA - ME - 90531631-11 -** 03332621-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 570,37 - **VILMAR BESCOROVAINE - 049499859-81 -** 03331163-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00056981 - 6.835,00 - **VILMAR VIEIRA LOPES - 023166189-44 -** 12772165-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00959494286/2020 - 1.055,27 - **VILSON DOS SANTOS OLIVEIRA - 241651749-04 -** 12393114-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00568131371/2019 - 542,21 - **VINICIUS ANTONIO DA SILVA - 097533309-79 -** 12771908-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00253405084/2014 - 375,83 - 12771909-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00253405084/2020 - 252,36 - **VINICIUS GUELCI MALHEIROS - 040865439-23 -** 12771869-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00150018398/2020 - 667,54 - **VINICOLA DURIGAN LTDA - 90688253-15 -** 03333168-1 - ICMS - GIA 10/2020 - 105,64 - 03333169-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 424,62 - 03333170-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 509,50 - **VIPWAY TELECOMUNICACOES LTDA - 90723808-32 -** 03333384-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.655,93 - **VISORAMA INDUSTRIA E COMERCIO DE OCULOS LTDA - 10140659-85 -** 03331425-6 - ICMS - GIA 09/2020 - 32,96 - 03331426-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 159.210,42 - **VITA PACK ALIMENTOS LTDA - 90672217-85 -** 03333106-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 19.125,52 - **VITALFORM INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS - EIRELI - 90698103-38 -** 03333251-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 13.999,66 - **VITAMINERALE DISTRIBUIDORA DE AGUA E BEBIDAS LTDA - ME - 90721414-12 -** 03333369-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 756,62 - **VITATEC - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - 90290304-61 -** 03331938-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 5.669,93 - **VITOR ALEXANDRE MARIANO ESTEVAM - 103281179-00 -** 12772035-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00804800910/2020 - 290,68 - **VITOR MATEUS CARDOSO VIANA - 109255799-71 -** 12772133-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00970122055/2020 - 604,91 - **VITORINO TRANSPORTES - EIRELI - 90503426-00 -** 03332516-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.181,69 - **VITRINE COM IMP E EXP DE FERRAGENS E EQUIP DE SEG LTDA - 90644750-93 -** 03332951-2 - ICMS - GIA 04/2020 - 5.528,74 - 03332952-0 - ICMS - GIA 05/2020 - 5.495,46 - 03332953-9 - ICMS - GIA 06/2020 - 7.522,31 - 03332954-7 - ICMS - GIA 07/2020 - 6.333,16 - 03332955-5 - ICMS - GIA 08/2020 - 5.517,22 - 03332956-3 - ICMS - GIA 09/2020 - 17.704,14 - 03332957-1 - ICMS - GIA 10/2020 - 33.448,99 - 03332958-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 15.071,77 - **VIVA DOCE INDUSTRIA E COMERCIO DE SORVETES LTDA - 90844681-07 -** 03333984-4 - ICMS - GIA 12/2020 - 510,39 - **VIVIANE CRISTINA NEHLS DE OLIVEIRA - 039907739-17 -** 12772266-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00931128617/2020 - 544,01 - **VIVIANE MALUCELLI E FILHOS LTDA - 90641415-51 -** 03332944-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 7,08 - **VIX TRANSPORTES DEDICADOS LTDA - 90859573-49 -** 03334032-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 2.312,78 - **VPG COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - 90638528-70 -** 03332925-3 - ICMS - GIA 01/2020 - 2.670,62 - 03332926-1 - ICMS - GIA 02/2020 - 2.765,61 - 03332927-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 2.128,15 - 03332928-8 - ICMS - GIA 04/2020 - 48,06 - 03332929-6 - ICMS - GIA 05/2020 - 1.086,27 - 03332930-0 - ICMS - GIA 06/2020 - 1.534,15 - 03332931-8 - ICMS - GIA 07/2020 - 1.398,46 - 03332932-6 - ICMS - GIA 08/2020 - 2.255,77 - **VPG COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - 90638530-94 -** 03332933-4 - ICMS - GIA 01/2020 - 410,54 - 03332934-2 - ICMS - GIA 02/2020 - 360,70 - 03332935-0 - ICMS - GIA 03/2020 - 321,29 - 03332936-9 - ICMS - GIA 04/2020 - 343,21 - 03332937-7 - ICMS - GIA 05/2020 - 1.282,66 - 03332938-5 - ICMS - GIA 06/2020 - 564,85 - 03332939-3 - ICMS - GIA 07/2020 - 379,11 - **VS - USINAGEM E FUNDICAO EIRELI - 90714170-58 -** 03333332-3 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.355,97 - **W F DA SILVA - MINIMERCADO - 90477115-57 -** 03332436-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.768,83 - **W FURLAN DA ROCHA & CIA LTDA - 90169420-62 -** 03331725-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.097,73 - **W FURLAN DA ROCHA & CIA LTDA - 90457928-94 -** 03332389-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.266,77 - **W W LONDRINA MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - 90608512-79 -** 03331244-0 - ICMS - GIA 05/2020 - 3.424,61 - 03331245-8 - ICMS - GIA 06/2020 - 998,98 - **W. A. B. ROCHA DISTRIBUIDORA DE CARNES EIRELI - 90853680-09 -** 03334014-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 39.650,64 - **W. FURLAN JUNIOR RESTAURANTE EIRELI ME - 90420269-02 -** 03332252-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 503,38 - **W. R. METALURGICA EIRELI - ME - 90596326-01 -** 03332819-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 72.911,86 - **W.O.M. INSTALACOES HIDRAULICAS LTDA - ME - 21267649/0001-43 -** 12772179-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00232921199/2020 - 568,11 - **W.T. ESTAMPARIA LTDA. - 90792419-00 -** 03333771-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 55,98 - 03333772-8 - ICMS - GIA 06/2020 - 199,66 - 03333773-6 - ICMS - GIA 12/2020 - 177,58 - **WAGNER PARAES GOMES - 088419719-08 -** 12772242-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00848338529/2020 - 164,69 - **WALTER ZAZULA - 938360909-53 -** 03334090-7 - ICMS - PAF 6634590-4 - 2.699,08 - **WALTHER BARBOSA DE CAMARGO NETO - 018032340-75 -** 12772269-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00941846660/2020 - 2.387,84 - **WASA COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 90614697-50 -** 03332855-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 117,50 - 03332856-7 - ICMS - GIA 02/2020 - 133,90 - 03332857-5 - ICMS - GIA 03/2020 - 278,06 - 03332858-3 - ICMS - GIA 05/2020 - 110,66 - 03332859-1 - ICMS - GIA 08/2020 - 267,44 - 03332860-5 - ICMS - GIA 09/2020 - 208,78 - 03332861-3 - ICMS - GIA 10/2020 - 250,15 - **WASTE SOLUTIONS RECICLAGEM EIRELI - EPP - 90564971-00 -** 03332707-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 74.596,06 - **WAY BEER INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA EPP - 90581953-48 -** 03332747-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 21.319,02 - **WDP INDUSTRIA E COMERCIO DE APARELHOS DE MEDIDA LTDA - 90810793-47 -** 03333841-4 - ICMS - GIA 04/2019 - 42.823,26 - 03333842-2 - ICMS - GIA 05/2019 - 62.055,90 - 03333843-0 - ICMS - GIA 06/2019 - 70.314,54 - 03333844-9 - ICMS - GIA 07/2019 - 92.511,83 - 03333845-7 - ICMS - GIA 08/2019 - 59.501,75 - 03333846-5 - ICMS - GIA 09/2019 - 60.225,76 - 03333847-3 - ICMS - GIA 10/2019 - 72.362,45 - 03333848-1 - ICMS - GIA 11/2019 - 57.166,48 - 03333849-0 - ICMS - GIA 01/2020 - 2.027,42 - 03333850-3 - ICMS - GIA 02/2020 - 18.952,18 - **WEBFONES COMERCIO DE ARTIGOS DE TELEFONIA S.A. - 09908214-37 -** 03331369-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 65.122,65 - **WEBFONES COMERCIO DE ARTIGOS DE TELEFONIA S.A. - 09908215-18 -** 03331370-5 - ICMS - GIA 12/2020 - 91.196,18 - **WELITON CLAYTON FERREIRA PRESTES - 042908559-11 -** 12772214-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00779090047/2020 - 320,35 - **WELLINGTON GOMES FERNANDES - 401463828-62 -** 12771904-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00237824477/2014 - 375,83 - 12771905-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00237824477/2020 - 252,36 - **WELLINGTON TOKUNAGA - 873304669-72 -** 12771958-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00453494641/2020 - 936,28 - **WELLINTON EDILSON CAVALHEIRO DOS SANTOS - 098810609-40 -** 12772151-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01111958855/2020 - 273,57 - **WENDER CARLOS PEREIRA - 065482759-18 -** 12771865-2 - IPVA -

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RENAVAM / EXERC 00122563735/2020 - 463,49 - **WG COMERCIO DE MATERIAIS GRAFICOS - EIRELI - 10181433-52 -** 03331470-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 25.821,96 - **WHB AUTOMOTIVE S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL - 90185770-94 -** 03331758-1 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.491.945,27 - **WILLIAM DE PAULA CAVALHEIRO - 253336319-72 -** 12772173-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00951038567/2020 - 126,52 - **WILSON JOSE DE ARAUJO BAR - 90325498-00 -** 03332027-2 - ICMS - GIA 01/2020 - 14,91 - 03332028-0 - ICMS - GIA 02/2020 - 1,47 - 03332029-9 - ICMS - GIA 04/2020 - 1,47 - **WILSON MARTINS MARQUES JUNIOR - 219131628-00 -** 03331227-0 - ITCMD - PAF 6634814-8 - 37.837,06 - **WM COMERCIO DE GESSO LTDA - 90388141-06 -** 03332170-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 4.082,29 - **WM INDUSTRIA DE TERMOPLASTICOS LTDA - EPP - 90614647-91 -** 03332854-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 32.204,72 - **WPS TRANSPORTES EIRELI - 90818180-85 -** 03333875-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 963,52 - **Y B G JARDUA PAPELARIA E INFORMATICA - 90657541-82 -** 03333009-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 1.047,14 - **Y.E AMANO EIRELI - ME - 90658698-34 -** 03333013-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 29.855,09 - **YANIH PRODUTOS COSMETICOS E FARMACEUTICOS LTDA - 10501486-41 -** 03331487-6 - ICMS - GIA 01/2020 - 162,97 - **YUKO PERFUMARIAS LTDA - 90368905-65 -** 03332098-1 - ICMS - GIA 01/2020 - 766,18 - 03332099-0 - ICMS - GIA 02/2020 - 826,07 - 03332100-7 - ICMS - GIA 03/2020 - 589,67 - 03332101-5 - ICMS - GIA 04/2020 - 592,01 - 03332102-3 - ICMS - GIA 05/2020 - 1.086,30 - 03332103-1 - ICMS - GIA 06/2020 - 946,00 - 03332104-0 - ICMS - GIA 08/2020 - 598,06 - 03332105-8 - ICMS - GIA 09/2020 - 114,66 - 03332106-6 - ICMS - GIA 10/2020 - 11,85 - **YUKO PERFUMARIAS LTDA - 90669024-10 -** 03333083-9 - ICMS - GIA 01/2020 - 3.035,55 - 03333084-7 - ICMS - GIA 02/2020 - 3.250,18 - 03333085-5 - ICMS - GIA 03/2020 - 2.157,75 - 03333086-3 - ICMS - GIA 04/2020 - 1.810,67 - 03333087-1 - ICMS - GIA 05/2020 - 4.484,24 - 03333088-0 - ICMS - GIA 06/2020 - 4.157,50 - 03333089-8 - ICMS - GIA 07/2020 - 3.223,73 - 03333090-1 - ICMS - GIA 08/2020 - 3.762,49 - 03333091-0 - ICMS - GIA 09/2020 - 760,42 - 03333092-8 - ICMS - GIA 10/2020 - 801,17 - **Z & O - PRODUTOS PARA ANIMAIS LTDA. - 90645816-08 -** 03332971-7 - ICMS - GIA 12/2020 - 17.633,37 - **ZACCA COM REPRES DE MAQ AGRICOLAS LTDA - 60107925-90 -** 03331589-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 489,88 - **ZAN COMERCIO DE INSUMOS EIRELI - 90774669-05 -** 03333696-9 - ICMS - GIA 12/2020 - 7.368,49 - **ZAO REPRESENTACOES COMERCIAS LTDA - ME - 90708942-86 -** 03333311-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 539,61 - **ZELO INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA - 90530772-07 -** 03332619-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 3.573,21 - **ZENEIDE TEIXEIRA DA LUZ - 603910739-15 -** 12772181-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00270816240/2020 - 999,81 - **ZUCAPEL EMBALAGENS EIRELI - 90794039-00 -** 03333784-1 - ICMS - GIA 11/2020 - 40.683,64 - 03333785-0 - ICMS - GIA 12/2020 - 27.757,68 - **ZUIN & ZUIN LTDA ME - 90514121-06 -** 03332541-0 - ICMS - GIA 11/2020 - 306,65 - 03332542-8 - ICMS - GIA 12/2020 - 878,66 - **ZUZANA ALISKI - 004591769-86 -** 12772124-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00943342597/2014 - 142,86 - **ZZAB COMERCIO DE CALCADOS LTDA - 09906248-79 -** 03331329-2 - ICMS - GIA 12/2020 - 299.692,88 .

Curitiba, 07 de marco de 2021.

Suzane A. Gambetta Dobjenski
Inspetora Geral de Arrecadação

42722/2021

NORMA DE PROCEDIMENTO FISCAL Nº 016/2021

Altera a Norma de Procedimento Fiscal nº 56, de 30 de junho de 2015, que estabelece a obrigatoriedade de apresentação da EFD – Escrituração Fiscal Digital e disciplina procedimentos relativos a informação e apuração do ICMS.
O DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do caput do art. 9º do Anexo II da Resolução SEFA nº 1.132, de 28 de julho de 2017, resolve:

Art. 1.º O subitem 11.1.4 da Norma de Procedimento Fiscal nº 56, de 30 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"11.1.4. 1º de janeiro de 2022, correspondente à escrituração completa do Bloco K, para os estabelecimentos industriais classificados na divisão 23 e nos grupos 294 e 295 da CNAE (Ajuste SINIEF 27/2020);".

Art. 2.º Esta Norma de Procedimento Fiscal entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, Curitiba, 4 de março de 2021.

Roberto Zaninelli Covelo Tizon
DIRETOR

35859/2021

PORTARIA Nº 040/2021

O DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art. 62, Anexo II do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 1132/2017,
considerando o contido no e-Protocolo nº 17.399.733-7;
considerando as designações promovidas pelas Portarias 180, 342 e 352/2015 e Portaria 221/2019;

RESOLVE

I – Dispensar os Auditores Fiscais abaixo nominados da Força Tarefa a que foram designados pelas Portaria 180, 342 e 352/2015 e Portaria 221/2019:

Lotação	Auditor Fiscal	RG
3ª DRR	Claiton Roberto Hilgemberg	3.559.424-8
3ª DRR	Berenice Medeiros	5.678.357-1
1ª DRR	Evaldo Nass Filho	4.416.616-0
1ª DRR	Gerson Luiz Mucharski	3.200.103-3
3ª DRR	Audrey Olivet Grubba	5.112.889-3

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de março de 2021.

Roberto Zaninelli Covelo Tizon
DIRETOR

36127/2021

PORTARIA Nº 44/2021

Revoga a Portaria nº 37/2021 e retoma o expediente presencial no âmbito da Receita Estadual nos termos da Portaria nº 211/2020.

O **DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, com amparo no art. 9º, incisos I e IX, do Anexo II da Resolução SEFA nº 1.132, de 28 de julho de 2017;
considerando o disposto no art. 10 do Decreto nº 7.020, de 5 de março de 2021;

DETERMINA

Art. 1.º Fica revogada a Portaria nº 37/2021.

Art. 2.º Retorna-se ao cumprimento do expediente presencial nos termos da Portaria nº 211/2020, a partir do dia 9 de março de 2021.

Art. 3.º A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Curitiba, 8 de março de 2021.

Roberto Zaninelli Covelo Tizon
Diretor.

42130/2021

Defensoria Pública do Estado

RESOLUÇÃO DPG Nº 029, DE 05 DE MARÇO DE 2021

Designa Servidor Público para exercer a função de Supervisor do Departamento de Informática.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 18, XII, e artigo 48, parágrafo único, ambos da Lei Complementar Estadual nº 136/2011,

RESOLVE

Art. 1º. Designar a servidora **DANIELI DYBA AMORIM** para exercer a função de Supervisora do Departamento de Informática no período de 08/03/2021 a 27/03/2021, em substituição ao servidor **SANDER DIEGO GOMES DE MELO LIMA**, que estará em gozo de férias, atribuindo-lhe a gratificação prevista no Art. 251, V, alínea "a", da LCE 136/2011.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

42182/2021

RESOLUÇÃO DPG Nº 030, DE 05 DE MARÇO DE 2021

Designa Servidor Público para exercer a função de Supervisor do Departamento de Compras e Aquisições.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 18, XII, e artigo 48, parágrafo único, ambos da Lei Complementar Estadual nº 136/2011,

RESOLVE

Art. 1º. Designar a servidora **CAMILA FRANCESCHETTI RODRIGUES WEINGRABER** para exercer a função de Supervisora do Departamento de Compras e aquisições no período de 17/02/2021 a 06/03/2021, em substituição ao servidor **GUNTHER FURTADO**, que esteve em gozo de férias, atribuindo-lhe a gratificação prevista no Art. 251, V, alínea "a", da LCE 136/2011.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

42192/2021

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Ministério Público do Estado do Paraná

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PAGAMENTO DE DIÁRIAS
09 DE MARÇO DE 2021

Prot.	Beneficiário	Data da Viagem	Origem	Destino	Valor (R$)
3.054/2021	João Conrado Blum Junior	19/02/2021	Ponta Grossa	Pontal do Paraná	6.603,28
TOTAL					**6.603,28**

42884/2021

